JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Araputanga 4
Camara Municipal de Cláudia 4
Camara Municipal de Diamantino 5
Camara Municipal de Dom Aquino 5
Camara Municipal de Paranatinga 5
Camara Municipal de Poconé 5
Camara Municipal de Tabaporã 7
Camara Municipal de União do Sul 8
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 9
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Garças/Araguaia - CISRGA 14
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 14
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 15
Prefeitura Municipal de Água Boa 15
Prefeitura Municipal de Alto Garças 19
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 19
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 41
Prefeitura Municipal de Apiacás 41
Prefeitura Municipal de Araputanga 43
Prefeitura Municipal de Aripuanã 43
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 63
Prefeitura Municipal de Cáceres 64
Prefeitura Municipal de Campinápolis 96
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 100
Prefeitura Municipal de Campo Verde 103
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 105
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 113
Prefeitura Municipal de Canarana 116
Prefeitura Municipal de Carlinda 121
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 129
Prefeitura Municipal de Cláudia 132
Prefeitura Municipal de Cocalinho 136
Prefeitura Municipal de Colíder 136
Prefeitura Municipal de Colniza 136
Prefeitura Municipal de Confresa 144
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 150
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 159
Prefeitura Municipal de Cuiabá 160
Prefeitura Municipal de Curvelândia 160
Prefeitura Municipal de Denise 162
Prefeitura Municipal de Diamantino 162
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 173
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 174
Prefeitura Municipal de General Carneiro 174
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 174
Prefeitura Municipal de Itanhangá 174
Prefeitura Municipal de Itiquira 186
Prefeitura Municipal de Jaciara 189
Prefeitura Municipal de Jauru 189
Prefeitura Municipal de Juruena 199
Prefeitura Municipal de Juscimeira 200
Prefeitura Municipal de Marcelândia 200
Prefeitura Municipal de Matupá 200

Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 208
Prefeitura Municipal de Nobres 216
Prefeitura Municipal de Nortelândia 251
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 254
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 256
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 258
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 259
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 260
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 269
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 278
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 289
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 290
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 295
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 296
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 297
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 304
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 306
Prefeitura Municipal de Paranatinga 328
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 333
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 334
Prefeitura Municipal de Poconé 334
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 334
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 334
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 335
Prefeitura Municipal de Poxoréu 335
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 337
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 338
Prefeitura Municipal de Rondolândia 344
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 346
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 349
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 351
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 355
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 355
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 356
Prefeitura Municipal de São José do Povo 357
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 360
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 360
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 362
Prefeitura Municipal de Tabaporã 362
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 369
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 369
Prefeitura Municipal de União do Sul 373
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 375
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 392
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 402
Prefeitura Municipal de Vila Rica 404

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA
PORTARIA Nº 37/2019

NOMEIA A SERVIDORA VERA LUCIA DE SOUZA SILVA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GERENTE DO DEPARTAMENTO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA E DECLARA NULA A PORTARIA Nº 31/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILÍDIO DA SILVA NETO, Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 23 da Resolução nº 03/2010, alterado pela Resolução nº 02/2014, e

Considerando a readequação das funções legislativas aplicadas no âmbito do Poder Legislativo Municipal, onde a servidora Vera Lucia de Souza Silva, além de suas funções de Assistente Legislativo, passará também a exercer as funções de Gerente do Departamento Pessoal desta Câmara Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a função de Gerente do Departamento Pessoal da Câmara Municipal de Araputanga à servidora Vera Lucia de Souza Silva, ocupante do cargo efetivo de Assistente Legislativo.

Parágrafo único – Ao Gerente do Departamento Pessoal compete manter atualizado, e sob controle, o registro de pessoal da Câmara Municipal, procedendo as anotações de nomeação e posse, afastamentos, exonerações e demissões, enquadramentos, promoções, direitos e vantagens de cada servidor, férias, e outros fatos funcionais previstos em Lei; promover a verificação dos dados relativos ao controle dos direitos e benefícios, tais como adicional por tempo de serviço, licença-prêmio e outras vantagens dos servidores, conforme previsto na legislação em vigor; promover a apuração do tempo de serviço do pessoal, para todo e qualquer fim de direito; promover as guias de previdência, nas épocas próprias, das contribuições previdenciárias e do imposto de renda, na fonte, dos servidores da Câmara Municipal; promover a lavratura de todos os atos referentes ao pessoal; confeccionar as folhas de pagamento mensais; e executar tarefas correlatas.

Art. 2º - Em razão da função designada, fica concedida à mencionada servidora a gratificação de 30% (trinta por cento) ao respectivo vencimento, em conformidade com o § 1º do art. 23, da Resolução nº 03/2010.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de dezembro de 2019.

Art. 4º - Fica declarada nula a Portaria nº 31/2019 e, portanto, sem nenhum efeito.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, em 11 de dezembro de 2019.

Ilídio da Silva Neto

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA EXTRATO – PORTARIA N° 018/2019ÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA EXTRATO – PORTARIA N° 018/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO – PORTARIA N° 018/2019

SÚMULA: Conceder férias a servidora da Câmara Municipal, Srª. MARISTELA FÁTIMA FAVERO LOSS. EBENEZEL DARBY DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Casa; RESOLVE: Artigo 1º - CONCEDER 20 (Vinte) Dias de férias a Srª. MARISTELA FÁTIMA FAVERO LOSS, portadora do RG: 101.261.3244/SSP/RS. e CPF: 307.826.350-91, a serem gozadas no período de 02 a 21 de Janeiro de 2020. Artigo 2º - CONCEDER, abono pecuniário de 10 (dez) Dias. Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Câmara Municipal de Cláudia, MT. 10 de Dezembro de 2019. EBENEZEL DARBY DOS SANTOS - Presidente Gestão 2019/2020

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA EXTRATO – PORTARIA N° 019/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO – PORTARIA N° 019/2019

SÚMULA: Conceder férias a servidor da Câmara Municipal, Sr. ROBERTO MACHADO. EBENEZEL DARBY DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Casa; RESOLVE: Artigo 1º - CONCEDER 20 (Vinte) dias de férias a Sr. ROBERTO MACHADO, portador do RG:1158639-7 SSP/MT e CPF: 913.667.981-04, a serem gozadas no período de 02 a 21 de Janeiro de 2020. Artigo 2º - CONCEDER, abono pecuniário de 10 (dez) Dias. Artigo 3 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Câmara Municipal de Cláudia, MT. 10 de Dezembro de 2019. EBENEZEL DARBY DOS SANTOS - Presidente Gestão 2019/2020

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA EXTRATO – PORTARIA N° 017/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO – PORTARIA N° 017/2019

SÚMULA: Conceder férias ao servidor da Câmara Municipal, Sr. ELOI MUCK. EBENEZEL DARBY DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Casa; RESOLVE: Artigo 1º - CONCEDER 20 (Vinte) Dias de férias a Sr. ELOI MUCK, Portador do RG: 0559-203-8 SSP/MT. e CPF: 362.679.101-72, a serem gozadas no período de 02 a 21 de Janeiro de 2020. Artigo 2º - CONCEDER, abono pecuniário de 10 (dez) Dias. Artigo 3 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Câmara Municipal de Cláudia, MT. 10 de Dezembro de 2019. EBENEZEL DARBY DOS SANTOS - Presidente Gestão 2019/2020

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO
ATO Nº. 009/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

ATO Nº. 009/2019

EBENEZEL DARBY DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Câmara, e: Considerando o período de recesso Parlamentar que é concedido aos vereadores de 16/12/19 a 01/02/20 no Legislativo Municipal; Considerando que no período de recesso Parlamentar serão concedidas férias a servidores do Legislativo Municipal; Considerando que existem obras de reforma em andamento no prédio do Legislativo Municipal; Considerando ainda o Artigo nº 289 do Regimento Interno da Câmara Municipal. RESOLVE: 1) – Fica declarado recesso de expediente ao Público na Câmara Municipal de Cláudia-MT. no período de 21 de Dezembro de 2019 a 21 de Janeiro de 2020; 2**)** –

no período mencionado no Art. 1º, os serviços internos serão realizados de acordo com a necessidade de cada setor, dispensado a permanência em expediente Interno. Publique-se; Cumpra-se. GABINETE DO PRESIDENTE, Câmara Municipal de Cláudia, MT. Em 10 de Dezembro de 2019. EBENEZEL D. DOS SANTOS - Presidente Biênio 2019/2020

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA EXTRATO – PORTARIA N° 020/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO – PORTARIA N° 020/2019

SÚMULA: Conceder férias a servidora da Câmara Municipal, Srª. ROSINETE DE SOUZA. EBENEZEL DARBY DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Casa; RESOLVE: Artigo 1º - CONCEDER 20 (Vinte) dias de férias a Srª. ROSINETE DE SOUZA, Portadora do RG: 1436596-0/SSP/MT. e CPF: 011.009.211-25,a serem gozadas no período de 02 a 21 de Janeiro de 2020. Artigo 2º - CONCEDER, abono pecuniário de 10 (dez) Dias. Artigo 3 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Câmara Municipal de Cláudia, MT. 10 de Dezembro de 2019. EBENEZEL DARBY DOS SANTOS - Presidente Gestão 2019/2020

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2019PAL DE CLÁUDIA EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2019

Espécie: Objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA **AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTO PARA COMPOR O DEPARTAMENTO ADMINISTATIVO E O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA – MT**, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA-MT. CONTRATADA: IVO SCHLEICHER & CIA LTDA, CNPJ n° 04.680.412/0001-70. VALOR GLOBAL: R$ 14.730,00 (quatorze mil e setecentos e trinta reais). VIGÊNCIA: até 60 dias da assinatura deste contrato. CÓD. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001. 01.031.0001.4490.5200000 – Equipamento e Material Permanente. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 009/2019, nos termos do art. 24, II, da Lei Federal n° 8.666/93. Cláudia - MT, 11 de Dezembro de 2019. EBENEZEL DARBY DOS SANTOS – Presidente.

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
TERMO DE RESCISÃO AMIGAVEL DO CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGAVEL DO CONTRATO

Contrato Nº..: 06/2018

Contratante .: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

Contratada...: **Jacobsen & Prates Soares Ltda - ME**.

Objeto.....: Rescisão amigável do contrato era referente a contratação de empresa para prestação de serviços especializados de apoio técnico, assessoria e consultoria para a gestão pública, envolvendo as área administrativa, financeira, orçamentária, de planejamento e de prestações de contas, bem como de licitações, contratos, recursos humanos, orientações técnicas diversas e auxilio na elaboração de defesas dos interesses do município junto a órgãos de controle externo.

Fundamento Legal: Art. 79, inciso II da Lei 8.666/93.

Data rescisão.....: 29/11/2019.

DIAMANTINO /MT em 06 de dezembro de 2019.

EDSON DA SILVA – PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA 019/2019

Portaria n.º 019/2019 Dom Aquino/MT, em 10 de dezembro de 2019.

LUCIANO CLÁUDIO DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

Considerando que o servidor Jucimar Oliveira Campos, responsável como fiscal de contratos dos contratos abaixo listado, estar de férias:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Servidor LOURIVAL SOARES DE OLIVEIRA FILHO como fiscal de contrato para os contratos:

n.º do Contrato	Contratado
002/2019	ROBSON R. MARCIDELLI DE ALMEIDA-ME
007/2019	JOÃO VIEIRA DE JESUS 59294442187

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência em 10 de dezembro de 2.019.

LUCIANO CLÁUDIO DA SILVA

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

PORTARIA Nº 36 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 36/2019

PORTARIA Nº 36/2019

***CICERO PEREIRA FILHO*,** Presidente da Câmara Municipal de Paranatinga-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor;

R E S O L V E

ART. 1º- Fica EXONERADO da função de Assessor de Imprensa Senhor ***MICHAEL SOUZA ALVES***

ART. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Paranatinga MT, 04 de dezembro de 2019

Gabinete do Presidente

_____

Cicero Pereira Filho

Presidente Biênio

2019/2020

Publique-se

Cumpra-se

Afixe-a

CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 053/2019

P O R T A R I A No 053/2019.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO SUBSTITUTO PARA CONDUZIR PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NA MODALIDADE PREGÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, Vereador **ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor **CLAUDIVAN DUARTE SILVA** para conduzir o Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO**, de que trata o Edital nº 006/2019 – Processo Licitatório nº 006/2019 – Pregão Presencial nº 002/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – Ano XIV nº 3.366, Edição 29 de novembro de 2019, em substituição ao Pregoeiro, **RODRIGO JACKS SILVA NUNES,** nomeado pela Portaria nº 005/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 09 de dezembro de 2019.

Vereador Antonio Edson de Arruda Souza

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 051/2019

P O R T A R I A No 051/2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Retifica a Portaria nº 047/2019, que concede 30 dias de férias regulamentares a **FELICIANO MAGALHÃES DE PAULA**, funcionário da Câmara Municipal de Poconé-MT., o período adquirido refere-se ao exercício 2017/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 03 de dezembro de 2019.

Vereador Antonio Edson de Arruda Souza

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 052/2019

P O R T A R I A No 052/2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder promoção à servidora **ROSANE FÁTIMA PEREIRA LEITE**, Auxiliar de Serviços Gerais, para a Classe D, Nível V, do Anexo II, da Lei Municipal nº 1.954/2019, conforme o art. 17, § 2º da Resolução nº 325/2015, com efeito, a partir do dia 06 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 03 de dezembro de 2019.

Vereador Antonio Edson de Arruda Souza

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 053/2019

P O R T A R I A No 053/2019.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO SUBSTITUTO PARA CONDUZIR PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NA MODALIDADE PREGÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, Vereador **ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor **CLAUDIVAN DUARTE SILVA** para conduzir o Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO**, de que trata o Edital nº 006/2019 – Processo Licitatório nº 006/2019 – Pregão Presencial nº 002/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – Ano XIV nº 3.366, Edição 29 de novembro de 2019, em substituição ao Pregoeiro, **RODRIGO JACKS SILVA NUNES,** nomeado pela Portaria nº 005/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 09 de dezembro de 2019.

Vereador Antonio Edson de Arruda Souza

Presidente

Vereador Marcio Fernandes Nunes Pereira

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 052/2019

P O R T A R I A No 052/2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder promoção à servidora **ROSANE FÁTIMA PEREIRA LEITE**, Auxiliar de Serviços Gerais, para a Classe D, Nível V, do Anexo II, da Lei Municipal nº 1.954/2019, conforme o art. 17, § 2º da Resolução nº 325/2015, com efeito, a partir do dia 06 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 03 de dezembro de 2019.

Vereador Antonio Edson de Arruda Souza

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA N° 052/2019

P O R T A R I A No 052/2019.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **ANTONIO EDSON DE ARRUDA SOUZA**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder promoção à servidora **ROSANE FÁTIMA PEREIRA LEITE**, Auxiliar de Serviços Gerais, para a Classe D, Nível V, do Anexo II, da Lei Municipal nº 1.954/2019, conforme o art. 17, § 2º da Resolução nº 325/2015, com efeito, a partir do dia 06 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 03 de dezembro de 2019.

Vereador Antonio Edson de Arruda Souza

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 002/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2019

Objeto: **AQUISIÇÃO DE VEICULO DO TIPO SPORT UTILITY VEHICLE (SUV) FECHADO, AUTOMÓVEL DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO MODELO 2019/2020, ZERO QUILÔMETRO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT**, especificações no **Termo de Referencia Anexo I** do Edital.

Repartição interessada:..... CÃMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006, LEI MUNICIPAL Nº 1.117/2018 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

A Câmara do município de Tabaporã/MT, através de sua Presidente, a senhora **Laurita José de Souza Silva**, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 243/2019, conforme segue:

>>> TAURO MOTORS VEICULOS IMPORTADOS – LTDA, CNPJ Sob n° **74.150.889/0001-20.**

Venceu o item 01 - VEÍCULO TIPO **SPORT UTILITY VEHICLE (SUV) FECHADO, AUTOMÓVEL DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO MODELO 2019/2020, ZERO QUILÔMETRO**, no valor unitário de R$: 109.450,00 (Cento e nove mil quatrocentos e cinquenta reais)

>>> Valor Total da Homologação: **R$: 109.450,00(Cento e nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã/MT, 11 de Dezembro de 2019.

LAURITA JOSÉ DE SOUZA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 002/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2019

Objeto: **AQUISIÇÃO DE VEICULO DO TIPO SPORT UTILITY VEHICLE (SUV) FECHADO, AUTOMÓVEL DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO MODELO 2019/2020, ZERO QUILÔMETRO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT**, especificações no **Termo de Referencia Anexo I** do Edital.

Repartição interessada:..... CÃMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006, LEI MUNICIPAL Nº 1.117/2018 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV, A Câmara do município de Tabaporã/MT, através de sua Presidente, a senhora **Laurita José de Souza Silva**, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, com a Empresa vencedora abaixo especificada:

>>> TAURO MOTORS VEICULOS IMPORTADOS – LTDA, CNPJ Sob n° **74.150.889/0001-20.**

Venceu o item 01 - VEÍCULO TIPO **SPORT UTILITY VEHICLE (SUV) FECHADO, AUTOMÓVEL DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO MODELO 2019/2020, ZERO QUILÔMETRO**, no valor unitário de R$: 109.450,00 (Cento e nove mil quatrocentos e cinquenta reais)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Tabaporã/MT, 11 de Dezembro de 2019.

LAURITA JOSÉ DE SOUZA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ - MT
RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 002/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2019

REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: **AQUISIÇÃO DE VEICULO DO TIPO SPORT UTILITY VEHICLE (SUV) FECHADO, AUTOMÓVEL DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO MODELO 2019/2020, ZERO QUILÔMETRO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TABAPORÃ – MT**, especificações no **Termo de Referencia Anexo I** do Edital.

O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, designada pela portaria 243/2019 de 12 de Setembro de 2019, através de seu presidente, torna público e para conhecimento dos licitantes que em sessão de julgamento, e após o exame da proposta apresentada no pleito e adotado o critério prescrito no Edital, proclamou-se como vencedor da licitação:

>>> TAURO MOTORS VEICULOS IMPORTADOS – LTDA, CNPJ Sob n° **74.150.889/0001-20**

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca / Modelo	Preço Unitário	Valor Total
1	**Veículo tipo Sport Utility Vehicle (SUV) fechado, Ano Modelo 2019/2020: Mecânica: Motorização Mínima: 2.0 Combustível: Flex Potência mínima cv: 160 Torque máximo (MKGF): mínimo de 21,0 Cambio: automático ou cvt (transmissão de variação contínua) Tração: Tração 4x2 Dianteira Direção: Pinhão e Cremalheira, Com Assistência Elétrica Freios: quatro freios a disco com dois discos ventilados Suspensão dianteira: Independente, Estrutura Mcpherson, Molas Helicoidais, Barra estabilizadora. Suspensão traseira: Independente, estrutura multi-Link, molas helicoidais, barra estabilizadora. Rodas; Liga Leve, mínimo 18 x 6,5 Pneus 225/55 R18 Dimensões: Tanque com capacidade mínima: 50L Porta Malas mínimo: 440L Segurança: Airbag: motorista e passageiro Freios: ABS nas quatro rodas Distribuição eletrônica de frenagem Alarme Conforto: Ar condicionado automático Direção com assistência eletrônica Piloto automático Travas elétricas Volante com regulagem de altura Sistema de áudio: Entrada USB DVD Player com Rádio AM/FM CD/MP3 Player Conectividade por Bluetooth Kit multimídia Bancos: Couro Janelas: Vidros elétricos dianteiros e traseiros Desembaçador traseiro e Traseiro Outros: Ocupantes: 5 05 portas (04 laterais e 1 traseira) Cor: Branco Sensor de farol Farol de neblina Demais itens e acessórios de segurança exigidos por lei Manual do proprietário e de manutenção, em português; Assistência Técnica Autorizada no estado de Mato Grosso. Com Primeiro Licenciamento e Emplacamento em nome da Câmara Municipal de Tabaporã – MT Jogo de tapetes, documentada com primeiro emplacamento para o município de Tabaporã – MT Garantia: 1 (um) anos sem limite de quilometragem.**	un	01	**MITSUBISHI – ASX GLS**	109.450,00	109.450,00

Tabaporã – MT, 11 de Dezembro de 2019.

HELIELSON TEODORO ALVES Pregoeiro Nomeado Portaria n° 243/2019	**LAURITA JOSÉ DE SOUZA SILVA** Presidente da Câmara Municipal de Tabaporã - MT

CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 03, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019

Fixa o Calendário de Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de União do Sul, para vigorar na Sessão Legislativa de 2020 e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Soberano Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam as Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de União do Sul, para Sessão Legislativa de 2020, assim estabelecidas:

Ano	Mês	Dias
	Fevereiro	03 e 17;
	Março	02 e 16;
	Abril	06 e 20;
	Maio	04 e 18;
2	Junho	01 e 15;
0	Julho	06 e 13;
2	Agosto	03 e 17;
0	Setembro	14 e 21;
	Outubro	05 e 19;
	Novembro	09 e 23;
	Dezembro	07 e 14.

Parágrafo Primeiro – As Sessões Ordinárias serão em número de 38 (trinta e oito) Sessões Anuais, sendo 02 (duas) sessões ordinárias por data, exceto nos meses de fevereiro, julho e dezembro que será 01 (uma) sessão por data, e terão início a partir das 19:00 horas, observando um intervalo de 10 (dez) minutos entre as sessões.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo feriados, ponto facultativo ou qualquer outra causa que impeça a sua realização, as Sessões serão transferidas pa-

ra o primeiro dia útil subsequente ou data indicada pela Mesa Diretora, ou pela maioria dos Vereadores.

Art. 2º - A Câmara Municipal de Vereadores poderá ser convocada extraordinariamente pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara ou por requerimento da maioria absoluta dos Vereadores, em caso de urgência ou interesse público relevante.

Art. 3º - Salvo doença comprovada, licença, missão autorizada pela Câmara, o Vereador não poderá deixar de comparecer à Terça Parte das Sessões previstas no artigo 1º desta Resolução, sob pena de perda de mandato.

Art. 4º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 09 de dezembro de 2019

ABIMAEL BARBOSA DE SÁ JANICE DALLA LIBERA RODRIGUES

Presidente 1ª Secretária

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 05/2019/CIDESAT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 05/2019/CIDESAT

PREGÃO PRESENCIAL N° 07/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 10/2019

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso. Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, situado Rua Marechal Dutra nº 248 - Jd. Zeferino I em São José dos Quatro Marcos - MT, CNPJ: 08.979.143/0001-07 neste ato representado pelo a seu **Presidente Sr. PAULO REMÉDIO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes nº 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20, considerando o julgamento do **Pregão Presencial Registro de Preços Nº 07/2019** e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços das Empresas: **MAQUIPARTS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA,** inscrita no CNPJ 12.753.213/0003-35, localizada na avenida Governador Júlio Campos, N.º 3981-B, Bairro, Jardim Paula I, Cidade de Várzea Grande, CEP: 78.140-400, representada pelo **Sr. IZAIAS REZENDE**, portador da Cédula de Identidade RG 14539136 SSP/MT, e do CPF: 002.551.721-09. E a **PEGASUS COMERCIO DE MAQUINAS, INSUMOS AGRICOLAS E SERVICOS EIRELI,** inscrita no CNPJ 10.323.511/0001-06, localizada na Tr Sia Trecho 3 Lote 990 Sala, N.º 212, bairro, zona industrial (guara), Cidade de Brasília-DF CEP: 71.200-030, representada pelo **Srª. KARINE CARLA NUNES DA COSTA**, portadora da Cédula de Identidade RG 11017, e do CPF: 023.875.371-90.

O **Registro** dos preços estão de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO - ESPECIFICAÇÃO, DO PREÇO E QUANTITATIVO

1.1 A presente ATA tem por objeto o Registro de Preço para Aquisição de Materiais Permanentes, adjudicados às respectivas empresas vencedoras, conforme especificações dos equipamentos a serem adquiridos, a quantidade e o preço unitário dispostos a seguir:

EMPRESA MAQUIPARTS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 12.753.213/0003-35

LOTE	Descrição: Equipamento/Bem – Marca/Modelo	Unid.	Quant.	V. Unit.	V. TOTAL
1	TRATOR AGRÍCOLA de rodas, PLATAFORMADO de fabricação nacional, tração 4x4, equipado com motor de 4 cilindros, turbo alimentado, potencia mínima de **125 CV**, transmissão mínima de 16 velocidades a frente e 4 a ré, levante hidráulico, tomada de força independente, controle remoto, comando duplo, pneus com tamanhos: traseiros 23x30 e dianteiros 14x28 ou 14x26, e arco de segurança com capota de proteção ao operador. Garantia mínima de um ano e Assistência Técnica Autorizada de Fábrica próxima a sede do Consórcio(Até 350 km). Marca/Modelo:	UN	4	205.000,00	**820.000,00**

EMPRESA PEGASUS COMERCIO DE MAQUINAS, INSUMOS AGRICOLAS E SERVICOS EIRELI –

CNPJ: 10.323.511/0001-06

LOTE	Descrição: Equipamento/Bem – Marca/Modelo	Unid.	Quant.	V. Unit.	V. TOTAL
2	CARRETA FORRAGEIRA AGRICOLA HIDRÁULICA BASCULANTE (NOVA), Com capacidade mínima de 6 toneladas e volume mínimo de 8 m³, com dois eixos, rodas Aro 16, Com 4 pneus novos compatíveis e Basculante Hidráulica com pistão. Garantia mínima de 6 meses. Marca/Modelo:	UN	6	14.500,00	**87.000,00**

Tudo conforme especificações e condições técnicas constantes no edital e em seus anexos parte integrante desta ATA.

2. DA VIGÊNCIA

A presente ATA de Registro de Preços, terá **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, admitindo-se a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Executiva do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A vencedora deverá assinar o contrato no máximo 02 (dois) dias úteis, contados da convocação;

4.2. Cumprir a vigência do contrato, que será de 12 (doze) meses.

4.3. Os equipamentos deverão ser entregue na cidade de São José dos Quatro Marcos-MT, nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento ou outro acordado previamente, ou em local indicado pelo Órgão/Entidade contratante;

4.4. Os equipamentos deverão ser apresentados, conforme padrão do fabricante, devendo garantir proteção durante o transporte até a entrega ao Órgão/Entidade, bem como constar identificação do produto/equipamento e demais informações exigidas na legislação em vigor;

4.5. Prazo de entrega será de **até 60** (sessenta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento;

4.6 – Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

4.7 – Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão/Entidade**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Secretaria Executiva, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

4.8. – Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

4.8.1 – Os acréscimos ou supressões até 25% serão aplicados automaticamente na Ata de Registro de Preço.

4.9 – Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Consórcio e do Ministério da Integração Nacional, no tocante a entrega dos produtos, inclusive permitir o acesso dos fiscais do Consórcio e do MI em suas dependências, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definidos e conforme especificações constantes no edital, Termo de Referência/Projeto Básico, do processo licitatório;

4.10 – Indenizar terceiros e/ou o Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.11 – Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

4.12 – Comunicar imediatamente ao Consórcioqualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

4.13 – Receber a devolução e prontamente repor os veículos e equipamentos que apresentarem defeitos imediatos ou não estiverem de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

4.14 – Entregar junto com os bens o manual operacional e certificado de garantia acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.15 – Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratado.

4.16 – DAS GARANTIAS

4.16.1 – Garantia conforme especificação contida no descritivo de cada LOTE, contados da emissão da Nota Fiscal, registrado no Certificado de Garantia a ser entregue juntamente com o material fornecido;

4.16.2 - Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA ou ainda em testes realizados seja considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

4.16.3 – Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transporte, mão de obra e manutenção dos bens, no caso de apresentar (em) imperfeição (ões), correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE quaisquer ônus.

4.17 - O Fornecedor responsabilizar-se-á pelas despesas com transporte e demais despesas eventuais, que porventura sobrevier do presente fornecimento;

4.18 - Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, e vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

4.19 – Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e alterações.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

5.2. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato;

5.3. Determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos;

5.4. Receber o objeto do contrato, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no instrumento contratual;

5.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

5.6. Designar, servidor gestor do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente;

5.7 – Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades ou desconformidades observados quando da entrega dos equipamentos, para as devidas correções;

6. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pelo em nome da contratante em favor da contratada mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contratante, após ter conferido o material/equipamento e ter certificado tratar-se do solicitado/contratado em todos os seus itens e características.

6.2. O pagamento será efetuado à contratada após a entrega do bem, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL e depois de atestada conforme descrito no item anterior e cumprida todas as obrigações acessórias.

6.2.1 Em caso de alguma pendência acessória, poderá ser retido valor proporcional dentro da razoabilidade administrativa até que esta seja cumprida.

6.3. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da manutenção da habilitação que ensejou a adjudicação;

6.4. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, este será efetuado apenas após a respectiva regularização;

6.5. O contratado indicará no corpo da nota fiscal o número do contrato, nome do banco, agência e conta-corrente onde deverá ser feito o pagamento, que será efetuado via ordem bancária;

(Termos para Nota Fiscal: Item Conforme Pregão Registro de Preços Nº 07/2019, Ata de Registro de Preços Nº 05/2019 e Contrato Adm. Nº ...../2019. Convênio nº 874383/2018/MAPA/CAIXA, Banco:.... Agência:.....Conta Corrente:...)

6.6. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

6.7. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio de OBTV/SIAFI via sistema SICONV, para o banco discriminado na nota fiscal;

6.8. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade, garantia e obrigações acessórias como o curso de formação para o equipamento do Lote 1;

6.9. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

6.10. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

6.11. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

7. DA ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do do art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

7.1.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

7.1.2. Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da empresa registrada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

7.1.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 8.1.1 e 8.1.2, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria Executiva do Consórcio, cabendo a presidência a decisão sobre o pedido.

7.1.4. Deferido o pedido pela presidência, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços, e o reajuste mediante apostilamento.

7.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

7.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Consórcio solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

7.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Consórcio poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

7.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

7.6. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

7.6.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

7.6.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

7.6.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

7.6.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

7.6.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

7.7. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

7.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

7.9. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

7.10. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

7.11. Caso o Consórcio não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

7.12. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

7.13. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização do Consórcio.

8. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei No 8.666/93.

8.1.2 - Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar ou não a adesão de terceiros, de que trata o subitem 13.20.1, a Ata de Registro de Preços decorrente deste Edital. Ele poderá utilizar-se de motivos como a falta de pessoal necessário à administração da Ata de Registro de Preços para negar solicitação de adesão.

8.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

8.3 – Em conformidade com os § 3º e 4º, do art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013, as contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços e não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

8.4 - Quanto aos Órgãos Participantes do presente instrumento convocatório, destaca-se que os quantitativos relativos às suas necessidades serão registradas nas próprias Atas do Órgão Gerenciador, não sendo necessária a assinatura de novas Atas. Entretanto, os órgãos e entidades que aderirem às Atas de Registro de Preços deverão assinar uma nova Ata de Registro de Preços, específica, com os fornecedores de seu interesse, bem como termo de contrato. Tal Ata deverá ter o prazo final de sua vigência igual ao da Ata de Registro de Preços a que ela se vincula, além de ter uma cópia encaminhada ao Órgão Gerenciador.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e §1 do art. 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor da nota de empenho.

9.2. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:

a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 10o (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia útil de atraso.

9.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 5o (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia útil de atraso.

9.4. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

9.5. Se a contratada recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita ainda às seguintes penalidades**:**

a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Órgãos/Entidades por prazo de até 05 (cinco) anos,e,

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.6. A empresa licitante ou contratada que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contrato com a Administração e será descredenciada do sistema de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em conformidade com o art. 7° da Lei 10.520/2002.

9.7. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Órgão, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Órgão/Entidade, podendo, ainda o ÓRGÃO/ENTIDADE proceder à cobrança judicial da multa.

9.8. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO/ENTIDADE.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº.07/2019** e seus anexos e as propostas **classificadas**.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São José dos Quatro Marcos-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São José dos Quatro Marcos,04 de DEZEMBRO de 2019.

PAULO REMÉDIO

Presidente

Assinatura:_____

LOTE 01:

EMPRESA	**MAQUIPARTS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA**
CNPJ	**12.753.213/0003-35**
ENDEREÇO	**avenida Governador Júlio Campos, N.º 3981-B, Bairro, Jardim Paula I, Cidade de Várzea Grande, CEP: 78.140-400**
REPRESENTANTE	**IZAIAS REZENDE** **RG 14539136 SSP/MT** **CPF: 002.551.721-09**
CONTATO	contabilidade@maquiparts.com.br **(69) 3322-3000 / (69) 9902-4933**

Assinatura:_____

LOTE 02:

EMPRESA	**PEGASUS COMERCIO DE MAQUINAS, INSUMOS AGRICOLAS E SERVICOS EIRELI**
CNPJ	**10.323.511/0001-06**
ENDEREÇO	**Tr Sia Trecho 3 Lote 990 Sala, N.º 212, bairro, zona industrial (guara), Cidade de Brasília-DF CEP: 71.200-030**
REPRESENTANTE	**KARINE CARLA NUNES DA COSTA** **RG 11017** **CPF: 023.875.371-90**
CONTATO	**MATHEUSSANCHEZ@PEGASUSLI.COM.BR** **(61) 3578-1441 / (61) 8151-6658**

TESTEMUNHAS:

Nome: Danilo Ricardo Pivetta CPF:032.867.841-41	Nome: Ricardo Santos Dela Cruz CPF: 015.400.521-50

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 10/2019

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, PAULO REMÉDIO, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Estatuto e Contrato Consórcio, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer Jurídico resolve: **HOMOLOGAR, Processo Licitatório nº. 10/2019**, **na modalidade Pregão Presencial Registro de Preços N.º 07/2019**, tendo como **objeto**, o **Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de quatro Tratores agrícolas e seis carretas agrícolas forrageiras conforme especificações e condições técnicas constantes do edital e seus anexos, para atender o Contrato de Repasse Nº 874383/2018/ MAPA/CAIXA e eventual necessidade do Consórcio**, teve como empresas "VENCEDORAS'', os seguintes lotes:

Lote 01: TRATOR AGRÍCOLA 125cv

Empresa: MAQUIPARTS COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, inscrita no CNPJ: 12.753.213/0003-35 foi vencedora, com o valor GLOBAL de R$ 820.000,00 (Oitocentos e Vinte Mil Reais).

Lote 02: CARRETA FORRAGEIRA AGRÍCOLA HIDRÁULICA BASCULANTE.

Empresa: PEGASUS COMERCIO DE MAQUINAS, INSUMOS AGRICOLAS E SERVICOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 10.323.511/0001-06 foi

vencedora, com o valor GLOBAL de **R$ 87.000,00** (Oitenta e Sete Mil Reais).

São José dos Quatro Marcos-MT, aos 04 dias do mês de Dezembro de 2019.

Paulo Remédio

Presidente do CIDESAT

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO GARÇAS/ ARAGUAIA - CISRGA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 035/2019, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO № 035/2019

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº 11/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

RESOLUÇÃO Nº. 013/2019

Barra do Garças, 09 de Dezembro de 2019.

"Nomeia servidores para compor a Comissão de Licitação e Patrimônio do CISRGA e dá outras providências".

O Sr. Gerson Rosa de Moraes, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Garças / Araguaia – CISRGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 51, parágrafo 1° da Lei 8.666/93 e alterações:

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os Colaboradores, **Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira**, **Fabiani Francisca Vieira** e **Giselle Suzana da Silva**, para sob a presidência do primeiro, compor as comissões de Licitação e Patrimônio.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente.

_____

Gerson Rosa de Moraes

Presidente do CISRGA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 036/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO № 036/2019

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº 11/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

RESOLUÇÃO Nº. 014/2019

Barra do Garças, 10 de Dezembro de 2019.

"Dispõe sobra nomeação de Servidor para o Cargo de Fiscalização dos Contratos firmados".

O Sr. Gerson Rosa de Moraes, Presidente do Conselho Diretor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Garças / Araguaia – CISRGA, no uso de suas atribuições legais e:

Considerando o disposto na Resolução Normativa Nº 06/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT,

Considerando, ainda o disposto no art. 67 da Lei de nº 8.666/93;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica nomeada para fiscalizar os Contratos Administrativos vigentes pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia, a **Sra. Adriana Schimidt**, o qual terá como suplente em substituição, quando necessário, o colaborador **Pedro Henrique Silva Alves**.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente.

_____

Gerson Rosa de Moraes

Presidente do CISRGA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 034/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO № 034/2019

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/Araguaia, através da Secretária Executiva a Sra. Virginia Patrícia Santos Rocha de Oliveira, nomeada pela Resolução Nº11/2018, em cumprimento aos princípios Constitucionais da Publicidade e Ampla Divulgação, ao texto legal do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, e demais legislações pertinentes à espécie. Torna público para conhecimento dos interessados o seguinte ato:

ERRATA – EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 033/2019, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019

O presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Garças/ Araguaia-CISRGA, representado neste ato por seu Presidente Gerson Rosa de Moraes, no uso de suas atribuições legais, após a elaboração da Resolução de nº 12/2019 e posteriormente publicação veiculada no dia 09 de dezembro de 2019, verificou a necessidade de se promover correções, as quais, ao fim **RETIFICA**:

Onde se lê:

Art. 1º - Nomear, para exercer ***o cargo de Assessor Jurídico*** do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região/Garças Araguaia – CISRGA, o Sr. **Elvio Naves Ribeiro**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade com RG nº 0935161-2 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 568.103.421-68.

Leia-se:

Art. 1º - Nomear, para exercer **o *cargo de Controle Interno***do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região/Garças Araguaia – CISRGA, o Sr. **Elvio Naves Ribeiro**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade com RG nº 0935161-2 SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 568.103.421-68.

Permanecem inalterados todos os demais dados da referida Publicação.

Barra do Garças-MT, 10 de dezembro de 2019. _____ **GERSON ROSA DE MORA**

Presidente do CISRGA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 090/ 2019

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 090/ 2019

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **CENTRO DE IMAGEM BERTINETTI LTDA - EPP**

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica habilitada para a Prestação de Serviço de Exames de Imagem, Laboratorial e Serviço Médico Especializado em Anestesiologia a serem prestados no Hospital Regional de Peixoto de Azevedo - MT, localizada na Travessa Bartolomeu Dias nº 269, Bairro Alvorada, Peixoto de Azevedo - MT.

VIGÊNCIA: 10/11/2019/ **á 31/12/2019**

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2006.33.90.39.00 “52”

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 100/ 2019

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 100/ 2019

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: **RAPHAEL DUTRA LOPES**

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica habilitada para prestação de serviços especializados na área de Ultrassonografia.

VIGÊNCIA: 22/11/2019/ **á 31/12/2019**

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.34.00 “27”

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO II TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 013/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: CLINICA RADIOLOGICA DR. BERTINETTI LTDA CNPJ: 32.970.345/0001-64

RETIFICAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO: **ONDE SE LÊ:** Para atender nos Municípios de Jaciara, Primavera do Leste ou Poxoréu, aos pacientes dos Municípios Consorciados. **LEIA-SE:** Para atender aos pacientes dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

RETIFICAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO: **ONDE SE LÊ:** R$ 120. 000,00 (cento e vinte mil reais**)**. **LEIA-SE:** R$ 120.800,00 (cento e vinte mil e oitocentos reais). Permanecem inalteradas as demais condições previstas no CONTRATO DE N.° 013/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CODEMA
EXTRATO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS PELO CODEMA

EXTRATO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDAS PELO CODEMA

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental ‘Médio Araguaia’ – CODEMA, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal de 1988, torna pública as seguintes licenças, retroativas a data da sua emissão:

Água Boa-MT, 11 de dezembro de 2019.

PROCESSO	Nº. LICENÇA	TIPO LICENÇA	RAZÃO SOCIAL	ATIVIDADE LICENCIADA	MUNICÍPIO
2942.007.047.0000071/2019	149/2019	Prévia	Manoel Wanderlei Rodrigues Batista	Padaria com forno a lenha e Fabricação de Produtos de padaria, confeitaria e pastelaria – Exceto industrializados	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000071/2019	150/2019	Instalação	Manoel Wanderlei Rodrigues Batista	Padaria com forno a lenha e Fabricação de Produtos de padaria, confeitaria e pastelaria – Exceto industrializados	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000071/2019	136/2019	Operação	Manoel Wanderlei Rodrigues Batista	Padaria com forno a lenha e Fabricação de Produtos de padaria, confeitaria e pastelaria – Exceto industrializados	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000019/2019	141/2019	Prévia	Hotel Morada do Sol Zamperlini Ltda	Meios de hospedagem (hotéis, pousadas, etc) localizados fora de APP e Unidades de Conservação	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000019/2019	142/2019	Instalação	Hotel Morada do Sol Zamperlini Ltda	Meios de hospedagem (hotéis, pousadas, etc) localizados fora de APP e Unidades de Conservação	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000019/2019	131/2019	Operação	Hotel Morada do Sol Zamperlini Ltda	Meios de hospedagem (hotéis, pousadas, etc) localizados fora de APP e Unidades de Conservação	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000004/2019	146/2019	Prévia	Valmir Fernando Breitenbach	Lavagem de veículos	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000004/2019	147/2019	Instalação	Valmir Fernando Breitenbach	Lavagem de veículos	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000004/2019	135/2019	Operação	Valmir Fernando Breitenbach	Lavagem de veículos	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000037/2019	094/2019	Prévia	Clinica Médica Guimarães Ltda-ME	Atividade de clínica médica e odontológica; Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de ana- tomia patologia; laboratório: de análises clíni- cas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc.	Nova Xavantina -MT

2942.007.047.0000037/2019	094/2019	Instalação	Clinica Médica Guimarães Ltda-ME	Atividade de clínica médica e odontológica; Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de ana- tomia patologia; laboratório: de análises clíni- cas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc.	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000037/2019	077/2019	Operação	Clinica Médica Guimarães Ltda-ME	Atividade de clínica médica e odontológica; Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de ana- tomia patologia; laboratório: de análises clíni- cas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc.	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000046/2019	093/2019	Prévia	Centerlab Laboratório Ltda-ME	Atividade de clínica médica e odontológica; Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de ana- tomia patologia; laboratório: de análises clíni- cas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc.	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000046/2019	093/2019	Instalação	Centerlab Laboratório Ltda-ME	Atividade de clínica médica e odontológica; Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de ana- tomia patologia; laboratório: de análises clíni- cas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc.	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000046/2019	076/2019	Operação	Centerlab Laboratório Ltda-ME	Atividade de clínica médica e odontológica; Atividades de serviços de complementação diagnósticos ou terapêutica, laboratório de ana- tomia patologia; laboratório: de análises clíni- cas, serviços de raio-x, radioterapia, serviços de quimioterapia, serviço de banco de sangue, etc.	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000055/2019	115/2019	Prévia	Sousa Alimentos Eireli	Fabricação de sorvetes/bolos e tortas geladas/coberturas	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000055/2019	115/2019	Instalação	Sousa Alimentos Eireli	Fabricação de sorvetes/bolos e tortas geladas/coberturas	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000055/2019	098/2019	Operação	Sousa Alimentos Eireli	Fabricação de sorvetes/bolos e tortas geladas/coberturas	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000050/2019	135/2019	Prévia	João Batista Vieira	Lavagem de veículos	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000050/2019	136/2019	Instalação	João Batista Vieira	Lavagem de veículos	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000050/2019	117/2019	Operação	João Batista Vieira	Lavagem de veículos	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000016/2019	100/2019	Prévia	Farma Clínica Drogaria Eireli-ME	Comércio varejista de Produtos Farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000016/2019	100/2019	Instalação	Farma Clínica Drogaria Eireli-ME	Comércio varejista de Produtos Farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000016/2019	083/2019	Operação	Farma Clínica Drogaria Eireli-ME	Comércio varejista de Produtos Farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	Nova Xavantina -MT
2942.007.043.0000006/2018	144/2019	Prévia	Daniel Henrique Souza Silva	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Campinápolis-MT
2942.007.043.0000006/2018	145/2019	Instalação	Daniel Henrique Souza Silva	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Campinápolis-MT
2942.007.043.0000006/2018	134/2019	Operação	Daniel Henrique Souza Silva	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Campinápolis-MT
2942.007.047.0000070/2019	160/2019	Prévia	Matheus Willy Mendes Mendanha	Lavagem de veículos	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000070/2019	161/2019	Instalação	Matheus Willy Mendes Mendanha	Lavagem de veículos	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000070/2019	145/2019	Operação	Matheus Willy Mendes Mendanha	Lavagem de veículos	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000005/2019	161/2019	Prévia	David Ribeiro da Silva	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000005/2019	162/2019	Instalação	David Ribeiro da Silva	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000005/2019	146/2019	Operação	David Ribeiro da Silva	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Nova Xavantina -MT
2942.006.002.	158/2019	Prévia	Prefeitura Municipal de	Construção e restauração de forma individual de pontes, viadutos e passarelas em vias munic.	Água Boa-MT

0000011/2018			Água Boa-MT		
2942.006.002.0000011/2018	159/2019	Instalação	Prefeitura Municipal de Água Boa-MT	Construção e restauração de forma individual de pontes, viadutos e passarelas em vias munic.	Água Boa-MT
2942.006.002.0000009/2018	159/2019	Prévia	Prefeitura Municipal de Água Boa-MT	Construção e restauração de forma individual de pontes, viadutos e passarelas em vias munic.	Água Boa-MT
2942.006.002.0000009/2018	160/2019	Instalação	Prefeitura Municipal de Água Boa-MT	Construção e restauração de forma individual de pontes, viadutos e passarelas em vias munic.	Água Boa-MT
2942.007.048.0000026/2018	019/2019	Operação CANCELADA	J. Delazeri-ME	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Querência-MT
2942.012.096.0000006/2019	144/2019	Operação	Eletric Diesel Ltda-ME	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Querência-MT
2942.007.047.0000064/2019	150/2019	Prévia	Fábio de Lima Silva	Fabricação de artigos de vidro	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000064/2019	151/2019	Instalação	Fábio de Lima Silva	Fabricação de artigos de vidro	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000064/2019	137/2019	Operação	Fábio de Lima Silva	Fabricação de artigos de vidro	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000058/2019	153/2019	Prévia	Dercio Alvares Junior-ME	Atividades de Clínicas Médica e Odontológica (clínicas, consultórios e ambulatórios)	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000058/2019	154/2019	Instalação	Dercio Alvares Junior-ME	Atividades de Clínicas Médica e Odontológica (clínicas, consultórios e ambulatórios)	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000058/2019	140/2019	Operação	Dercio Alvares Junior-ME	Atividades de Clínicas Médica e Odontológica (clínicas, consultórios e ambulatórios)	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000041/2019	151/2019	Prévia	Carlos Alberto Fortunato de Oliveira	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000041/2019	152/2019	Instalação	Carlos Alberto Fortunato de Oliveira	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000041/2019	138/2019	Operação	Carlos Alberto Fortunato de Oliveira	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Nova Xavantina -MT
2942.006.039.0000004/2019	154/2019	Prévia	Clínica Andraos Eireli	Atividades de Clínicas Médica e Odontológica (clínicas, consultórios e ambulatórios)	Nova Xavantina-MT
2942.006.039.0000004/2019	155/2019	Instalação	Clínica Andraos Eireli	Atividades de Clínicas Médica e Odontológica (clínicas, consultórios e ambulatórios)	Nova Xavantina-MT
2942.006.002.0000001/2019	145/2019	Prévia	Prefeitura Municipal de Água Boa-MT	Construção, Pavimentação, Conservação de vias públicas e/ou drenagem urbana.	Água Boa-MT
2942.006.002.0000001/2019	146/2019	Instalação	Prefeitura Municipal de Água Boa-MT	Construção, Pavimentação, Conservação de vias públicas e/ou drenagem urbana.	Água Boa-MT
2942.006.035.0000002/2018	148/2019	Prévia	Eude Gregório Teixeira	Lavagem de veículos	Campinápolis-MT
2942.006.035.0000002/2018	149/2019	Instalação	Eude Gregório Teixeira	Lavagem de veículos	Campinápolis-MT
2942.006.039.0000003/2019	147/2019	Prévia	Prefeitura Municipal de Nova Xavantina -MT	Construção e reformas de Prédios e espaços públicos fora de APP.	Nova Xavantina-MT
2942.006.039.0000003/2019	148/2019	Instalação	Prefeitura Municipal de Nova Xavantina -MT	Construção e reformas de Prédios e espaços públicos fora de APP.	Nova Xavantina-MT
2942.012.090.0000002/2019	123/2019	Operação	Juliana Ferreira Brito - ME	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT

2942.007.042.0000023/2018	061/2018	Operação CANCELADA	Alcines Luiz Tumelero - EPP	Manutenção e reparação de veículos automoto-res (automóveis, caminhonetes, ônibus, cami-nhões, tratores e motocicletas, etc.)	Água Boa-MT
2942.007.047.0000019/2018	157/2019	Prévia	L P C Ferreira e Cia Ltda	Fabricação de esquadrias de metal, Fabricação de estruturas metálicas para edifícios, pontes, torres de transmissão, andaimes e outros fins, inclusive sob encomenda.	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000019/2018	158/2019	Instalação	L P C Ferreira e Cia Ltda	Fabricação de esquadrias de metal, Fabricação de estruturas metálicas para edifícios, pontes, torres de transmissão, andaimes e outros fins, inclusive sob encomenda.	Nova Xavantina -MT
2942.007.047.0000019/2018	143/2019	Operação	L P C Ferreira e Cia Ltda	Fabricação de esquadrias de metal, Fabricação de estruturas metálicas para edifícios, pontes, torres de transmissão, andaimes e outros fins, inclusive sob encomenda.	Nova Xavantina -MT
2942.013.098.0000006/2019	019/2019	Não Passível de Licenciamento	Mendel & Mendel Junior Ltda	Locações de automóvel sem condutor e ativi-dade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral exceto imobiliário	Água Boa-MT
2942.013.104.0000001/2019	020/2019	Não Passível de Licenciamento	Novosolo Agronegócios Ltda	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo através de venda direta sem estocagem de produto	Querência-MT

FERNANDO GORGEN

Presidente do CODEMA

GEOOBRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 283/2019.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 155/2019.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 035/2019.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT

FORNECEDOR REGISTRADO: MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços Futura e Eventual Aquisição de quadros brancos e bobinas para impressoras térmicas, a fim de atender as necessidades das Secretarias de Educação e Cidade e Meio Ambiente da Prefeitura de Água Boa-MT.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
36142	QUADRO ESCOLAR - COM MOLDURA DE ALUMÍNIO, FORMICA MELAMÍNICO MEDINDO (3,00 X 1,20) M, LAMINADO BRANCO (QUADRO BRANCO)	UND	STALO	45	420,00	18.900,00
36410	QUADRO ESCOLAR - COM MOLDURA DE ALUMÍNIO, FORMICA MELAMÍNICO MEDINDO (2,5 X 1,20) M, LAMINADO BRANCO (QUADRO BRANCO)	UND	STALO	5	365,00	1.825,00

TOTAL: R$ 20.725,00 (Vinte e cinco mil e setecentos e vinte e cinco reais).

DATA: 11/12/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

GEOOBRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 284/2019.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 155/2019.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 035/2019.

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT

FORNECEDOR REGISTRADO: C J MONTEIRO JUNIOR - ME

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços Futura e Eventual Aquisição de quadros brancos e bobinas para impressoras térmicas, a fim de atender as necessidades das Secretarias de Educação e Cidade e Meio Ambiente da Prefeitura de Água Boa-MT.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
26276	BOBINA - PARA IMPRESSORA TÉRMICA PORTÁTIL, EM PAPEL TERMO SENSÍVEL, 247X104MM	UND	CLAIR	2100	8,30	17.430,00

TOTAL: R$ 17.430,00 (Dezessete mil e quatrocentos e trinta reais).

DATA: 11/12/2019

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 073/2019.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 073/2019

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 073/2019.

OBJETO: Futuras e Eventuais aquisições de óleos lubrificantes, graxas e aditivos.

REALIZAÇÃO: 06/001/2020.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08h00min, horário de Brasília.

INICIO DO CERTAME: 08h30min, horário de Brasília.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, no site da prefeitura, www.prefeitura@aguaboa.mt.gov.br e pelo e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 11 de dezembro de 2019.

Marcos da Silva Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2019

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que decidiu **SUSPENDER**, o certame de **Pregão Presencial nº 060/2019**, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO DE MANEJO INTEGRADO DE RESÍDUOS CLASSES I E II, INCLUINDO AS SEGUINTES ETAPAS: COLETA, LIMPEZA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS SUFICIENTES PARA MOVIMENTAÇÃO INTERNA E EXTERNA DOS RESÍDUOS, ATÉ O SEU TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL EM ATENDIMENTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT, que estava previsto para acontecer no dia **12/12/2019 as 08:30h**. Motivo: Exame de impugnação interposta. Informamos que a presente licitação ficará suspensa até a devida análise. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Os interessados poderão obter mais informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Lic... ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00.

Alto Garças - MT, 11 de novembro de 2019.

Alessandra da Silva Dias - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
LEI Nº 563 /2019

LEI Nº 563 /2019

"**Dispõe sobre o cancelamento das Cartas de Aforamento emitidas pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – MT., após a promulgação da Constituição Federal de 05/10/1988 e sem registros no Cartório de 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Diamantino – MT., e dá outras providências**".

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Ficam canceladas to**das as cartas de aforamento emitidas pela Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – MT., após a promulgação da Constituição Federal de 05/10/1988 e sem registros no Cartório de 1º Serviço de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Diamantino – MT.**

Parágrafo Único – Aos imóveis com aforamentos cancelados, a que se refere o caput, com seus antigos foreiros que tenham o domínio, a posse, uso e gozo do imóvel, terão a sua titularidade regularizada através do trabalho de regularização fundiária executado pela Prefeitura Municipal e acordo de cooperação técnica firmado com o INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso.

Art. 2º – A Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Projetos Estratégicos e Departamento de Tributação, Cadastro e Fiscalização, por meio de contratação de empresa especializada, executará, no prazo máximo de até um ano e meio, a regularização fundiária dos terrenos urbanos da sede do Município, Assentamento Casulo e vilas dos Distritos de Capão Verde e Tira Sentidos.

Art. 3º – Para o disposto nesta lei equiparam-se aos antigos foreiros o titular de diretos sobre o imóvel, seja promitente comprador ou cessionário de direitos.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, aos 11 de dezembro de 2019.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves

Prefeita Municipal

CONVOCAÇÃO PARA DIPLOMAÇÃO DOS CANDIDATOS ELEITOS E OS SUPLENTES

Convocação para Diplomação dos Candidatos Eleitos e os Suplentes

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA**, vem através desse convocar os **Candidatos eleitos a Conselheiros Tutelares**, bem como seus **Suplentes**, desse município para a cerimônia de diplomação, a ser realizada no dia 13 de Dezembro de 2019, às 09:00 h no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores cito a rua XV de Novembro, centro.

Eva Calixto de SouzaPresidente do CMDCA

JURIDICO
LEI Nº 564 /2019

LEI Nº 564 /2019

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a Instituir o Programa de Recuperação Fiscal Geral de 2019 no Município de Alto Paraguai-MT, e dá outras providências".

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica instituído no Município de Alto Paraguai - MT, o Programa de Recuperação Fiscal, destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas ou jurídicas, relativos a tributos municipais, vencidos até 31 de dezembro de 2019, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, com a exigibilidade suspensa ou não, executados judicialmente ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do imposto declarado ou retido.

Parágrafo Único.Ficará responsável pelo atendimento aos contribuintes interessados em aderir ao Programa:

a) O Setor de Tributos, pelos débitos constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa;

b) A Assessoria Jurídica Municipal, pelos débitos executados.

Art. 2º – A administração do Programa será desempenhada pela Secretaria Municipal de Projetos Estratégicos, a qual compete, implementar os procedimentos necessários à sua execução, inclusive ampla divulgação e publicidade desta lei complementar, podendo notificar os contribuintes em situação de débito, que poderão optar pelo pagamento na forma do **art. 7º** desta lei, dentro do prazo definido no Documento de Arrecadação Municipal - DAM, anexo ao termo de confissão.

Art. 3º – O Programa será realizado através do chamamento dos contribuintes para comparecerem à sede da Prefeitura Municipal, com o intuito de regularizar seu débito.

Parágrafo único. O prazo de adesão dos contribuintes a este programa é de 180 (cento e oitenta dias) após a publicação desta lei, podendo ser prorrogado, uma única vez, por até 90 (noventa) dias, mediante Decreto Municipal.

Art. 4º – O ingresso no Programa dar-se-á por opção do contribuinte ou responsável, pessoa física ou jurídica, a qual fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento de todos os tributos municipais.

§ 1º O ingresso no Programa implica na inclusão obrigatória da totalidade dos débitos vencidos até 31 de dezembro de 2019, em nome da pessoa física ou jurídica, inclusive os não constituídos.

§ 2º Para a adesão no Programa, é necessária a renúncia ou desistência de qualquer demanda judicial ou administrativa, na qual o contribuinte questiona o débito tributário, sendo que, na desistência de ação judicial, deverá o contribuinte ou responsável suportar as custas judiciais.

§ 3º Todos os débitos, incluindo aqueles pendentes de lançamento tributário, deverão ser confessados, de forma irretratável e irrevogável.

Art. 5º – A fruição dos benefícios de que trata esta lei não confere direito à restituição ou compensação de importâncias já pagas a qualquer título.

Art. 6º – O parcelamento não poderá exceder a 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º O débito consolidado na forma desta lei complementar poderá ser parcelado, respeitando o valor mínimo de cada parcela em R$ 60,00 (sessenta reais) para pessoa física e R$ 200,00 (duzentos reais) para pessoa jurídica.

§ 2º A falta de pagamento de qualquer parcela até a data do vencimento ensejará o acréscimo de multa de mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, limitada ao máximo de 20% (vinte por cento) e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do mês subseqüente ao do vencimento.

§ 3º Na hipótese do contribuinte ou responsável ser excluído do Programa, enquadrado nas condutas tipificadas pelos incisos do artigo 11 desta lei, a disposição do parágrafo anterior, será aplicada ao débito até o momento da exclusão e a partir desta, incidirá o disposto no § 2º, do artigo 11 desta lei.

§ 4º O vencimento da parcela única ou da primeira parcela, conforme o caso, dar-se-á em até 30 (trinta) dias da adesão ao Programa.

§ 5º O Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida produzirá efeitos com o correspondente pagamento tempestivo da parcela única ou da primeira parcela, conforme o caso.

§ 6º O atraso acumulado de 02 (duas) parcelas acarretará o cancelamento automático da adesão ao Programa.

Art. 7º – Será concedida remição sobre os débitos previstos no artigo 1º desta lei complementar, observadas as seguintes condições:

I – 80% (oitenta por cento) de remição dos juros, multas e correção monetária, para o contribuinte ou responsável que aderir ao Programa com o pagamento em cota única;

II - 40% (quarenta por cento) de remição dos juros, multas e correção monetária, para o contribuinte ou responsável que aderir ao Programa e parcelar em até 06 (seis) vezes;

III – 20% (vinte por cento) de remição dos juros, multas e correção monetária, para o contribuinte ou responsável que aderir ao Programa e parcelar em até 12 (doze) vezes;

IV – 10% (dez por cento) de remição dos juros, multas e correção monetária, para o contribuinte ou responsável que aderir ao Programa e parcelar em até 24 (vinte e quatro) vezes.

V – 5% (cinco por cento) de remição dos juros, multas e correção monetária, para o contribuinte ou responsável que aderir ao Programa e parcelar em até 48 (quarenta e oito) vezes.

Parágrafo único. Enquanto perdurar os parcelamentos constantes dos incisos II a V, não correrão juros e correção.

Art. 8º – A opção pelo Programa sujeita o contribuinte ou responsável à:

I – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta lei e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos;

II - pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

III - pagamento regular dos tributos municipais.

Art. 9º – São requisitos indispensáveis à adesão ao Programa:

I – requerimento devidamente assinado pelo devedor ou seu representante legal, com poderes especiais, nos termos da lei, juntando-se o respectivo instrumento.

II – documento que permita identificar os responsáveis pela representação da empresa, nos casos de débitos relativos à pessoa jurídica;

III - assinatura do **Termo de Confissão de Dívida - REFIS 2019.**

Art. 10º – No caso de débitos executados judicialmente, a respectiva Execução Fiscal só será extinta após o pagamento, inclusive, dos honorários advocatícios arbitrados pelo juiz à causa, assim como, de toda e qualquer custa reembolsável existente.

Art. 11º – O contribuinte ou responsável optante pelo Programa, será, dele excluído, imediatamente, mediante simples ato do Secretário de Projetos Estratégicos ou do Procurador Municipal, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – inobservância de qualquer uma das exigências estabelecidas nesta lei;

II – inadimplência, relativamente a tributo abrangido pelo Programa;

III – decretação de falência ou extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica;

IV – cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova, oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio, permanecer estabelecida no Município de Alto Paraguai-MT, e assumir solidariamente com a cindida as obrigações do Programa.

V - constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributo abrangido pelo Programa e não incluído na confissão, salvo se integralmente pago no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

VI – compensação ou utilização indevida de crédito.

§ 1º A exclusão do contribuinte ou responsável do Programa, acarretará o restabelecimento das condições originais do crédito, com todos os encargos, ensejando ainda a inscrição do saldo remanescente em dívida ativa, se o crédito não estiver ali inscrito; a propositura da execução, caso já esteja ali inscrito; e o prosseguimento da execução, na hipótese de se encontrar ajuizado, sem prejuízo da inscrição da respectiva Certidão de Dívida Ativa – CDA em órgão de proteção ao crédito.

§ 2º O valor das parcelas quitadas até a exclusão do Programa será utilizado para amortização da dívida, considerando-se as datas dos respectivos pagamentos.

§ 3º Rescindido o acordo, somente será admitida a sua repactuação para pagamento do saldo remanescente, EM COTA ÚNICA, até a data de encerramento do Programa de Recuperação Fiscal 2019.

Art. 12º – O contribuinte ou responsável poderá compensar, do montante do débito consolidado, o valor de créditos líquidos e certos que possua contra o Município, permanecendo no Programa o saldo do débito que eventualmente remanescer.

§ 1º Valores ilíquidos a que, eventualmente, o contribuinte ou responsável possa ter direito, não poderão ser incluídos na compensação, sujeitando-se ao procedimento normal de cobrança.

§ 2º O contribuinte ou responsável que pretender utilizar a compensação prevista neste artigo, apresentará no requerimento de opção, além da declaração do valor dos débitos a parcelar, a declaração do valor de seu crédito líquido, indicando a origem e apresentando os documentos comprobatórios respectivos.

§ 3º Salvo as hipóteses de erro, fraude ou simulação, a compensação será considerada tacitamente homologada se a Fazenda Pública Municipal não a impugnar no prazo de 60 (sessenta) dias do protocolo da opção.

Art. 13º – Os efeitos da presente lei passam a integrar o Plano Plurianual e o Anexo de Metas Fiscais, no que tange a renúncia de receitas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020.

Art. 14º – Faz parte integrante da presente lei, a minuta do **TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA - REFIS 2019 - Anexo I**, e, por derradeiro, todas as condições gerais ali expostas.

Art. 15º –O Poder Executivo poderá, mediante decreto, regulamentar esta lei no que couber.

Art. 16º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, aos 11 dias de dezembro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES PREFEITA MUNICIPAL

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI-MT

TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA - REFIS 2019

Termo Nº xxxx/2020

O Município de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, órgão público do Poder Executivo, com inscrição no CPNJ nº 03.648.532/0001-28, com sede na rua Presidente Médici, Nº 470, Bairro Bela Vista, representado pela sua Prefeita Municipal Srª. Diane Vieira de Vasconcellos Alves, brasileira, casada, odontologa, conforme ata de posse, lavrada em 01 de janeiro de 2017, amparada pela Lei **Orgânica Municipal**, que estabelece descontos e parcelamentos em processos ajuizados, através do REFIS 2020, acorda com o contribuinte _____ ou responsável legal _____, domiciliado na _____, telefone para contato n. _____, devidamente inscrito no CPF sob o nº _____ e no RG sob o nº _____ o pagamento de sua dívida fiscal, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: do valor do débito

O contribuinte reconhece e confessa expressamente dever à Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT a importância de **R$ ____ (valor por extenso).**

- Referente aos débitos da(s) inscrição(ões) **_____**;

- Referente: **DÍVIDA ATIVA ____ – CDA nº ____.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Adesão à Lei e forma de pagamento

Reconhecendo a dívida acima e aderindo à presente Lei, o contribuinte escolhe a modalidade de pagamento: _____

CLÁUSULA TERCEIRA: das condições gerais para o parcelamento

A) A assinatura do presente termo implicará em confissão irretratável do débito, interrupção da prescrição, bem como o encerramento comprovado dos feitos por desistência, expressa e irrevogável das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos, a ser formulada pelo contribuinte ou responsável, bem assim, da renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, que se funda a ação judicial ou o pleito administrativo;

B) O presente Termo será considerado válido após o pagamento da parcela única ou da primeira parcela;

C) Os Documentos de Arrecadação Fiscal - DAM's correspondentes a cada parcela do acordo serão disponibilizados ao contribuinte no ato de assinatura do termo;

D) Fica convencionado que o contribuinte liquidará o parcelamento independente de avisos ou notificações e, caso perca os DAM's, fica obrigado a comparecer na Prefeitura até a data do vencimento, para retirar a(s) 2ª(s) via(s) e efetuar o pagamento;

E) Incidirá multa de mora de 0,33% por dia de atraso, limitada ao máximo de 20% e de juros de mora de 1% ao mês a partir do mês subseqüente ao do vencimento, quando não ocorrer a inadimplência de 02 (duas) parcelas;

F) O acordo para parcelamento do débito será rescindido, de pleno direito, independente da notificação ou interpelação à parte infratora, nos seguintes casos previstos no art. 11 da Lei Complementar nº / , e pela falta de Pagamento de 02 (duas) parcelas consecutivas ou não;

G) Rescindido o acordo:

G.1. o contribuinte perderá o benefício do parcelamento e o débito retornará à situação originária, inclusive com o vencimento antecipado das demais parcelas de uma só vez;

G.2. somente será admitida a sua repactuação para pagamento do saldo remanescente, EM COTA ÚNICA, até a data de encerramento do Programa de Recuperação Fiscal 2019;

H) O valor das parcelas quitadas até a rescisão será utilizado para amortização da dívida;

I) Na hipótese de não pagamento da primeira parcela ou da parcela única, e em qualquer das hipóteses de rescisão do acordo, o município fica au-

torizado a (re)inserir o nome do devedor no Cadastro de Inadimplente do SPC Brasil;

J) No caso de débito executado judicialmente, a respectiva Execução Fiscal só será extinta após o pagamento, inclusive, dos honorários advocatícios arbitrados pelo juiz da causa, assim como, de toda e qualquer custa reembolsável existente.

Alto Paraguai – MT, _____ de _____ de 2019.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº001/2019/SEMED/ALTO PARAGUAI/MT

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº001/2019/SEMED/ALTO PARAGUAI/MT

Dispõe sobre o processo de inscrição e atribuição de classes e/ou aulas do Professor e do regime/ jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao quadro efetivo nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2020 e demais providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96, Lei Nº 11.494/2007-FUNDEB, as Leis Complementares Municipais 011/90, 216/2009, 247/2010 e PME 2015/2025;

Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação para Valorização dos Profissionais da Educação assegurando formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos Profissionais da Educação, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;

Considerando a importância em garantir o quadro permanente dos Profissionais Efetivos nas Unidades Escolares Municipais, assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição de classes/aulas e regime/jornada de trabalho nas Unidades Escolares da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- Orientar, Estabelecer eRegulamentar o processo de atribuição de classes/aulas do Professor e regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, efetivos e estabilizados, nas Unidades Escolares da Educação Básica na Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2020, para fins de atendimento ás demandas das Unidades Educacionais, sendo facultado á Administração as alterações necessárias para ajustes no cronograma de atribuição.

Art. 2º- Todos os profissionais da educação, efetivos e estabilizados que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Ensino, deverão participar do processo de atribuição de classes/aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares, conforme disciplinado nesta Instrução Normativa, exceto os profissionais nas situações funcionais abaixo:

I – em afastamento por licença para tratamento de interesse particular;

II – servidor em vacância;

III – servidor em Licença para acompanhamento de cônjuge;

IV – servidor em mandado classista;

§ - 1.º - Os profissionais enquadrados nos casos de afastamentos elencados nos itens acima somente deixarão de atribuir durante a vigência do afastamento, conforme publicação em Diário Oficial dos Municípios/AMM.

§ - 2.º - Após o término do afastamento, o profissional deverá comparecer a SEMED para ser lotado em sua escola de origem, garantindo atribuição na mesma Unidade de lotação.

§ - 3.º - A Equipe Gestora da Unidade Escolar deverá informar a SEMED até dia 05/02/2020 o nome dos profissionais efetivos que constam na folha de pagamento e que não compareceram para a atribuição da jornada de trabalho, nem apresentaram documento legal autorizando o afastamento daquela Unidade.

§ - 4.º - Caberá a Secretaria Municipal de Educação convocar o Servidor para a regularização da vida funcional e, caso este não atenda a convocação tomar as providências pertinentes.

Art. 3º- Para atribuição dos profissionais efetivos ou estabilizados em constante Licença Saúde ou em Readaptação, deve ser observado:

I - Em afastamento constante por motivo de **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, bem como o profissional em Readaptação** (mais de 6 meses ou um ano), **com apresentação do Laudo Pericial/INSS** (período vigente) deve contar ponto na unidade de lotação, atribuir na "**FUNÇÃO SAÚDE CONSTANTE"** e a liberação da função será feita pela SEMED após análise;

Art. 4º- Os profissionais da educação efetivos, que no ato da atribuição encontram-se designados em regime de colaboração, permutados ou constando a licença na SEMED, afastados para qualificação profissional, cedidos com ônus, cedidos mediante reembolso, servidores afastados preventivamente na unidade escolar de lotação, participarão do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, e só poderão afastar-se das suas funções da unidade escolar quando:

I - Especificamente para os Profissionais da Educação (Professores), efetivos, lotados no Órgão Central – SEMED, todos deverão inscrever-se e participar do processo de atribuição de sua jornada de trabalho na escola de lotação;

a) O Professor deverá apresentar a Publicação de DESIGNAÇÃO validada/assinada pelo Secretário Municipal de Educação, onde o mesmo apresentará ao Secretário da unidade escolar, garantindo sua atribuição na função de lotação e retornando de imediato para o cargo "**DESIGNADO NA SEMED**", possibilitando assim sua substituição por outro profissional, para quando no caso de retorno a unidade escolar, ser-lhe garantida a atribuição/vaga.

II - Permutados, Licença para Qualificação, Licença para Trato de Interesse Particular, Cedidos com ônus e Cedidos mediante reembolso - **somente quando for autorizado o afastamento do servidor pela Prefeita, via documento oficial**, assinado pela mesma.

§ 1.º- Os servidores da área administrativa (Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional), efetivos, lotados no Órgão Central deverão participar do Processo de Atribuição na própria SEMED.

Art. 5º- Caso haja disponibilidade de cargos vagos na Rede Municipal de Ensino, serão admitidos Profissionais através do Edital de Seleção 2020 (contrato temporário/seletivo/concurso) para exercer o cargo de Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional (manutenção da infraestrutura/limpeza, nutrição escolar, monitoramento de transporte e motorista de transporte escolar) em suas funções correlatadas.

Art. 6º- Para efeito desta Instrução Normativa, considerar-se-á jornada de trabalho do Professor efetivo as horas destinadas ao desenvolvimento do processo didático pedagógico e as horas atividades, conforme concurso.

Art. 7º- Na atribuição da jornada de trabalho, compreendida como atividades de sala de aula e horas atividades, será considerada a carga horária do professor definida na Lei nº 247/2010.

Regime/Jornada de Trabalho	Em sala de aula	Em hora atividade
25 horas	20horas	05 horas

§ 1.º- A atribuição da jornada de trabalho do professor efetivo é de caráter permanente na respectiva unidade escolar, considerando-se ainda as particularidades previstas na Lei nº 247/2010.

§ 2.º- Na falta de professor efetivo, será realizado pela SEMED um contrato temporário em situação de substituição e/ou cargo vago, sendo-lhe atribuída a carga horária semanal de sala de aula prevista na matriz curricular, bem como a carga horária correspondente à hora atividade, proporcional ao total da carga horária semanal de aulas atribuídas, de acordo com a Lei nº 247/2010.

SEÇÃO II

DA CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE ATRIBUIÇÃO

Art. 8º - A realização da atribuição da jornada de trabalho será exercida pelas Comissões de Atribuições, que conduzirão o processo em etapas distintas:

§ 1.º - A Comissão de Atribuição de classes/aulas e regime/jornada de trabalho, na unidade escolar será composta de:

I - diretor (a) da escola;

II - secretário (a) escolar;

III - presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

IV - 03 (três) Profissionais da Educação escolhidos pela unidade escolar (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);

V - 03 (três) membros do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, segmento pais ou alunos.

§ 2.º - A Comissão de Atribuição de classes/aulas e regime/jornada de trabalho, na Secretaria Municipal de Educação, será composta de:

I – Profissionais da Secretaria Municipal de Educação;

II - Representantes de diretores escolares;

III - Representantes dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar – CDCE.

§ 3.° - O número de membros da Comissão será definido de acordo com a demanda de trabalho da Rede Municipal, sendo no mínimo de 05 (cinco) e máximo de 09 (nove) membros.

§ 4.° - A Comissão de Atribuição deverá ser constituída em até 5 (cinco) dias antes do período de inscrição.

Art. 9º- Para a realização da atribuição de classes/aulas e regime/jornada de trabalho as Comissões deverão seguir os procedimentos abaixo:

I **-** Realizar ciclo de estudo das Portarias, Instrução Normativa que estabelecem critérios para o processo de atribuição de classes/aulas e regime/jornada de trabalho referente ao ano letivo de 2020;

II – Elaborar e divulgar o Edital de Convocação do Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, conforme normas estabelecidas nesta Instrução Normativa que contêm todas as informações necessárias ao processo de atribuição de classes/aulas e regime/jornada de trabalho;

III – É de competência da equipe da SEMED organizar e acompanhar todo processo de atribuição no Município.

SEÇÃO III

DAS INSCRIÇÕES

Art. 10- A Inscrição dos Profissionais Efetivos para o Processo de Atribuição 2020, será realizada na unidade de lotação em horário de funcionamento da escola, sendo que para o preenchimento do Formulário de Inscrição (efetivos) deverão ser observados os critérios constantes nesta Instrução Normativa.

Parágrafo Único- A Inscrição para os **candidatos a Contrato Temporário para o Processo de Atribuição 2020 será** realizada na SEMED de acordo com o interesse do candidato, sendo a data e horário a ser definidos pela Secretaria Municipal de Educação no mês de janeiro através do Edital de Seleção a ser Publicado no Diário Oficial.

§ 1.º- Cabe ao interessado, antes de inscrever-se, ler atentamente as Normativas que regem o processo, bem como certificar- se de que atende a todos os requisitos exigidos, preenchendo integral e corretamente o formulário de inscrição.

§ 2.º- Ao preencher o formulário de inscrição, o servidor efetivo (Anexos I, II, III, IV e V desta Instrução Normativa) deverá observar:

a) **Se Professor Efetivo** - Anexo I, item 3 - "DADOS DA CLASSIFICAÇÃO" - opção de atribuição, não sendo permitido optar por outra habilitação após Validação da Inscrição;

II - Se servidor da área administrativa:

b) **Se TAE- Técnico Administrativo Educacional Efetivo**- Anexo II - item - 3 "DADOS DA CLASSIFICAÇÃO" campo em que escolhe a função para a qual concorre (assinalar apenas uma opção), não sendo permitido optar por outra função após Validação da Inscrição;

c) AAE – Apoio Administrativo Educacional Efetivo- Anexo III - item - 3 "DADOS DA CLASSIFICAÇÃO" - deverão inscrever-se na unidade de lotação, em um único cargo, na função do **concurso**, sob pena de ter sua inscrição não validada pela Comissão de Atribuição Escolar.

d) O Profissional Efetivo deverá inscrever-se para concorrer a um único cargo/função, em uma única Unidade Escolar.

Art.11- Para a inscrição, no que se refere à FORMAÇÃO/TITULAÇÃO, será considerado o ponto da maior titulação que o profissional tiver concluído, não sendo permitido selecionar dois títulos ou mais para o mesmo nível de formação.

Art. 12- Durante o período das inscrições, os Profissionais Efetivos que finalizar a inscrição **não poderão incluir ou alterar informações** no formulário de inscrição, porém, se necessário, a inscrição poderá ser inativada pelo próprio candidato e este poderá fazer nova inscrição observando o período de inscrição.

I - Uma vez **encerrado o período das inscrições**, não será permitido realizar nova opção, inscrição ou alteração no formulário de inscrição, ficando a ATRIBUIÇÃO vinculada ao critério de opção de inscrição;

II - A RELAÇÃO DE INSCRITOS e VALIDADOS conforme classificação, será publicada no mural da Unidade Escolar onde a mesma foi realizada**,** de acordo com as datas definidas no cronograma (Anexo IV);

III - É de responsabilidade do **Profissional Efetivo,** acompanhar a publicação de todos os atos referentes ao Processo de Atribuição;

IV- A SEMED não se responsabiliza por inscrições não concluídas e/ou não recebidas pela Unidade Escolar;

V - O servidor efetivo que perder o prazo para a inscrição ou inativar a inscrição e/ou não fez nova inscrição dentro do prazo estabelecido, será notificado pela Unidade Escolar para apresentação de justificativa pelo não atendimento dos prazos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

§1.º- Mesmo após o término das etapas do processo, a qualquer tempo, a SEMED poderá inativar/anular a inscrição/atribuição mediante verificação/ constatação de falsidade em qualquer documento e/ou irregularidade em informações fornecidas pelo interessado.

Parágrafo Único - A relação/classificação dos interessados Efetivos a contrato temporário ficará disponível na na própria unidade lotação de inscrição do interessado, durante o período informado no cronograma, podendo sofrer alterações na versão final da classificação dos interessados quando do caso de interposição de "RECURSOS DEFERIDOS*",* devendo as UNIDADES ESCOLARES imprimir e anexar em local de fácil visualização para acesso e confirmação dos interessados.

Art. 13- Quanto a Classificação Final, os profissionais serão classificados por ordem decrescente, de acordo com a pontuação obtida no Formulário de Inscrição/Seleção e, em caso de empate, serão observados os seguintes critérios para o desempate:

I- Servidor Efetivo:

a) Maior Titulação;

b) Maior Tempo de Serviço na Unidade Escolar de Lotação a partir do ingresso;

c) Maior Pontuação em Curso Específico no componente curricular de atuação;

d) Maior Pontuação obtida na Formação Continuada;

e) Maior Idade.

II – Servidores Candidato a Contrato Temporário: Edital de Seleção 2020 a ser Publicado no Diário Oficial no mês de Janeiro/2020.

SEÇÃO IV

DA VALIDAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO DE ATRIBUIÇÃO

Art. 14- O Profissional Efetivo inscrito para o processo de atribuição, deverá se apresentar na unidade escolar no Município para Validação dos Documentos (dados) registrados no Formulário de Inscrição Efetivo e também da Seleção (contrato temporário) para o Profissional Efetivo, no período estabelecido no cronograma – ANEXO VII, munido dos Documentos, Certificados e Títulos Originais Registrados no Formulário de Inscrição, para a VALIDAÇÃO dos dados inseridos.

§ 1.º- Para a Validação do Formulário de Inscrição/Seleção, os interessados deverão observar:

a) Profissional Efetivo - deverá apresentar os documentos comprobatórios (originais) das informações constantes no Formulário de Inscrição, dentro do prazo estabelecido na unidade de inscrição;

b) O Profissional Efetivo seja Professor, TAE ou AAE no momento de validação deverão se apresentar a Comissão de Atribuição da Unidade Escolar com 2 cópias dos Títulos Originais Registrados no Formulário de Inscrição, para que uma via seja anexada a sua pasta na Unidade Escolar e a outra via seja encaminhada a SEMED.

§ 2.º- A Comissão de Atribuição fará a análise, conferência, atualização dos dados e validação dos documentos apresentados pelos profissionais.

a) A não apresentação dos documentos correspondentes ao título/escolaridade e à Formação Continuada, comprovando os critérios selecionados no formulário, impossibilitará a permanência dos pontos no critério ao qual não pode ser comprovado, cabendo à comissão de atribuição a alteração ou exclusão dos pontos no critério não comprovado.

b) Nos casos de apresentação de cursos online (EAD), expedidos por instituições certificadoras autorizadas pelo MEC, ressalvadas os cursos profissionalizantes específicos para os profissionais TAE/AAE, a Comissão deverá analisar se o curso foi realizado em lapso temporal compatível com a carga horária do curso, ex.: se o curso for de 40 (quarenta) horas, deverá corresponder no mínimo a 5 (cinco) dias de duração, observando que o curso deverá ser na mesma área de atuação do cargo/função pretendida pelo candidato;

c) Os profissionais que estão afastados de sala de aula, por motivos de licenças - Saúde/ Licença Prêmio e outros na forma da lei, que não participaram da Formação da/na Escola , somente terão a pontuação no Certificado de Participação, referente aos dias que se fizeram presentes, uma vez que durante este período estão respaldados na LC nº 04/90; a pontuação no Certificado deverá ser proporcional aos dias em que participou da respectiva Formação.

Parágrafo Único- O servidor é responsável pela **Comprovação das Informações** constantes no formulário de inscrição/seleção, arcando com as conseqüências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões, nas esferas administrativa, cível e penal, caso encontre indícios de inidoneidade na documentação apresentada a validação, onde constatada irregularidades tomará medidas para a responsabilização, podendo gerar desde a exclusão do candidato do Processo até encaminhamento para apuração nos âmbitos administrativos e judicial, nos termos da legislação em vigor.

§ 3.º- Caso o servidor não possa se fazer presente para a validação dos documentos, poderá instituir PROCURADOR para representá-lo, sendo que este (maior de 18 anos) deverá apresentar-se à Comissão de Atribuição munido do documento Outorgante (Procuração), documento de identificação e demais documentação comprobatória da inscrição do representado, conforme estabelecido no § 1° deste artigo.

SEÇÃO V

ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E AULAS/JORNADA DE TRABALHO/ETAPAS DE ATRIBUIÇÃO

SUBSEÇÃO I

ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS E JORNADA DE TRABALHO

Art. 15- O Profissional Efetivo da educação básica terá a ATRIBUIÇÃO vinculada ao critério de opção de inscrição para cargo/função a qual se inscreveu, observando os critérios constantes nesta Instrução Normativa.

Parágrafo Único- A atribuição do profissional efetivo obedecerá rigorosamente a pontuação obtida pelo servidor na Classificação Final, por ordem decrescente de pontuação constante no formulário de inscrição, de acordo com o quadro disponível no cargo/função de cada unidade escolar, em sessão pública (reunião formal para divulgação e apresentação da atribuição) com a participação de todos os profissionais interessados, envolvidos no processo:

§ 1º. A Comissão de Atribuição da Unidade Escolar e da SEMED deverão respeitar todas as etapas e fases do processo de atribuição;

Art. 16- A Comissão de Atribuição deverá elaborar ATAS ao término de cada etapa e fase do processo de atribuição da jornada de trabalho, discriminando classes e/ou aulas, cargos/funções administrativas atribuídas ou não atribuídas, professores, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional que ficaram remanescentes e eventuais recursos interpostos com seus pareceres, observando que as atas deverão conter assinatura de todos os membros da Comissão de Atribuição e interessados.

Art.17- Para atribuição ao cargo de Professor Efetivo na forma de contrato temporário, a Comissão de Atribuição deverá:

I - Atribuir **preferencialmente aulas adicionais** aos Professores Efetivos da Própria Unidade Escolar, não podendo ultrapassar a jornada máxima de 20 h/a semanais;

a) Quando o professor efetivo se afastar, por qualquer motivo, e por período superior 30 (trinta) dias perderá direito às aulas adicionais exceto quando se tratar de licença gestacional;

b) O candidato efetivo a aulas adicionais com atribuição em turmas de Unidocência, não poderá possuir outro vínculo no período diurno, principalmente em se tratando de atribuição em turmas do 1° e 2° ciclos de formação humana - em regime de Unidocência e em unidade que possua até dois turnos de atendimento.

c) Em caso de não conseguir atribuir na unidade escolar de inscrição (preferência) o professor efetivo, poderá atribuir na Etapa da SEMED e ainda, se persistir nesta condição, entrará para o CADASTRO GERAL, para futuras convocações.

Art.18- Os interessados efetivos em atribuir aulas adicionais deverão observar o cronograma de atribuição estabelecido nesta Normativa, fazendo- se presentes nas Etapas/Fases conforme convocação da unidade escolar ou SEMED, que deverá ser disponibilizada em mural num local de fácil visualização, bem como a relação/classificação geral e quadro de vagas (livres ou em substituição), procedimento de inteira responsabilidade das Comissões de Atribuição, sendo que:

I -O interessado deverá constar no cadastro da unidade escolar;

II - A Comissão de Atribuição será responsável pela atribuição;

III - Os servidores inscritos as Funções deverão constar na lista no mural da escola de acordo com a classificação/disciplina de opção/função por unidade escolar;

IV - Os servidores efetivos inscritos para as vagas de aulas adicionais, deverão constar em lista no mural da escola de acordo com a classificação na unidade escolar;

§ 1º. Todo interessado deverá obedecer rigorosamente ao prazo estabelecido na convocação (mural) cronograma anexo - nesta Instrução Normativa, sendo que a não observância dos prazos para atribuição **indefere a atribuição**, oportunizando a Comissão de Atribuição convocar o próximo servidor da listagem.

§ 2º. Os interessados a cargos/funções da área administrativa somente poderão atribuir na condição de não possuírem vínculo público (município/estado/ união), com qualquer outro cargo/função.

SUBSEÇÃO II

DAS ETAPAS E FASES DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS

Art.19- A atribuição de classes ou aulas nas unidades escolares seguirá o calendário proposto na Portaria Nº 008/2019/SEMED/ALTOPARAGUAI/MT, que estabelece o Calendário Escolar para o ano letivo/2020.

I - As Etapas de atribuição de classes e/ou aulas nas Unidades Escolares Municipais da Educação Básica observarão o calendário escolar, verificando as alterações entre as etapas/fases;

II - Para atendimento das etapas e fases, a Comissão de Atribuição (Escola e SEMED) deverá observar os Anexos desta Instrução Normativa que estabelece o cronograma de datas a serem seguidos.

III - As funções gratificadas de Diretor, Coordenador Pedagógico, Secretário Escolar e o Assessor Pedagógico, somente poderão ser atribuídos a servidores efetivos.

Art.20- A PRIMEIRA ETAPA PERÍODO MATUTINO- **(03.02.2020) na Unidade Escolar –** nesta etapa observa-se as seguintes fases:

I - 1**ª Fase -** para os Professores Efetivos, lotados na unidade escolar que optaram por atribuição **na habilitação específica do concurso e/ou enquadramento**;

a) Os Profissionais na função de Coordenador Pedagógico e Diretor deverão atribuir **função e sala de aula no mesmo momento**, seguindo a ordem de classificação para que as aulas possam ser disponibilizadas para substituição, oportunizando atribuição para o próximo candidato efetivo da unidade escolar, caso este o deseje;

II - **2ª Fase**- para os Professores Efetivos, lotados na unidade escolar que optaram por atribuição na **nova habilitação,** isto é, **habilitação adquirida posterior ao concurso ou enquadramento**;

a) Igualmente nesta fase os Profissionais na função de Coordenador Pedagógico e Diretor que optaram por atribuição na disciplina da **nova habilitação**, deverão atribuir **função e sala de aula no mesmo momento,** seguindo a ordem de classificação para que as aulas possam ser disponibilizadas para substituição, oportunizando atribuição para professor efetivo da unidade escolar, caso este o deseje;

Art. 21- A SEGUNDA ETAPA PERÍODO MATUTINO- (04.02.2020) na SEMED- nesta etapa, o processo de atribuição de classes e/ou aulas será organizado pela SEMED, que convocará os Secretários e Diretores das unidades escolares do município para participarem/auxiliarem na execução do processo, e compreenderá apenas 01(uma) fase destinada especificamente aos **Professores Efetivos Remanescentes.**

§ 1º Os interessados efetivos deverão conferir o quadro de vagas livres e/ou em substituições disponíveis no mural da ESCOLA/ SEMED mediante classificação obtida no Processo de Atribuição;

a) após a atribuição o servidor deverá apresentar-se na escola em que atribuiu, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para o efetivo exercício;

b) o não comparecimento no prazo estabelecido oportunizará à unidade escolar solicitar a convocação de outro profissional.

c) Professores Remanescentes deverão atribuir na disciplina de formação;

Art. 22- TERCEIRA ETAPA PERÍODO VESPERTINO - (04.02.2020)– **A**atribuição de **AULAS ADICIONAIS** aos professores efetivos da Unidade Escolar, na **disciplina de inscrição**, deverão ter a carga horária adicional de no máximo de **20 h semanais**, desde que apresentem **compatibilidade de horário, comprovadamente;**

a) Para atribuição em aulas adicionais e/ou de contrato temporário aos servidores efetivos seguirá a ordem de classificação conforme interesse do candidato;

b) Esgotada a relação de candidatos efetivos inscritos na unidade escolar, e ainda necessitando de profissional para composição do quadro, encaminhar a SEMED para conhecimento na data de **05/02/2020**, onde a mesma fará mediante Convocação e Ordem Classificatória a atribuição da Função de Contrato Temporário.

Art. 23- QUARTA ETAPA PERÍODO MATUTINO - (05.02.2020) - Excepcionalmente para Atender a Demanda das Unidades Escolares - a Unidade Escolar deverá encaminhar a SEMED após o término da atribuição o quadro de aulas e vagas livres ou em substituição, que estarão disponíveis para opreenchimentodos **CANDIDATOS A CONTRATO TEMPORÁRIO**.

Art. 24- QUINTA ETAPA PERÍODO VESPERTINO - (05.02.2020) Nesta etapa caberá à SEMED **completar o quadro de pessoal** em função de aulas livres e/ou em substituição na Unidade Escolar, com atribuição aos Profissionais Candidatos a Contrato Inscritos na SEMED, seguindo rigorosamente a classificação obtida pelo candidato na inscrição, com atribuição **exclusivamente na função/cargo selecionado no ato de inscrição** através de Publicação no Diário Oficial.

§ 2.º- A Classificação dos Profissionais Candidatos a Contrato Temporário Inscritos através do Edital de Seleção Publicado no Diário Oficial pela SEMED ficará exposto no Mural da Secretaria de Educação para conhecimento da Comunidade em geral.

Parágrafo Único - Exclusivamente para atribuição na disciplina de Educação Física, exigir-se-á Professor com **Habilitação em Licenciatura Plena em Ed. Física** e, em casos excepcionais, na ausência deste, atribuir ao Pedagogo com afinidade na disciplina.

§ 3º Os Candidatos a Contrato Temporário serão atribuídos conforme datas e prazos estabelecidos no Edital de Seleção 2020 Publicado no Diário Oficial no Mês de Janeiro.

SEÇÃO VI

DA FORMAÇÃO/ATUAÇÃO NAS ETAPAS E MODALIDADES

Art.25- A atribuição de classes e/ou aulas dos Professores nas etapas, modalidades e/ou especificidades da Educação Básica, dar-se-á com observância à sua formação.

§ 1º Para atuar nas escolas de Ensino Fundamental, observar-se-á a seguinte ordem de prioridade:

I **-** no 1º Ciclo /2º Ciclo:

a) habilitação em Pedagogia com Licenciatura Plena;

II- 1º Segmento da EJA:

a) habilitação em Pedagogia com Licenciatura Plena ou Curso Normal Superior (com ênfase para os anos iniciais do ensino fundamental);

1- No município onde os Profissionais habilitados não forem suficientes poderão atuar em caráter excepcional profissionais com outras formações, tais como:

a) habilitação em Pedagogia com Licenciatura Curta;

b) curso de Magistério em nível médio;

III - No 6º ano do 2° ciclo, excepcionalmente organizado por Área do Conhecimento;

IV- No 3º Ciclo e no 2º Segmento da Educação de Jovens e Adultos, será exigido Licenciatura Plena com formação na disciplina de atuação.

SEÇÃO VII

DA ATRIBUIÇÃO DO REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL E APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Art.26- Na atribuição do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional serão consideradas as cargas horárias conforme concurso.

Art. 27- O quadro administrativo das unidades escolares será composto conforme prevê o Capítulo I e II da Lei 247/2010, das seguintes funções e demais excepcionalidades:

I - Técnico Administrativo Educacional/TAE: - FUNÇÕES:

a) Administração Escolar;

b) Multimeios didáticos;

c) Técnico de Desenvolvimento Infantil (TDI);

II - Apoio Administrativo Educacional/AAE: - FUNÇÕES:

a) Nutrição Escolar;

b) Manutenção da Infraestrutura/Limpeza;

c) Manutenção da Infraestrutura/Vigilância.

d) Monitoramento de transporte Escolar;

e) Motorista de Transporte Escolar.

Art.28- PRIMEIRA ETAPA PERÍODO VESPERTINO- (03.02.2020) na Unidade Escolar - para **TAE e AAE efetivos lotados na Unidade Educacional** - seguindo cronograma constante nos Anexos desta Instrução Normativa - **TAE e AAE** efetivos lotados na Unidade Escolar, para os cargos/ funções aos quais concorrem.

Parágrafo único. Os servidores administrativos que ficarem remanescentes deverão atribuir na II Etapa (na SEMED).

Art.29- SEGUNDA ETAPA PERÍODO MATUTINO- (04.02.2020) - na SEMED- atribuição por **cargo/função** destinado ao TAE e AAE Remanescente**de acordo com a lista encaminhada pela Unidade Escolar a SEMED**- observando a ordem de classificação no Cadastro Geral dos Efetivos encaminhados a SEMED.

Art.30- TERCEIRA ETAPA PERÍODO VESPERTINO- (05.02.2020) - **na SEMED** - Contrato Temporário para TAE's e AAE's.

Parágrafo Único - É de responsabilidade da Escola encaminhar a SEMED o quadro de vagas livres e/ou em substituição para atendimento de cargo/ função/projeto, destinadas para o preenchimento dos contratos temporários inscritos no Edital de Seleção 2020, bem como da divulgação da lista de classificação dos candidatos efetivos inscritos na Unidade Escolar.

Art. 31- Concluída as atribuições e estando o quadro de pessoal da Unidade Escolar completo, não será permitido à unidade escolar ou SEMED **alterar as atribuições realizadas no início do processo**, sendo permitido apenas atribuições para **recomposição do quadro**, quando da houver ocorrência da vaga livre, em substituição ou concursado.

Parágrafo Único. Para o caso de recomposição do quadro quando do egresso de concursados ou retorno do titular, nos casos de servidores administrativos, deverão ser observados:

a) O efetivo terá direito de escolher o turno em que irá trabalhar, caso houver vaga em mais de um turno livre em substituição;

b) Em havendo servidores contratado nos dois turnos, perderá a vaga aquele lotado no turno em que o efetivo escolher.

Art.32- Os profissionais inscritos, candidatos a contrato temporário que não conseguirem atribuição, ficarão no **CADASTRO GERAL DA SEMED** para futuras convocações.

SEÇÃO VIII

DOS RECURSOS DA INSCRIÇÃO/ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS E REGIME JORNADA DE TRABALHO

Art.33- O servidor que sentir-se prejudicado quanto **a sua INSCRIÇÃO e ATRIBUIÇÃO,** poderá interpor **RECURSO**, justificando os motivos da divergência perante a Comissão de Atribuição, no prazo de até 24h respeitando a seguinte ordem:

a) na Unidade Escolar de Inscrição - via processo com documentos comprobatórios (originais), não resolvendo na unidade escolar, o processo será encaminhado para a Comissão de Atribuição da SEMED;

b) na SEMED - via processo (e anexando cópia da ata com o parecer do recurso da U.E), até 24 (vinte e quatro) horas após o resultado do recurso da unidade escolar, e a SEMED terá igualmente o mesmo prazo para análise e parecer. Se o parecer for favorável ao candidato, o processo retorna para a escola para cumprimento da decisão do parecer. Os RECURSOS “DEFERIDOS” pela Comissão Municipal/SEMED serão publicizados no mural da SEMED, reposicionando os candidatos na listagem de inscritos validados para atribuição;

c) os recursos DEFERIDOS OU INDEFERIDOS serão publicizados no mural da SEMED;

§ 1º A interposição do Recurso não interrompe o processo de atribuição, devendo as Comissões de Atribuição (Escola/SEMED) dar continuidade ao processo em suas Etapas/Fases.

§ 2º Após análise do Recurso, caberá à Comissão de Atribuição da SEMED tomar as medidas necessárias para o cumprimento das providências em conformidade com a decisão/Parecer Técnico, bem como dar ciência ao interessado.

SEÇÃO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.34- O quadro de aulas livres ou em substituições será encaminhado a SEMED para realizarem a atribuição aos Professores, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, a Contratos Temporários de acordo com o resultado do Edital de Seleção 2020, durante o período correspondente a Etapa/Fase, conforme cronograma especificado nesta Instrução Normativa.

Art. 35- O Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional efetivo e/ou estabilizado, na forma que dispõe a LC nº 50/98 e os regidos pela LC nº 04/90, que excederem ao número definido por unidade escolar ficarão como remanescentes a serem redistribuídos pela SEMED nas escolas do Município onde houver vaga.

Art. 36- Para dar cumprimento as datas e prazos das Etapas e Fases do processo de atribuição de classes e/ou aulas, regime/jornada de trabalho e redistribuição dos profissionais da educação remanescentes, as Comissões de Atribuição responsáveis deverão seguir o calendário estabelecido nesta Instrução Normativa Nº001/2019/SEMED/ALTO PARAGUAI/MT.

Parágrafo único. A unidade escolar não poderá atribuir ou designar servidor efetivo ou de contratado temporário em função/cargo **que não esteja devidamente analisado com parecer técnico da área responsável, autorizado pela SEMED e validado pelo secretário da pasta, conforme previsão orçamentária e financeira.**

Art. 37- Aos profissionais efetivos em exercício de função gratificada (Diretor, Coordenador Pedagógico, Secretário Escolar e Assessor Pedagógico) e aos que estão prestando serviços no Órgão Central, será garantida a pontuação constante nos Anexos desta Instrução Normativa, mediante apresentação de documentação.

Art. 38- Compete à SEMED orientar e acompanhar todo o processo de execução de atribuição de classes e/ ou aulas e regime/jornada de trabalho das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 39- A Equipe Gestora da Unidade Escolar bem como a Equipe da SEMED que descumprirem as orientações normativas em qualquer momento do ano letivo, omitindo classes e/ou aulas, desconsiderando a lista de classificação dos profissionais da educação básica, dados ou informações, praticando ação que caracterize NEPOTISMO no processo de atribuição de classes e/ou aulas/ jornada de trabalho, ou atos que venham comprometer a LEGALIDADE e **TRANSPARÊNCIA**no processo de atribuição, poderão ser responsabilizados pelos seus atos na forma da legislação vigente.

Art. 40- Os casos omissos deverão ser encaminhados à Comissão Municipal/SEMED.

Art. 41- Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos para o ano letivo de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Alto Paraguai-MT 11 de Dezembro 2019.

Patrícia Siqueira May

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE PROFESSOR - EFETIVO
1.0 DADOS PESSOAIS
Nome do servidor(a): Data de Nasc. / /
Logradouro: Nº:
Bairro: Cidade: CEP:
Celular: E-maill:
Matrícula: RG: Org. Exp. UF / / CPF:
ESCOLA:

2.0 DADOS SOCIAIS

2.1- Possui outro vinculo empregatício (municipal/estadual/federal/privado)? a) ( ) Não b) ( ) Sim
2.2Caso possua outro vínculo, informe o tipo, carga horária, e se é acumulável:
CARGA HORÁRIA: ACUMULÁVEL ( )SIM ( ) NÃO
2.3 Deseja concorrer a vagas destinadas a candidatos PCD? ( ) SIM ( )NÃO
2.4 Caso deseje concorrer a vagas destinadas no item 2.3, concorda que a deficiência é compatível para o exercício das atribuições da função pela qual irá se inscrever? A) ( ) SIM b) ( ) NÃO
OBS: A comprovação da deficiência (i tem2.3) será através de laudo pericial vigente.

3.0 Formação Escolar/Habilitação

a.1ª Habilitação:_____

b.Possui outra habilitação, além da habilitação de concurso? ( ) Sim ( ) Não
Nova Habilitação: _____

4.0 Opção De Atribuição

( )POR HABILITAÇÃO/CONCURSO ( )2.ª HABILITAÇÃO(NOVA HABILITAÇÃO)
( ) UNIDOCÊNCIA ( ) ÁREA DE CONHECIMENTO ( ) EDUCAÇÃO DO CAMPO

4.1. OPÇÃO P/CONTINUIDADE EM TURMA UNIDOCÊNCIA ( ) Sim ( )Não

( ) 1.ª ETAPA(1.º, 2.º 3.º ANO) - participou do PNAIC? ( ) sim ( ) não
( ) 2.ª ETAPA (4.º, 5.º 6.º ANO)
obs.: quando não atribuir na turma de continuidade, segue classificação normal de pontuação).

4.2. OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO POR FUNÇÃO/MOTIVO:
Readaptação - mediante apresentação de Laudo e/ou Perícia Médica/INSS – ( ) Sim ( ) Não
Obs. 1 – Servidor em readaptação por período igual ou superior a 6(seis) meses, atribuirá função relacionadas abaixo (permitido em apenas uma das funções). Em caso de mais de 1(um) Professor em readaptação, distribuir as funções.
2 – A atribuição deverá ser igual ao período da Perícia Médica.
A) ( )- Em **"*APOIO AO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM*"** - até 2 (dois) cargos, em atividades complementares dentro e fora da sala de aula, correlatas as atividades de articulação da aprendizagem (professor) e/ou acompanhamento do estágio não obrigatório, realizado por alunos do ensino médio profissionalizante, de acordo com o PPP da escola;
B) ( )- Em atividades pedagógicas desenvolvidas na **"BIBLIOTECA ESCOLAR E MULTIMEIOS"** (TAE, AAE e Professor);
C) ( )- Em atividades pedagógicas desenvolvidas na **"LABORATORIO E MULTIMEIOS"** (TAE, AAE e Professor);
D) ( )- Exercer a função de **"*SUPORTE TÉCNICO*"** na SEMED, mediante perfil compatível com o exercício da função, (TAE, AAE e Professor) mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação;
E) ( )- Exercer a função de **"*SUPORTE A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA*",** mediante perfil para auxiliar coordenação pedagógica inclusive no controle de infrequência dos alunos - máximo 2(dois) cargos - (professor) mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação;
F) ( )- Exercer a função de Monitoramento de Transporte Escolar (TAE e AAE);

5.0 FORMAÇÃO/TITULAÇÃO – (5.1 MAIOR TITULAÇÃO)

ITEM	CRITÉRIOS	SUB-CRITÉRIOS	INDICADORES	CÔMPUTO	PONTOS
5.1	Pós-Graduação	Doutorado	80,0		
		Mestrado	60,0		
		Especialização	30,0		
	Graduação	Licenciatura Plena	20,0		
		Bacharelado/Tecnológico	10,0		
	Ensino Médio	Magistério	05,0		

6.0 FORMAÇÃO CONTINUADA

6.1	Curso de formação contínua, em grupos de estudo, via Formação da/na Escola, do ano vigente mediante apresentação de certificado/declaração pelo Secretaria Municipal de Educação do ano vigente.	75 %	5,0 pontos		
		85 %	6,0 pontos		
		95 %	7,0 pontos		
		100 %	10,0 pontos		
	Cursos de formação continuada, ofertados por Instituições de Ensino (Universidades e Faculdades reconhecidas pelo MEC; SEDUC/SEMED/CEFAPRO), máximo 5,0 (cinco) pontos (Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos);	0,5 pontos para cada 40h			
	Palestras, minicursos, seminários e conferências proferidos em eventos locais, regionais, estaduais ou nacionais na área de educação, máximo 5,0 (cinco) pontos (Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos).	0,5 pontos p/ cada 40horas com Limite de 5 pontos.			
	Curso específico no componente curricular de atuação em instituições reconhecidas pelo MEC - (Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos).	0,5 pontos p/ cada 40horas com Limite de 5 pontos.			

CRITÉRIOS DE DESEMPATE:	**TOTAL DE PONTOS:**
1º-Maior Titulação; 2º-Maior Tempo de Serviço na Unidade Escolar de Lotação a partir do ingresso; 3º-Maior Pontuação em Curso Específico no componente curricular de atuação; 4º-Maior Pontuação obtida na Formação Continuada; 5º-Maior Idade.	**OBS: Considerar-se-á na somatória de pontos até 02(duas) casas decimais**
_____ **Assinatura do Candidato**	**Resp. p/ validação** **Data da validação** _____/_____/_

ANEXO II

FORMULÁRIO DE SELEÇÃO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (TAE) - EFETIVO

1.0 DADOS PESSOAIS:

Nome do servidor(a): Data de Nasc. / /
Logradouro: Nº:
Bairro: Cidade: CEP:
Celular: E-maill:
Matrícula: RG: Org. Exp. UF / / CPF:
ESCOLA:

2.0 DADOS SOCIAIS

2.1- Possui outro vinculo empregatício (municipal/estadual/federal/privado)? a) ( ) Não b) ( ) Sim
2.2Caso possua outro vínculo, informe o tipo, carga horária, e se é acumulável:
CARGA HORÁRIA: ACUMULÁVEL ( )SIM ( ) NÃO
2.3 Deseja concorrer a vagas destinadas a candidatos PCD? ( ) SIM ( )NÃO
2.4 Caso deseje concorrer a vagas destinadas no item 2.3, concorda que a deficiência é compatível para o exercício das atribuições da função pela qual irá se inscrever? A) ( ) SIM b) ( ) NÃO

OBS: A comprovação da deficiência (i tem2.3) será através de laudo pericial vigente.

3.0. Selecione a Função:
( ) TDI ( ) TAE

4.0. OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO POR FUNÇÃO/MOTIVO:
Readaptação - mediante apresentação de Laudo e/ou Perícia Médica/INSS – ( ) Sim ( ) Não
Obs. 1 – Servidor em readaptação por período igual ou superior a 6(seis) meses, atribuirá função relacionadas abaixo (permitido em apenas uma das funções). Em caso de mais de 1(um) Professor em readaptação, distribuir as funções.
2 – A atribuição deverá ser igual ao período da Perícia Médica.
A) ( )- Em **"*APOIO AO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM"*** - até 2 (dois) cargos, em atividades complementares dentro e fora da sala de aula, correlatas as atividades de articulação da aprendizagem (professor) e/ou acompanhamento do estágio não obrigatório, realizado por alunos do ensino médio profissionalizante, de acordo com o PPP da escola;
B) ( )- Em atividades pedagógicas desenvolvidas na **"BIBLIOTECA ESCOLAR E MULTIMEIOS"** (TAE, AAE e Professor);
C) ( )- Em atividades pedagógicas desenvolvidas na **"LABORATORIO E MULTIMEIOS"** (TAE, AAE e Professor);
D) ( )- Exercer a função de **"*SUPORTE TÉCNICO*"** na SEMED, mediante perfil compatível com o exercício da função, (TAE, AAE e Professor) mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação;
E) ( )- Exercer a função de **"*SUPORTE A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA"*,** mediante perfil para auxiliar coordenação pedagógica inclusive no controle de infrequência dos alunos - máximo 2(dois) cargos - (professor) mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação;
F) ( )- Exercer a função de Monitoramento de Transporte Escolar (TAE e AAE);

5.0 FORMAÇÃO/TITULAÇÃO – (5.1 MAIOR TITULAÇÃO)

ITEM	CRITÉRIOS	SUB-CRITÉRIOS	INDICADORES	CÔMPUTO	PONTOS
	Pós-Graduação	Mestrado	60,0		
		Especialização	30,0		
	Graduação	Licenciatura Plena	20,0		
		Bacharelado/Tecnológico	10,0		
	Ensino Médio	Profissionalizante/Não Profissionalizante.	5,0		

6.0 FORMAÇÃO CONTINUADA

6.1	Curso de formação contínua, em grupos de estudo, via Formação da/na Escola, do ano vigente mediante apresentação de certificado/declaração pelo Secretaria Municipal de Educação do ano vigente.	75 %	5,0 pontos		
		85 %	6,0 pontos		
		95 %	7,0 pontos		
		100 %	10,0 pontos		
	Cursos de formação continuada, ofertados por Instituições de Ensino (Universidades e Faculdades reconhecidas pelo MEC; SEDUC/SEMED/CEFAPRO), máximo 5,0 (cinco) pontos (Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos);	0,5 pontos para cada 40h			
	Palestras, minicursos, seminários e conferências proferidos em eventos locais, regionais, estaduais ou nacionais na área de educação, máximo 5,0 (cinco) pontos (Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos).	0,5 pontos p/ cada 40horas com Limite de 5 pontos.			
	Curso específico no componente curricular na área de atuação em instituições reconhecidas pelo MEC - (Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos).	0,5 pontos p/ cada 40horas com Limite de 5 pontos.			
	Cursos de capacitação na área de informática (Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos).	0,5 pontos p/ cada 40horas com Limite de 5 pontos.			

CRITÉRIOS DE DESEMPATE:	**TOTAL DE PONTOS:**	
1º-Maior Titulação; 2º-Maior Tempo de Serviço na Unidade Escolar de Lotação a partir do ingresso; 3º-Maior Pontuação em Curso Específico no componente curricular de atuação; 4º-Maior Pontuação obtida na Formação Continuada; 5º-Maior Idade.	**OBS: Considerar-se-á na somatória de pontos até 02(duas) casas decimais**	
_____ **Assinatura do Candidato**	**Resp. p/ validação**	_____/_____/_____ **Data da validação**

ANEXO III

FORMULÁRIO DE SELEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (AAE) - EFETIVO

1.0 DADOS PESSOAIS:

Nome do servidor(a): Data de Nasc. / /

Logradouro: Nº:

Bairro: Cidade: CEP:

Celular: E-maill:

Matrícula: RG: Org. Exp. UF / / CPF:

ESCOLA:

2.0 DADOS SOCIAIS

2.1- Possui outro vinculo empregatício (municipal/estadual/federal/privado)? a) ( ) Não b) ( ) Sim
2.2Caso possua outro vínculo, informe o tipo, carga horária, e se é acumulável:
CARGA HORÁRIA: ACUMULÁVEL ( )SIM ( ) NÃO
2.3 Deseja concorrer a vagas destinadas a candidatos PCD? ( ) SIM ( )NÃO
2.4 Caso deseje concorrer a vagas destinadas no item 2.3, concorda que a deficiência é compatível para o exercício das atribuições da função pela qual irá se inscrever? A) ( ) SIM b) ( ) NÃO
OBS: A comprovação da deficiência (i tem2.3) será através de laudo pericial vigente.

3.0. Selecione a Função:
( )Nutrição Escolar;
( ) Manutenção da Infraestrutura/Limpeza;
( ) Motorista de Transporte Escolar.

4.0. OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO POR FUNÇÃO/MOTIVO:
Readaptação - mediante apresentação de Laudo e/ou Perícia Médica/INSS – ( ) Sim ( ) Não
Obs. 1 – Servidor em readaptação por período igual ou superior a 6(seis) meses, atribuirá função relacionadas abaixo (permitido em apenas uma das funções). Em caso de mais de 1(um) Professor em readaptação, distribuir as funções.
2 – A atribuição deverá ser igual ao período da Perícia Médica.
A) ( )- Em **"*APOIO AO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM"*** - até 2 (dois) cargos, em atividades complementares dentro e fora da sala de aula, correlatas as atividades de articulação da aprendizagem (professor) e/ou acompanhamento do estágio não obrigatório, realizado por alunos do ensino médio profissionalizante, de acordo com o PPP da escola;
B) ( )- Em atividades pedagógicas desenvolvidas na **"BIBLIOTECA ESCOLAR E MULTIMEIOS"** (TAE, AAE e Professor);
C) ( )- Em atividades pedagógicas desenvolvidas na **"LABORATORIO E MULTIMEIOS"** (TAE, AAE e Professor);

D) ( )- Exercer a função de **"*SUPORTE TÉCNICO*"** na SEMED, mediante perfil compatível com o exercício da função, (TAE, AAE e Professor) mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação;
E) ( )- Exercer a função de **"*SUPORTE A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA*", ** mediante perfil para auxiliar coordenação pedagógica inclusive no controle de infrequência dos alunos - máximo 2(dois) cargos - (professor) mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação;
F) ( )- Exercer a função de Monitoramento de Transporte Escolar (TAE e AAE);

5.0 FORMAÇÃO/TITULAÇÃO – (5.1 MAIOR TITULAÇÃO)						
ITEM	CRITÉRIOS	SUB-CRITÉRIOS	INDICADORES	CÔMPUTO		**PONTOS**
	Pós-Graduação	Mestrado	60,0			
		Especialização	30,0			
	Graduação	Licenciatura Plena	20,0			
		Bacharelado/Tecnológico	10,0			
	Ensino Médio	Profissionalizante/Não Profissionalizante.	5,0			
6.0 FORMAÇÃO CONTINUADA						
6.1	Curso de formação contínua, em grupos de estudo, via Formação da/na Escola, do ano vigente mediante apresentação de certificado/declaração pelo Secretaria Municipal de Educação do ano vigente.	75 %	5,0 pontos			
		85 %	6,0 pontos			
		95 %	7,0 pontos			
		100 %	10,0 pontos			
	Cursos de formação continuada, ofertados por Instituições de Ensino (Universidades e Faculdades reconhecidas pelo MEC; SEDUC/SEMED/CEFAPRO), máximo 5,0 (cinco) pontos (Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos);	0,5 pontos para cada 40h				
	Palestras, minicursos, seminários e conferências proferidos em eventos locais, regionais, estaduais ou nacionais na área de educação, máximo 5,0 (cinco) pontos (Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos).	0,5 pontos p/ cada 40horas com Limite de 5 pontos.				
	Curso específico no componente curricular na área de atuação em instituições reconhecidas pelo MEC - (Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos).	0,5 pontos p/ cada 40horas com Limite de 5 pontos.				
	Cursos de capacitação na área de informática (Certificados válidos apenas dos últimos 3 anos).	0,5 pontos p/ cada 40horas com Limite de 5 pontos.				
CRITÉRIOS DE DESEMPATE:				**TOTAL DE PONTOS:**		
1º-Maior Titulação; 2º-Maior Tempo de Serviço na Unidade Escolar de Lotação a partir do ingresso; 3º-Maior Pontuação em Curso Específico no componente curricular de atuação; 4º-Maior Pontuação obtida na Formação Continuada; 5º-Maior Idade.				**OBS: Considerar-se-á na somatória de pontos até 02(duas) casas decimais**		
_____ Assinatura do Candidato				**Resp. p/ validação**	**_____/_____/_ Data da validação**	

ANEXO IV

CRONOGRAMA DE INSCRIÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS E JORNADA DE TRABALHO

16/12/2019 a 17/12/2019	Período das inscrições	Na Unidade Escolar
18/12/2019	Divulgação da lista classificatória dos inscritos	No mural da Unidade Escolar
19/12/2019 Período Matutino	Prazo para apresentação de recurso – pelo interessado;	Na Unidade Escolar
19/12/2019 Período Vespertino	Prazo para a Comissão da Unidade Escolar responder os Recursos;	Na Unidade Escolar
20/12 Período Matutino	Prazo para apresentação de recurso pelo interessado á Comissão da SEMED; Prazo para a Comissão da SEMED responder os Recursos;	SEMED
20/12/2019 Período Vespertino	Publicação das Inscrições para Atribuição na Unidade Escolar.	Na Unidade Escolar e SEMED
03/02/2020 Período Matutino 1ª ETAPA	1ª FASE	Na Unidade Escolar
	Atribuição de classes e/ou aulas e jornada de trabalho;	
	2ª FASE	
	Atribuição de efetivos na Nova Habilitação	
03/02/2020 Período Vespertino 1ª ETAPA	3ª FASE	Na Unidade Escolar e SEMED
	Atribuição dos TAEs e AAEs Efetivos;	
	Recebimento na SEMED do quadro de Professores, TAEs e AAEs Remanescentes; Lista dos Profissionais Efetivos que não compareceram para a atribuição da jornada de trabalho;	
04/02/2020 Período Matutino 2ª ETAPA	1ª FASE	Na SEMED
	Com diretores e secretários na SEMED para atribuição de Professores, TAEs e AAEs Remanescente;	
04/02/2020 Período Vespertino 2ª ETAPA	2ª FASE	Na Unidade Escolar
	Atribuição de aulas adicionais aos Professores Efetivos;	
05/02/2020 Período Matutino 3ª ETAPA	1ª FASE	Na SEMED
	Recebimento do quadro de aulas e vagas livres ou em substituição;	
05/02/2019 Período Vespertino 4ª ETAPA	2ª FASE	Na SEMED
	Atribuição de Professor,TAEs e AAEs de acordo com o Edital de Seleção 2020 para exercer a função contrato temporário;	

PORTARIA 007/2019/SEMED/ALTO PARAGUAI/MT

PORTARIA 007/2019/SEMED/ALTO PARAGUAI/MT

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALTO PARAGUAI, Patrícia Siqueira May, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

Resolve:

Art.1º TORNAR SEM EFEITO a **PORTARIA Nº005/2019/SEMED/ALTO PARAGUAI/MT** que *Dispõe sobre o Processo de Seleção para a Função de Coordenador Pedagógico para o Biênio 2020/2021, no exercício de suas atribuições e competências na gestão de resultados, para as Escolas da Rede Municipal de Ensino e dá outras Providências, Publicada no diário oficial na data de 04 de Dezembro de 2019.*

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Alto Paraguai-MT, 11 de Dezembro de 2019.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Patrícia Siqueira May

Secretária Municipal de Educação

JURIDICO
LEI Nº 565 /2019

LEI Nº 565 /2019

"**Dispõe Sobre a Denominação das Ruas e Avenida do Perímetro Urbano do Distrito de Capão Verde, Zona Rural, Município de Alto Paraguai – MT, e dá outras providências**".

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Ficam denominadas as **Ruas e a Avenida Principal do Perímetro Urbano do Distrito de Capão Verde, Zona Rural do Município de Alto Paraguai – MT, com os seguintes nomes, Avenida Capão Verde, Rua Perpetua Rodrigues, Rua Jose Barbosa, Rua Severino Caragnato, Rua Joaquim Pinheiro, Rua Orlando Bine, Rua Izabel Pivante, Rua Osvaldo de Oliveira, Rua Jose Ferreira, Rua Expedito Simão, Rua Pedro Correia, Rua Manoel Guilherme, Rua Olavo Alves Batista, Rua Vigilato Paimel, Rua Belmiro Batista, Rua Manoel Dias, Rua Jaime Gonçalves.**

Parágrafo Único – O trecho da MT160, compreendido entre os marcos M-7729 e M-8054 do Perímetro Urbano do Distrito de Capão Verde, Zona Rural, Município de Alto Paraguai – MT, para efeito desta Lei, fica denominado **Avenida Capão Verde.**

Art. 2º – A representação **do Perímetro Urbano do Distrito de Capão Verde, e Denominações das Ruas e Avenida,** constam no Anexo I, que é parte integrante da presente Lei:

I – Anexo I – Mapa do **Perímetro Urbano do Distrito de Capão Verde, com os nomes das Ruas e Avenida Capão Verde.**

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 009/2019/SEMED/ALTO PARAGUAI/MT

PORTARIA Nº 009/2019/SEMED/ALTO PARAGUAI/MT

Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo de atribuição de classes e/ou aulas do Professor, bem como do regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, pertencentes ao Quadro das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e demais providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96, Lei Nº 11.494/2007-FUNDEB, as Leis Complementares Municipais 011/90, 216/2009, 247/2010 e PME 2015/2025;

Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação para Valorização dos Profissionais da Educação assegurando formação, acompanhamento e avaliação sistemática da prática educativa dos Profissionais da Educação, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;

Considerando a importância em garantir o quadro permanente dos Profissionais Efetivos nas Unidades Escolares Municipais, assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição de classes/aulas e regime/jornada de trabalho nas Unidades Escolares da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino;

RESOLVE:

Art. 1º. Orientar e estabelecer critérios a serem observados no Processo de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho do quadro de pessoal, para fins de atendimento às demandas das Unidades Escolares, em consonância com a previsão orçamentária da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Para o Processo de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das Unidades Escolares serão consideradas as turmas formadas pelos alunos efetivamente matriculados para o ano letivo de 2020.

Art. 3º. A realização da contagem de pontos e a atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho serão processadas na Unidade Escolar.

Parágrafo Único. A ficha de pontuação/classificação, o quadro de aulas livres e/ou substituição, cargos/funções e o quadro de pessoal da unidade escolar (após conclusão de cada etapa do processo) deverão ser afixados na escola, em local público e de fácil acesso.

Art. 4º. O processo de contagem de pontos, de atribuição e de classificação final, para atribuição de classes e/ou aulas e jornada de trabalho dos Profissionais da Educação Básica referente à composição do quadro de pessoal das SALAS ANEXAS, localizadas na zona rural, será desvinculada da escola sede e a atribuição será feita na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - Será garantido para as SALAS ANEXAS/zona rural o quantitativo de cargos constantes nos Anexos desta Portaria, em conformidade com a matriz curricular, quantitativo de alunos, turmas e turnos de funcionamento.

Art. 5º. Para contagem de pontos referentes à FORMAÇÃO/TITULAÇÃO será considerado o ponto da maior titulação que o profissional tiver concluído, não sendo permitida a contagem de dois títulos ou mais para o mesmo nível de formação.

§ 1º. Para o processo de contagem de pontos será necessário inserir ou atualizar todas as informações inerentes à formação do profissional e caberá a escola manter em arquivo cópia dos documentos apresentados para atualização dos dados referentes à escolaridade (histórico escolar, certificados e diploma);

§ 2º. Ao preencher a ficha de contagem de pontos será obrigatório o preenchimento do "campo" relativo à habilitação, observando que:

I - preencher a habilitação do concurso/enquadramento;

II - em caso de possuir outra habilitação (nova habilitação), esta também deve ser informada;

III - no caso de atribuição por habilitação deve ser registrado qual será a opção de atribuição: se na habilitação do concurso/enquadramento ou na nova habilitação.

Art. 6º. Para comprovação da pontuação que se refere aos anos trabalhados será apresentado pelo profissional da educação, efetivo/estabilizado, documentos comprobatórios do exercício na rede municipal de ensino, expedido pelo Gestor da Unidade a qual o Profissional é lotado.

Art. 7º. Para efeito de pontuação quanto à assiduidade em horas aulas com alunos, horas atividades, regime/jornada de trabalho, demais atividades escolares e/ou cursos de formação, as ausências amparadas pela Lei Municipal nº 247/2010, não deverão ser consideradas como faltas.

§ 1º. Quando os professores apresentarem atestados médicos (até três dias) ou tiverem suas faltas justificadas não os exime da reposição de aulas para o cumprimento da carga horária do aluno;

§ 2º. Para efeito do exposto no caput deste artigo, não será computado falta na vida funcional do servidor e fará jus à pontuação de Assiduidade conforme estabelecido na ficha de contagem de pontos.

Art. 8º. Após confirmação da ficha de contagem de pontos, não será permitido alteração ficando a atribuição vinculada à ficha de contagem de pontos quanto ao critério de escolha.

I - Se professor, observar o item 4.0 – "Opção de Atribuição" - constante na ficha de contagem de pontos - anexo da Instrução Normativa nº 001/2019/SEMED/ALTOPARAGUAI/MT, não sendo permitido optar por outra habilitação após confirmação da ficha;

II – Se servidor da área administrativa, observar o item -3.0 "Opção para a Função que concorre" constante na ficha de contagem de pontos - anexos da Instrução Normativa nº 001/2019/SEMED/ALTOPARAGUAI/MT - (assinalar apenas uma opção), não sendo permitido optar por outra função:

Art. 9º. Quando na apuração final dos pontos, os Profissionais da Educação serão classificados por ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida e, em caso de empate, para efeito de desempate, serão observados os seguintes critérios:

a) Maior Titulação;

b) Maior Tempo de Serviço na Unidade Escolar de Lotação a partir do ingresso;

c) Maior Pontuação em Curso Específico no componente curricular de atuação;

d) Maior Pontuação obtida na Formação Continuada;

e) Maior Idade.

Art.10. Os Profissionais da Educação Básica, Efetivos e Estabilizados, mencionados na Instrução Normativa Nº 001/2019/SEMED/ALTOPARAGUAI/MT quando do retorno às atividades funcionais, deverão apresentar-se, para fins de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º. Para os profissionais mencionados no caput desse artigo será garantida a atribuição de classe e/ou aulas ou cargos/funções na de sua última lotação.

§ 2º. A Equipe Gestora da unidade escolar deverá informar à Secretaria Municipal de Educação até o dia 03.02.2020 o nome dos profissionais efetivos e/ou estabilizados que constam na folha de pagamento e que não compareceram para a atribuição da jornada de trabalho, nem apresentaram documento legal autorizando o seu afastamento daquela unidade.

Art. 11. Os professores atribuídos ao 1º Ano que participaram da Capacitação do Pacto Nacional de Alfabetização devem permanecer com sua turma de alunos até a conclusão, desde que haja confirmação através de certificado do Processo de Formação do Pacto.

I - Os professores que concluíram o 3º Ano em 2019 deverão preferencialmente ser atribuídos novamente nas turmas do 1º Ano em 2020 desde que haja confirmação através de certificado do Processo de Formação do Pacto.

Art. 12. O professor aposentado poder-se-á atribuir à carga horária máxima de 20 horas semanais, sendo-lhe vedado atribuição em funções que exigem atribuição de 30 h/a semanais, tais como coordenador pedagógico, coordenador de área, professor articulador da aprendizagem, e outros;

V - ao Professor Articulador poderá ser atribuída jornada de até 30 horas semanais para trabalhar na mediação das Aprendizagens da Articulação do coletivo dos anos iniciais do ensino fundamental das unidades escolar;

Art. 13. Conforme. Lei 247/2010, Art. 42 e § 1.º, além das horas destinadas à sala de aula, compõe a jornada de trabalho dos professores efetivos o período destinado à hora-atividade, *in verbis*:

***"... Art. 42 -** Fica assegurado aos professores em regência o correspondente a 20% (vinte por cento) de sua jornada de trabalho semanal para as atividades relacionadas ao processo didático pedagógico, denominadas hora-atividade.*

***§ 1º** Entende-se por hora - atividade aquela destinada à preparação e avaliação do trabalho didático e atividades exercidas pelo professor nas escolas, dentro e fora delas, escrituração de diários, planejamento de aulas, colaboração com a administração da escola, reuniões pedagógicas, articulação com a comunidade e aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta da escola..."*

§ 1º - Caberá ao gestor escolar e Secretaria Municipal de Educação o acompanhamento do cumprimento das horas atividades, sendo responsabilizados administrativamente, pela omissão.

§ 2º- O acompanhamento das Horas Atividades, para Professor Efetivo, deverá ser registrado em Livro Específico, para que quando solicitado seja apresentado a SEMED.

§ 3º. A hora atividade deverá ser cumprida integralmente no âmbito da Unidade Escolar, em horário diferente da atribuição de sala de aula, de acordo com o turno de funcionamento da Unidade Escolar e de atendimento ao aluno, conforme Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, com o acompanhamento da Equipe Pedagógica.

§ 4º. Para o cumprimento da jornada de trabalho semanal das horas atividades, deverão observar-se as seguintes orientações:

a) Atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem de acordo com a proposta pedagógica da Unidade Escolar;

b) Participação na Formação Continuada e demais atividades de capacitação previstas no Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar e ao aperfeiçoamento profissional;

c) Preparação e Avaliação do trabalho didático (incluindo o Diário);

d) Atividades propostas pela Unidade Escolar, tais como: reuniões pedagógicas, assembleias e outros;

§ 5º. Para o registro no referido livro, deverão ser observados os critérios em períodos mensais conforme consta na seguinte planilha:

Matrícula	Dia/mês	CH	Atividade	Nome do Servidor	Situação Funcional	Horário		Assinatura	Obs.
						Entrada	saída		

Art. 14. Para atribuição de professores efetivos e/ou estabilizados deve-se observar:

I – O Professor Efetivo, detentor de dois cargos deverá atribuir na mesma Unidade Escolar nos períodos matutino e vespertino, proporcionando assim, condições do cumprimento integral de sua jornada de trabalho;

II- Os professores que ocupam outro cargo público licitamente acumulável devem apresentar documento de sua carga horária que comprove a compatibilidade de horário nas 02 (duas) redes de ensino e que assegure o cumprimento do regime de trabalho do cargo efetivo e/ou estabilizado (em sala de aula e horas atividades) na Rede Municipal de Ensino, a hora atividade deverá ser cumprida no horário de atendimento da Unidade Escolar, junto aos pares com o devido Acompanhamento do Coordenador Pedagógico;

III- O Professor Efetivo, detentor de dois cargos deverá atribuir na mesma Unidade Escolar, podendo ser atribuído como Coordenador Pedagógico, Professor Articulador da Aprendizagem, entre outros cargos detentores de 40 horas semanais;

Art.15. Os Contratos Temporários de Professores para aulas adicionais, aulas livres e/ou substituição e os Contratos Temporários para os cargos de Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, serão rescindidos no decorrer do ano nas seguintes situações:

I - No caso de nomeação de concursados;

II - A pedido do interessado;

III - Quando do retorno do Professor, do Técnico Administrativo Educacional e do Apoio Administrativo Educacional em condições de assumir a função do Cargo Efetivo;

IV - Apresentar no bimestre 10 % ou mais de faltas injustificadas;

V - Descumprirem as atribuições legais inerentes aos respectivos cargos;

VI - Desempenho nas atribuições de forma insatisfatório;

VII - Prática educativa que contrarie as concepções do Projeto Político Pedagógico da escola bem como as Políticas Públicas Municipais;

VIII - A título de penalidade, nos termos da legislação vigente;

IX - Geração de subemprego;

X - Em caso de junção de turmas;

XI - Em caso de remoção do Profissional da Educação Efetivo/Estabilizado, fora do período de férias, amparada por lei;

XII - Interesse da Administração Pública;

XIII - Quando o Professor Efetivo ou Estabilizado, detentor de aulas adicionais, se afastar por motivo diverso, exceto no caso de licença gestacional e para tratamento de sua própria saúde;

XIV – Confirmada a prática de NEPOTISMO, por parte da equipe gestora da Unidade Escolar.

Art. 16. Nas hipóteses previstas nos incisos IV ao IX e XIV, do Artigo 15 desta Portaria, a rescisão do contrato será precedida de Sindicância Administrativa, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Art. 17. Fica sob a responsabilidade da equipe gestora a verificação e a comunicação, primeiramente à Secretaria Municipal de Educação da ocorrência das situações que constam no Artigo 15 desta Portaria, no prazo máximo de 24 horas a partir da confirmação do fato.

Art. 18. Não poderão ser contratados temporariamente Profissionais da Educação Efetivos que se encontrem nas seguintes situações:

I - o Professor que já ocupe dois cargos públicos;

II - Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, que já ocupe outro cargo público ficam impedidos de contar pontos;

III - O Professor, o Técnico Administrativo Educacional e o Apoio Administrativo Educacional que exerça função ou ocupe cargo em regime de Dedicação Exclusiva;

IV - O Professor, o Técnico Administrativo Educacional e o Apoio Administrativo Educacional em situação de cedência;

V - O Professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional que estiverem em gozo de férias, licença de qualquer natureza;

VI - O Professor, o Técnico Administrativo Educacional e o Apoio Administrativo Educacional que apresentarem no decorrer do ano letivo anterior 10% (dez por cento) de faltas injustificadas;

VII - O Professor, o Técnico Administrativo Educacional e o Apoio Administrativo Educacional incluso em Termo de Cooperação Técnica;

VIII – O Professor ou o Técnico Administrativo Educacional em função relacionada aos Recursos Didáticos, que constam no Art. 29 desta Portaria;

IX – O Professor, o Técnico Administrativo Educacional e o Apoio Administrativo Educacional que tiveram histórico de registros oficialmente comprovados de prática de geração de subemprego;

X - O Professor, o Técnico Administrativo Educacional e o Apoio Administrativo Educacional que tenha sofrido penalidade disciplinar e ainda não esteja reabilitado;

XI - Os Profissionais da educação nas situações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do artigo 18 desta Portaria;

XII - Profissional da Educação aposentado nas seguintes situações: aposentado em dois cargos e/ou aposentado em um cargo e ativo no outro cargo.

Art. 19. Em caso de surgirem vagas nas unidades escolares após o início do ano letivo, estas serão preenchidas observando rigorosamente os critérios constantes no Edital de Seleção 2020 publicado no mês de Janeiro no Diário Oficial.

Parágrafo Único – Se o candidato convocado para o preenchimento da vaga não comparecer, no prazo de 24 horas será convocado o subsequente, respeitando-se a sequencia geral dos classificados.

Art. 20. Caberá a Secretaria Municipal de Educação proceder à lotação do profissional efetivo ou estabilizado que deixar de participar das etapas do processo de atribuição de classes e/ou aulas, regime/jornada de trabalho, que constam desta Portaria, onde houver vaga.

Art. 21. No caso em que o profissional da educação se sentir prejudicado, quanto ao processo de CONTAGEM DE PONTOS e DO PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO caberá recurso à Comissão de Atribuição da Unidade Escolar do Regime/Jornada de Trabalho, correspondente a etapa em questão.

Parágrafo único - O recurso referido no caput deste artigo não terá efeito suspensivo do processo (contagem de pontos e/ou atribuição), devendo ser interposto impreterivelmente até 24 horas após cada sessão/etapa, tendo a Comissão de Atribuição do Regime/Jornada de Trabalho da unidade escolar e/ou Secretaria Municipal de Educação, o mesmo prazo para emissão do parecer.

Art. 22. Para as Unidades Escolares que atendem alunos deficientes com graves transtornos neuro-motores (crianças que em decorrência da deficiência apresente mobilidade reduzida ao ponto de comprometer sua autonomia de ir ao banheiro e se alimentar, sendo, portanto, dependente de apoio externo) e alunos com autismo, inclusos nas turmas regulares será garantido 01 (um) TDI/AUXILIAR DE TURMAS de modo a proporcionar autonomia ao aluno.

§ 1º. A Disponibilidade ou Contratação do TDI/AUXILIAR DE TURMAS, com regime de trabalho de 30 horas, apenas se justifica quando comprovada a necessidade através de avaliação pedagógica do(s) aluno(s) e está condicionada a análise e parecer da Secretaria Municipal de Educação, podendo o TDI auxiliar mais de uma turma que atende alunos com deficiência.

§ 2º. O processo de atribuição ao candidato que concorrer para a função do TDI/AUXILIAR DE TURMAS para atender alunos deficientes se pautará nos seguintes pré- requisitos:

a) formação de Ensino Médio;

b) experiência comprovada e/ou comprovar a formação continuada específica para atuar na área.

Art.23. Mediante diagnóstico, necessidade comprovada e apresentação de Projeto de Articulação a Escola de Ensino Fundamental de nove anos da Rede Municipal de Educação, poderá ter Professor Articulador com carga horária distribuída em até 30 horas.

§ 1.º. - Para assegurar o direito de ter professor articulador da aprendizagem a unidade escolar deverá disponibilizar espaço físico e ambiência pedagógica;

§ 2.º - A atribuição do professor articulador de aprendizagem considerará o diagnóstico dos desafios de aprendizagem de cada escola;

§ 3.º - Odiagnóstico deve considerar os resultados das avaliações internas realizadas no processo de ensino e aprendizagem e avaliações externas – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB); Avaliação Nacional da Aprendizagem (ANA); Programa Mais Alfabetização (PMALFA); Provinha Brasil/Prova Brasil (IDEB) que irá fundamentar a elaboração do projeto de mediação das aprendizagens da articulação do coletivo dos anos de ensino da unidade escolar.

§ 4.º - O Projeto de Articulação deverá:

I – Prioritariamente estar relacionado ao processo de alfabetização;

II - Estar contemplado no Projeto Político Pedagógico e enviado para a Secretaria Municipal de Educação para fins de análise;

III - Ser acompanhado e validado com parecer da CDCE e Secretaria Municipal de Educação para análise final das equipes e posterior atribuição;

§ 5º. - Cabe a equipe gestora e ao CDCE analisar perfil para exercer a função de Professor Articulador, tendo como referência o diagnóstico dos desafios de aprendizagem, e as seguintes considerações:

I- Ser prioritariamente professor efetivo;

II - Ter prioritariamente formação em Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior e experiência docente em alfabetização nos últimos 02 anos;

III - Disponibilidade de atendimento aos alunos no contra turno e não apresentar acúmulo de cargos e/ou funções;

§ 6º. - Embora a articulação estabeleça como prioridade o Processo de Alfabetização, a Unidade Escolar poderá atribuir Professor Articulador com habilitação nas áreas diagnosticadas.

§ 4º. - O candidato a função descrita no caput do artigo deverá participar do Processo de Atribuição de classes e/ou aulas conforme calendário que consta na Instrução Normativa nº 001/2019/SEMED/ALTOPARAGUAI/MT e, em caso de ser escolhido para a função, será acrescida à sua jornada de trabalho, a carga horária destinada à Articulação.

Art.24. - Os PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM READAPTAÇÃO desenvolverão atividades pedagógico-administrativas de acordo com suas possibilidades de atuação, contribuindo com a gestão dos Processos Pedagógicos e Administrativos da Escola, a cumprir o regime/jornada de trabalho de 25 horas semanais, no horário escolar estabelecido pela escola como de atendimento ao aluno, tais como:

a. Apoio ao Processo Ensino Aprendizagem até 2 (dois) cargos, em atividades complementares dentro e fora da sala de aula, correlatas as atividades de articulação da aprendizagem (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional) de acordo com o PPP da escola;

b. Em atividades pedagógicas desenvolvidas na Biblioteca Escolar (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);

c. Exercer função de técnico responsável pelas Multimeios Didáticos no Lab. de Informática, que a unidade escolar dispor, desde que tenha perfil para exercer a função (técnico administrativo educacional);

d. Exercer a função de “SUPORTE TÉCNICO” na Secretaria Municipal de Educação, mediante perfil compatível com o exercício da função, (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional), mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação;

e. Suporte a Coordenação Pedagógica, mediante perfil para auxiliar a coordenação pedagógica inclusive no controle de infrequencia dos alunos máximo 2 (dois) cargo (Professor) mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação;

f. Exercer a função de Monitoramento de Transporte Escolar (TAE e AAE);

§ 1º. - Todos os profissionais em situação de readaptação deverão participar do processo de atribuição da jornada de trabalho, isto é, contar pontos e atribuir em uma das funções relacionadas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”;

§ 2º. - Somente poderá atribuir nas funções elencadas nas alíneas acima, o profissional em constante período de readaptação com perícias médica vigentes;

§ 3º. - A atribuição dos profissionais em readaptação dar-se-á nas vagas constantes nas alíneas acima supracitadas obedecendo à necessidade de manutenção do quadro das unidades escolares, observando a contagem de pontos e não podendo exceder o quantitativo de cargos de direito conforme estabelecido nesta Portaria, exceto para a alínea “a” e “e” que poderá ser atribuído até 2 Professores, sendo um para cada turno de atendimento dos anos iniciais do ensino fundamental, para auxiliar na articulação da aprendizagem em atividades complementares à sala de aula, mediante autorização da Secretaria Municipal de Educação.

§ 4º. - Em caso de existir mais de um profissional em readaptação concorrendo a uma mesma função em uma unidade escolar, exceto na alínea a, caberá a Secretaria Municipal de Educação distribuir os profissionais que ficarem remanescentes entre as unidades escolares.

§ 5º. - O profissional em readaptação deverá cumprir a jornada de trabalho integral ou quando com atribuição em laboratório e biblioteca deverá ser distribuída a jornada de trabalho de acordo com os turnos de funcionamento da unidade escolar de forma a atender a escola conforme o número de turnos, não ultrapassando a carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais.

Art. 25. - Para o exercício das funções de Dedicação Exclusiva dos Profissionais da Educação Básica (Diretor Escolar, Secretário de Unidade Escolar e Coordenador Pedagógico) o servidor deverá ser de carreira, efetivo e estável.

§ 1º. - O candidato à função de coordenador pedagógico, detentor de dois cargos efetivos, ambos na rede pública municipal, somente poderá concorrer à vaga em unidade escolar contemplada com os dois turnos de funcionamento;

§ 2º. - O candidato a função de coordenador pedagógico, detentor de 2 (dois) cargos públicos, sendo um de rede pública municipal e o segundo de outra rede, deverá solicitar afastamento do outro cargo para assumir a função gratificada.

Art. 26. - A função de COORDENADOR PEDAGÓGICO será por via de indicação para o mandato de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais um ano.

§ 1º. - O coordenador pedagógico, além das funções descritas na Lei Municipal nº 247/2010, deverá:

I – acompanhar e orientar o desenvolvimento dos Programas e Projetos da unidade escolar;

II – monitorar o cumprimento das horas atividades dos professores da unidade escolar;

III - assegurar e acompanhar os serviços de apoio especializado (Auxiliar de Turmas) existente na unidade escolar;

IV – ser avaliado no desempenho de sua função pelos professores tomando por base o plano de ação apresentado para o ano vigente, com vistas à qualificação da gestão pedagógica para o fortalecimento das políticas educacionais.

§ 1º. - O coordenador pedagógico trabalhará em regime de dedicação exclusiva, cumprindo jornada semanal de 40 horas, de modo que contemple os dois turnos de funcionamento da unidade escolar.

§ 2º. - O professor com carga horária de 40 horas semanais ocupará a função de coordenador pedagógico na unidade e não fará jus à gratificação, devendo cumprir jornada de trabalho nos dois turnos de funcionamento.

§ 3º. - O professor com carga horária de 40 horas semanais, não poderá concorrer ao cargo de coordenador pedagógico em unidade escolar que atende apenas um turno.

§ 4º. - A distribuição dos coordenadores pedagógicos por unidades escolares se dará em conformidade ao anexo I desta Portaria.

Art. 27. - Para funcionamento e utilização dos RECURSOS DIDÁTICOS, a jornada de trabalho de 30 horas semanais dos profissionais da educação deverá ser dividida nos dois turnos para atendimento ao aluno, observando-se os critérios, a saber:

§ 1.º –A Unidade Escolar terá direito a 01 Técnico Administrativo Educacional - TAE/MULTIMEIO DIDÁTICO – com carga horária de 30 horas para atendimento nos 02(dois) turnos de funcionamento, destinado à função de Multimeio Didáticos, auxiliando na organização e funcionamento do laboratório de informática, sala de vídeo, acervo de DVD, Data show, projetores, notebooks, tablets, softwares educativos e demais equipamentos tecnológicos, mediante apresentação de projeto constante no PPP da Escola.

I - O projeto deverá conter a listagem dos materiais/equipamentos tecnológicos existentes, o local de armazenamento dos mesmos, o local de atuação do profissional, bem como as ações a serem desenvolvidas a partir das suas atribuições.

II – Será de responsabilidade deste TAE:

a) Subsidiar os professores no trabalho, mediando a utilização dos recursos tecnológicos e a prática educativa, sendo que a utilização deverá concorrer para a melhor qualidade do ensino, observando:

I- O zelo, manutenção, controle e armazenamento dos equipamentos/ materiais tecnológicos;

II - Ampliação/atualização do acervo multimidiático e programas da unidade escolar;

III - certificar se os softwares e as mídias estão funcionando devidamente;

IV - navegar pelos softwares educativos antes de utilizá-los;

V - atualizar-se frequentemente quanto às inovações tecnológicas, com ênfase nas TICs.

§ 1.º - Os critérios para atribuição da função do profissional para atuação com os Multimeios Didáticos são os seguintes:

a. Ter especialização e cursos em informática educativa;

b. Possuir capacitação e habilidades em informática básica.

Art. 28. - O número de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL da unidade escolar será definido de acordo com o critério estabelecido no Anexo II, desta Portaria.

Art. 29. - O quantitativo de profissionais para o cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/NUTRIÇÃO ESCOLAR será definido de acordo com ANEXO III, desta Portaria.

Art. 30. - O quantitativo de profissionais para o cargo de Apoio Administrativo Educacional na função MANUTENÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR/LIMPEZA é calculada com base no número de salas de aula da unidade escolar, número de turmas e número de turnos, conforme ANEXO IV**,** desta Portaria.

Parágrafo Único - Secretaria Municipal de Educação será co-responsável pelos dados apontados pela Unidade Escolar.

Art. 31. - O Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional (manutenção da infraestrutura/limpeza, nutrição escolar) efetivo e/ou estabilizado, que excederem ao número definido por unidade escolar, ficarão como remanescentes a serem redistribuídos pela Secretaria Municipal de Educação, nas escolas onde houver vaga.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Educação a partir de 05/02/2020, após o processo de atribuição de regime/jornada de trabalho do Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional efetivo e/ou estabilizado, efetuará a redistribuição dos servidores que ficaram remanescentes, exceto nos casos de problemas de saúde comprovados.

Art. 32. - Para dar cumprimento às datas e prazos das Etapas e Fase do processo de atribuição de classes e/ou aulas, regime/jornada de trabalho e redistribuição dos profissionais da educação remanescentes, as Comissões responsáveis deverão seguir rigorosamente o Cronograma estabelecido na Instrução Normativa nº 001/2019/SEMED/ALTOPARAGUAI/MT.

Art. 33. - Todos os profissionais efetivos atribuídos deverão se apresentar na unidade escolar a partir de **03.02.2020** para participar das atividades programadas no plano de trabalho.

§ 1º. - Será de responsabilidade da equipe gestora a articulação da construção do plano de trabalho anual (cronograma de trabalho e atividades pedagógicas), incluindo, objetivamente, as ações a serem desenvolvidas nas horas atividades;

§ 2º. Caberá à Equipe Gestora fazer cumprir o estabelecido na **Portaria Nº 009/2019/SEMED/ALTO PARAGUAI/MT** e ainda:

I - definir a forma de operacionalização das horas atividades, bem como o acompanhamento e avaliação que deverá ocorrer bimestralmente;

II - assegurar o registro de presença em atividades internas e externas;

III - encaminhar os casos de não cumprimento das horas atividades a Secretaria Municipal de Educação para desconto em folha de pagamento.

Art. 34. - Ao Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional candidatos a contrato temporário a atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho será de acordo com a classificação do Edital de Seleção 2020 a ser realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Alto Paraguai - MT.

Art. 35. - O cumprimento da jornada de trabalho dos Profissionais da Educação, efetivos ou de contrato temporário ficará sob a responsabilidade da Equipe Gestora (Diretor, Secretário e Coordenador Pedagógico) da unidade escolar com acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação de acordo com **Portaria Nº 009/2019/SEMED/ALTO PARAGUAI/MT.**

Art. 36. – O Profissional Efetivo na função de Secretário Escolar, terá a responsabilidade de gerenciamento dos dados e demais informações da unidade escolar, solicitadas pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º. - Para efeito de controle do cumprimento da jornada de trabalho do professor caberá responsabilidade ao Coordenador Pedagógico que, mensalmente deverá entregar ao Secretário Escolar o relatório das faltas (hora/aula e hora/atividade) a serem enviadas a Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º. - Caberá ao Secretário da unidade escolar o controle e registro do cumprimento da jornada de trabalho dos servidores administrativos, servidores em Readaptação de Função e servidores em atribuição de função (Diretor, Coordenador, Secretário);

Art.37. - A Equipe Gestora da Unidade Escolar e Comissões de Atribuição de Classes e/ou Aulas que descumprirem com as orientações constantes nesta **Portaria e Instrução Normativa N.º001/2019/SEMED/ALTOPARAGUAI/MT**, praticando ação que caracterize NEPOTISMO no processo de atribuição de classes e/ou aulas/jornada de trabalho, ou atos que venham comprometer a legalidade e transparência no processo de atribuição, será responsabilizada pelos seus atos na forma da Lei.

Art. 38. - Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pela Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho instituídas nas Unidades Escolares e na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 39. - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Paraguai - MT, 11 de Dezembro de 2019.

Patrícia Siqueira May

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

DISTRIBUIÇÃO DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS

Porte da Escola	Nº Turmas	**N° de Coordenadores**
PEQ I	01 a 05	----------
PEQ II a MED I	06 a 16	01
MEDIA II a GD I	17 a 30	02

ANEXO I –A

EDUCAÇÃO DO CAMPO

COORDENADOR PEDAGÓGICO

Na escola de Educação do Campo a partir de 100 (cem) alunos será indicado 01 (um) professor efetivo, escolhido entre os pares para a função de Coordenador Pedagógico - 25 horas semanais, em regime de dedicação exclusiva (desconsiderando as salas anexas se houver), no caso de não ter professor efetivo poderá ser um professor de contrato temporário com carga horária de 25 horas semanais distribuídas entre os turnos de atendimento da escola.
OBS.: Nas salas anexas concentradas (na mesma localidade) ***a partir de 6 (seis) turmas*** *constituídas, será atribuído* ***1(um) Professor Integrador Curricular, escolhido entre os pares*** *(do quadro das salas anexas) com carga horária de* ***25 (vinte e cinco) horas semanais, distribuído entre os turnos de atendimento da anexa,*** *estando esse profissional vinculado à escola sede.*

ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO DO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Critérios para Dimensionamento do N.º de Técnicos Administrativo Educacional por Unidade Escolar				
Categoria/Porte	Nº de Alunos	Nº Administrativo	Secretário	Total
PEQUENA	Até 300	_____	1	1
MÉDIA	301 A 500	1	1	2
GRANDE	501 A 700	2	1	3

ANEXO III

APOIO ADM. EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR

I - até 300 alunos por turno de funcionamento: Ø 01 (um) Apoio Administrativo Educacional, na função de Nutrição Escolar
II - de 301 a 600 alunos por turno de funcionamento: Ø 02 (dois) Apoios Administrativos Educacionais, na função de Nutrição Escolar.
III - acima de 600 alunos por turno de funcionamento: Ø 03 (três) Apoios Administrativos Educacionais, na função de Nutrição Escolar,

ANEXO III - A

EDUCAÇÃO DO CAMPO

APOIO ADM. EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO ESCOLAR

a) escola sede ou as salas anexas estiverem concentradas - a partir de 40 (quarenta) alunos , 01 (um) cargo de AAE/nutrição

ANEXO IV

DISTRIBUIÇÃO DE APOIO ADM. EDUCACIONAL\LIMPEZA

FATOR = {[(Área/100)*1]+(Nº Salas*5)+(Nº Turmas*10)}/16	
Área = Área Construída da Unidade Escolar - Peso 1	
Nº de Salas = Número de Sala de Aula da Unidade Escolar - Peso 5	
º de Turmas = Número de Turmas atendidas pela Unidade Escolar - Peso 10	
As escolas serão contempladas com AAE/limpeza, de acordo com o quadro abaixo, considerando os turnos de funcionamento	
Tabela 1	

FATOR CALCULADO	NÚMERO DE SERVIDORES
Fator menor ou igual a 18	1 AAE\Limpeza por turno
Fator maior que 18 e menor ou igual a 31	2 AAE\Limpezas por turno
Fator maior que 31 e menor ou igual a 41	3 AAE\Limpezas por turno
Fator maior que 41 e menor ou igual a 53	4 AAE\Limpezas por turno

ANEXO IV - A

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EJA

APOIO ADM. EDUCACIONAL - LIMPEZA

a) escola sede ou as salas anexas estiverem concentradas - a partir de 40 (quarenta) alunos, 01 (um) cargo de AAE/limpeza.

ANEXO V

CRONOGRAMA DE MATRÍCULAS DAS UNIDADES ESCOLARES E CRECHE MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI PARA O ANO LETIVO 2020.

DATA	ATIVIDADE	LOCAL
16 a 20/12/2019	Renovação de matrícula	ESCOLA
06 a 31/01/2020	Matrículas novas	ESCOLA
02/01/2020 a 31/01/2020	Período de férias coletivas	ESCOLA

JURIDICO
LEI Nº 560/2019

LEI Nº 560/2019.

Altera as Metas Físicas e Financeiras do Plano Plurianual para o exercício de 2020 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020, compatibilizando as ações e as metas físicas e financeiras.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, **Prefeita Municipal de Alto Paraguai**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei apresenta o projeto de Lei:

Art. 1º - Ficam alteradas as Metas Físicas e Financeiras do Plano Plurianual – PPA contidas na Lei Municipal Nº 507/2017, para o exercício 2020 referente as Ações Orçamentárias, de acordo com o Anexo I, parte integrante desta lei.

Art. 2º. Ficam alteradas as Metas Físicas Financeiras do Anexo de Metas e Prioridades (Anexo I) da Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO para o exercício de 2020, referente as Ações Orçamentárias, de acordo com o Anexo II, parte integrante desta lei.

Art. 3º. As atualizações de que tratam as alterações contidas nos artigos 1º e 2º, têm por finalidade a compatibilização entre as peças de Planejamento do PPA, LDO e LOA para o exercício de 2020, de acordo com o Anexo III, parte integrante desta lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai– MT,11 de dezembro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
LEI N.º 561/2019

LEI N.º 561/2019

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, **Prefeita Municipal de Alto Paraguai**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei apresenta o projeto de Lei:

Art. 1º - Esta lei Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o exercício financeiro de 2020, compreendendo:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes do município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II – O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração Direta e Indireta.

Art. 2º. O Orçamento Geral do Município para o exercício de 2020, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a **Receita Bruta** em **R$ 31.454.425,00** (trinta e um milhões, quatrocentos e cinqüenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), sendo:

I –A **Receita Líquida** prevista para o exercício de 2020de **R$ 28.520. 815,00** (vinte e oito milhões,quinhentos e vinte mil, oitocentos e quinze reais),deduzido o montante de **R$ 2.993.610,00** (dois milhões, novecentos e noventa e três mil e seiscentos e dez reais) relativo aos descontos de impostos e a redução para contribuição ao FUNDEB.

Art. 3º. As Receitas Previstas serão realizadas mediante a arrecadação de tributos, contribuições, transferências, convênios e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, de acordo com o desdobramento abaixo especificado:

I – RECEITAS:

1. - RECEITA CONSOLIDADA	VALOR
Receitas Correntes	23.062.249,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	1.472.369,00
(-) Descontos Impostos e Taxas	(-) 60.810,00
Receita de Contribuições	280.250,00
Receita Patrimonial	154.000,00
Receita de Serviços	318.000,00
Transferências Correntes	23.755.240,00
(-) Dedução para contribuição do FUNDEB	(-)2.872.800,00
Outras Receitas Correntes	16.000,00
Receitas de Capital	5.458.566,00
Alienação de Bens	73.765,00
Transferência de Capital	5.384.801,00
Total Receita Consolidada	**28.520.815,00**

Art. 4º. A Despesa do Município de Alto Paraguai, é fixada na forma dos anexos desta lei, em **Valor Consolidado** de **R$ 28.520.815,00**(vinte e oito milhões, quinhentos e vinte mil, oitocentos e quinze reais),sendo: **R$27. 500.815,00(vinte e sete milhões, quinhentos mil, oitocentos e quinze reais)**para o Executivo (Prefeitura); e **R$ 1.020.000,00** (um milhão e vinte mil reais) para o Legislativo (Câmara), a ser realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, que apresentam os seguintes desdobramentos:

I – Orçamento Fiscal: R$ 20.631.815,00 (vinte milhões, seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e quinze e oitoreais);

II –Orçamento da Seguridade Social: R$ 7.889.000,00 (sete milhões, oitocentos e oitenta e nove mil reais), neste compreendido as dotações da assistência social e saúde:

2. ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL - POR FUNÇÃO	VALOR (R$)
07 – Saúde	6.275.000,00
08 – Assistência Social	1.614.000,00
TOTAL	**7.889.000,00**

III – DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA:

3–DESPESA CONSOLIDADA	VALOR (R$)
Despesas Correntes	**22.091.957,49**
Pessoal e Encargos Sociais	11.778.210,00
Juros e Encargos da Dívida	20.000,00
Outras Despesas Correntes	10.293.747,49
Despesas de Capital	**6.293.857,51**
Investimentos	5.978.857,51
Inversões Financeiras	5.000,00
Amortização da Dívida	310.000,00
Reserva de Contingência	**135.000,00**
Reserva de Contingência	135.000,00
Total Despesa Consolidada	**28.520.815,00**

3.1–DESPESA DO EXECUTIVO	VALOR (R$)
Despesas Correntes	**21.080.457,99**
Pessoal e Encargos Sociais	11.068.210,00
Juros e Encargos da Dívida	20.000,00
Outras Despesas Correntes	9.992.247,99
Despesas de Capital	**6.285.357,01**
Investimentos	5.970.357,01
Inversões Financeiras	5.000,00
Amortização da Dívida	310.000,00
Reserva de Contingência	**135.000,00**
Reserva de Contingência	135.000,00
Total Despesa Executivo (Prefeitura)	**27.500.815,00**

3.2–DESPESA DO LEGISLATIVO	VALOR (R$)
Despesas Correntes	**1.011.499,50**
Pessoal e Encargos Sociais	710.000,00
Outras Despesas Correntes	301.499,50
Despesas de Capital	**8.500,50**
Investimentos	8.500,50
Total Despesa Do Legislativo (Câmara)	**1.020.000,00**

IV – DESPESA POR ÓRGÃO DO GOVERNO:

4. ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R$)
01 - Câmara Municipal	1.020.000,00
02 - Gabinete do Prefeito	1.261.000,00
03 - Secretaria Municipal de Receita e Controle	1.127.000,00
04 - Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão	1.317.000,00
05 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento	6.388.321,98
06 – Secretaria Municipal de Educação	6.364.916,12
07 - Secretaria Municipal de Saúde	6.275.000,00
08 – Secretaria Municipal de Assistência Social	1.614.000,00
09 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	1.473.776,90
10 – Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos	170.000,00
12 – Secretaria Municipal de Cultura e Desporto	606.500,00
13 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	903.300,00
TOTAL CONSOLIDADO	**28.520.815,00**

V – DESPESAS POR FUNÇÕES:

5 - POR FUNÇÕES DO GOVERNO		VALOR (R$)
01	Legislativa	1.020.000,00
04	Administração	4.965.000,00
08	Assistência Social	1.614.000,00
10	Saúde	6.275.000,00
12	Educação	6.364.916,12
13	Cultura	260.000,00
15	Urbanismo	3.884.490,25
17	Saneamento	71.051,21
18	Gestão Ambiental	60.000,00
20	Agricultura	1.413.776,90
21	ORGANIZACAO AGRARIA	170.000,00
23	Comércio e Serviços	15.000,00
25	Energia	1.013.300,00
26	Transporte	909.400,00
27	Desporto e Lazer	349.880,52
99	Reserva de Contingência	135.000,00
Total Consolidado		**28.520.815,00**

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo art. 43, § 1°, III, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa fixada no art. 2° desta Lei.

Art. 6° - Esta Lei entra em vigor em 01° de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai -MT, 11 de dezembro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

Prefeita Municipal

JURIDICO
LEI N° 562/ 2019.

LEI N° 562/ 2019.

Dispõe sobre critérios e condições para abertura de Créditos Adicionais ao Orçamento Anual 2020 – LOA do Município de Alto Paraguai– MT, e dá outras providências.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação desta casa de leis o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dos recursos orçamentários constantes da Lei Orçamentária Anual 2020.

Parágrafo Primeiro - Para abertura de créditos adicionais suplementares, de acordo com o Inciso III, Art. 43 da Lei Federal 4.320/64, fica estipulado como limite máximo, o mesmo percentual estabelecido na Lei Orçamentária Anual e suas atualizações.

Parágrafosegundo – Não oneraram os limites para abertura de créditos suplementares, os créditos destinados a:

I - Reforço de Dotações de Pessoal e Encargos Sociais, através de Anulação Total e / ou Parcial de Dotações, até o limite de 5% (cinco por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual;

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por excesso de arrecadação e superávit financeiro, atendido o disposto nos artigos 42 e incisos I, II, III e IV do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64.

Parágrafo primeiro – Não oneraram os limites para abertura de créditos suplementares estipulados na LOA e suas alterações, os créditos:

I - Provenientes de Incorporações por Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior até o limite de 5% (cinco por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual;

II - Provenientes de Excesso de Arrecadação e / ou Tendência de Excesso de Arrecadação, até o limite de 5% (cinco por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual;

Parágrafo segundo - Se necessária a suplementação, fica o Poder Executivo Municipal obrigado a atender o contido no art. 43, da Lei nº. 4.320/64, expedindo-se o Decreto Municipal de abertura de créditos adicionais, devendo detalhar o máximo possível as despesas e as fontes de financiamento correspondente.

Art. 3º - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, realizar realocações de recursos entre Fontes/Destinação de Recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, entre fontes/destinação de recursos orçamentárias, sem prejuízo à aplicação dos recursos vinculados de programas e transferências, de acordo com o Art. 8º - parágrafo único da Lei 101/2000.

Art. 4º - Para os fins desta Lei, entende-se:

I - como **transposição** as realocações no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo órgão compreendendo os projetos e ou atividades;

II - como **remanejamento** as realocações com destinação de recursos de um órgão para outro;

III - como **transferência** as realocações de recursos entre categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

IV – como **realocações** de fontes/destinações ás alterações entre fontes de recursos determinadas na lei orçamentária para a execução de determinado elemento de despesas.

Art. 5º - As Dotações Orçamentárias alocadas na LOA, relacionadas a convênios, vinculadas nas Fontes/Destinação de Recursos dos Grupos: 21 – Convênios FNAS; 22 – Convênios FNDE; 23 – Convênios SUS e 24 – Demais Convênios, não constituem saldos para a suplementação / reforço de Dotações vinculadas a outras fontes de recursos;

Parágrafo Único: Por tratar-se de investimentos, as determinações do caput visão garantir que recursos de capital previstos na LOA, vinculados a convênios, somente sejam utilizados para reforçar dotações das mesmas fontes vinculadas.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor em 01° de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai– MT, 11 de dezembro de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 059/2019, cujo certame se deu início às 07h16min (MT), do dia 06/12/2019, sagraram-se vencedores os preponentes: **NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME,** CNPJ: 06.372.763/0001-40, no valor total de **R$ 5.361,00** (Cinco mil trezentos e sessenta e um reais); na relação de itens da planilha e a empresa **CARLA GUTIERREZ PINHEIRO ME**, CNPJ: 32.851.019/0001-38, no valor total de **R$ 269.535,51** (Duzentos e sessenta e nove mil, quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta e um centavos). **ROSILENE DA SILVA – MERCEARIA ME,** CNPJ: 04.018.514/0001-25, no valor total de **R$ 458.206,18** (Quatrocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e seis reais e dezoito centavos). **COMERCIAL LUAR EIRELI EPP,** CNPJ: 02.545.557/0001-33, no valor total de **R$ 143.167,04** (Cento e quarenta e três mil, cento e sessenta e sete reais e quatro centavos). A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Presencial, pelo critério do tipo menor preço item, com certame homologado em 11/12/2019. Alto Taquari – MT, 11 de dezembro 2019. Josieli Froes Briancini-Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

RESULTADO PRÉVIO

CARGO MOTORISTA

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
01	013	NELSON PAULO DA SILVA	7,0
02	002	EVERALDO MARQUES OLIVEIRA	7,0
03	012	ALESSANDRO DE OLIVEIRA	5,5

CARGO PROFESSOR NÍVEL MÉDIO

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
01	014	KELLY CRISTIANE BALBINO DOS SANTOS	7,5
02	010	DAIANE NATAL DA SILVA	7,0
03	007	JANE APARECIDA MALDONADO	5,5
04	009	PATRICIA GOMES DA SILVA	5,0
05	011	TATIANE DA SILVA OLIVEIRA	4,0

CARGO PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
01	003	ARIANE RODRIGUES BACHIEGA	7,0
02	015	IVANILDO CARVALHO SOARES	6,0
03	005	MARCELENE FERREIRA DA SILVA	6,0
04	006	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	5,5
05	001	VERAILDE DE ANDRADE ALMEIDA	5,5
06	004	ALESSANDRO SOUZA DE SIQUEIRA	5,5

Apiacás/MT 11 de Dezembro de 2019.

Priscila de Oliveira Combinato

Presidente Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019

RESPOSTA DOS RESCURSOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019 PARA O CARGO DE MOTORISTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS – MT:

1º	ÁREA DE CONHECIMENTO: **LÍNGUA PORTUGUESA**
CANDIDATO: **ISMAEL MARCELINO JÚNIOR**	RESULTADO: **DEFERIDO**
FUNDAMENTAÇÃO: Atendendo à solicitação do candidato Ismael Marcelino Júnior, onde pede revisão da Questão n. 01 na área de Língua Portuguesa, o qual alega que o conteúdo da questão refere-se à Tipologia Textual e de Gênero, assunto que não está previsto no Edital para os cargos do nível de Ensino Fundamental. Após análise dos argumentos constantes no recurso do referido candidato, a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019 decidiu por deferir o recurso alterando a resposta divulgada no Gabarito Preliminar.	

2º	ÁREA DE CONHECIMENTO: **LÍNGUA PORTUGUESA**
CANDIDATO: **ISMAEL MARCELINO JÚNIOR**	RESULTADO: **INDEFERIDO**
FUNDAMENTAÇÃO: Atendendo à solicitação do candidato Ismael Marcelino Júnior, onde pede revisão da Questão n. 04 na área de Língua Portuguesa, o qual alega que o conteúdo da questão refere-se ao assunto Tom, trata-se de um tema para discussão de nível médio. Após análise do argumento constante no recurso do referido candidato a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019, chegou à conclusão de que a questão específica refere-se à interpretação de texto, conteúdo presente no Edital, portanto o resultado da mesma continua válido.	

3º	ÁREA DE CONHECIMENTO: **MATEMÁTICA**
CANDIDATO: **ISMAEL MARCELINO JÚNIOR**	RESULTADO: **INDEFERIDO**
FUNDAMENTAÇÃO: Atendendo à solicitação do candidato Ismael Marcelino Júnior, onde pede revisão da Questão n. 06 na área de Matemática, o qual alega que o conteúdo da questão refere-se à Probabilidade, assunto que não está previsto no Edital para os cargos do nível de Ensino Fundamental. Após análise do argumento constante no recurso do referido candidato a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019,	

chegou à conclusão de que a questão específica refere-se à Porcentagem, conteúdo presente no Edital, portanto o resultado da mesma continua válido.

4º	ÁREA DE CONHECIMENTO: **MATEMÁTICA**
CANDIDATO: **ISMAEL MARCELINO JÚNIOR**	RESULTADO: **INDEFERIDO**
FUNDAMENTAÇÃO: Atendendo à solicitação do candidato Ismael Marcelino Júnior, onde pede revisão da Questão n. 07 na área de Matemática, o qual alega que o conteúdo da questão refere-se à Físico-Geometria, assunto que não está previsto no Edital para os cargos do nível de Ensino Fundamental. Após análise do argumento constante no recurso do referido candidato a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019, chegou à conclusão de que a questão específica refere-se aos assuntos: Sistema Métrico, perímetros e áreas das principais figuras planas, conteúdos presentes no Edital, portanto o resultado da mesma continua válido.	

Prefeitura Municipal de Apiacás, 11 de Dezembro de 2019.

Priscila de Oliveira Combinato

-Presidente Comissão-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019

RESULTADO PRÉVIO

CARGO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
01	025	EDIANE DA CONCEIÇÃO FARIAS	8,0
02	072	LUCIANA MARIA DA SILVA ALBERTO	8,0
03	111	SIDNEY MACHADO DA SILVA	8,0
04	004	DARLENE GLORIA HOHMANN	7,5
05	013	CATIA DA SILVA MENESES	7,5
06	021	KATIANA DA SILVA	7,5
07	090	WERLENE PIMENTEL	7,5
08	119	NATHALLY MICAELE SMANIOTTO DE CAMPOS	7,5
09	104	ZENAIDE PEREIRA DO CARMO	7,0
10	081	DEBORA DOS SANTOS KRAFT	7,0
11	032	PATRICIA MARQUES SOBRINHO DE OLIVEIRA	6,5
12	097	JULIANA OLIVEIRA SOUZA LEAL	6,5
13	043	MANOELE TEREZA DA SILVA SMANIOTTO	6,5
14	126	RONI DIAS DE SOUSA	6,5
15	065	ROZANA BISPO DE SOUSA RODRIGUES	6,0
16	054	WILSON APARECIDO DOS SANTOS	6,0
17	082	ANAJARA BARBOSA DOS SANTOS	6,0
18	094	VANESSA CAROLINE SOUSA	6,0
19	101	NADIA RAIZA PEREIRA DA SILVA	6,0
20	112	ANE CAROLINE DE FREITAS DOS SANTOS	5,5
21	105	ALESSANDRA FERREIRA	5,5
22	007	SAMARA CORREIA DE ARAUJO	5,5
23	083	SILVANA CRISTIANE DA SILVA BORKENHAGEN	5,5
24	120	GEIZIELE DE SOUZA FLORENCIO CARNEIRO	5,5
25	128	EDINALVA DOS SANTOS FRANÇA	5,5
26	062	ERICA BAPTISTA PRADO	5,5
27	019	VANESSA PEREIRA DA SILVA	5,0
28	015	JAQUELINE VIEIRA DA SILVA	5,0
29	116	ROGERIO DE SOUZA FLORENCIO	5,0
30	103	MIRIA APARECIDA PEREIRA DO CARMO	5,0
31	061	MARIA NILDENES ANTUNES	5,0
32	056	JOSILENE DE OLIVEIRA ALMEIDA CAVALCANTE	5,0
33	084	ERISVAN MARTINS DA SILVA	5,0
34	039	JANAIANE COLODEL	4,5
35	095	FERNANDA SILVA PEREIRA	4,5
36	073	JAQUELINE COSTA DE MELO	4,5
37	037	ELEN DOS SANTOS DE AMORIM	4,5
38	122	DANIELA CORREIA DE BRITO	4,5
39	005	ANA PAULA BARBOZA DA SILVA	4,5
40	091	CRISTIANE HEIMERDINGER HERCULANO	4,5
41	045	FRANCINELDE REIS DOS SANTOS	4,5
42	109	VALDIRENE SOUZA PEDRO	4,5
43	009	VANESSA DE SOUSA FERREIRA	4,0
44	053	DARA CORREIA DE BRITO	4,0
45	008	CAROLINA DE OLIVEIRA MELO	4,0
46	100	NAIRA RAFAELA PEREIRA DE LIMA	4,0
47	002	DICREUZA SIMÃO DE ARAUJO DE SOUZA	4,0
48	018	MARILZA RIBEIRO DA SILVA	4,0
49	033	RAFAEL LOPES DA SILVA	3,5
50	060	LUANA DE PAULA LUZ	3,5
51	121	ROSANA ARAUJO DA LUZ	3,5
52	070	ALISSON ZANCHET GOMES	3,0
53	010	BRUNA TABOZA DA COSTA	2,0
54	001	ALINE CRISTINA WORMS RAMOS DE LIMA	-
55	118	ELIUDE DOS SANTOS DE SOUSA	
56	087	GABRIEL GOMES BALBINO DOS SANTOS	
57	024	MARCIA ALVES HAGDON	
58	030	NATHALIA EVELLIN ARARIPE DA SILVA	

CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL (ASSISTÊNCIA SOCIAL)

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
01	011	LUCILEIDE SANTOS DE OLIVEIRA DUSANOSKI	75
02	067	RAYANNY LIMA COSTA DE CAMPOS	75
03	102	KATIUCIA SILVA MATOS	60

CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL (NASF)

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
01	123	SILVANA LIMA DA SILVA	45
02	078	IVONETE COLODEL	45
03	068	GEZELANEA GOMES FIALHO	35

CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
01	051	ROSENI TEREZINHA MACHADO GOMES	60
02	093	ADRIANA APARECIDA MORETE	60
03	036	CARLA CRISTINA GARCIA LIMA	55
04	069	EDELSON FRANCISCO DE SOUZA	45
05	063	REGILANE LAYSA NUNES ALMEIDA	40
06	041	MARIA EDUARDA OLIVEIRA ARAUJO	35
07	071	SUZANA KIONONE DE SOUZA	35
08	085	ANDREIA APARECIDA MORETE	25
09	110	VANESSA FERREIRA DOS SANTOS	25
10	017	GUSTAVO PEREIRA CENTURION	20
11	038	MARLENE CONCEIÇÃO DA SILVA GONÇALVES	20
12	076	JANETE APARECIDA DOS SANTOS MOREIRA	10
13	088	ANA CLAUDIA TEIXEIRA BOESING DA SILVA	-
14	117	DAYANE DA SILVA GALBIATTI	-

CARGO DE EDUCADOR SOCIAL

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
01	006	ANTONIA DE JESUS	90
02	077	ANDRESSA ARAUJO PEREIRA	90
03	064	CARINA MOCELIN DENZER	85
04	098	MARIA CRISTINA RAMIRO DA HORA	80
05	058	JORGEANE CORREIA DE SOUSA	80
06	012	AGNA DE SOUZA GONÇALVES	75
07	114	DANYELLA ARAUJO DE OLIVEIRA	75
08	020	JEANE CRISTINA DE OLIVEIRA	70
09	059	ANA PEREIRA BARBOZA CARMO	55
10	106	KESLIN MATIAS ANDRADE	50
11	042	BRUNO DA SILVA FERREIRA	50
12	050	VILSON HENRIQUE ALVES DA SILVA	40
13	074	MARIA BETANIA FURTADO COSTA	40
14	124	RONIELDO LIMA DE SOUZA	35
15	096	DAIANA TATIÊ RODRIGUES DOS SANTOS	-
16	113	KEILA ALVES CORDEIRO	-
17	127	MARIA LOURDES PICOLI	-
18	107	VALQUIRIA DOS SANTOS KRAFT	-
19	125	WAGNER FAGUNDES DE FREITAS	-

CARGO DE ENFERMEIRO

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
01	028	BRUNA BAUMANN	90
02	047	FABIANA PAULA BAUMGARTNER	-

CARGO DE FISIOTERAPEUTA (UDR)

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
01	108	ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO LIMA	60
02	099	RAIANE GOMES DA COSTA	50

CARGO DE FISIOTERAPEUTA (NASF)

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
01	022	KAROLINE ALVES DOS SANTOS	80

CARGO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
-	-	**NÃO HOUVE INSCRITOS**	-

CARGO MOTORISTA

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
01	066	CLOVES APARECIDO DE CAMPOS	80
02	003	PAULO FERRO TEIXEIRA	65
03	031	ISMAEL MARCELINO JUNIOR	55
04	086	ANTONIO CARLOS FLAUZINO DA SILVA	50
05	115	JOSE ROBERTO NOVAES	40
06	049	WELINTON DIEGO GOMES	35
07	046	ANTONIO CLAUDIO ALVES DE ARAUJO	-

CARGO PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
01	034	JANAINA DA CRUZ RODRIGUES	6,0
02	079	CAMILA DA COSTA SILVA	5,5
03	057	ELIELSON DA CONCEIÇÃO FARIAS	5,5
04	035	CLEIDINIR REGINA M. DE OLIVEIRA	5,0
05	014	RITA GOMES DOS SANTOS	5,0
06	029	EDILIA MARIA GOMES	4,0
07	040	DIRLENE DA SILVA MOURA	3,0
08	080	MARIA RONILDA NUNES DE SOUZA	3,0
09	092	LANNA KARYNE RODRIGUES DA SILVA	3,0
10	052	SIRLENE DOS SANTOS ARANTES	-

CARGO DE PSICÓLOGO (NASF)

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
01	026	KHADINE DUTRA BARCELOS	45
02	016	JACQUELINE BOHNEN RAMOS	40
03	027	RAIELE FREIRE DA SILVA	40
04	089	JESSICA RADO KURTZ	30

CARGO DE VETERINÁRIO

Ordem	Nº Insc.	Nome	P. Objetiva
01	055	AIRTON MARCELINO	85
02	023	FLAVIO LUIZ KERBER	65
03	075	CAIO RODRIGUES FERRONATO	45
04	044	ADALBERTO RIBEIRO ZAGO	35
05	048	RENAN TARTARI	

Apiacás/MT 11 de Dezembro de 2019.

Priscila de Oliveira Combinato

Presidente Comissão

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

DECLARAÇÃO

Eu **Priscila de Oliveira Combinato,** Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado 001/2019, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 229/2019, declara para os devidos fins que não houve interposição de Recursos contra às questões; o gabarito preliminar; resultado das provas objetivas de múltipla escolha, a contagem de pontos de provas de títulos e a prova prática e consequentemente sua Publicação do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019.

Prefeitura Municipal de Apiacás, 11 de Dezembro de 2019.

Priscila de Oliveira Combinato

-Presidente Comissão-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

O Município de Araputanga – MT, informa que:

Conforme o CTM Lei Complementar 585/2003, Artigos 225, 239, 312, 313, 315. Verificando os cadastros de contribuintes inadimplentes com referência aos Tributos Municipais, constatamos que V. Senhoria encontra-se em Débito com esta Municipalidade. Nestes termos, vimos pelo presente Avisá-lo, para que procure o Setor de Tributação da Prefeitura e Regularize seus débitos no prazo máximo de 15 (quinze) dias. A não quitação implicará em Multa, conforme Art. 361, III, a), V, a), VI, j) da referida Lei, além do envio para Protesto. Débitos até o exercício de 2016 podem já constar Protestados, conforme Notificações anteriores. Os valores constantes nesta notificação poderão sofrer alteração na data de consulta ou quitação. Caso já tenha quitado os débitos, desconsidere esta Notificação. Os contribuintes prestadores de serviços devem fazer a Escrituração das NFs emitidas nos prazos regulamentares, e, na falta de movimentação, devem fazer a declaração de Sem Movimento, para que não fique em inadimplência no Município com respeito às obrigações tributárias e com inobservância a Lei Federal.

NOME DO (A) NOTIFICADO (A)
DOCATEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA
ERICSSON GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUN. LTDA
JABOTA CORREIA SERVICOS DE TELECOMUNICACÕES
JLL CORPORATE SOLUTIONS- SERVICOS

Araputanga- MT, 11 de Dezembro de 2019.

Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 079/2019

Aos **onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA***, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares,* **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **C DE A SCHULTZ & CIA LTDA**inscrita no **CNPJ Nº 03.648.905/0001-60**, Inscrição Estadual Nº. 13.255.545-0, Inscrição Municipal Nº. 403545365, com sede na Rua D, nº 344, Lote 13, Quadra 05 Bairro: Vila Operária, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº. 78.325-000 - Telefone: (066) 3565-1083, representada por sua sócia proprietária **Srª. Eliane Fernandes Ribas**, portadora do RG nº 1293217-5 SSP/MT e CPF nº 905.760.711-53, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as par-

tes às normas constantes da **Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8. 250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável**, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS PRODUTOS – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

Seq.	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. Registrado	Valor Total
1	688537	ABOBORA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COR ALARANJADA, CHEIRO, ASPECTO E SABOR PROPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE ENFERMIDADES COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITO, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E	KILO	1800	R$ 3,99	R$ 7. 182,00
2	688938	ALFACE LISA, FRESCA, EXTRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, LIVRE DE RESIDUOS DE FERTILIZANTES, LIVRE DE AGROTOXICO, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO,	PACOTE	1600	R$ 5,30	R$ 8. 480,00
3	51456	BANANA DA TERRA, DE PRIMEIRA INNATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE	KILO	700	R$ 5,90	R$ 4. 130,00
4	51447	BANANA MACA, DE PRIMEIRA, INNATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RES.N.12/78	KILO	4600	R$ 5,60	R$ 25. 760,00
5	51448	BANANA NANICA, DE PRIMEIRA, INNATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RES.N.12/78 DA	KILO	4600	R$ 4,45	R$ 20. 470,00
6	51457	BATATA DOCE, DE PRIMEIRA INNATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78	KILO	2050	R$ 4,30	R$ 8. 815,00
7	51440	BATATA INGLESA, DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITE SUPORTAR MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.COM AUSENCIA DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RES.N.12/78	KILO	3300	R$ 4,40	R$ 14. 520,00
8	51441	BETERRABA, DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RES.N.12/78 DA CNNPA.	KILO	3050	R$ 4,20	R$ 12. 810,00
9	668939	BROCOLIS DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUCAO COMPLETO DO TAMANHO, AROMA E COR PROPRIA, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA, KG.	KILO	500	R$ 17,50	R$ 8. 750,00
10	689343	CARNE BOVINA CHARQUEADA, CORTE DE ACEM, PLALETA, MUSCULO, NO MAXIMO 10% DE GORDURA, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E	KILO	600	R$ 20,80	R$ 12. 480,00
11	689344	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA. (CORTE ALCATRA, PATINHO E CONTRA-FILE) SEM OSSO, PODENDO SER PORCIONADAS EM BIFE, CUBO OU PECA, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE, EM PACOTES CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDA	KILO	300	R$ 20,00	R$ 6. 000,00
12	51443	CEBOLA BRANCA, DE PRIMEIRA, COM CASCA PROTETORA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM	KILO	3750	R$ 4,60	R$ 17. 250,00
13	670934	CEBOLINHA DE PRIMEIRA, IN NATURA, EM MACO, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUCAO COMPLETO DO TAMANHO, AROMA E COR PROPRIA. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	UNID.	1000	R$ 4,30	R$ 4. 300,00
14	51444	CENOURA, DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.COM AUSENCIAS DE SUJIDADES,PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RES.N.12/78 DA CNNPA.	KILO	3000	R$ 4,55	R$ 13. 650,00
15	688614	CHEIRO VERDE-CEBOLINHA E SALSINHA - FRESCA, DE PRIMEIRA, DE TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, DE QUALIDADE FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, SEM DANOS FISICOS E MECANICOS	UNID.	1050	R$ 4,25	R$ 4. 462,50
16	51442	CHUCHU, DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RES.N.12/78 DA CNNPA.	KILO	2000	R$ 4,28	R$ 8. 560,00
17	688617	COUVE PROCESSADA - TIPO MANTEIGA, EMBALADA EM SACO PLASTICO, ESTERILIZADO EM ATMOSFERA MODIFICADA, PESANDO APROXIMADAMENTE ENTRE 1KG . ACONDICIONADA PARA TRANSPORTE EM SACOS PLASTICOS, BRANCAS, VAZADAS, HIGIENIZADA, RESFRIADA, COR, CHEIRO E SABOR	PACOTE	300	R$ 6,30	R$ 1. 890,00
18	51518	FIGADO BOVINO EM BIFE, RESFRIADO, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.	KILO	1000	R$ 10,80	R$ 10. 800,00
19	668933	INHAME, 1ª QUALIDADE, TAMANHO DE MEDIO A GRANDE CONSISTENCIA FIRME, SEM INDICIO DE GERMINACAO, ISENTA DE SUJIDADE.	KILO	2000	R$ 9,25	R$ 18. 500,00
20	51449	LARANJA, DE PRIMEIRA, INNATURA, TIPO PERA APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RES.N.	KILO	7000	R$ 4,15	R$ 29. 050,00
21	51848	MANDIOCA (AIPIM), DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUCAO COMPLETO DO TAMANHO, AROMA E COR PROPRIA. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	KILO	1600	R$ 5,15	R$ 8. 240,00
22	51453	MELANCIA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM	KILO	4550	R$ 3,65	R$ 16. 607,50

23	668935	MELAO DE PRIMEIRA, APRESENTADO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	KILO	4000	R$ 5,40	R$ 21. 600,00
24	51847	PEPINO DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A	KILO	2250	R$ 4,80	R$ 10. 800,00
25	51451	PIMENTAO VERDE, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RES.N.12/78 DA CNNPA.	KILO	1500	R$ 7,35	R$ 11. 025,00
26	51446	REPOLHO BRANCO, DE PRIMEIRA, SEM CASCA PROTETORA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM	KILO	3120	R$ 3,28	R$ 10. 233,60
27	51455	RUCULA FRESCA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE RESOLUCAO COMPLETA DO TAMANHO AROMA E COR PROPRIA. COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO N.12/78 DA CNNPA.	PACOTE	200	R$ 5,00	R$ 1. 000,00
28	670933	SALSA DE PRIMEIRA, IN NATURA, EM MACO, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUCAO COMPLETO DO TAMANHO, AROMA E COR PROPRIA. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.	UNID.	350	R$ 4,90	R$ 1. 715,00
29	51445	TOMATE SALADA, DE PRIMEIRA, KG, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS P/ O CONSUMO, COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RES.N.12/78 DA CNNPA.	KILO	3530	R$ 6,45	R$ 22. 768,50

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) *por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;*

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem as partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 11 de dezembro de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

C DE A SCHULTZ & CIA LTDA

CNPJ Nº. 03.648.905/0001-60

Eliane Fernandes Ribas

CPF Nº. 905.760.711-53

Testemunhas:

Geslane Silva dos Anjos Lindalva Cruz Cabral

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 605.888.531-00

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 078/2019

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital nº. 078/2019, levado a efeito às **08h00min** do dia **27/11/2019** sagraram-se vencedoras: a empresa **ADIMILSON PEREIRA DE ALMEIDA** inscrita noCNPJ Nº. 02.778.501/0001-29 **vencedora de 03 itens totalizando R$ 60.859,94**, E a empresa **J. B. SILVA - ME** inscrita noCNPJ Nº. 33.449.754/0001-82 **vencedora de 01 item totalizando R$ 53.112,80**. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 11 de dezembro de 2019.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.808/2019

Autor: **Mesa Diretora**

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Câmara Municipal de Aripuanã, aprovou e eu **JONAS RODRIGUES DA SILVA**, Prefeito Municipal de Aripuanã, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, Lei nº 1.705 de 18 de mês de Dezembro de 2018, na função programática:

01.031.0001.1002 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULO

4.4.9.0.52.00 – Equipamento e Material Permanente – R$ 150.990,00 (cento e cinquenta mil, novecentos e noventa reais).

Art. 2º - Os créditos adicionais especiais abertos no artigo 1º estão vinculados à fonte de recursos 01.001 (Recursos Ordinários).

Art. 3º - Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de anulação no elemento de despesa e projeto atividade sob fonte de recursos 01.001 (Recursos Ordinários):

01.031.0001.2001 – Manutenção das Atividades Administrativa e Legislativa

3.3.9.0.14.00 – Diárias – Civil – R$ 13.412,97 (treze mil quatrocentos e doze reais e noventa e sete centavos).

3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo – R$ 163,01 (cento e sessenta e três reais e um centavo).

3.3.9.0.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção – R$ 854,79 (oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

4.4.9.0.51.00 – Obras e Instalações – R$ 102.340,77 (cento e dois mil, trezentos e quarenta reais e setenta e sete centavos).

4.4.9.0.52.00 – Equipamentos e Material Permanente - R$ 34.218,46 (trinta e quatro reais, duzentos e dezoito reais e quarenta e seis centavos).

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 1.692, de 10 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, e na Lei Municipal nº 1.548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 1.801/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

Designada

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 078/2019

Aos **onze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA***, no exercício de suas atribuições legais*

e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **J. B. SILVA - ME** inscrita no **CNPJ Nº. 33.449.754/0001-82,** Inscrição Municipal Nº. 102461, com sede na Rua Alto Coité, Nº. 06, Bairro: Canelas, município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso- CEP Nº. 78.148-080 - Telefone: (065) 9 9282-0225, representada por seu proprietário **Sr. Jefferson Barroso Silva**, portador do RG nº FM066709 SRDPF/MT e CPF nº 924. 431.331-68, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

Seq.	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. Registrado	Valor Total
1	690616	SERVICO ESPECIALIZADO EM LIMPEZA DE FORRO, METRO QUADRADO. GARANTIA MINIMA DE 06 MESES.	M²	13278,2	R$ 4,00	R$ 53. 112,80

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) *por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;*

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a subcontratação parcial do objeto desta Ata, hipótese em que a contratada está obrigada a celebrar contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem as partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 11 de dezembro de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

J. B. SILVA - ME

CNPJ Nº. 33.449.754/0001-82

Jefferson Barroso Silva

CPF Nº. 924.431.331-68

Testemunhas:

Geslane Silva dos Anjos Lindalva Cruz Cabral

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 605.888.531-00

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.416/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a nomeação efetuada através da Portaria n° **8. 457/2016,** da Srª **MAYANE DE ASSUNÇÃO MENDES CARDOSO**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2322829-6 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 041.847.281-54, na função de Conselheira Tutelar do Município de Aripuanã, a partir de 10/12/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de dezembro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

Designada

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 078/2019

Aos **onze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA***, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares,* **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **ADIMILSON PEREIRA DE ALMEIDA** inscrita no **CNPJ Nº. 02.778.501/0001-29,** Inscrição Municipal Nº. 6548, com sede na Avenida das Castanheiras, Nº. 1025 S, Bairro: Jardim dos Ipês, município de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso- CEP Nº. 7.300-000 - Telefones: (065) 3326-5278/(065) 9 9904-2523, representada por seu proprietário **Sr. Adimilson Pereira de Almeida**, portador do RG nº 1826685-1 SSP/MT e CPF nº 400.242.372-72, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

Seq.	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. Registrado	Valor Total
1	696946	SERVICO DE CONTROLE DE PRAGAS - DO TIPO AFUGENTAMENTO POMBOS/MORCEGOS, EM AREA INTERNA, COM INSTALACAO DE PASSARINHEIRA.	m	2.291	R$ 9,50	R$ 21. 764,50
2	690615	SERVICO DE ESPECIALIZADO EM DESRATIZACAO GERAL EM ALMOXARIFADOS, DEPOSITOS, COBERTURAS DAS EDIFICACOES E TODAS AS AREAS COM POSSIBILIDADE DE FOCOS, COM INSTALACAO DE PORTA- ISCA NORMATIZADOS.UNIDADE EQUIVALE A 30 METROS QUADRADO.GARANTIA MINIMA DE	UND	694	R$ 11,50	R$ 7. 981,00
3	690614	SERVICO ESPECIALIZADO EM DESINSETIZACAO GERAL ESCORPIOES, BARATAS, MOSCAS, PERNILONGOS, FORMIGAS, ARANHAS, TRACAS E OUTROS INSETOS RATEIROS E VOADORES. METRO QUADRADO GARANTIA MINIMA DE 06 MESES.	M²	69. 143,2	R$ 0,45	R$ 31. 114,44

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) *por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;*

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a subcontratação parcial do objeto desta Ata, hipótese em que a contratada está obrigada a celebrar contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem as partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 11 de dezembro de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

ADIMILSON PEREIRA DE ALMEIDA

CNPJ Nº. 02.778.501/0001-29

Adimilson Pereira de Almeida

CPF Nº. 400.242.372-72

Testemunhas:

Geslane Silva dos Anjos Lindalva Cruz Cabral

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 605.888.531-00

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.807/2019.

SÚMULA:

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA DE RECURSOS VINCULADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional especial por excesso de arrecadação por tendência de recursos vinculados no valor de R$ 50.233,29 (cinquenta mil duzentos e trinta e três reais e vinte e nove centavos) no Orçamento vigente, Lei n°. 1705 de 18 de dezembro de 2018, com amparo no parágrafo 3º do Artigo 43 da Lei 4320/64, nos elementos de despesas vinculados às fontes de despesas:

10.001.20.608.0021.2070 – Assistência Técnica a Agricultura Familiar

4490.5100 – Obras e Instalações – R$ 50.233,29 (cinquenta mil duzentos e trinta e três reais e vinte e nove centavos).

Art. 2º. Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de excesso de arrecadação, sob a fonte de recursos 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1692 de 10 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

Designada

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 119/2019 que “**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA DE RECURSOS VINCULADOS,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O presente projeto tem por objeto abrir credito adicional especial vinculado a excesso de arrecadação conforme prevê a legislação vinculada na Lei 4320/64.

A abertura do crédito adicional especial visa reforçar as atividades da 2070 – Assistência Técnica a Agricultura Familiar.

Para cobertura do crédito aberto serão utilizadas receitas diversas sob a fonte de recursos 01.00 – Recursos Ordinários, em observação ao comportamento da arrecadação base (apurações e fechamento do mês de novembro ainda em curso), contudo com claras evidências de concretude, situação assim amparada pela Lei 4320 em seu § 3º “Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício”.

A abertura do crédito vinculasse a necessária contratação de empresa para obra de poço semi-artesiano no espaço da futura instalação da feira do produtor no Distrito de Conselvan, sendo tal obra cláusula objeto de cláusula suspensiva a finalização do Convênio com a SUDECO.

Desta forma, a abertura do crédito adicional especial pretendida, justifica-se pela arrecadação efetivada, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter ordinário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 087 - MAT

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 11.418/2019

“Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Idade a servidora Sra. “Elenir Raidman”

O Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, alínea “b” da Lei Municipal nº. 637 de 13 de outubro de 2006, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Aripuanã/MT; Lei Complementar n. º 096/2014 e Lei nº 120/2016 com alteração pela Lei nº 143/2019 que dis-

põe sobre a recomposição salarial dos servidores do Município de Aripuanã.

Resolve:

Art. 1º. CONCEDER o benefício **Aposentadoria por Idade,** a servidora **Sra. Elenir Raidman**, brasileira, casada, portadora da cédula de Identidade nº 1816594-0 SESP/MT e CPF sob o nº 761.271.097-87, servidora no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Classe "A" Nível "02", 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculada sob o nº 1565, contando com 11 anos, 07 meses e 06 dias de tempo de contribuição, **sem paridade com proventos proporcionais ao tempo de contribuição,** conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º 2019.02.00054P**, a partir de 02/12/2019, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,**com efeitos a partir dadata de 02 de dezembro de 2019**, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de dezembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.417/2019

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69*, Inciso* V *da Lei Orgânica Municipal;*

RESOLVE:

EXONERAR, a **Srª. Elenir Raidman**, brasileira, casada, portadora da cédula de Identidade nº 1816594-0 SESP/MT e CPF sob o nº 761.271. 097-87, servidora no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Classe "A" Nível "02" 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculada sob o nº 1565; em virtude da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, conforme processo administrativo do **FAPEMA, n.º 2019.02.00054P**, a partir de 02/12/2019, até posterior deliberação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias de dezembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Administração

Designada

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.806/2019.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA DE RECURSOS VINCULADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação por tendência de recursos vinculados no valor de R$ R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no Orçamento vigente, Lei n°. 1705 de 18 de dezembro de 2018, com amparo no parágrafo 3º do Artigo 43 da Lei 4320/64, nos elementos de despesas vinculados às fontes de despesas:

08.003.26.782.0014.2049 – Conservação de Estradas Vicinais, Pontes e Bueiros

3390.3000 – Material de Consumo – R$ 100.000,00 (cem mil reais);

3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica – R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º. Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de excesso de arrecadação, sob a fonte de recursos 01.30 – Recursos do Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1692 de 10 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

Designada

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 118/2019 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA DE RECURSOS VINCULADOS,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O presente projeto tem por objeto abrir credito adicional suplementar vinculado a excesso de arrecadação conforme prevê a legislação vinculada na Lei 4320/64.

A abertura do crédito adicional suplementar visa reforçar as atividades da Ação 2049, destinada a manutenção e recuperação de estradas vicinais.

A previsão inicial de arrecadação na Lei 1705 de 18 de dezembro de 2018, Lei Orçamentária Anual, consta de R$ 2.930.000,00 (dois milhões novecentos e trinta mil reais), com arrecadação até o mês de novembro de 2019 de R$ 2.977,721,16 (dois milhões novecentos e setenta e sete mil setecentos e vinte e um reais e dezesseis centavos), sendo fonte de tal oficial de informação oficial o Anexo X da Lei 4320/64, com arrecadação até o mês de novembro/2019, em anexo, sendo vindouro ainda os recursos pertinentes a uma parcela no exercício, no mês em curso.

A abertura do crédito observa os dispostos para a efetivação dos recursos e destina-se a atender as despesas com combustível, reposição de peças e afins, bem como subsidiar os serviços decorrentes da manutenção dos maquinários e possíveis contratações a titulo de locação de maquinários.

Ainda, observado a subsistência das ações destinadas a manutenção do transporte Rodoviário frente ao encerramento do exercício e o período necessário a abertura do orçamento para o exercício de 2020.

Desta forma, a abertura do crédito adicional suplementar pretendida, justifica-se pela arrecadação efetivada, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter ordinário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 086 - MAT

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.805/2019.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária e alteração de fonte de recursos no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no Orçamento vigente, Lei n°. 1705 de 18 de dezembro de 2018, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, Art. 8º, Parágrafo Único e Art. 50, inciso VI, da Lei Complementar 101/00, nos elementos de despesas vinculados às fontes de despesas:

09.002.10.302.0018.2061 – Manutenção do TFD
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica – R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
Art. 2º. O crédito adicional especial aberto no artigo 1º está vinculado á fonte de recursos 01.02 – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde.
Art. 3º. Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de anulação no elemento de despesa, sob fonte de recursos 01.00 – Recursos Ordinários:
02.001.04.122.0002.2002 – Gestão do Gabinete do Prefeito
3190.0400 – Contrato por Tempo Determinado – R$ 30.000,00 (trinta mil reais);
3190.1100 – Vencimentos e vantagens fixas- R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1692 de 10 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

Designada

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 114/2019 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSOS,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta tem por objetivo abrir credito adicional suplementar por anulação de dotação orçamentária e alteração de fonte de recursos, para reforçar o orçamento destinado às ações do Projeto Atividade 2061 – Manutenção do Tratamento Fora do Domicílio.

O crédito ora solicitado possibilitaria a continuidade no atendimento ao deslocamento de pacientes para tratamento fora do domicílio, seja por indisponibilidade dos serviços especializados no município ou por urgências/emergências.

Diante do complexo quadro constituído prioriza-se pela manutenção dos serviços dispostos a assegurar a vida, realocando assim o orçamento.

Desta forma, a abertura dos créditos adicional suplementar pretendida, justifica-se pela anulação de dotação orçamentária com alteração de fonte de recursos, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 082 - MAT

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.804/2019.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional especial por superávit financeiro de exercício anterior no valor de R$ 1.085,00 (um mil e oitenta e cinco reais) no Orçamento vigente, Lei n°. 1705 de 18 de dezembro de 2018, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, Art. 8º, Parágrafo Único e Art. 50, inciso VI, da Lei Complementar 101/00, nos elementos de despesas vinculados às fontes de despesas:

10.001.20.605.0021.1017 – Aquisição Maquinário

3390.9300 – Indenizações e Restituições – R$ 1.085,00 (um mil e oitenta e cinco reais), sob fonte de recursos 03.24 – Recursos de Exercícios Anteriores – Transferência Convênios – Outros.

Art. 2º. Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de superávit financeiro de exercício anterior, referente Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, sob a fonte de recursos 03.24 – Recursos de Exercícios Anteriores- Transferência de Recursos de Convênios – Outros.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1692 de 10 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de dezembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

Designada

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 113/2019 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta tem por objetivo abrir credito adicional especial superávit financeiro de exercício anterior.

A abertura de crédito solicitada tem vista o enceramento na vigência referente ao Convênio nº 853531/2017/MAPA/CAIXA", contratos nº 201/201 e 498/2019, oriundos respectivamente dos processos licitatórios TP nº 047/2018 e 037/2019.

Tendo o objeto ora pactuado atingido a fase final da obrigação assumida com órgão concedente, situação esta que se desenvolve de forma em quatro fases:

Proposição;

• Celebração/formalização;

• Execução;

• Prestação de contas.

Onde os recursos financeiros vinculado ao objeto conveniado estão disponíveis na conta bancária 647.051-6, agência bancária 03435-5, Caixa Econômica Federal.

Desta forma, a abertura dos créditos adicional especial pretendida, justifica-se pelo saldo financeiro em conta com vinculação especifica, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 081- MAT

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 079/2019

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital nº. 079/2019, levado a efeito às **08h00min** do dia **09/12/2019** sagraram-se vencedoras: a empresa **ADEMIR LIZZONI-ME** inscrita noCNPJ Nº. 04.918.158/0001-04 **vencedora de 31 itens totalizando R$ 278.181,50**, a empresa **C DE A SCHULTZ & CIA LTDA** inscrita noCNPJ Nº. 03.648.905/0001-60 **vencedora de 29 itens totalizando R$ 341.849,10**, a empresa **D. ROSSETTO E ROSSETTO LTDA** inscrita no CNPJ Nº. 20.116.879/0001-49 **vencedora de 64 itens totalizando R$ 1.458.156,40**. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site *http://www.aripuana.mt.gov.br*, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 11 de dezembro de 2019.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.803/2019.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional especial por anulação de dotação orçamentária no valor de R$ 20.570,00 (vinte mil quinhentos e setenta reais) no Orçamento vigente, Lei n°. 1705 de 18 de dezembro de 2018, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, Art. 8º, Parágrafo Único e Art. 50, inciso VI, da Lei Complementar 101/00, nos elementos de despesas vinculados às fontes de despesas:

10.001.20.605.0021.1017 – Aquisição Maquinário

3390.9300 – Indenizações e Restituições – R$ 586,19 (quinhentos e oitenta e seis mil e dezenove centavos), sob fonte de recursos 03.00 – Recursos de Exercícios Anteriores-Recursos Ordinários;

3390.9300 – Indenizações e Restituições – R$ 19.983,81 (dezenove mil novecentos e oitenta e três reais e oitenta e um centavos), sob fonte de recursos 03.24 – Recursos de Exercícios Anteriores – Transferência Convênios – Outros.

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de anulação de dotação orçamentária:

10.001.20.605.0021.1017 – Aquisição Maquinário
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente – R$ 586,19 (quinhentos e oitenta e seis mil e dezenove centavos), sob fonte de recursos 03.00 – Recursos de Exercícios Anteriores Recursos Ordinários;
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente – R$ 19.983,81 (dezenove mil novecentos e oitenta e três reais e oitenta e um centavos), sob fonte de recursos 03.24 – Recursos de Exercícios Anteriores – Transferência Convênios – Outros.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1692 de 10 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de dezembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

Designada

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 112/2019 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPERAVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Projeto em pauta tem por objetivo abrir credito adicional especial por anulação de dotação orçamentária.

A abertura de crédito solicitada tem vista o enceramento na vigência referente ao Convênio nº 853531/2017/MAPA/CAIXA", contratos nº 201/201 e 498/2019, oriundos respectivamente dos processos licitatórios TP nº 047/2018 e 037/2019.

Tendo o objeto ora pactuado atingido a fase final da obrigação assumida com órgão concedente, situação esta que se desenvolve de forma em quatro fases:

Proposição;

• Celebração/formalização;

• Execução;

• Prestação de contas.

Onde os recursos financeiros com destinação ao objeto conveniado estão vinculados a conta bancária 647.051-6, agência bancária 03435-5, Caixa Econômica Federal.

Desta forma, a abertura dos créditos adicional especial pretendida, justifica-se pelo saldo financeiro em conta com vinculação especifica, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 080- MAT

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 079/2019

Aos **onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA***, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares,* **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **D. ROSSETTO E ROSSETTO LTDA EPP** inscrita no CNPJ Nº 20.116.879/0001-49, Inscrição Estadual Nº. 13.540.356-1, Inscrição Municipal Nº. 4035458987, com sede na Rua 07 de Setembro, nº. 555, Bairro Centro, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000 - Telefone: (066) 3565-1435, e-mail: rossettosupermercado@hotmail.com, representada por sua procuradora **Sra. Rosemari Gutkoski Rossetto**, portadora do RG Nº 08294453 SSP/MT e CPF Nº. 593.236.631-15, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014,

os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS PRODUTOS – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

Seq.	Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit. Registrado	Valor Total
1	51154	ACUCAR CRIST.SACAROSE OBTIDA A PARTIR DO CALDO DA CANA-DE-ACUCAR (SACCHARUM OFFICINARUM L.) CRISTAL, BRANCO ASPECTO GRANULADO FINO A MEDIO, ISENTO DE MATERIA TERROSA, LIVRE DE UMID.E FRAG. ESTR.ACOND.EM EMBAL.POLIET.TRANS.ORIG.DO FRAB.FARDO 15X02 KG.	ITAMARATY	FARDO	510	R$ 65,98	R$ 33.649,80
2	51363	AGUA MINERAL SEM GAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE POLIPROPILENO, PROTETOR NA PARTE SUPERIOR E LACRE DE SEGURANCA, PERSONALIZADO PELO FABRICANTE, SEM AVARIAS, EMBALAGEM CONTENDO 500 ML.	LEBRINHA	UNID.	500	R$ 1,45	R$ 725,00
3	51439	ALHO, BRANCO, BULBO INTEIRO, BOA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESOES DE ORIGEM FISICA OU MECANICA, PERFURACOES E CORTES, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ACONDICIONADOS EM	ROSSETTO	KILO	1520	R$ 21,90	R$ 33.288,00
4	688538	ARROZ - INTEGRAL, TIPO 1, LONGO, CONSTITUIDOS DE GRAUS INTEIROS, COM TEOR DE UNIDADE MAXIMA 15%, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDICIONADO EM PACOTE DE 01KG.	URBANO	PACOTE	500	R$ 4,50	R$ 2.250,00
5	688604	ARROZ BRANCO TIPO 1, SUB-POLIDO, CLASSE LONGO FINO, EMBALAGEM CONTENDO 5KG, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALID.E PESO LIQUIDO, O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINIST.DA AGRICULTURA E/OU MINIST. DA SAUDE.	TRES MOINHOS	PACOTE	7100	R$ 15,75	R$ 111.825,00
6	51344	BATATA PALHA, EMBALAGEM DE 500G, FRITA EMBALADA, TIPO PALHA FINA, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA OU MINISTERIO DA SAUDE.	PRATIC	UNID.	500	R$ 19,40	R$ 9.700,00
7	688539	BISCOITO COM SAL- TIPO INTEGRAL, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AGUA, SAL E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM FILME BOPP, PESANDO 200 GRAMAS.	MARILAN	PACOTE	2100	R$ 2,08	R$ 4.368,00
8	688607	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO MAIZENA, COMPOSICAO BASICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, ACUCAR E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP, PESANDO 200 GRAMAS.	MARILAN	PACOTE	1500	R$ 1,78	R$ 2.670,00
9	688610	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA SABOR COCO. EMBALAGEM: SACO DE POLIETILENO CONTENDO 800 GRAMAS.	RANCHEIRO	UNID.	3200	R$ 7,20	R$ 23.040,00
10	688611	BISCOITO SALGADO CREAM CRACKER SEM LACTOSE. PCT 800 GR. PRODUTO OBTIDO PELO AMASSAMENTO E COZIMENTO CONVENIENTE DE MASSA DE FARINHA DE TRIGO PREPARADA COM FARINHAS, AMIDOS, FECULAS, FERMENTADAS OU NÃO E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS NA LEGISLAÇÃO.	LIANE	PACOTE	3300	R$ 10,20	R$ 33.660,00
11	688612	BISCOITO SALGADO SEM GLÚTEN - TIPO ROSQUINHA DE POLVILHO. INGREDIENTES: POLVILHO AZEDO, MARGARINA, ÁGUA, LEITE, OVOS, SAL E GORDURA VEGETAL. NÃO DEVE CONTER GLÚTEN. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER AS SEGUINTES INFORMAÇÕES: NÃO CONTÉM GLÚTEN, DATA DA	KELECK	PACOTE	1300	R$ 13,00	R$ 16.900,00
12	51280	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER AGUA E SAL OBTIDO PELA MISTURA DE FARINHA(S), AMIDO(S) E OU FECULA(S) COM OUTROS INGREDIENTES, SUBMETIDOS A PROCESSOS DE AMASSAMENTO E COCCAO, FERMENTADOS OU NAO, O BISCOITO DEVERA SER FABRICADO A PARTIR DE	ESTRELA	PACOTE	3000	R$ 3,75	R$ 11.250,00
13	688540	CANELA - EM PO FINA HOMOGENEA, OBTIDA DA CASCA DE ESPECIMES VEGETAIS GENUINOS, GRAOS E LIMPOS, PARDO AMARELADA OU MARROM CLARO, COM ASPECTOS CHEIROS AROMATICOS E SABOR PROPRIOS, LIVRE DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS A SUA ESPECIE, ACONDICIONADA EM	MIKA	PACOTE	200	R$ 2,89	R$ 578,00
14	51287	CANJIQUINHA GROSSA BRANCA, MILHO BRANCO PARA CANJICA, TIPO 1 LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS. EMBALAGEM DE POLIETILENO ORIGINAL DO FABRICANTE DE 500 GRAMAS.	CAMPILAR	UNID.	8100	R$ 3,20	R$ 25.920,00
15	689345	CARNE BOVINA DE SEGUNDA, CARNE PROVENIENTE DE MACHOS DA ESPECIE BOVINA, SADIOS, ABATIDOS SOB INSPECAO SANITARIA E VETERINARIA CONSTANDO O NUMERO DE INSCRICAO SIF OU SIE E MANIPULADAS EM CONDICOES HIGIENICAS SATISIFATORIAS, SO SERAO ACEITO CARNE DE	ROSSETTO	KILO	11000	R$ 15,80	R$ 173.800,00
16	689346	CARNE BOVINA MOIDA CORTE MUSCULO MOIDO, MAGRO, SEM GORDURA E SEBO, ISENTA DE ADITIVOS OU SUBSTANCIAS ESTRANHAS QUE SEJAM IMPROPRIAS AO CONSUMO E QUE ALTEREM SUAS CARACTERISTICAS NATURAIS (FISICAS QUIMICAS E ORGANOLEPTICAS). SABOR E ODOR	ROSSETTO	KILO	12500	R$ 13,79	R$ 172.375,00
17	51849	CHA CAMOMILA EMBALAGEM CONTENDO NO MINIMO 05G COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO DE ACORDO COM A RES. 12/78 DA CNNPA, O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E / OU NO MINISTERIO DA	MIKA	UNID.	1300	R$ 1,65	R$ 2.145,00
18	51364	CHA DE ERVA DOCE, EMBALAGEM: CONTENDO 10G COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, DE ACORDO COM RESOLUCAO 12/78DA CNNPA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINSTERIO DA AGRICULTURA OU MINISTERIO DA SAUDE.	MIKA	UNID.	1400	R$ 1,65	R$ 2.310,00
19	51288	COCO RALADO PRODUTO OBTIDO DO FRUTO DO COQUEIRO (COCOS NUCIFERA), POR PROCESSO TECNOLOGICO ADEQUADO E SEPARADO PARCIALMENTE DA EMULSAO OLEO/AGUA (LEITE DE COCO) POR PROCESSOS MECANICOS. EMBALAGEM PRIMARIA ALUMINIZADA SEM ADICAO DE ACUCAR DE 100G.	INDIANO	UNID.	3550	R$ 4,30	R$ 15.265,00
20	51333	CONDIMENTO, NATURAL, ACAFRAO, ALIMENTACAO, EMBALAGEM COM 30G COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA OU MINISTERIO DA SAUDE.	MIKA	UNID.	1420	R$ 1,75	R$ 2.485,00
21	688616	COSTELA BOVINA, SEM OSSO, EM CUBOS DE 60 GRAMAS, COM NO MÁXIMO DE 10% DE GORDURA EXTRA MUSCULAR, EM EMBALAGENS DE NO MÁXIMO 5 KG. RESFRIADA, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO,	ROSSETTO	KILO	7000	R$ 14,38	R$ 100.660,00
22	668930	COUVE - FLOR DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUCAO COMPLETO DO TAMANHO, AROMA E COR PROPRIA, COM AUSENCIA DE	ROSSETTO	KILO	100	R$ 6,20	R$ 620,00

		SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA, KG.					
23	668950	DOCE DE ABOBORA/COCO, ISENTO DE SUJIDADES, LARVAS E PARASITAS, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ACONDICIONADO EM POTES DE 1 KG, EMBALADOS EM CAIXA DE PAPELAO REFORCADO COM VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	AUREA	UNID.	100	R$ 8,87	R$ 887,00
24	677208	ESSENCIA DE BAUNILHA LIQUIDA, VALIDADE DE 2 ANOS, DATA DE FABRICACAO NAO SUPERIOR A 30 DIAS, EMBALAGEM DE 30ML.	MIKA	UNID.	600	R$ 3,80	R$ 2.280,00
25	688621	EXTRATO DE TOMATE, PRODUTO RESULTANTE DA CONCENTRACAO DA POLPA DE TOMATE POR PROCESSO TECNOLOGICO, PREPARADO COM FRUTOS MADUROS SELECIONADOS, SEM PELE, SEM SEMENTES E CORANTES ARTIFICIAIS, INSENTO DE SUJIDADES E FERMENTACAO. EMBALAGEM	VAL	UNID.	5050	R$ 2,10	R$ 10.605,00
26	688619	FARINHA DE MANDIOCA PRODUTO OBTIDO DOS PROCESSOS DE RALAR E TORRAR A MANDIOCA, FINA, SECA, BRANCA OU AMARELA, ISENTA DE MATERIA TERROSA, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS, GRUPO SECA, SUBGRUPO FINA, TIPO 1 PACOTE C/ 1KG.	MASSON	KILO	2810	R$ 5,80	R$ 16.298,00
27	677203	FARINHA DE ROSCA EMBALAGEM DE 500 G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DEVE APRESENTAR - SE ISENTO DE MOFO, ODORES ESTRANHOS, E DE SUBSTANCIAS NOCIVAS.	CAMPILAR	UNID.	300	R$ 5,40	R$ 1.620,00
28	688542	FARINHA DE TRIGO - INTEGRAL, FINA DE 1ª QUALIDADE, COM NO MINÍMO 6G DE FIBRA ALIMENTAR EM 50G DO PRODUTO SECO. INSENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, LIVRE DE MOFO E MATERIAS TERROSOS.ACONDICIONADO EM SACO DE PAPEL DE 1KG.	ANACONDA	KILO	1300	R$ 5,90	R$ 7.670,00
29	51337	FARINHA PARA QUIBE PACOTE C/ 500G COMPOSICAO DE GRAOS DE TRIGO SELECIONADOS E MOIDOS, TIPO PRE COZIDO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINIST. DA AGRICULTURA	MIKA	UNID.	300	R$ 4,40	R$ 1.320,00
30	688628	FEIJAO TIPO UM, CARIOQUINHA, NOVO, GRAOS INTEIROS, ASPECTOS BRILHOSO, LISO ISENTO DE MATERIA TERROSA, PEDRAS OU CORPOS ESTRANHOS, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE COM TEOR DE UMIDADE MAXIMA DE 15%, ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO, VALIDADE	VILA NOVA	KILO	9000	R$ 4,90	R$ 44.100,00
31	51524	FRANGO INTEIRO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONGELADO, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO	SDAIA	KILO	10100	R$ 8,30	R$ 83.830,00
32	51135	FUBA DE MILHO, EMBALAGEM DE 500G.COM IDENT.DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALID.E PESO LIQUIDO, O PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.E TER REGISTRO NO MINIST.DA AGRICULTURA OU MINIST.DA SAUDE.	MIKA	UNID.	3000	R$ 2,10	R$ 6.300,00
33	668932	GOIABADA PASTOSA, 500GR.COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE,PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINIST. DA AGRICULTURA OU MINIST. DA SAUDE.	PREDILECTA	UNID.	100	R$ 4,98	R$ 498,00
34	51358	GOIABADA, LATA COM 700G COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA.O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINIST. DA AGRICULTURA OU DA MINIST. DA SAUDE.	OLE	UNID.	100	R$ 7,30	R$ 730,00
35	689348	LEITE EM PO - FORMULA INFANTIL- A BASE DE AMINOACIDOS NAO ALERGICOS, COM OSMOLARIDADE 520 MOSM/LITROS, COM OSMOLALIDADE 610 MOSM/KG DE AGUA, CONTEM 100% DE AMINOACIDOS SINTETICOS E NAO ALERGENICOS EM PO COM 1,0 KCAL/ML, ISENTO DE PROTEINA LACTEA,	NESTOGENIO	UNID.	400	R$ 18,89	R$ 7.556,00
36	51302	LEITE EM PO INTEGRAL INSTANTANEO, ISENTO DE SACAROSE, CONTENDO EM MEDIA 27% DE PROTEINA, 26% DE LIPIDIOS E HIDRATO DE CARBONO, LATA COM 400 G CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E	NINHO	UNID.	400	R$ 12,19	R$ 4.876,00
37	51303	LEITE PASTEURIZADO TIPO A, EMBALAGEM TETRA PAK COM 1 LITRO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA OU MINISTERIO DA SAUDE.	NENE	LITRO	22000	R$ 4,10	R$ 90.200,00
38	688647	LEITE ZERO LACTOSE. LEITE UHT SEMIDESNATADO PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE. INGREDIENTES: LEITE SEMIDESNATADO, ESTABILIZANTES (CITRATO DE SODIO, MONOSFOFATO DE SODIO, DISFOFATO DE SODIO E TRIPOLIFOSFA DE SODIO) E	PIRACANJUBA	LITRO	1000	R$ 5,50	R$ 5.500,00
39	668941	LIMAO DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR MANIPULACAO, O TRANSPORTE E CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A	ROSSETTO	KILO	700	R$ 5,69	R$ 3.983,00
40	51529	LINGUICA BOVINA DEFUMADA ARTESANAL, CONSISTENCIA FIRME, COM COR, CHEIRO E SABOR PROPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E MATERIAIS ESTRANHOS, EMBALADA A VACUO, EM SACOS PLASTICOS TRANSPARENTES E ATOXICOS, LIMPOS, NAO VIOLADOS, CONTENDO	ROSSETTO	KILO	100	R$ 16,40	R$ 1.640,00
41	51520	LINGUICA CALABRESA, TEMPERATURA DE CONSERVACAO: 2°C PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 30 DIAS ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCA E CARIMBO	KIDELLI	KILO	200	R$ 16,50	R$ 3.300,00
42	51519	LINGUICA TOSCANA, TEMPERATURA DE CONSERVACAO: 2°C PRAZO DE VALIDADE MINIMO DE 30 DIAS ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE, ATOXICO CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCA E CARIMBO	EXCELENCIA	KILO	4350	R$ 14,20	R$ 61.770,00
43	51450	MAÇA, DE PRIMEIRA, INNATURA, VERMELHA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,	ROSSETTO	KILO	7000	R$ 6,80	R$ 47.600,00
44	51305	MACARRAO ESPAGUETE, PRODUTO NAO FERMENTADO OBTIDO PELO AMASSAMENTO MECANICO DE FARINHA DE TRIGO COMUM OU SEMOLA/SEMOLINA COM OVOS. FABRICADO A PARTIR DE MATERIAS PRIMAS SAS E LIMPAS, ISENTOS DE MATERIAS TERROSAS, PARASITAS E LARVAS.	TODESCHINI	PACOTE	6100	R$ 2,60	R$ 15.860,00
45	688649	MACARRAO PARAFUSO SEM GLÚTEN. MACARRAO DE ARROZ COM OVOS, SEM GLUTEN E SEM LACTOSE. EMBALAGENS DE 500GR. PRAZO DE VALIDADE MINIMO 6 MESES DATA DE FABRICACAO: NO MINIMO 30 DIAS.	URBANO	PACOTE	1000	R$ 3,10	R$ 3.100,00
46	51304	MACARRAO PARAFUSO, PRODUTO NAO FERMENTADO OBTIDO PELO AMASSAMENTO MECANICO DE FARINHA DE TRIGO COMUM OU SEMOLA/SEMOLINA	TODESCHINI	PACOTE	2100	R$ 2,60	R$ 5.460,00

		COM OVOS, FABRICADO A PARTIR DE MATERIAS PRIMAS SAS E LIMPAS, ISENTOS DE MATERIAS TERROSAS, PARASITAS E LARVAS.					
47	675763	MAMAO TIPO FORMOSA, DE ASPECTO GLOBOSO, MISTA, VERDES E MADUROS, COR PROPRIA, CLASSIFICADA COMO FRUTA COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE CONFORMIDADES, BOA QUALIDADE, LIVRE DE RESIDUOS E FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS SEM LESOES	ROSSETTO	KILO	700	R$ 7,30	R$ 5.110,00
48	51454	MARACUJA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO	ROSSETTO	KILO	900	R$ 8,45	R$ 7.605,00
49	688652	MARGARINA VEGETAL PRODUTO INDUSTRIALIZADO PREPARADO PELA HIDROGENACAO DE OLEOS VEGETAIS, LEITE PASTEURIZADO E OUTROS PRODUTOS BATIDA ATE FICAR HOMOGENEA. ENRIQUECIDO DE VITAMINAS NAO ADICIONADAS DE SAL APRESENTACAO, ASPECTO,	DELINE	KILO	2020	R$ 9,39	R$ 18.967,80
50	688656	MILHO DE PIPOCA DE 1ª.QUALIDADE BENEFICIADO, POLIDO, LIMPO ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, ADMITINDO UMIDADE MAXIMA DE 14% POR PESO ADICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA. GRUPO DURO, CLASSE AMARELO,TIPO 1. PACOTE COM 500 G.	CAMPILAR	UNID.	500	R$ 2,45	R$ 1.225,00
51	51309	MILHO VERDE - GRAO DE MILHO EM CONSERVA SEM ADICAO DE CORANTES E COM ADICAO DE CONSERVANTES PERMITIDOS PELA LEGISLACAO VIGENTE. EMBALAGEM COM 200G. COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.	PREDILECTA	UNID.	1500	R$ 1,98	R$ 2.970,00
52	689375	OLEO DE SOJA, PRODUTO OBTIDO DO GRAO DE SOJA QUE SOFREU PROCESSO TECNOLOGICO ADEQUADO COMO DEGOMAGEM, NEUTRALIZACAO, CLARIFICACAO, FRIGORIFICACAO OU NAO DE DESODORIZACAO. LIQUIDO VISCOSO REFINADO, FABRICADO A PARTIR DE MATERIAS PRIMAS	SOYA	UNID.	510	R$ 77,48	R$ 39.514,80
53	51338	OREGANO CONDIMENTO, APRESENTACAO NATURAL, EMBALAGEM C/ 100G COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA OU MINISTERIO DA SAUDE.	MIKA	UNID.	700	R$ 6,50	R$ 4.550,00
54	668940	PEITO DE FRANGO DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIMPO, SEM OSSOS, EMBALADOS A VACUO, CONGELADOS A 12 GRAUS, ISENTO DE ADITIVOS OU SUBST. ESTRANHAS AO PRODUTO, INSPECIONADO PELO MINISTERIO DA AGRICULTURA, ACOMODADOS EM CAIXAS DE PAPELAO EM PERFEITAS CONDICOES.	MAROMBI	KILO	7530	R$ 11,60	R$ 87.348,00
55	51349	POLVILHO DOCE, PACOTE DE 1KG. COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA OU MINISTERIO DA SAUDE.	MASSON	KILO	1200	R$ 8,90	R$ 10.680,00
56	51514	QUEIJO MUSSARELA, RESFRIADO, EMBALAGEM EM QUILO (KG) COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA OU MINISTERIO DA SAUDE.KG	CASTERLEITE	KILO	100	R$ 26,90	R$ 2.690,00
57	51342	SAGU, TIPO 1, PACOTE C/ 500G COM VALIDADE MINIMA DE SEIS MESES, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINIST. DA AGRICULTURA OU MINIST. DA SAUDE.	CAMPILAR	UNID.	300	R$ 6,50	R$ 1.950,00
58	688548	SAL - REFINADO, IODADO, COM NO MINIMO 96,95% DE CLORETO DE SODIO E SAIS DE IODO, ACONDICIONADO EM SACO DE POLIETILENO COM 1KG.	LEVE	KILO	810	R$ 1,90	R$ 1.539,00
59	51516	SALSICHA EM CONSERVA, EMBALAGEM DE LATA COM 180G DRENADA, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA OU MINISTERIO DA SAUDE.	ODERECH	UNID.	800	R$ 3,10	R$ 2.480,00
60	688665	SELETA DE LEGUMES, EM CONSERVA, EMBALAGEM COM NO MINIMO 200 G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU	PREDILECTA	UNID.	600	R$ 2,40	R$ 1.440,00
61	668943	SUCO DE FRUTA CONCENTRADO, SABORES DIVERSOS, COM CONSERVANTES E SEM ADICAO DE ACUCAR, COM NO MINIMO 500 ML E RENDIMENTO MINIMO DE 2 LITROS. EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE O PRODUTO DEVERA	DAFRUTA	UNID.	5800	R$ 7,50	R$ 43.500,00
62	677204	SUPLEMENTO ALIMENTAR TIPO (SUSTEGEM) OU SIMILAR, CONTENDO 400GR, COMPOSICAO: LEITE EM PO DESNATADO INSTATANEO, SOLIDOS DE XAROPE DE MILHO, LEITE EM PO INTEGRAL, FOSFATO DE MAGNESIO, ASCORBATO DE SODIO, SULFATO FERROSO, SULFATO DE ZINCO, INOSITOL,	SUSTAGEM	UNID.	300	R$ 44,90	R$ 13.470,00
63	51353	UVAS PASSAS, PACOTE 200G.COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA OU MINISTERIO DA SAUDE.	MIKA	UNID.	100	R$ 6,50	R$ 650,00
64	668936	VAGEM DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORACAO UNIFORMES, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS,	ROSSETTO	KILO	600	R$ 10,00	R$ 6.000,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) *por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;*

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem as partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 11 de dezembro de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

D. ROSSETTO E ROSSETTO LTDA EPP

CNPJ Nº. 20.116.879/0001-49

Rosemari Gutkoski Rossetto

CPF Nº. 593.236.631-15

Procuradora

Testemunhas:

Geslane Silva dos Anjos Lindalva Cruz Cabral

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 605.888.531-00

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.802/2019.

SÚMULA:

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JONAS RODRIGUES DA SILVA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito adicional especial por anulação de dotação orçamentária no valor de R$ 176.608,12 (cento e setenta e seis mil seiscentos e oito reais e doze centavos) no Orçamento vigente, Lei n°. 1705 de 18 de dezembro de 2018, com amparo no Artigo 43 da Lei 4320/64, nos elementos de despesas vinculados às fontes de despesas:

08.003.26.782.0014.2049 – Conservação de Estrada Vicinais, Pontes e Bueiros

3390.3000 – Material de Consumo – R$ 176.608,12 (cento e setenta e seis mil seiscentos e oito reais e doze centavos).
Art. 2º. Para cobertura do credito autorizado serão utilizados os recursos provenientes de anulação no elemento de despesa, sob fonte de 01.00 – Recursos Ordinários:
08.001.04.122.0002.2044 – Gestão da Sec. de Infraestrutura
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física – R$ 14.128,79 (quatorze mil cento e vinte e oito reais e setenta e nove centavos);
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica – R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
08.001.04.128.0002.2045 – Formação e Capacitação de Funcionários – SINFRA
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica – R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais);
08.002.15.451.0012.2046 – Pav. Guias, Sarjetas e Drenagem Urbana
4490.3000 – Material de Consumo – R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais);
4490.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica – R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais);
4490.5100 – Obras e Instalações – R$ 25.679,33 (vinte e cinco mil seiscentos e setenta e nove mil e trinta e três centavos);
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente – R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais);
08.002.15.451.0012.2047 – Conservação de Ruas e Avenidas
3390.3200 – Material de Distribuição Gratuita – R$ 10.000,00 (dez mil reais);
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física – R$ 2.000,00 (dois mil reais);
08.002.15.452.0013.2048 – Manutenção da Coleta de Lixo
3390.3200 – Material de Distribuição Gratuita – R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1692 de 10 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de dezembro de 2.019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ANDREIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

Designada

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 111/2019 que "**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto em pauta tem por objetivo abrir credito adicional especial por anulação de dotação orçamentária.

O crédito ora solicitado destina-se a reforçar o orçamento da Secretária Municipal de Infraestrutura na subfunção destinada a subsidiar as ações de manutenção dos serviços de conservação de estradas vicinais, pontes e bueiros, no transporte rodoviário, para suprir o déficit com custeio, possibilitando a abastecimento da frota, a manutenção corretiva com peças de reposição e consequentemente com o necessário serviço técnico, bem como a substituição de pneus e troca de óleos lubrificantes.

Desta forma, a abertura dos créditos adicional especial pretendida, justifica-se pela anulação de dotação orçamentária e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Assim, expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação, em caráter de urgência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

PL 078 - MAT

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 080/2019

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 080/2019, levado a efeito às **08h00min** do dia **10/12/2019** sagraram-se vencedoras: a empresa **C. E. CARVALHO COMERCIAL ME** inscrita noCNPJ Nº. 24.64.422/0001-73 **vencedora de 04 itens totalizando R$ 18.392,95**, a empresa **CASA DO COMPUTADOR LTDA** inscrita noCNPJ Nº. 10.199. 390/0001-24 **vencedora de 01 item totalizando R$ 4.596,00**, a empresa **COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS ITAIPU LTDA ME** inscrita no CNPJ Nº. 12.772.223/0001-56 **vencedora de 01 item totalizando R$ 17. 399,88,** a empresa **JARAGUA MERCANTIL LTDA EPP** inscrita no CNPJ Nº. 13.390.706/0001-59 **vencedora de 02 itens no valor total de R$ 18. 726,99**, e a empresa **RC EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA ME** inscrita no CNPJ Nº. 10.830.704/0001-45 **vencedora de 07 itens no valor total de R$ 43.800,00**. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site *http://www.aripuana.mt.gov.br*, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 11 de dezembro de 2019.

Tamara Piran da Silva

Pregoeiro

LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 040/2019

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço médico temporário como clínico geral para atender a necessidade no Hospital Municipal Santo Antônio.

Contratante: Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT

Contratado: CAIO HENRIQUE PORTILHO EIRELI

CNPJ nº 35.424.177/0001-08

Valor Global: R$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais)

Data: 11 de dezembro de 2019.

Base Legal: com base no art. 24 inciso II da Lei nº 8.666/1993 e alterações, e com amparo no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.

Tamara Piran da Silva

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2019

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 079/2019

Aos **onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato, denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA***, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares,* **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **ADEMIR LIZZONI ME**inscrita no **CNPJ Nº 04.918.158/0001-04**, Inscrição Estadual Nº. 13.207.045-6, Inscrição Municipal Nº. 403545301, com sede na Avenida JP 03, nº 719, Bairro: Jardim Planalto, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº. 78.325-000 - Telefone: (066) 3565-2143, representada por seu proprietário **Srº. Ademir Lizzoni**, portador do RG nº 5.007.833-7 SESP/PR e CPF nº 904.453.171-91, nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da **Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável**, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS PRODUTOS – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES, MARCA E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

Seq.	Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit. Registrado	Valor Total
1	51452	ABACAXI, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO.COM AUSENCIAS DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A RES.N.12/78 DA CNNPA.		KILO	4.050	R$ 5,00	R$ 20.250,00
2	51850	ABOBRINHA DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE E A CONSERVACAO EM CONDICOES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSENCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, DE ACORDO COM A		KILO	2.100	R$ 4,40	R$ 9.240,00
3	688599	ACHOCOLATADO, EMBALAGEM INTACTA DE 1 KG, RENDIMENTO MINIMO DE 50 (CINQUENTA) PORCOES, VALOR ENERGETICO 390 KCAL PARA CADA 100-GR, PROTEINA 2,5G PARA CADA 100G DO PRODUTO, NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR DATA DA FABRICACAO DATA DE VALIDADE E	ZAELI	UNID.	4.000	R$ 9,90	R$ 39.600,00
4	51278	AMIDO DE MILHO PRODUTO AMILACEO EXTRAIDO DE MILHO(ZEAMAYA,L.) FABRICADOS A PARTIR DE MATERIAS PRIMAS SAS E LIMPAS, ISENTAS DE MATERIA TERROSA, FUNGOS E PARASITOS, LIVRES DE UMID. FERMENTACAO OU RANCO. O AMIDO DEVE PRODUZIR LIGEIRA CREPITACAO QUANDO	ZAELI	KILO	950	R$ 7,00	R$ 6.650,00
5	51279	AVEIA EM FLOCOS QUE POSSUI CALCIO, FERRO E PROTEINAS, ALEM DE VITAMINAS, CARBOIDRATOS E FIBRAS. EMBALAGEM ORIGINAL DA FABRICA DE 500 GRAMAS.	ZAELI	UNID.	500	R$ 5,80	R$ 2.900,00
6	51311	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM PURO SEM COLESTEROL, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E CAPACIDADE, O PRODUTO DEVERA SER REGISTRADO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA OU MINISTERIO DA SAUDE, COM 500 ML.	SANTA ISABEL	UNID.	100	R$ 19,90	R$ 1.990,00
7	51527	BACON DEFUMADO, CARNE SUINA COM GORDURA, CONGELADO O A 4°C, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLASTICO TRANSPARENTE, CONTENDO IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS, DE ACORDO COM AS	EXCELENCIA	KILO	550	R$ 20,80	R$ 11.440,00
8	688605	BEBIDA LACTEA - CONSTITUIDO DE LEITE, SORO DE LEITE, ACUCAR, ACRESCIDO DE VITAMINAS E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITAS, SABORES SORTIDOS, ACONDICIONADA EM SACO PLASTICO CONTENDO 900ML.	IMAGEM	UNID.	4.000	R$ 4,15	R$ 16.600,00
9	688613	CAFE TIPO TORRADO, APRESENTACAO MOIDO, VALIDADE PRAZO MINIMO DE 1 ANO, NORMAS TECNICAS, LAUDO DE CLASSIFICACAO DE CAFE FEITO PELA ABIC. DUPLA EMBALAGEM PRIMARIA DE POLIETILENO, PACOTE COM 500 GRAMAS.	KI DELICIA	PACOTE	800	R$ 9,40	R$ 7.520,00
10	51286	CANJIQUINHA (QUIRERA) SUBPRODUTO DO GRAO DE MILHO DE COR AMARELA, FINA, LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS ESTRANHOS. EMBALAGEM DE POLIETILENO ORIGINAL DO FABRICANTE DE 500 GRAMAS.	ZAELI	UNID.	3.100	R$ 2,55	R$ 7.905,00
11	51347	CHA MATE TOSTADO, NATURAL, EMBALAGEM COM 250G COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA OU MINISTERIO DA SAUDE.	BARÃO	UNID.	300	R$ 6,15	R$ 1.845,00
12	51096	COLORAU, CORANTE ALIMENTICIO A BASE DE URUCUM EMBALAGEM CONTENDO 250G.E IDENTIFICACAO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE PRAZO DE VALID.DE PESO LIQ. DE ACORDO COM A RES. 12/78 DA CNNPA. O PROD. DEVERA TER REGISTRO NO MINIST.DA AGRIC.OU MINIST.DA SAUDE.	ZAELI	UNID.	2.120	R$ 3,30	R$ 6.996,00
13	51357	DOCE DE LEITE PASTOSO, EMBALAGEM LATA COM NO MINIMO 400G.UMIDADE MAXIMA 30% ACUCARES (EXCETO LACTOSE) MAXIMO DE 55% ,PROTEINA: MINIMO DE 06% E GORDURA MINIMO DE 2% UNIDADE FORNECIMENTO LATA.	TRIANGULO	UNID.	3.550	R$ 4,65	R$ 16.507,50

14	51345	DOCE FRUTA, BANANA, CREMOSO COM 400G EMB. COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA OU MINISTERIO DA SAUDE.	XODÓ	UNID.	1.300	R$ 3,95	R$ 5.135,00
15	15833	ERVILHA EM CONSERVA 200G	PREDILECTA	UNID.	500	R$ 2,00	R$ 1.000,00
16	688620	FARINHA DE TRIGO, PRODUTO OBTIDO PELA MOAGEM EXCLUSIVA DO GRAO DE TRIGO ISENTO DE TERRA, SEM UMIDADE (TOLERADO MAXIMA 14% DE UMIDADE). O PRODUTO DEVERA TER ASPECTO DE PO FINO BRANCO, COM CHEIRO E SABOR PROPRIOS. O PRODUTO DEVE ATENDER A RESOLUCAO	VITORIOSA	KILO	6.300	R$ 3,80	R$ 23.940,00
17	51133	FERMENTO BIOLOGICO PRODUTO OBTIDO DE CULTURAS PURAS DE LEVEDURAS (SACCHAROMYCES CEREVISIAS) POR PROCEDIMENTOS TECNOLOGICO ADEQUADO PARA AUMENTA O VOLUME E A POROSIDADE DOS PRODUTOS FORNECIDOS, PRODUTO GRANULADO E SECO	FLEISCHMANN	UNID.	1.550	R$ 6,40	R$ 9.920,00
18	670517	FERMENTO QUIMICO PRODUTO FORMADO DE SUBSTANCIA OU MISTURA DE SUBTANCIAS QUIMICAS EM PO QUE PELA INFLUENCIA DO CALOR OU UMIDADE, PRODUZ DESPRENDIMENTO GASOSO CAPAZ DE EXPANDIR MASSAS ALABORADAS COM FARINHAS AMIDOS OU FECULAS, AUMENTANDO LHES O	FLEISCHAMNN	UNID.	1.800	R$ 2,88	R$ 5.184,00
19	51299	GELATINA PO PRODUTO CONSTITUIDO DE GELATINA COMESTIVEL EM PO. EMBALAGEM PRIMARIA COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ESPECIFICACAO DOS INGREDIENTES, INFORMACAO NUTRICIONAL MARCA DO FABRICANTE E INFORMACOES DO MESMO PRAZO DE VALIDADE, PESO LIQUIDO	PREDILECTA	UNID.	4.500	R$ 1,25	R$ 5.625,00
20	677207	IOGURTE NATURAL, COM POLPA DE FRUTAS (DIVERSOS SABORES), RICO EM NUTRIENTES, TEMPERATURA DE 1 ºC A 10 ºC. EM EMBALAGEM DE 1 LITRO, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO.	REAL	UNID.	2.000	R$ 7,50	R$ 15.000,00
21	689347	LEITE A BASE DE SOJA, SEM LACTOSE, LEITE DE SOJA SEM LACTOSE ALIMENTO COM PROTEINA ISOLADA DE SOJA, RICO EM VITAMINAS A, D, FOSFORO E ZINCO. EMBALAGEM TETRA PAK, CONTENDO 1 LITRO DO PRODUTO DEVERA CONSTAR O REGISTRO DO MINISTERIO DA AGRICULTURA.	ADES	UNID.	1.000	R$ 6,90	R$ 6.900,00
22	51300	LEITE DE COCO TRADICIONAL, EMBALAGEM CONTENDO 200ML COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, DE ACORDO COM A RESOLUCAO 12/78 DA CNNPA. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA OU	BOM COCO	UNID.	2.000	R$ 3,50	R$ 7.000,00
23	688635	LEITE LONGA VIDA - DESNATADO, TEOR DE MATERIA GORDA MAXIMO DE 0,5%, RECIPIENTE HERMETICO EM CAIXA ALUMINIZADA CONTENDO 1000ML.	LACBOM	CAIXA	3.500	R$ 4,10	R$ 14.350,00
24	688644	LENTILHA, CLASSE GRAUDA, TIPO 1, EMBALADA EM PACOTES DE 1 KG, VALIDADE MINIMA 6 MESES E C/ DATA DE EMBALAMENTO NAO SUPERIOR A 30 DIAS.	MIKA	KILO	100	R$ 11,50	R$ 1.150,00
25	677205	LOURO (FOLHAS) EMBALAGEM PACOTE DE 10G, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO, O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA OU MINISTERIO DA SAUDE.	ZAELI	UNID.	100	R$ 2,00	R$ 200,00
26	51335	NOZ MOSCADA, RALADA, CONDIMENTO NATURAL, EMBALAGEM COM 5G COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINIST. DA AGRICULTURA OU MINIST. DA SAUDE.	ZAELI	UNID.	100	R$ 2,95	R$ 295,00
27	51459	OVOS, CLASSE A, BRANCOS, EMBALAGEM CONTENDO 12 UNIDADES, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQUIDO MINIMO DE 1800G, O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINIST. DA AGRICULTURA E/OU MINIST. DA SAUDE.		DUZIA	2.650	R$ 6,00	R$ 15.900,00
28	51360	POLVILHO AZEDO,FECULA DE MANDIOCA, MODIFICADO POR PROCESSO DE FERMENTACAO E SECAGEM, PACOTE CONTENDO 1KG. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICACAO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO	MIKA	PACOTE	1.300	R$ 9,95	R$ 12.935,00
29	677200	SAL AMONICO, COM PRAZO DE VALIDADE MININA DE 12 MESES PACOTE COM 100G, DATA DE FABRICACAO NAO SUPERIOR A 30 DIAS.	ZAELI	UNID.	300	R$ 3,80	R$ 1.140,00
30	689376	SARDINHA EM CONSERVA PREPARADA COM PESCADO FRESCO, LIMPO, EVISCERADO, COZIDO, IMERSA EM OLEO COMESTIVEL. ACONDICIONADO EM RECIPIENTE DE FOLHA DE FLANDRES INTEGRO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO, CONTENDO APROX. 125GR.DE PESO LIQUIDO.	ROBINSON CRUSOE	UNID.	200	R$ 3,80	R$ 760,00
31	668937	VINAGRE C/ EMBAL. DE PLASTICO, CONTENDO 500ML, COM IDENT.DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E PESO LIQ. PRODUTO DEVERA ESTAR DE ACORDO C/RESOL. 12/78 DA CNNPA E DEVERA TER REGISTRO NO MINIST.DA AGRIC.OU MINIST.DA SAUDE.	VITALIA	UNID.	960	R$ 2,40	R$ 2.304,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) *por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;*

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem as partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 11 de dezembro de 2019.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

ADEMIR LIZZONI ME

CNPJ Nº. 04.918.158/0001-04

Ademir Lizzoni

CPF Nº. 904.453.171-91

Testemunhas:

Geslane Silva dos Anjos Lindalva Cruz Cabral

CPF Nº 036.700.101-22 CPF Nº 605.888.531-00

COORDENADORIA DE ADM
PRIMEIRO ADITIVO Nº. 905/2019

AO CONTRATO Nº 555/2019 PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECUPERAÇÃO DO PISO DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA WILMA CALVI BATTISTI, COM ÁREA TOTAL DE 699,61 M², INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ/MT; CAMPOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI**;** ADITIVO DE EXECUÇÃO 29/12/2019 A 27/02/2020.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 644/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA: CAIO HENRIQUE PORTILHO EIRELI; PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO TEMPORÁRIO COMO CLÍNICO GERAL PARA ATENDER A NECESSIDADE NO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO, COM BASE NO ART. 24 INCISO II DA LEI Nº 8.666/1993 E ALTERAÇÕES, E COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 040/2019; VALOR GLOBAL R$ 17.400,00; VIGENCIA 11/12/2019 A 10/02/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2019 – MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

O município de Barra do Bugres – MT inscrito no CNPJ: 03.507.522/0001-72, torna público a adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2019 originária do Pregão Presencial nº 005/2019 – Município de FELIZ NATAL-MT, que trata da AQUISIÇÃO DE VEICULO UTILITARIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. Valor contratado: R$135.000,00 (Cento e trinta e cinco mil reais). CONTRATADO: BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA inscrito no CNPJ sob nº.: 03.512.021/0001-84. Maiores informações poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Pra-

ça Felipe Ferreira Mendes, 1000, Centro, das 07:00 as 13:00, no telefone (065)3361-3868 e no site www.barradobugres.mt.gov.br/sic.

Barra do Bugres/MT, 10 de Dezembro de 2019

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Comissão Permanente de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DA CONTRATO Nº03/2019.

EXTRATO DA CONTRATO Nº03/2019.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES-MT - CNPJ sob nº.: 03.953.742/0001-20. CONTRATADO: L.R DA SILVA BERNARDI-ME - CNPJ sob o nº 12.015.532/0001-81. OBJETO: PARA REALIZAR ANÁLISE TÉCNICA E FINANCEIRA DAS MINUTAS DOS PROJETO DE LEI Nº 0001/2019 – QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES E O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0002/2019 – QUE DISPÕE SOBRE A RESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGO, CARREIRAS E SALÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES-MT. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.1010.2001.3.3.90.39.00.00. Valor: R$15.000,00 (Quinze mil reais). VALIDADE: 31/12/2019. Data de assinatura: 05 de novembro de 2019. RESPONSAVEL: JOSOEL IZIDIO BARBOZA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 433 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DEZEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N°005/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 020** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **APARECIDA SANTANA DOS SANTOS SILVA,** Licenciada em Pedagogia na E.M Brincando e Aprendendo, acréscimo de **20 horas/semanais** no período de 11/12/2019 a 20/12/2019, em substituição a professora Mauriety Rodrigues Oliveira que encontra se afastada de suas atividades laborais, conforme o resultado da perícia médica.

Cáceres, 11 de Dezembro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

PORTARIA Nº 490 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o Artigo 101 da Lei Complementar nº. 025 de 27 de novembro de 1997 e o Artigo 40 da Lei Complementar nº. 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando nº. 33.105 de 06 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor **MARCOS CÉSAR ARRUDA DA SILVA,** lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, 03 (três) meses de **Licença-Prêmio**, referente ao quinquênio 2012/2019, no período de 02 de dezembro de 2019 a 29 de fevereiro de 2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de dezembro de 2019.

JUNIOR CÉZAR DIAS TRINDADE

Secretário Municipal Interino de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

Afixado em: 06.12.19

PORTARIA Nº. 492 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, e:**

CONSIDERANDO o artigo 107, da Lei Complementar nº. 025, de 25 de novembro de 1997;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 28.835, de 01 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor **ROSALINO DA SILVA** – Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, **Licença para o desempenho de Mandato Classista**, pelo período de 03 (três) anos, com efeitos desde 01 de dezembro de 2019, com ônus para esta Administração Pública Municipal, para exercer o cargo de Tesoureiro do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2º Para todos os efeitos legais, durante o período de afastamento será contado o tempo de serviço.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de dezembro de 2019.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal Interina de Esporte e Lazer

Afixado em: 09.12.2019.

PORTARIA Nº 493 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Memorando sob nº 33.374, de 09 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **FLAVIANO SMANIOTTO** em substituição ao senhor **GEAN CARLOS SOARES MILITÃO**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
02/19	GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS S/A	Contratação de empresa especializada em fornecimento de Emulsão Asfáltica RL-IC (com entrega pelo fornecedor), Emulsão Asfáltica RR-2C (com entrega pelo fornecedor) e Emulsão Asfáltica CM-30 (com entrega pelo fornecedor) para proceder à impermeabilização com lama asfáltica nas vias públicas, execução de novos pavimentos asfálticos e serviços de tapa buraco nas vias públicas com pavimento danificado no Munícipio de Cáceres.	11/01/19	12 meses

§ 1º O servidor acima designado deve acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Infraestrutura e Logística e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de dezembro de 2019.

WESLEY DE SOUSA LOPES

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Afixado em: 10.12.19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CÁCERES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2016-PORTARIA Nº 133/2016 - APURAÇÃO DE SUPOSTA ILEGALIDADE E/OU IRREGULARIDADE EM INCORPORAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

ATA DE INDICIAÇÃO Nº. 003/2019/CPIAD

Aos 02 (dois) dias do mês de dezembro do ano de 2019, a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar, instalada na sala de Comissões de Inquérito na Secretaria Municipal de Governo da Prefeitura de Cáceres/COC, representada pelos membros, senhora Odenise Jara Gomes Lente (presidente), Marlon aparecido Luz (secretário) e senhoraGirlane Vieira Pereira (membro titular), designada pela Portaria nº. 593 de 27 de dezembro de 2018, emitida pelo Excelentíssimo Prefeito de Cáceres senhor Francis Maris Cruz, reúne para análise e deliberações no Processo Administrativo Disciplinar nº. 009/2016.

1.DA SÍNTESE DOS AUTOS.

Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pelo Prefeito do Município de Cáceres que no uso do poder discricionário, da independência da instância administrativa, no cumprimento às Leis Municipais vigentes, instaurou e determinou por meio da Portaria nº. 133 de 04 de abril de 2016/PMC, apurar supostas irregularidades e/ou ilegalidades na incorporação de função gratificada da servidora Ana Suely Gattass, brasileira, casada, com Cadastro de Pessoa Física sob n. 432. 568.801-34, com Carteira de Registro Geral sob nº 767.433 SSP/MT, residente e domiciliada à Rua São Pedro nº. 674 bairro Cavalhada em Cáceres/MT. CEP: 78.200.000, aprovada em concurso público homologado pelo Decreto nº. 217 de 27 de agosto de 1993, admitida a partir de 06 de fevereiro de 1995 para o cargo de professora Licenciada em Biologia.

A Portaria nº. 133 de 04 de abril de 2016 veio instruída com os seguintes documentos:

1º) Processo nº 12643-8/2006, contendo.

a) Memorando nº. 20/2016-AEEM, datado de 31 de março de 2016, protocolizado sob o nº. 15425/2016 (fls.01.v).

b) Relatório do Conselheiro, senhor Antônio Joaquim (02/07).

c) Decisão Administrativa nº 03/2007 e Notas Taquigráficas artigo da Sessão de Julgamento em 20.03.2007, com apontamentos e decisões (fls.07. V/11) determinando ao Prefeito de Cáceres que.

Chefe do Executivo Municipal de Cáceres, que revogue os atos administrativos eivados de vício, conforme as razões constantes do Voto do Conselheiro Relator, encaminhando-lhe fotocópias, devendo ainda exigir que os beneficiários das incorporações indevidas restituam aos cofres do Município todo o recurso recebido ilegalmente, sob pena de responsabilidade solidária (...)

d) Ofício nº. 2.357/2007/TCE-MT/PRES, datado de 11 de abril de 2007 (fls. 12).

e) Representação Interna nº. 35/2012 (fls.12V/13).

f) Relatório Técnico Preliminar, como assunto representação de natureza interna (fls.14/39).

De início a comissão de inquérito notificou a servidora encaminhando-lhe cópia na íntegra do Processo Administrativo Disciplinar nº. 009/2016, para conhecimento e apresentação de reposta no prazo de 15 dias.

A partir da Notificação Prévia a servidora foi convidada desde o início a participar do andamento dos trabalhos apuratórios desenvolvidos pela Comissão de Inquérito.

É a síntese necessária.

2. DA RESPOSTA DA SERVIDORA.

A servidora protocolou sob nº. 35644/2017 sua resposta por escrito por meio dos Advogados constituídos (fls.55) nos autos, manifestando nos seguintes termos *in verbis:*

I- (...)

III DA SÍNTESE FÁTICA

(...), que a defendente desempenhou ininterruptamente diversas funções gratificadas na Prefeitura Municipal de Cáceres/MT – especificamente nos períodos compreendidos entre 03.04.1996 a 16.04.2008, de modo que a própria Administração Pública Municipal procedeu o reconhecimento administrativo do aludido exercício, conforme se depreende no bojo da certidão de tempo de serviço com função gratificada exarada na data de 16 de abril de 2008 (...)

(...).

Observa-se no presente caso, que a supramencionada incorporação decorreu de solicitação elaborada pela defendente junto à Administração Pública Municipal, na qual reconhecido, em sede administrativa, após minuciosa análise de sua vida funcional por parte da Procuradoria Geral do Município de Cáceres/MT, seu direito à incorporação da função gratificada de CHEFE DE DIVISÃO (...).

(...), que a d. Procuradoria Geral do Município (PGM) ao proceder a análise do pedido de incorporação de função gratificada formulada pela defendente junto a Administração Municipal (...), de modo que a própria Administração Pública Municipal procedeu o reconhecimento (...).

(...), que a d. Procuradoria Geral do Município (PGM) ao proceder a análise do pedido (...) pela defendente (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 9827/2008) firmou posicionamento por meio do PARECER JURÍDICO/PGM-ML-2008, datado de 01/07/2008, quanto à PROCEDÊNCIA DE SEU PEDIDO DE INCORPORAÇÃO, abordando inclusive em

seu bojo que "o lapso entre 01/03/2005 a 01/03/2005, não será considerado como interrupção do lapso temporal para contagem do tempo em que a servidora exerceu ininterruptamente a função de confiança em razão da mesma, mesmo exonerada do cargo, ter de fato respondido pela chefia da referida função durante o período assinalado" (...).

A defendente após a concessão da aludida incorporação continuou a desempenhar normalmente suas funções junto à Secretaria de Educação (...).

(...), a defendente, por meio do presente petitório insurge-se veemente contra quaisquer tentativas infundadas de se questionar a legalidade de seu benefício – cuja concessão foi procedida de análise minuciosa por parte da Procuradoria Geral do Município de Cáceres/MT, o qual lhe fora assegurado em virtude do cumprimento integral das exigências contidas no artigo 160 da Lei Complementar Municipal nº. 25, de 27 de novembro de 1997.

Desta forma, deve ser prontamente refutada na presente apuração o entendimento quanto à existência de vícios na concessão da aludida incorporação para o bem do direito e da justiça, dado ao incontes- te direito da defendente `a incorporação função gratificada (...), bem como a impossibilidade de cancelamento de benefício concedido a mais de (09) anos.

III DO DIREITO A INCORPORAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A incorporação de função gratificada concedida à defendente, conforme alhures mencionado, encontra respaldado na legislação municipal vigente, razão pela qual em hipótese alguma se coadunará com o cancelamento de tal benefício-concedido a mais de 09 (nove) anos, pois indiscutivelmente tal procedimento, caso realizado, estará em dissonância com a jurisprudência nacional.

(...)

IV DA IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO E ATO CONCESSÓRIO DE INCORPORAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICACADA EM DECORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA.

(...).

na época foi lavrado o PARECER JURÍDICO/PGM-ML-2008, em cujo bojo se reconheceu a PROCEDÊNCIA DO PEDIDO ELABORADO PELA DEFENDENTE QUANTO A INCORPORAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA, vez que a mesma exerceu ininterruptamente função gratificada na Administração Pública Municipal por mais de 05 (cinco) anos, razão pela qual não há que se falar na existência de irregularidades/vícios na concessão de tal benefício.

Ademais, a concessão da supramencionada incorporação ocorreu a mais de 09 (nove) anos, (...) razão pela qual tal ato administrativo não mais poderá ser alterado, dada a aplicação do instituto da prescrição administrativa.

(...).

V DO PEDIDO

(...) Requer que se proceda o recebimento da presente MANIFESTAÇÃO, a fim de que seja reconhecida a legalidade da concessão à defendente da incorporação de função gratificada realizada pelo Decreto nº. 566/2008, bem como a impossibilidade de revisão do aludido ato administrativo em razão da ocorrência de prescrição administrativa.

(...), requer que seja determinado o imediato arquivamento das apurações realizadas em seu desfavor (...).

3. DA ANÁLISE PELA COMISSÃO DE INQUÉRITO.

A manifestação da servidora foi recebida tempestivamente, juntada às (fls. 56/68) dos autos, sendo devidamente analisada com os demais documentos acostados no processo.

Em análise preliminar, esta comissão de inquérito pondera conforme segue.

Os apontamentos de ilegalidades e/ou irregularidades na incorporação de função gratificada da servidora Ana Suely Gattass Alvares foram realizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso/TCE, requerendo análise criteriosa por parte desta Comissão de Inquérito.

3.1. Da impossibilidade de revisão do ato concessório em decorrência de prescrição.

Dessa manifestação trazida pela defesa técnica, ressalta-se que a autoridade competente tomou conhecimento da suposta irregularidade e/ou ilegalidade na incorporação de função gratificada de servidores públicos municipais, por meio da Representação Interna nº. 12/2013, datado 22/05/ 2013 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Ao ser notificado para manifestações, o Executivo Municipal decidiu pela abertura de processo administrativo disciplinar instaurando inquérito por meio da Portaria nº. 133 de 04 de abril de 2016 para apuração dos fatos.

Instauração em cumprimento do dever lecionado na L.C. nº. 25/1997 artigo 135 dispondo que "**A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade".**

No regime administrativo disciplinar, o estabelecimento da prescrição ocasiona a extinção da punibilidade, ou seja, aplicação da pena, que é procedente do julgamento do processo administrativo disciplinar pela autoridade competente.

Nesse sentido a Lei Complementar nº. 25/1997 dispõe em *litteris.*

Art. 207 A ação disciplinar prescreverá:

I - em 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II - em 02 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o ilícito foi praticado ou do momento em que se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na Lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

Razões pelas quais não reconhecemos a prescrição na forma suscitada pela defesa técnica, prosseguindo com a análise.

3.2 Do pedido de incorporação.

Como manifesta a defesa técnica, "**a incorporação decorreu de solicitação elaborada pela defendente junto à Administração Pública Municipal".**

É notório que a administração pública municipal por si só não determinaria a incorporação de função gratificada à remuneração da servidora. Para tanto careceu de motivação, a qual ocorreu por meio do requerimento da servidora que culminou no decreto de incorporação.

Consta às fls. 70/71 dos autos, a petição da servidora junto à administração pública municipal nos seguintes termos *in verbis.*

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MATO GROSSO.

PROTOCOLO: 9827 de 13/05/2008

ANA SUELY GATTASS ALVARES, funcionária pública aprovada em concurso desse Município, lotada desde 06 de fevereiro de 1995, na Secreta-

ria de Educação, portanto há mais de 13 (treze) anos, nunca tendo respondido a qualquer processo administrativo, ou sofrido qualquer advertência, vêm perante3 a Vossa Excelência para expor e requerer o quanto segue:

Que, a requerente fora lotada nesse Município para exercer as funções de professora (magistério), em 06/02/1995, Classe "D" Nível III.

Que, decorrido pouco mais de um ano, foi a Requerente designada através da Portaria nº. 063 de 18 de abril de 1996, para exercer o Cargo de Chefia de Divisão de Projetos Sócio Econômicos da Secretaria de governo, e daí em diante, foi a mesma por diversas vezes através de várias Portarias, designada para diversos cargos, inclusive para o cargo de ASSESSORA DE PLANEJEMTNO DA SECRETARIA DE GOVERNO, em substituição e por vários meses.

Em 03 de janeiro de 2005, a Portaria de nº. 004 resolveu desprover a Requerente das funções que exercia por força da Portaria de nº. 042 de 11 de fevereiro de 2003, tendo logo a seguir pela portaria nº. 036 de 22 de fevereiro de 2005, sido designada novamente para exercer as funções de chefia, agora de Divisão de Convênio com Gratificação de Função.

Na verdade Senhor Prefeito, o desprovimento de funções gratificadas relativas à Requerente, e por um pequeno lapso temporal constante da Portaria nº. 004 de 03 de janeiro de 2005, não poderia surtir nenhum efeito eis que, durante esse curto período a Requerente continuou exercendo as mesmas funções de divisão, provam isso os documentos firmados e protocolados pela mesma na condição de chefe de DIVISÃO DE CONVÊNIOS.

Como se vê Excelência, a Requerente permaneceu no cargo de chefia nestes últimos 05 (cinco) anos, ininterruptamente, merecendo pois os benefícios constantes do artigo 160 da Lei complementar nº. 25, de 27 de novembro de 1997 que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, que diz:

Art. 160 O servidor público municipal ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do município que **durante 05 (cinco) anos** consecutivos ou 10 (dez) alternados, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, à remuneração do cargo, para todos os efeitos legais, as vantagens pecuniárias da função de confiança, obedecido o seguinte:

Ainda o inciso I do artigo acima citado estabelece também que:

I - a incorporação far-se-á com base nos vencimentos da função mais alta, desempenhada, pelo menos, durante 05 (cinco) anos;

Como se vê do documento acostado (Cert. Tempo de Serviço com Função Gratificada, expedido Pela Prefeitura Municipal de Cáceres-MT. a Requerente exerceu as funções Assessora de Planejamento da Secretaria de Governo, pelo período de 11/11/1996 à 10/03/1997.

Embora a redação dada ao inciso I do artigo 160 da Lei citada, é do entendimento da Procuradoria desse Município de que independentemente do tempo, que o servidor público municipal permanecer no cargo mais alto, terá a incorporação dessa função recebida pelo mesmo, ao seus vencimentos.

Desta forma pelo exposto é que requer a vossa Excelência defira o presente, determinado ao Departamento Pessoal, dessa Prefeitura para que proceda a incorporação aos vencimentos da Requerente das vantagens funcionais relativas ao cargo de Assessora de Planejamento da Secretaria de Governo do Município de Cáceres-MT, como medida da mais límpida JUSTIÇA.

Cáceres-MT., 05 de maio de 2008.

ANA SUELY GATTAZSS ALVARES

Pelos termos utilizados pela servidora em sua petição, pelo entendimento no parecer Técnico Jurídico, pelo Ato Administrativo concedendo a incorporação, faremos análise minuciosa aos requisitos exigidos no artigo 160 da LC nº. 25/1997 com os períodos trabalhados com função gratificada e/ou cargo comissionado.

3.3. Da análise ao artigo 160 da Lei Complementar nº. 25/1997.

Dos assentamentos na ficha cadastral (fls. 46/51, 77/82) e dos **períodos trabalhados com funções gratificadas** registradas na certidão de tempo de serviço (fls.72/73) da servidora**, extraem-se os dados demonstrados no quadro abaixo.**

Vejamos.

FUNÇÃO GRATIFICADA	PORTARIA Nº	PERÍODO	TEMPO APROXIMADO
Chefia de Divisão de projeto Socio-econômico	063 de 18.04. 1996	03/04/1996 a 31/07/ 1996	03 meses e 28 dias
Chefia de Divisão de projeto Socio-econômico	163 de 15.07. 1996	01/08/1996 a 30.10. 1996	02 meses e 29 dias
Cargo de Comissão de Assessora de Planejamento da Secretaria de governo	186 de 29.11. 1996	11.11.1996 01.01.1997	01 mês e 20 dias
Chefe da Divisão de Suporte Técnico as SMEC	042 de 11/02/ 2003	03.02.2003 a 03.01. 2005	01 ano e 11 meses
Chefe da Divisão de Convênio da SME	036 de 22.02. 2015	01.03.2005 a 09.09. 2008	03 anos 06 meses e 08 dias.
Decreto nº. 566 de 27.08.2008 – Resolve: Determinar a incorporação aos vencimentos da servidora, das vantagens referente ao exercício da respectiva função, a partir de 01.08.2008.			

Restou demonstrado acima que a servidora exerceu função gratificada e cargo comissionado alternadamente pelo período de 06 (seis) anos, 01 (um) mês e 25 (vinte e cinco) dias. Desse período evidencia-se que:

a) 02 (dois) anos, 05 (cinco) meses e 27 (vinte e sete) dias foram alternados na função de chefe de divisão;

b) 03 (três) anos 06 (seis) meses e 08 (oito) dias foram ininterruptos na função de chefe de divisão.

c) 01 (um) mês e 20 (vinte) dias em cargo comissionado de assessora de planejamento da secretaria de governo.

Analisemos o lecionado no Estatuto do Servidor Público Municipal da Prefeitura de Cáceres (L.C. nº. 25/1997), artigo 160 que doutrinava sobre direito da incorporação de função gratificada às remunerações dos servidores públicos municipais, vejamos *in verbis.*

Art. 160 O servidor público municipal ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do município que durante 05 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) alternados, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, à remuneração do cargo, para todos os efeitos legais, as vantagens pecuniárias da função de confiança, obedecido o seguinte:

I - a incorporação far-se-á com base nos vencimentos da função mais alta, desempenhada, pelo menos, durante 05 (cinco) anos;

II - o servidor deverá ter completado pelo menos 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para sua aposentadoria voluntária.

Em análise sumária aos documentos acostados aos autos, evidencia-se que **não houve por parte da servidora o exercício ininterrupto de 05 (cinco) anos na função de chefe de divisão nem 10 (dez) anos alternados com funções gratificadas,** sendo requisitos exigidos para obtenção do direito à incorporação da função gratificada à remuneração.

O assentamento em sua ficha cadastral demonstrou que na ocasião do ato de incorporação da função gratificada à remuneração**, a servidora não contemplava o caput do artigo 160 quanto aos períodos trabalhados com função gratificada.**

Em sua petição a servidora pontuou por **"medida de mais límpida justiça"** *que fosse incorporado a sua remuneração "**as vantagens funcionais relativas ao cargo de Assessora de Planejamento da Secretaria de Governo"**.*

Desse pedido, evidencia-se nos assentamentos em sua ficha cadastral que se trata de cargo comissionado exercido pela servidora no período de 01 (um) mês e 20 (vinte) dias, razões para a seguinte indagação. Com base em que legalidade a servidora peticionou direito dessa incorporação junto à administração pública municipal?

Fortes razões para que tal ato seja perquirido nos termos da Lei para esclarecimento do objeto ora analisado.

3.4 Parecer Técnico Jurídico

A servidora peticionou a incorporação do cargo comissionado aclamando ser de "límpida justiça" o seu deferimento, porém jurista da **Procuradoria Geral** do Município de Cáceres em análise ao **documento de protocolo nº. 9827/2008** (requerimento da servidora) manifestou pelo atendimento parcial do pedido, constatemos abaixo parte da transcrição do parecer.

DA: Procuradoria Geral do Município

PARA: Secretaria Municipal de Administração

REQUERENTE: Ana Suely Gattass Alvares

REFERÊNCIA: Protocolo nº. 9827/2008

ASSUNTO: Incorporação de Função Gratificada

DATA DO PARECER: 01/07/2008

PARECER JURÍDICO/PGM-ML-2008

"Pedido de incorporação de Função Gratificada, formulado pela servidora Ana Suely Gattass Alvares".

DO PEDIDO

(...)

DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 25/1997.

(...).

Fica claramente demonstrado que a lei em questão estabelece requisitos de observância obrigatória à concessão da incorporação de Função Gratificada ou de Cargo Comissionado, ou seja:

-Que o servidor integre o quadro efetivo da administração;

-Que a função/cargo tenham sido desempenhados por 05 anos ininterruptos ou 10 anos alternados;

-Que a incorporação far-se-á com base na função mais alta;

-Que o servidor já tenha completado pelo menos 1/3 do tempo se serviço necessário à aposentadoria voluntária.

DA SITUAÇÃO DA REQUERENTE:

Analisando as informações que instruem o pedido da Requerente, especificamente as constantes da C.T.S.F.G., tem se que a Servidora exerceu Função Gratificada, até a data da confecção da Certidão de Tempo de Serviço com Função Gratificada (16/04/2008), por 05 anos, 09 meses e 07 dias alternados, sendo 05 anos e 07 meses como Chefe de Divisão e 01 mês e 21 dias como Assessora de Planejamento.

Do tempo total considerado, encontram-se períodos de interrupção entre uma designação e outra, contudo, considerando o período compreendido entre a Portaria nº. 042/2003 até a presente data, o lapso entre 03/01/2005 a 01/03/2005 não será considerado como interrupção do lapso temporal para contagem do tempo em que a servidora exerceu ininterruptamente a função de confiança em razão da mesma, mesmo exonerada do cargo, ter de fato respondido pela chefia da referida função durante o período assinalado. Esclarecemos ainda que todas as funções gratificadas dos servidores municipais foram revogadas no período citado, em decorrência da Portaria nº. 004 de 03/01/2005.

DO ENTENDIMENTO:

Diante do exposto, tendo a requerente preenchido os requisitos legais à incorporação pretendida, e considerando o período acima referido, ou seja, 05 (cinco) anos ininterruptos no cargo DE CHEFE DE DIVISÃO, manifestamo-nos pela procedência parcial da pretensão manifestada pela Servidora Ana Suely Gattass Alvares, vez que a legalidade da incorporação subsiste na Chefia de Divisão e não na Assessoria de Planejamento como pretende.

Alertamos somente para que seja verificada a disponibilidade financeira/orçamentária acerca de gastos com pessoal, bem como as disposições da LRF 101/00.

É O PARECER À APRECIAÇÃO SUPERIOR

MARIA LUIZA VILA RAMOS DE FARO

Procuradora Municipal

OAB/MT. Nº. 2720

Em seu parecer a jurista manifesta que a servidora não preencheu os requisitos para a incorporação pretendida de Assessora de Planejamento, mais, preencheu os requisitos para obter a incorporação da função gratificada de chefe de divisão, afirmando que a mesma permaneceu nessa função por 05 (cinco) anos ininterruptos.

O entendimento exarado pela Douta Causídica encontra-se divergente dos registros assentados na ficha cadastral e na certidão de tempo de serviço com função gratificada da servidora, uma vez que restaram demonstrados nos citados documentos que a servidora não permaneceu na função de chefe de divisão por 05 (cinco) anos ininterruptos.

Do arguido pela defesa quanto ao parecer da Procuradoria Geral do Município que firmou posicionamento quanto a procedência do pedido de incorporação, somos sabedores que se trata de parecer técnico jurídico, sem efeito de Lei e que não pode ser utilizado como solidificador de legalidade e/ou regularidade da incorporação em análise.

Opiniões exaradas por um operador do direito, são passíveis de revisão e revogação, sob pena de responsabilidade civil por erros grosseiros.

Razões pelas quais prosseguimos com a análise dos autos.

3.5 Do Ato Administrativo de incorporação.

Consta às –fls.69 dos autos, Decreto nº. 566 de 27 de agosto de 2008 determinando a incorporação da função gratificada à remuneração da servidora.

No citado Decreto, consigna o motivo do Ato Administrativo, nos termos transcrito em *litteris.*

(...).

DECRETO Nº. 566

DE 27 DE AGOSTO DE 2008

CONSIDERANDO o que consta dos processos sob Protocolo Geral nºs. 13.355 de 01.07.08, 9827 de 13.05.08, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

ART. 1º - Determinar a incorporação aos vencimentos das servidoras abaixo relacionadas, das vantagens referentes ao exercício das respectivas funções nas secretarias, de acordo com a Lei Complementar nº. 25, de 27 de novembro de 1997, em seu artigo 160.

NOME	FUNÇÃO	SECRETARIA	A PARTIR DE
Nadir Marcelino alecrim	Divisão de Cadastro e Controle Funcional	Secretaria Municipal de Administração	01.08.08
Ana Suely Gattass Alvares	Divisão de convênios	Secretaria de Educação	01.08.08

(...)

RICARDO LUIZ HENRY

Prefeito Municipal

Evidencia-se que o Ato Administrativo Municipal foi provocado por dois protocolos, sendo o primeiro de nº. **13.355 de 01.07.08** e osegundo **de nº. 9827 de 13.05.08.**

Desses dois protocolos o primeiro não consta suas razões no PAD em análise, o segundo trata-se do número do protocolo da petição da servidora.

Fatos esses que terão a devida atenção no decorrer da instrução dos autos.

4. DAS DELIBERAÇÕES PELA COMISSÃO DE INQUÉRITO.

As manifestações trazidas pela servidora por meio de Defesa Técnica, não são suficientes por ora para demonstrar que as provas apresentadas pela Administração Pública são eivadas de irregularidades ou vícios, considerando a fé pública dos atos praticados pelo erário, além do mais, não apresentaram fatos modificativos ou extintivos da Portaria de instauração e dos documentos que a instruem.

De análise aos documentos carreados aos autos e do lecionados no Dispositivo Legal (LC. nº. 25/1997), **em preliminar não restou demonstrado que a servidora preencheu os requisitos necessários para aquisição da incorporação de função gratificada a sua remuneração**, razões que **esta Comissão de Inquérito delibera** conforme segue.

a) Receber as denúncias encaminhadas na Portaria de instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº. 009/2016 em desfavor da servidora Ana Suely Gattass Alvares.

b) Receber as manifestações de Defesa com juntada aos autos de todos os documentos encaminhados.

c) Indeferir o pedido de prescrição administrativa nos termos arguido pela defesa.

d) Juntar esta Ata Indiciatória nº. 003/2019/CPIAD aos autos do Processo Administrativo Disciplinar 009/2016 em desfavor da servidora Ana Suely Gattass Alvares.

e) INDICIAR a servidora Ana Suely Gattass Alvares, brasileira, casada, com Cadastro de Pessoa Física sob n. 432.568.801-34, com Carteira de Registro Geral sob nº 767.433 SSP/MT, residente e domiciliada à Rua São Pedro nº. 674 bairro Cavalhada em Cáceres/MT. CEP: 78.200.000, aprovada em concurso público homologado pelo Decreto nº. 217 de 27 de agosto de 1993, admitida a partir de 06 de fevereiro de 1995 para o cargo de professora Licenciada em Biologiados seguintes fatos acusatórios:

1º FATO - utilizar da função pública para requerer incorporação de função gratificada a sua remuneração;

2º FATO - não exercer a função gratificada de chefe de divisão por 05 (cinco) anos *consecutivos ou 10 (dez) alternados;*

a) CITAR a servidora para que apresente Defesa Prévia no prazo de 15 (quinze) dias

dos seguintes fatos acusatórios:

***b) Encaminhar** cópia desta Ata Indiciatória e da Carta de Citação à Defesa Técnica.*

O Inquérito Administrativo Disciplinar é o meio necessário para proporcionar à servidora Ana Suely Gattass Alvares, a ampla defesa e o contraditório com os meios de provas admitidas em direito, para que demonstre perante a Administração Pública Municipal a legalidade da incorporação da função gratificada a sua remuneração.

Nada mais a tratar encerra-se esta reunião, cumprindo por todo deliberado.

ODENISE JARA GOMES LENTE

Presidente da CPIAD

MARLON APARECIDO LUZ

Secretário da CPIAD

GIRLANE VIEIRA PEREIRA

Membro da CPIAD

DECRETO Nº. 731 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo Disciplinar nº 027/2015, instaurado Inquérito pela Portaria nº 364/2015 e o Processo Administrativo Disciplinar nº 009/2016, instaurado pela Portaria nº 133/2016 da Prefeitura Municipal de Cáceres transitou em julgado,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao memorando sob nº 33.727 de 11 de dezembro de 2019,

R E S O L V E:

ART. 1º Demitir a servidora **LUCIANA DE SOUZA GATTASS CREPALDI** – Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, por infrações disciplinares ao artigo 179 inciso XII, artigo 180, artigo 198 inciso X e XIII todos da Lei Complementar Municipal nº 25 de 27 de novembro de 1997, sem prejuízo de ação penal cabível.

ART. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, ficando os seus efeitos condicionados ao trânsito em julgado de eventual sentença de improcedência nos autos da Ação Ordinária de Nulidade de Processo Administrativo Disciplinar c/c Reintegração ao Cargo Público com Pedido de Tutela de Urgência, que tramita junto à 4ªº Vara de Cáceres – Feitos da Fazenda Pública, sob o nº 1006067-02.2019.811.0006.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de dezembro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 11.12.2019

DECRETO Nº. 732 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo Disciplinar nº 027/2015, instaurado Inquérito pela Portaria nº 364/2015 e Processo Administrativo Disciplinar nº 009/2016, instaurado pela Portaria nº 133/2016, da Prefeitura Municipal de Cáceres transitou em julgado,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao memorando sob nº 33.727 de 11 de dezembro de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Declarar nulo o Decreto nº 442 de 24 de junho de 2008, que determinou a incorporação da remuneração da servidora **LUCIANA DE SOUZA GATTASS CREPALDI**, das vantagens do Cargo Comissionado de Secretária Municipal, revogando seus efeitos, por violação ao art. 37, XIII, da Constituição Federal e art. 160, I, da Lei Complementar nº 25/1997.

ART. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de dezembro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 11.12.2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 443 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE DEZEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acréscimo da carga horáriapor prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo no Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **FLAVIANE CAVALCANTI GONÇALVES,** Licenciada em Pedagogia da EM Duque de Caxias, acréscimo de **10 horas/excedentes** no período de 04/12/2019 a 13/12/2019, em substituição a Ana Lucia Faria Ortiz Lopes que encontra se de Atestado Médico.

Cáceres, 04 de Dezembro de 2019

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____

RG Nº:_____

CPF Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 69/2019 - MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Fazenda

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Registros de Preço para Aquisição de placas de sinalização do trânsito, com fornecimento de suportes com parafusos, para a Prefeitura Municipal De Cáceres MT, pertinentes a prevenção de acidentes do trânsito da nossa cidade, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

Realização: 27 de Dezembro de 2019 às 09:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentais.org.br/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 11 de Dezembro de 2019.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 25/2019

PORTARIA Nº 495 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao memorando nº 33.530, de 10 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores **BRUNO RENOSTRO BARBOSA, MARCELO CHRISTIAN LOPES SOUTO, JOAQUIM FRANCISCO DA COSTA NETO** como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da obra e a senhora **Suely Maria de Oliveira** como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
199/19	ISOFEN ENERGY ENGENHARIA DE SUSTENTABILIDADE LTDA.	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para **EXECUÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UMA USINA MINIGERADORA FOTOVOLTAICA DE 2.335 KWP NAS DEPEDENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES E NA SICMATUR,** de acordo com o Projeto Executivo, Memorial Descritivo, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência.	02/12/19	17 meses

§ 1º Os servidores acima designados deve acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Infraestrutura e Logística e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência dos servidores responsáveis pela fiscalização, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de dezembro de 2019.

WESLEY DE SOUSA LOPES

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Afixado em: 10.12.19

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 420 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 258,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **ROSILENE DA SILVA CAMPOS,** Licenciada em Pedagogia na E.M Duque de Caxias, acréscimo de 10 **horas/semanais** no período de 26/11/2019 a 19/12/2019, em substituição a professora Marinete da Silva Rego que encontra se de atestado médico.

Cáceres, 26 de Novembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____

RG Nº:_____

CPF Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 429 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE DEZEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N°001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 219,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **FABIANE ARAÚJO DE QUEIROZ,** Licenciada em Pedagogia na E.M. Garcês, **acréscimo de 10 horas/semanais** com efeito retroativo no período de 25/11/2019 a 04/12/2019, objetivando completar calendário escolar.

Cáceres, 25 de Novembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____

RG Nº:_____

CPF Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 442 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE DEZEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 142** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **MARCIA BATISTA SALES,** Licenciada em Pedagogia na E.M Duque de Caxias, acréscimo de **20 horas/Semanais** no período de 04/12/2019 a 13/12/2019, em substituição a servidora Ana Lucia Ortiz Faria Ortiz que encontra se de atestado médico.

Cáceres, 04 de Dezembro de 2019

_____

_____

Luzinete jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____

RG Nº:_____

CPF Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 427 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE DEZEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N°001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 62,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **EDENILDA DE OLIVEIRA SANTANA RAMOS** Licenciada em Pedagogia na E.M Paulo Freire, **acréscimo de 20 horas/semanais,** com efeito retroativo no período de 29/11/2019 a 13/12/2019, substituindo professor Frank Anacleto que encontra se de atestado médico.

Cáceres, 29 de Novembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

TORNAR SEM EFEITO - RESOLUÇÃO Nº017 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019/CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO N° 017 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Marcos Antônio Pagaiani, no uso de suas atribuições, torna-se público para conhecimento dos interessados que decidiram tornar sem efeito a publicação da RESOLUÇÃO N° 017 de 27 de novembro de 2019.

Conselho Municipal de Saúde de Cáceres, 11 de dezembro de 2019.

_____

Marcos Antônio Pagaiani

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

AGUAS DO PANTANAL
TERMO DE POSSE

Na presente data, perante o Excelentíssimo Diretor Executivo Sr. Paulo Donizete da Costa, toma posse no cargo efetivo de **Operador de ETA**, o servidor Sr. **Renei Rocha de Carvalho**, inscrito sob CPF nº 004.061. 792-04, nomeado por Concurso Público do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - SSAAP, publicado a Nomeação sob portaria nº 55/2019 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM, em 14 de novembro, páginas nº 40 e 41, tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância às normas vigentes.

Cumpridas as formalidades legais, lavrou-se o presente termo para assinatura do Sr. **Renei Rocha de Carvalho** e da autoridade competente, nos termos do art. 16, inciso I da Lei Complementar nº 25/1997.

Cáceres/MT, 11 de dezembro 2019.

RENEI ROCHA DE CARVALHO

Operador de ETA

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
TERMO DE POSSE

Na presente data, perante o Excelentíssimo Diretor Executivo Sr. Paulo Donizete da Costa, toma posse no cargo efetivo de **Assistente Administrativo**, o servidor Sr. **Wellington Rocha Dias**, inscrito sob CPF nº 850. 012.101-78, nomeado por Concurso Público do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - SSAAP, publicado a Nomeação sob portaria nº 55/2019 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM, em 14 de novembro, páginas nº 40 e 41, tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância às normas vigentes.

Cumpridas as formalidades legais, lavrou-se o presente termo para assinatura do Sr. **Wellington Rocha Dias** e da autoridade competente, nos termos do art. 16, inciso I da Lei Complementar nº 25/1997.

Cáceres/MT, 11 de dezembro 2019.

WELLINGTON ROCHA DIAS

Assistente Administrativo

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA Nº 33 ADITIVOS Nº 329 ADITIVO Nº 329 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS.

Onde se lê Art. 1º Art. 1º Acrescentar a carga horária por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **LECY AUXILIADORA DE CAMPOS SANTOS ,** Licenciado em Pedagogia para exercer suas funções na EM Santos Dumont, acréscimo de **08horas/excedentes** no período de 22/10/2019 a 23/10/2019, na turma 2ºano vespertino em substituição a professora Regiane Bom Despacho Neves Conceição, que encontra se de testado médico .

ERRATA N°33 ADITIVO 329

Leia se: Art. 1º Art. 1º Acrescentar a carga horária por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **LECY AUXILIADORA DE CAMPOS SANTOS ,** Licenciado em Pedagogia para exercer suas funções na EM Santos Dumont, acréscimo de **20horas/excedentes** no período de 22/10/2019 a 23/10/2019, na turma 2ºano vespertino em substituição a professora Regiane Bom Despacho Neves Conceição, que encontra se de testado médico, considerando.

Cáceres, 29 de Novembro de 2019

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

AGUAS DO PANTANAL
TERMO DE POSSE

Na presente data, perante o Excelentíssimo Diretor Executivo Sr. Paulo Donizete da Costa, toma posse no cargo efetivo de **Operador de ETA**, o servidor Sr. **Johny Dias Marinho**, inscrito sob CPF nº 015.332.121-04, nomeado por Concurso Público do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - SSAAP, publicado a Nomeação sob portaria nº 55/2019 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM, em 14 de novembro, páginas nº 40 e 41, tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância às normas vigentes.

Cumpridas as formalidades legais, lavrou-se o presente termo para assinatura do Sr. **Johny Dias Marinho** e da autoridade competente, nos termos do art. 16, inciso I da Lei Complementar nº 25/1997.

Cáceres/MT, 10 de dezembro 2019.

JOHNY DIAS MARINHO

Operador de ETA

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
TERMO DE POSSE

Na presente data, perante o Excelentíssimo Diretor Executivo Sr. Paulo Donizete da Costa, toma posse no cargo efetivo de **Controlador Interno**, o servidor Sr. **Rafael de Faria Mendes**, inscrito sob CPF nº 020.885. 601-30, nomeado por Concurso Público do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - SSAAP, publicado a Nomeação sob portaria nº 55/2019 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM, em 14 de novembro, páginas nº 40 e 41, tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância às normas vigentes.

Cumpridas as formalidades legais, lavrou-se o presente termo para assinatura do Sr. **Rafael de Faria Mendes** e da autoridade competente, nos termos do art. 16, inciso I da Lei Complementar nº 25/1997.

Cáceres/MT, 11 de dezembro 2019.

RAFAEL DE FARIA MENDES

Controlador Interno

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

AGUAS DO PANTANAL
TERMO DE POSSE

Na presente data, perante o Excelentíssimo Diretor Executivo Sr. Paulo Donizete da Costa, toma posse no cargo efetivo de **Auxiliar de Encanador**, o servidor Sr. **Erivan Delfino dos Santos,** inscrito sob CPF nº 271. 724.142-68, nomeado por Concurso Público do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal - SSAAP, publicado a Nomeação sob portaria nº 55/2019 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM, em 14 de novembro, páginas nº 40 e 41, tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância às normas vigentes.

Cumpridas as formalidades legais, lavrou-se o presente termo para assinatura do Sr. **Erivan Delfino dos Santos** e da autoridade competente, nos termos do art. 16, inciso I da Lei Complementar nº 25/1997.

Cáceres/MT, 11 de dezembro 2019.

ÉRIVAN DELFINO DOS SANTOS

Auxiliar de Encanador

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA Nº 34 ADITIVOS Nº 329 ADITIVO Nº 330 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS.

Onde se lê Art. 1º Art. 1º Acrescentar a carga horária por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **LECY AUXILIADORA DE CAMPOS SANTOS ,** Licenciado em Pedagogia para exercer suas funções na EM Santos Dumont, acréscimo de **08horas/excedentes** no período de 22/10/2019 a 23/10/2019, na turma 2ºano vespertino em substituição a professora Regiane Bom Despacho Neves Conceição, que encontra se de testado médico .

ERRATA N°34 ADITIVO 330

Leia se: Art. 1º Art. 1º Acrescentar a carga horária por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **ELIANE SANTANA DA SILVA,** Licenciado em Pedagogia para exercer suas funções na EM Santos Dumont, acréscimo de **20horas/excedentes** no período de 22/10/2019 a 23/10/2019, na turma 2ºano vespertino em substituição a professora Regiane Bom Despacho Neves Conceição, que encontra se de testado médico, considerando.

Cáceres, 29 de Novembro de 2019

_____

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA Nº 36

Onde se lê: ERRATA Nº 30 ADITIVOS Nº 390

ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE OUTUBRO 2019/SME

EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019.

Leia se: ERRATA Nº 36 ADITIVOS Nº 408

ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME

EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horáriapor prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo no Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **MARGARETE FRANK DE SOUZA,** Licenciada em Pedagogia da EM Fazendo Arte, **Adicionar 10 horas/excedentes** para cobrir o horário do sono na turma 3B integral no período de 05/11/2019 a 08/11/2019, em substituição a professora Ana Cristina Catelan, que encontra se de atestado médico.

Cáceres, 04 de dezembro de 2019.

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Secretária Municipal de Educaçã

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA Nº 35 ADITIVOS Nº 396 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA TEMPORÁRIO NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2018

Onde se lê: Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 018,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **AMANDA DA SILVA FREITAS,** Licenciada em pedagogia para exercer suas funções na E.M CAIC, acréscimo de **20 horas/semanais,** no período de 18/11/2019 a 22/11/2019, em substituição a professora Maria Madalena de Oliveira que encontra se de atestado médico

Leia se: Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 018,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **AMANDA DA SILVA FREITAS,** Licenciada em pedagogia para exercer suas funções na E.M CAIC, acréscimo de 20 **horas/semanais,** com efeito retroativo no período de 18/11/2019 a 21/11/2019, em substituição a professora Adair Pires de Moraes que encontra se de atestado médico

Cáceres, 04 de dezembro de 2019.

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 416 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **ELIANE SANTANA DA SILVA,** Licenciado em Pedagogia para exercer suas funções na EM Dom Máximo, acréscimo de **10horas/excedentes** com efeito retroativo no período de 27/11/2019 a 22/12/2019, em substituição a professora Edna Garcia da Silva, que encontra se de testado médico .

Cáceres, 27 de Novembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NO-ME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 441 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE DEZEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 053,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **NADIA FRANCISCA BACELLAR GARCIA,** Licenciada em Pedagogia para exercer suas funções na E.M Jardim Paraíso, acréscimo de 20 horas/semanais no período de 23/11/2019 a 12/12/2019, em substituição a professora Andréia Moreira que se encontra de Atestado Médico.

Cáceres, 27 de Novembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NO-ME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 434 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE DEZEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Adicionar a carga horária por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **MARIA PARECIDA DA SILVA,** Licenciado em Pedagogia para exercer suas funções na EM Brincando e Aprendendo, acréscimo de **10 horas/excedentes** no período de 02/12/2019 a 20/12/2019, em substituição a professora Marcilene Souza de Oliveira e Castro que encontra se de atestado médico.

Cáceres, 02 de Dezembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NO-ME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 441 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE DEZEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 053,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **NADIA FRANCISCA BACELLAR GARCIA,** Licenciada em Pedagogia para exercer suas funções na E.M Jardim Paraíso, acréscimo de 20 horas/semanais no período de 23/11/2019 a 12/12/2019, em substituição a professora Andréia Moreira que se encontra de Atestado Médico.

Cáceres, 27 de Novembro de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NO-ME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 256 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **291**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, ora denominada contratante, e senhor(a) **THAIS DE OLIVEIRA GALEANO** denominado(a) contratado(a), no cargo de Assistente Administrativo para exercer sua função na Secretaria Municipal de Educação, considerando o volume de demandas do setor de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Educação no

final e na abertura do exercício e o atendimento as 39 unidades escolares pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2020 até 31/03/2020 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 9 de Dezembro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____

RG Nº:_____

CPF Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 27/2019

Interessado: Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: **DISPENSA DE LICITAÇÃO,** visando à locação de imóvel para instalação do Ambulatório da Criança da Secretaria de Saúde, no município de Cáceres – MT.

Fundamento: Artigo 24, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, alterações posteriores e também amparados nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

Locador: **ROTARY CLUBE DE CÁCERES – CNPJ: 05.963.589/0001-47**

Valor: R$ **48.458,28** (quarenta e oito mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos)

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, da Lei Federal n° 8.666 /1993.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 11 de dezembro de 2019.

Silvana Maria de Souza

Secretária Municipal de Saúde.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CÁCERES
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 027/2015.

Processo Administrativo nº 027/2015/SMA; Inquérito Administrativo Disciplinar nº 001/2016/CPIAD da Prefeitura Municipal de Cáceres, para Apuração de suposta ilegalidade e/ou irregularidade na incorporação de função gratificada.

Servidora: ANA LUCIA CARDUCCI GOUVEA MANCUSO.

Vistos e etc...

Com supedâneo no artigo 223 da Lei Municipal nº. 25/1997, esta Comissão Processante, após instrução e análise do presente PAD, entende que este encontra-se apto para expedição de Relatório Final, pois não existem vícios processuais capazes de ocasionar nulidade, pois, foi proporcionado a mais ampla defesa e o contraditório a servidora e as advogadas constituídas, com intimações pessoais de todos os atos praticados no decorrer da instrução do presente PAD, respostas através de despachos aos questionamentos, preliminares e arguições de impedimentos apresentadas por parte da defesa. Motivo pelo qual apresentamos o seguinte posicionamento, para posterior Julgamento pelo Chefe do Executivo Municipal.

RELATÓRIO:

1. DA SÍNTESE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Trata-se de Processo Administrativo sob **nº. 027/2015,** instaurado Inquérito Administrativo Disciplinar nos termos da **Portaria nº. 364 de 30 de julho de 2015**, que determinou a esta Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar apurar a existência de ilegalidade e/ou irregularidade na incorporação de função gratificada a remuneração da servidora **ANA LUCIA CARDUCCI GOUVEA MANCUSO.**

Anterior ao presente Processo Administrativo Disciplinar, houve a instauração de Sindicância por meio da Portaria nº 202 de 13/07/2010 determinado pelo Prefeito a época senhor Túlio Aurélio Campos Fontes, para apurar irregularidades na incorporação de função gratificada da servidora Ana Lúcia Carducci Gouvea Mancuso, considerando notificações e apontamentos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Nos referidos processos administrativos foram anexados os seguintes documentos: a) Portarias e Decretos instituindo Comissões Processantes; **b)** Relatório Técnico do TCE (específico à situação da servidora); **c)** Decreto nº 524 de 30 de novembro de 2004; **d)** Certidão de Tempo de Serviço com Função Gratificada; e) Requerimento de incorporação; **f)** Ficha funcional da servidora; **g)** Parecer da Assessoria Geral de Gabinete Homologado pelo EXMO. Senhor Prefeito Francis Maris Cruz; **h)**. Memorando nº 021/CSA/2013;

Neste processo administrativo disciplinar foi proporcionado a servidora e sua defesa técnica o amplo direito de defesa e o contraditório, livre acesso aos autos e o recebimento de todas intimações/notificações dos atos praticados no presente PAD, desde a expedição da Carta de Citação Administrativa (fls. 135/139) para servidora com cópia na íntegra do PAD nº 027/2015.

2. DAS IMPUTAÇÕES:

A Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar recebeu o PAD nº 027/2015 com instauração de Inquérito Administrativo Disciplinar por meio da Portaria nº. 364 de 30 de julho de 2015, e, apreciou as imputações demonstradas pela administração nos autos, deliberou pela análise do referido Processo Administrativo Disciplinar por entender que houve irregularidades no ato administrativo que deu causa a incorporação de função gratificada à remuneração da servidora Ana Lúcia Carducci Gouvea Mancuso conforme registro em Ata de nº 001/2016/CPIAD (fls. 125/134) dos autos.

Conseguinte a servidora foi CITADA com todas as pontuações acusatórias para que desde então exercesse a ampla defesa e o contraditório com todos os meios de provas em direito admitidas (art. 5º, LV – CF). Inicialmente nos termos do artigo 227 da Lei Municipal nº. 25/1997 foi oferecido o prazo de 15 (quinze) dias para que a mesma respondesse ao presente PAD das acusações conforme elencados abaixo:

a) Que no período aproximado de 05 (cinco) anos, 02 (dois) meses e 14 (quatorze) dias consecutivos, a servidora exerceu 03 (três) cargo distintos com Função Gratificada.

b) Que a servidora exerceu o cargo de Coordenadora Jurídica Fiscal da Secretaria Municipal de Finanças, no período de 01/11/1999 à 15/06/2000e no período de 03/12/2001 à 31/12/2004, totalizando um aproximado de 3 (três) anos, 9 (meses) 2 (dois) dias.

c) Que a servidora **não exerceu a Função Gratificada que foi incorporada aos seus vencimentos, durante 05 (cinco) anos consecutivos,** como rege a Lei 25/1997, no caput do art. 160 que dispõe da seguinte forma: ***"O servidor público municipal ocupante de cargo efetivo*** *do quadro permanente do município que* ***durante 05 (cinco) anos consecutivos*** *ou 10 (dez) alternados****, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, à remuneração do cargo, (...)".***

d) Que na data da incorporação da função gratificada aos seus vencimentos, a servidora computava **aproximadamente 05 (cinco) anos, 02 (dois) meses e 27 (vinte e sete) dias de trabalho como servidora efetiva, não havendo registros de prestação de serviços anteriores.** Dessa forma não preencheu os requisitos exigidos no artigo 160, inciso II da Lei Especial nº. 25/1997, que traz o seguinte texto: "*II- o servidor deverá ter completado* ***pelo menos 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para sua aposentadoria voluntária".***

3.DA AMPLA DEFESA E O CONTRADITÓRIO.

A defesa manifesta na **defesa prévia** com os seguintes argumentos:

3.1.1 Da prescrição quinquenal

Preliminarmente a servidora em sua defesa requer arquivamento do presente PAD por motivo de prescrição quinquenal, utilizando como menção a Lei Complementar nº 25/97, artigo 207. Pontua que, apesar da Lei Complementar prever o prazo de 30 dias para a conclusão da sindicância, essa foi instaurada em 13 de julho de 2010 por meio da Portaria nº 202/2010, a qual não tramitou e nem concluiu, vindo finalizar em13.08.2010,

Continuando, afirma que a ciência do Prefeito aos fatos, ocorreu no ato (Decreto nº 515/2004), concedendo a incorporação gratificada à servidora investigada, e, neste caso é a mesma autoridade competente para instaurar o presente PAD.

Informa ainda que em 13.08.2013 completou os 5 (cinco) anos e 09 meses do conhecimento do fato pelo Prefeito Municipal, prazo máximo para a demissão, dessa forma "*não poderá o município continuar com a tramitação deste Inquérito Administrativo, porque está prescrito o seu direito de processar administrativamente a Investigada".*

3.1.2 Da violação ao princípio do juiz natural:

Acusa a defesa, ter havido violação ao princípio do Juiz Natural uma vez que por meio da Portaria nº 133/2016 a autoridade administrativa modificou a composição da Comissão Processante designada pela Portaria nº 598/2015-PAD, que instaurou o presente inquérito.

Pontua que na modificação da composição da Comissão, incluiu o servidor Marlon Aparecido Luz, o qual ocupa cargo comissionado, violando assim o disposto no artigo 211 da Lei Complementar nº 25/97, colocando em risco a segurança jurídica da servidora acusada.

Distingue a defesa que o Administrador neste caso, "*jamais poderia ter modificado sem qualquer motivação legal toda a comissão processante como no presente caso, posto que demonstrou total falta de compromisso com a segurança jurídica, princípio da legalidade e moralidade administrativa".*

3.1.3 Da negativa de vigência ao princípio constitucional da isonomia. A defesa guerreia ainda que, a servidora está sendo tratada de forma discriminatória e desigual, pelo fato de responder o presente inquérito sozinha, sem que os agentes políticos e agentes públicos que assinaram e analisaram o seu pedido não estarem respondendo junto com a mesma, caracterizando negativa de vigência ao Princípio da Isonomia e ato atentatório a dignidade da pessoa humana, uma vez que a senhora Ana Lúcia Carducci está sendo acusada de incorporar de forma irregular e ilegal função gratificada sem observância a Lei Complementar nº 25/97, não sendo a acusada a autoridade que deferiu a incorporação de função gratificada.

3.1.4 Do mérito.

No Mérito, a defesa afirma que a servidora é inocente e não praticou qualquer conduta ilícita no exercício da função, bem como foi nomeada em 22.02.1999 e cumpriu todos os requisitos para ver incorporada a função gratificada.

3.1.5 Da acusação.

Que a acusada não cometeu qualquer ilícito e, faz jus a incorporação da Gratificada Função, uma vez que acusada conta com período maior do que o exigido para a incorporação.

3.2 Do contraditório:

No exercício do direito ao contraditório, a servidora compareceu perante esta Comissão Processante acompanhada das advogadas de defesa, e, ao ser indagada sobre a motivação que a levou requerer a incorporação da função gratificada, e, da certeza que faz jus ao benefício concedido, respondeu:

"Eu requeri a incorporação porque preenchi os requisitos exigidos na época conforme o artigo 160 da Lei complementar nº 25/1997, que deu a incorporação aos meus vencimentos referentes ao exercício da função de Coordenadora Jurídica Fiscal, que todos os cargos que eu exerci foram cargos comissionados e ininterruptos, que exerci no município no período de abril de 1997 à 17 de outubro de 1999 na condição de Defensora Dativa Municipal no Juizado Especial dessa Comarca como Procuradora da Previ Cáceres e Coordenadora do PROCON, e, fui efetivada no dia 18/10/1999 no município e, desde que assumi em 16/11/1999, fui designada para o cargo comissionado de coordenadora jurídica fiscal na Secretaria de Finanças a partir de 01/11/1999. Fui exonerada no dia 30 de junho do Cargo de Coordenadora Jurídica Fiscal; fui nomeada dia 30/06/2000 para exercer o cargo de Gerência de Benefícios da Previ Cáceres e que fui exonerada à partir de 05/02/2001; fui nomeada em cargo de comissão de Procuradora do Instituto Municipal de Previdência Previ Cáceres à partir de 05/02/2001. Em 03/12/2001 fui exonerada do cargo de Procuradora da Previ Cáceres e, em 03/12/2001 fui nomeada para exercer o cargo de Coordenadora Jurídica fiscal da Secretaria de Finanças; fui exonerada no dia 31/12/2004 do cargo de Coordenadora Jurídica Fiscal. Quero ressaltar que vários processos de incorporação foram analisados pelo tribunal de Contas de Mato Grosso, inclusive o meu, que no Relatório do Tribunal de Contas ele apontou no meu processo um lapso de 15 dias, um período de 15/06/2000 à 30/06/2000, do cargo em Comissão de Coordenadora Jurídica Fiscal, diante deste apontamento eu requeri da Secretaria de Administração para que fosse feito o reconhecimento desse período apontado pelo Tribunal, e que a administração abriu uma sindicância para apurar os fatos e que foi feito o reconhecimento na Gestão do Prefeito Túlio Fontes, conforme a Portaria nº 315/2010, onde foi sanado o apontamento do Tribunal de Contas e que o processo também de incorporação foi analisado pela administração e pela Procuradoria homologado pelo Gestor da época. Com relação aos requisitos exigidos do artigo 160 em seu inciso II que o servidor deverá ter completado pelo menos um terço necessário para sua aposentadoria voluntária, o parecer da Procuradoria da época e da atual Gestão, o entendimento é pacífico no sentido que o cumprimento de um terço de serviço necessário para a aposentadoria voluntária equivale a pouco mais de 03 anos, conforme pareceres em anexos, do Procurador Geral do município José Renato de Oliveira Silva datado de 21/11/2013 referente ao protocolo 14676/2003; do Procurador Geral do Município Cleiton Tubino Silva datado de 04/02/2005, Parecer nº 014/2005 da PGM e da Procuradora Geral do Município senhora Helizângela Pouso Gomes de 15/05/2015, processo 11959/2015, que ora requer a juntada dos Pareceres mencionados, bem como o Parecer do Dr. Alexandre Feriguetti Lovo, referente ao período mencionado de 97 à 99, e todos os Pareceres foram homologados

e autorizados pelos Gestores da época. Faço jus a incorporação pleiteada com a boa fé, que sempre pautei nos princípios da Administração Pública, fundamentalmente nos princípios da legalidade e moralidade. Sinto indignada pela situação em que me encontro, depois de muitos anos trabalhando na Administração Pública e ter que passar por esse constrangimento em responder esse inquérito".

3.3 Das Alegações finais:

Nessa fase a defesa manifesta nos seguintes termos:

3.3.1 C*erceamento de defesa pela intimação das alegações finais antes da elaboração pela comissão processante do termo de indiciamento.*

A fase de alegações finais somente é possível após a elaboração do termo de indiciamento, ou seja, da pronúncia feita pela comissão processante que individualiza os atos praticados pela acusada e tipifica a sua conduta para que a servidora tenha pleno conhecimento do que é acusada afim de possibilitar a defendesa.

O processo administrativo disciplinar é a forma jurídica prevista em lei para investigar o servidor público que tenha transgredido os seus deveres funcionais e puni-lo pelas infrações administrativas que cometer.

O processo administrativo é instaurado sempre que a autoridade administrativa tomar conhecimento de uma conduta irregular imputada ao servidor público, mesmo que em tese, guarde correlação com o cargo, emprego ou função, pública do acusado.

A função tida como irregular deve se revestir de tipicidade e antijuricidade administrativa, bem como deve haver indícios de autoria devidamente demonstrados e elementos suficientes que comprovem a materialidade, para que, desde a fase que antecede a instauração do processo administrativo disciplinar, seja revelada uma justa causa, capaz de respaldar o início da investigação disciplinar.

Se na instância criminal, no artigo 41 do Código de Processo Penal exige que a denúncia ou a queixa sigam essa fórmula legal, no processo administrativo disciplinar também haverá de haver a observância deste modelo legal, pois a acusação não poderá ser ato de prepotência ou Arbitrariedade da Administração Pública.

O tipo penal segundo Miguel Reali Júnior, é aquele cuja estrutura não poderá ser uma construção arbitrária e livre, porquanto decorre do real, submetido a uma valoração.

Por sua vez o tipo disciplinar segue o mesmo princípio da segurança jurídica, onde tanto a portaria inaugural como o mandado de citação/intimação, deve conter uma exposição narrativa circunstanciada e demonstrativa da infração disciplinar que será investigada, com o tipo legalmente classificado, ou seja, com a qualificação jurídico administrativa deste.

No direito administrativo disciplinar exige-se que a acusação seja certa, objetiva, circunstanciada e o fato imputado ao servidor público subsumido em um tipo legalmente previsto, decorrendo tais exigências do princípio da legalidade e da segurança jurídica.

Sucede que, apesar de não ter o mesmo formalismo e rigorismo do processo penal, o processo administrativo disciplinar não pode ser um incógnito, para o servidor público acusado. No processo administrativo disciplinar, o qual possui natureza de direito penal geral, também há a obrigatoriedade de se fazer a individualização dos fatos, com a sua descrição circunstanciada e a subsunção no tipo legal administrativo.

Dessa forma a instauração do processo administrativo disciplinar é de competência da autoridade, estabelecida pela lei, que ao tomar conhecimento de infrações disciplinares praticadas pelo servidor público no exercício de sua função ou em decorrência dela, obriga-se a determinar a investigação mais detalhada dos fatos, mediante sindicância ou diretamente mediante a instauração de processo administrativo disciplinar.

Se os elementos probantes forem insubsistentes, o mais recomendável é a instauração de sindicância, que possui tramitação mais célere; quando ela não é punitiva não existe a figura jurídica do acusado, porquanto é concebida para um aprofundamento mais detalhado dos fatos, a fim de verificar se será ou não promovida a instauração do processo administrativo disciplinar, ou haverá o seu arquivamento por insubsistência ou imaterialidade dos fatos.

(...)

Cumpre ressaltar, que antes da abertura para alegações finais, cabe a comissão processante finalizar o encerramento da parte instrutória prevista no artigo 239 da Lei Complementar nº 25/1997, mediante termo de indiciação, onde a comissão processante elenca os atos praticados durante a fase instrutória, os incidentes e individualiza a acusação, imputando a acusada os fatos por ela praticados, que constituem infração administrativa e a sua provável punição, caso haja comprovação de sua autoria, tipicidade e antijuricidade do ato praticado, para que seja viabilizado a defesa da acusada a garantia dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Neste corrolário como poderá a acusada se defender se não foi elaborado o termo de indiciamento, tipificando a sua conduta para que possa então se defender? No presente caso não houve a tipificação, e o que é pior o Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado porque entendeu-se que a servidora recebe gratificação que foi incorporado de forma irregular, ou seja, não existe ato praticado pela servidora a ser investigado, e sim se a servidora tem ou não direito de receber a gratificação incorporada.

Ressalta-se ainda, que o ato administrativo que determinou a incorporação da função gratificada não foi praticado pela acusada, mas do Prefeito Municipal à época de sua Concessão.

Assim está evidente o cerceamento de direito de defesa da servidora Acusada, posto que foi intimada a apresentar Alegações Finais, sem que a Comissão Processante tivesse elaborado o Termo de Indiciação, elencando os atos praticados durante a fase instrutória, os incidentes e individualizando a acusação, imputando a acusada, os fatos por ela praticados, que constituem infração administrativa e a sua provável punição, caso haja comprovação de sua autoria, da tipicidade e antijurisdicidade do ato. Pois, diante da falta do Temo de Indiciação, não se sabe se o objeto deste Processo Administrativo é a conduta de requerer a incorporação da função gratificada ou se é o fato de receber a incorporação gratificada ou se a conduta de ter a incorporação a função gratificada, e isto certamente inviabilizada da defesa da acusada.

Posto isso, requerer a Vossa Excelência que reconheça a violação do princípio da ampla defesa e do contraditório apontada pela Acusada e decrete a nulidade deste Processo Administrativo e seu devido arquivamento.

3.3.2 Quanto a falta de acusação clara e específica:

A acusada não cometeu qualquer ilícito e faz jus a incorporação da Função Gratificada na forma em que foi concedido, haja vista que foram observado os aspectos legais, uma vez que a acusada conta com um período suficiente para garantir a incorporação.

No entanto este Processo Disciplinar nega a acusada a especificação detalhada dos fatos que está sendo acusada, mesmo analisando detidamente os autos, não consegue saber se está sendo acusada por ter formulado o pedido de concessão de incorporação de função gratificada ou se está sendo acusada por ter obtido o benefício ou se está sendo acusada por estar recebendo a verba referente a incorporação gratificada.

Portanto, a acusação imputada pela Comissão Processante não é clara e muito menos específica, o que cerceia a defesa da acusada, porque não tem conhecimento dos fatos pelo qual tem que se defender.

(...)

Diante do exposto, a falta de acusação clara e específica, gera a nulidade do Processo Administrativo Disciplinar, por impedir o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Posto isso, requerer a Vossa Excelência que reconheça a violação do princípio da ampla defesa e do contraditório, em face da ausência de acusação clara e específica e decrete a nulidade deste Processo Administrativo e seu devido arquivamento.

3.3.3 Prescrição quinquenal.

Quanto a esta manifestação, ressalta-se que já foi peticionado na defesa prévia, onde a Comissão Processante posicionou referente a matéria e encaminhou despacho a defesa da servidora na data de 07 de julho de 2016, por meio de intimação juntado (fls. 172) dos autos. Tratando de matéria já debatida preteritamente, onde esta Comissão já se posicionou no sentido de não reconhecer a prescrição na forma pretendida pela defesa.

3.3.4 Da decadência do direito de aplicar a pena.

I – Primeiramente, cumpre esclarecer que a incorporação de função gratificada concedida à Acusada, foi realizada de acordo com o estabelecido no artigo 160, da Lei Complementar Municipal nº 25/97. Portanto, a referida incorporação foi concedida em razão de Lei.

II – Além disso, pelo entendimento pacificado no egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso é constitucional o artigo 160, da Lei Complementar Municipal nº 47/2003 e o artigo 31, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 48/2003.

III – Segundo, apenas em nível de argumentação, mesmo que se entenda que as incorporações de funções gratificadas tenham sido concedidas de forma irregular, ela não pode ser suprimida, pois foram inseridas no patrimônio da Acusada pela Administração Pública e já operou a decadência do direito da Administração Rever os seus atos, ***eis que a referida incorporação foi realizada a mais de 05 anos.***

Mutatis mutandis, esta decadência também impede a anulação judicial da referida incorporação, conforme determina o disposto ao artigo 54, da Lei 9.784/99, in verbis.

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

(...)

3.3.5 Da negativa de vigência ao princípio constitucional da isonomia.

Quanto a esta manifestação, ressalta-se também que já foi peticionado na defesa prévia, e que a Comissão Processante já posicionou quanto a matéria encaminhando a defesa da servidora o despacho na data de 07 de julho de 2016, por meio de intimação acostado às (fls. 172) dos autos. Nesse contexto ratificamos o posicionamento anteriormente adotados pelos seus mesmos fundamentos.

3.3.6 Da ausência de tipicidade da infração administrativa e da antijuridicidade

O Processo Administrativo Disciplinar é instaurado com a finalidade única e exclusiva de apurar infrações administrativas praticadas pela servidora, visando a sua punição na esfera administrativa conforme se depreende do teor do artigo 208 da Lei Complementar 25/1997, in verbis:

Art. *208. O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação mediata com atribuições do seu cargo.*

Portanto, para que haja abertura de Processo Administrativo Disciplinar é necessário que a servidora tenha praticado um ato ou uma omissão, que constitua infração administrativa, que juridicamente recebe o nome de tipicidade.

Ressalte-se, que não basta, que o ato ou a omissão seja tipificado, eles também deverão ser antijurídicos, ou seja, precisam ser proibidos.

(...)

No caso em análise, o único ato praticado pela acusada concernente a incorporação da função gratificada, foi o ato de formular e protocolizar o pedido de incorporação de função gratificada que exerceu durante um longo período, pois o ato de analisar seu pedido de incorporação foi praticado pela Procuradoria Geral do Município, e o ato que deferiu a incorporação da função gratificada foi praticado pelo Prefeito Municipal Túlio Aurélio Campos Fontes, conforme se depreende do documento de folhas 18 destes autos.

Cumpre esclarecer que, o ato de formular e protocolizar pedido de concessão de qualquer benefício, inclusive o de incorporação de função gratificada, ***é um ato atípico, diante disto, despido de qualquer antijuridicidade****, o qual por si só nunca gerará prejuízo ao erário.*

Além disso, o ato de requerer a concessão de benefício funcional não exige da Requerente conhecimento da plausibilidade do seu direito, pois o ato de análise de sua possibilidade jurídica e do preenchimento dos requisitos, para a sua concessão será realizado por um dos Procuradores Municipais, Lotados na Procuradoria Geral do Município de Cáceres, o qual assume a responsabilidade jurídica pelo Ato que praticou, e o Ato que concede este benefício, ratifica a análise jurídica realizada pelo Procurador Municipal e assume a responsabilidade jurídica, financeira e legal pela concessão do referido benefício, motivo pelo qual este Ato só pode ser praticado pela autoridade máxima do Poder Executivo Municipal, que é o Prefeito Municipal.

Assim, qualquer discussão referente a irregularidade na concessão de incorporação da função gratificada, deve restringir aos Atos realizados pelo Procurador Municipal que emitiu Parecer favorável e conclusivo, e pelo Prefeito Municipal que ao conceder o benefício ratificou o entendimento jurídico esposado pelo Procurador, portanto o ato de requerer o benefício jamais poderá ser incluído nesta análise.

Portanto, se a finalidade deste Processo Administrativo Disciplinar é verificar se o benefício foi fornecido sem o preenchimento dos requisitos previsto no artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997, os Atos a serem investigados são: 1) o ato que analisou juridicamente o preenchimento dos requisitos previstos no artigo 160, da Lei Complementar nº 25/1997, ou seja, Parecer emitido pela Procuradoria Geral do Município; e b) o Ato que concedeu o benefício, ou seja, o Decreto que determinou a incorporação da função gratificada. Desta forma, a servidora Ana Lúcia jamais poderia ter figurado no polo passivo deste Processo Administrativo Disciplinar, uma vez que não praticou nenhum desses atos.

Posto isso, requerer a Vossa Excelência que absolva a Acusada dos fatos a ela imputados, haja vista que o ato de formular e protocolizar pedido de concessão incorporação de função gratificada, é um ato atípico e despido de qualquer antijuridicidade, em que face disto, jamais poderá ser considerado infração administrativa, do mesmo modo, que não poderá ensejar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, conforme se depreende do teor do artigo 208 da Lei complementar nº 25/1997.

3.3.7 Do preenchimento dos requisitos para a concessão da incorporação da função gratificada.

Cumpre esclarecer, que a Acusada faz jus ao benefício concedido uma vez que possui período suficiente, para garantir a referida incorporação, como será adiante demonstrado.

O Tribunal de Contas do Estado nos documentos de folhas 08/10 aponta irregularidade na concessão da incorporação de função gratificada da Acusada, argumentando que faltava 15 dias, para efetuar o preenchimento do transcurso de tempo previsto no caput do artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997.

Em face desta irregularidade foi instaurada a Sindicância Administrativa por meio da Portaria nº 220, de 14/07/2010, a qual comprovou que a Acu-

sada realmente, exerceu a função gratificada de Coordenadora Jurídica fiscal da Secretaria de Finanças do Município de Cáceres, durante o período de 15 de junho a 30 de junho de 2002, conforme se repreende do teor do relatório da Comissão de Sindicante anexado as fls. 108/109.

Diante dos fatos confirmados pelo Relatório da Comissão Sindicante, o período apontado pelo TCE, que faltava pelo preenchimento do transcurso de tempo previsto no caput do artigo 160 da Lei complementar 25/1997, foi suprido.

Assim, em razão da conclusão da Comissão Sindicante e em face da Acusada ter protocolizado o pedido de reconhecimento do exercício da função gratificada de Coordenadora jurídica fiscal da Secretaria de Finanças do Município de Cáceres, durante o período de 15 de junho a 30 de junho de 2000 (fls.39), houve a emissão do Parecer nº 18/2010-PGM/GJG, da Lavra do Procurador Municipal Gilberto José da Costa, o qual manifestou pelo deferimento do pedido da Acusada, afim de retificar o ato de exoneração do Cargo acima referido, ou seja, retificar a Portaria nº 090 de 15/06/2000, com a retroatividade do ato, conforme se depreende do documento anexado as fls. 111/121.

Em face ao exposto o Prefeito Municipal Túlio Aurélio Campos Fontes, lavrou e publicou a Portaria nº 315, de 28/09/2010, anexada as fls. 122/123.

Ressalte-se ainda, que a Acusada também cumpriu com o requisito previsto no inciso II, do artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997, haja vista que na data da incorporação da função gratificada, a Acusada já possuía mais de 1/3 do tempo de serviço necessário para a sua aposentadoria voluntária, pois apenas o período trabalhado no Município de Cáceres, perfazia 06 anos e um mês , enquanto que o requisito previsto no inciso II, do artigo 160 da lei Complementar nº 25/1997, que consiste em ter completado 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para aposentadoria voluntária que equivale pouco mais de 03 anos (três anos).

Ressalte-se, que o entendimento acima explicitado é pacífico na Procuradoria geral do Município de Cáceres, conforme se depreende do Parecer nº 214/2005-PGM da lavra da Procuradora Municipal Izabel Cristina C. Gattass, em anexo in verbis:

"(...) Como mencionado, para que haja a incorporação da função gratificada na remuneração dos servidor, é preciso que o mesmo tenha exercido, cargo de chefia, direção, assessoramento ou assistência durante 05 (cinco) anos consecutivos e completado mais de 1/3(um terço) de tempo de serviço necessário para a aposentadoria voluntária, ou seja, pouco mais de 03 (três) anos. "

Quanto ao questionamento da incorporação ter sido efetuada na função mais alta desempenhada pela Acusada, por considerar a Comissão Processante que este direito assiste apenas quem permaneceu na função gratificada mais alta por 05 anos, este entendimento é equivocado, pois o inciso I, do artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997, apenas exige esse interstício de tempo, para ter direito a incorporação, uma vez preenchido esse requisito, a incorporação poderá incidir sobre a função gratificada mais alta.

Diante do exposto, está devidamente demonstrado que a época em que foi deferido a incorporação da função gratificada, a Acusada preenchia todos os requisitos exigidos pelo artigo 160, caput e inciso I e II, da Lei Complementar nº 25/1997.

Posto isso, requer a absolvição da Acusada dos fatos a ela imputados, haja vista que a Acusada a época da incorporação preenchia todos os requisitos exigidos pelo artigo 160, caput e inciso I e II, da Lei Complementar nº 25/1997, para a obtenção do benefício nele previsto.

3.3.8 Da incompetência da Administração Pública para processar e julgar acerca da legalidade e regularidade da incorporação da gratificação recebida pela acusada.

O objeto deste Processo administrativo é também objeto de Ação Civil Pública que discute a legalidade e regularidade da incorporação da Função Gratificada, o qual ainda não foi julgado pela primeira instância.

Além disso, esse processo não prevê investigar conduta da servidora em relação a concessão, tanto que não houve por parte da Comissão Processante qualquer pergunta ou indagação, tanto para a acusada quanto para as testemunhas, quanto a motivação da acusada ao requerer o seu direito, se agiu com boa-fé objetiva, se tinha parentesco com quem deferiu o pedido.

Portanto, extrai dos autos, que a Comissão a Processante pretende apenas analisar se houve o cumprimento dos requisitos exigidos pelo artigo 160, caput e inciso I e II, da Lei Complementar nº25/1997, para a concessão do benefício, e isto, já é objeto de análise do Poder Judiciário, pois é alvo de discussão na Ação Civil Pública nº 3179-87.2013.811.0006, código 155624, que tramita na 4ª Vara Civil da Comarca de Cáceres e no Recurso de Agravo de Instrumento nº 101808/2013, que Tramita na 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, cuja decisão foi pela mantenção do pagamento de Gratificação.

Diante do exposto a Comissão Processante é totalmente incompetente, para analisar a legalidade e regularidade da concessão da incorporação da Função Gratificada, em face desta aguardar apreciação do Poder Judiciário, a quem competente a última análise dos atos administrativos.

Posto isso, requer que esta Comissão Processante se declare incompetente, para analisar a legalidade e regularidade da concessão da incorporação função gratificada, em face desta aguardar apreciação do Poder Judiciário, a quem competente a última análise dos atos administrativos.

4. DA ANÁLISE DA COMISSÃO PROCESSANTE NA DEFESA PRÉVIA.

4.1 Da prescrição quinquenal

Alega a defesa que em 13.08.2013 completou os 5 (cinco) anos e 09 meses do conhecimento do fato pelo Prefeito Municipal, prazo máximo para a demissão, dessa forma "*não poderá o município continuar com a tramitação deste Inquérito Administrativo, porque está prescrito o seu direito de processar administrativamente a Investigada".* Pois bem, em concordância com a Controladoria Geral da União (CGU), sobre Processo Administrativo Disciplinar, esta Comissão Processante fará algumas explanações sobre o fato.

Inicialmente é imperioso distinguir em um Processo Administrativo Disciplinar/PAD, a ***diferença entre prescrição de penalidades e, apuração dos fatos imputados ao servidor público,*** *vejamos abaixo:*

a) Prescrição de penalidades: *No regime administrativo disciplinar, o estabelecimento da prescrição ocasiona a extinção da punibilidade, ou seja, aplicação da pena, que é procedente do julgamento do PAD pela autoridade competente.*

Nesse sentido, a Lei nº 8.112/90 dispões em litteris:

Art. 142. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto á advertência.

§ 1o O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2o Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3o A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4o Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

Nesse mesmo entendimento leciona a Lei Complementar nº 25/1997, in verbis:

***Art.** 207 A ação disciplinar prescreverá:*

I - em 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II - em 02 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

***§ 1º** O prazo de prescrição começa a correr da data em que o ilícito foi praticado ou do momento em que se tornou conhecido.*

***§ 2º** Os prazos de prescrição previstos na Lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.*

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, este recomeçará a correr, pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

No caso do PAD nº 027/2015 a autoridade competente tomou conhecimento da suposta irregularidade e/ou ilegalidade na incorporação de função gratificada da servidora pública, por meio do Processo nº 71420/2010 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o qual foi cientificado por meio da Notificação nº 616/2010, e conseguinte instaurou sindicância através da Portaria nº 202 de 13 de julho de 2010.

Por outro lado, a Comissão Processante de Sindicância não finalizou os trabalhos, situação essa que levou o Executivo Municipal analisar o PAD na data de 21 de julho de 2015, e, posteriormente encaminhou para instauração de inquérito por meio da Portaria nº 364 de 30/07/2015.

Ao contemplar o § 3º do artigo 207 da Lei Complementar Municipal nº25/1997 e o artigo 142 da Lei nº 8.112/90 já citados, analisa-se que na instauração da sindicância foi interrompida a prescrição, permanecendo até a apreciação do Prefeito em 21/07/2015, e consecutivamente com a instauração do presente inquérito, sendo assim, cumpra-se o disposto no § 4ºda Lei Especial que orienta da seguinte forma: "Interrompido o curso da prescrição, este recomeçará a correr, pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção", ou seja, recomeçará a correr no momento em que o presente PAD for julgado.

***b) Apuração dos fatos:** Quanto ao fato trazido pela defesa técnica de que: " em 13.08.2013 completou os 5 (cinco) anos e 09 meses do conhecimento do fato pelo Prefeito Municipal, **prazo máximo para a demissão**, dessa forma "**não poderá o município continuar com a tramitação deste Inquérito Administrativo, porque está prescrito o seu direito de processar administrativamente a Investigada".** (grifos nosso) Dessas alegações somos de comum acordo com o entendimento da CGU, em treinamento de PAD que tem o seguinte posicionamento:*

"Se a prescrição extinguisse a apuração, se configuraria pré-julgamento de culpa, como se o processo somente se justificasse como instrumento para aplicação de pena. Ademais, é direito e interesse do bom servidor a conclusão da apuração que declare sua inocência ".

Nesse entendimento, não cabe a administração pública municipal realizar pré-julgamentos, mas, o de finalizar o presente PAD, interesse esse que subentendemos ser também da servidora inquirida. Sendo assim, não aceitamos o pedido de prescrição na linha de entendimento trazido pela defesa técnica na defesa prévia, pois, se assim o fizéssemos estaríamos pré-julgando a servidora, como se o PAD fosse passível de aplicação da pena de "demissão", sem a realização da análise dos autos pela CPIAD, sem a oportunidade da ampla defesa e do contraditório à servidora, bem como, sem o julgamento do relatório final pela autoridade competente, como manifestado. Dessa forma estaríamos na contra mão da Legalidade, pois, a Administração Pública Municipal de Cáceres deve velar pelo cumprimento da Lei, e, conforme a Lei Especial nº 25/1997 em seu artigo 135, ela deve rever seus atos a qualquer tempo, vejamos litteris:

Art. 135 A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

4.2 Da violação ao princípio do juiz natural:

Quanto a este fato levantado na defesa prévia, ilustramos que a composição da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar é de fato designada pelo chefe do Executivo Municipal, por meio de Portaria, ato público, em atendimento ao princípio Constitucional da publicidade.

No âmbito administrativo, percebe-se a resistência dos servidores em participarem da Comissão de Inquérito pelo motivo de serem servidores de carreira e, ao fazerem parte da Comissão Processante, deverão deliberar pelo prosseguimento ou não do inquérito, e caso prossiga, deverá analisar, instruir e relatar o PAD instaurado em desfavor de colegas de trabalho que respondem a procedimento administrativo disciplinar perante a Administração Pública Municipal.

Mesmo diante das dificuldades exposta acima, qual seja, aceitação por parte de servidores efetivos para serem membros da Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar, deve ser seguido a constituição da Comissão Processante que obedece ao princípio legal disposto no artigo 211 da Lei nº. 25/1997, que assim dispõe:

"O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 03 (três) servidores estáveis, designados pelo Prefeito Municipal, que indicará dentre eles, o seu presidente".

Continuando no § 2º, preceitua que:

***"**Não poderá participar da comissão de sindicância ou de inquérito administrativo, parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau".*

Quanto a responsabilidade da Comissão Processante, no artigo 212 do mesmo dispositivo legal, dispõe:

***"**A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração".*

Informamos que esta Comissão Processante, atende aos princípios legais, e, os seus membros são servidores ingressados no serviço público municipal por meio de provas, ou de provas e títulos, e encontram-se estáveis no cargo, ou seja, concluíram o período probatório.

Do arguido pela defesa sobre "violação ao princípio do Juíz Natural, uma vez que por meio da Portaria nº 133/2016 o Prefeito modificou a composição da Comissão Processante designada pela Portaria nº 598/2015-PAD, que instaurou o presente inquérito, e nessa modificação incluiu o servidor Marlon Aparecido Luz, o qual ocupa cargo comissionado, violando o disposto no artigo 211 da Lei Complementar nº 25/97, colocando em risco a segurança jurídica da servidora Acusada", esclareceremos.

A servidora pública municipal Ana Lúcia Carducci Gouvêa Mancuso, responde atualmente ao Processo Administrativo Disciplinar/PAD nº 027/2015 instaurado inquérito por meio da Portaria nº 364 de 30 de julho de 2015, assinada pela Secretária Municipal de Administração;

O Processo Administrativo nº 027/2015, não trata exclusivamente de fatos relativos a servidora indigitada, e sim, para apurar supostas ilegalidades e/ou irregularidades na incorporação de função gratificada aos vencimentos de 09 (nove) servidores, e por meio da Portaria nº 202 de 13.07.2010, foi instaurado sindicância em desfavor da servidora ora inquirida.

Em reunião na data de 31.03.2016, esta Comissão Processante em atendimento ao Princípio Constitucional da Individualização da pena previsto no artigo 5º, inciso XLVI, deliberou em analisar separadamente os fatos imputado aos servidores acusados no PAD nº 027/2015.

Conseguinte em reunião na data de 11.04.2016, esta Comissão Processante deliberou pelo prosseguimento do inquérito administrativo disciplinar em desfavor da servidora em questão, proporcionando-a a ampla defesa e o contraditório das imputações perpetradas nos presentes autos. Dessa forma, estiveram sempre presentes nessas reuniões deliberativas, três membros desta Comissão Processante, os quais mostraremos abaixo:

1.*Reunião na data de* ***31.03.2016****, assinaram a Ata de n****° 001/2016,*** *(fls. 32/verso) os membros: Odenise Jara Gomes Lente; Benedito da Cunha e Silva Filho e Fátima Arruda da Silva.*

2*.Reunião na data de* ***11.04.2016,*** *assinaram a Ata de n****° 002/2016,*** *(fls. 126/134) os membros: Odenise Jara Gomes Lente; Benedito da Cunha e Silva Filho e Marlon Aparecido Luz.*

Da composição desta Comissão Processante, cabe informar a defesa as seguintes Portaria, conforme segue: I -

Portaria nº 279 de 02.07.2015*. Resolve: Designar os servidores relacionados abaixo, para constituir a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar (...) a partir desta data.*

PRESIDENTE Odenise Jara Gomes Lente

MEMBROS TITULARES Benedito da Cunha e Silva Filho

Fátima Arruda da Silva. II**- Portaria nº 409 de 04.09.2015.** Resolve: Incluir na Portaria nº 279 de 02.07.2015, o servidor relacionado abaixo, para constituir a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar (...), a partir desta data. SUPLENTE: Marlon Aparecido Luz. III - **Portaria nº 598 de 16.12.2015**. Resolve: Determinar os servidores relacionados abaixo para constituir a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar, destinada a apurar as irregularidades narradas em processos e documentos da Prefeitura Municipal de Cáceres pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 02 de dezembro de 2015. PRESIDENTE Odenise Jara Gomes Lente. MEMBROS TITULARES Benedito da Cunha e Silva Filho Fátima Arruda da Silva. SUPLENTE Marlon Aparecido Luz. Pelo todo exposto, não conseguimos vislumbrar nos atos administrativos que designaram os membros que constituem a CPIAD, a "Violação ao Princípio do Juiz Natural" indiciado pela defesa. E, no caso em tela, o servidor Marlon Aparecido Luz, membro suplente da CPIAD foi convocado para substituir a membra titular, senhora Fátima Arruda da Silva, em seu período de férias. Sendo assim, por unanimidade os membros desta Comissão **NÃO RECONHECEM a "Violação ao Princípio do Juiz Natural",** argumentado pela defesa, por se tratar de ato discricionário da administração pública, e, a substituição temporária da referida membra da Comissão não ocorreu para fins específicos de análise do presente PAD, e sim, por meio de procedimentos anteriores para fins de gozo de direito (férias), o qual foi deferido para esse período, além de que, os trabalhos da Comissão não podem ser paralisados, e nem, os servidores estáveis estabelecidos na Comissão terem seus direitos prejudicados.

4.3 Da negativa de vigência ao princípio constitucional da isonomia.

Acusa a defesa que a servidora está sendo tratada de forma discriminatória e desigual, pelo fato de responder o presente inquérito sozinha, sem que os agentes políticos e agentes públicos que assinaram e analisaram o seu pedido não estarem também respondendo PAD.

Analisa-se nos presentes autos, suposta ilegalidade e/ou irregularidades na incorporação de função gratificada aos vencimentos da servidora Ana Lúcia Carducci Gouvêa Mancuso, conforme já relatado por esta CPIAD na Ata de nº 002/2016, (fls. 126/134) dos autos, de ciência da servidora, que entendemos desnecessário pontuá-las novamente, para não sermos redundantes ou repetitivos quanto as acusações existentes neste PAD em desfavor da mesma.

Do arguido pela defesa onde se refere a agentes públicos e agente políticos não estarem respondendo junto com a servidora neste Procedimento Administrativo Disciplinar, torna-se necessário citar a Lei nº. 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, que possui a seguinte redação, *litteris*:

Art. 2° Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, **ainda que transitoriamente** ou sem remuneração, por eleição, **nomeação**, designação, contratação **ou qualquer outra forma de investidura** ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Em continuidade ainda dispõe:

Art. 3° **As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta**.

No caso de agente público que exerceu cargo por período temporário, sendo de livre nomeação e exoneração do Executivo Municipal, e do agente político de cargo eletivo, também deverá ser aplicado o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, e, comprovado conduta dolosa ou culposa, enquadrando nos termos do art. 10 do referido diploma legal.

Tendo a Lei a seguinte redação, *in verbis*:

Art. 10. ***Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa****, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:*

(...)

Sendo necessário trazer à baila a independência das esferas Penal e Administrativa, onde já posicionou o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme acórdão abaixo transcrito:

ADMINISTRATIVO. POLICIAIS FEDERAIS. PECULATO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AÇÃO PENAL E PROCESSO DISCIPLINAR. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS DEMISSÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. 1. **Doutrina e jurisprudência são unânimes quanto à independência das esferas penal e administrativa; a punição disciplinar não depende de processo civil ou criminal a que se sujeite o servidor pela mesma falta, nem obriga a Administração Pública a aguardar o desfecho dos mesmos**. 2. Segurança denegada.

(STJ - MS: 7138 DF 2000/0084722-4, Relator: Ministro EDSON VIDIGAL, Data de Julgamento: 28/02/2001, S3 - TERCEIRA SEÇÃO Data de Publicação: DJ 19/03/2001 p. 74 JBCC vol. 189 p. 387). (grifos nossos).

Todavia, agente público e agente político, mencionado pela defesa, trata-se de ex-funcionários que não estão adstritas as regras estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº. 25/1997, pois não recairá sobre os mesmos possíveis penalidades e/ou infração disciplinares no âmbito administrativo, motivo pelo qual entendemos que ao final se ficar comprovadas as imputações que deram causam a este e a outros procedimentos, esta Comissão de ofício solicitará o encaminhamento das apurações realizadas ao Ministério Público Estadual, para as medidas que entender necessárias, conforme previsto no art. 213 da Lei nº. 25/1997, que possui o seguinte texto legal:

Art. *213 Se, de imediato ou no curso de processo disciplinar, ficar evidenciado que a irregularidade envolve crime, a autoridade instauradora comunicará o fato ao Ministério Público.*

Dessa forma, não cabe a esta Comissão a abertura de inquérito administrativo disciplinar em desfavor de funcionários ou servidores, pois esta competência é do Chefe da Pasta ou do Prefeito Municipal, autoridades competentes, pois, a esta Comissão incumbe, analisar, instruir e relatar o feito.

4.4 Do mérito:

Na defesa prévia apresentada, a defesa da servidora não trouxe fatos novos capazes de modificar a instauração do presente PAD, bem como não apresentou provas robustas e incontestes, capazes de demonstrar de plano que os atos que deram causa a incorporação de função gratificada

atenderam as legalidades previstas em Lei, sendo assim, o prosseguimento do presente PAD foi necessário para propiciar a servidora a mais ampla defesa e o contraditório, com oitiva de testemunhas, interrogatório, produções de provas e manifestações.

Prosseguindo a análise

5. DO CONTRADITÓRIO:

Já foi descrito na íntegra neste relatório a fala da servidora perante esta Comissão Processante ao ser interrogada, onde afirmou ter *requerido a incorporação pelo fato de ter preenchido os requisitos exigidos na Lei nº 25/1997, artigo 160, e, com relação aos requisitos exigidos no artigo 160 inciso II que o servidor deverá ter completado pelo menos um terço necessário para a sua aposentadoria voluntária, o parecer da Procuradoria da época e da atual Gestão equivale a pouco mais de 03 anos.* Nesse sentido a servidora declara ainda que faz jus a incorporação pleiteada com boa fé (...).

Pois bem,

Ao receber o presente PAD, esta Comissão Processante deliberou pela análise individual da situação de cada servidor público municipal que teve instaurado em seu desfavor inquérito administrativo disciplinar ocorrido por meio da Portaria nº 364/2015, bem como, apreciou as imputações a luz da Lei Complementar nº25/1997, artigo 160. Ressalta-se que a mencionado dispositivo legal foi utilizado à época como supedâneo para conceder a servidora o benefício que estava pleiteando.

A Administração Pública Municipal imputou sobre a servidora, suposta irregularidade e/ou ilegalidade na incorporação da função gratificada à sua remuneração, e, por meio de análise minuciosa aos documentos acostados aos autos, esta Comissão Processante ponderou que as imputações feitas não eram evasivas e nem de cunho arbitrário para prejudicar a vida funcional da servidora, pois conseguiu constatar a existência de divergência entre o benefício concedido e os dispositivos constante nas Lei Especial, bem como a falta de preenchimento dos requisitos por parte da servidora na ocasião em que lhe foi concedido a incorporação de função gratificada.

Dessa forma, entendemos que a afirmativa da servidora não está coberta pelo manto da legalidade e da regularidade, pois, não demonstrou no decorrer da análise deste Processo Administrativo Disciplinar ter preenchido os requisitos exigidos no artigo 160 da Lei nº 25/1997, para fazer jus a incorporação de função gratificada, conforme dito.

Quanto aos pareceres técnico jurídico expedido por profissionais que prestavam ou prestam serviços na Procuradoria Geral do Município de Cáceres, afirmando que o requisito exigido no artigo 160 incisos II da Lei nº 25/1997, equivale a pouco mais de 03 anos de serviço prestados, posicionaremos mais adiante, pelo fato da defesa técnica também ter arguido sobre a matéria em suas alegações finais.

6. DAS ALEGAÇÕES FINAIS.

Dos fatos novos trazidos pela defesa técnica nas alegações finais, posicionamos:

6.1 ***Cerceamento de defesa pela intimação das alegações finais antes da elaboração pela comissão processante do termo de indiciamento;***

6.2 Da decadência do direito de aplicar a pena.

Antes de adentrarmos no mérito do item 6.1, faremos uma breve ponderação quanto o significado de **indiciamento.**

Vejamos.

"O indiciamento é um ato policial pelo qual o presidente do inquérito conclui haver suficientes indícios de autoria e materialidade do suposto crime. O indiciamento não significa culpa ou condenação, mas é a imputação a alguém, no inquérito policial, da prática do ilícito (...)".

Nesse sentido, traremos à baila o juízo do termo indiciamento pelo Advogado militante na área criminal, Rodrigo Castello, nos seguintes termos:

"É a imputação a alguém, no inquérito policial, da prática do ilícito penal, sempre que houver razoáveis indícios de autoria.

Com o indiciamento o investigado passa da condição de mero suspeito à de provável autor da infração penal investigada. Nem por isso ele se torna sujeito da investigação (costuma-se apontá-lo como objeto dela).

Ser indiciado, isto é, ser apontado como autor do crime pelos indícios colhidos no inquérito policial, implica constrangimento, pois tal informação constará da folha de antecedentes do indivíduo, tornando-se, permanente, ainda que o inquérito, posteriormente, venha a ser arquivado.

Em casos excepcionais, o indiciamento pode ser impedido via habeas corpus.

Há controvérsia sobre a possibilidade de requisição do indiciamento, ao argumento de que ele constitui ato exclusivo da autoridade.

Embora a lei não exija a motivação do indiciamento, alguns sustentam sua necessidade, dado seu caráter aflitivo. "

Por se tratar de Processo Administrativo Disciplinar, traremos também o entendimento de indiciamento apresentado no Manual de Processo Administrativo Disciplinar da Controladoria-Geral da União de 2013, nos seguintes termos *Litteris:*

"(...) a Comissão elabora o ***Termo de Indiciação****, documento mediante o qual a referida Comissão elenca os fatos irregulares imputados a determinado servidor e as provas de que se utilizou para chegar a tal conclusão. Esse Termo de Indiciação é oficialmente encaminhado ao acusado através de um outro documento chamado* ***Mandado de Citação*** *e, ao recebê-lo, o servidor até então denominado acusado recebe a designação de* ***indiciado****. (...)*

Uma vez recebido o Mandado de Citação, inicia-se a ***subfase de defesa****, na qual o servidor ora indiciado tem o prazo legal de dez dias para apresentar sua* ***Defesa Escrita****, nos termos do § 1º do art. 161 da Lei nº 8.112/90.*

(...)"

Ressalta-se que o referido manual de Processo Administrativo Disciplinar mencionado acima é administrado pela Leinº 8.112/90 que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais, ou seja, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Diante dos entendimentos e procedimentos acima elencados, quanto ao termo indiciação, é imperioso trazer também, o dispositivo legal que rege as normas adotadas no Processo Administrativo Disciplinar na Administração Pública Municipal de Cáceres, *in verbis:*

Lei Complementar nº 25/1997, Art. 227;

"A citação do servidor acusado será feita pessoalmente por mandado expedido pelo presidente da comissão, ***ao qual se anexará cópia dos documentos existentes para que o mesmo tome conhecimento dos motivos do processo disciplinar****. "*

Observa-se que a Lei Especial menciona **citação** e não indiciação, porém, entendemos que se trata do mesmo documento e com o mesmo objetivo, analisa-se ainda que o servidor recebe a citação com cópia de todos os documentos existentes no PAD para fins de conhecimento e defesa.

Para que não paire dúvidas que esta Comissão Processante proporcionou à servidora e a sua defesa técnica a ampla defesa com os meios de provas admitidas em direito e o contraditório, seremos repetitivos quanto ao rito processual seguido neste PAD regido pela Lei Complementar nº 25/1997 do Município de Cáceres, bem como, quanto as acusações existentes no mesmo em desfavor da servidora. Vejamos:

1º Instaurado Inquérito Administrativo Disciplinar por meio da Portaria nº 364 de 30 de julho de 2015, trouxe anexo os seguintes documentos;

a) Portaria nº 202/2010;

b) Decreto nº 076/2009; nº 105/2009 e nº 242/2009**;**

c) Portaria nº 030/2010 e nº 186/2010;

d) Relatório Técnico do TCE (específico à situação da servidora);

e) Ficha funcional da servidora;

f) Decreto nº 515 de 25 de novembro de 2004;

g) Requerimento de incorporação;

h) Certidão de Tempo de Serviço com Função Gratificada;

i) Portaria nº 364 de 30 de julho de 2015;

j) Parecer da Assessoria Geral de Gabinete Homologado pelo EXMO. Senhor Prefeito Francis Maris Cruz;

k) Memorando nº 021/CSA/2013.

2º Ao receber o Processo Administrativo Disciplinar nº 027/2015 esta Comissão Processante constatou e deliberou na Ata de Reunião nº 001/2016, datado de 31/03/2016 às fls. 125/v dos autos, da seguinte forma, in verbis:

"(...)

Pelos documentos carreados aos autos e, em busca da verdade real dos fatos, a abertura de inquérito administrativo disciplinar é o meio necessário para proporcionar aos servidores públicos municipais apontados no PAD nº 027/2015, a ampla defesa e o contraditório, com todos os meios legais inerentes aos fatos, conforme descrito no ***artigo 222*** *da Lei nº 25/1997. Doutro norte, conforme previsto no artigo 178, inciso IX da Lei nº 25/19997, os servidores públicos municipais devem manter conduta compatível com a moralidade administrativa e, são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade e publicidade no trato dos assuntos que lhes são afetos. Nesse entendimento e, por haver indícios da ocorrência de irregularidades nas incorporações de funções gratificadas, o procedimento de Inquérito Administrativo Disciplinar, é medida que se impõe para a apuração dos fatos em desfavor dos seguintes servidores: "1. Valéria Alves de Souza; "2. Ana Lúcia Carducci Gouvêa Mancuso; 3. Eliane Ferreira Leite de Campos; 4. Jonésia Pouso Gracioli; 5. José Magno da Silva; 6. Luciana de Souza Gattass Crepaldi; 7. Maria Amélia de Lara Aires Faria Braga; 8. Vânia da Costa Sacramento; 9. Zubeide Peixoto Ambrósio Curvo.* ***MEDIANTE O EXPOSTO,*** *esta Comissão por unanimidade* ***DELIBERA: a)*** *que os inquéritos instaurados em desfavor dos servidores públicos municipais acima citados****, sejam com procedimentos específicos para cada caso****; no melhor cumprimento dos atos,* ***com observância ao princípio constitucional da individualização da pena previsto no artigo 5º, inciso XLVI;***

(...)"

Como descrito acima, esta Comissão Processante observou a necessidade de esclarecimento dos fatos e para tanto entendeu necessário a análise individual do Processo Administrativo Disciplinar.

Prosseguindo os trabalhos, na Ata de nº 002/2016 datado de 11/04/2016, acostado às fls.126/134 dos autos, a Comissão Processante deliberou pela análise do inquérito Administrativo Disciplinar, numerando-o e especificando as imputações em desfavor da servidora, nos seguintes temos:

"Diante dos documentos anexos aos presentes autos, esta Comissão Processante verificou que o lapso temporal de 15 dias entre a exoneração da servidora do cargo em comissão de Coordenadora Jurídica Fiscal da Secretaria de Finanças, a qual se deu em 15/06/2000 e a sua nomeação no cargo em comissão de Gerente de Benefícios do Previ-Cáceres que ocorreu em 30/06/2000, conforme apontado pelo TCE/MT, tal período já foi reconhecido por meio da Portaria nº 315 de 08/09/2010. Diante do referido Ato Administrativo reconhecendo o erro material ocorrido por parte da administração pública municipal, esta Comissão Processante DELIBERA por não analisar tal objeto, entendendo que o apontamento feito pelo TCE/MT. , já foi sanada pelo executivo municipal à época.

Porém, ao analisarmos os documentos constantes nos presentes autos do procedimento administrativo disciplinar de inquérito, é possível constatar que a servidora Ana Lúcia Carducci Gouvêa Mancuso, exerceu funções com gratificação nos períodos conforme demostrado no quadro abaixo:

FUNÇÃO GRATIFICADA	***PORTARIA Nº***	***PERÍODO***	***TEMPO APROXIMADO***
Coord. Jurídica Fiscal/SEFIN	***195 de16/11/1999***	***01/11/1999 à 15/06/2000***	***7 meses e 18 dias***
Gerente de Benefícios da Previ Cáceres	***004 de 30/06/2000***	***30/06/2000 à 05/02/2001***	***7 meses e 11 dias***
Procuradora da Previ Cáceres	***078 de 19/02/2001***	***05/02/2001 à 03/12/2001***	***10 meses e 01 dia***
Coord. Jurídica Fiscal/SEFIN	***285 de 03/12/2001***	***03/12/2001 à 31/12/2004***	***3 anos 01 mês e 14 dias***
PORTARIA Nº 315 DE 28 DE SETEMBRO DE 2010, RECONHECE QUE A SERVIDORA ANA LÚCIA CARDUCCI GOUVÊA MANCUSO, EXERCEU AS FUNÇÕES DE COORDENADORA JURÍDICA FISCAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS, NOMEADA CONFORME PORTARIA Nº 195 DE 16/11/1999, A PARTIR DE 01/11/1999 ATÉ O DIA 30/06/2000.			

Com base na ficha funcional da servidora, pode-se perceber que a mesma exerceu 03 (três) cargos distintos com Função Gratificada compreendendo o período aproximado de 05 (cinco) anos, 02 (dois) meses e 14 (quatorze) dias consecutivos.

Quanto a legalidade de incorporações de Funções Gratificadas por funcionários públicos na Prefeitura de Cáceres, a Lei Municipal nº 25/1997, incisos I e II, dispõe conforme segue in verbis:

Art. *160 O servidor público municipal ocupante* ***de cargo efetivo*** *do quadro permanente do município que* ***durante 05 (cinco) anos consecutivos*** *ou 10 (dez) alternados****, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, à remuneração do cargo,*** *para todos os efeitos legais, as vantagens pecuniárias da função de confiança, obedecido o seguinte:*

I - a incorporação far-se-á com base ***nos vencimentos da função mais alta, desempenhada, pelo menos, durante 05 (cinco) anos;***

II- o servidor deverá ter completado pelo menos 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para sua aposentadoria voluntária.

Já quanto à situação funcional da servidora em questão, ao analisarmos a sua Ficha Funcional, percebemos que esta ingressou no Serviço Público Municipal por meio de provas, nomeada pelo Decreto nº 352 de 18 de outubro 1.999, em consonância com o regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal, não havendo registros de trabalhos prestados anterior ao concurso.

Pelas informações contidas na ficha funcional da servidora, ficou demonstrado que a mesma é efetiva como Advogada na função pública desta Prefeitura de Cáceres, em conformidade com o caput do artigo 160 da Lei Municipal 25/1997 transcritos in verbis:

"O servidor público municipal ocupante de ***cargo efetivo do quadro permanente do município que durante 05 (cinco) anos consecutivos*** *ou 10 (dez) alternados,* ***tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, à remuneração do cargo,*** *para todos os efeitos legais, as vantagens pecuniárias da função de confiança, obedecido o seguinte: (...)".*

Analisa-se também na ficha funcional da servidora, que a mesma exerceu o cargo de Coordenadora Jurídica Fiscal da Secretaria Municipal de Finanças, no período de 01/11/1999 à 15/06/2000 e no período de 03/12/2001 à 31/12/2004, somando-se aproximadamente de 3 (três) anos, 9 (nove) meses e 02 (dois) dias de exercício na Função Gratificada de Coordenadora Jurídica Fiscal da Secretaria de Finanças. Desse norte, verifica-se que a mesma ***não exerceu a referida Função Gratificada incorporada aos seus vencimentos, pelo período de 05 (cinco) anos consecutivos,*** *conforme dispositivo legal acima mencionado.*

Na Ficha Funcional da servidora, consta ainda que a mesma foi admitida em 18 de outubro de 1999, e, em 01 de novembro de 1999, exerceu cargo com funções gratificadas, permanecendo até a data de 25 de novembro de 2004, que, por meio do Decreto nº 515/2004, foi determinado a incorporação da Função de Coordenadora Jurídica Fiscal aos seus vencimentos. ***Sendo assim, ficou comprovado, que a servidora até a data de sua incorporação trabalhou aproximadamente 05 (cinco) anos, 02 (dois) meses e 27 (vinte e sete) dias, como servidora efetiva.***

Para reconhecer qualquer incorporação de Função Gratificada aos vencimentos de servidores públicos municipais, tem que analisar se, estes preenchem os requisitos exigidos na Lei Especial que rege a matéria em comento, (Lei nº. 25/1997), que vem trazendo, no inciso II do artigo 160, o seguinte texto legal, in verbis:

II- o servidor deverá ter completado ***pelo menos 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para sua aposentadoria voluntária.***

O mesmo diploma legal no art. 117, inciso III alínea "a" dispõe da seguinte forma, litteris:

Art. *117 O servidor será aposentado:*

(...)

III - voluntariamente:

a) *aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e* ***aos 30 (trinta) anos, se mulher, com proventos integrais;*** *(...)*

Tal apontamento se faz necessário, pelo fato da Lei exigir além dos 05 (cinco) anos consecutivos em um único cargo comissionado, ou, 10 (dez) em cargos alternados, exige também que o servidor (a) possua pelo menos 10 anos de efetivo serviço público se mulher, o que corresponde a 1/3 (um terço) do tempo trabalhado, com exceção os servidores que exercem cargo de magistério que possuem tempo de contribuição diferenciado de 25 (vinte e cinco) anos.

(...)"

Após a lavra da Ata 002/2016, esta Comissão Processante, encaminhou à servidora Ana Lúcia Carducci Gouvea Mancuso a Carta de Citação Administrativa Disciplinar (fls. 135/139 dos autos) anexo cópia de todo o Processo Administrativo Disciplinar, na referida Citação foi ponderada as acusações administrativas, que sintetizaremos abaixo:

a) ***(...) Que no período aproximado de 05 (cinco) anos, 02 (dois) meses e 14 (quatorze) dias consecutivos, a servidora exerceu 03 (três) cargo distintos com Função Gratificada****.* ***10 FATO:*** *b) (...) a servidora* ***não exerceu a Função Gratificada que foi incorporada aos seus vencimentos, durante 05 (cinco) anos consecutivos,*** *como rege a Lei 25/1997, no caput do art. 160 que dispõe da seguinte forma:* ***"****O servidor público municipal ocupante* ***de cargo efetivo*** *do quadro permanente do município que* ***durante 05 (cinco) anos consecutivos*** *ou 10 (dez) alternados****, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, à remuneração do cargo, (...)"*** *c)* ***(...)*** *na data da incorporação da função gratificada aos seus vencimentos, a mesma computava* ***aproximadamente 05 (cinco) anos, 02 (dois) meses e 27 (vinte e sete) dias de trabalho como servidora efetiva, não havendo registros de prestação de serviços anteriores.*** *(...) não preenchia os requisitos exigidos no artigo 160, inciso II da Lei Especial nº. 25/1997, que traz o seguinte texto "II- o servidor deverá ter completado* ***pelo menos 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para sua aposentadoria voluntária****". (...)*

Diante do cumprimento da legalidade no decorrer da análise deste Processo Administrativo Disciplinar, **DESCONHECEMOS** as alegações da defesa técnica quanto ao ***Cerceamento de defesa pela intimação das alegações finais antes da elaboração pela comissão processante do termo de indiciamento***, pelo fato da servidora ter sido **CITADA** com descrição de todas as acusações existentes no presente PAD, recebendo no mesmo ato, cópia de todo o Processo administrativo Disciplinar, e, foi proporcionado a mesma ampla defesa e o contraditório com os meios de provas admitidas em direito, sendo assim, entendemos que as arguições da defesa são equivocadas, uma vez que utilizou do rito processual de PAD na esfera Federal para contestar o rito processual de PAD na esfera municipal a qual deve ser regida por Lei própria, como ponderado pela defesa às (fls. 175/177), e, a **luz desses argumentos** trazidos e descritos pela própria defesa da servidora, *in verbis*:

"Ressalte-se, que a Lei Federal nº 9.784/99, aplica subsidiariamente apenas em relação a Lei Federal nº 8.112/90, que criou o Regime Jurídico Único dos Servidores Público Federais.

A Controladoria Geral da União interpretando o disposto no artigo 26, § 3º, da Lei Federal nº 9.784/99 criou o Enunciado nº 10, flexibilizando as regras de intimação prevista no referido artigo, afim de permitir a intimação por mensagem eletrônica ***nos processos administrativos no âmbito da Administração Federal.***

Ora! Se o preâmbulo da Lei nº 9.784/99 informa que esta lei é aplicada no Âmbito da Administração Pública Federal, ***significa que não pode ser aplicada no âmbito da Administração Pública Municipal, por serem Entes Federados distintos****.*

Assim, tanto a Lei Federal nº 8.112/90 quanto a Lei Federal nº 9.784/99 e o Enunciado nº 10 da Controladoria Geral da União só podem ser aplicada no âmbito da Administração Pública Federal e em relação aos servidores públicos federais, ***SENDO PROIBIDO*** *a sua aplicação no âmbito de outro ente federado, ou seja****, não poderá ser aplicada a processos administrativos instaurados e processados no âmbito da Administração Municipal.***

Desta forma, apenas a Lei Municipal nº 25/97 poderá ser aplicada, para regular o rito, processamento e as formas em que serão realizadas as intimações da acusada, das testemunhas e das advogadas de defesa, ***sob pena, de nulidade do ato praticado por causar cerceamento do direito constitucional da ampla defesa,*** *previsto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.*

(...)

DESCONHECEMOS também suas alegações quanto **ao item 6.2, Da decadência do direito de aplicar a pena,**pela evidencia de que,a Administração Pública Municipal ao instaurar o presente PAD, amparou-se no manto da legalidade esculpido na Lei Especial Complementar nº 25/1997, artigo 135 que dispõe da seguinte forma*, litteris:*

"*A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade. "*

Diante do exposto e, em concordância com os termos das Leis citadas acima, **NÃO RECONHECEMOS** suas alegações quanto:

1) ***Cerceamento de defesa pela intimação das alegações finais antes da elaboração pela comissão processante do termo de indiciamento;***

2) Decadência do direito de aplicar a pena a **decadência do direito de aplicar a pena**.

Por se tratar de Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da Administração Pública Municipal, regido por Lei própria (nº 25/1997).

Nada mais foi arguido em fase de alegações finais, prosseguimos com a análise e relatório final.

6.3 Quanto a falta de acusação clara e específica:

Quanto ao fato rebatido pela defesa em que não houve a especificação detalhada das acusações à servidora, este não procede, pois, a Carta de Citação Administrativa (fls.135/139) pontuou todas as irregularidades apresentadas em desfavor da servidora, conforme já haviam ficados especificadas na Ata nº 002/2016-CPIAD, (fls.126/134) recebidos pela servidora na data de 12/05/2016 (fls.135 dos autos).

Da arguição em que a Comissão Processante não foi clara e muito menos específica, cerceando a defesa por não ter conhecimento dos fatos pelo qual tem que se defender, também não procede, pois, a própria defesa pontuou as acusações existentes em desfavor da servidora em suas alegações finais, fazendo-as nos seguintes termos:

"(...). No presente caso não houve a tipificação, e o que é pior ***o Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado porque entendeu-se que a servidora recebe gratificação que foi incorporado de forma irregular,*** *(...)".* Grifos nosso.

*"****O objeto deste Processo administrativo é também objeto de Ação Civil Pública que discute a legalidade e regularidade da incorporação da Função Gratificada,*** *o qual ainda não foi julgado pela primeira instância".* Grifos nosso.

"Cumpre esclarecer que, o ato de formular e protocolizar pedido de concessão de qualquer benefício, inclusive o de incorporação de função gratificada, ***é um ato atípico, diante disto, despido de qualquer antijuridicidade****, o qual por si só nunca gerará prejuízo ao erário".* Grifos nosso.

"Além disso, ***o ato de requerer a concessão de benefício funcional não exige da Requerente conhecimento da plausibilidade do seu direito****, pois o ato de análise de sua possibilidade jurídica e do preenchimento dos requisitos, para a sua concessão será realizado por um dos Procuradores Municipais, (...)".* Grifos nosso.

"(...). Assim, ***qualquer discussão referente a irregularidade na concessão de incorporação da função gratificada****, deve restringir aos Atos realizados pelo Procurador Municipal que emitiu Parecer favorável e conclusivo, e pelo Prefeito Municipal que ao conceder o benefício (...)".* Grifos nosso.

"Cumpre esclarecer, que ***a Acusada faz jus ao benefício concedido*** *uma vez que possui período suficiente, para garantir a referida incorporação (.. .)".* Grifos nosso.

"Quanto ao ***questionamento da incorporação ter sido efetuada na função mais alta desempenhada pela Acusada****, por considerar a Comissão Processante que este direito assiste apenas quem permaneceu na função gratificada mais alta por 05 anos(...)".* Grifos nosso.

"(...) está devidamente demonstrado que a época em que foi deferido a incorporação da função gratificada, ***a Acusada preenchia todos os requisitos exigidos pelo artigo 160, caput e inciso I e II, da Lei Complementar nº 25/1997".*** Grifos nosso.

"(...) requer a absolvição da Acusada dos fatos a ela imputados, haja vista que a Acusada a época da incorporação ***preenchia todos os requisitos exigidos pelo artigo 160, caput e inciso I e II, da Lei Complementar nº 25/1997, para a obtenção do benefício nele previsto"****.* Grifos nosso.

Diante do fato que a própria defesa manifestou nas alegações finais trazendo de forma pontuada as acusações existentes no presente PAD, **NÃO RECONHECEMOS** sua arguição quanto "**A falta de acusação clara e específica"**, por ser evasiva e infundada, e tal afirmação, contradiz o próprio mérito da defesa.

Sem mais a tratar nesta manifestação, damos prosseguimento a análise.

6.4 Da ausência de tipicidade da infração administrativa e da antijuridicidade

A defesa rebate que o Processo Administrativo Disciplinar não apresentou a tipicidade da infração e nem a antijuridicidade praticada pela servidora, afirmando que para abertura de Processo Administrativo Disciplinar é necessário que a servidora tenha praticado um ato ou uma omissão, e, que o PAD é instaurado com a finalidade única e exclusiva de apurar infrações administrativas praticadas pela servidora, visando a sua punição na esfera administrativa conforme se depreende do teor do artigo 208 da Lei Complementar 25/1997, **manifesta que o ato de formular e protocolizar pedido de concessão de qualquer benefício, inclusive o de incorporação de função gratificada, é um ato atípico, diante disto, despido de qualquer antijuridicidade, o qual por si só nunca gerará prejuízo ao erário.**

Pois bem.

A servidora pública municipal Ana Lúcia Carducci Gouvêa Mancuso, na data de 17 de novembro de 2004, protocolizou requerimento (fls.19 dos autos) junto à Secretaria Municipal de Administração nos seguintes termos abaixo:

ILMA SRA. SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

PROTOCOLO - 15555

17/11/04

grifos nossos

"Eu, Ana Lúcia Carducci Gouvêa Mancuso, Servidora Pública, no cargo de Advogada, portadora do RG nº 395.491 SSP/MS e do CPF e do CPF nº 404.953.881-49, residente e domiciliada à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 47, Cavalhada, Cáceres-MT., vem respeitosamente à presença de V. Sª. , requerer a incorporação aos meus vencimentos das vantagens referentes ao exercício da função do cargo comissionado de Coordenadora Jurídica Fiscal, conforme certidões em anexo."

Cáceres-MT. , 17 de Novembro de 2004.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Ana Lúcia Carducci Gouvêa Mancuso

OABMT6.554

Nesses termos, analisa-se que no interstício de 09 (nove) dias após o protocolo do requerimento descrito acima, à Administração Pública Municipal por Meio do Decreto nº 515 de 25 de novembro de 2004, (fls.18 dos autos) concedeu a servidora conforme requerido, nos termos em *litteris:*

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

DECRETO Nº 515

DE 25 DE NOVEMBRO DE 2004

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 160, da Lei Complementar nº 25, de 27.11.97 e Lei Municipal nº 1767 de 28/11/2001 e,

CONSIDERANDO o que consta no Processo protocolado sob o nº 15555, de 17 de novembro de 2004, na Secretaria Municipal de Administração. grifos nosso

RESOLVE:

ART. 1º - Determinando a incorporação aos vencimentos da servidora senhora Ana Lúcia Carducci Gouvêa Mancuso, advogada, Classe B, nível I, das vantagens referentes ao exercício da função de Coordenadora Jurídica Fiscal, da Secretaria Municipal de Finanças, de acordo com a Lei Municipal nº 1292 de 20 de junho de 1995 e alterada pela Lei Complementar nº 31/99, a partir de 25 de novembro de 2004.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de novembro de 2004.

TÚLIO AURÉLIO CAMPOS FONTES

Prefeito Municipal

Diante dos descritos acima, faz se necessário arrazoarmos sobre a Tipicidade da infração administrativa e da antijuridicidade conforme rebatido pela defesa.

Pois bem, da Tipicidade da infração administrativa, observa-se que Ato da Administração Pública Municipal ao conceder a incorporação de função gratificada à remuneração da servidora teve como **FATO GERADOR** o**SEU REQUERIMENTO** que consta no Processo **protocolizado sob o nº 15555**, de 17 de novembro de 2004, ou seja, o teor REQUERIDO pela servidora, que pleiteou um benefício que não fazia jus, ou seja, não atentou ao principio da **LEGALIDADE**, podendo sim ter agido com MÁ-FÉ, ou falta de LEALDADE com a administração pública. Não podemos também deixar de pontuar e descrever que o seu pedido causou danos ao cofre público Municipal.

Quanto ao posicionamento ora adotado por esta Comissão, qual seja, que a servidora quem deu causa ao ATO ILEGAL que causou prejuízos ao erário público, no presente inquérito foi proporcionado a servidora a ampla defesa e o contraditório, para fins de comprovação da regularidade e da legalidade de sua incorporação de função gratificada a sua remuneração, porém, no decorrer da instrução do presente Processo Administrativo, nada, absolutamente nada, a defesa conseguiu referente ao mérito, **LEGALIDADE REGULARIDADE DA REFERIDA INCORPORAÇÃO**, pelo contrário, apresentou varias arguições processuais com o intuito de encerrar este procedimento pela existência de vício em sua forma, todavia, todos os seus argumentos não foram acolhidos pela falta de consistência.

Em fase alegações finais a defesa manifesta que a servidora faz jus a incorporação e que preencheu os requisitos legais, porém, em nenhum momento descreveu o artigo 160 em sua íntegra e equiparou-o com a vida funcional da servidora até a data do requerimento do seu requerimento junto a administração pública municipal.

Pois, dizer que preenche os requisitos legais e não o demonstrar, limita a instrução do PAD por parte da defesa, que, aparentemente busca ofuscar a clareza da Lei (nº 25/1997), precisamente, o artigo 160, que dispõe de forma clara e precisa os requisitos necessários para obtenção de tal direito (incorporação de função gratificada).

Por outro lado, entendemos sim, que a servidora não concedeu para si a incorporação da função gratificada, pois tal ato cabia e cabe apenas ao Executivo Municipal conforme lhe confere as Leis mencionadas no Decreto nº 515/2004, bem como, subentendemos que a mesma não foi autora do Parecer Jurídico favorável ao seu pedido, ou que tenha realizado influência no Parecer, fatos esses que não são objetos deste PAD. Porém, é estranho para esta Comissão Processante a celeridade no tramite do rito processual no concebimento do pedido da servidora, pelo seguinte, do protocolo (17/11/04) até a data da publicação do Decreto (25/11/2004), houve um espaço de tempo de 09 (nove) dias do pedido até a incorporação.

Prosseguindo, entendemos que, se a servidora não tivesse requerido a incorporação da função gratificada, o gestor por sua única vontade não a concederia, se o profissional responsável em exarar parecer técnico jurídico tivesse acusado imediatamente em consonância com a Lei a ausência do direito da servidora, este teria advertido em seu parecer que a mesma não detinha direito no pleito.

Vejam só, se no decorrer da instrução deste PAD, a servidora demonstrasse que a incorporação da função gratificada a sua remuneração é legal e regular, seria reconhecido que o seu pedido também foi legal e regular, agora, se não foi demonstrado a legalidade e a regularidade da referida incorporação, então de imediato reconhece-se que o pedido da servidora foi ilegal e irregular, pois foi ele que subsidiou o Ato que ocasionou e ocasiona danos ao erário público.

Como a defesa manifesta que não existe tipificação de infração? Pois, é dever do servidor agir com lealdade e observar as normas legais e regulamentares, os quais são lecionados na Lei 25/1997, *litteris:*

Art. *178 São deveres do servidor:*

(...)

II - ser leal à instituição que servir;

III - observar as normas legais e regulamentares;

(...)".

Uma vez que a servidora utilizou do cargo público para peticionar um direito que não tinha adquirido, entendemos sim, que a servidora agiu com deslealdade e inobservância aos seus deveres, ainda mais agravante é que, esse ato, ocasionou ônus ao erário público, ação essa proibida na Lei 25/1997, abaixo descrito:

Art. *179 Ao servidor público é proibido: "(...) XII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública";* **Quanto a Antijuridicidade manifestada, entendemos que a conduta da servidora feriu os princípios legais, conforme mencionado acima, sendo passível de penalidades, pois, conforme o artigo 191 da Lei 25/1997, "*a responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo e comissivo praticado no desempenho do cargo ou função",* e, a servidora ao requer para si um direito não adquirido, deu causa a um ato ilegal que deve ser revisto bem como revogado, e, os que de certa forma contribuíram com tal ilegalidade, punidos em procedimento próprio, e quanto a servidora que se beneficiou do ato ilegal que ela mesma deu causa, que seja aplicada uma pena pedagógica severa pela gravidade do fato e para que não sirva de incentivo para os demais servidores**.

Diante de todo o exposto acima, **NÃO RECONHECEMOS** a manifestação da defesa quanto "**Ausência de tipicidade da infração administrativa e da antijuridicidade",** prosseguindo com a análise e com o relatório.

6.5Do preenchimento dos requisitos para a concessão da incorporação da função gratificada.

De imediato enfatizamos que conforme registro na Ata nº 002/2016/CPI-AD, esta Comissão Processante analisou os documentos aos presentes autos e, verificou que o lapso temporal de 15 dias apontado pelo TCE/MT que ocorreu entre a exoneração da servidora do cargo em comissão de Coordenadora Jurídica Fiscal da Secretaria de Finanças na data de 15/06/2000, e, a sua nomeação no cargo em comissão de Gerente de Benefícios do Previ-Cáceres na data de 30/06/2000, **já foi reconhecido por meio da Portaria nº 315 de 08/09/2010 e, diante do referido Ato Administrativo reconhecendo o erro material ocorrido por parte da administração pública municipal, esta Comissão Processante DELIBEROU por não analisar tal objeto, entendendo que o executivo municipal à época, tomou as providencias necessárias e sanou a irregularidade apontada pelo TCE/MT.**

Pelo exposto acima, não apreciaremos o arguido pela defesa quanto a essa matéria, pois, tal apontamento não foi objeto de análise deste PAD. Prosseguindo, apreciaremos as manifestações quanto aos fatos que são objetos deste Processo Administrativo Disciplinar, e, ao adentrarmos no mérito, citaremos na íntegra os requisitos que eram necessários para a incorporação da função gratificada, administrados no artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997, *in verbis:*

Art. *160 "O servidor público municipal ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do município que durante 05 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) alternados, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, à remuneração do cargo, para todos os efeitos legais, as vantagens pecuniárias da função de confiança, obedecido o seguinte:*

I - a incorporação far-se-á com base nos vencimentos da função mais alta, desempenhada, pelo menos, durante 05 (cinco) anos;

II- o servidor deverá ter completado pelo menos 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para sua aposentadoria voluntária.

§ *1º O servidor que após a incorporação, vier a fazer novamente jus a vencimentos da mesma espécie, perceberá apenas a diferença entre a incorporação e esta, se maior, durante a sua permanência no cargo.*

§ 2º Para os fins deste artigo não será considerado o exercício de funções de confiança em outro órgão a nível Federal ou Estadual ou em outros Municípios.

§ 3º Lei específica estabelecerá a remuneração dos cargos em comissão de que trata o artigo 11, inciso II, inclusive quando exercido por servidor.

§ 4º - É vedada, sob qualquer pretexto, a incorporação da diferença referida no Parágrafo Primeiro.

Para obter incorporação de função gratificada disposto na referida Lei, a servidora deveria preencher os requisitos nela exigidos, dessa forma para clareza, transparência na elucidação dos fatos imputados neste PAD, equipararemos o disposto Lei, com os requisitos preenchidos pela servidora no ato do seu pedido de incorporação de função gratificada, vejamos abaixo.

1º requisito:

"Ser servidor público municipal ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do município".

Desse requisito, consta registrado na Ficha Funcional da servidora seu ingresso no Serviço Público Municipal por meio de provas, nomeada pelo Decreto nº 352 de 18 de outubro 1.999, ficando demonstrado que a mesma é efetiva como Advogada na função pública desta Prefeitura de Cáceres, evidenciou-se o preenchimento desse requisito legal.

2º requisito:

"que durante 05 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) alternados, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, à remuneração do cargo.

Para melhor entendimento das funções gratificadas exercidas pela servidora, faremos uma ilustração por meio do quadro abaixo:

FUNÇÃO GRATIFICADA	PORTARIA Nº	PERÍODO	TEMPO APROXIMADO
Coord. Jurídica Fiscal/SEFIN	195 de16/11/1999	01/11/1999 à 15/06/2000	**7 meses e 18 dias**
Gerente de Benefícios da Previ Cáceres	004 de 30/06/2000	30/06/2000 à 05/02/2001	**7 meses e 11 dias**
Procuradora da Previ Cáceres	078 de 19/02/2001	05/02/2001 à 03/12/2001	**10 meses e 01 dia**
Coord. Jurídica Fiscal/SEFIN	285 de 03/12/2001	03/12/2001 à 31/12/2004	**3 anos 01 mês e 14 dias**

Evidenciou-se por meio dos documentos aos autos demonstrados no quadro acima que, a servidora não exerceu nenhuma das funções gratificadas por 05 (cinco) anos ininterruptos, ou 10 (dez) anos alternados, não preenchendo esse requisito.

3º requisito:

"a incorporação far-se-á com base nos vencimentos da função mais alta, desempenhada, pelo menos, durante 05 (cinco) anos".

Analisa-se que a servidora exerceu o cargo de Coordenadora Jurídica Fiscal da Secretaria Municipal de Finanças, no período de 01/11/1999 à 15/06/2000 e no período de 03/12/2001 à 31/12/2004, aproximadamente de 3 (três) anos, 9 (nove) meses e 02 (dois) dias. Dessa forma pelo demonstrado na Ficha Funcional da servidora, a mesma **não exerceu a Função Gratificada incorporada a sua remuneração pelo período de 05 (cinco) anos,** conforme exigido nesse requisito legal.

4º requisito:

"o servidor deverá ter completado pelo menos 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para sua aposentadoria voluntária".

Segundo os registros na Ficha Funcional da servidora, sua admissão ocorreu em 18 de outubro de 1999. Ressalta-se que no exercício do contraditório, a servidora anexou aos autos Parecer jurídico favorável ao seu pedido de Contagem do tempo de serviço prestado ao município antes de se tornar servidora efetiva, para fim concessão de tempo de serviço e licença prêmio, correspondente ao período de 24/04/1997 a 17/10/1999. Sendo assim, ao somarmos os períodos trabalhados de 02 (dois) anos e 6 (seis) meses como funcionária (contrato temporário), e, 05 (cinco) anos 02 (dois) meses e 27 (vinte e sete) dias como servidora (aprovada em concurso público), teremos um período de prestação de serviço público municipal pela servidora de aproximadamente de 07 (sete) anos 08 (oito) meses e 27 (vinte e sete) dias. Dessa forma a servidora não contemplou também esse quesito.

Contraditoriamente a defesa técnica afirma que a servidora no ato da incorporação da função gratificadatinha *"06 anos e um mês de serviço, e que o requisito previsto no inciso II, do artigo 160 da lei Complementar nº 25/1997, consiste em ter completado 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para aposentadoria voluntária que equivale pouco mais de 03 anos (três anos),"* informa ainda que, "*esse entendimento é pacífico na Procuradoria Geral do Município de Cáceres, conforme se depreende do Parecer nº 214/2005-PGM da lavra da Procuradora Municipal Izabel Cristina C. Gattass.*

Do entendimento pacífico da Procuradoria Geral do Município mencionado pela defesa, encontra-se aos autos cópias desses pareceres que neste ensejo descreveremos os entendimentos dos procuradores do município quanto ao disposto no inciso II da Lei Complementar nº 25/1997, vejamos *in verbis:*

Às folhas 244 dos autos, **Parecer datado em 05/11/2006.**

"(...)

Como mencionado, para que haja a incorporação da função gratificada na remuneração do servidor, é preciso que o mesmo tenha exercido cargo de chefia, direção, assessoramento ou assistência durante 05 (cinco) anos consecutivos e completado mais de 1/3(um terço) de tempo de serviço necessário para a aposentadoria voluntária, ou seja, pouco mais de 03 (três) anos.

(...)".

Izabel Cristina C. Gattass.

Procuradora Municipal

Às folhas 206 dos autos: **Parecer datado em 21/11/2003.**

"(...)

Como mencionado, para que haja a incorporação da Função Gratificada na remuneração do servidor é preciso que o mesmo tenha exercido cargo de chefia, direção, assessoramento ou assistência, durante 5 (cinco) anos consecutivos e completado mais de 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para a aposentadoria voluntária, isto é, um pouco mais de 3 (três) anos.

(...)".

José Renato de Oliveira Silva

Procurador Geral do Município.

Às folhas 209 dos autos: **Parecer datado em 04/02/2005.**

"(...)

Como mencionado, para que haja a incorporação da Função Gratificada na remuneração do servidor é preciso que o mesmo tenha exercido cargo de chefia, direção, assessoramento ou assistência, durante 5 (cinco) anos consecutivos e completado mais de 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para a aposentadoria voluntária, isto é, um pouco mais de 3 (três) anos.

(...)".

Cleiton Tubino Silva Roberto Carlos F. Mendes

Procurador Geral do Município Procurador Municipal

Às folhas 216 dos autos: **Parecer datado em 15/06/2015.**

"(...)

Assim o cumprimento de 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para a aposentadoria voluntária, equivale a pouco mais de 03 (três) anos, de forma, que a observância do inciso II do artigo 160 seria até desnecessária, face ao tempo mínimo exigido pelo caput do mesmo artigo para a concessão de incorporação.

(...)

Helizangêla Pouso Gomes

Procuradora Geral do Municipal

Dos entendimentos dos Procuradores Gerais do Município de Cáceres que emitiram pareceres favoráveis aos pedidos de incorporação de função gratificada dos servidores públicos municipais, abalizamos nas descrições acima que, além dos seus entendimentos pacíficos, houveram também semelhanças textuais, principalmente nos 03 (três) primeiros pareceres, onde claramente evidencia-se as identicidades dos textos.

Porém, tais coincidências não fazem parte da análise deste PAD, mas, enfatizamos os erros grosseiro dos Procuradores Gerais do Município na análise do inciso II do artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997, citado diversas vezes neste relatório, objetivando a clareza dos fatos.

Convicta esta Comissão Processante quanto ao entendimento de que 1/3 para a aposentadoria voluntária **NÃO EQUIVALE** a pouco mais de 3 (três) anos como afirmados pelos digníssimos procuradores signatários dos pareceres, **PELO CONTRÁRIO**, que esse número de anos mencionados nos pareceres jurídicos não atendem a normativa vigente, além de que, deixaram de mencionar as especificidades das diferenças de tempo de contribuição quanto as funções exercidas pelos servidores, bem como a questão do gênero, os quais estão explícitos na Lei Complementar nº 25/1997 do Município de Cáceres, em *litteris:*

Lei Complementar nº 25/1997;

Art.** 117 **O servidor será aposentado:

"(...)

*III - **voluntariamente:***

*a) **aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, SE HOMEM**, **e aos 30 (trinta) anos, SE MULHER, com proventos integrais;*** grifos nosso

*b) **aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício EM FUNÇÕES DE MAGISTÉRIO, SE PROFESSOR, e 25 (vinte e cinco) anos, SE PROFESSORA, com proventos integrais;***

c) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco) anos, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem e aos 60 (sessenta) anos, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Na clareza da Lei acima descrita, não há possibilidades de entendimentos ambíguos quanto ao inciso II do artigo 160 do mesmo diploma legal, e nesse entendimento já posicionou o Tribunal Superior do Brasil/STJ descrito *in verbis*:

STJ - RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA RMS 8344 MS 1997/0016442-0 (STJ)

Data de publicação: 01/12/2003

Ementa:*ADMINISTRATIVO. PROCURADOR DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. LEI ESTADUAL Nº 1.102/90.* ***INCORPORAÇÃO*** *DE* ***VANTAGEM PECUNIÁ***

RIA*. REQUISITOS. EXERCÍCIO DE* ***CARGO*** *DE PROVIMENTO EM COMISSÃO. TEMPO DE SERVIÇO PARA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. DECRETO Nº 7.883/97. REGIME JURÍDICO PRÓPRIO. AUSÊNCIA DE* ***DIREITO*** *LÍQUIDO E CERTO. RECURSO DESPROVIDO. I - Consoante disposto no art. 77 da Lei Estadual nº 1.102/90, o servidor ocupante de* ***cargo*** *efetivo, que durante cinco anos consecutivos ou dez alternados, tiver exercido* ***cargo*** *ou função de direção, chefia, assessoramento superior ou intermediário ou assistência direta e imediata, terá* ***direito*** *à* ***incorporação*** *das* ***vantagens pecuniárias*** *do* ***cargo*** *em comissão ou da função de confiança, desde que tenha completado, pelo menos, um terço do tempo de serviço para a sua aposentadoria voluntária (inciso III). II - Regulamentado o dispositivo da Lei Estadual, o Decreto nº 7.883/97 dispôs que a apuração do tempo de serviço previsto no inciso III teria por base a contagem exigida para a aposentadoria voluntária prevista no art. 40 , III , a e b da Constituição Federal , ou seja, de acordo com a redação da época, aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta anos, se mulher, com proventos integrais; e aos trinta anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e vinte e cinco, se professora, com proventos integrais. III - Na hipótese dos autos, o ora recorrente ocupa* ***cargo*** *efetivo de Procurador do Estado do Mato Grosso, bem como exerceu por mais de cinco anos consecutivos* ***cargo*** *comissionado de Procurador-Geral Adjunto.* ***ENTRETANTO, AO DEIXAR O CARGOE AO PLEITEAR A INCORPORAÇÃO TOTALIZAVA DEZ ANOS E VINTE E SETE DIAS DE TEMPO DE SERVIÇO. NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À ESPÉCIE ACIMA CITADA SERIA NECESSÁRIO O EQUIVALENTE A 1/3 (UM TERÇO) DE TRINTA E CINCO ANOS DE SERVIÇO, O QUE CORRESPONDE A ONZE ANOS E OITO MESES. ASSIM, O RECORRENTE NÃO PREENCHEU TODOS OS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A CONCESSÃO DA INCORPORAÇÃO****.* Grifo nosso

Nesses termos, **NÃO RECONHECEMOS** a manifestação da defesa quanto "**O preenchimento dos requisitos para a concessão da incorporação da função gratificada, "** prosseguindo com a análise e relatório.

6.6 ***Da incompetência da Administração Pública para processar e julgar acerca da legalidade e regularidade da incorporação da gratificação recebida pela acusada.***

A defesa manifesta que os fatos trazidos aos autos já estão sendo debatidas em processo judicial desta Comarca de Cáceres, sendo questão "*sub judice"* que não admite análise na esfera administrativa, sendo esta totalmente incompetente para analisar a legalidade e regularidade da concessão da incorporação de função gratificada em face desta aguardar decisão na esfera judicial.

Contraditando o entendimento da defesa, a Lei Complementar nº 25/1997, dispõe no seguinte sentido*, litteris*:

***Art.** 192 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, assim como as respectivas instâncias.*

Ressalta-se que estamos diante de um ato administrativo que ocasiona danos ao erário público municipal, sendo necessário apurar os fatos por meio de Processo Administrativo Disciplinar para se buscar a verdade real dos acontecimentos. Nesse caso, o servidor público responde administrativamente pelos atos praticados no âmbito da administração pública e no exercício do cargo, definidos na legislação estatutária, que apresenta os mesmos elementos básicos do ilícito civil, e, se houve dano ao patrimônio público ou infração grave por parte do servidor, será apurado pela própria administração pública, instaurando o procedimento adequado a esse fim, se comprovada à infração, o servidor fica sujeito as penas disciplinares.

Diante do arguido pela defesa, faz-se necessário trazer à baila a independência das esferas Judiciais e Administrativas no entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme acórdão abaixo transcrito:

ADMINISTRATIVO. POLICIAIS FEDERAIS. PECULATO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AÇÃO PENAL E PROCESSO DISCIPLINAR. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS DEMISSÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. 1. **Doutrina e jurisprudência são unânimes quanto à independência das esferas penal e administrativa; a punição disciplinar não depende de processo civil ou criminal a que se sujeite o servidor pela mesma falta, nem obriga a Administração Pública aguardar o desfecho dos mesmos**. 2. Segurança denegada. (STJ - MS: 7138 DF 2000/

0084722-4, Relator: Ministro EDSON VIDIGAL, Data de Julgamento: 28/02/2001, S3 - TERCEIRA SEÇÃO Data de Publicação: DJ 19/03/2001 p. 74 JBCC vol. 189 p. 387). Grifo nosso. Nesse sentido, mencionaremos algumas decisões judiciais, extraídas da obra de José Armando da Costa (1987:242): "***Absolvição criminal fundada em ausência de prova no tocante à autoria não exclui a punição administrativa de funcionário público baseada em inquérito"*** (STF; RE 85.314; DJ 2-6-78; p. 3.031). ***" Demissão de servidor público. Legalidade do ato; o qual não se afeta pela absolvição criminal do servidor por carência de melhor prova do fato denunciado***" (TFR; AC. 20.188; DJ 16-5-79; p. 3.784). Assim, o servidor público demitido por ato administrativo, se absolvido pela Justiça, na ação referente que deu causa à demissão, será reintegrado ao serviço público, com todos os direitos adquiridos. **Dessa forma, se a Comissão acatasse tal pedido realizado pela defesa, estar-se-ia pondo fim à independência entre os poderes, e ferindo o poder discricionário da Administração Pública Municipal que tem o dever de analisar e rever os seus atos e os seus subordinados.** Em caso semelhante já se posicionou o STJ; *in verbis*:

DIREITO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE DE SUSPENSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DIANTE DA EXISTÊNCIA DE AÇÃO PENAL RELATIVA AOS MESMOS FATOS.

Não deve ser paralisado o curso de processo administrativo disciplinar apenas em função de ajuizamento de ação penal destinada a apurar criminalmente os mesmos fatos investigados administrativamente. As esferas administrativa e penal são independentes, não havendo falar em suspensão do processo administrativo durante o trâmite do processo penal. Ademais, é perfeitamente possível que determinados fatos constituam infrações administrativas, mas não ilícitos penais, permitindo a aplicação de penalidade ao servidor pela Administração, sem que haja a correspondente aplicação de penalidade na esfera criminal. Vale destacar que é possível a repercussão do resultado do processo penal na esfera administrativa no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria, devendo ser revista a pena administrativa porventura aplicada antes do término do processo penal. **MS 18.090-DF, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 8/5/2013. (grifo nosso).** A Lei Complementar nº. 25/97, obriga a autoridade que tiver ciência de irregularidades no âmbito administrativo realizar a sua apuração, nos seguintes termos abaixo: **Art.** 209 "*A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou inquérito administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa*". Sendo assim, a Administração Municipal tem a obrigação e o dever de fiscalizar os atos administrativos com indícios de afronta ao princípio da legalidade e, responsabilizar aqueles que lhe deram causa. Isso significa que a Administração dispõe de certa margem de apreciação no enquadramento da falta dentre os ilícitos previstos na Lei, o que não significa possibilidade de decisão arbitrária, já que são previstos critérios a serem observados obrigatoriamente.

A apuração de irregularidades no âmbito administrativo independe da existência de investigações ou ações na esfera judicial, quer civil ou criminal, ante o princípio da independência das instâncias.

A simples tramitação de processos judiciais não é causa para suspensão ou sobrestamento do PAD, salvo quando se tratar de questão prejudicial que deva ser decidida no âmbito judicial.

Ressalta-se que este Processo Administrativo Disciplinar analisa a ilegalidade e/ou irregularidade na incorporação da função gratificada da servidora, se ao incorporar a mesma preencheu os requisitos legais exigidos no artigo 160 da Lei Complementar nº 25/1997. Advirta-se, não estamos analisando a Constitucionalidade e/ou inconstitucionalidade do artigo 160 do referido diploma legal, pois, entendemos que essa competência não é desta Comissão Processante.

Pelo todo exposto, de ofício **ANALISAMOS** as manifestações da defesa quanto a ***Incompetência da Administração Pública para processar e julgar acerca da legalidade e regularidade da incorporação da gratificação recebida pela acusada*** e, **NÃO A RECONHECEMOS,** pela existência de independências entre as esferas, dando prosseguimento aos trabalhos.

Pelo todo exposto,

7. A COMISSÃO PROCESSANTE OPINA:

Diante da análise dos autos e pelo demonstrado na Lei Especial, esta Comissão Processante entende que o ato administrativo que determinou a incorporação de função gratificada a remuneração da servidora, É IRREGULAR E ILEGAL, pelos seguintes fatos:

Que no período aproximado de 05 (cinco) anos, 02 (dois) meses e 14 (quatorze) dias consecutivos, a servidora exerceu 03 (três) cargo distintos com Função Gratificada.

Que a servidora não exerceu a Função Gratificada que foi incorporada aos seus vencimentos, durante 05 (cinco) anos consecutivos

Que na data da incorporação da função gratificada aos seus vencimentos, a servidora não preenchia os requisitos exigidos no artigo 160, inciso II da Lei Especial nº. 25/1997.

Pelo cumprimento da Legalidade e regularidade dos atos administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal de Cáceres, esta Comissão Processante **opina pela revogação com reconhecimento da ilegalidade e irregularidade do Decreto nº 515 de 25 de novembro de 2004,** pelos seguintes fatos:

Pelo fato de ficar demonstrado que a servidora ao requerer perante a administração pública municipal vantagem salarial que não fazia jus, deu causa ao ato irregular (incorporação) que demonstrou ser passível de revisão e revogação, pois resta evidente que a servidora em questão não preenchia os requisitos legais ensejadores do benefício de incorporação salarial na data do requerimento e da concessão.

Diante disso, pode-se chegar à conclusão que o fato gerador que deu causa ao recebimento de verbas salariais indevidas, trata-se de notória má-fé e deslealdade da servidora para com o órgão público municipal que a remunera. Diferentemente do direito de petição inerentes ao cargo ou função pública que se trata de um direito do servidor público, matéria esta defendida pela defesa e que deve ser rechaçada em todos os seus termos tais argumentos evasivos e de ordem subjetiva, pois, dar razão a servidora que pediu algo indevido e deu causa ao ato ilegal, seria o mesmo que aceitar e ratificar as irregularidades administrativas cometidas e concordar com os danos que causaram ao erário até então.

Assentamos ainda, que a conduta ética da servidora ao pleitear a incorporação com o nítido propósito de receber verbas indevidas é passível de penalidade administrativa disciplinar, por restar comprovado que o seu pedido causou danos ao erário público municipal, bem como, por não ter demonstrado a mesma na fase de instrução do presente PAD que o benefício de incorporação recebido é devido.

Diante do exposto, esta Comissão por unanimidade, com fulcro nos termos do art. 179, inciso XII, c/c art. 189, da Lei Municipal nº. 25/1997, ("*Ao servidor público é proibido: (...)XII - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública";* e "*A responsabilidade civil decorre de ato doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário ou a terceiros"*), entende que a conduta da servidora púbica seria passível **DA PENA DE DEMISSÃO**, com fulcro nos dispositivos legais abaixo transcritos, *litteris***:**

Art. 179 Ao servidor público é proibido: (...) XII - **VALER-SE DO CARGO PARA LOGRAR PROVEITO PESSOAL OU DE OUTREM, EM DETRIMENTO DA DIGNIDADE DA FUNÇÃO PÚBLICA**;

Art. 180 Será **aplicada a pena de demissão por transgressão dos incisos XII** a XX, referidos no artigo anterior.

Art. 189 - **A responsabilidade civil decorre de ato doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário** ou a terceiros. **Art.** 193 São penalidades disciplinares: III - **DEMISSÃO;** Em continuidade, o dispositivo legal dispõe:

Art. 198 - **A pena da demissão será aplicada nos seguintes casos**: (...)

XIII - **TRANSGRESSÃO DO ART. 179, INCISO XII** a XX;

Porém, entendemos ainda que a penalidade suscitada não atende ao princípio da PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, pois aplicar a risca e de forma drástica os termos da lei, sem atentar a vida pregressa do servidor público, seria o mesmo que desconsiderar sua vida pública e os anos enquanto investida no cargo público com dedicação, zelo, bem como, os relevantes serviços prestados ao Município. Fazemos tais apontamentos pessoais, com base no assento constante na ficha funcional da servidora, onde consta que esta nunca sofreu sanções administrativas disciplinares, ou seja, existem motivos suficientes para reconhecer a conduta profissional da servidora indigitada como idônea e conveniente para o serviço público. Torna-se imperioso reconhecer ainda que os agentes públicos que interviram no procedimento administrativo que deu causa a incorporação (PGM-Gestor/Prefeito à época) contribuíram para concretização da irregularidade do ato, existindo assim, culpa concorrente entre os mesmos, razão pela qual **OPINAMOS para que a penalidade de DEMISSÃO seja convertida em SUSPENSÃO SEM ÔNUS pelo prazo de 30 (trinta) dias.**

Opinamos pela atenuação da pena considerando as seguintes situações abaixo:

DAS ATENUANTES:

Trata-se de servidora pública municipal ingressada ao cargo por meio de concurso público na data de 18 de outubro de 1999, bem como, prestou serviços à prefeitura de Cáceres por meio de contrato temporário no período de 24/04/1997 a 17/10/1999. A servidora no decorrer da vida pública funcional exerceu funções de confianças com gratificações e, não existe nada em sua ficha funcional que desabone sua conduta ética profissional.

DAS AGRAVANTES:

Ao analisarmos as circunstâncias agravantes, entendemos que a servidora ao realizar a petição requerendo incorporação de função gratificada a sua remuneração sem a devida obtenção de direito, agiu em desacordo com o artigo art. 178 da Lei Complementar nº 25/1997, incisos II e III.

DOS ANTECEDENTES FUNCIONAIS:

Constatamos que não existe na ficha funcional da servidora registros em que a mesma tenha respondido a processos administrativos e/ou tenha sido penalizada. Deve-se levar também em consideração o tempo de serviço público desenvolvido e a capacidade funcional da servidora conforme demonstrado nas inúmeras funções de confiança exercidas.

Opinamos ainda para que seja encaminhado cópia na íntegra deste Processo Administrativo Disciplinar - PAD, ao Ministério Público Estadual para providencias que entender necessárias quanto a Improbidade Administrativa e devolução dos numerários por parte dos envolvidos ao erário público Municipal.

Do prejuízo ao cofre público municipal, entendemos que precisa ser apurado pela autoridade competente, pois, o Prefeito Municipal que deu causa a incorporação deve responder pelo ato administrativo (DECRETO) que determinou a incorporação de função gratificada as remunerações da servidora, bem como, o (a) procurador (a) jurídico (a) do município que emitiu parecer favorável ao pleito da servidora, pois, esses atos vem ocasionando prejuízos ao erário público municipal, desde o dia 25 de novembro de 2004. Nesse sentido, é dever da Administração Pública diante do princípio da legalidade, intervir, requisitar, punir, com intuído de atender ao interesse geral, que não pode ceder diante do interesse individual, e, no caso em testilha encaminhar ao órgão competente para que se apure os responsáveis pelos danos ao cofre público municipal em conformidade com o artigo 189 da Lei Municipal nº 25/1997, que assim dispõe: *Art. 189 A responsabilidade civil decorre de ato doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário ou a terceiros*.

Com fulcro nos termos do artigo 244 da Lei nº. 25/1997, encaminhamos o presente Processo Administrativo Disciplinar ao Chefe do Executivo Municipal, para análise e julgamento do presente relatório para fins de homologação.

Após volte os autos conclusos, para as deliberações necessárias, certificações e publicações.

Cáceres - MT, 14 de dezembro de 2016.

ODENISE JARA GOMES LENTE

Presidente da CPIAD

BENEDITO DA CUNHA E SILVA FILHO

Secretário da CPIAD

FÁTIMA ARRUDA DA SILVA

Membra da CPIAD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CÁCERES
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 027/2015.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo Disciplinar nº. 027/2015.

Portaria de instauração nº. 364 de 30 de julho de 2015.

Objeto: Apuração de ilegalidade e irregularidade na incorporação de função gratificada, relativo ao cargo de Coordenadora Jurídica Fiscal da Secretaria de Finanças (Decreto nº 515 de 25/11/2004)

Servidora acusada: Ana Lucia Carducci Gouvêa Mancuso

Vistos, etc.

Nos termos do artigo 244 da Lei Complementar nº. 25/1997, vieram conclusos os autos do Processo Administrativo Disciplinar nº. 027/2015, instaurado Inquérito por força da Portaria nº. 364 de 30 de julho de 2015 (fl. 23), para apuração da existência de ilegalidade e/ou irregularidade na incorporação de função gratificada à remuneração da servidora Ana Lucia Carducci Gouvêa Mancuso, relativo ao cargo de Coordenadora Jurídica Fiscal da Secretaria de Finanças (Decreto nº 515 de 25/11/2004).

O presente Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado após a Prefeitura Municipal de Cáceres ser notificada referente ao Relatório Técnico emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos autos do Processo nº 71.420/2010, segundo o qual, a servidora Ana Lucia Carducci Gouvêa Mancuso teria incorporado irregularmente os vencimentos do cargo de Coordenadora Jurídica Fiscal da Secretaria de Finanças, por meio do Decreto nº 515 de 25 de novembro de 2004.

Segundo consta no referido Relatório Técnico:

Irregularidade: Incorporação irregular dos vencimentos relativo ao cargo de Coordenadora Jurídica Fiscal (Decreto nº 515 de 25/11/2004), visto que esta não obedeceu aos preceitos disposto no caput do art. 160 da Lei Complementar nº 25/97 a qual estabelece o mínimo de 05 anos consecutivos ou 10 anos alternados no exercício de cargo de direção, chefia ou assessoramento para ter direito a incorporação dos proventos."

Providências em 2009:

Da análise da Ficha Financeira relativo ao exercido de 2009, verificou-se a servidora em análise continuou percebendo proventos relativo a incorporação de cargo comissionado no valor de R$ 3.000,00 mensais, bem como o adicional por tempo de serviço relativo a função integralizada no valor de R$ 540,00 mensais de janeiro a setembro e no valor de R$ 600,00 mensais a partir de outubro. Tais pagamentos são irregulares, pois para a servidora fazer jus a essa incorporação deveria ter ocupado cargo comis-

sionado por um período de 05 anos consecutivos ou 10 anos alternados. (fls. 08 dos autos)

Às fls. 125/134 consta a Ata de Instauração de Inquérito Administrativo Disciplinar, Ata nº 002/2016 – CPIAD, deliberando pela abertura de Inquérito Administrativo Disciplinar, nº 001/2016, em desfavor da servidora Ana Lucia Carducce Gouvêa Mancuso.

Devidamente citada (fl. 135/139) quanto ao presente processo administrativo disciplinar, a servidora apresentou cópia da defesa prévia escrita às fls. 143/154, desacompanhada de documentos, aduzindo, em síntese: (i) preliminarmente, prescrição quinquenal, ao argumento de que o prazo prescricional de 05 (cinco) anos teria iniciado quando da assinatura do decreto que concedeu a referida incorporação, ocorrendo a prescrição em 13/08/2013; (ii) violação ao princípio do Juiz Natural, ao argumento de que a Portaria 133/2016 modificou a composição da Comissão Processante designada pela Portaria nº 598/2015, incluindo um membro que estaria ocupando Cargo Comissionado, o que violaria o art. 211 da Lei Complementar nº 25/97; (iii) negativa da vigência ao princípio constitucional da isonomia, ao argumento de que as autoridades públicas e políticas que assinaram o seu pedido de incorporação não foram arroladas no presente processo administrativo disciplinar; (iv) no mérito, sucintamente, aduz que não praticou qualquer ilícito no exercício de suas funções e cumpriu todos os requisitos para ver incorporada a função gratificada; ao final, pugnou pelo acolhimento das preliminares, bem como pela produção de provas testemunhais, apresentando rol de testemunhas, e prova pericial, para contagem e análise dos documentos referentes as incorporações questionadas no presente processo administrativo disciplinar.

Por sua vez, a Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar, após análise da defesa prévia apresenta pela servidora, proferiu o despacho de fls. 156/162, não acolhendo as preliminares suscitadas pela defesa, bem como deferindo a oitiva das testemunhas arroladas e todos os meios de provas em direito admitidos.

Às fls. 182/185, foram acostadas as atas de oitiva das testemunhas: Abilio Maldonado Quina (fls. 182), Roberto Carlos Ferreira Mendes (fls. 183), Iram Fardim Caetano (fls. 184) e Eliana da Silva Carvalho (fls. 185), todas arroladas pela defesa.

A Secretaria Municipal de Administração, por meio do Memorando nº 389/2016 – RH, fls. 186, apresentou os seguintes documentos: Certidão de Tempo de Serviço com Função Gratificada (fls. 187) e cópia dos atos que designaram e revogaram as funções gratificadas exercidas pela servidora, com efetividade na função pública (fls. 188/194) e Decreto nº 515 de 25/11/2004 (fls. 195) que determinou a incorporação aos vencimentos da servidora, das vantagens referente ao cargo comissionado de Coordenadora Jurídica Fiscal.

Às fls. 197/198, foi juntada ata de interrogatório da servidora Ana Lucia Carducci Gouvêa Mancuso.

Alegações finais pela defesa, às fls. 229/242.

Relatório final da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar, às fls. 279/309, opinando: (i) pela irregularidade e ilegalidade do ato administrativo que determinou a incorporação do cargo comissionado à remuneração da servidora, ao fundamento de que a servidora não exerceu a Função Gratificada que foi incorporada ao seus vencimentos pelo menos por 05 (cinco) anos consecutivos, sendo que na data da incorporação da função gratificada aos seus vencimentos, as servidora não preenchia os requisitos exigidos no art. 160, inciso II, da Lei Complementar nº 25/1997; (ii) pela revogação do Decreto nº 515 de 25 de novembro de 2004 pelo reconhecimento da ilegalidade e irregularidade; (iii) que a pena de demissão seja convertida em suspensão sem ônus pelo prazo de 30 (trinta) dias; (iv) que seja encaminhado cópia na íntegra do presente processo administrativo disciplinar ao Ministério Público Estadual para as providências que entender necessárias quanto a Improbidade Administrativa e devolução dos numerários para parte dos envolvidos ao erário público Municipal.

É o necessário.

Com subsídio na Lei Complementar nº. 25/1997, artigo 245 § 1º e § 2º, a vista dos fatos apurados no presente Processo Administrativo Disciplinar, recebo o Relatório Final exarado pela Comissão Processante de Inquérito Administrativo Disciplinar, às fls. 279/309, o qual também adoto como relatório.

A apuração da legalidade dos atos administrativos insere-se na prerrogativa da Administração de autotutela de os seus próprios atos, sempre que se manifestarem ilegais ou inconvenientes.

Nesse sentido, vejamos a **Súmula 473 do STF**: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornaram ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

No bojo do presente processo, ficou demonstrado de forma cristalina que a servidora **não** implementou o prazo legal necessário para a incorporação das parcelas decorrentes do cargo de Coordenadora Jurídica Fiscal da Secretaria de Finanças, qual seja o exercício de, pelo menos, durante cinco anos consecutivos.

Preceitua o art. 160 da Lei Complementar nº 25/1997:

"Art. 160. O servidor público municipal ocupante de cargo efetivo do quadro permanente do município que durante 05 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) alternados, tiver exercido cargo de direção, chefia, assessoramento ou assistência na Administração Pública Municipal incorporará, definitivamente, à remuneração do cargo, para todos os efeitos legais, as vantagens pecuniárias da função de confiança, obedecido o seguinte:

I – a incorporação far-se-á com base nos vencimentos da função mais alta, desempenhada, pelo menos, durante 05 (cinco) anos;

II – o servidor deverá ter completado pelo menos 1/3 (um terço) do tempo de serviço necessário para sua aposentadoria voluntária.

§ 1º O servidor que após a incorporação, vier a fazer novamente jus a vencimentos da mesma espécie, perceberá apenas a diferença entre a incorporação e esta, se maior, durante a sua permanência voluntária.

§ 2º Para os fins deste artigo não será considerado o exercício de funções de confiança em outro órgão a nível Federal ou Estadual ou em outros Municípios.

§ 3º Lei específica estabelecerá a remuneração dos cargos em comissão de que trata o art. 11, inciso II, inclusive quando exercido por servidor.

§ 4º É vedada, sob qualquer pretexto, a incorporação da diferença referida no Parágrafo Primeiro."

Deveras, a planilha (fl. 302-verso) elaborada pela Comissão demonstra que, a servidora não implementou requisito previsto no inciso I do caput do dispositivo, que é ter desempenhado a função por pelo menos 05 (cinco) anos ininterruptos, ou 10 (dez) anos alternados, não preenchendo esse requisito, conforme apontado, inclusive, no Relatório Técnico emitido pelo Tribunal, às fls. 09/10, *in verbis:*

"Da análise dessas Portarias verificou-se que houve um lapso de 15 dias entre a exoneração da servidora do cargo em comissão de Coordenadora Jurídica Fiscal da Secretaria de Finanças, a qual se deu em 15.06.2000 e a nomeação da referida servidora no cargo em comissão de Gerente de Benefícios do Previ-Cáceres que ocorreu em 30.06.2000.

Dessa forma, ***tal servidora não faz jus a incorporação do cargo comissionado de Coordenadora Jurídica Fiscal,*** *já que não cumpriu o prazo de 05 anos ininterruptos ou 10 anos alternados em exercício de cargo comissionado, conforme exige o caput do art. 160 da Lei Complementar nº 25/97."*

Cabe, assim, a **anulação do Decreto nº 515 de 25/11/2004**, o qual viola dispositivo legal.

Nesse ponto, incumbe-nos considerar a questão invocada pela servidora Ana Lucia Carducci Gouvêa Mancuso no tocante à alegada prescrição do direito da administração de punir.

Excede ao objetivo da presente trazer à colação os conceitos de prescrição e decadência e a diferença entre os institutos.

O que nos cabe ponderar é que, no caso de anulação do ato administrativo, não se trata de punição, e, portanto, não se está cuidando de aplicar penalidade à servidora e o prazo que a Administração tem para isso. Cuida-se de restaurar a constitucionalidade e legalidade violadas pelo Decreto nº 515 de 25/11/2004.

E nesse passo, necessário pontuar que o instituto a ser aplicado ao referido caso concreto é o da decadência, ou seja, questão ligada ao direito material e que constitui a perda do direito em si.

Em suma: no caso de desfazimento ou anulação de ato administrativo aplica-se o instituto da decadência, cujo prazo, segundo os princípios da analogia, isonomia e reciprocidade, em não existindo disposição legal municipal específica, aplica-se o da lei federal, que é de cinco anos, já que esse é o prazo de prescrição em favor da Administração.

O art. 54 da Lei federal 9.784/99 estabelece que:

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada máfé.

Como é sabido, a regra geral da prerrogativa de a Administração desfazer ou anular os atos administrativos cede passo em certas circunstâncias especiais, que poderão surgir, e que acabem por conduzir a Administração a manter o ato inválido. Essas circunstâncias constituem verdadeiras limitações ao dever de invalidação dos atos e podem apresentar-se sob dois aspectos: o decurso do tempo e a consolidação dos efeitos produzidos.

Mas, considerando-se o ato sob apreciação – incorporação de parcelas relativas ao cargo em comissão de Coordenadora Jurídica Fiscal -, será que o decurso do tempo ou o fato de a servidora estar recebendo há longo tempo o benefício, pode-se dizer que se operou a decadência, ou seja, a Administração está impedida de rever tal ato?

A resposta vem do posicionamento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que **não é aplicável o prazo decadencial em situações flagrantemente inconstitucionais**. É o que deflui da decisão proferida no MS 28. 729/DF, Pleno, Min. Rel. Ellen Gracie, p. 16/12/2010, em que foi afastada a decadência administrativa por se tratar de ato manifestamente inconstitucional. Debateu-se, na ocasião, a circunstância da ausência de concurso público para provimento de cargos públicos (art. 37, II).

Na mesma direção, as decisões proferidas pela Suprema Corte nos MS 28.283/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 15.03.2012; MS 26.860/DF, Pleno, Rel. Min. Luiz Fux, p. 23.09.2014.

Ora, no caso em tela, verificou-se que a servidora incorporou vantagem do cargo de Coordenadora Jurídica Fiscal em violação flagrante ao disposto no inciso XIV do art. 37 da Constituição Federal, tendo em vista que a Emenda Constitucional n. 19, de 04 de junho de 1998, realizou substancial alteração na Carta Magna brasileira, fazendo constar no inciso XIV do art. 37 que *"os acréscimos pecuniários recebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores".*

Portanto, a incorporação de vantagem transitória à remuneração do servidora Ana Lucia Carducci Gouvêa Mancuso, regulada pelo art. 160 da Lei Complementar n.º 25/1997, sofre de inconstitucionalidade a partir da promulgação das Emendas Constitucionais 19, de 04 de junho de 1998.

Portanto, o Decreto nº 515 de 25 de novembro de 2004, maculado com o vício da inconstitucionalidade e ilegalidade, deve ser desfeito, anulado.

De se dizer que à anulação de atos administrativos que interferem nos direitos e interesses de terceiros, precede a intimação do interessado, em homenagem ao devido processo legal, com os corolários da ampla defesa e do devido processo legal (art.5º.LV, CF) e nos termos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 594.296, reconhecida a repercussão geral do tema (tema 138), no sentido de que ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados, porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo (Pleno, Rel. Min. Dias Toffoli, p. 21.09.2011).

Entretanto, observa-se ao longo da tramitação do processo administrativo em comento, que a servidora manifestou-se expressamente e ofertou todas as razões que entendeu pertinentes, pugnando pela regularidade do Decreto 515/2004.

Assim, em atenção ao princípio de economia processual, é de se conhecer as razões de defesa, **convalidando-se todos os atos processuais feitos**, e, para, no mérito, rejeitá-las. A uma porquanto a servidora não cumpriu o requisito mínimo exigido para a incorporação deferida pelo Decreto nº 515/2004; a duas porque a incorporação formalizada atenta flagrantemente ao disposto no art. 37, XIV, da CF.

Quanto a tese de prescrição da pretensão punitiva, entendo que melhor sorte não assiste a defesa.

O art. 207, da Lei Complementar nº 25/97, estabelece que:

"Art. 207. A ação disciplinar prescreverá:

I – em 05 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de disponibilidade ou aposentadoria e destituição de cargo em comissão;

II – em 02 (dois) anos, quanto à suspensão;

III – em 180 (cento em oitenta) dias, quanto

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o ilícito foi praticado ou do momento em que se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na Lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º Interrompido o curso da prescrição, este recomeçará a correr, pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção."

O Superior Tribunal de Justiça considera o entendimento de que o prazo prescricional se inicia a partir do momento em que a autoridade competente para a instauração do processo disciplinar tomou ciência do fato irregular. Nesse sentido, cita-se:

AGRAVO REGIMENTAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. TRANCAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PRESCRIÇÃO. MARCO INICIAL. DATA EM QUE A AUTORIDADE COMPETENTE TOMOU CIÊNCIA DAS IRREGULARIDADES. ART. 142, I, DA LEI 8.112/90. OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE.

SÚMULA 7/STJ. 1. **O prazo prescricional para a aplicação de penalidade administrativa inicia-se quando a autoridade competente tomou conhecimento das irregularidades a serem apuradas.** 2. Alterar as conclusões do Tribunal de origem sobre o conhecimento das irregularidades pela autoridade competente demanda necessária a incursão na seara fático probatória, o que atrai o óbice da Súmula 7/STJ. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ – AgRg no REsp: 647416 AL 2004/0015247-2, Relator: Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), Data de Julgamento: 04/06/2013, T6 – SEXTA TURMA, Data da Publicação: DJe 13/06/2013)

Portanto, a abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade

competente. Deste feita, com a instauração do processo disciplinar, o prazo prescricional fica interrompido e, só volta a correr com a decisão da autoridade julgadora.

No presente caso, o então prefeito municipal tomou conhecimento da irregularidade a ser apurada apenas quando foi notificado do Relatório Técnico emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, nos autos do Processo nº 71.420/2010, sendo que, após tomar conhecimento das irregularidades, ato continuo, determinou a instauração do presente processo administrativo, por meio da Portaria nº 202, de 13 de julho de 2010 (fl. 01/02).

Assim, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva, haja vista que o prazo prescricional está suspenso, desde a instauração do presente processo administrativo.

Quanto a penalidade, a Comissão Permanente de Inquérito Administrativa Disciplinar opinou para que a penalidade de demissão seja convertida em suspensão sem ônus pelo prazo de 30 (trinta) dias, ao argumento de que deve ser considerado a vida funcional da servidora, a qual nunca teria sofrido sanções administrativas disciplinares, segundo consta em sua ficha funcional.

Contudo, com todo o acatamento devido às opiniões externadas pela Comissão Permanente de Inquérito Administrativa Disciplinar, **divirjo da referida opinião de conversão da penalidade**.

Constata-se que a incorporação recebida pela servidora é indevida, e, aceitar a tese defensiva, seria o mesmo que reconhecer a legalidade de um ato administrativo eivados de vícios e irregularidades que vem ocasionando prejuízos a Administração Pública Municipal de Cáceres por anos. No caso específico, oriundas da ação da servidora, dos agentes políticos e eletivos,onerando mensalmente o cofre público municipal desde o mês de novembro do ano de 2004.

Constata-se, ainda, que o requerimento da servidoraAna Lucia Carducci Gouvêa Mancuso, solicitando incorporação de função gratificada a sua remuneração, trouxeram danos ao erário público municipal, **tratando-se de notória má-fé e deslealdade com o órgão público municipal que a remunera, uma vez que como servidora efetiva no cargo de advogada nesta Prefeitura de Cáceres, é conhecedora das normativas especiais e vigentes, agravando-se ainda por exercer funções gratificadas e cargos comissionados de Procuradora da Previ-Cáceres e Coordenadora Jurídica, além de outras funções de chefia. Estando sob sua responsabilidade zelar pelo cumprimento da legalidade para o bem comum do serviço público municipal.**

Os cargos exercidos pela servidora efetivasão revestidos de responsabilidades e de confiança administrativa, notória má fé utilização do cargo público para benefício próprio, contrariando às leis. A incorporação requerida pela servidora de cargo comissionado, jamais poderia ter ocorrido e efetivado, dado ao disposto na Lei Orgânica Municipal em seu artigo 79 inciso I, e artigo 80 §1, descritos abaixo.

Mesmo que fosse legal a incorporação de cargo comissionado, a servidora não preencheu todos os requisitos exigidos no artigo 160 da Lei complementar nº. 25/1997, como demonstrado nos documentos aos autos.

Do disposto em Lei, a concessão do benefício (incorporação) realizadas pelas autoridades a época, infringiram de morte as Leis vigentes, ações descritas nos seguintes termos da Lei Orgânica Municipal, artigo 75, *in verbis*.

“São crimes de responsabilidade os atos praticados pelo Prefeito Municipal, que atentarem contra a Constituição Federal, a Constituição Estadual, esta Lei Orgânica e, (...).’

Não podendo deixar de mencionar a Constituição Federal no artigo 37, inciso XIV, que assim dispõe sobre a remuneração de cargos comissionados.

“Art. 37- A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...) XIV – Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores;”

A servidora por meio de sua petição (requerimento), e aqueles que concederam a incorporação a sua remuneração, infringiram a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº. 25/1997 em seus artigos. 179 inciso XII, artigo 180 e artigo 198 inciso X, com penalidades prevista no artigo. 193 inciso III.

Ora, é incontestável que a servidora descumpriu o dever de lealdade ao requerer algo (incorporação) que não possuía direito, não respeitando às leis.

Hely Lopes Meirelles[1] alude que:

“5.1.1 *Dever de lealdade* – O *dever de lealdade*, também denominado *dever de fidelidade*, exige de todo o servidor a maior dedicação ao serviço e o integral respeito às leis e às instituições constitucionais, identificando-o com os superiores interesses do Estado. Tal dever impede que o servidor atue contra os fins e os objetivos legítimos da Administração, pois que, se assim agisse, incorreria em infidelidade funcional, ensejadora da mais grave penalidade, que é a demissão, vale dizer, o desligamento compulsório do serviço público.” (g.n.)

Sabedores que ilegalidade acarreta nulidade do ato administrativo, impedindo-o de gerar efeitos legais, amparado nas normativas elencadas abaixo, onde.

“A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.” (Lei complementar nº. 25/1997, artigo 135).

“As sanções civis, penais e administrativas poderão acumular-se, sendo independentes entre si, assim como as respectivas instâncias”. (Lei complementar nº. 25/1997, artigo 192).

“A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou inquérito administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.” (Lei complementar nº. 25/1997, artigo 209).

E, pelo poder discricionário da Administração Pública, pelo princípio da autotutela administrativa, pautado no Princípio Constitucional da Legalidade, da Moralidade, da Impessoalidade, da Imparcialidade, pelas infrações cometidas pela servidora.

DECIDO.

a) Pela anulação do Decreto nº. 515 de 25 de novembro de 2004, que determinou a incorporação a remuneração da servidora Ana Lucia Carducci Gouvêa Mancuso, das vantagens do cargo comissionado de Coordenadora Jurídica Fiscal, revogando seus efeitos, por violação ao art. 37, XIV, da Constituição Federal e art. 160, I, da Lei Complementar nº 25/1997.

b) Pela aplicação do inciso III do artigo 193 da Lei Complementar nº 25/1997 com pena de DEMISSÃO à servidora Ana Lucia Carducci Gouvêa Mancuso, por infrações disciplinares ao artigo 179 inciso XII; artigo 180; artigo 198 inciso X e XIII, e, ressarcimento ao Erário, sem prejuízo de ação penal cabível.

c) Pela apuração dos valores da incorporação pagos indevidamente à servidora Ana Lucia Carducci Gouvêa Mancuso, a ser realizado pela Secretaria Municipal de Administração;

d) encaminhe-se cópia na íntegra do presente Processo Administrativo Disciplinar ao Ministério Público Estadual, para providencias quanto a improbidade administrativas de agentes públicos, de agentes políticos e eletivos que também são responsáveis por essas irregularidades e ilegalida-

des que onerou e onera o cofre público municipal da Prefeitura de Cáceres.

É a decisão.

Em atendimento ao princípio Constitucional da Publicidade, publique-se.

Expeça-se com urgência;

Cáceres, 06 de dezembro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

PREFEITO DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 255 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DEZEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **332**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, ora denominada contratante, e senhor(a) **ELIZENE PIRES DE PAULA** denominado(a) contratado(a), no cargo de Assistente Administrativo para exercer sua função na Secretaria Municipal de Educação, considerando o volume de demandas do setor de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Educação no final e na abertura do exercício e o atendimento as 39 unidades escolares pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 01/01/2020 até 31/03/2020 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 9 de Dezembro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____

RG Nº:_____

CPF Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 413 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 224,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **MONICIA PEREIRA DE ARAUJO ,** Licenciada em Pedagogia para exercer suas funções na E.M Santos Dumont, acréscimo de **20 horas/semanais** com efeito retroativo no período de **25/11/2019 a 27/11/2019,** em substituição a professora Gisele M. M. Muniz que se encontra de atestado médico.

Cáceres, 25 de Novembro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

DECRETO Nº. 726 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Memorando nº. 33.429 de 10 de dezembro de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Delegar poderes administrativos e financeiros à senhora **NATALY VELOSO DE QUEIROZ** – Coordenadora Jurídica de Licitação, para assinar e encaminhar documentos pertinentes à Procuradoria, na ausência do Procurador Geral do Município, de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de dezembro de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 10.12.19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE CÁCERES
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 009/2016.

CARTA DE CITAÇÃO Nº. 003/2019

Lei Municipal nº. 25/1997
Art. 212 A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

DESPACHO/DECISÃO. Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar nº. 009/2016, instaurado pela Portaria nº. 133 de 04/04/2016 **para apurar supostas irregularidades e/ou ilegalidades na incorporação de função gratificada da servidora** Ana Suely Gattass, brasileira, casada, com

Cadastro de Pessoa Física sob n. 432.568.801-34, com Carteira de Registro Geral sob nº 767.433 SSP/MT, residente e domiciliada à Rua São Pedro nº. 674 bairro Cavalhada em Cáceres/MT. CEP: 78.200.000, aprovada em concurso público homologado pelo Decreto nº. 217 de 27 de agosto de 1993, admitida a partir de 06 de fevereiro de 1995 para o cargo de professora Licenciada em Biologia. É O QUE MERECE REGISTRO, FUNDAMENTAMOS E DECIDIMOS. Preliminarmente a Comissão de Inquérito ao instalar os trabalhos, em Ata de nº. 009/2017/CPIAD (fls.52/53) qualificou a servidora e deliberou pela sua NOTIFICAÇÃO prévia, encaminhando-lhe cópia na íntegra do PAD nº. 009/2016, para conhecimento e apresentação de suas razões por escrito no prazo de 15 dias. A partir da Notificação Prévia (fls.54) a servidora foi convidada desde o início a participar do andamento dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Inquérito. A presente carta, extraída dos autos abaixo-identificados, tem por finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa senhoria, na qualidade de acusada por todo o conteúdo do despacho ao final transcrito e contidos na **Ata de Indiciação nº. 003/2019/CPIAD** juntado às (fls.134/137) dos autos, sendo sua cópia parte integrante desta Carta Citatória.

ESPÉCIE: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 009/2016.

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO Nº. 133 DE 04 DE ABRIL DE 2016.

SERVIDORA ACUSADA ANA SUELY GATTASS.

Notificada a servidora com cópia na íntegra do Processo Administrativo Disciplinar nº. 009/2016 manifestou por escrito por meio de defesa técnica - fls. 55/82- e, os fatos trazidos, não são suficientes para demonstrarem por ora que as provas acostadas nos autos são inverdades ou ilegais, não foram apresentados fatos modificativos ou extintivos das acusações, razões que esta comissão de Inquérito prossegue com a análise do Processo Administrativo Disciplinar. ISSO POSTO e por tudo mais que dos autos constam, **CITAMOS** a servidoraAna Suely Gattass **dos seguintes fatos acusatórios: 1º FATO -** utilizar da função pública para requerer incorporação de função gratificada a sua remuneração; **2º FATO -** não exercer a função gratificada de chefe de divisão por *05 (cinco) anos* consecutivos ou 10 (dez) alternados, para no prazo de 15 (dias) dias apresentar **DEFESA PRÉVIA** por escrito com indicação de rol de testemunha no limite máximo de 05 (cinco), utilizando de todos os meios e recursos admitidos em direito.

ADVERTÊNCIAS. a) **PRAZO.** O prazo para apresentação da defesa prévia é de 15 (quinze) dias, partindo da juntada da citação nos autos do Processo. b) Caso a servidora não apresente a defesa prévia no prazo previsto, "a revelia será declara por termo nos autos do Processo" (art.230 da Lei Complementar nº. 25/1997 nas alterações da L.C. nº. 94/2011), certificado também a sua preclusão.

DOS DISPOSITIVOS LEGAIS a) **Art.** 209-A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou inquérito administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa; b) **Art.** 210-As denúncias sobre as irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e formulada por escrito confirmada a autenticidade; c) **Art.** 216 Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade: de suspensão por mais de 30 (trinta) dias; de demissão; de cassação de disponibilidade ou aposentadoria; de destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração do inquérito administrativo disciplinar.

Cáceres, 04 de dezembro de 2019.

ODENISE JARA GOMES LENTE

Presidente da CPIAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 421 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE NOVEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acréscimo da carga horáriapor prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo no Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **Ana Lucia Faria Ortiz Lopes,** Licenciada em Pedagogia da EM Duque de Caxias, acréscimo de **10 horas/excedentes** no período de 26/11/2019 a 19/12/2019, em substituição a Marinete da Silva Rego que encontra se de Atestado Médico.

Cáceres, 26 de Novembro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____

RG Nº:_____

CPF Nº: _____

CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 412 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE DEZEMBRO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 005,** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **ERIKA DAIANY BALDUINO ALVES,**Licenciada em Pedagogia para exercer suas funções na E.M Frei Grignion, acréscimo de **20 horas/semanais** com efeito retroativo no período de 22/11/2019 a 21/12/2019, em substituição a professora Ignis Marcelle Vieira Sobral Macedo que estava de atestado Médico.

Cáceres, 22 de Novembro de 2019

_____
_____

Luzinete Jesus Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
PORTARIA Nº 8.531, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

"Nomeia Fiscal Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização de Obra".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em consonância com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

I - Nomear o Engenheiro **LUCAS FERREIRA DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 2382233-3 SSP/MT, CPF nº 045.526.761-80 e Carteira Profissional do CREA MT040867/D, expedida em 24/10/2017 e Registro Nacional nº 1216947600, para exercer a função de Fiscal, Responsável pelo Acompanhamento e Fiscalização da obra **"CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO MUNICIPAL",** objeto da Licitação Tomada de Preços nº 005/2019, Contrato Administrativo nº 042/2019, em conformidade com o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

II - Caberá ao Fiscal nomeado exercer suas funções em rigorosa obediência às disposições formais e legais que regem a matéria, em especial às emanadas pelo Sistema GEO-BRAS.

III - O exercício da função atribuída ao Fiscal nomeado **não acarretará ônus para o Município**.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis/MT, 10 de dezembro de 2019.

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 008 DE 05.12.2019

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO - CAMPINAPOLIS - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00008, de 05 de Dezembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
NILTON QUINTINO GONCALVES	015.332.448-12	9863/00081/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: JEAN FARIA	Matrícula: 00001551
Cargo: SECRETÁRIO DE FINANÇAS	Assinatura:

Data de afixação: 05/12/2019

Data de desafixação: 20/12/2019

SETOR DE LICITAÇÕES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2019

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 3286/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2019.

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preços Nº 028/2019, referente ao Pregão Presencial nº 028/2019, cujo objeto é a futura e eventual aquisição de veiculo tipo caminhonete para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR o processo levado a efeito pelo Pregoeiro através do Pregão Presencial nº 47/2019 para adesão à Ata de Registro de Preços Nº 028/2019, referente ao Pregão Presencial nº 028/2019, cujo objeto é a aquisição de veiculo tipo caminhonete para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação; adjudicando o objeto licitado a empresa vencedora em seu respectivo item, qual seja:

PEDRAGON AUTOS LTDA- CNPJ 03.935.826/0001-30					
Item	**Unid.**	**Quant.**	**DESCRIÇÃO**	**Valor Unit.**	**Valor total**
1	Unid	01	**VEÍCULO TIPO CAMINHONETE CABINE DUPLA**, cor branca, zero km (Primeiro emplacamento em nome da EMBRAPA), capacidade para 05 (cinco) ocupantes, motor turbo compressor diesel **"que atenda as exigências PROCONVE L6.**	**R$160.000,00**	**R$160.000,00**
TOTAL					**R$160.000,00**

Devendoser pago mediante a execução do serviço, com a fatura em documento válido, após o atesto de seu recebimento.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, onze de dezembro de 2019.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 0007 DE 05.12.2019

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO - CAMPINAPOLIS - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00007, de 05 de Dezembro de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
CROMO AGRICOLA LTDA	01.865.670/0001-33	9863/00083/2019
CROMO AGRICOLA LTDA	01.865.670/0001-33	9863/00084/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: JEAN FARIA	Matrícula: 00001551
Cargo: SECRETÁRIO DE FINANÇAS	Assinatura:

Data de afixação: 05/12/2019

Data de desafixação: 20/12/2019

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 088/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Campinápolis – MT.

Contratada: FERNANDO DIDOMÊNICO COMÉRCIO – ME, CNPJ nº 08.385.840/0001-21.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração da CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DO CONTRATO, do contrato original assinado em 19 de agosto de 2015, prorrogando seu prazo de vigência por mais 230 (duzentos e trinta) dias, período compreendido de 31/12/2019 a 17/08/2020..

Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas não mencionadas neste Termo Aditivo.

Assinam: Jeovan Faria, por parte da CONTRATANTE e Fernando Didomênico, por parte da CONTRATADA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
ORDEM DE INÍCIO DE OBRA Nº 005/2019

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais resolve, **AUTORIZAR**,

A empresa **MAF CONSTRUTORA EIRELI,** inscrita no CNPJ sob o nº 20.938.378/0001-48, com sede na Rua Filomena Nunes Magalhães, 40, Vila Ceará, Aragarças/GO, a iniciar a execução da obra **"CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO",** objeto da Licitação Tomada de Preços nº 005/2019, Contrato Administrativo nº 042/2019.

Valor Global do Empreendimento: **R$ 1.817.368,37** (Um milhão oitocentos e dezessete mil, trezentos e sessenta e oito reais e trinta e sete centavos).

Prazo de Execução: 270 (Duzentos e setenta) dias a contar do Recebimento / Ciência desta.

As despesas correrão à conta da dotação Orçamentária:

06.030.12.361.0012.1117.4490510000 – Código Reduzido: 0181 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com o Memorial Descritivo, Planilha de Quantitativos, especificações e prazos contidos no Edital de Tomada de Preços e Contrato Administrativo referidos acima.

Campinápolis/MT, 09 de Dezembro de 2019.

Jeovan Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.066, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 1.300.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 1.300.00,00 (um milhão e trezentos mil reais), nos termos do inciso I do art. 41, da Lei Federal nº 4.320/64, nas seguintes dotações orçamentárias:

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

09.003 **FUNDEB**

003.12.361.0007.20079 REMUNUERAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB 60%

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.19.000000. Transferências do Fundeb 40% - Exercício..... R$ 600.000,00

003.12.365.0007.20144 REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO – CRECHE – FUNDEB 60%

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.19.000000. Transferências do Fundeb 40% - Exercício..... R$ 450.000,00

003.12.365.0007.20145 REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO–PRÉ–ESCOLA-FUNDEB 60%

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.19.000000. Transferências do Fundeb 40% - Exercício..... ....R$ 16.696,00

0.1.00.000000. Recursos Ordinários - Exercício..... .....R$ 233.304,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO..... .....R$ 1.300.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial com remanejamento e transposição na forma do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, das seguintes dotações orçamentárias:

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

09.003 FUNDEB

003.12.361.0007.10068 CONSTRUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES - FUNDEB

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.19.000.000. Transferências do Fundeb 40% - Exercício..... ...R$ 754.294,00

003.12.365.0007.10069 CONSTRUÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – EMEIS - FUNDEB

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.19.000.000. Transferências do Fundeb 40% ....R$ 310.402,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

09.003 **FUNDEB**

003.12.361.0007.20078 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO –FUNDEB 40%

3.1.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.19.000000. Transferências do Fundeb 40% - Exercício..... .....R$ 1.750,00

3.1.91.00.00.00 - APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS

0.1.19.000000. Transferências do Fundeb 40% - Exercício..... .....R$ 250,00

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

07.004 DEPARTAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO

004.26.781.0005.10021. CONSTRUÇÃO DO AERÓDROMO MUNICIPAL

4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

0.1.00.000000. Recursos Ordinários – Exercício ....R$ 233.304,00

TOTAL DA ANULAÇÃO.....R$ 1.300.000,00

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 –LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 –LOA.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.065, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoria: Poder Executivo Municipal

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 1.901, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2018 A 2021 – PPA E A LEI MUNICIPAL Nº 1.949, DE 03 DE OUTUBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 – LDO, COMPATIBILIZANDO-AS COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.974, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 – LOA.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Orçamento Anual do exercício financeiro de 2019, aprovado pela Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 – LOA, passa a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021 – PPA e a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 – LDO, compatibilizando as 03 (três) peças de planejamento orçamentário.

Parágrafo único.As alterações orçamentárias autorizadas nos artigos 5º e 6º da Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, realizadas pelo poder executivo através de Decreto, passam a integrar a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 – LOA, a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021 – PPA e a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 – LDO.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

Fomento nº 19/2019

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X, **ROTARY CLUB DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, inscrita no CNPJ nº 03.615.736/0001-62.

Objeto: O presente Termo de Fomento tem por objetivo firmar parceria, por interesse público, com a entidade Rotary Club de Campo Novo Do Parecis, para a apoio financeiro, na aquisição de cadeiras de rodas e outros equipamentos ortopédicos, conforme especificações do Plano de Trabalho (Ofício nº 01/2019 – parte integrante deste Instrumento).

Dotação Orçamentária

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 007. Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Programática: 11.007.08.242.0013.20123.3.3.50.43.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recurso Ordinário Exercício

Fonte de Recurso: 0.3.00.000000 – Recurso Ordinário Exercício Anterior

Valor: 54.900,00

Data: 11/12/2019

Procedimento Inexigibilidade de Chamamento Público nº 19/2019

Secretaria: Secretaria Municipal de Assistência Social

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 2.064, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoria: Poder Executivo Municipal

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), nos termos do inciso I do art. 41, da Lei Federal nº 4.320/64, nas seguintes dotações orçamentárias:

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

001.10.302.0010.20093. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM LABORATÓRIO MUNICIPAL

3390000000. Aplicações Diretas

0.1.02.000000 – Receita de Impostos e de Transferências Impostos– Saúde- Exercício

.....R$ 20.000,00

001.10.303.0011.20097. AUXÍLIO E SUPORTE A ALIMENTAÇÃO ESPECIAL E ENTERAL

3390000000. Aplicações Diretas

0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – Exercício.....R$ 80.000,00

TOTAL.....R$ 100.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial ou total com remanejamento e transposição na forma do art. 43, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 4320/64, das seguintes dotações orçamentárias:

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

001.10.303.0011.20095. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A FARMÁCIA MUNICIPAL

3390000000. Aplicações Diretas

0.1.00.000000 – Recursos Ordinários – Exercício.....R$ 80.000,00

0.1.02.000000 – Receita de Impostos e de Transferências Impostos – Saúde - Exercício .....R$ 20.000,00

TOTAL.....R$ 100.000,00

Art. 3º. As alterações constantes desta Lei passam a integrar a Lei Municipal nº 1.901, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, a Lei Municipal nº 1.949, de 03 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019 – LDO, e a Lei Municipal nº 1.974, de 26 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019 –LOA.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 201, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

altera a nomenclatura E ATRIBUIÇÕES do cargo de COORDENADOR ADMINISTRATIVO, vinculado À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, para COORDENADOR DE OBRAS PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

o disposto no Art. 59, inciso VIII, alínea “a”, da Lei Orgânica Municipal; o disposto no Art. 13, da Lei Complementar nº 21, de 08 de abril de 2009, e alterações posteriores; o disposto no Art. 1º do Decreto Executivo nº 30/2019; o Memorando nº 635/2019, proveniente da Secretaria Municipal de Infraestrutura, datado de 10 de dezembro de 2019; a necessidade administrativa.

DECRETA:

Art. 1º A nomenclatura do cargo **Coordenador Administrativo**, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura,passa a corresponder com a nomenclatura de **Coordenador de Obras Públicas,** com as seguintes atribuições, dentre outras de sua natureza:

Coordenar e acompanhar as obras e reparos solicitados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, e a articulação com as demais Secretarias que solicitarem os seus trabalhos, quando autorizado pelo Secretário da Pasta;

Acompanhar a organização dos canteiros municipais;

Coordenar e acompanhar as obras de acessibilidade junto às calçadas e rampas nos passeios públicos do município;

Coordenar e acompanhar as construções das praças, canteiros e estacionamentos públicos;

Coordenar e acompanhar as obras e reformas em prédios públicos que estiverem sob sua responsabilidade;

Coordenar e acompanhar a construção e execução de bocas de lobo, poços de visitas e drenagem de águas pluviais;

Coordenar a qualidade da execução de toda obra que estiver sob sua responsabilidade;

Planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e fiscalizar as atividades do pessoal que estiverem sob sua responsabilidade;

Participar da implantação de planos, fluxos e rotinas, objetivando a simplificação e aperfeiçoamento de métodos de trabalho;

Solucionar problemas surgidos em seu âmbito de trabalho e quando de maior relevância e peculiaridade submeter à apreciação superior;

Elaborar relatório periódico com informações das atividades;

Executar outras atribuições determinadas pelo superior imediato, afetas à sua área de atuação.

Art. 2º. O Quadro Geral dos Órgãos e Cargos em Comissão da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal passa a vigorar nos termos do Anexo I deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE RESULTADO PE 118/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 118/2019, destinado à REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de artigos de vestuário, uniformes e camisetas para projetos e eventos, para atender as Secretarias Municipais, teve como vencedora a empresa: S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA - EPP, com o valor

total de R$ 207.249,00 (duzentos e sete mil e duzentos e quarenta e nove reais).

Campo Novo do Parecis - MT, 11 de dezembro de 2019.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 287/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 118/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR:S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA – EPP.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de artigos de vestuário, uniformes e camisetas para projetos e eventos, para atender as Secretarias Municipais.

Valor total: R$ 207.249,00.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 002 ao Contrato de Prestação de Serviço nº 70/2018

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x **GENTE SEGURADORA SA**,CNPJ 90.180.605/0001-02.

Objeto: O presente Termo tem por objeto retificar a Cláusula Terceira – Do Valor – do Termo de Aditivo 01 do contrato nº70/2018.

Valor: 35.047,83

Data: 11/12/2019

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial n° 139/2018

Secretaria: Secretaria de Infraestrutura

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 636, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

DESIGNA O SERVIDOR **MARCIO ANTÃO CANTERLE** PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR O TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL *Nº 002/2019* FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS –MT E ASSOCIAÇÃO DE MOTOTAXISTAS RODÃO DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO N° 135/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCEDIMENTOS E LABORATÓRIO**, na modalidade Pregão (presencial) **n° 135/2019** a se realizar no dia **16/01/2020 às 08h30min**, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 11 de Dezembro de 2019.

LEILA GUBERT

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CONDECON Nº 007 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

RESOLUÇÃO CONDECON Nº 007 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições, nos termos da Lei Municipal de Nº 1.566/2010, que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC e institui a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON Municipal de Campo Verde-MT, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON e o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON, na Reunião Ordinária realizada no dia 05 de Maio de 2019.

CONSIDERANDO:

Lei Municipal 1566/2010 de 24/02/2010 – que dispõe sobre o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 05 de maio de 2019 na Ata nº 018/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os (as) Conselheiros (as) do CONDECON para a gestão do Biênio 2019/2021 conforme a seguir:

1 - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, como **Conselheira Titular, TATIANE ANDRADE FERREIRA**, portadora do RG n.º 51239573 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 713.607.601-30, endereço: Rua Amapá, n.º 343, Bairro São Lourenço, na cidade de Campo Verde-MT, telefone 66-3419-3481, email: tatianefzaneti@gmail.com e como **Conselheira Suplente, ELISANGELA TEZA DOS SANTOS**, portadora do RG n.º 88951484 SSP/PR, inscrita no CPF sob n.º 047.337.369-67, endereço: Rua São Salvador, n.º 404, Bairro Centro, na cidade de Campo Verde – MT, telefone: 66-3419-1424, e-mail: elytz@hotmail.com.

2 – Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, como **Conselheira Titular, GISLEINE CRISTINA ARAGON DA SILVA**, portadora do RG n.º 12782068 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 925.679.671-68, endereço: Rua Rio de Janeiro, n.º 1445, Bairro Campo Real II, na Cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-1062, e-mail: gisleine001@hotmail.com e como **Conselheira Suplente, MARINES REFATI ALMEIDA**, portadora do RG n.º 909.940 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 544.334.601-68, endereço: Rua Rio de Janeiro, n.º 255, Bairro Centro, na Cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-1062, e-mail: planejamento@campoverde.mt.gov.br.

3 – Representantes da Secretaria Municipal de Administração, como **Conselheira Titular, JACIANE SCHMEDIKE**, portadora do RG n.º 1089594012 SSP/RS, inscrita no CPF sob n.º 008.727.570-80, Endereço: Rua Danilo Adib Nogueira, s/n, Bairro Jardim América, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-1244, e-mail adm_secretaria@campoverde.mt.gov.br e como **Conselheira Suplente, SIDELVANI PEREIRA BORGES**, portadora do RG n.º 1466030-0 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 000.698.661-71, endereço: Fazenda Meira, Zona Rural, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-1244, e-mail adm_secretaria@campoverde.mt.gov.br.

4 – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Verde-MT, como **Conselheiro Titular, REGINALDO GONÇALVES CAMPOS**, portador do RG n.º 1184682-65 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 890.132.471-72, endereço: Rua São Salvador, n.º 281, Bairro Centro, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-4481, e-mail: reginaldo.klique@hotmail.com e **como Conselheira Suplente, PATRICIA SANTOS LOPES**, portadora do RG n.º 09740465 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 790.064.501-20, endereço: BR 070, KM 420, n.º 188, Assentamento Santo Antônio da Fartura, Zona Rural, na Cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-4481, e-mail: patysanlgomes@gmail.com.

5 – Representante do Lions Clube Centenário Campo Verde, como **Conselheira Titular, ALBANITA FERREIRA MACHADO**, portadora do RG n.º 3289262 SSP/SC, inscrita no CPF sob n.º 017.599.079-44, endereço: Rua

Recife, n.º 1563, Bairro Centro, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-1224, e-mail: albanitap@hotmail.com e como **Conselheiro Suplente, ODILON DE BRITO FILHO**, portador do RG n.º 295173 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 314.420.051-49, endereço: Rua Fortaleza, n.º 196, Bairro Centro, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-1224, e-mail: odilonbrito@hotmail.com.

6 – Representante da 23ª Subseção de Campo Verde, como **Conselheira Titular, DANIELA IVO SANTOS**, portadora do RG n.º 17839645 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 029.607.511-67 e inscrito na OAB/MT sob o n. º 20489, endereço: Rua Teresina, n.º 558, Centro, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-3516, e-mail: dani_cruzadvocacia@outlook. com e como **Conselheira Suplente, DAIANE CRISTINA FERNANDES CAETANO**, portadora do RG n.º 15501973 SSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 016.783.511-48 e inscrito na OAB/MT sob o n.º 15061, endereço: Rua Teresina, n.º 115, Centro, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-5768, e-mail: daiane.cristina01@hotmail.com.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de Outubro de 2019, revogam-se as disposições em contrário.

Campo Verde-MT, 13 de Novembro de 2019.

_____

TATIANE ANDRADE FERREIRA

Presidente do CONDECON

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA - PREGÃO Nº 133/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde comunica aos interessados a retificação do edital de PREGÃO Nº 133/2019. ONDE SE LÊ: "**Registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa prestadora de serviços terceirizados de limpeza e conservação predial, de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão-de-obra e fornecimento de todos os materiais de limpeza"**.LEIA-SE:"**Registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa prestadora de serviços terceirizados de limpeza e conservação predial, de forma contínua de mão-de-obra e fornecimento de todos os materiais de limpeza"**. Permanecem inalterados todos os demais dados do referido edital. Campo Verde, 11 de dezembro de 2019. Ana Carolina S. Braga Blume – Pregoeira.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ANULA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O CARGO DE FISCAL ABERTO PELO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 – I

O Prefeito Municipal de Campo Verde - MT, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido na Decisão da Análise Técnica no Processo de Representação nº 30.674-6/2019 do Tribunal de Contas de Mato Grosso, bem como a decisão no Acordão nº 560/2016-TP, julgado em 11/10/2016, e publicado no DOC/TCE-MT em 24/10/2016 resolve:

I – **ANULAR** o Processo Seletivo Simplificado para o cargo de **FISCAL** aberto pelo Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019.

II – Os candidatos inscritos no referido cargoque pagaram a taxa de inscrição devem apresentar requerimento de devolução da importância paga a título de taxa de inscrição junto à Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, sito a Praça dos Três Poderes, N.º 03, Centro, em Campo Verde-MT, podendo ainda, enviar no seguinte e-mail: rh@campoverde.mt.gov.br.

III – Tal requerimento poderá ser enviado até o dia **31/03/2020** com as seguintes informações: **Nome Completo, Endereço, CPF, RG, Número de Telefone/Celular, Dados Bancários para devolução (Banco, Agência, Conta e nome do titular da referida conta) e Número de inscrição**.

IV - A devolução dos valores será efetiva no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento de devolução, tendo em vista todos os procedimentos internos que envolvem o registro e efetivação do referido ato.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Campo Verde - MT, 11 de dezembro de 2019.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

JOÃO PAULO RODRIGUES ZAGO

Presidente da Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 301/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: DIGE FORROS E DIVISÓRIAS EIRELI – ME, CNPJ Nº 20.830.133/0001-00

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PAINEL DE DIVISÓRIA COM INSTALAÇÃO INCLUSA, PORTAS PARA DIVISÓRIA, BATENTES, FECHADURAS, PAREDES E FORROS DE GESSO, PERSIANAS E BLACKOUT E PVC, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO E CALHAS E RUFOS EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO – PREGÃO Nº 066/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 11/12/2019 A 09/07/2020.

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
07	PAREDE DE GESSO DRYWALL MARCA: GYPSUM	954,24 M²	R$ 99,48	R$ 94. 927,80
08	FORRO DE GESSO ACARTONADO ARAMADO (QUANDO A FIXAÇÃO É FEITA COM ARAMES E NÃO SUPORTA PESO) MARCA: GYPSUM	990 M²	R$ 51,36	R$ 50. 846,40
09	FORRO DE GESSO ACARTONADO ESTRUTURAL (QUANDO A FIXAÇÃO É FEITA COM ESTRUTURA METÁLICA QUE SUPORTA LUMINÁRIAS E ALGUNS PESOS) MARCA: GYPSUM	1.000 M²	R$ 61,01	R$ 61. 010,00

**QUANTIDADE REFERENTE AO SALDO REMANESCENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 171/2019, QUE FOI RESCINDIDA.*

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 206.784,20 (DUZENTOS E SEIS MIL, SETECENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CONDECON Nº 008 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

RESOLUÇÃO CONDECON Nº 008 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, no uso de suas atribuições, nos termos da Lei Municipal de Nº 1.566/2010, que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC e institui a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON Municipal de Campo Verde-MT, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON e o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUNDECON, na Reunião Ordinária realizada no dia 21 de Agosto de 2019.

CONSIDERANDO:

Lei Municipal 1566/2010 de 24/02/2010 – que dispõe sobre o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 21 de agosto de 2019 na Ata nº 020/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR os (as) Conselheiros (as) do CONDECON para a gestão do Biênio 2019/2021 conforme a seguir:

1 - Representantes do Rotary Club de Campo Verde, como **Conselheira Titular, TANIA VOLANTE**, portadora do RG n.º 71584259 SSP/PR, inscrita no CPF sob n.º 031.722.769-61, endereço: Rua Atalaia, n.º 626, Bairro Cidade Alta I, na cidade de Campo Verde-MT, telefone 66-3419-3481, email: taniavolante_cv@hotmail.com e como **Conselheiro Suplente, JOSÉ BOHRER DOS SANTOS**, portador do RG n.º 42287563 SESP/PR, inscrito no CPF sob n.º 556.958.769-15, endereço: Rua Xingu, n.º 476, Bairro Belvedere, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-1224.

2 – Representantes da CDL de Campo Verde, como **Conselheira Titular, CLAUDIA BEATRIZ ZAMECKI TERUEL**, portadora do RG n.º 327457 SEJUSP/MT, inscrita no CPF sob n.º 445.455.411-00, endereço: Rua Adilar Pereira da Costa, s/n, Bairro Estação da Luz, na Cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-3419, e-mail: claudiabzteruel@hotmail.com e como **Conselheiro Suplente, MARCOS GENTILIN JUNIOR**, portador do RG n.º 19387660 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.019.521.461-78, endereço: Fazenda Morada do Sol, BR 070, KM 382, Zona Rural, na Cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-1515, e-mail: marcosgentilin@hotmail.com.

3 – Representantes da ACICAVE de Campo Verde, como **Conselheiro Titular, TIAGO LANNER**, portador do RG n.º 15015467 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 737.569.111-87, endereço: Travessa Iguaçu, n.º 416, Bairro Jardim Campo Verde II, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-1415, e-mail gerenciacv@galeaopneus.com.br e como **Conselheiro Suplente, RAUL DA SILVA JUNIOR**, portador do RG n.º 11817100 SSP/MT, inscrito no CPF sob n.º 922.485.511-34, endereço: Rua Maceió, n.º 164, Bairro Centro, na cidade de Campo Verde-MT, telefone: 66-3419-5902, e-mail gerenciacv@pinessomaquinas.com.br.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de Outubro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Verde-MT, 31 de Outubro de 2019.

_____

TATIANE ANDRADE FERREIRA

Presidente do CONDECON

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANEXO I - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2019/GS/SME-CJ/MT

FICHA DE PONTUAÇÃO P/ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS

PROFESSOR EFETIVO – ANO LETIVO 2020

ESCOLAS/CRECHES MUNICIPAIS DE CAMPOS DE JÚLIO/MT

1. DADOS PESSOAIS					
Nome do Servidor (a) : _____ Data Nasc.: ____/_____/_____ RG: _____Exp:_____UF:____ Data Exp.:____/____/____CPF: _____ **Licenciatura Plena em:** _____ Cargo de Posse do Concurso:_____ Portaria nº _____ de ____/_____/_____ Outra Licenciatura: Possui? ( ) SIM ( ) NÃO Qual? _____					
2. DADOS SOCIAIS					
POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO? ( ) SIM ( ) NÃO Concurso/cargo:_____Rede de Ensino: ( ) Estadual ( ) Municipal					
3. UNIDADE ESCOLAR DE LOTAÇÃO					
( ) Creche Municipal Ignêz Bresolin Giongo ( ) Creche Municipal Pequeno Príncipe		( ) EMEF Germano Lazaretti ( ) EMEF 15 de Outubro ( ) EMEF Eliza K. Tomé			
4. DADOS P/ CLASSIFICAÇÃO					
a) Opção de atribuição/Tipo habilitação: ( ) *Pela habilitação do concurso. ( ) *Por outra Licenciatura *(diferente da exigida para a posse no cargo)*					
b) Opção p/ Continuidade c/ unidocência em turmas de Alfabetização: ( ) SIM ( ) NÃO. Apresentou o Termo de Desistência? ( ) Sim ( ) Não					
c) Opção de atribuição: ( ) Sala Regular ( ) Sala de Recursos Multifuncionais ( ) Sala de Apoio Pedagógico ( ) Laboratório de Informática					
d) Opção de atribuir na Educação no Campo/Turma Multisseriada: Reside no Campo? ( ) SIM ( ) NÃO					
5. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS					
5.1. DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO - *Considerar a maior titulação*			INDICADOR	Cômputo	Pontos
a)	Pós Graduação	Doutorado	80,0 pontos		
		Mestrado	60,0 pontos		
		Especialização	30,0 pontos		
	Graduação	Licenciatura Plena	20,0 pontos		
	Ensino Médio	Magistério	5,0 pontos		
5.2. ASSIDUIDADE DA JORNADA DE TRABALHO Dezembro 2018 a Novembro 2019			INDICADOR	Cômputo	Pontos
a)	Assiduidade de 100% do Regime/Jornada de trabalho: Falta particular: Justificada e Injustificada, referente ao período de dezembro de 2018 a novembro de 2019.	0 falta –	10,0 pontos		
		1 a 5 faltas	5,0 pontos		
		+ de 5 faltas	0,0 pontos		
b)	Assiduidade de 100% do Regime/Jornada de trabalho (em sala de aula) faltas justificadas com Atestado Médico, referente ao período de dezembro de 2018 a novembro de 2019.	0 a 5 faltas	10,0 pontos		
		6 a 15 faltas	2,0 pontos		
		+ de 15 faltas	0,0 pontos		
c)	Desenvolvimento do Projeto JEPP (SEBRAE) ou Programa A União Faz a Vida.		5,0 pontos		
5.3. FORMAÇÃO CONTINUADA			INDICADOR	Cômputo	Pontos

a)	Cursos de formação continuada, como participante, realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, realizados nos últimos 3 anos.		0,5 pontos p/ cada 40 horas. Até 3,0 pontos		
b)	Comprovação mediante certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, minicursos e conferências na área da educação, como ministrante, realizados nos últimos 3 anos.		1,0 (um) ponto para cada 03 (três) horas, Até 3,0 pontos		
c)	Participação na Formação Continuada Sala do Educador Municipal	86% a 100%	10,0 pontos		
		50% a 85%	5,0 pontos		
		-50%	0,0 pontos		
d)	Participação na Formação Continuada: Sala do Educador da Unidade Escolar	86% a 100%	10,0 pontos		
		50% a 85%	5,0 pontos		
		-50%	0,0 pontos		
6. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS					
7. EM CASO DE EMPATE					
a)	Maior Tempo de Serviço na Instituição de Ensino (a partir do ingresso no concurso)				
b)	Maior participação nos eventos e festividades da instituição.				
c)	Maior Idade				
8. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/ DESEMPATE Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais. - Atribuição será de acordo com a classificação.					

_____	_____	____/_____/_____
Assinatura do (a) Professor (a)	Responsável p/Atribuição	Data

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANEXO VI - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2019/GS/SME-CJ/MT

ANEXO VI

TERMO DE REMOÇÃO

Eu, _____,
ocupante do cargo de Cozinheiro de Nutrição Escolar _____, Portaria nº ____/_____, de ____/____/_____ venho por meio deste formalizar meu pedido de REMOÇÃO, para a Escola, _____, por motivo de: _____ _____ _____ _____.

_____

Assinatura do Cozinheiro de Nutrição Escolar

Campos de Júlio/MT, ____ / ____ / 2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANEXO V - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2019/GS/SME-CJ/MT

ANEXO V

MODELO DE FORMULÁRIO DE RECURSO

FORMULÁRIO DE RECURSO

Para: Comissão de Atribuição – Ano letivo 2020

Unidade Escolar:
_____

Instrução Normativa nº 02/2019/GS/SME-CJ/MT – Secretaria Municipal de Educação.

Nome Completo:
Cargo efetivo:
Portaria nº:

Identificação do Item questionado (artigo, parágrafo, inciso, alínea)

Justificativa do candidato: Razões do Recurso

Data: ____/_____/2019.

_____

Assinatura

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANEXO IV - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2019/GS/SME-CJ/MT

TERMO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____,
ocupante do cargo de Professor _____, Portaria nº ____/_____, de ____/____/_____ venho por meio deste formalizar minha desistência, em caráter irrevogável, do direito de dar continuidade com a turma do 1º ciclo de Formação Humana do Ensino Fundamental de 9 anos (1º ao 3º ano)da Escola, _____, por motivo de: _____ _____ _____ _____

_____

Assinatura do Professor

Ciência da Comissão de Atribuição de Aulas dos Profissionais de Educação da Rede Munic. de Ensino de Campos de Júlio – MT para o Ano Letivo de 2020.

_____
_____

Assinatura (s)

Campos de Júlio/MT, ____ / ____ / 2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANEXO III - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2019/GS/SME-CJ/MT

ANEXO III

CRONOGRAMA

CONTAGEM DE PONTOS		
ESCOLA/CRECHE MUNICIPAIS	**DATA**	**HORÁRIO**
CRECHE MUNICIPAL PEQUENO PRÍNCIPE	16/12/2019	07:30
CRECHE MUNICIPAL IGNÊZ B. GIONGO	16/12/2019	13:30
ESCOLA MUNICIPAL GERMANO LAZARETTI	17/12/2019	07:30
ESCOLA MUNICIPAL 15 DE OUTUBRO	18/12/2019	07:30
ESCOLA MUNICIPAL ELIZA K. TOMÉ	18/12/2019	14:00

ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS		
ESCOLA/CRECHE MUNICIPAIS	**DATA**	**HORÁRIO**
ESCOLA MUNICIPAL GERMANO LAZARETTI	03/02/2020	07:30
CRECHE MUNICIPAL PEQUENO PRÍNCIPE	04/02/2020	07:30
CRECHE MUNICIPAL IGNÊZ B. GIONGO	04/02/2020	13:30
ESCOLA MUNICIPAL 15 DE OUTUBRO	05/02/2020	07:30
ESCOLA MUNICIPAL ELIZA K. TOMÉ	05/02/2020	14:00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANEXO II - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2019/GS/SME-CJ/MT

FICHA DE PONTUAÇÃO P/ATRIBUIÇÃO DE CLASSES

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL EFETIVO/ADI - ANO LETIVO 2020

CRECHES MUNICIPAIS DE CAMPOS DE JÚLIO/MT

1. DADOS PESSOAIS

Nome do Servidor (a) : _____ Data Nasc.: ____/_____/_____
RG: _____Exp:_____UF:____ Data Exp.:____/____/____CPF: _____
Licenciatura Plena em: _____
Cargo de Posse do Concurso:_____ Portaria nº _____ de ____/_____/_____
Outra Licenciatura: Possui? ( ) SIM ( ) NÃO Qual? _____

2. DADOS SOCIAIS

POSSUI OUTRO VÍNCULO EMPREGATÍCIO? ( ) SIM ( ) NÃO
Concurso/cargo:_____Rede de Ensino: ( ) Estadual ( ) Municipal

3. UNIDADE ESCOLAR DE LOTAÇÃO

( ) Creche Municipal Ignêz Bresolin Giongo
( ) Creche Municipal Pequeno Príncipe

4. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS

4.1. DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO - *Considerar a maior titulação*			INDICADOR	Cômputo	Pontos
a)	Pós Graduação	Doutorado	80,0 pontos		
		Mestrado	60,0 pontos		
		Especialização	30,0 pontos		
	Graduação	Licenciatura Plena	20,0 pontos		
	Ensino Médio	Magistério	5,0 pontos		

5.2. ASSIDUIDADE DA JORNADA DE TRABALHO Dezembro 2018 a Novembro 2019			INDICADOR	Cômputo	Pontos
a)	Assiduidade de 100% do Regime/Jornada de trabalho: Falta particular: Justificada e Injustificada, referente ao período de dezembro de 2018 a novembro de 2019.	0 falta –	10,0 pontos		
		1 a 5 faltas	5,0 pontos		
		+ de 5 faltas	0,0 pontos		
b)	Assiduidade de 100% do Regime/Jornada de trabalho (em sala de aula) faltas justificadas com Atestado Médico, referente ao período de dezembro de 2018 a novembro de 2019.	0 a 5 faltas	10,0 pontos		
		6 a 15 faltas	2,0 pontos		
		+ de 15 faltas	0,0 pontos		

5.3. FORMAÇÃO CONTINUADA			INDICADOR	Cômputo	Pontos
a)	Cursos de formação continuada, como participante, realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, realizados nos últimos 3 anos.		0,5 pontos p/ cada 40 horas. Até 3,0 pontos		
b)	Comprovação mediante certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, minicursos e conferências na área da educação, como ministrante, realizados nos últimos 3 anos.		1,0 (um) ponto para cada 03 (três) horas Até 3,0 pontos		
c)	Participação na Formação Continuada Sala do Educador Municipal.	86% a 100%	10,0 pontos		
		50% a 85%	5,0 pontos		
		-50%	0,0 pontos		
d)	Participação na Formação Continuada: Sala do Educador da Unidade Escolar	86% a 100%	10,0 pontos		
		50% a 85%	5,0 pontos		
		-50%	0,0 pontos		

6. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS			
7. EM CASO DE EMPATE			
a)	Maior Tempo de Serviço na Instituição de Ensino (a partir do ingresso no concurso)		
b)	Maior participação nos eventos e festividades da instituição.		
c)	Maior Idade		
8. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS P/ DESEMPATE Obs.: - Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até 02 (duas) casas decimais. - Atribuição será de acordo com a classificação.			

_____ _____ _____/_____/_____
Assinatura do (a) Professor (a) Responsável p/Atribuição Data

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2019/GS/SME-CJ/MT

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2019/GS/SME-CJ/MT

Dispõe sobre o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho dos Professores e Auxiliares de Desenvolvimento Infantil do quadro efetivo nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Campos de Júlio-MT para o Ano Letivo de 2020 e demais providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Clair Zamo Pagliarini, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, a Lei 512/2012 – Plano de Cargos, Carreira dos Profissionais do Ma-

gistério Público de Campos de Júlio - MT, e demais leis educacionais vigentes;

Considerando as Políticas da Secretaria Municipal de Educação para Valorização dos Profissionais da Educação assegurando formação, acompanhamento e avaliação da prática educativa dos Profissionais, de modo a promover avanços contínuos na melhoria da qualidade do ensino;

Considerando a importância de garantir o quadro permanente dos profissionais efetivos nas unidades escolares MUNICIPAIS assegurando o compromisso para com os interesses e objetivos fundamentais da Educação Básica;

Considerando a necessidade de fixar critérios para atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino.

RESOLVE:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Regulamentar o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho dos Professores e Auxiliares de Desenvolvimento Infantil efetivos, da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino para o Ano Letivo de 2020.

Art. 2º. Todos os Professores e Auxiliares de Desenvolvimento Infantil efetivos que integram o quadro da Rede Municipal de Ensino, deverão participar do processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho nas unidades escolares, conforme o disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 3º. Caso haja disponibilidade de cargos vagos na Rede Municipal de Ensino, para atendimento de necessidade temporária, devido a afastamento temporário do profissional para desempenho de outras funções (diretor, coordenador pedagógico, assessoria pedagógica, entre outros), por motivo de doença, cedido a outros órgãos, serão admitidos profissionais através de contrato temporário para exercer o cargo de Professor e Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, em suas funções correlatas.

Art. 4º. Para efeito desta Instrução Normativa considerar-se-á a atribuição da jornada de trabalho efetiva do professor e do Auxiliar de Desenvolvimento Infantil previstas no Artigo 61 na *Lei nº 512/2012 - Plano de Cargo, Carreira e Vencimento dos Profissionais do Magistério Público e da Educação Básica do Município de Campos De Júlio*, conforme descrita no § 1º deste artigo e a carga horária anual da matriz curricular da escola, analisada pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º. A jornada de trabalho dos profissionais que trata o *caput* deste artigo é definida da seguinte forma:

I – Professor: 25 (vinte e cinco) horas semanais, sendo 17 (dezessete) horas em sala de aula e 08 (oito) horas atividades;

II – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil: 30 (trinta) horas semanais;

§ 2º. A atribuição da jornada de trabalho do Professor e Auxiliar de Desenvolvimento Infantil-ADI efetivos é de caráter permanente na unidade escolar, não podendo, após a sua atribuição, ser alterada. Somente com a devida autorização da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º. O cumprimento das horas atividades de professores efetivos em regência de classe, que completam a jornada de trabalho em duas ou mais unidades escolares será distribuída proporcionalmente na carga horária atribuída a cada unidade.

SEÇÃO II

DA CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º. A realização da atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, será organizada pela **Comissão de Atribuição** de cada unidade escolar, as quais ficarão responsáveis pela condução do processo em cada etapa/fase do processo, devendo cumprir rigorosamente as orientações e normas legais da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º. A Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, na unidade escolar será composta de:

I - Diretor (a) da escola;

II - Secretário(a) escolar;

III - Presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar - CDCE;

IV – 02 (dois) membros do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar - CDCE, segmento profissionais da educação;

V- 04 (quatro) representantes da Secretaria Municipal de Educação;

VI – Secretária Municipal de Educação;

VII – Presidente do CME – Conselho Municipal de Educação.

§ 2º. A Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho deverá possibilitar o acompanhamento de 01 (um) representante do SINTEP - Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, em todas as fases do processo de atribuição de aulas, mediante solicitação oficial emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º. Cada unidade escolar deverá encaminhar os nomes, sendo que estes deverão ser salvos em documento word na Pasta Rede Aberta Sec Educa – Comissão atribuição de aulas **até as 15 horas do dia 26/11/2019**, a relação dos nomes dos integrantes da Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, referente aos incisos I a IV do § 1º deste artigo, à Secretaria Municipal de Educação que fará a publicação do Edital de nomeação no Diário Municipal, mural e site da Prefeitura no portal institucional do município de Campos de Júlio – www.camposdejulio.mt.gov.br.

Art. 6º. Para a CONTAGEM DE PONTOS/CLASSIFICAÇÃO, a Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho deverá proceder o registro da pontuação e o processo de atribuição no quadro efetivo de profissionais da educação nas escolas/creches municipais, considerando os critérios que constam nos Anexos I e II (Fichas de Contagem de Pontos).

Art. 7º. Para a realização da atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho as Comissões de Atribuição deverão seguir os procedimentos abaixo:

§ 1º. Realizar o estudo da Instrução Normativa, Portaria/s e Edital/ais que estabelecem critérios para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/ jornada de trabalho referente ao ano letivo de 2020.

§ 2º. Fazer a contagem de pontos e atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho na respectiva unidade escolar nas datas previstas no cronograma – Anexo III desta Instrução Normativa.

Art. 8º. Ao término de cada etapa e fase do Processo de Atribuição, a Comissão deverá elaborar ATAS, discriminando colocação, nome do profissional, número de portaria, pontuação obtida e classe e/ou aula e regime/jornada de trabalho atribuída (s) por cada candidato. Também deverá constar nesta ata o profissional efetivo que ficou remanescente, bem como, classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho não atribuídas e eventuais ocorrências no decorrer de cada etapa/fase, observando que nas atas deverão constar as assinaturas de todos os membros da Comissão de Atribuição e Lista de Presença dos profissionais, em anexo.

§ 1º. Enviar à Secretaria Municipal de Educação as informações necessárias ao processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho para serem publicadas no Diário Municipal, mural e site da Prefeitura no portal institucional do município de Campos de Júlio – www.camposdejulio.mt.gov.br, e no mural das unidades escolares.

I - Até o dia 20/12/2019, publicar a Relação Nominal de Professores e Auxiliares de Desenvolvimento Infantil-ADI, conforme os itens abaixo relacio-

nados, bem como a convocação para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho:

a) por ordem decrescente de contagem de pontos obtidos, por habilitação, que constará em quadro demonstrativo;

b) número de cargos existentes, para atribuição de classes e/ou aulas e de regime/jornada de trabalho dos respectivos profissionais;

c) carga horária e atribuição da respectiva atividade e/ou função.

§ 2º. Após a publicação da classificação da contagem de pontos no Diário Municipal, mural da prefeitura e no endereço eletrônico: www.camposdejulio.mt.gov.br/editais, a Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho deverá fixar em local acessível a ordem de classificação na unidade escolar.

Art. 9º. Na Classificação Final, os profissionais efetivos serão classificados por ordem decrescente, de acordo com a pontuação obtida e cargo/função a ser desempenhado e, em caso de empate, serão observados os seguintes critérios, que deverão ser encaminhados o inciso I e II à Secretaria de Educação em planilha devidamente assinada pelo Diretor escolar e Coordenadores Pedagógicos de cada instituição, para o desempate:

I – Maior Tempo de Serviço na Instituição de Ensino;

II – Maior participação nos eventos e festividades da instituição;

III –Maior Idade.

SEÇÃO III

DA CONTAGEM DE PONTOS

Art. 10. A contagem de pontos dos profissionais efetivos para o processo de atribuição/2020, será realizada pelo próprio interessado (ou seu procurador legalmente constituído), na unidade escolar à qual deseja ser lotado, diretamente com a Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, nos dias e horários estabelecidos no cronograma, Anexo III desta Instrução Normativa.

§ 1º. Cabe ao interessado, ao participar do processo, estar ciente das instruções, ler atentamente as normativas que regem o processo, bem como certificar-se que atende a todos os requisitos exigidos, preenchendo integral e corretamente a Ficha de Contagem de Pontos.

§ 2º. Considerando que a contagem de pontos só poderá ser feita em uma única instituição, o profissional que realizar a contagem de pontos em uma instituição diferente daquela de sua lotação no ano de 2019, caso não houver a vaga para assumir na instituição para onde fez a contagem, será direcionado pela Secretaria Municipal de Educação, ao final do Processo de Atribuição de todas as unidades escolares da rede municipal de ensino, para lotação na unidade escolar onde houver a vaga disponível.

Art. 11. Para fins de contagem de pontos, no que se refere à Formação/Titulação, será considerado o ponto da maior titulação que o profissional tiver concluído, não sendo permitido selecionar dois títulos ou mais para o mesmo nível de formação.

Parágrafo Único. Na Ficha de contagem de pontos (Anexos I e II), no item que se refere à Formação/Titulação em relação à Formação Inicial do candidato, considerar apenas a maior titulação.

Art. 12. O profissional que optar por atribuir no ano letivo de 2020 em uma Unidade diferente da atribuída no ano letivo de 2019, utilizará a totalidade de pontos obtida em todos os itens de sua ficha de pontuação, adquirida na unidade onde esteve em 2019.

Art. 13. O candidato é responsávelpelo preenchimento das informações constantes na Ficha de Contagem de Pontos (Anexos I e II), podendo arcar com as consequências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões, nas esferas administrativas, civil e penal.

Parágrafo Único. Os profissionais para participarem do Processo de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho deverão se APRESENTAR no local previsto nesta Instrução Normativa para a contagem de pontos com a respectiva FICHA (Anexos I e II) DEVIDAMENTE PREENCHIDA, SEM RASURAS E ABREVIATURAS E APRESENTAR OS DOCUMENTOS E TÍTULOS, conforme segue:

I – Documentos pessoais: RG e CPF;

II – Portaria(s) de nomeação / Termo de Posse;

III – Diploma de Licenciatura;

IV – Certificado de conclusão de Cursos de Pós-Graduação;

V – Certificado de Participação em cursos de formação continuada ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e outros certificados de cursos realizados na área de educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais, realizados nos últimos 3 anos.

VI – Certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, minicursos e conferências na área da educação, como ministrante, realizados nos últimos 3 anos.

VII – Conforme orientação da BNCC e PNE – 2014 a 2024 nas turmas de 1º anos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, o professor poderá dar continuidade no processo de alfabetização dos alunos para o 2º e 3º anos, fechando assim o ciclo da alfabetização. Caso o mesmo deseje dar continuidade, deverá manifestar seu interesse assinalando a opção na ficha de contagem de pontos, no item 4, letra b; ou caso contrário apresentar termo de desistência (Anexo IV) assinado e anexar à sua ficha. Mesmo o professor alfabetizador dando continuidade durante o 1º ciclo de formação humana de acordo com o Ensino Fundamental de 9 anos, os professores atribuídos nos 3º anos do ensino fundamental – anos iniciais fecharão o ciclo e os mesmos deverão ir para atribuição de acordo com sua classificação final na contagem de pontos normalmente, sem iniciar um novo ciclo automaticamente.

VIII - Contagem de Pontos e Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho por procuração, esta deverá ser autenticada em cartório (no caso do profissional não estar presente para realizar sua contagem de pontos ou atribuição de classe e/ou aulas e regime/jornada de trabalho).

Art. 14. O servidor efetivo que não possa se fazer presente na data estabelecida para a Contagem de Pontos poderá instituir PROCURADOR para representá-lo, sendo que este (maior de 18 anos) deverá apresentar-se à Comissão munido da Procuração com assinatura reconhecida em cartório, documento de identificação e demais documentações comprobatórias para contagem de pontos do representado, conforme estabelecido no Parágrafo Único do Artigo 13. A Comissão, no ato da contagem de pontos, irá reter a procuração e anexá-la à ficha de contagem de pontos do candidato representado. O mesmo procedimento deverá ser realizado, caso não puder se fazer presente na data estabelecida para a Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho e deverá ser entregue à Comissão de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho.

Parágrafo Único – Deverá ser entregue uma via da procuração para cada etapa que o profissional não puder se fazer presente, sendo uma para a contagem de pontos e outra para a atribuição.

Art. 15. O profissional que não realizar a Contagem de Pontos será direcionado pela Secretaria Municipal de Educação ao final do Processo de Atribuição de todas as unidades escolares da rede municipal de ensino para lotação na unidade escolar onde houver a vaga disponível.

Art. 16. Durante o período da contagem de pontos, o interessado que finalizar a contagem de pontos, não poderá alterar as informações na Ficha de Contagem de Pontos, porém, se necessário, a ficha poderá ser cancelada a pedido do próprio candidato ou pela Comissão de Atribuição na presença do candidato e será realizada uma nova contagem de pontos.

I – Após a publicação do Edital de contagem de pontos, não será permitido realizar nova opção ou alteração na Ficha de Contagem de Pontos, ficando a ATRIBUIÇÃO vinculada ao critério de escolha do candidato na ficha.

II - É de responsabilidade do interessado acompanhar a publicação de todos os atos referentes ao Processo de Atribuição, publicizadas no Diário Municipal, mural e site da Prefeitura no portal institucional do município de Campos de Júlio – www.camposdejulio.mt.gov.br, e no mural das unidades escolares.

III - Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados (Formulário de Recurso - Anexo VI), no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a publicação, protocolados na Prefeitura ou via *internet,* através do Protocoloweb (opção: solicitações diversas educação) no endereço eletrônico www.camposdejulio.mt.gov.br, endereçados à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 17. Os candidatos deverão participar da Contagem de Pontos em uma única instituição para cada vínculo, podendo, os profissionais de área específica e afins, caso houver necessidade, completar a carga horária em duas ou mais instituições.

Art. 18. Os assessores pedagógicos, diretores e coordenadores pedagógicos, que não estiveram no exercício da docência no ano de 2019, pontuarão a totalidade de pontos por ter cumprido as atribuições inerentes à função a que foi designado.

§ 1º. O Profissional da educação básica no exercício do cargo eletivo de Diretor de unidade escolar e Coordenador Pedagógico conforme prevê o Artigo 63 da Lei Municipal nº 512/2012, fará a contagem de pontos e atribuição de classes e/ou aulas na unidade escolar à qual possui a dedicação exclusiva, salvo em caso de **não haver** classes/aulas para o referido profissional assumir, que contemplem sua área de concurso, sendo então necessário atribuir em outra instituição.

§ 2º. Caso o profissional a que se refere o *caput* deste artigo, não atribuir devido a não ter efetuado a contagem de pontos e/ou não se apresentar na data da atribuição conforme cronograma estabelecido no anexo IV, ficará a critério da SME fazer a lotação deste profissional onde houver a disponibilidade de vaga, de acordo com a contagem de pontos.

§ 3º. Os itens definidos na Ficha de Contagem de pontos para a pontuação a que se refere o *caput* deste artigo, são:

a) Anexo I – Professores efetivos: Campo 5, Item II, letra: **c,** eCampo 5, Item III, letra **d;**

b) Anexo II – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil efetivo, Campo 5, Item III, letra: **d.**

SEÇÃO IV

DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS E JORNADA DE TRABALHO/ETAPAS DE ATRIBUIÇÃO

SUBSEÇÃO I

Atribuição de classes e/ou aulas e jornada de trabalho

Art. 19. O profissional efetivo da Educação Básica terá a ATRIBUIÇÃO vinculada ao critério de opção de interesse registrada na Ficha de Contagem de Pontos, observado os critérios constantes nesta Instrução Normativa.

§ 1º. A atribuição do profissional efetivo obedecerá rigorosamente a pontuação obtida pelo servidor na Classificação Final, por ordem decrescente de pontuação constante no Edital de divulgação da contagem de pontos do Processo de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho dos Professores e Auxiliar de Desenvolvimento Infantil do quadro efetivo nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Campos de Júlio/MT, de acordo com o quadro disponível no cargo/função de cada unidade escolar.

§ 2º. A Comissão de Atribuição da unidade escolar deverá respeitar todas as etapas e fases do processo de contagem de pontos e atribuição.

Art. 20. Os profissionais da educação que estão desempenhando função de Diretor, Coordenador Pedagógico, de Assessoria Administrativa e Pedagógica, Mandato Classista e aquele/a cedido a outros órgãos, farão a atribuição de classes e/ou aulas, seguindo a ordem de classificação final da contagem de pontos e essas classes e/ou aulas serão disponibilizadas logo em seguida, oportunizando atribuição ao próximo candidato.

Parágrafo Único - A Comissão dará ciência ao candidato/a interessado/a em atribuir nesta vaga, e registrará em ata, ciente de que, caso o profissional nas funções descritas no *caput* deste artigo, detentor da vaga atribuída, porventura, no decorrer do ano letivo se desligar da função, assumirá automaticamente a classe e/ou aulas por ele/ela atribuído/a, e o profissional que atribuiu nesta vaga, será remanejado pela Secretaria Municipal de Educação, para onde houver a vaga disponível.

Art. 21. Após a atribuição de classes se for constatado que a turma atribuída possui número insuficiente de alunos para seu funcionamento, esta turma será extinta e o profissional que atribuiu nessa turma passará automaticamente para outra turma livre existente ou direcionado pela Secretaria Municipal de Educação para onde houver a vaga disponível.

SUBSEÇÃO II

Da Atribuição de Classes e/ou Aulas e Regime/Jornada de Trabalho dos Profissionais Efetivos nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Campos de Júlio-MT

Art. 22. A CONTAGEM DE PONTOS e a ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS E REGIME/JORNADA DE TRABALHO ocorrerá em cada unidade escolar e seguirá o cronograma do Anexo III, desta Instrução Normativa.

Art. 23. A atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho dos profissionais efetivos nas etapas, modalidades e/ou especificidades da Educação Básica, dar-se-á com observância a sua FORMAÇÃO/CONCURSO e a ordem de classificação final na Contagem de Pontos.

Art. 24. Na **CRECHE MUNICIPAL PEQUENO PRÍNCIPE**, a CONTAGEM DE PONTOS dos profissionais efetivos será no dia **16.12.2019**, com início às 07:30 horas, e a ATRIBUIÇÃO DE AULAS E/OU CLASSES E REGIME/JORNADA DE TRABALHO, no dia **04.02.2020**, com início às 7:30 horas, de acordo com a sequência:

§ 1º. A Atribuição de aulas e/ou classes e regime/jornada de trabalho obedecerá as etapas a seguir:

a) **1ª Etapa**: Professores;

b) **2ª Etapa**: Auxiliares de Desenvolvimento Infantil;

§ 3º. Para fins de atribuição, seguirá a ordem de classificação final na Contagem de Pontos e deverá ser observado a formação exigida, preenchendo os requisitos necessários, conforme segue:

a) **Na EDUCAÇÃO INFANTIL – nas turmas de: Berçário II; Maternal I e Maternal II**:

1. Licenciatura Plena em Pedagogia (pela habilitação do concurso);

2. Curso de Magistério em Nível Médio;

3. Em outra Licenciatura (Diferente do Concurso).

Art. 25. NA CRECHE MUNICIPAL IGNÊZ BRESOLIN GIONGO, a CONTAGEM DE PONTOS dos profissionais efetivos será no dia **16.12.2019**, com início às 13:30 horas, e a ATRIBUIÇÃO DE AULAS E/OU CLASSES E REGIME/JORNADA DE TRABALHO, no dia **04.02.2020**, com início às 13:30 horas, de acordo com a sequência:

§ 1º. A Atribuição de aulas e/ou classes e regime/jornada de trabalho obedecerá as etapas a seguir:

a) **1ª Etapa**: Professores;

b) **2ª Etapa**: Auxiliares de Desenvolvimento Infantil;

§ 3º. Para fins de atribuição, seguirá a ordem de classificação final na Contagem de Pontos e deverá ser observado a formação exigida, preenchendo os requisitos necessários, conforme segue:

a) **Na EDUCAÇÃO INFANTIL – nas turmas de: Berçário II; Maternal I e Maternal II**:

4. Licenciatura Plena em Pedagogia (pela habilitação do concurso);

5. Curso de Magistério em Nível Médio;

6. Em outra Licenciatura (Diferente do Concurso).

Art. 26. Na **ESCOLA MUNICIPAL GERMANO LAZARETTI** a CONTAGEM DE PONTOS dos profissionais efetivos será no dia **17.12.2019**, com início às 07:30 horas, e a ATRIBUIÇÃO DE AULAS E/OU CLASSES E REGIME/JORNADA DE TRABALHO, no dia **03.02.2020**, com início às 7:30 horas.

§ 1º. Para fins de atribuição, seguirá a ordem de classificação final na Contagem de Pontos e deverá ser observado a formação exigida, preenchendo os requisitos necessários, conforme segue:

I - Na EDUCAÇÃO INFANTIL e ENSINO FUNDAMENTAL do 1º ao 3º Ano:

1. Licenciatura Plena em Pedagogia (pela habilitação do concurso);

2. Curso de Magistério em Nível Médio.

3. Licenciatura em Pedagogia (Diferente do Concurso).

II - Na **SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS**: jornada de trabalho de 25 horas semanais distribuídas nos turnos de funcionamento da escola:

1. Licenciatura Plena em Pedagogia com Especialização na área de Educação Especial, Licenciatura Plena em Pedagogia com Especialização em Psicopedagogia, Educação Inclusiva ou outras afins.

a) Para a atribuição na Sala de Recursos Multifuncionais deverá atender aos requisitos exigidos e *ter identificado o interesse no preenchimento da FICHA DE CONTAGEM DE PONTOS.* Caso não for identificado o interesse na ficha de contagem de pontos não poderá atribuir na Sala de Recursos Multifuncionais.

III - Na **SALA DE APOIO PEDAGÓGICO**: jornada de trabalho de 25 horas semanais e disponibilidade para desenvolver o trabalho docente no período matutino e/ou vespertino conforme o quadro de distribuição das turmas da escola e da demanda de alunos que necessitem de atendimento, num total de 03 professores pedagogos com 25 h cada; sendo 01 (um) matutino, 01 (um) vespertino e 01(um) matutino e vespertino distribuídas de acordo com as necessidades da escola, obedecendo a seguinte formação:

1. Licenciatura Plena em Pedagogia (pela habilitação do concurso);

2. Curso de Magistério em Nível Médio.

3. Licenciatura em Pedagogia (Diferente do Concurso).

a) Para a atribuição na Sala de Apoio Pedagógico deverá atender aos requisitos exigidos e *ser identificado o interesse no preenchimento da FICHA DE CONTAGEM DE PONTOS.* Caso não for identificado o interesse na ficha de contagem de pontos não poderá atribuir na Sala de Apoio Pedagógico.

IV - No **LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA**, para concursado como Professor de Informática, mediante a contagem de pontos.

§ 2º. A Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho, obedecerá as etapas a seguir:

I - 1ª Etapa: Compreende a atribuição dos PROFESSORES EFETIVOS na Escola Municipal Germano Lazaretti que participarão do processo de atribuição de classes e/ou aulas, na Educação Infantil – Pré Escola, Ensino Fundamental do 1º ao 3º Ano, Sala de Recursos Multifuncionais, Sala de Apoio Pedagógico.

a) Conforme orientação da BNCC e PNE – 2014 a 2024 nas turmas de 1º anos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, o professor poderá dar continuidade no processo de alfabetização dos alunos para o 2º e 3º anos, fechando assim o ciclo da alfabetização, caso o mesmo deseje dar continuidade, deverá manifestar seu interesse assinalando a opção na ficha de contagem de pontos, no item 4, letra b; ou caso contrário apresentar termo de desistência (Anexo IV) assinado e anexar à sua ficha.

Mesmo o professor alfabetizador dando continuidade durante o 1º ciclo de formação humana de acordo com o Ensino Fundamental de 9 anos, os professores atribuídos nos 3º anos do ensino fundamental – anos iniciais fecharão o ciclo e os mesmos deverão ir para atribuição de acordo com sua contagem de pontos normalmente sem iniciar um novo ciclo automaticamente.

b) Será assegurada a permanência do professor alfabetizador efetivo sendo que este ***terá prioridade para acompanhar as turmas de alfabetização (2º e 3º Ano)*** na unidade escolar independente da pontuação obtida, conforme especificado na alínea d, do presente parágrafo, exceto nas seguintes situações:

1. redimensionamento escolar;

2. atuação e/ou perfil do profissional em desacordo com a proposta pedagógica da escola e modalidade atribuída;

3. desempenho do profissional, considerando a prática pedagógica insatisfatória, mediante documento comprovado pela equipe gestora;

4. afastamento do professor alfabetizador por desvio de função, lincenças médicas constantes;

5. opção pela "continuidade com a turma" que deverá ser confirmada pelo professor interessado na ficha de pontuação, no ato da inscrição para contagem de pontos;

c)Inicialmente serão convocados os professores efetivos que se enquadrarem no item acima (alínea b, inciso I, § 1º, do Art. 26) para realizarem a atribuição de classes, sendo que nesse grupo, obedecerá a sequência de classificação final na Contagem de Pontos.

d) A turma para ser considerada em processo de "continuidade", deverá *ser identificada no preenchimento da FICHA DE CONTAGEM DE PONTOS* e a escolha da turma será automática, sendo que:

4.1 o professor que atuou em 2019 com o 1º Ano, permanecerá com a mesma turma, que em 2020 será 2º Ano;

4.2 o professor que atuou em 2019 com o 2º Ano, permanecerá com a mesma turma, que em 2020 será 3º Ano;

4.3 o professor que atuou em 2019 com o 3º Ano, fará sua atribuição normalmente seguindo a ordem de contagem de pontos geral, sem iniciar um novo ciclo automaticamente.

e) Caso o professor efetivo que se enquadra na alínea b, inciso I, § 1º, do Art. 26, desta Instrução Normativa, não tenha interesse de dar continuidade nas turmas do 1º ao 3º Ano (Anos Iniciais), o mesmo deverá entregar uma declaração preenchida de próprio punho justificando o motivo para tal desistência (Anexo IV), **no ato da contagem de pontos**. Neste caso, o professor atribuirá apenas pela sua pontuação na classificação final da contagem de pontos/ Ano letivo 2020.

f) A turma de alfabetização, será considerada *"continuidade"* e o professor terá direito a acompanhá-la se tiver um número mínimo de 50% mais 1 aluno, do total advindos do ano letivo de 2019 e, para garantir o processo de "*continuidade",* **não é permitido, em hipótese alguma, remanejar alunos para outra sala de aula/turma antes, durante e após finalizada a atribuição de classes e/ou aulas,** salvo em alguns casos eventuais, devidamente analisados pela Equipe Pedagógica da unidade escolar e Assessoria Pedagógica.

g) Caso a turma tenha poucos alunos e não possua o número mínimo exigido advindos do ano 2019 para sua constituição, tendo sido recomposta com outros alunos, não será garantido ao professor a continuidade com a respectiva turma.

II - 2ª Etapa: Compreende a atribuição dos professores pertencentes ao quadro de efetivos que optaram por atribuição NA HABILITAÇÃO EDUCA-

ÇÃO FÍSICA E LÍNGUA INGLESA, na ordem do Edital de publicação da classificação final da contagem de pontos:

a) Ter formação de licenciatura plena no componente curricular de atuação.

III - 3ª Etapa: Compreende a atribuição ao professor para as aulas disponíveis para o Laboratório de Informática para concursado como Professor de Informática, mediante a contagem de pontos.

IV - 4ª Etapa: Compreende a atribuição para o profissional que optar por atribuição na ***outra Licenciatura,*** diferente da exigida para a posse no cargo, mediante outra licenciatura e/ou certificado.

Art. 27. Na **ESCOLA MUNICIPAL 15 DE OUTUBRO,** a CONTAGEM DE PONTOS dos professores efetivos será no dia **18.12.2019**, com início às 07:30 horas, e a ATRIBUIÇÃO DE AULAS E/OU CLASSES E REGIME/ JORNADA DE TRABALHO, no dia **05.02.2020**, com início às 7:30 horas.

§ 1º. Para fins de atribuição, seguirá a ordem de classificação final na Contagem de Pontos e deverá ser observado a formação exigida, preenchendo os requisitos necessários, conforme segue:

I – No Ensino Fundamental 4º Ano:

1. Licenciatura Plena em Pedagogia (pela habilitação do concurso);

2. Curso de Magistério em Nível Médio.

3. Licenciatura em Pedagogia (Diferente do Concurso).

II - No Ensino Fundamental 5º ao 6º ano:

1. Licenciatura Plena nas áreas específicas ou afins (pela habilitação do concurso).

2. Outra Licenciatura (Diferente do Concurso).

III - Na **SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS**: jornada de trabalho de 25 horas semanais distribuídas nos turnos de funcionamento da escola:

1. Licenciatura Plena em Pedagogia com Especialização na área de Educação Especial, Licenciatura Plena em Pedagogia com Especialização em Psicopedagogia, Educação Inclusiva ou outras afins.

a) Para a atribuição na Sala de Recursos Multifuncionais deverá atender aos requisitos exigidos e *ter identificado o interesse no preenchimento da FICHA DE CONTAGEM DE PONTOS.* Caso não for identificado o interesse na ficha de contagem de pontos não poderá atribuir na Sala de Recursos Multifuncionais.

IV - Na **SALA DE APOIO PEDAGÓGICO**: jornada de trabalho de 25 horas semanais distribuídas nos turnos de funcionamento da escola, conforme o quadro de distribuição das turmas, deverá ser trabalhado de forma diferenciada e obedecendo a formação específica abaixo:

1. Licenciatura Plena em Letras/25h – *01 Professor/a*

2. Licenciatura Plena em Pedagogia/25h – *01 Professor/*

a) Para a atribuição na Sala de Apoio Pedagógico deverá atender aos requisitos exigidos e t*er identificado o interesse no preenchimento da FICHA DE CONTAGEM DE PONTOS.* Caso não for identificado o interesse na ficha de contagem de pontos não poderá atribuir na Sala de Apoio Pedagógico.

V - No **LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA**, para concursado como Professor de Informática, mediante a contagem de pontos, de acordo com o quadro de aulas disponíveis.

§ 2º. A Atribuição de aulas e/ou classes e regime/jornada de trabalho obedecerá as etapas a seguir:

I - 1ª Etapa: Compreende a atribuição dos PROFESSORES EFETIVOS PEDAGOGOS na Escola Municipal 15 de Outubro que participarão do processo de atribuição de classes e/ou aulas, no Ensino Fundamental para turmas do 4º Ano.

II – 2ª Etapa: Compreende a atribuição aos PROFESSORES EFETIVOS na Escola Municipal 15 de Outubro, pertencentes ao quadro de efetivos, lotados de 5º ao 6º Ano do Ensino Fundamental, que optaram pela atribuição NA HABILITAÇÃO ESPECÍFICA, na ordem do Edital de publicação da classificação final da contagem de pontos.

1. Licenciatura Plena nas áreas específicas ou afins (pela habilitação do concurso).

2. Outra Licenciatura (Diferente do Concurso).

a) O Professor poderá completar sua carga horária com disciplinas afins da área de conhecimento de sua formação, ao término da atribuição dos efetivos na habilitação específica.

III - 3ª Etapa: Compreende a atribuição ao professordo LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, para concursado como Professor de Informática, mediante a contagem de pontos.

IV - 4ª* Etapa:** Compreende a atribuição para o profissional que optar por atribuição na ***outra Licenciatura, diferente da exigida para a posse no cargo.

Art. 28. Na **ESCOLA MUNICIPAL ELIZA K. TOMÉ,** a CONTAGEM DE PONTOS dos professores efetivos será no dia **18.12.2019**, com início às 14:00 horas, e a ATRIBUIÇÃO DE AULAS E/OU CLASSES E REGIME/ JORNADA DE TRABALHO, no dia **05.02.2020**, com início às 14:00 horas.

§ 1º. Para fins de atribuição, seguirá a ordem de classificação final na Contagem de Pontos e deverá ser observado a formação exigida, preenchendo os requisitos necessários, conforme segue:

I – 1ª Etapa: Na EDUCAÇÃO INFANTIL e ENSINO FUNDAMENTAL do 1º ao 4º Ano:

1. Licenciatura Plena em Pedagogia (pela habilitação do concurso);

2. Curso de Magistério em Nível Médio;

3. Licenciatura em Pedagogia (Diferente do Concurso).

II – 2ª Etapa: Do 5º ao 6º Ano, organizado por Área do Conhecimento será exigido:

3. Licenciatura Plena nas áreas específicas ou afins (pela habilitação do concurso).

4. Outra Licenciatura (Diferente do Concurso).

§ 2º. Os professores efetivos ***que residirem no campo, terão prioridade na atribuição***, uma vez comprovado prática pedagógica satisfatória e cumprimento das atividades docentes, e deverá *ter identificado no preenchimento da FICHA DE CONTAGEM DE PONTOS,* e obedecerá a sequência de classificação final da Contagem de Pontos.

§ 3º. A Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho obedecerá as etapas a seguir:

I - 1ª Etapa: para os professores efetivos na Escola Municipal Eliza K. Tomé que participarão do processo de atribuição de classes e/ou aulas, na *Educação Infantil - Pré Escola, do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental, em Turmas Multiseriadas*.

a) Professores que residem no campo;

b) Professores que não residem no campo.

II - 2ª Etapa: para os professores, pertencentes ao quadro de efetivos, lotados de 5º ao 6º ano do Ensino Fundamental, por área de conhecimento, também em *Turmas Multiseriadas*.

a) Professores que residem no campo;

b) Professores que não residem no campo.

III - 3ª Etapa: Compreende a atribuição ao professordo **LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA,** para concursados como Professor de Informática, mediante a contagem de pontos, de acordo com o quadro de aulas disponíveis.

IV - 4ª Etapa: Compreende a atribuição para o profissional que optar por atribuição na ***outra Licenciatura,*** diferente da exigida para a posse no cargo.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. Para os Profissionais que, no ano letivo de 2019, estiveram de Licença Maternidade e Licença Prêmio será considerado o percentual do período trabalhado para fins de pontuação nos seguintes itens da Ficha:

a) Anexo I – Professores efetivos: Campo 5, Item 5.3, letras: **d;**

b) Anexo II – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil efetivos: Campo 5, Item 5.3, letras: **d;**

Parágrafo Único. No caso dos profissionais que assumiram o concurso no decorrer do ano letivo de 2019, para fins de pontuação, nas alíneas a e b descritas no *caput* deste artigo, independente da data de efetivação do profissional, serão calculadas considerando todas as atividades realizadas na unidade escolar referentes a estes itens, no ano letivo de 2019.

Art. 30. A organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) considera as peculiaridades de cada aluno - alunos com a mesma deficiência podem necessitar de atendimentos diferenciados, por isso, para planejar o atendimento não resta saber as causas, diagnóstico, prognóstico da suposta deficiência do aluno, devendo ser observado que:

I - antes da deficiência, vem a pessoa, o aluno com sua história de vida, sua individualidade, seus desejos e diferenças;

II - há alunos que frequentarão o AEE mais vezes na semana e outros menos, sendo possível atender aos alunos em pequenos grupos, se suas necessidades forem comuns a todos;

Art. 31.Os profissionais que realizaram a contagem de pontos e não lotaram ou não completaram a carga na unidade escolar onde fizeram a contagem de pontos, serão direcionados pela Secretaria de Educação, ao final do Processo de Atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho de todas as instituições da rede municipal de ensino, para lotação na unidade escolar onde houver a vaga.

Art. 32. O profissional efetivo só poderá atribuir aulas em outro componente curricular depois que se esgotarem todas as aulas na rede municipal daquelas a qual fez a opção para a contagem de pontos de acordo com o diploma do concurso, ou também da segunda licenciatura.

Art. 33. Não será permitido à unidade escolar, alterar as atribuições realizadas no processo, sendo-lhes permitida APENAS atribuições para recomposição do quadro, quando da ocorrência da vaga livre ou em substituição.

Art. 34. Após atribuição, havendo profissional efetivo na área do conhecimento para atribuir aulas livres, este terá prioridade, seguindo a ordem de pontuação. Permanecendo as aulas livres e tendo profissional com ***outra Licenciatura*** com disponibilidade, estas poderão ser atribuídas a esses profissionais efetivos, seguindo a ordem de pontuação.

Art. 35. O Cozinheiro de Nutrição Escolar caso deseje poderá pedir remoção para trabalhar em outra instituição, os pedidos de remoção deverão ser realizados via protocolo web no site da Prefeitura Municipal entre os dias 16 á 18 de dezembro de 2019 e os mesmos serão divulgados somente na atribuição de classe e/ou aulas conforme cronograma em anexo III.

Art. 36. Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira instância pelas Comissões de Atribuições de classes e/ou aulas e regime/trabalho de cada instituição escolar.

Art. 37. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campos de Júlio-MT, 10 de dezembro de 2019.

CLAIR ZAMO PAGLIARINI

Secretária Municipal de Educação

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2019

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público que está realizando processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, sob o nº 09/2019, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para selecionar a melhor proposta para “Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para execução de projeto Elétrico de Rede de Distribuição Aérea Urbana – 13,8 KV do Setor Industrial, localizado no Parque Industrial na BR 364, conforme termo de referência, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, memorial descritivo e especificações, todos anexos a este projeto básico e demais documentos constantes no processo licitatório.

A data de abertura está designada para 30/12/2019, às 13hs00 (treze horas) do horário local, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Av. Valdir Masutti, nº 779W, Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, através de meios digitais (pen drive) ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br.

Quaisquer Informações através do fone (65) 3387-2800 e do e-mail licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br; licitacao3@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 10 de dezembro de 2019.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N° 102/2019.

ESPÉCIE: Prestação pessoal de serviços em caráter excepcional e de relevante interesse público na área de Educação,” auxiliar de desenvolvimento infantil ADI” que será por prazo determinado

OBJETO: Rescinde o Contrato Administrativo de nº 102/2019, unilateral a partir de 09/12/2019.

Por descumprimento da clausula nona incisos 9.1 e 9.2.do instrumento contratual.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / RESCINDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS

CONSIDERANDO o princípio da publicidade, e ainda, o dever atribuído à administração de dar total transparência a todos os atos que praticar, além de fornecer todas as informações solicitadas pelos particulares, que constem de bancos de dados públicos, pois, como regra geral, nenhum ato administrativo pode ser sigiloso.

Em atendimento ao artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, combinado com o artigo 6º, inciso XI, da Portaria Interministerial MPO/MF/CGU Nº 507, de 24/11/2011, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de novembro de 2011, vimos por meio deste **NOTIFICAR** a todos os interessados e especificamente os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais, deste município, a liberação de recursos federais do seguinte convênio:

Número do Convênio: 856432/2017

Situação: Pago

Objeto do Convênio: Aquisição de Patrulha Mecanizada

Concedente: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Convenente: Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT.

Valor do Convênio: R$ 138.890,00

Valor Liberado: R$ R$ 138.751,11

Início da Vigência: 29/12/2017

Fim da Vigência: 29/12/2019

Valor da Contrapartida: R$ 138,89

Registra-se,

Publica-se,

Notifica-se.

Canabrava do Norte – MT, 11 de Dezembro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Iuri Ferreira Peres

Gerente de Convênios

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados sua intenção em aderir, como CARONA, à Ata de Registro de Preços nº 142/2019, referente ao Pregão Presencial nº 112/2019, realizado pela Prefeitura Municipal de Confresa – MT, nos termos 15 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e regulamentações constantes dos Decretos 7.892/2013 e 8.250/2014, conforme especificações abaixo:

Pregão Presencial nº 112/2019 – Prefeitura Municipal de Confresa – MT;

Ata de Registro de Preços nº 142/2019;

Vigência da Ata: 12 Meses;

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Confresa – MT;

Empresa beneficiária: **PRODUSOM SONORIZAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.103.652/0001-12;

Especificação do objeto registrado: Adesão à Ata de Registro de Preços para possível e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de realização de Show Pirotécnico a ser realizado no Réveillon 2019/2020, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, junto ao município de Canabrava do Norte - MT;

Quantidade registrada: Conforme registrado e disposto na Ata nº 142/2019 da Prefeitura Municipal de Confresa – MT;

Quantidade de adesão:

Empresa: PRODUSOM SONORIZAÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 30.103.652/0001-12**:**

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
02	Apresentação Artistica – Show Pirotécnico, a prova de água, com 8 (oito) minutos de duração, com fogos de artificio, com operador responsável.	1	R$ 13.680,00	R$ 13.680,00

Canabrava do Norte-MT, 11 de Dezembro de 2019

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro.

ADMINISTRAÇÃO
COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS

CONSIDERANDO o princípio da publicidade, e ainda, o dever atribuído à administração de dar total transparência a todos os atos que praticar, além de fornecer todas as informações solicitadas pelos particulares, que constem de bancos de dados públicos, pois, como regra geral, nenhum ato administrativo pode ser sigiloso.

Em atendimento ao artigo 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, combinado com o artigo 6º, inciso XI, da Portaria Interministerial MPO/MF/CGU Nº 507, de 24/11/2011, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de novembro de 2011, vimos por meio deste **NOTIFICAR** a todos os interessados e especificamente os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e às entidades empresariais, deste município, a liberação de recursos federais do seguinte convênio:

Número do Convênio: 858720/2017

Situação: Pago

Objeto do Convênio: Aquisição de Patrulha Mecanizada

Concedente: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Convenente: Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT.

Valor do Convênio: R$ 332.000,00

Valor Liberado: R$ R$ 292.500,00

Início da Vigência: 29/12/2017

Fim da Vigência: 29/12/2019

Valor da Contrapartida: R$ 39.500,00

Registra-se,

Publica-se,

Notifica-se.

Canabrava do Norte – MT, 11 de Dezembro de 2019.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Iuri Ferreira Peres

Gerente de Convênios

ADMINISTRAÇÃO
LEI N. 963/2019, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019.

LEI N. 963/2019, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE – MT, PARA O EXERCÍCIO DE 2020."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele **sanciona** e **promulga** a seguinte lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Canabrava do Norte para o exercício de 2020 estima a Receita em **R$ 21.010.103,70 (vinte e um milhões dez mil cento e três reais e setenta centavos)** e fixa a Despesa em **R$ 21.010.103,70 (vinte e um milhões dez mil cento e três reais e setenta centavos)** sendo **R$ 13.019.841,51 (treze milhões dezenove mil cento e três reais e setenta centavos)** do Orçamento Fiscal, e **R$ 7.259.382,10(sete milhões duzentos e cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta e dois reais e dez centavos)** do Orçamento da Seguridade Social, sendo **R$ 730.880,09** (setecentos e trinta mil, oitocentos e oitenta reais e nove centavos) de Orçamento de Investimento.

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2°. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2020 estima a Receita em **R$ 21.010.103,70 (vinte e um milhões dez mil cento e três reais e setenta centavos)** e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em **R$ 1.050.505,18 (hum milhão cinquenta mil, quinhentos e cinco reais**

e dezoito centavos), e fixa em **19.959.598,52 (Dezenove milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos)** a Despesada Prefeitura Municipal.

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos anexos com o seguinte desdobramento.

RECEITAS	R$	21.010,103,70
Receitas Correntes	R$	18.565.752,91
Receitas de Capital	R$	2.444.350,79
Reserva de Contingência	R$	218.762,05

§ 2º. A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL:

Câmara Municipal de Canabrava do Norte	R$	1.050.505,18
Gabinete do Prefeito	R$	903.434,46
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças	R$	3.214.545,86
Secretaria de Infraestrutura, Serviços Públicos e Urbanismo	R$	3.151.515,55
Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Turismo e Cultura	R$	6.303.031,11
Secretaria Municipal de Saúde	R$	4.202.020,74
Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social	R$	1.260.606,21
Secretaria Meio Ambiente, Agricultura, Comércio e Desenvolvimento Econômico	R$	630.303,14
Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade Urbana	R$	294.141,45
Total Geral	R$	19.831.187,21

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÕES:

01 – Legislativa	R$	1.050.505,18
03 - Essencial a Justiça	R$	84.700,01
04 – Administração	R$	3.584.519,26
08 - Assistência Social	R$	1.260.606,21
10 – Saúde	R$	4.202.020,74
12 – Educação	R$	6.152.531,11
13 – Cultura	R$	126.000,00
15 – Urbanismo	R$	3.151.515,55
20 – Agricultura	R$	630.303,14
27 - Desporto e Lazer	R$	24.500,00
28 - Encargos Especiais	R$	230.000,00
99 - Reserva de Contingência	R$	218.761,05
06 - Segurança Publica	R$	294.141,45
Total Geral	R$	21.010.103,70

III – CLASSIFICAÇÃO POR SUB-FUNÇÕES

31 - Ação Legislativa	R$	1.050.505,18
92 - Representação Judicial e Extrajudicial	R$	84.700,01
122 - Administração Geral	R$	6.308.293,88
123 - Administração Financeira	R$	323.000,00
124 - Controle Interno	R$	96.450,00
128 - Formação de Recursos Humanos	R$	35.434,03
361 - Ensino Fundamental	R$	5.180.358,46
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	280.003,00
244 - Assistência Comunitária	R$	318.063,07
301 - Atenção Básica	R$	1.016.338,43
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R$	570.043,20
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	R$	36.834,17
304 - Vigilância Sanitária	R$	22.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica	R$	55.686,43
306 - Alimentação e Nutrição	R$	94.000,00
364 - Ensino Superior	R$	45.000,00
365 - Educação Infantil	R$	793.173,65
368 - Educação Básica	R$	25.000,00
392 - Difusão Cultural	R$	126.000,00
451 - Infraestrutura Urbana	R$	542.294,88
452 - Serviços Urbanos	R$	2.609.220,67
608 - Promoção da Produção Agropecuária	R$	630.303,14
812 - Desporto Comunitário	R$	24.500,00
843 - Serviços da Dívida Interna	R$	230.000,00
999 - Reserva de Contingência	R$	218.761,05
125 – Normatização e Fiscalização	R$	294.141,45
Total Geral	R$	21.010.103,70

IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMAS:

0054 - Processo Legislativo	R$	1.050.505,18
0051 - Apoio Administrativo	R$	1.191.115,57
0001 - Amortização de Dívida Publica	R$	230.000,00
0055 - Encargos Especiais	R$	210.103.70
0056 - Reserva de Contingência	R$	218.761,05
0050 - Expansão e Melhoria de Infraestrutura	R$	3.151.515,55
0042 - Educação Transformadora	R$	6.152.531,11
0046 - Promoção a Cultura	R$	126.000,00
0047 - Desenvolvimento do Esporte e Lazer	R$	24.500,00
0006 - Média e Alta Compl. Ambulatorial e Hospitalar	R$	288.311,78
0041 - Acesso á Saúde e Qualidade no Atendimento	R$	3.913.708,96
0058 - Gestão e Execução das Políticas de Assistência Social	R$	318.053,07
0049 - Desenvolvimento da Agropecuária e Fomento ao Abastecimento Alimentar	R$	630.303,14
0057 - Gestão Administrativa	R$	662.540,14
0060 - Atenção a Criança e ao Adolescente	R$	280.003,00
0061 - Gestão e Execução das Políticas de Investimentos Sociais	R$	280.013,00
0062 - Modernização no Transito e na mobilidade urbana	R$	294.141,45
Total Geral	R$	21.010.103,70

V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA:

DESPESAS CORRENTES	R$	19.846.373,15
3.1.00.00.00.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R$	11.048.090,24
3.2.00.00.00.00.00.00 JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	R$	24.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$	8.774.282,91
DESPESAS DE CAPITAL	R$	944.969,50
4.4.00.00.00.00.00.00 INVESTIMENTOS	R$	735.709,09
4.6.00.00.00.00.00.00 AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	R$	209.260,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R$	218.761,05
9.9.00.00.00.00.00.00 RESERVA DE CONTIGÊNCIA	R$	218.761,05
TOTAL GERAL	R$	21.010.103,70

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§ 1º. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º. Para efeito desta lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçados a menor.

§ 3º. Não se efetivando até o dia 10/10/2020 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”,

conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2019 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 4º. O Poder Executivo é autorizado a tomar medidas para ajustar os Dispêndios ao efetivo comportamento da Receita.

Art. 5º. O Poder Executivo é autorizado a proceder, em qualquer época do Exercício, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total da Receita Estimada, reduzindo Dotações Disponíveis, ou utilizando outros recursos legalmente previstos.

Parágrafo Único. A autorização contida neste Artigo não se onera, quando a suplementação se destinar ao atendimento de despesas relativas a Pessoal e Encargos Sociais.

Art. 6º. Fica autorizada a realização de Operações de Crédito por Antecipação da Receita, até o limite de 15% (quinze por cento) do total da Receita Estimada, obedecidas as normas da Legislação pertinente e oferecendo as garantias usuais necessárias.

Art. 7º. Os Projetos e Atividades que correspondem a Receitas a eles vinculadas, ficam automaticamente suplementados, pelo valor do excesso de arrecadação sobre a previsão inicial da Receita.

Art. 8º. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 9º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais especiais e suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10º. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de créditos e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 11º. Durante o exercício de 2020 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 12º. Comprovado o interesse Público Municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação, bem como, conceder ajuda financeira a entidades assistenciais e outras por meio de subvenções, auxílios e contribuições.

§ 1º. Os convênios, subvenções, auxílios e contribuições poderão ser concedidos desde que apresentado plano de trabalho, contendo metas objetivas em consonância com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.

§ 2º. Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como às que não tiverem suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

Art. 13º. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer uso do que dispõe o art. 66º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 14º. Fica o Poder Executivo autorizado a executar Restos a Pagar do exercício de 2019, de acordo com as disposições legais, desde que possua a contrapartida financeira.

Art. 15º. Fica o executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 16º. Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de Novembro de 2019.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2019

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade **tomada de preços nº 009/2019**, do tipo Obras e Serviços de Engenharia, cujo objeto é a Contratação de empresa para **Pavimentação e Drenagem da Avenida Tocantins, Entre Avenida Mato Grosso e Avenida Brasília; Pavimentação e Drenagem da Avenida Brasília, Entre Avenida Tocantins e Avenida Goiás; Pavimentação e Drenagem do Lado Direito da Avenida Goiás, Entre Avenida Mato Grosso e Avenida Brasília, no Bairro Morada do Sol no Município de Canarana – MT**, conforme TERMO DE CONVENIO SICONV Nº 863775/2017, firmado com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO e especificações do edital**, que a realização da sessão pública, anteriormente alterada e remarcada para o dia 20 de Dezembro de 2019, às 15h30min (horário de Brasília), fica SUSPENSA "*SINE DIE*", até segundo aviso, para alteração do edital.**

Canarana - MT, 11 de Dezembro de 2019.

_____

ALEX MARCATO GONÇALVES

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PORTARIA Nº 638/2019

Portaria nº 638/2019

De 27 de novembro de 2019.

Conceder férias ao servidor público municipal **Milton Parode** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor **Milton Parode** por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 16 de dezembro de 14 de janeiro de 2020.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 20/03/2014 a 20/03/2015.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 27 de novembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 641/2019.

Portaria Nº 641/2019.

De 27 de novembro de 2019.

Conceder férias a Servidora Pública Municipal **Raissa Jordane Monteiro de Araújo** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legaise em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Raissa Jordane Monteiro de Araújo** por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 23 de dezembro de 2019 a 21 de janeiro de 2020.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 13/07/2018 a 12/07/2019.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 27 de novembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N°640/2019

Portaria n°640/2019

27 novembro de 2019.

Conceder férias a Servidora Pública Municipal **Marieli Govari da Rosa** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legaise em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Marieli Govari da Rosa** por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 22 de dezembro de 2019 a 20 de janeiro de 2020.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 08/08/2016 a 08/08/2017.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 27 de novembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010/2019

DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019 da Prefeitura Municipal de Canarana-MT, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade,

RESOLVE:

1 – DIVULGAR o resultado do julgamento dos recursos apresentados pelos candidatos, conforme abaixo:

CARGO	CANDIDATO/ INSCRIÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO	JULGAMENTO DO RECURSO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	MATHILDES ARAUJO DA SILVA INSCRIÇÃO: 372 CPF:	Solicita que seja anulada a questão de nº 16 de CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, a qual tem como resposta correta no Gabarito, a Opção D) II e III;.	**DEFERIDO** QUESTÃO ANULADA, POIS A QUESTÃO TRATOU DE ASSUNTOS GERAIS DA BNCC, SENDO QUE O EDITAL SOLICITOU ASSUNTOS ESPECÍFICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA BNCC.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	MATHILDES ARAUJO DA SILVA INSCRIÇÃO: 372 CPF:	Peço que as questões 03 e 04 sejam anuladas, haja vista, que no ANEXO II do Edital, não consta como Conteúdo Programático para os cargos do Ensino Superior: Orações Coordenadas e Subordinadas, tampouco Função Sintática.	**DEFERIDO** AS QUESTOES 03 E 04 DE TODOS OS CARGOS DO NIVEL SUPERIOR, SERÃO ANULADAS, POIS, DE FATO, OS ITENS ORAÇÕES COORDENADAS E SUBORDINADAS E FUNÇÃO SINTÁTICA NÃO CONSTAM NO EDITAL DOS CONTEUDOS PROGRAMÁTICOS.
PROFESSOR	CLEUNICE TEIXEIRA ELEUTERIO INSCRIÇÃO Nº CPF: 432. 184.401-06	Solicito a banca examinadora/ examinador (a) através deste requerimento, a anulação da questão de nº 17, visto que nas alternativas de respostas não consta no caderno de prova a opção correta que são itens II E III.	**DEFERIDO** NO CADERNO DE PROVAS, PARA O CARGO DE PROFESSOR, A QUESTÃO 17 NÃO APRESENTOU NENHUMA ALTERNATIVA CORRETA, PORTANTO A QUESTÃO SERÁ ANULADA.
PROFESSOR	CLEUNICE TEIXEIRA ELEUTERIO INSCRIÇÃO Nº CPF: 432. 184.401-06	A questão 13 confunde instalado poderia ser emancipada, criada, organizada para mim vem antes de instalar	**INDEFERIDO** DE ACORDO COM O SITE OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIAPAL DE CANARANA, BEM COMO DADOS DO CENTRO HISTÓRICO PRO-MEMÓRIA, CONSTA QUE FOI APROVADA A EMANCIPAÇÃO DE CANARANA, POR MEIO DA LEI Nº 4165, EM 26 DE DEZEMBRO DE 1979, PORÉM A INSTALAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO OCORREU EM 15 DE FEVEREIRO DE 1981.
PSICÓLOGO	**TATIANY TEOTONIO BORGES INSCRIÇÃO** Nº : 343 **CPF: 75459302153**	Apesar da compreensão inicialmente estabelecida por esta Banca Examinadora, requer a ponderação de que a presente questão, inegavelmente, trata do tema: *Lei Orgânica do Município de Canarana – MT, mais especificamente da EMENDA À Lei Orgânica Nº007/2011, portanto, uma legislação específica do município*. No entanto, tal conteúdo não consta no Edital, ou seja, é matéria não prevista no programa do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019. A jurisprudência tem se posicionado reiteradamente no sentido de que o Edital vincula a Administração Pública, o que corresponde ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. *Apenas para exemplifi-*	**INDEFERIDO** EM QUE PESE A LEI ORGANICA DO MUNICIPIO NÃO CONSTAR EXPRESSAMENTE NO CONTEUDO PROGRAMATICO DE CONHECIMENTOS GERAIS, A QUESTÃO TRATA DO ASSUNTO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICIPIO, E TAIS ASSUNTOS CONSTAM NO CONTEUDO DE CONHECIMENTOS GERAIS CONFORME ITEM 1.3.

		car, segundo decidido no RE 480.129/DF (STF, DJ 23/10/2009) "o edital relativo a concurso público obriga não só a candidatos como também a Administração Pública". Assim, requer a avaliação das ponderações apresentadas, de modo a promover a anulação da questão.				exposição acidental de polpa, o tamanho da exposição pulpar e nem foi relatado o estado da região periapical do dente para indicarmos um tratamento ideal. Solicito assim, a anulação da questão.	
ODONTOLOGIA	**PAOLA SOUZA BARBOSA INSCRIÇÃO** Nº : 204 **CPF: 064.044. 611-61**	Inicialmente, verefica-se que a questão 11 trata-se de matéria de "organização municipal", em que mais especificafamente está prevista na Lei Organica do municipio de Canarana – MT, mais precisamente Emenda a Lei Organica nº 007/2011, o qual deu nova redação, com reforma integral ao texto da Lei Organica Municipal de Canarana – MT, promulgada em 31 de março de 1990.	**INDEFERIDO** EM QUE PESE A LEI ORGANICA DO MUNICIPIO NÃO CONSTAR NO CONTEUDO PROGRAMATICO DE CONHECIMENTOS GERAIS, A QUESTÃO TRATA DO ASSUNTO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICIPIO, E TAIS ASSUNTOS CONSTAM NO CONTEUDO DE CENHECIMENTOS GERAIS CONFORME ITEM 1.3.	TÉNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	**ANGELA MARIA RODRIGUES INSCRIÇÃO: Nº 632 CPF: 924.627. 749-04**	A questão 17, do Processo Seletivo 002/2019 da Prefeitura Municipal de Canarana/MT, apresenta um erro quanto ao gabarito apresentado, o qual indica como resposta correta o Item D "todas estão corretas". No entanto, verifica-se que essa resposta não está em consonância com o que preceitua o Art. 8, inciso I, alíneas A e B, da Lei Complementar nº 174/2018 de 04 de Dezembro de 2018, uma vez que a opção II da questão (**verificar a regularidade da documentação referente à matrícula**) não está elencada no rol de atribuições conferidas ao Técnico em Desenvolvimento Infantil, mas sim em Administração Escolar.	**INDEFERIDO** CONFORME ANALISADO, A RESPOSTA CORRETA DA QUESTÃO DE Nº 17 ENCONTRA-SE EM CONSONANCIA COM O GABARITO PRELIMINAR PARA O CARGO DE TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL, OU SEJA, A ALTERNATIVA DE LETRA "A". PORTANTO, NÃO ACOLHIDO O RECURSO.
ODONTOLOGIA	INGRID WILLERS GABE **INSCRIÇÃO: Nº 743** *CPF:* 043. 464.471/47	Abaixo uma revisão de literatura falando sobre remoção seletiva de cárie dentária que está sendo relatada na questão B. Na questão B, é relatado que o tecido mais interno, AINDA QUE AMOLECIDO, é passível de remineralização. De acordo com a revisão de literatura, a dentina afetada que pode ser mantida na parede pulpar, é RESISTENTE a remoção e não é amolecida. O tecido amolecido recebe o nome de dentina infectada e deve ser removida. Ou seja, a questão B também encontra-se com o enunciado incorreto. Solicito assim, a anulação da questão.	**INDEFERIDO** DE ACORDO COM A PRÓPRIA CITAÇÃO MENCIONADA PELA CANDIDATA NO RECURSO INTERPOSTO, MOSTRA-SE QUE UMA DENTINA REMANESCENTE, MESMO QUE AMOLECIDA É PASSIVEL DE REMINERALIZAÇÃO, JUSTAMENTE O QUE CITA COMO SENDO CORRETO NA ALTERNATIVA "B". LEMBRANDO QUE O ENUNCIADO DA QUESTÃO 17 PEDE A ALTERNATIVA "INCORRETA", A ALTERNATIVA "D". O PROCEDIMENTO REALIZADO NA ALTERNATIVA "D" É COMUMENTE UTILIZADO EM DENTES ANTERIORES.				
ODONTOLOGIA	INGRID WILLERS GABE **INSCRIÇÃO: Nº 743** *CPF:* 043. 464.471/47	O diagnóstico pulpar na dentição decídua torna-se bastante dificultada devido as informações subjetivas e, geralmente, imprecisas fornecidas pela criança ou responsáveis. Assim, o exame radiográfico e achados clínicos são fundamentais para a determinação da condição pulpar e a escolha da técnica de tratamento adequada (KOPEL,1992.) Diágnóstico provável da criança: Pulpite aguda reversível- dor provocada por frio e ingestão de açúcar,dor suportável e localizada e com vitalidade pulpar Ou seja, além da pulpotomia, o capeamento pulpar direto também seria um tratamento imediato viável nessas condições relatas pelo enunciado, pois não sabemos se foi uma	**INDEFERIDO** "A PULPOTOMIA EM DENTES DECIDUOS É UMA TÉCNICA CONSERVADORA DE TERAPIA PULPAR AMPLAMENTE UTILIZADA EM ODONTOPEDIATRIA, SENDO DE FUNDAMENTAL IMPORTANCIA PARA EVITAR A PERDA PREMATURA DESSES DENTES, QUER SEJA POR ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELA CÁRIE DENTÁRIA OU TRAUMATISMO DENTÁRIO" (Nadin, G). TODAS AS ALTERNATIVAS DA QUESTÃO SÃO CABÍVEIS PARA O TRATAMENTO, PORÉM COMO CITADO NO ENUNCIADO, ONDE SOLICITA-SE O "MAIS ADEQUADO" PARA A SOLUÇÃO IMEDIATA SERIA A PULPOTOMIA, PORTANTO A RESPOSTA "C".				

Canarana, 11 de dezembro de 2019.

ELISMAR F. DA SILVA OLIVEIRA

Presidente da Comissão Organizadora

Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 053/2019

Concurso Público 001/2016

Edital de Convocação N° 053/2019

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público homologado pelo Decreto n°2734 de 01/12/2016.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter definitivo no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de **Saúde** como segue:

CANDIDATO	CARGO	CONCURSO PÚBLICO
Fermina de Souza Rodrigues	Técnico em Enfermagem	Edital 001/2016

A candidata convocada terá 30 (trinta) dias contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentar e manifestar sobre a aceitação ou não do cargo no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 06 de dezembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº643/2019

Portaria Nº643/2019

27 de novembro de 2019.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe as Leis Municipais Complementares nº. 028/2002 Estatuto do Servidor Público Municipal e Lei n.º 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Raquel Barbosa da Silva**, ocupante do cargo de Técnico em Educação Física. Matricula n°4715 lotada na Secretaria Municipal de Saúde, três (03) meses de Licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 23 de dezembro de 2019 a 21 de março de 2020, relativo ao quinquênio de 2013 a 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana MT, 27 de novembro 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 642/2019.

Portaria Nº 642/2019.

De 27 de novembro de 2019.

Conceder férias a Servidora Pública Municipal Janete Nothaft Zimermann e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legaise em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Janete Nothaft Zimermann** por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 23 de dezembro de 2019 a 21 de janeiro de 2020.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 15/08/2016 a 15/08/2017.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 27 de novembro de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABARITO FINAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019

GABARITO FINAL

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO PARA TODOS OS CARGOS:

Agente de Limpeza Escolar;

Agente de Nutrição Escolar;

Motorista Escolar;

Motorista de Ambulância;

Agente Comunitário de Saúde; Agente de Combate a Endemias;

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
D	A	C	B	D	C	D	D	C	B
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
Anulada	B	B	C	C	B	A	B	D	B

A questão 11 faltou enunciado na pergunta. Portanto foi anulada.

ENSINO MÉDIO

CARGO: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
C	C	A	A	C	B	B	C	D	A
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	C	D	C	A	C	A	B	A	C

CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
C	C	A	A	C	B	B	C	D	A
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	C	D	C	A	C	D	B	C	B

CARGO: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
C	C	A	A	C	B	B	C	D	A
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**

B	C	D	C	A	C	B	B	D	C

CARGO: INSPETOR SANITÁRIO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	C	A	A	C	B	B	C	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	D	C	A	D	B	A	A	D

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	C	A	A	C	B	B	C	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	D	C	A	A	A	A	D	D

TÉNICO EM LABORATÓRIO E ANALISES CLÍNICAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	C	A	A	C	B	B	C	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	D	C	A	D	B	B	C	B

TÉCNICO EM RADILOGIA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	C	A	A	C	B	B	C	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	D	C	A	C	B	B	D	B

TÉCNICO EM IMOBILIZAÇÃO ORTOPÉTICA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	C	A	A	C	B	B	C	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	D	C	A	B	A	D	D	C

ENSINO SUPERIOR

CARGO: PROFESSOR

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	D	Anulada	Anulada	D	C	D	A	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	C	A	B	Anulada	B	B	A

CARGO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	D	Anulada	Anulada	D	C	D	A	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	C	A	Anulada	B	C	A	B

CARGO: FISIOTERAPEUTA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	D	Anulada	Anulada	D	C	D	A	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	C	A	B	A	C	D	C

CARGO: ENFERMEIRO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	D	Anulada	Anulada	D	C	D	A	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	C	A	B	B	A	B	C

CARGO: FONOAUDIOLOGO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	D	Anulada	Anulada	D	C	D	A	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	C	A	D	C	D	D	A

CARGO: MÉDICO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

D	D	Anulada	Anulada	D	C	D	A	B	B
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
C	B	D	C	A	B	B	D	D	D

CARGO: NUTRICIONISTA

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
D	D	Anulada	Anulada	D	C	D	A	B	B
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
C	B	D	C	A	D	D	A	A	D

CARGO: DENTISTA

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
D	D	Anulada	Anulada	D	C	D	A	B	B
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
C	B	D	C	A	C	D	C	C	A

CARGO: PSICOLOGO

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
D	D	Anulada	Anulada	D	C	D	A	B	B
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
C	B	D	C	A	C	C	D	D	C

CARGO: TÉCNICO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
D	D	Anulada	Anulada	D	C	D	A	B	B
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
C	B	D	C	A	A	A	A	D	D

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°319/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1148/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 129.071,36 (Cento e Vinte e Nove Mil Setenta e Um Reais e Trinta e Seis Centavos) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

07.001-GABINETE DA SEMEC

07.001.12.361.0019.1015.4.4.9.0.51.00.00.00|115000000 Obras e Instalacoes	R$ 18.071,36

Sub-Total:R$ 18.071,36

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0011.2034.3.1.9.1.13.00.00.00|146000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 2.000,00
08.001.10.301.0011.2034.3.1.9.1.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 9.000,00
08.001.10.301.0011.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 45.000,00
08.001.10.301.0011.2034.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 45.000,00
08.001.10.301.0011.2034.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 10.000,00

Sub-Total:R$ 111.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 129.071,36

Art. 2 - Para dar cobertura ao Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados os recursos aqueles previstos no inciso III do § 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64, ou seja, proveniente de anulacao das seguintes Dotacoes Orcamentarias:

07.005-DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER

07.005.27.812.0003.2032.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 Contribuicoes	R$ 8.071,36
07.005.27.812.0019.1021.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalacoes	R$ 5.000,00
07.005.27.812.0019.1021.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 Obras e Instalacoes	R$ 5.000,00
Sub-Total:R$ 18.071,36	
10.001-GABINETE DA SEMAPICMAT	
10.001.18.541.0012.2052.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 30.000,00

Sub-Total:R$ 30.000,00

12.001-GABINENTE DA SEMCID

12.001.04.121.0019.1040.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 Obras e Instalacoes	R$ 2.000,00
12.001.04.121.0019.1040.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalacoes	R$ 3.000,00
12.001.04.121.0008.2050.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 66.000,00
12.001.04.121.0019.1040.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
12.001.04.121.0019.1040.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00

Sub-Total:R$ 81.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 129.071,36

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 01 de Novembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 323 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **ROSINETE DE JESUS MOURA DAMASCENO** matricula n.º 1925, cargo de Professora, na data 11 de Dezembro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 05 de Dezembro de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 324 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela **IVONI MORTELLE DA SILVA** matricula n.º 120, cargo de Apoio Administrativo Educacional Definitivo – Zeladora, na data 11 de Dezembro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 09 de Dezembro de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°320/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO

VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1142/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 5.577,37 (Cinco Mil Quinhentos e Setenta e Sete Reais e Trinta e Sete Centavos) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

06.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.30.00.00.00|329000000 Material de Consumo	R$ 5.047,73
06.001.08.244.0005.2013.4.4.9.0.52.00.00.00|329000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 196,00
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.33.00.00.00|329000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 333,64

Sub-Total:R$ 5.577,37

Total Parcial Suplementado: R$ 5.577,37

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro de Exercicios Anteriores em conformidade com o õ1§ inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 01 de Novembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 310/2019

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica **CONCEDIDO** Licença Prêmio a servidora **ERICA MARCIELE FURLAN DE PEDRI DE CAMPOS** lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Industria, Comercio, Meio Ambiente e Turismo.

Artigo 2º- A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Quinquênio 2009/2014: Período de gozo: 03 de fevereiro de 2020 a 03 de maio de 2020.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º- Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de dezembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 325 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **JOSIANE SILVA GONÇALVES DE AGUIAR** matricula n.º 4429, cargo de Professora, na data 11 de Dezembro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 11 de Dezembro de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 010/2017

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°318/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1148/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.434.099,51 (Um Milhao Quatrocentos e Trinta e Quatro Mil e Noventa e Nove Reais e Cinquenta e Um Centavos) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

06.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

06.001.08.244.0005.2015.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 7.000,00
06.001.08.244.0005.2015.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000	Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 500,00

		Sub-Total:R$ 7.500,00
07.001-GABINETE DA SEMEC		
07.001.12.361.0019.1015.4.4.9.0.51.00.00.00|115000000	Obras e Instalacoes	R$ 57.413,86
07.001.12.361.0002.2021.4.4.9.0.52.00.00.00|115000000	Equipamentos e Material Permanente	R$ 19.310,00
07.001.12.361.0002.2026.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 64.000,00
07.001.12.365.0002.2027.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 106,03
07.001.12.365.0002.2022.4.4.9.0.52.00.00.00|115000000	Equipamentos e Material Permanente	R$ 76.724,00
07.001.12.361.0022.2016.3.3.9.0.30.00.00.00|125000000	Material de Consumo	R$ 30.000,00
07.001.12.361.0022.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|125000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 19.000,00
07.001.12.361.0022.2016.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 9.000,00
	Sub-Total:R$ 275.553,89	
07.002-FUNDEB 60		
07.002.12.365.0024.2029.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 35.000,00
07.002.12.365.0024.2029.3.1.9.1.13.00.00.00|118000000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 15.000,00

Sub-Total:R$ 50.000,00

07.003-FUNDEB 40

07.003.12.365.0024.2031.3.1.9.1.13.00.00.00|119000000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 12.000,00
07.003.12.365.0024.2031.3.1.9.0.11.00.00.00|119000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 40.000,00

		Sub-Total:R$ 52.000,00
07.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA		
07.004.13.392.0004.2032.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.280,00

Sub-Total:R$ 1.280,00

07.005-DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER

07.005.27.812.0003.2033.3.3.9.0.31.00.00.00|100000000	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DES	R$ 606,00
07.005.27.812.0003.2033.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.397,91
07.005.27.812.0003.2033.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000	Material de Consumo	R$ 282,00
07.005.27.812.0003.2033.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000	Diarias - Civil	R$ 1.760,00

Sub-Total:R$ 4.045,91		
08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
08.001.10.302.0025.2036.3.1.9.1.13.00.00.00|146000000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 14.271,66
08.001.10.302.0025.2036.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 68.000,00
08.001.10.303.0025.2039.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000	Material de Consumo	R$ 505,00
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.1.13.00.00.00|142000000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 5.000,00
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.1.13.00.00.00|146000000	OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 30.000,00
08.001.10.301.0019.1024.4.4.9.0.51.00.00.00|102000000	Obras e Instalacoes	R$ 12.500,00
08.001.10.302.0011.2042.3.3.7.1.70.00.00.00|142000000	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 6.054,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.30.00.00.00|146000000	Material de Consumo	R$ 15.000,00
08.001.10.301.0025.1025.4.4.9.0.52.00.00.00|147000000	Equipamentos e Material Permanente	R$ 185,83
08.001.10.301.0011.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 58.200,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 46.046,43
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.353,57
08.001.10.301.0011.2034.3.3.9.0.33.00.00.00|102000000	Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 15.000,00
08.001.10.301.0018.1023.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000	Equipamentos e Material Permanente	R$ 310,00
08.001.10.302.0025.2036.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 73.700,00

Sub-Total:R$ 346.126,49

09.001-GABINETE DA SEMOSP

09.001.26.782.0013.2045.4.4.9.0.52.00.00.00|130000000	Equipamentos e Material Permanente	R$ 176.000,00
09.001.26.782.0013.1030.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000	Material de Consumo	R$ 11.000,00
09.001.26.782.0013.2043.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000	Material de Consumo	R$ 17.000,00
09.001.26.782.0013.2043.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 52.950,00
09.001.25.752.0019.2046.3.3.9.0.30.00.00.00|117000000	Material de Consumo	R$ 2.050,00
09.001.15.451.0019.1029.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000	Obras e Instalacoes	R$ 432.093,22
09.001.25.752.0019.2046.3.3.9.0.39.00.00.00|117000000	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.500,00
		Sub-Total:R$ 694.593,22
12.001-GABINENTE DA SEMCID		
12.001.04.121.0008.2050.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000	Material de Consumo	R$ 3.000,00

Sub-Total:R$ 3.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 1.434.099,51

Art. 2 - Para dar cobertura ao Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados os recursos aqueles previstos no inciso III do § 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64, ou seja, proveniente de anulacao das seguintes Dotacoes Orcamentarias:

06.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

06.001.08.244.0005.2015.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000	Contribuicoes	R$ 100,00
06.001.08.241.0005.1011.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000	Equipamentos e Material Permanente	R$ 44,84
06.001.08.241.0005.1011.4.4.9.0.52.00.00.00|121000000	Equipamentos e Material Permanente	R$ 1.955,16
06.001.08.241.0005.1011.4.4.9.0.51.00.00.00|121000000	Obras e Instalacoes	R$ 2.000,00
06.001.08.241.0005.1011.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000	Obras e Instalacoes	R$ 2.000,00
06.001.08.241.0005.1011.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000	Obras e Instalacoes	R$ 1.000,00
06.001.08.244.0005.2015.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000	Material de Consumo	R$ 179,00
06.001.08.244.0005.2013.3.3.9.0.33.00.00.00|143000000	Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 221,00
		Sub-Total:R$ 7.500,00
07.001-GABINETE DA SEMEC		

07.001.12.361.0002.2021.3.3.9.0.39.00.00.00|115000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$ 3.500,00

07.001.12.365.0002.2027.3.3.9.0.93.00.00.00|101000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 106,03
07.001.12.361.0018.1014.4.4.9.0.52.00.00.00|122000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 76.724,00
07.001.12.361.0002.2021.3.3.9.0.30.00.00.00|115000000 Material de Consumo	R$ 12.310,00
07.001.12.361.0002.2026.3.3.9.0.40.00.00.00|101000000 SERVICOS DE TIC	R$ 17.000,00
07.001.12.361.0002.2026.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo	R$ 20.500,00
07.001.12.361.0002.2026.3.1.9.1.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 15.000,00
07.001.12.361.0002.2026.3.1.9.0.13.00.00.00|101000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 5.000,00
07.001.12.361.0002.2026.3.3.9.0.14.00.00.00|101000000 Diarias - Civil	R$ 10.000,00
07.001.12.361.0022.2017.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 43.500,00
07.001.12.361.0022.2017.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo	R$ 14.500,00
07.001.12.361.0019.1015.4.4.9.0.51.00.00.00|125000000 Obras e Instalacoes	R$ 3.000,00
07.001.12.361.0019.1015.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 Obras e Instalacoes	R$ 54.413,86
Sub-Total:R$ 275.553,89	
07.002-FUNDEB 60	
07.002.12.361.0024.2028.3.1.9.0.04.00.00.00|118000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 40.000,00
07.002.12.361.0024.2028.3.1.9.0.11.00.00.00|118000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 50.000,00
07.002.12.361.0024.2028.3.1.9.0.13.00.00.00|118000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 12.000,00
Sub-Total:R$ 102.000,00	
07.004-DEPARTAMENTO DE CULTURA	
07.004.13.392.0004.2032.3.3.9.0.93.00.00.00|100000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 780,00
07.004.13.392.0004.2032.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 500,00
Sub-Total:R$ 1.280,00	
07.005-DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
07.005.27.812.0003.2033.3.3.9.0.31.00.00.00|124000000 PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS, DES	R$ 606,00
07.005.27.812.0003.2033.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 282,00
07.005.27.812.0003.2033.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.157,91

Sub-Total:R$ 4.045,91

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0011.2041.3.3.9.0.33.00.00.00|102000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 1.000,00
08.001.10.301.0011.2041.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 Diarias - Civil	R$ 1.000,00
08.001.10.301.0011.2034.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 1.000,00
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 1.000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.1.9.0.04.00.00.00|142000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 1.000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.1.9.0.04.00.00.00|102000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 1.000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.1.9.0.04.00.00.00|146000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 1.000,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 400,00
08.001.10.301.0011.2034.3.3.9.0.39.00.00.00|142000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 200,00
08.001.10.301.0025.1025.4.4.9.0.51.00.00.00|147000000 Obras e Instalacoes	R$ 8.000,00
08.001.10.301.0025.2040.3.3.9.0.14.00.00.00|146000000 Diarias - Civil	R$ 185,83
08.001.10.301.0025.2040.3.3.9.0.30.00.00.00|146000000 Material de Consumo	R$ 1.000,00
08.001.10.301.0025.2040.3.3.9.0.33.00.00.00|146000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 2.000,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.36.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 1.000,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.30.00.00.00|146000000 Material de Consumo	R$ 9.175,85
08.001.10.302.0011.2042.4.4.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 32,00
08.001.10.301.0011.2034.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 21.000,00
08.001.10.302.0011.2042.3.1.7.1.70.00.00.00|102000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 6.022,00
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.0.04.00.00.00|142000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 1.000,00
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.0.11.00.00.00|102000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 10.008,65
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.0.11.00.00.00|146000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 53.991,35
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.0.04.00.00.00|146000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 1.000,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 824,15
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.0.13.00.00.00|146000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 9.000,00

08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.0.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS R$ 4.000,00

08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.0.13.00.00.00|142000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 2.000,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.14.00.00.00|142000000 Diarias - Civil	R$ 1.000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.1.9.1.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 9.271,66
08.001.10.304.0025.2038.3.3.9.0.14.00.00.00|142000000 Diarias - Civil	R$ 1.000,00
08.001.10.302.0025.2036.3.1.9.0.11.00.00.00|142000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 68.000,00
08.001.10.301.0011.2034.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 Diarias - Civil	R$ 8.800,00
08.001.10.304.0025.2038.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 Diarias - Civil	R$ 1.000,00
08.001.10.304.0025.2038.3.3.9.0.39.00.00.00|146000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 6.000,00
08.001.10.304.0025.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 Material de Consumo	R$ 4.000,00
08.001.10.304.0025.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|146000000 Material de Consumo	R$ 400,00
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.1.13.00.00.00|102000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 75.000,00
08.001.10.304.0025.2038.3.3.9.0.14.00.00.00|146000000 Diarias - Civil	R$ 1.000,00
08.001.10.304.0025.2038.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 4.000,00
08.001.10.301.0019.1024.4.4.9.0.51.00.00.00|146000000 Obras e Instalacoes	R$ 1.500,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.14.00.00.00|102000000 Diarias - Civil	R$ 1.000,00
08.001.10.301.0019.1024.4.4.9.0.51.00.00.00|123000000 Obras e Instalacoes	R$ 11.000,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.14.00.00.00|146000000 Diarias - Civil	R$ 3.000,00
08.001.10.301.0011.2034.3.3.9.0.40.00.00.00|102000000 SERVICOS DE TIC	R$ 1.200,00
08.001.10.302.0025.2036.3.1.9.1.13.00.00.00|142000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 5.000,00
08.001.17.512.0019.1027.4.4.9.0.51.00.00.00|100000000 Obras e Instalacoes	R$ 5.000,00
08.001.10.305.0025.2037.4.4.9.0.52.00.00.00|142000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 805,00
08.001.10.301.0011.2041.4.4.9.0.52.00.00.00|102000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 310,00

Sub-Total:R$ 346.126,49

09.001-GABINETE DA SEMOSP

09.001.26.782.0013.1030.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
09.001.26.782.0013.2043.3.3.7.1.70.00.00.00|100000000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	R$ 3.000,00
09.001.15.452.0013.2044.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 1.000,00
09.001.15.452.0013.2044.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 21.160,00
09.001.15.451.0019.1029.3.3.9.0.39.00.00.00|124000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.000,00
09.001.15.451.0019.1029.4.4.9.0.51.00.00.00|124000000 Obras e Instalacoes	R$ 319.862,73
09.001.15.451.0019.1029.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.430,49
09.001.26.782.0013.2043.3.1.9.1.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 7.000,00

09.001.26.782.0013.2045.3.3.9.0.39.00.00.00|130000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 176.000,00
09.001.15.451.0019.1028.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 15.000,00
09.001.26.782.0013.2045.3.3.9.0.36.00.00.00|130000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 9.800,00
09.001.26.782.0013.2045.4.4.9.0.51.00.00.00|130000000 Obras e Instalacoes	R$ 50.000,00
09.001.15.452.0013.2044.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 14.340,00
09.001.26.782.0013.2043.3.1.9.0.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 10.000,00
09.001.15.451.0019.1028.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 2.000,00
09.001.26.782.0013.2043.3.3.9.0.30.00.00.00|116000000 Material de Consumo	R$ 4.800,00
09.001.26.782.0018.1031.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 24.981,00
09.001.26.782.0018.1031.4.4.9.0.52.00.00.00|124000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 19,00
09.001.26.782.0013.2043.3.1.9.0.11.00.00.00|100000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 26.200,00
Sub-Total:R$ 694.593,22	
12.001-GABINENTE DA SEMCID	
12.001.04.121.0008.2050.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 3.000,00

Sub-Total:R$ 3.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 1.434.099,51

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 01 de Novembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°348/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1148/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e

Cinco Mil Reais) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

02.001-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

02.001.09.272.0010.2002.3.1.9.0.11.00.00.00|154000000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R$ 25.000,00

Sub-Total:R$ 25.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 25.000,00

Art. 2 - Para dar cobertura ao Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados os recursos aqueles previstos no inciso III do § 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64, ou seja, proveniente de anulacao das seguintes Dotacoes Orcamentarias:

02.001-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

02.001.09.272.0010.1004.4.4.9.0.51.00.00.00|154000000 Obras e Instalacoes	R$ 25.000,00

Sub-Total:R$ 25.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 25.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 10 de Dezembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 329 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Art. 78 ao Art. 88 da Lei Municipal nº. 892/2015.

CONSIDERANDO, o principio da eficiência insculpido no art. 37 de CF/1988;

CONSIDERANDO, a necessidade de regularização das férias dos servidores lotados na Secretaria Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao servidor **AGNALDO DA SILVA**, ocupante do cargo de Motorista CNH D/E – Condutor de Ônibus matricula 4123, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas de forma fracionada nos períodos:

23/12/2019 à 02/01/2020;

03/02/2020 à 06/02/2020;

20/07/2020 à 03/08/2020,

Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2019/2020.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 328 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Art. 78 ao Art. 88 da Lei Municipal nº. 892/2015.

CONSIDERANDO, o principio da eficiência insculpido no art. 37 de CF/1988;

CONSIDERANDO, a necessidade de regularização das férias dos servidores lotados na Secretaria Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao servidor **VAILSON PINHO CAMARGO**, ocupante do cargo de Motorista CNH D/E – Condutor de Ônibus matricula 4123, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas de forma fracionada nos períodos:

23/12/2019 à 02/01/2020;

03/02/2020 à 21/02/2020,

Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2018/2019.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 327 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Art. 78 ao Art. 88 da Lei Municipal nº. 892/2015.

CONSIDERANDO, o principio da eficiência insculpido no art. 37 de CF/1988;

CONSIDERANDO, a necessidade de regularização das férias dos servidores lotados na Secretaria Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao servidor **MARCELO SOARES GONÇALVES**, ocupante do cargo de Motorista CNH D/E – Condutor de Ônibus matricula 4140, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas de forma fracionada nos períodos:

23/12/2019 à 02/01/2020

03/02/2020 à 21/02/2020

Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2018/2019.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ESPECIAL N°333/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1188/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 95.000,00 (Noventa e Cinco Mil Reais) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

03.001-GABINETE DA PREFEITA

03.001.04.122.0007.2003.3.1.9.0.05.00.00.00|100000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 19.200,00

	Sub-Total:R$ 19.200,00
04.001-GABINETE DA SEMAD	
04.001.04.122.0008.2009.3.1.9.0.05.00.00.00|100000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 3.000,00
	Sub-Total:R$ 3.000,00
05.001-GABINETE DA SEFIN	
05.001.04.123.0006.2012.3.1.9.0.05.00.00.00|100000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 200,00
	Sub-Total:R$ 200,00
06.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.001.08.244.0005.2015.3.1.9.0.05.00.00.00|100000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 5.500,00
06.001.08.244.0005.2013.3.1.9.0.05.00.00.00|129000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 7.000,00
	Sub-Total:R$ 12.500,00
07.001-GABINETE DA SEMEC	
07.001.12.361.0002.2026.3.1.9.0.05.00.00.00|101000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 3.000,00
	Sub-Total:R$ 3.000,00
07.002-FUNDEB 60	
07.002.12.361.0024.2028.3.1.9.0.05.00.00.00|118000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 13.000,00
07.002.12.365.0024.2029.3.1.9.0.05.00.00.00|118000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 6.000,00

Sub-Total:R$ 19.000,00

07.003-FUNDEB 40

07.003.12.361.0024.2030.3.1.9.0.05.00.00.00|119000000 Outros Beneficios Previdenciarios R$ 1.000,00

07.003.12.365.0024.2031.3.1.9.0.05.00.00.00|119000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 8.000,00

	Sub-Total:R$ 9.000,00
08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.001.10.301.0011.2034.3.1.9.0.05.00.00.00|102000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 4.000,00
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.0.05.00.00.00|142000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 200,00
08.001.10.301.0025.2035.3.1.9.0.05.00.00.00|146000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 19.800,00
08.001.10.302.0025.2036.3.1.9.0.05.00.00.00|146000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 1.000,00
	Sub-Total:R$ 25.000,00
09.001-GABINETE DA SEMOSP	
09.001.26.782.0013.2043.3.1.9.0.05.00.00.00|100000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 100,00
	Sub-Total:R$ 100,00
10.001-GABINETE DA SEMAPICMAT	
10.001.18.541.0012.2052.3.1.9.0.05.00.00.00|100000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 4.000,00

Sub-Total:R$ 4.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 95.000,00

Art. 2 - Para dar cobertura ao Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados os recursos aqueles previstos no inciso III do § 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64, ou seja, proveniente de anulacao das seguintes Dotacoes Orcamentarias:

03.001-GABINETE DA PREFEITA

03.001.04.122.0007.2003.3.1.9.1.13.00.00.00|100000000 OBRIGACOES PATRONAIS - RPPS	R$ 35.000,00

	Sub-Total:R$ 35.000,00
12.001-GABINENTE DA SEMCID	
12.001.04.121.0008.2050.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 60.000,00

Sub-Total:R$ 60.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 95.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 27 de Novembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°331/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO

VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1142/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 39.313,57 (Trinta e

Nove Mil Trezentos e Treze Reais e Cinquenta e Sete Centavos) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0025.1025.4.4.9.0.52.00.00.00|347000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 39.313,57

Sub-Total:R$ 39.313,57

Total Parcial Suplementado: R$ 39.313,57

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro de Exercicios Anteriores em conformidade com o õ1§ inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 26 de Novembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

CAMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

PORTARIA Nº. 042/2019

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão de férias normais ao servidor ELISEU LEITE DA SILVA da Câmara Municipal de Carlinda, e dá outras providencias".

O Senhor **Francisco Robério Gomes Alencar**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas por Lei,

R E S O L V E:

Artigo 1° - Conceder férias normais ao servidor ELISEU LEITE DA SILVA, Matrícula n° 53, pelo período de 16 de Dezembro de 2019 a 04 de Janeiro de 2020, correspondente ao período aquisitivo de 18/05/2018 a 17/05/2019.

Artigo 2º - Em conformidade com o Art. 87 da Lei Municipal 892/2015, 1/3 das férias será convertidos em pecúnia.

Artigo 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação no local de costume, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Carlinda, em 11 de Dezembro de 2019.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

FRANCISCO ROBERIO GOMES ALENCAR

Presidente

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N°321/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO

VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1142/2019, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2019, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 7.370,05 (Sete Mil Trezentos e Setenta Reais e Cinco Centavos) a ser consignado na seguinte Dotacao Orcamentaria:

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.14.00.00.00|346000000	Diarias - Civil	R$ 150,00
08.001.10.301.0025.2035.3.3.9.0.30.00.00.00|346000000	Material de Consumo	R$ 7.220,05

Sub-Total:R$ 7.370,05

Total Parcial Suplementado: R$ 7.370,05

Art. 2 - Para dar cobertura ao Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados os recursos aqueles previstos no inciso III do § 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64, ou seja, proveniente de anulacao das seguintes Dotacoes Orcamentarias:

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 01 de Novembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 311/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA PORTARIA Nº 268/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica alterado o último período de gozo da licença prêmio concedida a servidora **IVANA MOREIRA DE SOUZA** através da Portaria nº 268/2018, devendo ser usufruído em 17 de fevereiro a 01 de abril de 2020.

Artigo 2º - Fica o poder público municipal autorizado a reeditar a Portaria nº 268/2018.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de dezembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AVISO RESUMIDO - ELEIÇÕES SINDICAIS

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CARLINDA/MT

CNPJ: 09.431.848/0001-40

Pelo presente Edital, faço saber que no dia dez de fevereiro de dois mil e vinte (10.02.2020) em 1ª convocação, no período das 08:00 às 15:00 horas (sem intervalo), na sede da Previdência de Carlinda-PREVCAR/MT, localizada sito à Av. Tancredo de Almeida Neves, será realizada ELEIÇÃO para composiçãoda Diretoria e Conselho Fiscal, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, para o registro de chapas, período no qual ficará a disposição uma secretaria no Laboratório Municipal São Lucas; que funcionará no horário das 15:00 às 17:00 horas nas terças-feiras, destinado ao registro de chapas, onde se encontrará a disposição dos interessados pessoa habilitada para o recebimento de documentação e fornecimento de correspondente recibo. Edital de convocação da Eleição encontra-se afixado no Centro de Eventos Jayme Veríssimo de Campos Júnior(anexo à Secretaria de Educação) e nos Departamentos Públicos.

Carlinda/MT., 11 de dezembro de 2019.

Comissão Eleitoral: Marcos Vinicius da silva Reis

Sileiva Gomes Costa Moretti

Ivana Moreira de Souza

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 326 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **CAMILA DIAS DE OLIVEIRA** matricula n.º 4275, cargo de Fiscal de Tributos, na data 11 de Dezembro de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 11 de Dezembro de 2019 no período matutino.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 189/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 321 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

SÚMULA: PRORROGA PRAZO PARA POSSE EM CONCURSO PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS'.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Portaria de Convocação nº 297 de 11 de novembro de 2019, publicada na AMM-MT em 13 de novembro de 2019.

CONSIDERANDO, requerimento protocolado na data de 09 de dezembro de 2019, no Departamento de Recursos Humanos, solicitando prorrogação de prazo para posse.

CONSIDERANDO, o § 2º do Art. 24 da Lei Municipal n.º 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado por 30 dias o prazo para posse do senhor **JOSÉ ALVES DA SILVA** para o cargo de Motorista CNH D/E – Condutor de Ônibus.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 322 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na data 11 de Dezembro de 2019, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

Matricula	Servidor	Cargo	Ente Familiar	Período da Licença		Total
				Inicio	Termino	Dias
3163	Denise de Souza Pereira Damas	Professora	Filha: Ariella Ionah de Souza Damas	05/12/2019	06/12/2019	02

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 189/2019

LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Carlinda/MT, para devidas publicações, pelo período de um mês.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2019, de 11/12/2019.

De conformidade com o disposto no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n° 8.666/93, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MÉDICOS**

OFTALMOLÓGICOS PARA REALIZAÇÃO DE CORREÇÃO CIRÚRGICA DE ESTRABISMO BILATERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PACIENTE M.F.V., visando corrigir condição de saúde ocular de munícipe carlindense através de solicitação médica.

VALOR GLOBAL: **R$ 7.000,00** (sete mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: **CLINICA E MICROCIRURGIA DE OLHOS DE VARZEA GRANDE LTDA, inscrita no CNPJ n.º 26.795.401/0001-79.**

Carlinda - MT, 11 de Dezembro de 2019.

Deise Dione Mutschall

Presidente da C.P.L

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 315/2019.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE CLASSE E NÍVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Ata de reunião nº 249, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº 188/2019;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Classe e Nível ao servidor abaixo relacionado no Cargo de EDUCADOR FISICO lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Servidor	Nível anterior	Nível Atual	Classe Anterior	**Classe Atual**
IVONILDO LIMA BARBOSA	I	II	A	B

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de dezembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 314/2019

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica **CONCEDIDO** Licença Prêmio a servidora **ADRIANA PAULA LEINIG CRESTANI** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º- A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Quinquênio 2014/2019: Período de gozo: 01 de janeiro de 2020 a 31 de janeiro de 2020 06 de julho de 2020 a 04 de agosto de 2020 02 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º- Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de dezembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 313/2019

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica **CONCEDIDO** Licença Prêmio a servidora **NEUZA DA SILVA DIAS** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º- A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Quinquênio 2014/2019: Período de gozo: 16 de dezembro de 2019 a 14 de março de 2020.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º- Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de dezembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 312/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA PORTARIA Nº 240/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica alterado o último período de gozo da licença prêmio concedida a servidora **SUELY IMACULADA DOS SANTOS** através da Portaria nº 240/2018, devendo ser usufruído em 16 de dezembro de 2019 a 14 de janeiro de 2020.

Artigo 2º - Fica o poder público municipal autorizado a reeditar a Portaria nº 240/2018.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de dezembro de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

DECRETO Nº 76/2019

DECRETO MUNICIPAL Nº 076/2019

ALTERA A ATUAL COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterada a atual composição do Conselho Municipal do Idoso, quanto aos Representantes da Procuradoria Geral do Município, sendo designados os seguintes servidores:

Titular Marli Aparecida da Costa (Procuradoria Geral do Município); **Suplente:** Maili da Silva Matoso (Procuradoria Geral do Município).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, em 09 de Dezembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

DECRETO Nº 72/2019

DECRETO MUNICIPAL Nº 72/2019

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação."

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 404.000,00 (Quatrocentos e quatro mil reais) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

0014 – PREV. SERV. FUNDO PREV. CHAPADA DOS GUIMARÃES

0001 – FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE CHAPADA DOS GUIMARÃES PREV

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0055 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0151 – RECURSOS DO FUNDO FINANCEIRO

2221 – MANUTENÇÃO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS - PLANO FINANCEIRO

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS - .....R$ 404.000,00

TOTAL .....R$ 404.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por conta de excesso de arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 29 de novembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

LEI Nº 1.820 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2019

LEI Nº 1.820 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL OUTORGAR PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO DA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT EM CARÁTER EXPERIMENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Com o objetivo de promover o estudo de viabilidade econômica, fica o Poder Executivo autorizado a delegar, mediante permissão e em caráter experimental, o serviço de transporte coletivo urbano pelo prazo de 12 (doze) meses.

Art. 2° - Considera-se coletivo, o transporte regular operado através das seguintes categorias: ônibus, microônibus e lotação.

Parágrafo único - Compreende-se, para efeito deste artigo, como:

a) ÔNIBUS - o veículo que comporta mais de 30 (trinta) passageiros sentados, no qual poderá ser permitido o transporte de passageiros em pé, até o máximo de 10 (dez);

b) MICROÔNIBUS - o veículo que comporta menos de 30 (trinta) passageiros sentados, no qual não é permitido o transporte em pé;

c) LOTAÇÃO - o veículo que transporta, pelo menos, 08 (oito) passageiros sentados, no qual não será permitido o transporte de passageiros em pé.

Art. 3° - A permissão precária de que trata esta Lei será precedida de edital chamando os interessados, o qual fixará itinerário, condições, horários, tipo de veículos e outros elementos que forem julgados convenientes pela administração municipal.

Art. 4° - Deverá constar do Edital de permissão:

a) categorias de veículos;

b) itinerários das linhas e respectivos horários mínimos;

c) o número mínimo de veículos e a obrigatoriedade de suprir o horário com outro veículo, sempre que por desarranjo ou outra circunstância, tenha o permissionário que recolher o veículo em serviço;

d) exigência de que o interessado apresente as suas informações contábeis e as justificativas para o cálculo tarifário;

e) a exigência de seguro obrigatório dos passageiros;

f) penalidades e os casos de extinção da permissão;

g) reserva ao Município de aceitar a proposta que lhe parecer mais vantajosa ou de recusar todas.

Art. 5º - No julgamento das propostas do chamamento será considerado o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado, levando em consideração:

I – custos variáveis decorrentes da rodagem;

II – provisões de depreciação, renovação e manutenção do material rodante;

III – custos com pessoal e encargos sociais;

IV – remuneração do capital investido;

V – tributos e taxas e percentual de lucro;

VI – receita proveniente de passageiros pagantes (equivalente);

Art. 6º - A permissionária deverá elaborar levantamentos mensais sobre a execução dos serviços, contendo o número de passageiros usuários, média de idade, quilometragem diárias rodada, custos operacionais, receita bruta e líquida, encaminhando aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal trimestralmente.

§ 1º Aplique-se subsidiariamente a Lei Federal nº 8987/1995.

§ 2º Ficam assegurados, gratuitamente, duas poltronas por viagem aos usuários idosos e uma poltrona a pessoa com deficiência.

§ 3º Considera-se viagem o inicio do itinerário ate o seu ponto final.

§ 4º Quanto iniciada a viagem e as vagas destinadas aos usuários mencionados no § 1º, fica assegurado um desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor da passagem aos usuários na mesma condição.

Art. 7º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Chapada dos Guimarães-MT, 06 de dezembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI Nº 1.819 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2019

LEI Nº 1.819 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoria: Vereador BOZÓ – MDB

"DENOMINA-SE AS RUAS DE NUMERO, 01 A 50 DO BAIRRO FLORADA DA SERRA, NESTE MUNICÍPIO."

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam oficializadas as denominações das seguintes ruas, localizadas no Bairro Florada da Serra, neste município de Chapada dos Guimarães-MT, de Rua do Aricazinho a Rua "01", de Rua dos Araçás a Rua "02", de Rua das Quaresmeira a Rua "03", de Rua dos Ipês a Rua "04", de Rua dos Cambaras a Rua "05, de Rua dos Pequis a Rua "06" de Rua das Guarirobas a Rua "07" de Ruas dos Barus a Rua "08" de Rua dos Guatambus a rua "09" de Rua das Aroeira a Rua "10" de Rua dos Araticuns a Rua "11" de Rua dos Tarumás a Rua "12" de Rua da Samambaias a Rua "13" de Rua dos Ingás a Rua "14" de Rua das Orquídeas a Rua "15" de Rua das Lobeiras a Rua "16" de Rua dos Bacuparis a Rua "17" de Ruas dos Buritis a Rua "18" de Rua das Mangabas a Rua "19" de Rua das Carobinhas a Rua "20" de Rua das Mirindibas a Rua "21" de Rua das Paineiras a Rua "22" de Rua dos Babaçus a Rua "23" de Rua dos Muricis a Rua "24" de Rua dos Eucaliptos a Rua "25" de Rua das Acerolas a Rua "26", de Rua das Bocaiuvas a Rua "27", de Rua dos Jequitibás a Rua "28", de Rua das Mungubas a Rua "29", de Rua das Graviolas a Rua "30, de Rua dos Jatobás a Rua "31" de Rua das Jabuticabas a Rua "32" de Ruas das Lixeiras a Rua "33" de Rua dos Jambos a rua "34" de Rua das Pitangas a Rua "35" de Rua das Pitombas a Rua "36" de Rua dos Taperebas a Rua "37" de Rua das Embaúbas a Rua "38" de Rua dos Jacarandás a Rua "39" de Rua das Faveiros a Rua "40" de Rua das Paininhas a Rua "41" de Rua das Arnicas a Rua "42" de Rua das Pimenteiras a Rua "43" de Ruas dos Vinháticos a Rua "44" de Rua das Sapucainhas a Rua "45" de Rua das Perobas a Rua "46" de Rua dos Jenipapo a Rua "47" de Rua das Copaíbas a Rua "48" de Rua das Emburamas a Rua "49" de Rua das Sibipirunas a Rua "50".

Art. 2º Está lei em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Chapada dos Guimarães-MT, 05 de dezembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº 120/2019.

ATO Nº 120/2019.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o Sr. **JOSÉ MARIA DA SILVA** do cargo em comissão de Assessor Técnico de Planejamento e Orçamento, lotado na Secretaria de Planejamento do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeito retroativos a 29 de novembro de 2019.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 10 de dezembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 83/2019

LEI COMPLEMENTAR Nº 83 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019

Acrescenta-se o item 1 na alínea "b" do inciso VI do artigo 4º, da Lei Complementar nº 032, de 21 de dezembro de 2007, que "Institui o Novo Código Tributário Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso".

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Acrescenta o item 1 na alínea "b" do inciso VI do artigo 4º, da Lei Complementar nº 032/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 4º -** Sem prejuízo as outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município: VI - (.....); b) templos de qualquer culto; 1. Imóveis comprovadamente cedidos ou locados aos templos religiosos, para o exercício de suas finalidades essenciais, especificamente relacionadas à celebração de cultos religiosos e de apoio à população em geral. (AC)

Art. 2º - Os procedimentos administrativos para a concessão da isenção prevista no Código Tributário para templos religiosos serão definidos por Decreto do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entre em vigor na data de sua publicação, observados os Princípios da Anterioridade Tributária.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 06 de dezembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1002/GP/2019 EM, 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Portaria nº 1002/GP/2019

Em, 11 de dezembro de 2019

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª ADMAURA ADÉLIA DALTRO PACHECO,** portadora do RG nº 501372 e CPF nº 362.208.251-87, no cargo de NUTRICIONISTA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (Trinta) dias de férias, referente ao período de 01/11/2016 a 01/11/2017, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 07/01/2020 e término em 05/02/2020, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 06/02/2020.

Esta portaria entra em vigor a partir de 07/01/2020.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 11 de dezembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1001/GP/2019 EM, 10 DE DEZEMBRO DE 2019

Portaria nº 1001/GP/2019

Em, 10 de dezembro de 2019

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal Efetiva **Sr.ª ROSIMEIRE CORREA MARTINS,** portadora do RG nº 773752 e CPF nº 632.864. 671-20, no cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (Trinta) dias de férias, referente ao período de 01/ 07/2018 a 01/07/2019, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

As férias de que se trata a presente portaria terá início em 06/01/2020 e término em 04/02/2020, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 05/02/2020.

Esta portaria entra em vigor a partir de 06/01/2020.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 10 de dezembro de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 091/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 091/2019

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE EMPRESA QUE FORNEÇA PROFISSIONAIS TERCEIRIZADOS PARA OCUPAR OS POSTOS DE TRABALHO INDISPENSÁVEIS PARA O FUNCIONAMENTO DA UPA (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO). PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE PLANTÃO TODOS OS DIAS DA SEMANA, INCLUINDO FINAIS DE SEMANA, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS, SEGUINDO OS PROTOCOLOS CLÍNICOS DAS RESPECTIVAS ESPECIALIDADES, EM REGIME DE 12 HORAS DIURNO (07H00-MIN AS 19H00) E NOTURNO (19H00MIN AS 07H00MIN), PARA ATENDER A UPA E DEMAIS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA: 06/12/2019

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 1.156.048,20 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, quarenta e oito reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: 03 (três) meses.

CONTRATADO: GONCALVES PREZA-SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº 18.905.830/0001-23.

CONTRATANTE: THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA - PREFEITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019– REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de CLÁUDIA, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob n° 01310.499/0001-04, com sede na Av. Gaspar Dutra, snºCentro, CLÁUDIA – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Altamir Kurten,** no exercício de seu mandato, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e, do outro lado a empresa **VINICIUS CAETANOS DE A PORTELA TOCANTINS**, inscrita no CNPJ sob nº 27.937.642/0001-78, estabelecida na Rua 10, Quadra 14, nº 10, Bairro Morada do Ouro 2, CuiabáMT, neste ato representada pelo seu titular o Srº **Vinicius Caetanos De A. Portela Tocantins**, portador do CIRG nº 20423896 SSP/MT e CIC nº 035.340.941-31, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA – MT, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019,** para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOLOGIA PARA LOCAÇÃO DE POÇOS DE MONITORAMENTO NA ÁREA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL, INCLUINDO PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS POÇOS DE MONITORAMENTO, NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT,** sendo na oportunidade o registro do item mencionado abaixo:

Item	Descrição	Valor total
01	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GEOLOGIA PARA LOCAÇÃO DE POÇOS DE MONITORAMENTO NA ÁREA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL, INCLUINDO PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS POÇOS DE MONITORAMENTO, NO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT**	R$ 14. 449,00
	TOTAL	**R$ 14. 449,00**

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 11/12/2019 até 10/12/2020.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de CLÁUDIA não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019 – REGISTRO DE PREÇOS,** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços licitados.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.1.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8. 666/1993.

4.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações e exigências contidas no Termo de Referência encaminhado pela Secretaria solicitante, que é parte integrante do Edital e desta Ata.

4.3. Quando solicitado, a empresa contratada deverá iniciar a execução dos serviços objeto desta licitação no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da solicitação, devendo ser finalizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início da execução.

4.4. Ficará a cargo da contratada todas as despesas diretas ou indiretas para realização do serviço, incluindo a troca dos serviços que porventura forem fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.5. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de serviços de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.6. Os itens licitados deverão ser conferidos na presença do fiscal de contrato ou da ARP.

4.7 O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 -DO MUNICÍPIO:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - DA DETENTORA DA ATA:

5.2.1. Executar o serviço conforme especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada, visando ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

5.2.2. Observar em toda execução as normas e protocolos aplicáveis;

5.2.3. Assumir a responsabilidade pelos encargos de qualquer natureza, impostos, taxas, federais, estaduais e municipais que incidam sobre o produto;

5.2.4. O fornecimento deverá ser realizado após a emissão da autorização do fornecimento pelo setor de compras desta Prefeitura, sem nenhum ônus adicional para este Município.

5.2.5. Apresentar todos os relatórios e laudos técnicos pertinentes às atividades realizadas pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa por dia de atraso na entrega do objeto do contrato;

c) Multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. A multa por atraso na execução do objeto da licitação, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10%(dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.3. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida

7.4 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.5 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8. 666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IPCA.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços será rescindida de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer a hipótese prevista no art. 77 da Lei 8.666/93 ou qualquer dos motivos elencados nos incisos I, II, IV, V, IX, X, XI, XII do art. 78 da Lei n. 8.666/1993.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços também poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração.

9.2.6. Por comum acordo entre as partes, desde que seja conveniente para Administração Pública.

9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.6. A contratada reconhece os direitos do MUNICÍPIO nos casos de rescisão administrativa, previstos nos artigos 77 a 79, da Lei n° 8.666/93 e demais alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de CLÁUDIA/MT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A fiscalização da execução da presente Ata de Registro de Preços será exercida por servidor credenciado, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinada pela CONTRATANTE, o seu exclusivo juízo.

14.1.1 A fiscalização ficará a cargo da servidora Marinete Judite Marçal**,** nomeada através de Portaria**.**

14.2 A fiscalização de que trata o item acima não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Integram esta Ata: o edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2019– REGISTRO DE PREÇOS, bem como** a proposta da empresa VINICIUS CAETANOS DE A PORTELA TOCANTINS, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

15.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUDIA – MT, 11 De Dezembro de 2019.

MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

VINICIUS CAETANOS DE A PORTELA TOCANTINS

Vinicius Caetanos De A. Portela Tocantins

EMPRESA/PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

Nome:THIAGO BIANCHIN SILVA

CPF: 046.300.551.18

_____

Nome: ALINE MASS SERAFIM HOFFMANN

CPF: 022.412.561-37

PREVI-CLAUDIA
PORTARIA PREVI-CLAUDIA APOSENTADORIA

PORTARIA Nº. 103/2019.

DATA: 11 DE DEZEMBRO DE 2019

SUMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM FAVOR DO SERVIDOR SR. JUVENAL DA SILVA"

A Diretora Executiva do PREVI-CLÁUDIA - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cláudia, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal com redação determinada pela Emenda 41 de 19 de dezembro de 2003 combinado com o Art. 10, §7º da Emenda Constitucional 103 de 12 de novembro de 2019, Art. 12, inciso I, alínea "a" da Lei Municipal n.º 473 de 24 de abril de 2013, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de CLÁUDIA-MT e Lei nº 067/2019, que concede revisão geral anual dos vencimentos existentes na Lei Complementar nº 13/2013 e da outras providencias.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder o benefício de **Aposentadoria Por Invalidez**em favor do servidor Sr. **Juvenal da Silva,** portador do **RG nº.2328602-4 SSP-MT**, inscrito no **CPF nº.802.439.754-49**, efetivo no cargo de **Agente Comunitário de Saúde, Classe "A", Nível "02",** cadastrado sob o **RE nº. 2140** e Matrícula Previdenciária **nº. 452,** lotado na **Secretaria Municipal de Saúde**, contando com 6.212 dias trabalhados, ou seja, 17 anos, 00 meses e 08 dias com **proventos proporcionais ao tempo de contribuição**, conforme processo do **PREVI-CLAUDIA nº. 2019.06.00000005.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

_____

SHEILA YOTZCHETZ

- Diretora Executiva –

HOMOLOGADO POR:

_____

ALTAMIR KURTEN

- Prefeito Municipal -

RH
PORTARIA N° 712/2019

DATA: 09 de Dezembro de 2.019.

SÚMULA: Concede Elevação de Nível ao Servidor **Everson Ceser Konzen e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Concede Elevação de Nível ao** Sr. **Everson Ceser Konzen,** portador do RG Nº 1.377.774-2 SSP/MT e inscrito no CPF nº 945.010.251. 15, no cargo de Técnico em Contabilidade, da **Classe A Nível 01 para a Classe A Nível 02**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 09 de Dezembro de 2.019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 711/2019

DATA: 02 de Dezembro de 2019.

SÚMULA: ***Concede vacância de cargo Público decorrente por Aposentadoria Por Tempo de Contribuição a Sra. Inide de Souza Marques e dá outras providências,***

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Concede a vacância do cargo público decorrente da Aposentadoria da Servidora Sra. ***Inide de Souza Marques***, efetiva no cargo de Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial**,** portadora do RG n° 674.219 SSP/MT e inscrita no CPF n° 894.771.461-53, devido processo de aposentadoria concedido através da Portaria Previ-Cláudia nº 102 de 02 de Dezembro de 2019, homologada na mesma data por este Poder Executivo.

Art. 2° - Confere a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 43, da Lei Complementar n° 012/2013.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cláudia-MT, 02 de Dezembro de 2019.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE- SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

LICENÇA AMBIENTAL DO CODEMA

A Prefeitura Municipal de Cocalinho, CNPJ 00.965.145/0001-27, torna-se publico de requereu ao CODEMA-MT, a Licença de Operação Provisória de 3 (três) Jazidas de Cascalho localizadas na Rodovia MT-326, sentido a Nova Nazaré, à esquerda nas coordenadas (jz01: 14°23'49.94"S 51° 1'55. 46"O) (jz02: 14°23'52.36"S 51°1'54.56"O) (jz03: 14°23'58.08"S 51° 1'55. 90"O).

LUCAS LIMA

Engenheiro Civil - Fiscal de Obras Públicas

Departamento de Engenharia de Cocalinho

(66) 3586-1595

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Cocalinho, através da Comissão Permanente de Licitação, torna publico aos interessados que realizou Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 005/2019 para CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA., e sagrou - se vencedora a empresa: A S CONSTRUTORA LTDA ME CNPJ: 22.618.893/0001-76.

Cocalinho - MT. 11 de Dezembro de 2019.

MELQUISEDEQUE SOARES CARDOSO

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

ERRATA PORTARIA Nº 187/2019

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - ENQUADRAR, **MARIA APARECIDA PEDROSO,** portadora da matricula nº. 75, para Técnico em Enfermagem, classe D, nível 10, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de abril de 2019.

ERRATA: Na publicação do dia 08/05/2019, Edição 3222 às páginas 119 do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM.

Onde se lê: Classe D, nível 10;

Leia se: Classe B, nível 10.

Artigo 2º - Esta Portaria entrou em vigor na data de 16 de abril de 2019.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colíder-MT, em 16 de abril de 2019.

NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.412/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.412/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Adriano Silva Delfino,** lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, matricula nº 105, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.411/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.411/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Rildo Santos Modesto,** lotado no Gabinete do Prefeito, matricula nº 2941, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.426/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.426/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Andreia Rodrigues Silva,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 294, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.413/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.413/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Edimar Batista Roseno,** lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, matricula nº 6866, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.424/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.424/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Devercina Dias de Castilho,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 755, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.427/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.427/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Karla Silveira Barbosa,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 1937, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.414/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.414/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Revogar em seu inteiro teor a **Portaria Nº 1.358/ADM/2019, de 18 de novembro de 2019** que concede **Férias** ao Servidor Público Municipal **Edenilso André de Oliveira, matricula nº 822, lotado na Secretaria Municipal de Administração.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de dezembro de 2019**, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.423/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.423/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Neuza Pereira dos Santos,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 2727, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.428/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.428/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Silmara Santos Silva,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 3206, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.422/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.422/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Joel Cesário, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 1712, a partir do dia 02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.421/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.421/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Geanderson Bezerra Chierigato do Nascimento,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 1264, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.420/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.420/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Joel Potratz, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 1718, a partir do dia 02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.410/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.410/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** a Servidora Pública Municipal **Mirian da Cunha da Silva,** lotada na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, matricula nº 2645, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de abril do ano de 2020**, referente ao quinquênio 2012/2017, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/200

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.419/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.419/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Neuza Oliveira Novais Fontes,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 2726, a par-

tir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.429/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.429/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Solange Fernandes Paixão,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 6297, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.418/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.418/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Lucineia Raach Gude,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 2175, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.430/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.430/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Lidia da Silva Pereira,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 2062, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.417/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.417/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Analise Ferreira dos Santos,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 259, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2016/2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.409/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.409/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença Premio** a Servidora Pública Municipal **Gilda Taveira dos Santos,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, matricula nº 1336, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de abril do ano de 2020**, referente ao quinquênio 2007/2012, conforme Artigo 108 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/200

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.416/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.416/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença para Tratamento de Saúde** a Servidora Pública Municipal **Odilia Rodrigues dos Santos**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2767 por um período de **180 (Cento e Oitenta) dias a contar de 03 de dezembro de 2019.**

Art.2° -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **03** ***de dezembro de 2019*****,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.415/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.415/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Jose Sidney Leite da Silva,** lotado na Secretaria Municipal de Finanças, matricula nº 1814, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 371/GP/2019

PORTARIA Nº 371/GP/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º -Nomear **Conceição Cameran Kopp,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 993154-6 SSP/MT e CPF n° 816.629.981-04, para exercer o Cargo em Comissão de **Secretária Adjunta,** vinculada ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 03 de dezembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

Certidão de Publicação

Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta De Administração

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 370/GP/2019

PORTARIA Nº 370/GP/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

Jesineison de Aguiar Brandão, Prefeito Interino Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º -Exonerar **Conceição Cameran Kopp,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 993154-6 SSP/MT e CPF n° 816.629.981-04, do Cargo em Comissão de **Diretora de Departamento,** vinculada ao Gabinete do Prefeito.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 02 de dezembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta De Administração

Jesineison de Aguiar Brandão

PREFEITO INTERINO MUNICIPAL

DE COLNIZA/MT

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO Nº 018/2019 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

DECRETO Nº 018/2019 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

EMENTA: "DISPÕE SOBRE O ARQUIVAMENTO DA DENUNCIA POLITICO ADMINSTRATIVA Nº 002/2019 EM DESFAVOR DOS VEREADORES SIWAL SANT'ANA SOARES E SILVANIO ALBERTO DA CRUZ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente Interino da Câmara Municipal de Colniza - Estado de Mato Grosso, Senhor **JOHNATAN BRETAS**;

Considerando, que o SOBERANO PLENÁRIO no dia 09 de dezembro de 2019 em SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, deliberou sobre a DENÚNCIA em desfavor dos vereadores SIWAL SANT'ANA SOARES e SILVANIO ALBERTO DA CRUZ, a qual, por maioria foi JULGADA IMPROCEDENTE após VOTAÇÃO NOMINAL DOS VEREADORES.

DECRETA:

Artigo 1º. Fica arquivada a denúncia DENUNCIA POLITICO ADMINSTRATIVA Nº 002/2019 EM DESFAVOR DOS VEREADORES SIWAL SANT'ANA SOARES E SILVANIO ALBERTO DA CRUZ.

Artigo 2º. Comunique-se ao Cartório Eleitoral.

Artigo 3º. Este decretoentra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Colniza- MT, 09 de dezembro de 2019.

_____

JOHNATAN BRETAS

Presidente Interino da Câmara Municipal de Colniza/MT

LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2019
PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 28.840/2019

A Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 103/GP/2019 torna público para conhecimento de todos os interessados, que com amparo no art. 25, da Lei 8.666/93, realiza a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 003/2019, NO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA DOS BAIRROS CENTRO E CIDADE ALTA., para atender as necessidades desta Municipalidade.

Colniza/MT, 11 de Dezembro de 2019.

Marcilene dos Santos

Presidente da Comissão de Licitação

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.408/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.408/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Licença para Tratamento de Saúde** a Servidora Pública Municipal **Veronice Silva dos Reis da Conceição**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 3520 por um período de **90 (Noventa) dias a contar de 06 de dezembro de 2019.**

Art.2° -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **06** ***de dezembro de 2019*****,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.407/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.407/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público **Marcio Aparecido Lopes Pereira,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2290, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.406/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.406/ADM/2019, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Helenilda Augusto Silva,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 1413, a partir do dia **05 de janeiro a 04 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2015/2016, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 09 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.405/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.405/ADM/2019, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Daiane de Lourdes Alves,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 6426, a partir do dia **06 de janeiro a 05 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 09 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.404/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.404/ADM/2019, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Claudia da Silva Bento,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 6401, a partir do dia **05 de janeiro a 04 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 09 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.403/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.403/ADM/2019, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Elaine Xavier Pereira,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 949, a partir do dia **04 de janeiro a 03 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 09 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.402/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.402/ADM/2019, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Silvana de Oliveira Rezer,** lotada na Secretaria Municipal de Administração, matricula nº 3217, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 09 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.401/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.401/ADM/2019, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Helena Cristina Belanda,** lotada na Secretaria Municipal de Finanças, matricula nº 1410, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 09 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1.425/ADM/2019

PORTARIA Nº 1.425/ADM/2019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER,Secretária Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública **Tania Pardo de Almeida,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 6788, a partir do dia **02 de janeiro a 01 de fevereiro do ano de 2020**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 10 de dezembro de 2019.

SILVANA DE OLIVEIRA REZER

SECRETÁRIA M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 139/GP/2018

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO

Procuradoria Municipal de Confresa

Departamento Jurídico

Notificação (advertência)

Procedimento administrativo Licitatório

Execução contratual

Descrição: Processo Administrativo 194/2019 – Dispensa de licitação 041/2019- Objeto: aquisição de placas de identificação patrimonial para atender as necessidades das secretarias do Poder Executivo municipal – execução contratual – descumprimento das cláusulas pactuadas – notificação – imediata regularização sob pena de rescisão contratual. O Município de Confresa, pessoa jurídica de direito

público interno, ora representado pela Prefeitura Municipal de Confresa, enquanto órgão encarregado de gerir a condução de sua atividade administrativa e da prestação dos serviços públicos essências ao município de Confresa/MT, dentre outras atividades que lhes são inerentes vem, por meio desta, notificar, com base no artigo 87, inciso I da 8.666/93, a sociedade empresária GUILHERME CARRAPATOSO GARCIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 14.737.908/0001-97, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

A presente notificação trata-se de medida excepcional de caráter, ao menos temporário, informador, no qual se pretende advertir a empresa contratada acerca do descumprimento das cláusulas contratuais hodiernamente vigentes e que não obstante tal fato, vem sendo reiteradamente descumpridas por parte da empresa GUILHERME CARRAPATOSO GARCIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS., empresa contratada diretamente mediante dispensa de licitação.

Desse modo, haja vista o regime jurídico administrativo intrínseco a atividade administrativa marcado pelos postulados basilares da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público, a Administração Pública reitera a necessidade da imediata e integral normalização da prestação dos serviços por parte da empresa GUILHERME CARRAPATOSO GARCIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS., sendo que uma vez não atendido a requisição ora esboçada impõe a Administração Pública a adoção de medidas efetivas e necessárias a propiciar o regular fornecimento do objeto licitatório em questão junto a esta entidade política bem como eventual responsabilização da empresa contratada GUILHERME CARRAPATOSO GARCIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS., eis que encontra-se em descumprimento as cláusulas contratuais e legais.

Diante de todo o exposto, fica estipulado o prazo de 05 (cinco) dias para que a empresa GUILHERME CARRAPATOSO GARCIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS. efetivamente normalize e cumpra o que fora solicitado sobre pena de incorrer em infração administrativa decorrente do vínculo outrora estabelecido com a Administração Pública, que a obriga a cumpri-lo, sendo passível, consequentemente, das sanções previstas no instrumento convocatório, no contrato administrativo e, máxime, na lei geral de licitações e contratos, a qual prevê em seu artigo 58 as denominadas cláusulas exorbitantes, cuja normatização decorre da verticalidade inerente (e diga-se de passagem, necessária) as relações entre o poder público e os particulares quando aquele visa a satisfação do interesse público.

Destarte, tendo em vista o exposto, ratifico o prazo estabelecido de 05 (cinco) dias para a normalização das obrigações contratuais por parte da GUILHERME CARRAPATOSO GARCIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS., sobre pena de sofrer as sanções administrativas cabíveis sem excluir, por óbvio, as demais searas conforme o caso (criminal e civil).

Ademais, fica desde já estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias, prazo para defesa prévia por parte da empresa supracitada em razão de eventual rescisão contratual unilateral ou mesmo pela aplicação das penalidades constantes nos instrumentos legais hábeis, nos moldes preconizados pelo artigo 87 da lei geral de licitações e contratos cuja redação segue transcrita abaixo,

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, **garantida a prévia defesa**, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

A seguir, disposições legais pertinentes e aplicáveis ao caso concreto:

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1o do art. 67 desta Lei;

[...]

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Confresa – MT, 10 de dezembro de 2019.

Norton Mussalan Ferreira

OAB/MT n°. 20.035-O

Procurador Municipal

Publique-se.

Notifique a empresa mediante o envio desta notificação via e-mail com ulterior resposta de recebimento por parte desta e, não restando frutífera tal pretensão enviar via malote com A.R.

AFs em aberto e cujo prazo para entrega já expirarão:

AF 5601/2019;

AF 5600/2019;

AF 5588/2019;

AF 5599/2019;

AF 5591/2019;

AF 5602/2019;

AF 5594/2019;

AF 5589/2019;

AF 5597/2019;

AF 5595/2019;

AF 5592/2019;

AF 5598/2019;

AF 5593/2019.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 80/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO n°. 093/2019

MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS n°. 004/2019

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS SARAH JHENIFFER E JACARÉ VALENTE, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

ITEM: 1 - REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL JACARÉ VALENTE.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da **Vigência** do contrato original, por mais **90 (noventa) dias,** vigorando de 12 de Dezembro de 2019 a 11 de Março de 2020, sob pena de prejuízo do interesse público.

Prorrogação da **Execução da Obra**, por mais **60 (sessenta) dias,** vigorando de 04 deJaneiro de 2020 a 04 de Março de 2020, sob pena de prejuízo do interesse público.

DATA: Confresa, 09 de Dezembro de 2019.

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA: DIEGO MORELLO – EPP** CNPJ: 07.694.058/0001-21

FORO: Porto Alegre do Norte – MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 79/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO n°. 093/2019

MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇOS n°. 004/2019

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS SARAH JHENIFFER E JACARÉ VALENTE, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.

ITEM: 2 - REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL DO CMEI SARAH JHENIFFER.

OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da **Vigência** do contrato original, por mais **90 (noventa) dias,** vigorando de 12 de Dezembro de 2019 a 11 de Março de 2020, sob pena de prejuízo do interesse público.

Prorrogação da **Execução da Obra**, por mais **30 (trinta) dias,** vigorando de 04 deJaneiro de 2020 a 03 de Fevereiro de 2020, sob pena de prejuízo do interesse público.

DATA: Confresa, 09 de Dezembro de 2019.

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADA: DIEGO MORELLO – EPP** CNPJ: 07.694.058/0001-21

FORO: Porto Alegre do Norte – MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO

Procuradoria Municipal de Confresa

Departamento Jurídico

Notificação (advertência)

Procedimento administrativo Licitatório

Execução contratual

Descrição: Processo Administrativo 054/2019 – Pregão Presencial 044/2019 - Objeto: aquisição de material gráfico, confecção de placas de sinalização, cavalete e serviços de copias xerográficas e encadernação junto ao Município de Confresa/MT – execução contratual – descumprimento das cláusulas pactuadas – notificação – imediata regularização sob pena de rescisão contratual. O Município de Confresa, pessoa jurídica de direito público interno, ora representado pela Prefeitura Municipal de Confresa, enquanto órgão encarregado de gerir a condução de sua atividade administrativa e da prestação dos serviços públicos essências ao município de Confresa/MT, dentre outras atividades que lhes são inerentes vem, por meio desta, notificar, com base no artigo 87, inciso I da 8.666/93, a sociedade empresária EVERTON FERNANDES SILVA JUNIOR., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 24.476.907/0001-90, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

A presente notificação trata-se de medida excepcional de caráter, ao menos temporário, informador, no qual se pretende advertir a empresa licitante contratada acerca do descumprimento das cláusulas contratuais hodiernamente vigentes e que não obstante tal fato, vem sendo reiteradamente descumpridas por parte da empresa EVERTON FERNANDES SILVA JUNIOR., uma das empresas vencedoras do processo licitatório na modalidade de pregão presencial n° 044/2019 cujo objeto licitatório dispõe acerca da aquisição de material gráfico, confecção de placas de sinalização, cavalete e serviços de copias xerográficas e encadernação junto ao Município de Confresa/MT.

Destarte, tendo em vista que a empresa EVERTON FERNANDES SILVA JUNIOR sagrou-se dentre as empresas vencedoras do procedimento licitatório n° 054/2019, pregão presencial n° 044/2019, cujo objeto licitatório dispõe acerca da aquisição de material gráfico, confecção de placas de sinalização, cavalete e serviços de copias xerográficas e encadernação junto ao Município de Confresa/MT, a fim de propiciar o regular exercício da atividade administrativa inerente à Administração Pública, enquanto poder encarregado de tal *mister* e que o contrato administrativo dele resultante encontra-se, em vigor, enquanto consectário inexorável do procedimento licitatório realizado recentemente, no qual, a empresa EVERTON FERNANDES SILVA JUNIOR fora vencedora, estabelecendo a partir de então relação jurídico obrigacional entre as partes mediante a celebração de contrato administrativo o qual prevê, expressamente, as cláusulas que passariam a regulamentar a relação jurídica entre as partes, vindo tal conduta ao encontro dos postulados constitucionais constantes no artigo 37 e seguintes da bíblia política[1], eis que a Administração Pública local procedeu à abertura de procedimento licitatório tendente a contratação de empresa hábil ao fornecimento dos produtos supramencionados do qual é decorrência o contrato administrativo pactuado entre a Prefeitura Municipal de Confresa, órgão responsável por representar a Administração Pública local e a empresa EVERTON FERNANDES SILVA JUNIOR, pessoa jurídica de direito privado, estabelecendo assim as cláusulas contratuais as quais vinculariam as partes em seu regular cumprimento, mormente por se tratar de serviço tão sensível ao exercício da atividade administrativa local, razão pela qual incumbe à EVERTON FERNANDES SILVA JUNIOR. mantê-lo, primeiro porque decorre da relação jurídica obrigacional com esta entidade política, consubstanciando em uma obrigação de fazer, materializada no contrato administrativo celebrado entre as partes, razão pela qual a Administração Pública local vem, por meio desta, tendo em vista o atraso na entrega dos produtos de sua responsabilidade, notifica-lá para que regularize imediatamente tal situação junto a esta entidade política, na medida em que se vinculou quando da participação no procedimento licitatório, e máxime, quando da assinatura do contrato administrativo, de modo que não pode a Administração Pública local ficar *à mercê* de interesses privados, sobretudo, porque cabe a este a tutela do interesse público.

Desse modo, haja vista o regime jurídico administrativo intrínseco a atividade administrativa marcado pelos postulados basilares da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público, a Administração Pública reitera a necessidade da imediata e integral normalização da prestação dos serviços por parte da empresa EVERTON FERNANDES SILVA JUNIOR., sendo que uma vez não atendido a requisição ora esboçada impõe a Administração Pública a adoção de medidas efetivas e necessárias a propiciar o regular fornecimento do objeto licitatório em ques-

tão junto a esta entidade política bem como eventual responsabilização da empresa contratada EVERTON FERNANDES SILVA JUNIOR., eis que encontra-se em descumprimento as cláusulas contratuais e legais.

Diante de todo o exposto, fica estipulado o prazo de 05 (cinco) dias para que a empresa EVERTON FERNANDES SILVA JUNIOR. efetivamente normalize e cumpra o que fora solicitado sobre pena de incorrer em infração administrativa decorrente do vínculo outrora estabelecido com a Administração Pública, que a obriga a cumpri-lo, sendo passível, consequentemente, das sanções previstas no instrumento convocatório, no contrato administrativo acima mencionado e, máxime, na lei geral de licitações e contratos, a qual prevê em seu artigo 58 as denominadas cláusulas exorbitantes, cuja normatização decorre da verticalidade inerente (e diga-se de passagem, necessária) as relações entre o poder público e os particulares quando aquele visa a satisfação do interesse público.

Destarte, tendo em vista o exposto, ratifico o prazo estabelecido de 05 (cinco) dias para a normalização das obrigações contratuais por parte da empresa EVERTON FERNANDES SILVA JUNIOR., sobre pena de sofrer as sanções administrativas cabíveis sem excluir, por óbvio, as demais searas conforme o caso (criminal e civil).

Ademais, fica desde já estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias, prazo para defesa prévia por parte da empresa supracitada em razão de eventual rescisão contratual unilateral ou mesmo pela aplicação das penalidades constantes nos instrumentos legais hábeis, nos moldes preconizados pelo artigo 87 da lei geral de licitações e contratos cuja redação segue transcrita abaixo,

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, **garantida a prévia defesa**, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

A seguir, disposições legais pertinentes e aplicáveis ao caso concreto:

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1o do art. 67 desta Lei;

[...]

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Confresa – MT, 10 de dezembro de 2019.

Norton Mussalan Ferreira

OAB/MT n°. 20.035-O

Procurador Municipal

Publique-se.

Notifique a empresa mediante o envio desta notificação via e-mail com ulterior resposta de recebimento por parte desta e, não restando frutífera tal pretensão enviar via malote com A.R.

AFs em aberto e cujo prazo para entrega já expirarão:

AF 6091/2019;

AF 4840/2019;

[1]Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE PARCEIRA Nº 004/2019

MODALIDADE DE CONCURSO DE PROJETO n.º 001/2018

DO OBJETO: A Seleção de entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei Federal n° 9.790/99, para celebrar TERMO DE PARCERIA para formação de vínculo de cooperação, visando o fomento e realização de atividades de interesse público no desenvolvimento de programas de governo, através do fornecimento de bens e serviços, realização de atividades, eventos, cooperação técnica e assessoria seguindo as diretrizes estabelecidas na Lei nº. 9.790 de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei Estadual n° 8.687 de julho de 2007 e suas alterações posteriores, desde que não conflitantes com a Lei 9.790 de 23 de março de 1999, e regulamentações posteriores, na área de Administração / Assistência Social e Desenvolvimento Humano / Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Assuntos Fundiários / Educação e Cultura / Infraestrutura e Cidades / Meio Ambiente / Saúde e Saneamento em conformidade com os Programas de Trabalho.

OBJETO DO ADITIVO: 1.1 – Prorrogação do prazo vigência do termo de Parceria por mais 28 (Vinte e Oito) dias, iniciando no dia **03/12/2019** e finalizando no dia **31/12/2019**.

1.2 – Fica alterado o Gestor de Termo de Parceria, conforme a Portaria nr°287/2019 Designado o Servidor Municipal o Sr. Cleyton Geovani Kremer de Cesaro.

O valor do presente Termo Aditivo é de **R$ 611.657,14** (Seiscentos e Onze Mil e Seiscentos e Cinquenta e Sete Reais e Quatorze Centavos).

DATA: Confresa, 02 de Dezembro de 2019.

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – CONTRATADA: INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLITICAS PÚBLICAS – IPGP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP CNPJ nº 09.540. 390/0001-67.

FORO: Porto Alegre do Norte – MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO DÉCIMO OITAVO TERMO ADITIVO AO CPL Nº 12/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N°019/2013

OBJETO DO CONTRATO: Construção Civil (Prédio UPA) com área de 998,12m² no Município de Confresa.

OBJETO DO ADITIVO: Constitui objeto deste termo é promover a supressão/redução do objeto e valor contratado descritos na Clausula Terceira, artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, objeto do termo original do Contrato 12/2013, de Construção Civil (Prédio UPA) com área de 998,12m², celebrado entre as partes em 07/03/2013. **Supressão / redução de R$ 40.414,38 (Quarenta Mil e Quatrocentos e Quatorze Reais e Trinta e Oito Centavos).**

DATA: 08/05/2019

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – **CONTRATADO**: CONSTRUTORA PROGRESSO LTDA CNPJ: 10.558.007/0001-87

FORO: Porto Alegre do Norte – MT

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
RESCISÃO AMIGÁVEL NA ATA 31/2019

Procuradoria Municipal de Confresa

Departamento Jurídico

Procedimento administrativo Licitatório

Rescisão Amigável – artigo 79, inciso II da Lei 8.666/93

Descrição: Direito administrativo – procedimento licitatório – contrato administrativo – requerimento de rescisão amigável– procedimento de referência n° 027/2019– pregão presencial n° 023/2019 – objeto: aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda junto ao município de Confresa/MT– sociedade empresária SUPERMERCADO UNIAO LTDA.

Trata-se de requerimento administrativo pleiteado pela sociedade empresária SUPERMERCADO UNIAO LTDA., no qual requer, a rescisão amigável do contrato administrativo outrora celebrado entre a requerente e o poder público local e que fora decorrente do procedimento administrativo licitatório n°027/2019, modalidade licitatória pregão presencial n° 023/2019 tem por objeto à aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda junto ao município de Confresa/MT.

Sustenta o presente requerimento administrativo ao argumento de que vem encontrando dificuldades financeiras no exercício de sua atividade empresarial e que por isso não teria condições de adimplir com suas obrigações contratuais previamente celebradas.

Posteriormente a apresentação de tal requerimento administrativo, foi procurado o socio proprietário da sociedade empresária em questão de modo a encontrar uma saída viável e satisfatório para ambos os lados, no entanto, este ratificou os argumentos outrora apresentados, afirmando não possuir condições para continuar cumprindo com o contrato administrativo em questão.

Assim, a Administração Pública local sopesando acerca dos argumentos mencionados pelo requerente e levando em consideração que o descumprimento contratual em questão pode vim a acarretar serio prejuízos a coletividade, aja vista o objeto em questão: gêneros alimentícios, resolve por bem rescindir amigavelmente o presente contrato administrativo então celebrado com a sociedade empresária SUPERMERCADO UNIAO LTDA. , liberando-a, consequentemente, de suas obrigações até então firmadas junto a esta entidade política.

De mais a mais, tendo em vista o vácuo contratual decorrente da presente rescisão amigável aqui estabelecida com fulcro no artigo 79, inc. II da lei geral de licitações e contratos, mostra-se producente ao setor de licitações e contratos em prestigio aos princípios da econômica processual e da boa fé objetiva, o chamamento do segundo colocado no procedimento administrativo licitatório em apreço, qual seja: procedimento administrativo licitatório n°027/2019, modalidade licitatória pregão presencial n° 023/2019, de modo a conferir maior celeridade aos tramites necessários a realização de nova contratação junto ao poder público e, assim proceder, em observância a ordem de classificação, até realizar nova contratação, de modo a reestabelecer o fornecimento do objeto licitatório em questão.

Ressalta-se que somente após o esgotamento da via aqui sugerida, mostra-se oportuno ao setor de licitações e contratos proceder a deflagração de novo procedimento administrativo licitatório e/ou, caso haja urgência no fornecimento do objeto licitatório, proceder a contratação direta mediante dispensa de licitação até que o procedimento licitatório tenha termo.

Assim, tendo em vista a impossibilidade financeira da sociedade empresária SUPERMERCADO UNIAO LTDA em manter o cumprimento das cláusulas contratuais outrora celebradas, defiro o pleito inicial do requerente, de modo a rescindir amigavelmente o contrato administrativo outrora celebrado junto à Administração Pública de Confresa/MT, nos termos do artigo 79, inc. II da lei geral de licitações e contratos, liberando assim ambas as partes de qualquer obrigação decorrente deste vinculo.

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

Confresa/MT - 10 de dezembro de 2019.

_____

_____

Norton Mussalan Ferreira Rônio Condão Barros Milhomem

Advogado Público Prefeito Municipal de Confresa/MT

OAB/MT 20.035 - O

_____

Representante do SUPERMECADO UNIÃO LTDA.

Publique-se. Intime-se.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO

Procuradoria Municipal de Confresa

Departamento Jurídico

Notificação (advertência)

Procedimento administrativo Licitatório

Execução contratual

Descrição: Processo Administrativo 125/2018 – Pregão Presencial 098/2018 - Objeto: aquisição de material elétrico para atender a demanda das secretarias municipais junto ao Município de Confresa/MT – execução contratual – descumprimento das cláusulas pactuadas – notificação – imediata regularização sob pena de rescisão contratual. O Município de Confresa, pessoa jurídica de direito público interno,

ora representado pela Prefeitura Municipal de Confresa, enquanto órgão encarregado de gerir a condução de sua atividade administrativa e da prestação dos serviços públicos essências ao município de Confresa/MT, dentre outras atividades que lhes são inerentes vem, por meio desta, notificar, com base no artigo 87, inciso I da 8.666/93, a sociedade empresária LEDLUZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 12.072.665/0001-90, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

A presente notificação trata-se de medida excepcional de caráter, ao menos temporário, informador, no qual se pretende advertir a empresa licitante contratada acerca do descumprimento das cláusulas contratuais hodiernamente vigentes e que não obstante tal fato, vem sendo reiteradamente descumpridas por parte da empresa LEDLUZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP., uma das empresas vencedoras do processo licitatório na modalidade pregão presencial n° 098/2018 cujo objeto licitatório dispõe acerca da aquisição de material elétrico para atender a demanda das secretarias municipais junto ao Município de Confresa/MT.

Destarte, tendo em vista que a empresa LEDLUZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP sagrou-se dentre as empresas vencedoras do procedimento licitatório n° 125/2018, pregão presencial n° 098/2018, cujo objeto licitatório dispõe acerca da aquisição de material elétrico para atender a demanda das secretarias municipais junto ao Município de Confresa/MT, a fim de propiciar o regular exercício da atividade administrativa inerente à Administração Pública, enquanto poder encarregado de tal *mister* e que o contrato administrativo dele resultante encontra-se, em vigor, enquanto consectário inexorável do procedimento licitatório realizado recentemente, no qual, a empresa LEDLUZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP fora vencedora, estabelecendo a partir de então relação jurídico obrigacional entre as partes mediante a celebração de contrato administrativo o qual prevê, expressamente, as cláusulas que passariam a regulamentar a relação jurídica entre as partes, vindo tal conduta ao encontro dos postulados constitucionais constantes no artigo 37 e seguintes da bíblia política[1], eis que a Administração Pública local procedeu à abertura de procedimento licitatório tendente a contratação de empresa hábil ao fornecimento dos produtos supramencionados do qual é decorrência o contrato administrativo pactuado entre a Prefeitura Municipal de Confresa, órgão responsável por representar a Administração Pública local e a empresa LEDLUZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecendo assim as cláusulas contratuais as quais vinculariam as partes em seu regular cumprimento, mormente por se tratar de serviço tão sensível ao exercício da atividade administrativa local, razão pela qual incumbe à LEDLUZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP. mantê-lo, primeiro porque decorre da relação jurídica obrigacional com esta entidade política, consubstanciando em uma obrigação de fazer, materializada no contrato administrativo celebrado entre as partes, razão pela qual a Administração Pública local vem, por meio desta, tendo em vista o atraso na entrega dos produtos de sua responsabilidade, notifica-lá para que regularize imediatamente tal situação junto a esta entidade política, na medida em que se vinculou quando da participação no procedimento licitatório, e máxime, quando da assinatura do contrato administrativo, de modo que não pode a Administração Pública local ficar *à mercê* de interesses privados, sobretudo, porque cabe a este a tutela do interesse público.

Desse modo, haja vista o regime jurídico administrativo intrínseco a atividade administrativa marcado pelos postulados basilares da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público, a Administração Pública reitera a necessidade da imediata e integral normalização da prestação dos serviços por parte da empresa LEDLUZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP., sendo que uma vez não atendido a requisição ora esboçada impõe a Administração Pública a adoção de medidas efetivas e necessárias a propiciar o regular fornecimento do objeto licitatório em questão junto a esta entidade política bem como eventual responsabilização da empresa contratada LEDLUZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP., eis que encontra-se em descumprimento as cláusulas contratuais e legais.

Diante de todo o exposto, fica estipulado o prazo de 05 (cinco) dias para que a empresa LEDLUZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP. efetivamente normalize e cumpra o que fora solicitado sobre pena de incorrer em infração administrativa decorrente do vínculo outrora estabelecido com a Administração Pública, que a obriga a cumpri-lo, sendo passível, consequentemente, das sanções previstas no instrumento convocatório, no contrato administrativo acima mencionado e, máxime, na lei geral de licitações e contratos, a qual prevê em seu artigo 58 as denominadas cláusulas exorbitantes, cuja normatização decorre da verticalidade inerente (e diga-se de passagem, necessária) as relações entre o poder público e os particulares quando aquele visa a satisfação do interesse público.

Destarte, tendo em vista o exposto, ratifico o prazo estabelecido de 05 (cinco) dias para a normalização das obrigações contratuais por parte da empresa LEDLUZ INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP., sobre pena de sofrer as sanções administrativas cabíveis sem excluir, por óbvio, as demais searas conforme o caso (criminal e civil).

Ademais, fica desde já estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias, prazo para defesa prévia por parte da empresa supracitada em razão de eventual rescisão contratual unilateral ou mesmo pela aplicação das penalidades constantes nos instrumentos legais hábeis, nos moldes preconizados pelo artigo 87 da lei geral de licitações e contratos cuja redação segue transcrita abaixo,

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, **garantida a prévia defesa**, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

A seguir, disposições legais pertinentes e aplicáveis ao caso concreto:

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1o do art. 67 desta Lei;

[...]

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Confresa – MT, 10 de dezembro de 2019.

Norton Mussalan Ferreira

OAB/MT n°. 20.035-O

Procurador Municipal

Publique-se.

Notifique a empresa mediante o envio desta notificação via e-mail com ulterior resposta de recebimento por parte desta e, não restando frutífera tal pretensão enviar via malote com A.R.

AFs em aberto e cujo prazo para entrega já expirarão:

AF 5308/2019;

AF 4807/2019;

[1]Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 204/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031.805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **128/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 200/2019

"Dispõe sobre a nomeação de servidor, para Fiscal de Contrato Administrativo que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b" e inciso II, alínea "a", "b", da Lei 8.666/93, em especial o Decreto Municipal nº 038/2013 de 2 de maio de 2013, e os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLSE:

Art. 1º - Designa a servidora CÉLIA ROMUALDO DACOSTA REIS, Coordenadora de Educação portadora da cédula de identidade RG nº expedida pela SSP/MT e do CPF nº., lotado na Secretária de Educação, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº **121/2019** celebrado pelo Município.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 212/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **NOEL DE SOUZA,** portador da Cédula deIdentidade nº 4.995.721-1 SSP/PR e CPF nº 703.392.289-20, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **136/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 199/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **MARINA DA GAMA SOUZA** portadora da Cédula de Identidade RG nº 0597468-2 SJ/MT e do CPF: 572.279.771-53, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **120/2019.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 218/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786.720. 151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal dos contratos administrativos nº **141/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 219/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e

Considerandoos princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Eliane Aparecida de Freitas, matricula 274, portadora do RG nº 1420903-9 e do CPF: nº 056.121.186-86, lotado no Gabinete do Prefeito, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **142/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 09 dezembro 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 220/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e

Considerandoos princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Eliane Aparecida de Freitas, matricula 274, portadora do RG nº 1420903-9 e do CPF: nº 056.121.186-86, lotado no Gabinete do Prefeito, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **143/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for

necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 09 dezembro 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO EM MURAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1238/2019

O Processo de ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, PARA AQUISIÇAO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE A SER UTILIZADO PELAS UNIDADES LIGADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, durante toda a sua tramitação cumpriu as determinações da legislação pertinente, consoante o aceite por parte da empresa MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO ELETRONICOS, inscrita no CNPJ sob nº 26.148.070/0001-85 e autorização da PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA - MT. Foram aderidos itens correspondente a materiais de expediente, totalizando um valor de R$ 42.981,47 (quarenta e dois mil novecentos e oitenta e um reais e quarenta e sete centavos). Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito, RATIFICO o processo de adesão a Ata de Registro de Preços.

Conquista D'Oeste, 11 de dezembro de 2019.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 221/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **NOEL DE SOUZA,** portador da Cédula deIdentidade nº 4.995.721-1 SSP/PR e CPF nº 703.392.289-20, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **144/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 222/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **EZEQUIEL ALVES,** portador da Cédula deIdentidade nº 4.995.721-1 SSP/PR e CPF nº 703.392.289-20, lotado no Gabinete do Prefeito, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **145/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 223/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **EZEQUIEL ALVES,** portador da Cédula deIdentidade nº 4.995.721-1 SSP/PR e CPF nº 703.392.289-20, lotado no Gabinete do Prefeito, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **146/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for

necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 224/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **EZEQUIEL ALVES,** portador da Cédula deIdentidade nº 4.995.721-1 SSP/PR e CPF nº 703.392.289-20, lotado no Gabinete do Prefeito, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **147/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 197/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031. 805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **118/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 225/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **LUCIO DIVINO GOMES**, portador da cédula de identidade sob o nº M-6908833, expedida pela SSP/MT e do CPF 031. 805.137-05, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **148/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 226/2019

"Dispõe sobre a nomeação de servidor, para Fiscal de Contrato Administrativo que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b" e inciso II, alínea "a", "b", da Lei 8.666/93, em especial o Decreto Municipal nº 038/2013 de 2 de maio de 2013, e os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLSE:

Art. 1º - Designa a servidora CÉLIA ROMUALDO DACOSTA REIS, Coordenadora de Educação portadora da cédula de identidade RG nº expedida

pela SSP/MT e do CPF nº., lotado na Secretária de Educação, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº **149/2019** celebrado pelo Município.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 227/2019

"Dispõe sobre a nomeação de servidor, para Fiscal de Contrato Administrativo que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b" e inciso II, alínea "a", "b", da Lei 8.666/93, em especial o Decreto Municipal nº 038/2013 de 2 de maio de 2013, e os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLSE:

Art. 1º - Designa a servidora CÉLIA ROMUALDO DACOSTA REIS, Coordenadora de Educação portadora da cédula de identidade RG nº expedida pela SSP/MT e do CPF nº., lotado na Secretária de Educação, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº **150/2019** celebrado pelo Município.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 203/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **ELVIO ALVES SILVA**, portador do RG 1481053-0 SSP/MT e CPF: 892.916.541-91, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para atuar como fiscal dos contratos administrativos n° **122; 123; 124; 125; 126 e 127/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 228/2019

"Dispõe sobre a nomeação de servidor, para Fiscal de Contrato Administrativo que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 73, inciso I, alínea "b" e inciso II, alínea "a", "b", da Lei 8.666/93, em especial o Decreto Municipal nº 038/2013 de 2 de maio de 2013, e os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLSE:

Art. 1º - Designa a servidora CÉLIA ROMUALDO DACOSTA REIS, Coordenadora de Educação portadora da cédula de identidade RG nº expedida pela SSP/MT e do CPF nº., lotado na Secretária de Educação, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº **151/2019** celebrado pelo Município.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 10 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 196/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **EZEQUIEL ALVES,** portador da Cédula deIdentidade nº 4.995.721-1 SSP/PR e CPF nº 703.392.289-20, lotado no Gabinete do Prefeito, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **117/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 210/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786.720. 151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal dos contratos administrativos nº **134/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 211/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **NOEL DE SOUZA,** portador da Cédula deIdentidade nº 4.995.721-1 SSP/PR e CPF nº 703.392.289-20, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **135/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 208/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor GISLENE MANTESSO DA SILVA RODRIGUES, portadora da Cédula de Identidade nº RG. 673 054 SSP/MT e do CPF nº 393.894.131-68, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **132/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 213/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786.720. 151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal dos contratos administrativos nº **137/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 201/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **Fabrício Rui Bianco**, Nutricionista, portador da cédula de identidade nº 42.045.406-8 expedida pela SJ/SP e do CPF nº 334.774.098-09, lotado na Secretária de Educação, para atuar como fiscal dos contratos administrativos n° **122; 123; 124; 125; 126 e 127/2019.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 214/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786.720. 151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal dos contratos administrativos nº **138/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 207/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **MARINA DA GAMA SOUZA** portadora da Cédula de Identidade RG nº 0597468-2 SJ/MT e do CPF: 572.279.771-53, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **131/2019.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 206/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **CELSO SANTANA DOS ANJOS** portador da cédula de identidade RG nº 0828083-5, expedida pela SSP/MT e do CPF 514.456.971-49, lotado na Secretaria Municipal de Cultura Desporto e Lazer, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **130/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 215/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **EZEQUIEL ALVES,** portador da Cédula deIdentidade nº 4.995.721-1 SSP/PR e CPF nº 703.392.289-20, lotado no Gabinete do Prefeito, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **139/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 216/2019

"Dispõe sobre a Convocação de Servidor em gozo de férias para retorno ao trabalho nos dias que menciona.**"**

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar, o servidor SAMUEL COSTA LIMA, matricula: 1050, motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, em gozo de férias, para retorno ao trabalho do dia 01 a 13 de dezembro do corrente ano, prorrogando-se a licença por igual prazo da convocação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 205/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786.720. 151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal dos contratos administrativos nº **129/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 217/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - **Art. 1º** - Designar o servidor **EZEQUIEL ALVES,** portador da Cédula deIdentidade nº 4.995.721-1 SSP/PR e CPF nº 703.392.289-20, lotado no Gabinete do Prefeito, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **140/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 198/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor EMERSON RODRIGUES, portador da cédula de identidade sob o nº 10625925, expedida pela SJ/MT e do CPF: 793. 168.401-04, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **119/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 209/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786.720. 151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal dos contratos administrativos nº **133/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 202/2019

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do municipio de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ELENIR LUCIA DE SOUZA**, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 501, portadora da cédula de identidade nº 1441733-2expedida pela SSP/MT e do CPF nº 786.720. 151.34, lotada na Secretaria de Ação Social, para atuar como fiscal dos contratos administrativos nº **122; 123; 124; 125; 126 e 127/2019**.

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2019.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

EXTRATO DO CONTRATO N° 091/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT E A EMPRESA LEANDRO GAUDENCIO ME

CNPJ: 08.519.558/0001-90 "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PISCA-PISCA E TECIDOS PARA ENFEITE NATALINOS, PARA COMPLEMENTAR ORNAMENTAÇÃO NA CIDADE". O presente contrato tem o valor global de R$ 7.662,50 (SETE MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).). Válidos por 12 (doze) meses podendo ser prorrogado, O presente contrato vigorará a partir 11 de Dezembro de 2019 válido até 11 de Dezembro de 2020. O presente instrumento contratual advém de PROCESSO DE COMPRA *Nº 122/2019* na modalidade de DISPENSA *Nº 013/2019*, cujas regras e condições também estão insertas no edital e processo e vincula-se na íntegra às disposições legais contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações posteriores.

Cotriguaçu, 11 de Dezembro de 2019.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 029/2019

PORTARIA N.º 029/2019

"Dispõe sobre a concessão de

Férias em favor da Servidora

Sra. Sandra Parmejane".

*A Diretora Executiva do **PREVI-COTRI**, Instituto Municipal de Previdência Social de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 a 19, da Lei Municipal n.º 692/2011, de 02 de maio de 2011.*

Resolve,

Art. 1º Concede a Sra. **Sandra Parmejane**, 15 (quinze) dias de férias restantes do Período aquisitivo de 02/2018 a 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cotriguaçu-MT, 11 de Dezembro de 2019.

Sandra Parmejane

Diretora Executiva do PREVI-COTRI

Portaria nº 112/2018

PORTARIA N.º 046/2018

PORTARIA N.º 046/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria voluntária por idade em favor do servidor Sr. JOSÉ VICENTE DA SILVA".

*A Diretora Executiva do **PREVI-COTRI**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso III alínea ''b'', da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 12 inciso "III", alínea "b" da Lei Municipal n.º 692/2011, de 02 de maio de 2011.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria voluntária por idade** ao servidor **Sr. JOSÉ VICENTE DA SILVA**, portador do RG: 15.891719 SSP/SP, inscrito no CPF n.º 275.388.349-15 da cédula eleitoral de n.º 003440352348, Zona "048", Seção "0088" efetivo no cargo de **AGENTE DE VIGILANCIA, Nível "II", Classe "A",** contando com um total de 5.857 dias ou seja, 16 (dezesseis) anos e 17 (dezessete) dias, de serviços prestados, lotado na **Secretaria Municipal de Governo**, com **proventos proporcionais e sem direito a paridade**, conforme o processo do PREVI-COTRI n.º 2018.08.00000001/2018 a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º **Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de janeiro de 2018, revoga-se neste ato a portaria n. º 01/2018.**

Registre, publique e cumpra-se.

Cotriguaçu - MT, 04 de setembro de 2018.

Sandra Parmejane

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

Jair Klasner

Prefeito Municipal

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 122/2019 - DISPENSA 013/2019

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Presidente e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 122/2019

b) Licitação Nrº: 013/2019- DL

c) Modalidade: Dispensa de licitação p/ Compras e Serviços

d) Data Homologação: 11/12/2019

e) Objeto da Licitação**: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PISCA-PISCA E TECIDOS PARA ENFEITE NATALINOS, PARA COMPLEMENTAR ORNAMENTAÇÃO NA CIDADE""CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PISCA-PISCA E TECIDOS PARA ENFEITE NATALINOS, PARA COMPLEMENTAR ORNAMENTAÇÃO NA CIDADE"**

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

09548 – **LEANDRO GAUDENCIO ME, CNPJ: 08.519.558/0001-90,** item (3) Totalizando 03 (três) item no valor global **R$ 7.662,50 (SETE MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 013/2019 PROCESSO Nº 122/2019

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto **é**

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PISCA-PISCA E TECIDOS PARA ENFEITE NATALINOS, PARA COMPLEMENTAR ORNAMENTAÇÃO NA CIDADE"**,** com fulcro no artigo 24da Lei no 8.666/93 e

lei municipal 1.006/2017, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CONTRATADO: LEANDRO GAUDENCIO ME

CNPJ: 08.519.558/0001-90

ENDEREÇO: AVENIDA 20 DE DEZEMBRO, Nº 236, CENTRO,

VALOR GLOBAL: R$ 7.662,50 (SETE MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 12 (doze) MESES a partir da data de assinatura do contrato.

Cotriguaçu/MT, 11 de Dezembro de 2019

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE RESULTADO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2019

A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SMOP, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria SMGE nº 1.122/2019 de 02 de outubro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, o **RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS** referente à **TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2019,** que tem por objeto **CONTRATAÇÃO EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DOS CENTROS COMUNITÁRIOS NOS BAIRROS AREÃO, JARDIM UNIÃO, POÇÃO, JARDIM RENASCER, GRANDE TERCEIRO, JARDIM LEBLON, ALTOS DA SERRA I, SÃO MATEUS E REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DO BAIRRO PEDREGAL E DR. FÁBIO I NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.**

LICITANTE	CNPJ	RESULTADO
E-TAG CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA EPP	05.319.939/0001-37	CLASSIFICADA

Cuiabá, 11 de dezembro de 2019.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

TORNAR SEM EFEITO O AVISO DE CONVOCAÇÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86.835/2019)

CONCORRÊNCIA Nº. 008/2019

A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 1.122/2019 de 02 de outubro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu **TORNAR SEM EFEITO** a Publicação do AVISO DE CONVOCAÇÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO da **CONCORRÊNCIA Nº. 008/2019,** que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO A SUPERVISÃO E/OU ACOMPANHAMENTO E/OU FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO URBANA, OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA AVENIDA CONTORNO LESTE E IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE ARTES ESPECIAIS NA AVENIDA MANOEL JOSÉ DE ARRUDA (CONHECIDA COMO AV. BEIRA RIO, EM SUA INTERSECÇÃO COM A AVENIDA DR. PARANÁ) E NA AVENIDA EDNA MARIA DE ALBUQUERQUE AFFI (CONHECIDA COMO AV. DAS TORRES, EM SUA INTERSECÇÃO COM A AVENIDA ÉRICO PREZA), NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ,** com abertura da sessão pública prevista para o dia 13 de dezembro de 2019, às 15:00 horas.

INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Licitações e Contratos/Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: (65) 3645-6156/6252 e/ou no e-mail: cpl@cuiaba.mt.gov.br Atendimento: das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h.

Cuiabá/MT, 11 de dezembro de 2019.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2019

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 068/2019

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADA: JB EVENTOS COMUNICAÇÕES, PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME

CNPJ Nº 06.085.304/0001-85

OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento de Shows Artísticos para atender as festividades do 19º Aniversário do Município de Curvelândia – MT, a ser realizado na praça central, nos dias 06 e 07 de Dezembro de 2019.

VALOR: R$ 7.600,00 (Sete Mil e Seiscentos Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 07/12/2019.

DATA DE ASSINATURA: 05/12/2019.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. JOSIAS BENEDITO DE ALMEIDA – Proprietário.

CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2019 - PROCESSO Nº 067/2019

RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 016/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2019. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SHOW ARTÍSTICO NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2019, PARA ATENDER AS FESTIVIDADES DO RÉVEILLON 2020 NO MUNICÍPIO DE CURVELÂNDIA – MT, A SER REALIZADO NA PRAÇA CENTRAL, NOS DIAS 30 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019. EmpresaContratada: SP COMÉRCIO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ Nº 26.783.910/0001-81, totalizando o valor de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais). O Prefeito Municipal resolve **RATIFICAR** o processo licitatório em epígrafe, fulcrada no inciso II, do artigo 24 da Lei Federal Nº 8.666/93, e ordena a sua publicação em cumprimento ao disposto no artigo 26 do supracitado diploma legal. Curvelândia – MT, 11 de dezembro de 2019. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2019

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 067/2019

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADA: GUILHERME SILVA SILVEIRA - ME

CNPJ Nº 33.857.596/0001-08

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de Decoração para Evento de Pequeno Porte, com montagem de Lounges, compreendendo Mobiliários Específicos, para atender as demandas do Município de Curvelândia - MT

VALOR: R$ 23.000,00 (Vinte e Três Mil Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 04/02/2020.

DATA DE ASSINATURA: 04/12/2019.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. GUILHERME SILVA SILVEIRA – Proprietário.

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2019

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 066/2019

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADA: J. FERREIRA LEMOS EMPREENDIMENTOS EIRELI - EPP

CNPJ Nº 00.277.059/0001-21

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de Locação de Equipamentos e serviços Profissionais para o 19º Aniversário da cidade nos dias 06 e 07 de Dezembro de 2019, e Réveillon 2020 nos dias 30 e 31 de Dezembro de 2019 no Município de Curvelândia - MT

VALOR: R$ 96.858,34 (Noventa e Seis Mil, Oitocentos e Cinquenta e Oito Reais e Trinta e quatro Centavos).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2019.

DATA DE ASSINATURA: 03/12/2019.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sr. JACONIAS FERREIRA LEMOS – Proprietário.

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 514 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Exercício de 2019 e das outras providências. "

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento de 2019, Crédito Adicional Especial na Secretaria Municipal de Saúde no valor de R$ 178.000,00 (Cento e Setenta e Oito Mil Reais), na seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 04- Secretaria Municipal de Educação

Unidade: 02 – Gerencia de Educação

12.361.0040.1.201 – Aquisição de Veículo para Transporte Escolar

4.4.90.52- Equipamentos e Material Permanente .....R$ 22.600,00

Fonte: 0.3.25 - 220.010 – Transp. Escolar do Estado

4.4.90.52- Equipamentos e Material Permanente .....R$ 155.400,00

Fonte: 0.1.25 - 220.010 – Transp. Escolar do Estado

Art. 2º - Para dar cobertura nos créditos aberto no artigo anterior será utilizado os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei 460/2017 – Plano Plurianual e na Lei nº 493/2018 – Lei de Diretrizes Orçamentário (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º - Fica autorizado o Poder Executivo a suplementar a ou remanejamento de dotação de que trata o art. 1º até o limite de 10% do seu valor total.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 11 de Dezembro de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 134 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

"Dispõe sobre o repasse do Município ao Consórcio De Saúde do Oeste De Mato Grosso – CISOMT a título de contribuição de rateio financeiro do custo dos serviços recebidos".

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O Poder Público Municipal, mediante prévia dotação orçamentária, fixa o valor mensal da contribuição financeira repassada ao Consórcio de Saúde do Oeste de Mato Grosso – CISOMT na importância pecuniária de R$ 2,00 (dois reais) por habitante/mês.

Art. 2º. Fica o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso autorizado a realizar o débito automático da contribuição referida no Artigo primeiro dentro do mês em questão.

Parágrafo Único – Para fins efetivação do débito, conforme exige a instituição financeira oficial, fica o Município autorizado a assinar os documentos que forem necessários.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentarias próprias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as legislações contrárias, passando a produzir efeitos somente a partir do dia 01/01/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 11 de dezembro de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 513 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

"Dispõe sobre autorização para transpor e remanejar recursos e dá outras providências".

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo Municipal autorizados a abrirem Créditos Adicionais Suplementares, através de Decreto, até o

Limite de 5% (Cinco por Cento) da Despesa Orçada para o corrente Exercício.

Art. 2º - Servirá como recurso para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo Anterior, os recursos definidos pelo Artigo 43, inciso I, II ou III, da Lei Federal 4.320/64, podendo efetuar transposição, remanejamento e transferência de recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite definido no artigo 1º da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 11 de Dezembro de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE DENISE**, torna público que estará realizando licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 019/2019**, regido pela Lei n.º 10.520/2002, pelo Decreto n.º 7.892/2013 e Decreto Municipal n.º 008/2008, subsidiada pela Lei n.º 8.666/1993, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE**, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório. **Inicio da Sessão:** Dia: **06/01/2020**. **Horário: 08:00 horas**. Retirada do edital na Prefeitura Municipal de Denise/MT,Praça Brasília n.º 111 – Centro – Denise-MT, informações pelo telefone (65) 3342-1615 ou (65)3342-1397. **Local:** Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Denise-MT – Situada à Praça Brasília n.º 111 – Centro – Denise-MT. CEP: 78.380-000.

Denise/MT, 12 de Dezembro de 2019.

JOÃO CARLOS CARNEIRO DA SILVA ***Pregoeiro***

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2019

A Prefeita Municipal, Sra. **ELIANE LINS DA SILVA**, tendo em vista a justificativas apresentadas pela Comissão Permanente de Licitação e aprovadas pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, no com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, com a Empresa **DAVID DA SILVA SOARES 02415341193**,Micro Empreendedor Individual, devidamente inscrito no CNPJ sob nº **13.069.385/0001-95**, com sede a Rua Belo Horizonte, s/nº, Jardim Boa Esperança, na Cidade de Denise/MT, CEP: 78.380-000, pelo preço fixo orçado de **R$ 3.397,81 (três mil, trezentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos)**, tendo como a aquisição de 01 (um) notebook para contemplar a Assessoria Jurídica do Município de Denise/MT; sendo que os pagamentos serão efetuado em até 15 (quinze) dias após a emissão das notas fiscais; resolve, **RATIFICAR** a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Denise/MT, 12 de Dezembro de 2019.

ELIANE LINS DA SILVA

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2019

A Prefeita Municipal, Sra. **ELIANE LINS DA SILVA**, tendo em vista a justificativas apresentadas pela Comissão Permanente de Licitação e aprovadas pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, no com fulcro no artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, com a Empresa **DAVID DA SILVA SOARES 02415341193**,Micro Empreendedor Individual, devidamente inscrito no CNPJ sob nº **13.069.385/0001-95**, com sede a Rua Belo Horizonte, s/nº, Jardim Boa Esperança, na Cidade de Denise/MT, CEP: 78.380-000, pelo preço fixo orçado de **R$ 3.397,81 (três mil, trezentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos)**, tendo como a aquisição de 01 (um) notebook para contemplar a Assessoria Jurídica do Município de Denise/MT; sendo que os pagamentos serão efetuado em até 15 (quinze) dias após a emissão das notas fiscais; resolve, **RATIFICAR** a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Denise/MT, 12 de Dezembro de 2019.

ELIANE LINS DA SILVA

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE DENISE**, torna público que estará realizando licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 018/2019**, regido pela Lei n.º 10.520/2002, pelo Decreto n.º 7.892/2013 e Decreto Municipal n.º 008/2008, subsidiada pela Lei n.º 8.666/1993, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS**, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório. **Inicio da Sessão:** Dia: **30/12/2019**. **Horário: 08:00 horas**. Retirada do edital na Prefeitura Municipal de Denise/MT,Praça Brasília n.º 111 – Centro – Denise-MT, informações pelo telefone (65) 3342-1615 ou (65)3342-1397. **Local:** Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Denise-MT – Situada à Praça Brasília n.º 111 – Centro – Denise-MT. CEP: 78.380-000.

Denise/MT, 12 de Dezembro de 2019.

JOÃO CARLOS CARNEIRO DA SILVA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, VISANDO A EMISSÃO DE APÓLICES DE SEGUROS COM COBERTURA TOTAL PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **GENTE SEGURADORA S/A.**

CNPJ nº: 90.180.605/0001-02

Valor total da ata: **R$ 44.450,00** (Quarenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 12 de Dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, VISANDO A EMISSÃO DE APÓLICES DE SEGUROS COM COBERTURA TOTAL PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **SEGUROS SURA S.A.**

CNPJ nº: 33.065.699/0001-27

Valor total da ata: **R$ 38.970,00** (Trinta e oito mil e novecentos e setenta reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 12 de Dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, VISANDO A EMISSÃO DE APÓLICES DE SEGUROS COM COBERTURA TOTAL PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.**

CNPJ nº: 61.198.164/0001-60

Valor total da ata: **R$ 29.350,00** (Vinte e nove mil e trezentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 12 de Dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 033/2019/SMEC

"Dispõe sobre o gozo de Férias para servidores que integram o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC".

A Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de disciplinar os procedimentos de concessão de férias regulamentares nas Unidades Escolares**,** garantindo o direito ao descanso anual remunerado aos servidores de acordo com o previsto na LC nº. 011/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer que o servidor que integra o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação e Cultura/SMEC, deverá usufruir férias regulamentares, de forma coletiva, referente ao período aquisitivo de 2019/2020**,** conforme disciplinado nesta portaria.

§ 1º No Órgão Central da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e unidades escolares, as férias regulamentares ocorrerão no período de **06/01/2020 a 04/02/2020,** devendo os gestores:

I – garantir o usufruto dos 30 (trinta) dias consecutivos;

II – manter a execução dos serviços essenciais e de atendimento na secretaria da Unidade Escolar e a vigilância física e patrimonial, designando servidor para trabalhar em período de férias coletivas;

Art. 2º Na sede da Administração – SMEC serão mantidos servidores, para execução das atividades essenciais, de caráter inadiável.

Parágrafo Único – A Unidade Escolar deverá elaborar escala dos servidores que permanecerão em serviço, sendo 01 (um) Apoio Administrativo Educacional, e 01 (um) Técnico Administrativo Educacional, liberando todos os demais para gozo de férias coletivas.

Art. 3º Os servidores que forem escalados para trabalhar no período de férias coletivas, somente poderão usufruí-las posteriormente através de requerimentos protocolados e analisados pela SMEC.

§ 1º. Para cumprimento do disposto no caput deste artigo, cada Unidade Escolar deverá enviar a SMEC, o quadro com os devidos nomes de funcionários que gozarão tais férias.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino, 11 de Dezembro de 2019.

Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

GABINETE
PORTARIA Nº 248/2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA NOMENCLATURA DO CARGO, DAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei Complementar nº 56 de 12 de novembro de 2019 que "Dispõe sobre a Reforma da Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal";

Considerando Capítulo V, Art. 39, "f"

Considerando Anexo II de Cargos Comissionados de Direção, Chefia e Assessoramento;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Nomenclatura do cargo da Sra. **MARCELA NUNES REINERS BATISTA**, brasileira, solteira, portadora do RG n°143618-17 SSP/MT e CPF N.º 977.899.091-34, para o cargo de Coordenador III, com gratificação de 30% do DAS 06, conforme o Anexo II da Lei complementar n.º 56/2019, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 187/2017, publicada no Diário Oficial Ed. n.º 2.775 de 20/07/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 09 de dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 247/2019

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei Complementar nº 56 de 12 de novembro de 2019 que Dispõe sobre a Reforma da Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal;

Considerando Anexo II de Cargos Comissionados de Direção, Chefia e Assessoramento;

RESOLVE:

Art. 1º - Remunera a Sra. **CLEIDE MARIA ANZIL,** brasileira, solteira, portadora do RG N. º 699.376 SSP/MT e CPF N.º 778.343.561-00, Secretária Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, com o subsídio de Secretária Municipal, conforme o Anexo II da Lei complementar n.º 56/2019;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 228/2017 Publicada no Diário Oficial Ed. n.º 2.818 de 20/09/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 09 de dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 245/2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA NOMENCLATURA DO CARGO, DAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei Complementar nº 56 de 12 de novembro de 2019 que Dispõe sobre a Reforma da Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal;

Considerando Art. 23, I, do Capítulo V Seção I;

Considerando Anexo II de Cargos Comissionados de Direção, Chefia e Assessoramento;

RESOLVE:

Art. 1º - Remunerar o Servidor Sr. **UZIAS MAXIMO DOS SANTOS,** brasileiro, convivente, portador do RG N. º 1000128 SSP/MT e CPF N.º 651. 982.631-68, Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito, com a remuneração de DAS 10, conforme o Anexo II da Lei complementar n.º 56/2019;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 005/2017 Publicada no Diário Oficial Ed. n.º 2.639 de 04/01/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 09 de dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 031 /2019/SMEC/MT.

"Dispõe sobre a constituição da Comissão Municipal/SMEC, para acompanhar o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho dos Profissionais da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2020".

A **Secretária Municipal de Educação Cultura do Município de Diamantino**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para constituição da Comissão Municipal da SMEC para, sob a presidência do primeiro, conduzirem atos para realização do Processo de Atribuição de classes/aulas e regime/jornada de trabalho dos Profissionais da Educação Básica para o ano letivo de 2020:

1. Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos; 2. Rosilei Carris Montini ; 3. Mylene Wirgues Paese; 4. Rosangela F. de Souza; 5. Jamil Rodrigues Barroso; 6. Marcia Kroling Ramos; 7. Luiza Fátima Barros da Silva Duarte; 8. Salete Luzia Zucchi.

Art. 2º Na ausência do Presidente da Comissão, o segundo membro da relação constante no artigo anterior o representará para todos os efeitos.

Art. 3º Compete à Comissão Municipal no curso do Processo:

I - Exercer todas as atribuições dispostas nos atos normativos;

II- Acompanhar e orientar tecnicamente os atos praticados pelos demais servidores envolvidos no processo para garantir a lisura e a legalidade do feito;

III- Orientar e prestar informações necessárias ao desenvolvimento do Processo;

IV- Analisar e emitir parecer em eventuais impugnações, recursos e pedidos de reconsideração, quando esgotadas as instâncias inferiores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo vigência até 30/04/2020.

Diamantino-MT, 11 de Dezembro de 2019.

Profª Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2019/ SRP

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE "KIT ENXOVAL" PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como homologados as empresas:

ALDEMIR LUGLIO SOSSAI - ME, inscrita no CNPJ nº 18.651.320/ 0001-77, vencedora dos itens de nº 46394 e 46390 no valor total de R$ 16.600,00 (dezesseis mil e seiscentos reais) e J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA - ME, inscrita no CNPJ nº 11.073.488/0001-01, vencedora dos itens de nº 46376, 46377, 46378, 46379, 46380, 46381, 46383, 46385, 46386, 46387, 46388, 46389, 46391, 46392, 46393, 46394 e 46375 no valor total de R$ 117.692,00 (cento e dezessete mil seiscentos e noventa e dois reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 11 de Dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2019/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE "KIT ENXOVAL" PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA - ME**

CNPJ nº: 11.073.488/0001-01

Valor total da ata: **R$ 117.692,00** (cento e dezessete mil seiscentos e noventa e dois reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 12 de Dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019/ SRP

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, VISANDO A EMISSÃO DE APÓLICES DE SEGUROS COM COBERTURA TOTAL PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT.

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como homologados as empresas:

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ nº 61.198.164/0001-60, vencedora dos itens de nº 48586, 48587, 48589 e 48590 no valor total de R$ 29.350,00 (Vinte e nove mil e trezentos e cinquenta reais); SEGUROS SURA S.A, inscrita no CNPJ nº 33.065.699/0001-27, vencedora dos itens de nº 48624, 48597, 48598, 48615, 48616, 48617, 48619, 48620, 48621, 48622, 47836, 48613, 47830, 47834, 47835, 48562, 48610, 48580, 48558, 48565, 48572, 48566, 48599, 48612, 48567, 48568, 48569, 48571, 48578, 48579, 48581, 48583, 48582, 48584 e 48585 no valor total de R$ 38.970,00 (Trinta e oito mil e novecentos e setenta reais)e GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ nº90.180.605/0001-02, vencedora dos itens de nº 48611, 48594, 48595, 48596, 48600, 48601, 48602, 48603, 48604, 48605, 48606, 48607, 48608, 48609, 48623, 48618, 47832, 48614, 48563, 48564, 48570, 48575, 48576, 48577, 48591, 48592 e 48593 no valor total de R$ 44.450,00 (Quarenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 11 de Dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2019/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE "KIT ENXOVAL" PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **ALDEMIR LUGLIO SOSSAI - ME**

CNPJ nº: 18.651.320/0001-77

Valor total da ata: **R$ 16.600,00** (dezesseis mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 12 de Dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 032/2019/SMEC

"Dispõe sobre o Calendário Escolar das unidades escolares da Educação Infantil e Ensino Fundamental pertencente à Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2020".

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e,

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no artigo 24, inciso I, da Lei nº 9.394/96;

Considerando o artigo 10 da Resolução Normativa nº 002/2.015 do CEE/MT.

Considerando ainda, a necessidade de normatizar o início e término do ano letivo de 2.019 nas unidades escolares municipais;

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar que o Calendário Escolar para o Ensino Fundamental e Educação Infantil deverá ter, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos, sendo a matriz curricular com a carga horária mínima de 800 horas e máxima de 880 horas anual exceto para a educação infantil em tempo integral que devera ter no mínimo 1.400 horas.

Art. 2º Os diretores das unidades escolares e o respectivo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, na elaboração do calendário escolar, deverão observar as datas estabelecidas nesta Portaria, bem como encaminhar o referido calendário à Assessoria Pedagógica da SMEC**, para conhecimento, aprovação e acompanhamento**.

Art. 3º Estabelecer o início do ano letivo para **10.02.2020** e o dia **22.12.2020** para o término do ano letivo nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 4º Determinar que as férias regulamentares do período aquisitivo **2.019/2.020** dos professores da Educação Básica, sejam nos seguintes períodos:

I - Após o término do 1º semestre letivo, de 20/07/2020 a 03/08/2020, referente aos 15 dias de férias escolares – **(exclusivamente para professores em sala de aula, articuladores e alunos);**

Art. 5º Nas Unidades de Ensino da rede Municipal as férias serão usufruídas de forma coletiva no período de **06/01/2020 a 04/02/2020.**

§ 1º As Unidades Escolares designarão 01 (um) Profissional para atendimento das atividades na secretaria escolar.

§ 2º Os Profissionais que forem designados para desempenhar suas funções no período de férias coletivas, usufruirão férias no decorrer do ano letivo de 2020 conforme cronograma enviado previamente pela escola, desde que seja aprovado pela SMEC.

Art. 6º Os profissionais da educação básica, efetivos ou estabilizados, em férias coletivas, deverão retornar as suas atribuições funcionais, na sua unidade escolar de lotação, no dia **05/02/2020** para planejamento das atividades escolares referentes ano letivo de 2020.

Art. 7º As unidade escolares deverão realizar a **confirmação/prématrícula** para os alunos que fazem parte do quadro da escola em 2019 no período de **01 a 20/12/2019;**

§ 1º. As matriculas para alunos **"novos"** (aqueles que não constam no quadro da unidade escolar*),* serão efetuadas a partir de **06/01/2020;** em horário determinado pela Escola.

§ 2º As Escolas deverão fazer levantamento das Matrículas não confirmadas até **22/01/2020**.

§ 3º. As unidades escolares deverão manter rigorosamente os prazos fixados para matrícula dos alunos, considerando que as **turmas serão compostas de acordo com as matrículas confirmadas:**

§ 4º As informações da escola para os Pais, alunos e responsáveis deverão ser fixadas em locais visíveis.

Art. 8º. Todas as unidades escolares municipais deverão fechar até **15 de janeiro de 2020,** os dados da vida escolar dos alunos e fazer o fechamento do ano letivo de 2019;

Art.9º. As unidades escolares deverão enviar até o dia 20/12/2019 a previsão do quadro de Profissionais para o ano letivo de 2020 e até **24/01/2020** o número de alunos com matrículas efetivadas e confirmadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino**,** 11 de Dezembro de 2019.

Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária de Municipal d Educação e Cultura

GABINETE
PORTARIA Nº 253/2019

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei Complementar nº 56 de 12 de novembro de 2019 que "Dispõe sobre a Reforma da Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal";

Considerando Capítulo V da Estrutura Organizacional, Art. 40, "b"

Considerando Anexo II de Cargos Comissionados de Direção, Chefia e Assessoramento;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. **JÉSSICA ROSANA SZIMANSKI CHASSOT,** brasileira, solteira, portadora do RG n° 2373591-0 SSP/MT e CPF N.º 027. 076.231-05, para o cargo de Chefe de Departamento de Assistência Social, com remuneração de DAS 07, conforme o Anexo II da Lei complementar n.º 56/2019, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Assistência Social;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 09 de dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2019

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 13:00 horas do dia 08 de Janeiro de 2020, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAUDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT.** Fez-se necessário a prorrogação em virtude da necessidade de adequações ao edital.O Edital Retificado poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 11 de Dezembro de 2019.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

GABINETE
PORTARIA Nº 253/2019

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei Complementar nº 56 de 12 de novembro de 2019 que "Dispõe sobre a Reforma da Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal";

Considerando Anexo II de Cargos Comissionados de Direção, Chefia e Assessoramento;

RESOLVE:

Art. 1º - Remunerar a Srta. **VERÔNICA REGINA XAVIER**, brasileira, solteira, portadora do RG n.º 24715305-9 SSP/MT e CPF N.º 097.925.477-85, para o cargo de Assessor de Secretaria I, com DAS 05, conforme o Anexo II da Lei complementar n.º 56/2019, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 142/2017, publicada no Diário Oficial Ed. n.º 2.719 de 02/05/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 09 de dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO AO CONTRATO Nº 035/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES (CALÇAMENTO NO BAIRRO BENTO PORTO) NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (CENTO E OITENTA) DIAS.

CONTRATADO: ELITON LUIZ LOPES BARROS - ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 06 DE DEZEMBRO DE 2019.

GABINETE
PORTARIA Nº 252/2019

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei Complementar nº 56 de 12 de novembro de 2019 que "Dispõe sobre a Reforma da Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal";

Considerando Capítulo V, Art. 39, "g"

Considerando Anexo II de Cargos Comissionados de Direção, Chefia e Assessoramento;

RESOLVE:

Art. 1º - Remunerar a Sra. **LUCINDA ROSA DE ALMEIDA**, brasileira, solteira, portadora do RG n.º 1479731-3 SSP/MT e CPF N.º 630.670.301-25, para o cargo de Assessor de Secretaria I, com DAS 05, conforme o Anexo II da Lei complementar n.º 56/2019, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 126/2017, publicada no Diário Oficial Ed. n.º 2.695 de 24/03/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 09 de dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 034/2019/SMEC.

"Dispõe sobre os critérios para Composição de Turmas das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino".

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Lei nº 9.394/96 e as Resoluções do Conselho do conselho Nacional e do Conselho Estadual de Educação;

Considerando a necessidade de definir critérios que visem a composição de turmas das Escolas Municipais de Diamantino e a organização de seus respectivo quadro de pessoal;

Considerando a Resolução CEE/MT nº 126 de 12 de agosto de 2003, que institui as diretrizes operacionais para a Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso;

RESOLVE

Art. 1º Determinar à Equipe Gestora e ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar, a organização e a composição de turmas nas unidades escolares.

Art. 2º Definir que a Secretaria da Unidade Escolar deverá realizar a efetivação do cadastro de turmas, no sistema I-EDUCAR, de acordo com as matrizes tramitadas no turno, ambientes e no período determinado no cronograma do calendário escolar.

Art 3º A Secretária Municipal de Educação e Cultura deverá articular junto a assessoria pedagógica a compatibilização do Calendário das unidades escolares quanto à data de início e término do ano letivo, as férias previstas, bem como a organização das turmas, objetivando o atendimento da demanda de alunos que utilizam o transporte escolar e outras atividades.

Art. 4º As turmas serão compostas mediante o número de matrículas existentes, etapas de ensino, modalidades ofertadas e turnos de funcionamento da escola:

Art. 5º Para matrícula nas EMEI E CMEI, a criança deverá ter completo até o dia **31/ 03/2020**, para:

I - Creche I- 01 ano;

II - Creche II- 02 anos

III - Creche III - 03 anos;

III - Pré I - 04 anos;

IV - Pré II - 05 anos.

Art. 6º Para o ingresso no 1º ano do I Ciclo do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 06 (seis) anos de idade completos até o dia **31.03.2020.**

Art.7º Para realizar a enturmação dos alunos no Ensino Fundamental de Ciclo de Formação Humana, até o último dia do 1° Bimestre, observar-se-á as seguintes idades:

I- 1º Ciclo- 6 a 8 anos

II- 2ºCiclo- 9 a 11 anos

Art. 8º Os alunos com idade acima de 15 (quinze) anos, cursando o Ensino Fundamental, deverão ser atendidos, preferencialmente, em escolas que ofereçam a Educação de Jovens e Adultos.

Art. 9º A composição das turmas será feita com base no número de alunos, obedecendo aos critérios:

a) Creche I e II- de 10 a 15 alunos;

b) Creche III de 15 a 20 alunos;

c) Pré I e II - 20 a 25 alunos.

§-Paragrafo único na educação infantil a atribuição do TDI será feita por escola pelo nº de alunos matriculados na seguinte proporção:

a) - Creche I,II – nº de alunos matriculados/10 = nº de TDI na escola.

b) - Creche III – nº de alunos matriculados /15= nº de TDI na escola.

c) - Pré I e II- nº de alunos matriculados/20 = nº de TDI na escola.

II - no Ensino Fundamental:

a) 1º Ciclo – de no mínimo 23 (vinte e três) a 25 (vinte e cinco);

b) 2º Ciclo - de no mínimo 25 (vinte e cinco) a 27 (vinte e sete)

d) 1º Segmento/EJA - de no mínimo 25 (vinte e cinco) a 30

e) 2º Segmento/EJA - de no mínimo 27 (vinte e sete) a 30

(trinta) alunos.

III - Educação Escolar do Campo/ Ensino Fundamental:

a) 1º Ciclo e 1º Segmento EJA - de mínimo 15 (quinze) a 23

b) nas demais etapas do Ensino Fundamental de 15(quinze) a 25(vinte e cinco)

c) em turmas Multi do Ensino Fundamental/Ciclo/Ano: de mínimo 15 (quinze) a 23 (vinte e três) alunos.

Art. 10 Para a composição de turmas com inclusão de alunos com deficiência nas unidades de Ensino regular ou modalidade EJA deve-se observar:

a) na modalidade ensino regular - será no máximo de 02 (dois) alunos matriculados no sistema I-EDUCAR, para compor uma turma de até 20 (vinte) alunos;

b) na modalidade EJA - será de no máximo 05 (cinco) alunos com deficiência matriculados no sistema I-EDUCAR para compor uma turma de 20 (vinte) alunos;

§ 1º Antecede a matricula do aluno com deficiência, o preenchimento do cadastro, informando-se o tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento de altas habilidades/superdotação, tipo de recursos necessários para a participação em avaliações do INEP (SAEB E OUTROS), cabendo a equipe gestora da escola responder administrativamente em caso de omissão de informações.

Art. 11 Para as unidades escolares que possuem ambientes anexos (SALAS ANEXAS) deve ser observado o espaço físico destinado ao atendimento educacional do Ensino Fundamental, e suas modalidades, que atende à demanda escolar, fora da sede da escola pública com curso/etapa AUTORIZADO pelo CEE/MT, sob a responsabilidade administrativa e pedagógica da unidade escolar (sede), conforme os seguintes critérios:

I - As salas anexas, por curso/etapa, no âmbito do município, estarão vinculadas a uma escola que mantenha curso ou etapa correspondente já autorizado pelo CEE/MT.

II- A unidade escolar deverá verificar qual o tipo de ambiente anexo que será solicitado, sendo que o ambiente não será considerado como área construída.

§ único- Considera-se como "sala anexa" aquela localizada a partir de um raio de 2 km da escola sede (Res Nº 157 /2.002/CEE/MT)

Art. 12 A unidade escolar deverá promover as adequações no seu quadro de pessoal no decorrer do ano letivo, com o devido suporte da Equipe Pedagógica e Administrativa da SMEC.

Art. 13 Cabe a Equipe Pedagógica da SMEC o processo de monitoramento: orientar, acompanhar e organizar a composição de turmas durante o ano letivo, bem como, organizar o Quadro de Pessoal, e fazer cumprir o disposto nesta portaria.

Parágrafo único. Em havendo a necessidade de ajustes no número de alunos/turmas, a unidade escolar, encaminhará, a solicitação para SMEC.

Art. 14 Compete à Equipe Gestora da Unidade Escolar e a Equipe Pedagógica acompanhar e monitorar bimestralmente, a movimentação do número de alunos, conforme preceitua esta Portaria, e proceder aos ajustes de turmas e do Quadro de Pessoal da Escola.

Art. 15 Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando a disposições em contrario.

Diamantino MT, 11 de Dezembro de 2019.

Edth Viera Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura

GABINETE
PORTARIA Nº 251/2019

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra.**EMANOELLE DE CAMPOS DIAS,** brasileira, casada, portadora do RG N. º 1825758-5 SSP/MT e CPF N.º 033.119. 731-60, como Fiscal do Contrato **nº 69/2019**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva para o Aparelho de Raio X do Pronto Atendimento do Município de Diamantino.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 09 dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 250/2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA NOMENCLATURA DO CARGO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei Complementar nº 56 de 12 de novembro de 2019 que "Dispõe sobre a Reforma da Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal";

Considerando Capítulo V, Art. 39, "g"

Considerando Anexo II de Cargos Comissionados de Direção, Chefia e Assessoramento;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Nomenclatura do cargo da Sra. **MARIA JOSÉ SANTANA ORMOND**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 03570584 SSP/MT e CPF N.º 420.358.051-04, para o cargo de Assessor de Secretaria I, com gratificação de 30% do DAS 05, conforme o Anexo II da Lei complementar n.º 56/2019, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 148/2019, publicada no Diário Oficial Ed. n.º 3.283 de 02/08/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 09 de dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 249/2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA NOMENCLATURA DO CARGO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei Complementar nº 56 de 12 de novembro de 2019 que "Dispõe sobre a Reforma da Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal";

Considerando Capítulo V, Art. 39, "g"

Considerando Anexo II de Cargos Comissionados de Direção, Chefia e Assessoramento;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Nomenclatura do cargo do Sr. **RODOLFO DE OLIVEIRA MARTINS JÚNIOR**, brasileiro, casado, portador do RG n°1205627-8 SJ/MT e CPF N.º 880.143.551-72, para o cargo de Assessor de Secretaria I, com remuneração de DAS 05, conforme o Anexo II da Lei complementar n.º 56/2019, desempenhando suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 114/2017, publicada no Diário Oficial Ed. n.º 2.687 de 20/07/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 09 de dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 035/SMEC/2019

"Dispõe sobre critérios e procedimentos a serem adotados para o processo de atribuição de classe e/ou aulas, e o regime /jornada de trabalho nas Unidades Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental nas Unidades de Ensino da Rede Municipal, para o período letivo 2019".

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de DIAMANTINO - MT, no uso de suas atribuições legais e, considerando as Leis Nacionais nº 9394/96 e Lei Municipal nº 011/2011; as Resoluções 05/2009/CEB e CNE, 02/2009/CEE/MT;

RESOLVE,

Art. 1º Regulamentar o processo de atribuição de classe e/ou aulas e do regime/jornada de trabalho do professor, técnico administrativo educacional, apoio administrativo educacional, Técnico de Desenvolvimento Infantil nas Escolas da Rede Municipal, para o exercício letivo de 2019.

Art. 2º O processo de atribuição de classe e/ou aulas e do regime/jornada de trabalho dos profissionais da educação nas escolas da rede municipal de ensino será conduzido, por uma comissão de atribuição formada na escola, constituída pelos seguintes membros:

I - Diretor (a) da escola;

II - Secretário (a) escolar;

III - Presidente do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar;

IV - 01 (um) representante dos professores efetivos da unidade escolhidos pelos pares;

V - 01 (um) representante dos profissionais administrativos efetivos da unidade escolhidos pelos pares (técnico administrativo educacional ou apoio administrativo educacional).

Art. 3º Para a realização do processo de atribuição de classe e/ ou aulas e do regime/jornada de trabalho dos profissionais da educação a Comissão de Atribuição deve realizar estudos das portarias, com os profissionais da unidade escolar.

Art. 4º – O Preenchimento das fichas de contagem de Pontos implica no conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas nesta Portaria, sobre as quais o Professor, Técnico de Desenvolvimento Infantil, Apoio Administrativo Educacional, não poderão alegar desconhecimento das mesmas;

Art. 5º – As Fichas de Contagem de Pontos deverão ser preenchidas pelos profissionais efetivos que será realizada em dias úteis no período de **27/01/2020 a 30/01/2020**, **das 07h00min às 11h00min horas** nas Unidades escolares na qual o servidor está desempenhando suas funções, para fins de atribuição de turmas a ser realizada pela comissão escolar constituída para este fim;

Art. 6º – Para o processo de classificação/pontuação dos Professores e servidores administrativos deverão considerar os **ANEXOS I e II** desta Portaria;

Art. 7º – Para o processo de atribuição de classes e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das unidades escolares, serão consideradas as turmas formadas pelos alunos, efetivamente matriculados para o ano letivo de 2020 no **Sistema I-EDUCAR** e as Matrizes Curriculares aprovadas.

Art. 8º – Na falta de professor efetivo, poderá ser atribuído professor candidato a contrato temporário em aulas residuais, aulas livres ou em substituição, observando no ato da atribuição a rigorosa ordem de Classificação, através do edital a ser realizado para essa finalidade e verificando:

I - Carga horária máxima de 30 (trinta) horas semanais, para atendimento ao disposto na LC nº 011/2.011, exceto na escola que atende educação em tempo integral.

II - Quanto à atribuição de professor que ocupe outro cargo público licitamente acumulável, deve-se observar que no cômputo geral de sua jornada de trabalho (horas aulas e horas atividades), não exceda a 60 (sessenta) horas semanais;

III - O professor candidato a contrato temporário, que ocupe outro cargo público licitamente acumulável, deverá apresentar documento de sua carga horária e horários de trabalho, comprovando a compatibilidade de horário a ser cumprido;

IV - Ao professor aposentado (em um vínculo) poder-se-á atribuir carga horária máxima de 30 (trinta) horas semanais, conforme **inciso I** supracitado, sendo-lhe vedado atribuição em cargos que exijam atribuição em funções com Dedicação Exclusiva, tais como Diretor Escolar e Coordenador Pedagógico, bem como nas escolas em Tempo Integral com regime de 40 horas semanais;

V - É vedada a atribuição de professor aposentado em dois vínculos públicos.

Art. 9º – O professor efetivo detentor de dois cargos, deverá atribuir em unidade escolar que atenda em três turnos - matutino/vespertino/noturno, e (se possível) preferencialmente, em uma única escola, proporcionando assim, condições do cumprimento integral de sua jornada de trabalho (horas/aulas + horas/atividades).

Art. 10 – O professor detentor de dois cargos deverá cumprir sua carga horaria em sua escola de lotação em ambos os cargos.

Art. 11 – Para o caso de atribuição ao professor efetivo e candidato a contrato de aulas adicionais, residuais, livres ou em substituição, devem-se observar as seguintes situações:

a) O professor efetivo que ocupar outro cargo público licitamente acumulável, deve apresentar documento de sua carga horária e horário de trabalho, comprovando a compatibilidade de horário nas 02 (duas) redes de ensino, assegurando o cumprimento do regime de trabalho do cargo efetivo (sala de aula e horas atividades) na rede estadual de ensino, não podendo exceder a 60 (sessenta) horas semanais no cômputo da jornada total de trabalho;

b) A hora atividade deverá ser cumprida, junto aos pares com o devido acompanhamento do coordenador pedagógico da respectiva unidade de lotação.

Art. 12 – Não poderão ser contratados temporariamente, profissionais da educação que encontrem nas seguintes situações:

I - O professor que ocupe dois cargos públicos, ou um cargo público administrativo;

II - Técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional, que ocupe outro cargo público;

III - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional que exerça função ou ocupe cargo em regime de Dedicação Exclusiva, em qualquer ente público;

IV - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional em situação de cedência;

V - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional, que estiverem em gozo de licença de qualquer natureza;

VI - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional que apresentarem, no decorrer do ano letivo anterior, 10% (dez por cento) de faltas injustificadas.

VII - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional, inclusos em Termo de Cooperação Técnica.

VIII- Professor, o técnico administrativo educacional, apoio administrativo educacional, que tiveram histórico de registros oficialmente comprovados de pratica, e geração de subemprego;

IX - O professor, o técnico administrativo educacional e o apoio administrativo educacional, que tenham sofrido penalidade disciplinar, e ainda não estejam reabilitados;

X- Os profissionais da educação, nas situações prevista nos incisos IV,V, VI, VII,VIII e XIV do artigo 15 desta portaria, no mesmo ano letivo;

XI- Profissional da educação aposentado, nas seguintes situações: aposentado em dois cargos e/ou aposentado em um, e ativo no outro cargo, ou aposentado em um cargo administrativo (TAE ou AAE).

Art.13 – Todos os Profissionais da Educação em Readaptação, se ainda vigente o período de readaptação, deverão participar do processo de Atribuição/ SMEC, mediante preenchimento do formulário de inscrição, e no momento da atribuição, farão opção por desenvolver uma das atividades pedagógico-administrativas elencadas a seguir, de acordo com suas possibilidades de atuação, contribuindo com a gestão dos processos pedagógicos e administrativos da escola, cumprindo o regime/jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais no horário escolar (o professor readaptado, não faz jus ao cumprimento de horas atividades devendo desempenhar as 30 hs na função atribuída), estabelecido pela escola como de atendimento ao aluno, tais como:

I - Em "APOIO AO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM" - até 2 (dois) cargos (por escola) em atividades complementares à sala de aula (professor);

II - Em atividades pedagógicas desenvolvida no PROJETO BIBLIOTECA INTEGRADORA (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);

III - Em atividades educativas, acompanhando os alunos no setor externo da sala (pátio escolar), denominado "ORGANIZADOR DE AMBIENTE" (professor, técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);

IV - "ATENDIMENTO NA RECEPÇÃO" da unidade escolar (técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);

V - "APOIO NA SECRETARIA ESCOLAR" (técnico administrativo educacional e apoio administrativo educacional);"

VI- Exercer a função de "SUPORTE A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA", mediante perfil para auxiliar a coordenação pedagógica, inclusive no projeto de controle de infrequência dos alunos - *"FICAI"* - (professor\técnico);

Art. 14 – Somente poderá atribuir, em uma das funções elencadas no artigo anterior, que o profissional em readaptação, com pericia médica vigente, e pelo período da licença, sendo que para atuar em quaisquer uma das atividades descritas, o servidor deverá desenvolver um projeto e apresentar a equipe gestora da unidade escolar, que deverá aprová-lo e incluir as atividades no PPP da unidade escolar, e caso o projeto não atenda às necessidades da unidade escolar, deverá passar por readequação.

Art. 15 – Os contratos temporários para os cargos de Professor, Técnico Administrativo Educacional e Apoio Administrativo Educacional, serão rescindidos no decorrer do ano nas seguintes situações:

I - No caso de nomeação de concursado;

II - A pedido do interessado, mediante comunicação de 10 dias;

III - Quando ao retorno do professor, o técnico administrativo educacional e do apoio administrativo educacional, em condições de assumir a função do cargo efetivo, mediante comunicação de 10 dias;

IV- Apresentar no bimestre 10%, ou mais de faltas injustificadas;

V - Descumprirem as atribuições legais, inerentes aos respectivos cargos;

VI - Desempenho das atribuições do cargo, de forma insatisfatória, desde que devidamente comprovado;

VII - Prática educativa que contrarie as concepções do Projeto Político Pedagógico, da escola, bem como as políticas públicas Municipais;

VIII - A título de penalidade, nos termos da legislação vigente;

IX - Geração de subemprego;

X - Em caso de junção de turmas, mediante comunicação de 30 dias;

XI- Em caso de remoção do profissional da educação efetivo/estável, fora do período de férias, amparado por lei.

XII - Interesse da administração pública, mediante comunicação de 30 dias;

XIII- Confirmada a prática de NEPOTISMO, por qualquer equipe gestora da unidade escolar;

XIV- A prática de assédio moral, sexual, bullying e agressão física.

Art. 16 –Para exercer a função de **COORDENADOR PEDAGÓGICO,** exigir-se-á, exclusivamente, professor efetivo e estável, ou em estágio probatório com Licenciatura Plena, o qual será indicado pelo titular da pasta para o período do ano letivo em curso.

§ 1º O professor na função gratificada de Coordenador Pedagógico trabalhará em regime de Dedicação Exclusiva, de modo que contemple os turnos de funcionamento da unidade escolar.

§ 2º O professor com dois vínculos na rede Municipal - 60 (sessenta) horas semanais, deverão atender todos os turnos, sendo que neste caso ocuparão as duas funções de coordenador pedagógico da unidade e não fará jus a gratificação.

Art. 17 - O professor (a) indicado para à função de **COORDENADOR PEDAGÓGICO**, além de cumprir o Edital especifico, deverá apresentar um plano de Trabalho propondo:

I- Meta para elevar a proficiência dos estudantes no IDEB; **II-** Meta para reduzir as progressões parciais (dependências), reprovação, evasão e infrequência escolar.

§-1º- O Coordenador Pedagógico, além das atribuições descritas na Lei Complementar nº 011/2011 com suas alterações, deverão apresentar ao final de cada mês, relatório escrito sobre as atividades desenvolvidas pelos professores em sua jornada de trabalho, especificando a quantidade de horas atividades desenvolvidas, sendo que a mesma deverá ser encaminhada, pela equipe gestora a SMEC, para fins comprobatórios para lançamento na folha de pagamento.

Art. 18 – Atribuição das classes e/ou aulas e jornada de trabalho nas seguintes datas:

I – Atribuição somente para o cargo de professor efetivos e/ou concursado, período de **27/01/2020 a 31/01/2019,** fica a responsabilidade da unidade escolar, seguir rigorosamente a ordem de classificação, e na própria escola.

Art. 19 - Da Atribuição do Regime/Jornada de Trabalho dos cargos/funções Técnico Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Educacional e Técnico de Desenvolvimento Infantil, considerando a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, período de **27/01/2020 a 31/01/2020**, fica de responsabilidade da unidade escolar, seguir rigorosamente a ordem de classificação, e na própria escola.

§ Paragrafo único – Para o TDI a atribuição do Regime/Jornada de Trabalho obedecerá ao número de alunos matriculados e frequentes na Educação Infantil de cada escola. Ficará de responsabilidade à gestão escolar das mesmas, direcionar os TDIs, assim como efetuar remanejamento que se fizer necessário, durante o ano letivo de 2.020, em caso de redução de alunos em alguma unidade escolar, a Assessoria Pedagógica da SMEC, fará a transferência dos Profissionais da Educação (TDI e Professor) excedentes, para atender em outras unidades de Ensino dentro do Município.

Art.20 – Na educação infantil (creche I, II e III) cada turma constituída de acordo o numero de alunos previstos na portaria **nº 034/2.019,** terá direito além do Professor um TDI- técnico de desenvolvimento infantil.

Art. 21 - Na educação infantil (Pré I e II) cada turma constituída de acordo com o numero de alunos previstos na portaria nº 034/2.019 terá direito a um professor e somente terá direito ao TDI assim que a turma ultrapassar o limite de 25 alunos previsto na portaria ou possuir alunos PcD (Pessoas com Deficiência) comprovada.

Art. 22 - A atribuição do Apoio Administrativo Educacional (nutrição e limpeza), obedecerá os critérios dos anexos III e IV respectivamente..

Art. 23 – A comissão composta pela Escola, para o Processo de Contagem de Pontos, organizará a classificação dos profissionais, que servirá para a atribuição de cargos, classe e/ou aulas, devendo todo o processo, e de responsabilidade de cada escola, ser registrado em ata.

Art. 24 - Quanto a apuração final dos pontos, em caso de empate entre os profissionais, para efeito de desempate, serão observados os critérios constantes nos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 25 – Os casos omissos serão resolvidos pela Assessoria Pedagógica da SMEC.

Art. 26 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE.

Diamantino-MT, 11 de Dezembro de 2019.

Edith Vieira Vanni Penhavel Marmos

Secretária Municipal de Educação e Cultura.

ANEXO I

FICHA DE PONTUAÇAO PARA ATRIBUIÇAO DE CLASSES E/OU AULAS DO PROFESSOR EFETIVO

1. DADOS PESSOAIS			
Nome do Servidor (a)			
Data de Nascimento			
Endereço:			
Bairro - Cidade-			
Telefone: ( ) Residencial.- ( ) Celular – ( )			
E mail -			
RG nº órgão expedidor - CPF nº			
FORMAÇÃO PROFISSIONAL:			
2. OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO			
( ) Ensino Regular			
( ) Educação Infantil			
3. PONTUAÇÃO			
Critérios	**Indicadores**	**Subtotal**	
Da formação/Titulação (considerar a maior titulação)			
Qualificação			
( ) Doutorado	8,0 Pontos		
( ) Mestrado	6,0 Pontos		
( ) Especialização	4,0 Pontos		
( ) Licenciatura Plena	3,0 Pontos		
( ) Magistério	1,5 Pontos		
Assiduidade			
Por participação em 90% das Assembleias da comunidade Escolar (reunião de pais de alunos)	1,0 ponto		
Por participação em reuniões pedagógicas, devidamente comprovada 100%.	2,0 pontos		
Por participação em reuniões pedagógicas, devidamente comprovada 75% a 95%	1,0 pontos		
Por ter mantido os prazos estabelecidos pela secretaria da escola quanto ao lançamento, e acompanhamento dos diários de classe, portfólio com os registros pertinentes ao desenvolvimento da aprendizagem do aluno.	2,0 pontos		
4. QUALIFICAÇAO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR NO ANO DE 2.018.			
a- Por participação da Formação Continuada, via Sala de Educador na Rede Municipal. 95%	1,0 pontos		
b- Por participação da Formação Continuada, via sala de Educador na Escola, onde é efetivo. 95%	2,0 pontos		
c - Por participação da Formação Continuada via Sala de Educador na Rede Municipal. 75%	0,5 pontos		
d- Por participação da Formação Continuada via sala de Educador na Escola onde é efetivo. 75%	1,0 pontos		
e - Publicação de artigos, **na área de sua atuação,** em meios de comunicação, que possuam **Conselho Editorial**, com limite máximo de 3,0 (três) pontos. (certificado referente aos últimos três anos).	1,0 pontos para cada artigo		
f- Publicações científicas- apresentar página que conste o parecer do **Conselho Editorial**, nº do registro ou carta de aceite, máximo de 2,0 pontos. Livros (Completo e/ou capítulo)	1,0 pontos p/ cada Publicação		
g- Cursos de formação continuada realizados na área de educação, que contemplem conhecimentos Didático-curriculares e de políticas educacionais, com limite máximo de 3,0 pontos (certificado referente aos últimos três anos).	0,5 para cada 40 horas		
h- Participação nos Conselhos Deliberativo da Comunidade Escolar (PDDE) e nos demais Conselhos relacionados a Secretaria de Educação.	3,0 pontos		

i- Participação, desenvolvimento e apresentação de Projetos no Programa União faz a vida no Ano letivo de 2019.	4,0 pontos		
5. OUTRAS CONSIDERAÇÕES			
a- Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino de Diamantino/MT.	0,5 pontos a cada ano		
b - Tempo de Serviço na Unidade Escolar para qual se candidata.	1,0 pontos para cada ano trabalhado.		
Obs.: Tempo de Efetivo (apresentar **TERMO DE POSSE**); Tempo como contratado (apresentar cópia de contrato ou Declaração da Escola onde trabalhou)			
6. CRITÉRIOS DE DESEMPATE:			
a) Maior idade; b) Compôs Tribunal do Júri em 2019; c) Doador de sangue, devidamente comprovado (carteirinha).			
7 - TOTAL DE PONTOS OBTIDOS			

Obs: Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até duas casas decimais.

_____

Assinatura do Professor

_____

Comissão Responsável

LOCAL e DATA _____

ANEXO II

FICHA DE PONTUAÇÃO PARA REGIME/JORNADA DE TRABALHO DO SERVIDOR ADMINISTRATIVO.

1. DADOS PESSOAIS			
Nome do Servidor (a)			
Data de Nascimento -			
Endereço:			
Bairro - Cidade-			
Telefone ( ) Residencial ( ) Celular ( )			
E mail -			
RG nº órgão expedidor- CPF nº			
FORMAÇÃO PROFISSIONAL ( ) Efetivo ( ) Contratado			
Possui outro vinculo empregatício			
( ) sim ( ) não	Local		
2. OPÇÃO DE ATRIBUIÇÃO			
( ) Técnico Administrativo Educacional			
( ) Técnico de Desenvolvimento Infantil			
Apoio Administrativo Educacional			
( ) Manutenção de Infraestrura (limpeza)			
( ) Nutrição Escolar (Merendeira)			
3. NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS PELO PROFISSIONAL			
Critérios	**Indicadores**		**Computo**
Da formação/Titulação (considerar a maior titulação)			
Qualificação			
( ) Especialização	4,0 Pontos		
( ) Ensino Superior Lic. Plena	3,0 Pontos		
Escolaridade			
( ) Ensino Médio	2,0 Pontos		
( ) Ensino Fundamental	1,0 Pontos		
4. QUALIFICAÇAO PROFISSIONAL COMPLEMENTAR NO ANO DE 2.019.			
a- Por participação da Formação Continuada via Sala de Educador na Rede Municipal. 95%	1,0 pontos		
b- Por participação da Formação Continuada via Sala de Educador na escola de lotação. 95%	2,0 pontos		
c - Cursos de formação continuada realizados na área de educação que contemplem conhecimentos na área de atuação e de políticas educacionais, com limite máximo de 3,0 pontos (certificado referente aos últimos três anos).	0,5 ponto para cada 40 horas		
d- Publicação de artigos, **na área de sua atuação,** em meios de comunicação que possuam Conselho Editorial, com limite máximo de 3,0 (três) pontos. (certificado referente aos últimos três anos).	1,0 ponto para cada artigo		
e- Por participação em reuniões, devidamente comprovada. 100%	2,0 pontos		
f- Participação nos Conselhos Deliberativo da Comunidade Escolar (PDDE) e nos demais Conselhos relacionados a Secretaria de Educação.	3,0 pontos		
g- Por participação em reuniões, devidamente comprovada 75% a 95%	1,0 pontos		
5. OUTRAS CONSIDERAÇÕES			
a- Tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino de Diamantino/MT	0,5 pontos para cada ano trabalhado.		
b- Tempo de Serviço na Escola de lotação.	1,0 pontos para cada ano trabalhado.		
Obs.: Tempo de Efetivo (apresentar **TERMO DE POSSE**); Tempo como contratado (apresentar cópia de contrato ou Declaração da Escola onde trabalhou).			
6. CRITÉRIOS DE DESEMPATE:			

a) Maior idade; b) Compôs Tribunal do Júri em 2019; c) Doador de sangue, devidamente comprovado (carteirinha).		
7. TOTAL DE PONTOS OBTIDOS		

Obs: Considerar-se-á na somatória da contagem de pontos até duas casas decimais

_____

ASSINATURA DO SERVIDOR

_____

COMISSÃO

LOCAL e DATA:_____

ANEXO III

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL- NUTRIÇÃO ESCOLAR

I- Até 250 alunos por turno de funcionamento: 01 apoio administrativo educacional, na função de nutrição escolar.
II- De 251 a 550 alunos por turno de funcionamento: 02 apoios administrativos educacionais, na função de nutrição escolar.
III- Acima de 550 alunos por turno de funcionamento: 03 apoios administrativos educacionais, na função de nutrição escolar.

ANEXO IV
DISTRIBUIÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL/LIMPEZA
FATOR={[(Área/100) x1] +(nº de sala x 5) +(nº de turmas x10)]}/16
Área = Área construída da Unidade Escolar- Peso 1
Nº de Salas = Número de Sala da Unidade Escolar – Peso 5
N° de Turmas = Número de turmas atendidas pela Unidade Escolar- Peso 10
As escolas serão contempladas com AAE/limpeza, de acordo com o quadro abaixo, considerando os turnos de funcionamento.

TABELA I

FATOR CALCULADO	NÚMERO DE SERVIDORES
Fator menor ou igual a 10	1 AAE/limpeza por turno
Fator maior que 10 e menor que 30	2 AAE/Limpeza por turno
Fator maior que 30 e menor que 45	3 AAE/Limpeza por turno

GABINETE
PORTARIA Nº 246/2019

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei Complementar nº 56 de 12 de novembro de 2019 que Dispõe sobre a Reforma da Estrutura Administrativa Organizacional da Prefeitura Municipal;

Considerando Anexo II de Cargos Comissionados de Direção, Chefia e Assessoramento;

RESOLVE:

Art. 1º - Remunerar a Servidora Sra. **TANIA MARA MARUCHI,** brasileira, convivente, portadora do RG N. º 1153985-2 SSP/MT e CPF N.º 771.399. 689-34, Assessora de Expedientes e Atos, com a remuneração de DAS 08, conforme o Anexo II da Lei complementar n.º 56/2019, desenvolvendo suas funções junto ao Gabinete;

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 042/2018 Publicada no Diário Oficial Ed. n.º 2.911 de 06/02/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 09 de dezembro de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL N.º 090/2019.

DECRETO MUNICIPAL N.º 090/2019.

DATA: 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 3. 000,00(TRÊS MIL REAIS), PARA COBERTURA DE DESPESAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Suplementar no valor de R$ 3.000,00(três mil reais), para atender a seguinte dotação orçamentária:

01.000.0.1.01.031.0001.2001.3.3.90.30.00.00 0100000000 R$ 3.000,00

Total da Suplementação: R$ 3.000,00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

01.000.0.1.01.031.0001.2001.3.3.90.93.00.00 0100000000 R$ 3.000,00

Total da Redução: R$ 3.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AO 11º DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2019.

Rafael Pavei

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

RESOLUÇÃO 013/2019 - CMDCA - SEMANA DO BEBÊ

ESTADO DE MATO GROSSO

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA

CRIANÇA E DO ADOLESCENTE GAUCHA DO NORTE /MT

RESOLUÇÃO N° 013/2019/CMDCA/ GAUCHA DO NORTE /MT

Dispõe sobre a 1º Semana do Bebê a ser realizada no município de Gaúcha do Norte/MT.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, representado neste ato por seu Presidente, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 060, de 19 de Abril de 1999, e conforme deliberação do Pleno em Reunião realizada no dia 11 de Dezembro de 2019 de acordo com a Ata 93/2019.

R E S O L V E:

Art. 1° Autorizar os órgãos municipais comprometidas com as questões da primeira infância, a planejar e desenvolver ações para a realização da "Semana do Bebê" em Gaúcha do Norte, a realizar-se sempre na segunda semana do mês de fevereiro.

Art. 2º. A Semana do Bebê terá por objetivo:

I. Discutir a situação da primeira infância do município;

II. Promover atividades voltadas para pais, mães e crianças menores de 5 anos de idade.

III. Construir estratégias de articulação intrasetorial e intersetorial para melhoria da situação da primeira infância no município;

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Gaúcha do Norte - MT, 11 de Dezembro de 2019.

Rogério Ferreira Miranda

Presidente CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

RESULTADO TP 06-2019

ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO **CNPJ: 03.503.612/0001-95** **Av. Delson Rodrigues, s/n – Centro** **C.E.P.: 78620-000 - GENERAL CARNEIRO - MT**	**TOMADA DE PREÇOS Nº. 06/2019 – TP** **Processo Nº. 42/2019** **Data: 06/11/2019**

EDITAL DE PUBLICAÇÃODE DE RESULTADO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 42/2019

A Comissão Permanente de Licitação, da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO**, no exercício de suas atribuições que lhe confere, torna público para o conhecimento dos interessados, o resultado do Processo de Licitação nº. 42/2019, após reunião e analise das documentações e a abertura das propostas, e conforme cumprimento das exigências especificadas no Edital – Tomada de Preços nº. 06/2019 para Obras e Serviços de Engenharia, tendo como objeto de licitação, o seguinte:

SELEÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA - ÁREA CIVIL, PARA RECUPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS ALIMENTADORAS NO P.A SANTA CASSIA NO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO. CONVEINIO 855947/2017-MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRAREO.

Obteve os seguintes resultados:

A empresa

SUPREMA TERRAPANAGEN LTDA – CNPJ: 05.827.447/0001-52; com valor global de R$ **930.021,50 (Novecentos trinta mil vinte e um reais e cinquenta centavos);**

Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Aveinda Delson Rodrigues s/n Bairro Centro , neste município de General Carneiro-MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.

General Carneiro-MT, 11 de dezembro de 2.019.

ROGERIO DOMINGOS SANTOS FACHINI

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE - AVISO DE LICITAÇÃO - ABERTURA DE PRAZO RECURSAL – (RETIFICAÇÃO)

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, situada na Rua Eloy Custódio da Silva, s/nº, centro nesta Cidade, torna público para conhecimento de interessados que se encontra instaurada a LICITAÇÃO, sob a modalidade de CONVITE tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção de propostas visando a Aquisição de 01 (um) veículo 0 Km (zero quilômetro), modelo da carroceria sedan. com as seguintes características mínimas: capacidade para o transporte de (05) cinco passageiros, incluindo o motorista; potência mínima 150 cv; bicombustível (álcool e gasolina); 04 (quatro) portas laterais; de cor predominante branca; ano de fabricação 2019 e modelo 2019 ou 2020; ar condicionado; direção hidráulica ou elétrica; vidros elétricos nas quatro portas; travas elétricas nas quatro portas; air bag duplo frontal (passageiro e motorista); protetor de Cárter; com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN; e com garantia mínima de 12 (doze) meses contados da data de emissão do Atestado de Recebimento, sem limite de quilometragem, prevalecendo, quando maior que este prazo, a garantia dada pelo licitante vencedor ou pelo fabricante, que realizou no dia 09/11/2019 às 10:00 horas no endereço acima indicado, conforme Edital de Convite nº 002/2019, afixado no mural da Câmara Municipal e nos locais de costume, a abertura de 05 (cinco) dias para recurso em conformidade com a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, e alterações posteriores, e ainda pelas condições estabelecidas no Edital.

Onde consta: realizou no dia 09/11/2019, lê-se 09/12/2019.

O Aviso de Licitação ficará afixado até o dia 16 de dezembro de 2019.

Glória D'Oeste, 10 de dezembro de 2019.

IVANI GOMES DA SILVA

PRESIDENTE DA CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE PUBLICAÇÃO - ROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2019

Em conformidade com o disposto no art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/1993, justifica-se e ratifica-se a **Dispensa de Licitação para a "Aquisição de fogos de artifícios para realização da festa de Réveillon de 2019/2020 no Município de Itanhangá-MT.".**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: ELIZEU DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP

CNPJ: 10.545.178/0001-71

Endereço: Rua Santo Antônio, n° 621, Centro.

Cidade: Itanhangá – MT – CEP: 78.579-000

VALOR GLOBAL: R$ 12.420,00 (doze mil quatrocentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: 11/02/2020.

Itanhangá–MT, 11 de dezembro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 064/2019

Pregão Presencial n° 071/2019

Vigência: 12 (doze) meses

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n°. 07.209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP: 78579-000, Município de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 408.854 SSP/MS, inscrito no CPF sob n° 411.269.551-91, doravante e denominado **"MUNICIPIO"** e do outro lado a empresa **LUASI PAPÉIS E LIVROS EIRELI – EPP,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n° **08.371.036/0001-93,** situada na Rua Barao de Melgaço, n°. 2333, bairro: Centro Sul, CEP: 78.020-800, Cuiabá – MT, neste ato representada por seu sócio/administrador Luis Afonso da Silva, portador do RG n°. 0856927-4 SSP/MT e inscrito no CPF sob n°. 537.721.131-68, nos termos do Art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei Federal 10.520/02, Decretos Municipais n° 001/2010 e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Itanhangá e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial n° 071/2019, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes aos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei n° 10.520/2002, Decreto Municipal n° 081/2015 e demais legislação aplicável à matéria, e pelo disposto nas cláusulas seguintes:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS

1.1. A presente ata tem por objeto "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de resmas de papel A4 para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT", conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do edital do Pregão Presencial n° 071/2019, abaixo especificados, conforme abaixo descritos:

1.2. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Descrição	Marca	Qtde	Und	Valor Unit.	Valor Total
01	Papel – formato A4, medindo aproximadamente 210mm x 297mm, pesando 75g/m² embalagem contendo 500 folhas	ONE	3.020	Und	R$ 17,40	R$ 52.548,00
Valor total: R$ 52.548,00 (cinquenta e dois mil quinhentos e quarenta e oito reais).						

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura, de **11/12/2019** até **11/12/2020.**

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. A aquisição decorrente desta Ata será observada, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 071/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos corresponderão aos produtos efetivamentos entregues, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da licitação, mediante apresentação das Notas Fiscais apresentadas e devidamente atestadas, e serão efetuados através de Ordem Bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias conforme disponibilidade financeira do órgãos, contados a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor responsável designado pela secretaria solicitante.

3.2. A detentora da Ata deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade fiscal as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda, Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS e Trabalhista, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.2.1. A validade das certidões deverá ser correspondente a programação de pagamento, constante no "item 3.1.", devendo a DETENTORA DA ATA ficar responsável pela conferência de tal validade.

3.3. O CNPJ da licitante constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.4. A Licitante vencedora deverá apresentar a Nota Fiscal, correspondente à entrega do produto entregue, com todos os campos preenchidos, sem rasuras devendo ainda estar acompanhada da cópia da Nota de Autorização de Despesa (NAD) autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante

3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção montária.

3.6. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

3.7. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.9. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Os produtos deverão ser entregues/fornecidos em até 07 (sete) dias úteis, nas quantidades solicitadas, mediante apresentação da NAD (Nota de Autorização de Despesa), conforme a necessidade das Secretarias Municipais, sendo que a solicitante estabelecerá em comum acordo com a a detentora da ata os horários e locais de entrega;

4.1.1. O Local de entrega dos objetos desta licitação deverão ser entregues de acordo com as necessidades da contratante, no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT, na Avenida Santa Catarina, n° 314, Centro, CEP 78.579-000, com frete e descarga às expensas da contratada, de segunda a sexta feira das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas (horário local), estando sujeito a conferência, ou em outro local dentro do perímetro urbano de Itanhangá de acordo com a necessidade da Administração.

4.2. A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.3. Os contratos de aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Autorização de Despesa (NAD) pela detentora;

4.3.1. O prazo para a retirada da nota de autorização de fornecimento, será de até 02 (dois) dias úteis contados da ciência da convocação;

4.4. Apresentada a Nota fiscal, caberá ao fiscal do contrato atestar a regular entrega dos produtos, conferindo as quantidades solicitadas e entregues, apresentação das certidões de regularidade fiscal, encaminhando os documentos para

4.5. Todas as despesas de seguro, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento serão responsabilidade da DETENTORA DA ATA;

4.6. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de autorização de despesa (NAD), deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

4.5. Se durante do prazo de validade da ata, os produtos entregues apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá, em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco;

4.6. Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e proposta; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.6.1. Ficará a cargo da Detentora da Ata todas as despesas com a entrega dos itens no local indicado pela secretaria solicitante, incluindo a troca dos que porventura forem fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.6.2. Em caso de recusa dos produtos pelas secretarias do Município de Itanhangá-MT, será lavrado o Termo de Recuso no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela CONTRATADA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoantes o que dispõe no Art. 69 da Lei n° 8.666/93);

4.7. A DETENTORA DA ATA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos itens prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;

4.8. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

4.9 Os produtos licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o edital e proposta; após a Nota Fiscal será atestada e encaminhada para pagamento;

4.9.1. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.10. Reserva-se a Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT o direito de não aceitar os produtos cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou que não estejam adequadas as especificações do edital.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA:

5.1.2. A empresa detentora do registro de preço deverá receber a respectiva solicitação/requisição, sob pena de decair do direito à ou entrega dos materiais, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a solicitação/requisição, a empresa obriga-se a:

a) É responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, bem como nas condições estabelecidas no edital; b) Fornecer os produtos nas especificações e com a qualidade exigida pelo MUNICÍPIO e de acordo com as normas técnicas, ambientais e legais; c) Fornecer os produtos objeto desta Ata, nos termos estipulados na proposta preços e Termo de Referência do edital de licitação; d) Apresentar as Autorizações de Despesas no ato da entrega dos produtos objeto da contratação, para conferencia e ateste de recebimento.; e) Colocar à disposição da Contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações; f) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade; g)

Obedecer rigorosamente à Nota de Autorização de Despesa quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades; h) A DETENTORA DA ATA obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato; i) A DETENTORA DA ATA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade fiscal; j) Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, transportar/deslocar por sua conta e risco os itens solicitados, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza; k) Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos; l) Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência; m) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante; n) Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; o) A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas; p) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura; q) Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes; r) Sujeitar-se á ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto; s) O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA; t) Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, bem como de quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto; u) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato sem autorização da CONTRATANTE; v) Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, a detentora da ata se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante; w) A detentora da ata reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/93;

5.2. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

5.2.1. Uma vez firmada a ata de registro de preços, o Município se obriga a:

a) Emitir Nota de Autorização de Despesa, no valor e quantidades a serem adquiridas/contratada;

b) Convocar a detentora da ata para a retirada da Nota de Autorização de Despesa dos itens licitados no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

c) Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação;

d) Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação;

e) Observar que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada;

f) Receber ou rejeitar os produtos no todo ou em parte, prestados em desacordo com as obrigações assumidas;

g) Atestar as notas fiscais, mediante efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme Nota de Aturoziação de Despesa (NAD);

h) Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas no Edital, após a entrega dos itens, acompanhados da nota fiscal, devidamente atestada no setor competente, após conferencia dos itens e as quantidades solicitadas;

i) Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

j) Prestar á detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária perfeita execução da Nota de Autorização de Despesa;

k) Notificar por escrito, a detentora da ata, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto e/ou aplicação de qualquer sanção;

l) Fiscalizar a execução do objeto do contrato. m) Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato; n) Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação; o) Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento; p) Rejeitar os itens no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas;

q) Aplicar a detentora da Ata as penalidades, quando for o caso;

r) Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

s) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

6.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

6.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

6.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

6.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

6.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro

6.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

6.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

6.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

6.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

6.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10%(dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela “PROMITENTE FORNECEDORA”.

8.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando: **8.2.1.** A detentora não retirar qualquer Nota de Autorização de Despesa, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

8.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

8.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

8.2.5. Por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificadas pela Administração.

8.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

8.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

8.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

8.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

11. DO CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei n° 8.666/93.

11. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 071/2019, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

12. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

13. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1. A fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

15. DO FORO

15.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

LUASI PAPÉIS E LIVROS EIRELI – EPP

Luis Afonso da Silva – Sócio administrador

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ Nome: CPF:	_____ Nome: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DE CONTRATO N° 091/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: ELIZEU DE OLIVEIRA & CIA LTDA –EPP – CNPJ: 10. 545.178/0001 71

OBJETO: "Aquisição de fogos de artifícios para realização d a festa de Réveillon de 2019/2020 no Município de Itanhangá - MT"

VALOR: R$ 12.420,00 (doze mil quatrocentos e vinte reais).

DATA DE ASSINATURA: 11/12/2019

VIGÊNCIA: 11/02/2020

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA DLC N° 286/2019

DATA: 11 de dezembro de 2019.

SÚMULA: "*Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Emely Camila Silva Souza,** inscrita no CPF n° 046.163.271.30, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 091/2019**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **ELIZEU DE OLIVEIRA & CIA LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 10.545.178/0001-71, qual tem por objeto a **"Aquisição de fogos de artifícios para realização da festa de Réveillon de 2019/2020 no Município de Itanhangá-MT.".** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 3º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 4° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 5° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 6º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 11 de dezembro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 071/2019

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Pregoeira, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é:

OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de resmas de papel A4 para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT".".**

VENCEDOR:

Nome	CPF/CNPJ:
LUASI PAPÉIS E LIVROS EIRELI – EPP	08.371.036/0001-93

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 11 de dezembro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 073/2019

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 073/2019**, instaurada para a **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha visando atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT".,** teve como vencedora a seguinte empresa: **ELIZEU DE OLIVEIRA & CIA LTDA – EPP – CNPJ: 10.545.178/0001-71,** sagrou – se vencedora com o valor total dos itens de R$ 292.508,07 (duzentos e noventa e dois mil quinhentos e oito reais e sete centavos). Restaram fracassados os itens 59, 60, 61, 74, 79, 87, 88, 89, 98, 102 e 119 pelo motivo da empresa licitante alegar que os preços estão inexequíveis.

Itanhangá-MT, 11 de dezembro de 2019.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA DLC N° 287/2019

DATA: 11 de dezembro de 2019.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE** ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora Silvana Matter, inscrita no CPF n° 990.540. 191.15, para exercer a função de Fiscal Titular de Ata de Registro de Preços n° 064/2019, oriunda do Pregão Presencial n° 071/2019, qual tem por objeto **a "Registro de Preços para futura e eventual aquisição de resmas de papel A4 para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT."**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **LUASI PAPÉIS E LIVROS EIRELI – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº **08.371.036/0001-93.**

Art. 2°. Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Janaina Oliveira de Paula Villa Assad – CPF: 030.273.111.31.

Art. 3°. Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes as Secretarias Municipais, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Pre-

ços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 11 de dezembro de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 147/2019

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00147/2019

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor EDU LAUDI PASCOSKI, Prefeito Municipal de ITANHANGA, estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal **00491/2019** , e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1 Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 288.233,66 (duzentos e oitenta e oito mil duzentos e trinta e três reais e sessenta e seis centavos) nos termos do Artigo 41, inciso I da Lei Federal 4.320/64, para Reforco de Dotacoes consignadas no Orcamento vigente:

03.001-Gabinete do Secretario		
03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.40.00.00.00 Servicos de Tecnologia da Informacao e Comunicacao		
0100000000-Recursos Ordinários		2.865,82
	Sub-Total:	**2.865,82**
04.001-Gabinete do Secretario		
04.001.12.361.0014.1004.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		1,00
04.001.12.361.0016.2118.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0122000000-Transferencias de Convenios - Educacao		250,00
04.001.12.306.0013.2141.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		5.310,00
04.001.12.122.0012.2016.3.3.9.0.37.00.00.00 Locacao de Mao-de-Obra		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		25.000,00
04.001.12.306.0013.2140.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		2.600,00
	Sub-Total:	**33.161,00**
04.003-FUNDEB 60%		
04.003.12.365.0015.2114.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
0118000000-Transferências do FUNDEB 60%		10.000,00
04.003.12.361.0015.2026.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado		
0118000000-Transferências do FUNDEB 60%		3.000,00
	Sub-Total:	**13.000,00**
04.004-FUNDEB 40%		
04.004.12.361.0015.2027.3.1.9.0.94.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas		
0119000000-Transferências do FUNDEB 40%		2.600,00
04.004.12.361.0015.2027.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0119000000-Transferências do FUNDEB 40%		13.000,00
	Sub-Total:	**15.600,00**
05.001-Gabinete do Secretario		
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.93.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		20,00
05.001.10.301.0019.2059.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		6.785,05
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		10.000,00
05.001.10.301.0019.2059.3.1.9.0.94.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		2.000,00
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.33.00.00.00 Passagens e Despesas com Locomocao		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		2.000,00
	Sub-Total:	**20.805,05**
05.002-Fundo Municipal de Saude		

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00147/2019

05.002.10.301.0020.2063.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		5.000,00
05.002.10.302.0020.2066.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		5.250,00
05.002.10.301.0020.2063.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		5.000,00
05.002.10.301.0019.1087.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		34.923,59
05.002.10.301.0020.2063.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		23.000,00
	Sub-Total:	**73.173,59**
05.003-Departamento de Agua e Esgoto - DAE		
05.003.17.512.0021.2014.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		7.300,00
05.003.17.512.0021.2014.3.1.9.0.94.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas		
0100000000-Recursos Ordinários		3.000,00
	Sub-Total:	**10.300,00**
06.001-Gabinete do Secretario		
06.001.20.608.0023.2050.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
	Sub-Total:	**1.000,00**
07.001-Gabinete do Secretario		
07.001.04.122.0007.2042.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		46.000,00
07.001.04.122.0007.2042.3.3.9.0.40.00.00.00 Servicos de Tecnologia da Informacao e Comunicacao		
0100000000-Recursos Ordinários		1.322,20
07.001.04.122.0007.2042.3.3.9.0.37.00.00.00 Locacao de Mao-de-Obra		
0100000000-Recursos Ordinários		1.500,00
07.001.04.122.0007.2042.3.1.9.0.94.00.00.00 Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas		
0100000000-Recursos Ordinários		1.950,00
07.001.04.122.0007.2042.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		500,00
	Sub-Total:	**51.272,20**
08.001-Gabinete do Secretario		
08.001.08.244.0027.2070.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		1.000,00
08.001.08.244.0027.2070.3.3.5.0.41.00.00.00 Contribuicoes		
0100000000-Recursos Ordinários		11.000,00
	Sub-Total:	**12.000,00**
08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social		
08.002.08.244.0027.2088.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0143000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social		200,00
08.002.08.244.0027.2088.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		2.050,00
08.002.08.244.0027.2071.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0143000000-Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social		300,00
08.002.08.244.0027.2074.3.3.9.0.14.00.00.00 Diarias - Civil		
0129000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		750,00
	Sub-Total:	**3.300,00**
08.003-Fundo Munic. dos Direitos Crianca e Adolesc		
08.003.08.243.0027.2080.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		2.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00147/2019

08.003.08.243.0027.2080.3.1.9.0.13.00.00.00	Obrigacoes Patronais	
0100000000-Recursos Ordinários		2.300,00
	Sub-Total:	**4.300,00**

09.001-Gabinete do Secretario

09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		10.000,00
09.001.26.782.0007.2041.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		10.000,00
09.001.26.782.0007.2041.3.1.9.0.94.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas	
0100000000-Recursos Ordinários		1.500,00
	Sub-Total:	**21.500,00**

09.002-Depto. de Transportes, Obras e Servicos Pub

09.002.15.452.0029.2132.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		2.000,00
09.002.27.812.0030.1017.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		3.500,00
09.002.15.452.0029.1014.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		19.000,00
09.002.15.452.0029.1014.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	
0100000000-Recursos Ordinários		1.456,00
	Sub-Total:	**25.956,00**
	Total Parcial Suplementado:	**288.233,66**

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar Aberto conforme descrito no artigo anterior serao utilizados os recursos aqueles mencionados no inciso III paragrafo 1 do artigo 43 da Lei 4.320/64 oriundos de anulacao total ou parcial de dotacoes:

02.002-Assessoria Juridica

02.002.02.062.0004.2006.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		510,00
02.002.02.062.0004.2006.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		50,00
02.002.02.062.0004.2006.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias - Civil	
0100000000-Recursos Ordinários		180,00
	Sub-Total:	**740,00**

03.001-Gabinete do Secretario

03.001.04.123.0007.2008.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0100000000-Recursos Ordinários		83,00
03.001.04.123.0007.2008.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0100000000-Recursos Ordinários		52,93
	Sub-Total:	**135,93**

04.001-Gabinete do Secretario

04.001.12.306.0013.2034.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0100000000-Recursos Ordinários		16.945,54
04.001.12.306.0013.2140.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	
0115000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FN		2.600,00
04.001.12.361.0012.2142.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		10.000,00
04.001.12.122.0012.2016.3.3.9.0.14.00.00.00	Diarias - Civil	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		2.460,00
04.001.12.122.0012.2016.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		4.717,96

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00147/2019

04.001.12.122.0012.2016.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		5.000,00
	Sub-Total:	**41.723,50**
04.003-FUNDEB 60%		
04.003.12.365.0015.2114.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		10.000,00
04.003.12.361.0015.2026.3.1.9.0.04.00.00.00 Contratacao por Tempo Determinado		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		3.000,00
	Sub-Total:	**13.000,00**
04.004-FUNDEB 40%		
04.004.12.361.0015.2027.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0101000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		13.000,00
	Sub-Total:	**13.000,00**
04.005-Departamento de Cultura		
04.005.13.392.0017.2143.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		4.000,00
	Sub-Total:	**4.000,00**
05.001-Gabinete do Secretario		
05.001.10.301.0019.2059.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		20.281,60
	Sub-Total:	**20.281,60**
05.002-Fundo Municipal de Saude		
05.002.10.301.0020.2063.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		783,90
05.002.10.301.0020.2063.4.4.9.0.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente		
0147000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		10.280,00
05.002.10.302.0020.2066.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		5.250,00
05.002.10.301.0020.2063.3.1.9.0.11.00.00.00 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		
0102000000-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		23.000,00
05.002.10.301.0020.2063.3.1.9.0.13.00.00.00 Obrigacoes Patronais		
0146000000-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal		5.000,00
05.002.10.301.0020.2063.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0142000000-Transferência de Recursos do Sistema +nico de Saúde - SUS - Estado		10.000,00
	Sub-Total:	**54.313,90**
08.002-Fundo Municipal de Assistencia Social		
08.002.08.244.0027.2088.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0129000000-Transferencia de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS		7.050,00
	Sub-Total:	**7.050,00**
09.002-Depto. de Transportes, Obras e Servicos Pub		
09.002.26.782.0030.2134.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0100000000-Recursos Ordinários		5.000,00
09.002.26.782.0030.2134.4.4.9.0.51.00.00.00 Obras e Instalacoes		
0124000000-Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assiste		93.796,58
09.002.26.782.0030.2134.3.3.9.0.30.00.00.00 Material de Consumo		
0100000000-Recursos Ordinários		10.000,00
09.002.25.752.0030.2049.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0100000000-Recursos Ordinários		10.283,85
09.002.25.752.0030.2049.3.3.9.0.39.00.00.00 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		
0117000000-Contribuicao para o Custeio dos Servicos de Iluminacao Publica - COSIP		4.908,30
	Sub-Total:	**123.988,73**

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07209225000100
Avenida Santa Catarina, 0000314 - Centro
Telefone 06635782500
prefeitura@itanhanga.mt.gov.br

DECRETO SUPLEMENTAR Nº 00147/2019

99.999-Reserva de contingencia		
99.999.99.999.9999.9999.9.9.9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA OU RESERVA DO RPPS	
0100000000-Recursos Ordinários		10.000,00
	Sub-Total:	**10.000,00**
	Total Parcial Reduzido:	**288.233,66**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal. ITANHANGA, 01, Novembro de 2019

EDU LAUDI PASCOSKI
Prefeito

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 079, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

DECRETO Nº 079, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

"Institui Comissão Organizadora para realização de consulta plebiscitária quanto à elevação da Localidade de Ouro Branco do Sul à categoria de Distrito, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 51, inciso IV e VI da Lei Orgânica do Município de Itiquira e,

CONSIDERANDO como parâmetro de legalidade para a criação de Distritos Municipais, o previsto na Constituição Federal (art. 30, IV), na Lei Orgânica do Município de Itiquira/MT (art. 5º, §2º) e, especialmente, o disposto na Legislação Estadual - Lei Complementar nº 23/1992 (artigos 24, §1º);

CONSIDERANDO, o vigente DECRETO LEGISLATIVO Nº001/2018, que *"Dispõe sobre a realização de consulta plebiscitária quanto à elevação da Vila de Ouro Branco do Sul à categoria de Distrito, e dá outras providências";*

CONSIDERANDO, o EDITAL Nº 102/2019, que "DISPÕE SOBRE CONSULTAS PÚBLICAS POR MEIO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E PLEBISCITO PARA ELEVAÇÃO DA LOCALIDADE DE OURO BRANCO DO SUL À CATEGORIA DE DISTRITO";

CONSIDERANDO, que a consulta plebiscitária realizar-se-á no âmbito do Município der Itiquira/MT no dia **1º DE MARCO DE 2020;**

CONSIDERANDO, que nos termos do art. 37 da Constituição Federal, os Poderes devem total obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como, objetivando dar transparência a todo processo eleitoral para a elevação da Localidade de Ouro Branco do Sul à categoria de Distrito;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Organizadora para realização de consulta plebiscitária quanto à elevação da Localidade de Ouro Branco do Sul à categoria de Distrito, a qual deverá observar em sua composição a representação paritária entre Poder Público e sociedade civil organizada, pelos seguintes membros:

I – Membros do Poder Público:

a) 02 (dois) membros do Poder Legislativo Municipal;

b) 02 (dois) membros do Poder Executivo Municipal;

II - **Membros da Sociedade Civil Organizada:**

a) 02 (dois) membros da Sede da cidade de Itiquira;

b) 02 (dois) membros da Localidade de Ouro Branco do Sul;

§ 1º Os membros do Poder Público serão indicados por meio de Ofício dos respectivos Poderes;

§2º Os Membros da Sociedade Civil Organizada serão escolhidos nas audiências públicas que serão realizadas nos dias 04 e 06 de fevereiro de 2019, nas respectivas localidades;

§3º Cada membro da Comissão terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento ou qualquer ausência.

Art. 2º A Comissão Organizadora no âmbito de sua competência deliberará sobre as questões organizacionais, eleitorais e fiscalizadoras, correlatas a realização do plebiscito.

Art. 3º O suporte financeiro, técnico e administrativo indispensável a realização do plebiscito, objeto do presente decreto, será prestado diretamente pelo Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Outras que se fizerem necessária.

Art. 4º A função dos membros da Comissão Organizadora é considerada serviço de relevante valor social.

Art. 5º Os membros da Comissão Organizadora serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º O mandato dos membros da Comissão perdurarão até a finalização do resultado do Plebiscito.

Art. 7º A Comissão Organizadora poderá emitir regulamentos próprios caso seja necessário.

Art. 8º Eventuais dúvidas surgidas ou medidas complementares serão decididas pela Comissão de que trata este Decreto, ouvida a Procuradoria ou Assessoria Jurídica do Poder Executivo, e dependendo da amplitude e/ou complexidade, serão objetos de Decreto complementar, para os devidos e legais efeitos.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se todas as disposições em contrário.

Paço Municipal Rosa Pereira Campos, Gabinete do Prefeito, Itiquira aos 10 de dezembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 360, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

Designar o Servidor que menciona, responsável pela fiscalização do contrato 027/2019 no Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 021/2013, que dispõe sobre regulamento para fiscalização dos contratos das atribuições e responsabilidades do Fiscal de Contratos no âmbito da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer um servidor para fiscalizar o contrato administrativo 027/2019 do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designa o Servidor abaixo relacionado, para ser responsável pela fiscalização do Contrato Administrativo 027/2019, firmado entre O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA E HELIO CAVALCANTI GARCIA NETO**,** conforme disposto no Decreto Municipal nº 021/2013.

I –LYVIA ABDALLA CAETANO

Matrícula nº 960 - Enfermeiro

CPF/MF: 006.201.631-86

Art. 2°. As atribuições dos servidores designados, são as estabelecidas no Decreto Municipal nº 021/2013, e por tratar-se de relevante interesse público, não são remuneradas, havendo a dispensa de suas atribuições/funções habituais, quando em horário de expediente, para atender as diligências e demais atividades pertinentes, cabendo a Administração Pública Municipal viabilizar todas as condições necessárias para o fiel cumprimento das referidas atribuições/funções.

Art. 3°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 11 de dezembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 357, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

"Exonera a pedido, o servidor nomeado em cargo comissionado **LUCIO SILVEIRA DOS SANTOS,** e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar a pedido, a partir do **dia 10 de dezembro de 2019**, o servidor nomeada em cargo comissionado abaixo relacionada:

1 – LUCIO SILVEIRA DOS SANTOS

CPF-MF: 930.454.501-30

Secretário Adjunto de Obras

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo. Itiquira-MT, 10 de dezembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL Nº 102, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

EDITAL Nº 102, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONSULTAS PÚBLICAS POR MEIO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E PLEBISCITO PARA ELEVAÇÃO DA LOCALIDADE DE OURO BRANCO DO SUL À CATEGORIA DE DISTRITO

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais**,** atendendo o disposto no art. 37, *caput,* da Constituição da República (CRFB/1988 e alterações) c/c art. 95, *caput* da Lei Orgânica do Município (LOM) e com o **DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2018**, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar, na data, horário e local abaixo especificados, **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**, com o objetivo de LEVAR AO CONHECIMENTO DAS POPULAÇÕES ENVOLVIDAS DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, A **REALIZAÇÃO DO PLEBISCITO QUE ACONTECERÁ NO DIA 1º DE MARCO DE 2020,** PARA CONSULTA POPULAR SOBRE A **ELEVAÇÃO DA LOCALIDADE DE OURO BRANCO DO SUL À CATEGORIA DE DISTRITO.**

As AUDIÊNCIAS PÚBLICAS serão realizadas nos dias:

- 04 de fevereiro de 2020, terça-feira, com início às 19h00min em Ouro Branco do Sul, na Quadra de Esportes da Escola Estadual Bonifácio Sachetti em Ouro Branco do Sul – Itiquira – MT, e

- 06 de fevereiro de 2020, quinta-feira, com início às 19h00min no Ginásio de Esportes “Robertão”, em Itiquira/MT.

O presente Edital será afixado em locais de fácil acesso (Repartições Públicas e Privadas abertas ao público) e publicado no Jornal Oficial dos Municípios na Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), no Portal Espaço do Cidadão – Informações do Fiscalizado, do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MT), *site* do Município (www.itiquira.mt.gov.br) e divulgado por Serviço Volante de Propaganda.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 09 de dezembro de 2019.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 358, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

Concede a cessão da servidora que menciona, conforme Termo de Cooperação Técnica nº 01/2019/INDEA/MT e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a previsão contida na Lei de Diretrizes Orçamentarias, que prevê a celebração de convênios entre a Administração Municipal e outros Órgãos.

R E S O L V E:

Art. 1º - Ceder ao Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso à servidora abaixo especificada, conforme Termo de Cooperação Técnica nº 01/2019/INDEA/MT.

1- **GABRIELLA APARECIDA MENDONÇA CPF: 020.733.221-58** Recepcionista

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 11 de dezembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 356, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

“Exonera o servidor nomeado em cargo comissionado que menciona,e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar a partir do **dia 10 de dezembro de 2019**, o servidor nomeados em cargo comissionado abaixo relacionado:

1- ROGÉRIO SOARES DOS SANTOS

CPF-MF: 771.789.809-82

COORDENADOR DE MANUTENÇÃO URBANA

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo. Itiquira-MT, 10 de dezembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 359, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

Nomeia os Servidores que menciona para exercer cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear o Servidor abaixo relacionado, para o exercício do cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, **a partir do dia 11 de dezembro de 2019**, como segue:

1- ROGÉRIO SOARES DOS SANTOS

CPF-MF: 771.789.809-82

Secretário Adjunto de Obras – SÃO

2- JOSÉ EDUARDO GALDINO

CPF-MF: 836.021.001-20

Coordenador de Manutenção de Frotas – CMF

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogase as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 11 de dezembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

PORTARIA Nº. 221/19 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº. 221/19 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição CTC nº. **044434/2019**– expedida pelo **MTPREV - MATO GROSSO PREVIDÊNCIA –** Processo nº. **7649/2018,** conforme Leis nº. 6.226/75 com as alterações das Leis nº. 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94**.**

CONSIDERANDO que há necessidade de reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição, compreendidos entre **21/02/1994 Á 22/09/1994.**

CONSIDERANDO que o tempo a ser concedido beneficiará a servidora **LUZINETE ROSA CORREA**, diretamente, nos cálculos dos proventos que serão pagos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Jaciara (PREV-JACI), por ocasião da concessão de sua aposentadoria.

RESOLVE:

Art.1º - AVERBAR, no Município de Jaciara, o reconhecimento, por parte da Municipalidade, do tempo de contribuição, compreendidos entre 21/02/1994 á 22/09/1994; **num total de 214 (duzentos e quatorze) dias, correspondentes a 00 (zero) anos, 07 (meses) meses e 04 (quatro) dias,** no **poder público** reconhecido pelo **MTPREV - MATO GROSSO PREVIDÊNCIA,** para fins previdenciários.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 09 de Dezembro de 2019.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

ATA - CONSELHO MUNICIPAL

ATA DE NÚMERO 102-CMAS

Aos 10 dias do mês de Dezembro de dois mil e dezenove as 08:00 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, sito a Rua do Comércio, nº420 Centro deste município, deu-se início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, presidida pela senhora Franscineide Costa Vilaça Abreu que cumprimenta e agradece a todos pela presença em seguida apresenta a pauta: **APRESENTAR E APROVAR O PLANO DE AÇÃO DO COFINANCIAMENTO ESTADUAL DE MATO GROSSO DO ANO DE 2019**. A presidente passa a palavra para a Gestora senhora Maria Aparecida Antunes de Souza que na oportunidade cumprimenta todos os presentes e comenta sobre a importância do parecer e aprovação do conselho para dar continuidade ao recebimento dos Recursos Estaduais, esses recebidos e utilizados através dos Serviços e Convênios pela Secretaria Municipal de Assistência Social, na oportunidade agradece e solicita o apoio de todos. Em seguida com a palavra a presidente apresenta o Plano de Ação do Cofinanciamento Estadual de 2019, para análise das Propostas de atualizações dos Dados Cadastrais, Previsão de Financiamento sobre o valor total previsto a ser repassado pelo FEAS (anual) de R$ 30.214,00 e Recursos Próprios a serem alocados no Fundo (anual) R$ 267.000,00 totalizando R$ 297.214,00, Previsão de Execução Financeira dos serviços/benefícios referente ao recurso do Co-Financiamento Estadual com o valor de 30.214,00, Previsão de Execução Física e Financeira sobre Proteção Social Básica – Execução Física dos Serviços e Previsões de Atendimentos, Proteção Social Básica sobre previsão de despesas a serem executadas em cada serviço, Proteção Social Especial – Execução Física quanto aos Serviços ofertados e Previsão de atendimento, Proteção Social Especial sobre as despesas a serem executadas em cada serviço, Benefícios Eventuais sobre as Modalidades e Previsão de Atendimento, Dados Bancários, Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social e Declaração. Continuando a presidente comenta sobre a importância da compra dos itens que serão necessários para dar continuidade ao bom desempenho das atividades e ações referente aos Programas e Serviços prestados, como despesas com: Material de Expediente e Conservação, Combustível e Lubrificantes, Material educativo (Pedagógico), Gêneros de Alimentação e Material de Cozinha, Mobiliário (bens permanente), Equipamento Artístico e de Esporte, Aparelho de Comunicação e outros como (Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica). Os membros do Conselho após análise minuciosa das propostas previstas apresentadas resolvem aprovar por unanimidade as Previsões do Plano de Ação do Co-Financiamento Estadual do exercício de 2019. Em seguida a presidente senhora Franscineide encerra a reunião agradecendo a todos pelo apoio e dedicação, deixa claro que estará sempre a disposição para esclarecer o que for necessário durante o período em que estiver a frente do Conselho, informa também que este Plano de Ação será protocolado na Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SETAS conforme solicitado pelo governo com publicação da ata e da Resolução

referente a aprovação. Não havendo nada mais a se tratar eu Keila Teles Ferreira secretária designada a este ato lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada por todos os presentes.

RESOLUÇÃO - CONSELHO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº07 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre apresentar e aprovar oPlano de Ação do Cofinanciamento Estadual de Mato Grosso referente o ano de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Jauru, cumprindo sua função de órgão consultivo, deliberativo e controlador da Política de Assistência Social em âmbito Municipal e;

Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social nº 8742/93, que dá o caráter de Política Pública da Assistência Social;

Considerando a organização da política com a participação popular e através da elaboração de Planos, Programas e Projetos;

Considerando a realização da Reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, realizada no dia 10/12/2019 para análise e emissão de parecer;

Resolve:

Art 1º - Aprovar a Proposta das previsões do Plano de Ação do Co-Financiamento Estadual do exercício de 2019, conforme Ata nº102/19 do CMAS por unanimidade,

Art 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jauru–MT, 10 de Dezembro de 2019.

Franscineide Costa Vilaça Abreu

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

CÂMARA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2019 CMJ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2019 CMJ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 002/2019 CMJ

PREGÃO: Nº. 002/2019/CMJ **– REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO: Nº 002/2019/CMJ

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua assinatura.

Pelo presente instrumento, a Câmara Municipal, com sede situada na Avenida Brasil, nº. 743, Centro, CNPJ: 24.986374/0001-96 neste ato representado pelo Presidente Excelentíssimo Senhor **ROBSON MARCOS PERES**, brasileiro, casado, portador do RG nº 07057598 SSP/MT e do CPF Nº 764.634.431-15, Residente e Domiciliado na Rua do Comercio nº 521, Centro, Jauru-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE.** RESOLVE registrar os preços da Empresa, **SUPERMERCADO VISTA ALEGRE LTDA,** inscrita no CNPJ: **09.639.506/0001-10**, localizada na Av. Brasil, nº 1213 Bairro Vista Alegre, CEP 78.255-000, representada pelo **Sr. Geaze de Souza Azevedo,** portador do RG: 608 142 SSP/MT e o CPF: 891.619.121-15, nas quantidades estimadas na **SEÇÃO 4.1 DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento de Material de Higiene e Limpeza e Copa e Cozinha e Outrospara atender as necessidades desta Casa Legislativa**,** conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente ATA de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a CMJ, através do Setor de Compras, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, DO PREÇO E QUANTITATIVO.

4.1. Os preços, as quantidades, os fornecedores e a especificações dos Itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

MATERIAL DE COPA E COZINHA

ITEM	PRODUTOS DE COZINHA	Quantidade	Valor Un.	Valor Total
01	**AÇÚCAR** - OBTIDO DA CANA DE AÇÚCAR ,TIPO CRISTAL, COM ASPECTO COR, CHEIRO PRÓPRIOS, SABOR DOCE, COM TEOR DE SACAROSE MÍNIMO DE 99,3%P/P E UMIDADE MÁXIMA DE 0,3%P/P, SEM FERMENTAÇÃO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS, MATERIAIS TERROSOS E DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO ATÓXICO, CONTENDO **2KG** DO PRODUTO	250	R$ 4,25	R$ 1.062,50
02	**ADOCANTE DIETETICO** - COMPOSTO DE CICLAMATO DE SODIO E SACARINA- LIQUIDO- ACONDICIONADO EM FRASCO DE **100ML** EM PLASTICO	12	R$ 2,69	R$ 32,28
03	**ÁGUA MINERAL** - NATURAL **COM GAS**-ACONDICIONADA EM GARRAFA PET-TAMPA C/ROSCA E LACRE-CONTENDO **500 ML**- PACOTE COM 12 UNIDADES	720	R$ 1,89	R$ 1.360,80
04	**ÁGUA MINERAL** - NATURAL **SEM GAS** ACONDICIONADA EM GARRAFA PET-TAMPA C/ROSCA E LACRE-CONTENDO **500 ML**- PACOTE COM 12 UNIDADES	960	R$ 1,49	R$ 1.430,40
05	**ÁGUA MINERAL** - NATURAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFÃO POLIPROPILENO, TAMPA DE PRESSÃO E LACRE, CONTENDO **20 LITROS**, SEM VASILHAME.	110	R$ 9,99	R$ 1.098,90
06	**ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PÓ** - OBTIDO PELA MISTURA DE CACAU EM PÓ SOLUVEL- LEITE EM PÓ E/OU SORO-EXTRATO DE MALTE-AÇÚCAR E SAL- CONSTITUÍDO DE PÓ FINO E HOMOGÊNEO-ISENTO DE SOJA OU FARINHA- SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS-ADMITINDO TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE 3% EM PESO ACONDICIONADO EM PACOTE CONTENDO **400 GRAMAS**	15	R$ 6,39	R$ 95,85
07	**BISCOITO COM SAL** - TIPO ÁGUA E SAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, ÁGUA, SAL E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM FILME BOPP **400 GR**	120	R$ 6,29	R$ 754,80
08	**BISCOITO DOCE SEM RECHEIO** - TIPO MAIZENA, COMPOSIÇÃO BÁSICA FARINHA DE TRIGO, GORDURA VEGETAL, SAL, AÇÚCAR E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS **400 GR**	120	R$ 6,29	R$ 754,80
09	**CAFÉ** – TORRADO, MOAGEM FINA, EMBALAGEM TIPO TIJOLO, EMBALAGEM DE **500 GR**, QUALIDADE SUPERIOR, A MARCA DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO PQC - PROGRAMA DE QUALIDADE DO CAFÉ, DA ABIC, EM PLENA VALIDADE, OU LAUDO DE AVALIAÇÃO DO CAFÉ, EMITIDO POR LABORATÓRIO ESPECIALIZADO, COM NOTA DE QUALIDADE GLOBAL MÍNIMA DE 6,0 PONTOS E MÁXIMA DE 7,2 NA ESCALA SENSORIAL DO CAFÉ E LAUDO DE ANÁLISE DE MICROSCOPIA DO CAFÉ, COM TOLERÂNCIA DE NO MÁXIMO 1% DE IMPUREZA, COM VALIDADE DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA PELO FORNECEDOR, COM REGISTRO E DATA DE FABRI-	300	R$ 10,49	R$ 3.147,00

	CAÇÃO E VALIDADE ESTAMPADAS NO RÓTULO DA EMBALAGEM;			
10	**CHÁ** - ERVA MATE QUEIMADO **250-GR**, CONSTITUÍDO DE FOLHA NOVAS, DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS LIGEIRAMENTE TOSTADOS E PARTIDOS, DE COR VERDE	200	R$ 7,99	R$ 1.598,00
11	**COADOR** - COADOR DE PANO PARA CAFÉ, EM TECIDO ESPECIAL, COM ARO DE APOIO E CABO PLÁSTICO, DIÂMETRO DE **22CM**, TAMANHO GRANDE	20	R$ 4,19	R$ 83,80
12	**COADOR - DE PAPEL**, NO FORMATO CONICO, NA COR BRANCA, COM CAPACIDADE **N.103**, EM CAIXA, PARA CAFE	50	R$ 4,29	R$ 214,50
13	**COPO DESCARTÁVEL** - DE POLIESTIRENO, PARA LÍQUIDOS, COM CAPACIDADE DE **180ML, COM 100 UNID.**	300	R$ 3,49	R$ 1.047,00
14	**COPO DESCARTÁVEL** - DE POLIESTIRENO, PARA LÍQUIDOS, COM CAPACIDADE DE **50ML**, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM **100 COPOS UNID.**	250	R$ 2,29	R$ 572,50
15	**GARRAFA - TERMICA**, REVESTIDA EM INOX, AMPOLA DE VIDRO TEMPERADO, COM ALCA, TAMPA COM ROSCA, **1,8 L**	06	R$ 92,84	R$ 557,04
16	**GARRAFA - TERMICA**, REVESTIDA EM INOX, AMPOLA DE VIDRO TEMPERADO, COM TAMPA, ALCA E ROSCA, CAPACIDADE PARA **2 LTS.**	06	R$ 239,90	R$ 1.439,40
17	**GÁS DE COZINHA** - COMPOSIÇÃO BÁSICA PROPANO E BUTANO, ALTAMENTE TOXICO E INFLAMÁVEL, TIPO A GRANEL RESIDENCIAL, PESANDO **13KGS**,	15	R$ 100,00	R$ 1.500,00
18	**GUARDANAPO DE PAPEL** - (24X22) CM, FOLHA SIMPLES, GROFADO COM TEXTURA, NA COR BRANCA, MÁXIMA **15MM2**	20	R$ 1,49	R$ 29,80
19	**LEITE EM PÓ INTEGRAL** - COM TEOR DE MATÉRIA GORDA MENOR QUE 1,5%, DESNATADO, ENVASADO EM RECIPIENTES HERMÉTICOS EM LATA LACRADA, FECHADA, CONTENDO **400G**	12	R$ 9,99	R$ 119,88
20	**LEITE LONGA VIDA** - INTEGRAL, TEOR DE MATÉRIA GORDA MÍNIMO DE 3%, RECIPIENTE HERMÉTICO EM CAIXA ALUMINIZADA **CAIXA C/ 12UND**.	20	R$ 43,08	R$ 861,60
21	**MANTEIGA - COM SAL**- DE PRIMEIRA-ACONDICIONADA EM POTE PLASTICO-ATOXICO- CAIXA DE PAPELAO REFORCADO **500GR**	12	R$ 9,99	R$ 119,88
22	**MARGARINA VEGETAL** - **COM SAL**- COMPOSTO DE 80% DE GORDURA E LEITE LIPIDEOS- PODENDO CONTER VITAMINA E OUTRAS SUBSTANCIAS PERMITIDAS- COM ASPECTO COR- CHEIRO E SABOR PROPRIO- ACONDICIONADO EM POTE CONTENDO 500 GRAMAS- EMBALADO EM POTE INDIVIDUAL DE **500 GRAMAS**	30	R$ 4,99	R$ 149,70
23	**PANO DE COPA E COZINHA** - EM TECIDO 100% ALGODÃO, MEDINDO **45X75CM**, PARA PRATO	20	R$ 3,99	R$ 79,80
24	**PAPEL TOALHA** - EM BOBINA, GOFRADO, 100% CELULOSE VIRGEM, MEDINDO ATÉ **20CMX200M**, ISENTO DE IMPUREZA, DE ALTA QUALIDADE, NA COR BRANCA **C/ 2 UND.**	30	R$ 4,19	R$ 125,70
25	**POLPA DE FRUTA** - CONGELADA SEM AÇÚCAR, **SABOR ACEROLA**, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, AUSENTE DE SUBSTANCIAS	350	R$ 1,65	R$ 577,50
26	**POLPA DE FRUTA** - CONGELADA, SEM AÇÚCAR, **SABOR FRUTAS VERDES**, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, AUSENTE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS A SUA	300	R$ 2,19	R$ 657,00
27	**POLPA DE FRUTA** - CONGELADA, SEM AÇÚCAR, **SABOR GRAVIOLA**, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, AUSENTE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS A SUA	300	R$ 2,49	R$ 747,00
28	**POLPA DE FRUTA** - CONGELADA, SEM AÇÚCAR, **SABOR TAMARINDO**, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, AUSENTE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS A SUA	300	R$ 1,65	R$ 495,00
29	**POLPA DE FRUTA** - CONGELADA, SEM AÇÚCAR., **SABOR MARACUJÁ**, COM ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO. AUSENTE DE SUBSTANCIAS ESTRANHAS A SUA	350	R$ 2,49	R$ 871,50
30	**TOALHA DE ROSTO** - DIMENSOES MINIMAS DE **85,00X50,00CM**, GRAMATURA MINIMA DE 340G/M², NA COR BRANCA, LATERAIS COM BAINHA, EM TECIDO FELPUDO 100% ALGODAO	20	R$ 12,99	R$ 259,80
VALOR TOTAL PARA ESTE LOTE				**R$ 21.843,73**

MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA

ITEM	PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA	Quantidade	Valor Un.	Valor Total
01	**ÁGUA SANITÁRIA** - SOLUCAO AQUOSA, GALAO 5 LITROS, COMPOSICAO A BASE DE HIPOCLORITO SODIO OU CALCIO, 2%PP A 2,5% PP **5 LTRS**	60	R$ 10,15	R$ 609,00
02	**ACENDEDOR** - TIPO FOSFORO, DE MADEIRA, COMPOSTO DE VEGETAL E MINÉRIO, APRESENTADO NA FORMA DE PALITO, COM PONTA DE PÓLVORA, **CAIXA COM 40 PALITOS**, MÉDIO, PACOTE COM **10 CAIXAS**	12	R$ 1,99	R$ 23,88
03	**ACENDEDOR - TIPO ISQUEIRO**, DE PLÁSTICO, TAMANHO GRANDE, COMBUSTÍVEL A BASE DE FLUÍDO	12	R$ 1,39	R$ 16,68
04	**ALCOOL ETILICO**-ALCOOL ETILICO - COM TEOR ALCOOLICO ENTRE **46º A 54º GL**, HIDRATADO, LIQUIDO, EMBALADO EM FRASCO PLASTICO RESISTENTE **1 LTR**	50	R$ 3,99	R$ 199,50
05	**AMACIANTE** - PARA USO EM ROUPAS, COMPOSTO POR CLORETO DE DIAQUIL DIMETIL AMONIO, COADJUVANTES, FRAGRANCIAS, 1,2 BENZOTIAZOLIN-3-ONA, **2LTR**	10	R$ 5,39	R$ 53,90
06	**BALDE**- DE EM PLASTICO RESISTENTE COM CAPACIDADE PARA **18 LITROS**, ALCA EM METAL, PARA TRNSPORTE, CORES VARIADAS.	8	R$ 8,99	R$ 71,92
07	**CERA LIQUIDA PARA PISO** - PRINCÍPIO ATIVO SOLVENTE DE PETROLEO, COMPOSIÇÃO BÁSICA SILICONE, PARAFINA, FORMOL, CORANTE, CONSERVANTE, PERFUME, E OUTRAS SUBSTANCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS, TEOR NÃO VOLÁTEIS MÍNIMO 3,5% NA CATEGORIA PRONTO USO, INCOLOR, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO, CONTENDO **750ML**, PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	60	R$ 2,99	R$ 179,40
08	**DESENTUPIDOR** - MANUAL PARA SANITÁRIO, BOCAL DE BORRACHA, LISO, MEDINDO **13CM** DE DIÂMETRO, CABO DE MADEIRA, MEDINDO 40CM DE ALTURA	08	R$ 4,99	R$ 39,92
09	**DESINFETANTE** - CATEGORIA BASICA RESTRITA AO USO PURO PRINCIPIO ATIVO CLORETO ALQUIL BENZILAMONIO, PRINCIPIO ATIVO MONIL FENOL, COMPOSICAO BASICA ETOXILADO, CORANTE OLEO DE PINHO, COMPOSICAO AROMATICA PINHO, ACONDICIONADO EM FRASCO. **1 LTR**	50	R$ 5,79	R$ 289,50
10	**DESINFETANTE** - DESINFETANTE DE USO GERAL **2 LTS** (LIMÃO)- COMPOSIÇÃO: ÁGUA, INGREDIENTE ATIVO, PRESERVANTE, SABÃO, SOLVENTE, PERFUMES E	100	R$ 10,39	R$ 1.039,00
11	**DESODORIZADOR AMBIENTAL** - SOLUCAO TIPO AEROSOL, DIVERSAS FRAGANCIAS, COMPOSTO DE ALCOOL ETILICO, ANTIOXIDANTE, CONSERVANTE, DESNATURANTE, COADJUVANTE, FRAGANCIA, VEICULO E PROPELENTE, COMO DESNATURANTE BENZOATO DE DENATONIO, FRASCO DE ALUMINIO **CONTEUDO 360 ML/250GR**	40	R$ 6,99	R$ 279,60
12	**DESODORIZADOR AMBIENTAL** - SOLUCAO AQUOSA SPRAY, FLORAL, COM TEMPORIZADOR AJUSTE SPRAY, ISOPAR, ETANO, PROPANO, BUTANO, FRASCO DE ALUMINIO CONTENDO **175 GRAMAS**	24	R$ 28,39	R$ 681,36

13	**DETERGENTE LÍQUIDO** - PRINCÍPIO ATIVO LINEAR ALQUILBENZENO, SULFONATO DE SÓDIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSOATIVOS: ANIÔNICOS, NÃO IÔNICOS, COADJUVANTE, PRESERVASTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTE, FRAGRÂNCIAS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS, TEOR DE ATIVOS MÍNIMO DE 8,0%,PH=6,0-9,0,SOLUCAO 1% P/P, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA NEUTRO, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO, CONTENDO **500ML.**	80	R$ 1,79	R$ 143,20
14	**ESCOVA PARA LIMPEZA** - LIMPEZA DE BANHEIROS, ESCOVA SANITÁRIA COM SUPORTE, BASE DE CORPO EM POLIPROPILENO, MEDINDO BASE DA BOLA COM 11CM E 9CM DE PROFUNDIDADE, MEDINDO CABO COM 38CM DE COMPRIMENTO, NA COR BRANCA	08	R$ 7,00	R$ 56,00
15	**ESPANADOR** - DE PENA, COM CABO DE MADEIRA, MEDINDO **60CM**	04	R$ 12,49	R$ 49,96
16	**ESPONJA PARA LIMPEZA** - TIPO DUPLA FACE, MEDINDO **102X69X28MM,** COM FORMATO RETANGULAR, COM BACTERICIDA, NA COR VERDE/AMARELA	35	R$ 3,29	R$ 115,15
17	**ESPONJA PARA LIMPEZA** - TIPO SIMPLES **COM 08 UND**, MEDINDO **110X75**, COM FORMATO RETANGULAR, LÃ DE AÇO CARBONO	15	R$ 1,06	R$ 15,90
18	**FLANELA** - 100% ALGODÃO, MEDINDO **33X53CM**, NA COR LARANJA	60	R$ 1,99	R$ 119,40
19	**HIGIENIZADOR DE MÃO - HIGIENIZADOR DE MÃO**, COM TEOR ALCOOLICO 70%, HIDRATADO, EMBALADO EM TUBO **COM 500 ML**, EM **FORMA DE GEL** BACTERICIDA COM AROMA DE ALOE VERA	20	R$ 10,49	R$ 209,80
20	**INSETICIDA -** COM ELEMENTO ATIVO INSTICIDA, NA COMPOSICAO DE CIPERMETRINA, TETRAMETRINA, COADJUVANTE, SOLVENTE DER, EMBALADO EM LATA DE **300ML** INGREDIENTES ATIVOS PIRETRINA E PIRETRAIDES	30	R$ 9,99	R$ 299,70
21	**LIMPA METAIS** - LIQUIDO, A BASE DE ÁCIDO SULFÔNICO E CLORÍDRICO, EM USO DOMÉSTICO PARA LIMPEZA DE ALUMÍNIO, COM OU SEM FRAGRÂNCIA, EMBALAGEM DE **500ML**	24	R$ 1,99	R$ 47,76
22	**LIMPA MOVEIS** - CREMOSO, NA COR BRANCA, AROMA DE LAVANDA, PARA LIMPEZA DE MOVEIS, COMPOSTO DE ÓLEO MINERAL, AMIDA, OLEINA, ALQUILENO, L ETOXILADO, ESTER E SILICONE, EMBALADO EM PLÁSTICA DE **200ML**, COM TAMPA DE PRESSÃO, NA PARTE SUPERIOR	20	R$ 8,99	R$ 179,80
23	**LIMPA MOVEIS** - EM ÓLEO, AROMA DE PEROBA, PARA LIMPEZA DE MOVEIS, COMPOSTO DE ÓLEO MINERAL E VEGETAL, SOLVENTE MINERAL AROMATIZANTE, EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO DE **200ML** COM TAMPA DE PRESSÃO, NA PARTE SUPERIOR	35	R$ 3,48	R$ 121,80
24	**LIMPA PISO** - LIMPA PEDRE DESENCRUSTANTE ACIDO GALAO DE **2 LITROS**	30	R$ 10,49	R$ 314,70
25	**LIMPA VIDRO** - PRINCÍPIO ATIVO BUTIL ETIL ETER-TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO INGREDIENTE ATIVO ETANOL 14%, COMPOSIÇÃO BÁSICA BUTIL, ETIL, ETER- **500ML**	30	R$ 8,99	R$ 269,70
26	**LIXEIRA-EM PLASTICO** COM TAMPA E PEDAL, CAPACIDADE PARA **30 LITROS**, COR BRANCA	30	R$ 39,99	R$ 1.199,70
27	**LUVA DESCARTÁVEL PARA PROCEDIMENTO** - EM LÁTEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PÓ, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO, NÃO ESTÉRIL, BOA ELASTICIDADE, FORMATO ANATÔMICO, AMBIDESTRA, SENSIBILIDADE TÁTIL, TEXTURA RESISTENTE, TAMANHO: PP, ROTULO N. LOTE, DATA FABRICAÇÃO/VALIDADE E PROCEDÊNCIA	50	R$ 6,49	R$ 324,50
28	**ODORIZANTE SPRAY** - CLICK SPRAY APARELHO COM REFIL LAVANDA **12ml (KIT)**	20	R$ 14,00	R$ 280,00
29	**PA DE LIXO** - PA PLASTICA COLETORA DE LIXO 23X26CM, COM CABO DE MADEIRA LONGO (**APROXIMADAMENTE 80 CM),** CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE	04	R$ 6,99	R$ 27,96
30	**PANO DE LIMPEZA DO TIPO PANO PARA CHÃO**- DE USO DIÁRIO, 100% ALGODÃO ALVEJADO, MEDINDO **80 X 55.**	20	R$ 5,99	R$ 119,80
31	**PAPEL HIGIÊNICO DE BOA QUALIDADE** - FOLHA DUPLA, GOFRADO, PICOTADO, NA COR BRANCA, MEDINDO 40MX10CM, NEUTRO, SEM RELEVO, COMPOSTO DE FIBRAS CELULÓSICAS/NATURAIS, EXCETO APARAS DE PAPEL, TUBETE MEDINDO 4,0CM, EMBALAGEM COM BOA VISIBILIDADE DO PRODUTO**, PACTE COM 12 UNID.**	30	R$ 16,65	R$ 499,50
32	**PEDRA SANITÁRIA** - TIPO REFIL SEM SUPORTE, FRAGRÂNCIA DIVERSAS, EM PEDRA, COMPOSTO DE BENZALCÔNIO	30	R$ 1,39	R$ 41,70
33	**REGISTRO DE GAS** - REGULADOR DE GAS, COM MANGUEIRA TAMANHO MINIMO **DE 1,20M**, DIAMETRO 3/8, **PARA BOTIJAO DE GAS GLP 13KG**, COM BRACADEIRA SEM FIM, COM NORMA, VALIDADE E FABRICANTE, REGISTRO COM CERTIFICACAO DE APROVACAO DO INMETRO E DE SEGURANCA.	04	R$ 24,75	R$ 99,00
34	**RODO (PUXA E SECA)** - RODO DE ALUMINIO REFORCADO, 1,00 M BASE, CABO PARAFUSADO, COM BORRACHA REMOVIVEL., CABO DE ALUMINIO **COM 1,50 OU 1,30 M.** TIPO RODO 2000.	12	R$ 11,99	R$ 143,88
35	**RODO DE ALUMINIO REFORCADO, 80 CM**, CABO EM ALUMÍNIO COM 1,50 OU 1,30 M	05	R$ 8,59	R$ 42,95
36	**SABÃO ALVEJANTE** - EM PÓ, PARA LAVAGEM DE ROUPAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM **CONTENDO 1 KG,** ROTULO COM QUE CONTENHA EM SEU ROTULO DESCRIÇÃO DO PRODUTO, INDICAÇÃO DOS COMPONENTES QUÍMICOS, INFORMAÇÕES SOBRE MODO DE UTILIZAÇÃO, RESPONSÁVEL TÉCNICO, FABRICANTE, REGISTRO NA ANVISA OU MINISTÉRIO DA SAÚDE, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VALIDADE	40	R$ 7,39	R$ 295,60
37	**SABÃO EM BARRA** - TIPO GLICERINADO NEUTRO MULTIUSO, EM BARRA DE **200 GRAMAS**, DE 1º QUALIDADE. COMPOSIÇÃO: SEBO BOVINO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, GLICERINA, BRANQUEADOR ÓPTICO, ÁGUA, CARGAS, SEQUESTRANTES E CORANTES. EMBALAGEM DE PLÁSTICO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	10	R$ 6,59	R$ 65,90
38	**SABONETE - LIQUIDO**, NEUTRO (PH ENTRE 7,0 A 8,0), PEROLIZADO (REFIL), COMUM, PARA HIGIENE DAS MÃOS, FRAGRÂNCIA, ERVA-DOCE, EMBALAGEM **COM 800 ML**	20	R$ 9,00	R$ 180,00
39	**SABONETE** - TABLETE, COMPOSIÇÃO MÍNIMA: SABÃO DE SÓDIO, PERFUME, CLORETO DE SÓDIO, GLICERINA, DIÓXIDO DE TITÂNIO, ÁGUA, EDTA E EHDTP, PARA HIGIENE CORPORAL**, 90 GRAMAS.**	20	R$ 0,99	R$ 19,80
40	**SACO PARA COLETA SELETIVA DE LIXO -** CAPACIDADE **100 LITROS**, MEDIDAS APROXIMADAS DE 90 CM X 115 CM X 08 MICRAS, NA COR PRETA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE. EMBALAGEM CONTENDO ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA COMPLETA DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	40	R$ 3,05	R$ 122,00
41	**SACO PARA LIXO DOMESTICO** - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE **DE 30 LITROS**, MEDINDO (LARG.59CMXALT. 62CMXESP.0,08MM), NA COR PRETA, NORMAS	60	R$ 2,10	R$ 126,00
42	**SACO PARA LIXO DOMESTICO** - DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE **DE 50 LITROS**, MEDINDO (63CMX0,80CM), NA COR PRETA, CONTENDO 10 UNIDADES	60	R$ 2,00	R$ 120,00
43	**VASSOURA** - DE PELO SINTETICO DE NYLON, CABO DE MADEIRA, COM ROSCA, REVESTIDO COM CAPA PLASTICA, MEDIDA DA BASE **40 CM,** COM BASE DE MADEIRA, CABO C/ ROSCA, PINTADA	08	R$ 6,32	R$ 50,56

44	**VASSOURA** - DE PELO, CABO DE MADEIRA, MEDIDA DA BASE **40 CM**, COM BASE DE METAL	06	R$ 8,60	R$ 51,60
VALOR TOTAL PARA ESTE LOTE				**R$ 9. 236,98**

OUTROS

ITEM	Descrição	Quantidade	Valor Un.	Valor Total
01	**BATERIA PORTATIL NAO RECARREGAVEL** - TIPO PP3, 006P, **COM 9 VOLTS,** TAMANHO PADRAO	30	R$ 15,00	R$ 450,00
02	**PILHA - TIPO ALCALINA (AAA),** NA VOLTAGEM DE **1,5V**, NO TAMANHO PALITO, EMBALADO EM CARTELA **COM 4 UNIDADES**	40	R$ 10,75	R$ 430,00
03	P**ILHA - TIPO ALCALINA**, NA VOLTAGEM DE **1,5V**, NO TAMANHO PEQUENA **(AA**), EMBALADO EM CARTELA **COM 4 UNIDADES**	40	R$ 10,30	R$ 412,00
VALOR TOTAL PARA ESTE LOTE				**R$ 1. 292,00**

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5. DO EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.4. O vencedor ficará obrigado a entregar os medicamentos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de do recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Após a homologação da licitação, retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da convocação formal;

6.2. Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da Câmara Municipal de Jauru - MT;

6.3. O prazo de entrega dos produtos será de até 02 (dois) dias da notificação para retirada da Nota De Empenho;

6.4. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela CMJ, de acordo com a especificação do Edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

6.5. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus para o Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 02 (dois) dias úteis, caso constatada divergência na especificação;

6.6. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CMJ, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA;

6.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.8. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6.9. Comunicar imediatamente à CMJ qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

6.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CMJ;

6.12. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.13. Emitir relatório quinzenal dos produtos entregues no período, contando data, n.º NF, Órgão/Local de entrega, responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos produtos entregues.

6.14. O Contrato advindo do presente Registro Preços somente poderá ser celebrado a partir da autorização da Secretaria de Estado de Administração;

6.15. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.15.1. Os acréscimos ou supressões até 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

6.16. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofre em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

6.17. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correram por conta exclusiva da contratada;

6.18. O Contrato advindo do presente Registro Preços somente poderá ser celebrado a partir da autorização de adesão da Secretaria de Estado de Administração;

6.19. Se a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da feitura da "Nota de Empenho", a sessão será retomada e as demais chamadas, na ordem de classificação, para nulo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

7.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os medicamentos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

7.5. Notificar a CONTRATADA e a **CMJ** de qualquer irregularidade encontrada;

7.6. Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital;

7.7. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.8. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.9. Caberá a CMJ promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com o valor empenhado.

9.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

9.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

9.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do lote.

10.6. Caso a CMJ não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

11.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8. 666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao **ÓRGÃO/ ENTIDADE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

11.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

11.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

11.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ ou;

11.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla

defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

11.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a CMJ.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 002/2019/CMJ** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CMJ**.

13. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Jauru - MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jauru - MT, 11 de dezembro de 2019.

_____

Gilmar Alves Ferreira

OAB/MT 7092

Assessor Técnico Legislativo e Jurídico

_____

Presidente do Legislativo Municipal

Robson Marcos Peres

CONTRATANTE

_____

Supermercado Vista Alegre Ltda

CNPJ: 09.639.506/0001-10

Geaze de Souza Azevedo

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

RG n.º RG n.º

CPF n. º CPF n. º

CÂMARA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019/CMJ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019/CMJ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 001/2019/CMJ

PREGÃO: Nº. 001/2019/CMJ **– REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO: Nº 001/2019/CMJ

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua assinatura.

Pelo presente instrumento, a Câmara Municipal, com sede situada na Avenida Brasil, nº. 743, Centro, CNPJ: 24.986.374/0001-96 neste ato representado pelo Presidente Excelentíssimo Senhor **ROBSON MARCOS PERES**, brasileiro, casado, portador do RG nº 07057598 SSP/MT e do CPF Nº 764.634. 431-15, Residente e Domiciliado na Rua do Comercio nº 521, Centro, Jauru-MT**,** doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE.**RESOLVE registrar os preços da Empresa, **AUTO POSTO JAURU LTDA** inscrita no **CNPJ: 13.038.656/0001-45**

AV. JOAO ROSSI, 230 - VISTA ALEGRE, JAURU - MT, CEP: 78255-000

representada pelo **Sr. Sr. CARLOS DANIEL VIECILI VELASCO,** portador do **CRMV-MT nº01736** e o **CPF: 571.182.991-20**, nas quantidades estimadas na **SEÇÃO 4.1 DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

OBJETO: Aquisição de Combustível para o automóvel de placa OBA 0857 da Câmara Municipal de Jauru conforme **anexo II.**

Conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente ATA de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura ou seja **11/12/2020.**

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a CMJ, através do Setor de Compras, no seu aspecto operacional e à Coordenadoria Jurídica de Licitações, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, DO PREÇO E QUANTITATIVO.

4.1. Os preços, as quantidades, os fornecedores e a especificações dos Itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Combustível

Item	Descrição dos produtos	Unid.	Quant.	Valor unt.	Valor total
1	Gasolina	Litros	5.500	R$ 5,04	R$ 27.720,00
2	Etanol	Litros	3.500	R$ 3,06	R$ 10.710,00
				Valor Total	R$ 38.430,00

4.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

4.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

4.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

5. DO EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.4. O vencedor ficará obrigado a entregar os medicamentos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de do recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.

5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Após a homologação da licitação, retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da convocação formal;

6.2. Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade;

6.3. O prazo de entrega dos produtos será de até 02 (dois) dias da notificação para retirada da Nota De Empenho;

6.4. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela CMJ, de acordo com a especificação do Edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

6.5. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus para o Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 02 (dois) dias úteis, caso constatada divergência na especificação;

6.6. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CMJ, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA;

6.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.8. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6.9. Comunicar imediatamente à CMJ qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

6.10. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.11. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CMJ;

6.12. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.13. Emitir relatório quinzenal dos produtos entregues no período, contando data, n.º NF, Órgão/Local de Entrega, responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos produtos entregues.

6.14. O Contrato advindo do presente Registro Preços somente poderá ser celebrado a partir da autorização da Secretaria de Estado de Administração;

6.15. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.15.1. Os acréscimos ou supressões até 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

6.16. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofre em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

6.17. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correram por conta exclusiva da contratada;

6.18. O Contrato advindo do presente Registro Preços somente poderá ser celebrado a partir da autorização de adesão da Secretaria de Estado de Administração;

6.19. Se a licitante vencedora não apresentar situação regular no ato da feitura da “Nota de Empenho”, a sessão será retomada e as demais chamadas, na ordem de classificação, para nulo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sujeitando-se o desistente às penalidades;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.

7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

7.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

7.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os medicamentos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

7.5. Notificar a CONTRATADA e a **CMJ** de qualquer irregularidade encontrada;

7.6. Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital;

7.7. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.8. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7.9. Caberá a CMJ promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com o valor empenhado.

9.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição da prestacao de serviços (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

9.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

9.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do lote.

10.6. Caso a CMJ não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

11.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao **ÓRGÃO/ ENTIDADE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

11.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

11.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

11.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ ou;

11.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

11.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

11.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a CMJ.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 001/2019/CMJ** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **CMJ**.

13. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Jauru-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jauru– MT, 11 de dezembro de 2019.

_____

Gilmar Alves Ferreira

OAB/MT 7092

Assessor Técnico Legislativo e Jurídico

_____ _____

Presidente do Legislativo Municipal AUTO POSTO JAURU LTDA

Robson Marcos Peres CNPJ: 13.038.656/0001-45

CONTRATANTE

Carlos Daniel Viecili Velasco

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Nome: Nome:

RG n.º RG n.º

CPF n.º CPF n.º

DECRETO Nº 106/2019

DECRETO Nº 106 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

“Dispõe sobre a REVOGAÇÃO dos Decretos nº 090 e 095 de 2019 e dá outras providências”.

Pedro Ferreira de Souza, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO que é de conhecimento a queda da receita municipal o que influencia na redução de valores das transferências constitucionais, bem como aquelas de convênio;

CONSIDERANDO a necessidade do equilíbrio das contas públicas do Município;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade no cumprimento dos dispositivos em relação ao equilíbrio entre receita e despesa, adequando-se aos preceitos contidos no § 1º do Artigo 1º da Lei Complementar de nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO aNotificação Recomendatória nº 011/2019 proveniente do Ministério Público;

DECRETA:

Art. 1º- Ficam reduzidos, indeterminadamente, na proporção de 30 % (trinta por cento) os vencimentos dos cargos comissionados em toda a Administração Pública Municipal, exceto aos cargos de Prefeito, Secretário Municipal, Assessor de Gabinete e Gestor de Compras, os quais terão suas verbas indenizatórias suspensas em 100% (cem por cento) indeterminadamente, em atendimento a Notificação Recomendatória nº 011/2019 proveniente do Ministério Público.

Parágrafo Único - As verbas indenizatórias serão mantidas em 50% para o cargo previsto na Lei Ordinária 725/2017 e em 100% ao cargo previsto na Lei Ordinária 592/2014.

Art. 2º - Ficam reduzidas em 50% (cinquenta por cento) todas as funções gratificadas, exceto aos servidores efetivos da educação básica ocupantes dos cargos de Secretário Municipal de Educação, Coordenação Pedagógica, Assessoramento Pedagógico e Direção Escolar, conforme as Leis Complementares 068/2010 e 130/2019.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor a partir de 01º de dezembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Peres", em Jauru-MT, 11 de dezembro de 2019.

Pedro Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DECRETO Nº. 2899, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

decreta luto oficial.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município no seu Artigo 85, inciso III,

Considerando o falecimento da Senhora RENILDA DE FÁTIMA SCHMIDT, no dia 10 de Dezembro de 2019 no Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso.

Considerando que a extinta, por sua vida exemplar e excepcional Cidadã, fez por merecer o respeito, a estima e a consideração de todos os munícipes,

CONSIDERANDO, ainda que o infausto acontecimento cobre de luto a população Juruenense, devido a sua excelente convivência com os cidadãos, com seus relevantes serviços prestados ao Município,

D E C R E T A:

ART. 1º. Fica Decretado **luto oficial** por três dias no Município de Juruena, como homenagem póstuma pelo falecimento da senhora **RENILDA DE FÁTIMA SCHMIDT,** ocorrido nesta terça-feira, dia 10 de Dezembro de 2019.

ART. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 10 de Dezembro de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita de Juruena/MT

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484, de 04 de março de 2002.

***RODOLFO PEREIRA DIAS* Secretário de Administração e Finanças**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal, SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação: 051/2019

Modalidade: Pregão Presencial SRP

Data da Homologação: 11/12/2019

Objeto da Licitação: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DEDETIZAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA E SECRETARIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO NO EDITAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. Fornecedor:

Razão Social: ADIMILSON PEREIRA DE ALMEIDA - ME CNPJ: 02.778.501/0001-29 Valor: R$ 7.962,76

Juruena – MT, 11 de dezembro de 2019

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA Prefeita Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 122/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 122/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 081/2019

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS: N° 051/2019

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Juruena/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pela Prefeita Municipal Sra. **SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 698.611, e do CPF 747.198.402-30 residente e domiciliada na cidade de Juruena/MT resolve registrar os preços da empresa **ADIMILSON PEREIRA DE ALMEIDA - ME, CNPJ: 02.778.501/0001-29**, neste ato representada legalmente pelo Sr. **ADIMILSON PEREIRA DE ALMEIDA portador do CPF de n° 400.242.372-7 e RG: 1826685-1 SSP/MT**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/02, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Futura e Eventual Contratação de Empresa para dedetização, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e Secretarias, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência anexo neste Edital, pelo período de 12 (doze) meses.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial, com inicio em 11/12/2019 e término em 11/12/2020.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Juruena, através da Superintendência de Aquisição, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

3.2. A FISCALIZAÇÃO FICARÁ POR CONTA DE:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças/Gabinete - Kiane Henrique dos Reis Medeiros, CPF Nº. 016.345.621-60, nomeada pela Portaria Nº 47/2018;

Secretaria Municipal de Saúde - Claudia Regina Stein, CPF Nº. 019.003.411-40, nomeada pela Portaria Nº 26/2019.

Secretaria Municipal de Educação – Erondina Kniess, CPF: 621.343.101-20, nomeada pela portaria Nº 85/2019

Secretaria Municipal de Assistência Social - Edilaine Kniess, CPF Nº. 019.564.791-20, nomeado pela Portaria Nº 29/2019.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

Item	*Descrição*	*Unid*	*Quant*	*Marca*	*Valor Unit*	*Valor Total*
01	SERVICO DE CONTROLE DE PRAGAS – DEDETIZACAO, AREA INTERNA E EXTERNA	METRO QUADRADO	19.906,90	BEQUISA	0,40	7.962,76

Juruena – MT, 11 de dezembro de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA PREFEITA MUNICIPAL DE JURUENA

ADIMILSON PEREIRA DE ALMEIDA - ME ADIMILSON PEREIRA DE ALMEIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

AVISO LICITAÇÃO PREGÃO Nº 039/2019

OBJETO: "Registro De Preços Para Futura e Eventual Contratação De Empresa Especializada, Visando o Fornecimento De Serviços Em Acesso À Rede Mundial De Internet, Com Conexão Dedicada, Link De Rede Privada 100MBPS e 40MBPS, Incluindo Equipamentos e Mão de Obra Necessária, Link De Acesso e Serviços De Instalação, Manutenção e Expansão Para Unidades Desconcentradas Da Prefeitura Municipal De Juscimeira/MT". **Data e Hora de Abertura:** 06-01-2020 as 08:00hs-MT. Edital pode ser retirado na Prefeitura e-mail licitacao@juscimeira.mt.gov.br dias úteis ou 66 3412-1371 ou 1381.

Juscimeira/MT, 11 De Dezembro 2019

Diva Maria Santos Trindade

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DECRETO 086/2019 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

***DECRETO 86*/2019**

***Data 11* de Dezembro de 2019.**

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

*O Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 991/2018, e em consonância com a lei Federal 4320/64.*

DECRETA

*Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar em favor do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Marcelândia no valor de **R$ 35.000,00** (Trinta e cinco mil reais).*

Fundo M. Prev. Social dos Servidores Público

10.001.09.272.0003.2063 Manutenção e Encargos da Previlândia

- 31.90.01.00.00 Aposentados e Reformas R$ 35.000,00

Fonte: 1.50.000000 – Recursos do Regime Próprio de Previdência

TOTAL GERAL R$ 35.000,00

Art. 2º - Para atender ao Crédito aberto no Artigo anterior, serão usadas como recursos as anulações das seguintes dotações, conforme Artigo 43, incisos III, da Lei Federal 4.320/64:

Fundo M. Prev. Social dos Servidores Público

10.001.09.272.0003.2063 Manutenção e Encargos da Previlândia

31.90.13.00.00 Obrigações Patronais R$ 30.000,00

Fonte: 1.53.000000 - Recursos Da Taxa Administrativa

33.90.35.00.00 Serviços de Consultoria R$ 5.000,00

Fonte: 1.53.000000 - Recursos Da Taxa Administrativa

TOTAL GERAL R$ 35.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua assinatura e publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 11 de Dezembro de 2019.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 174/2019

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o

Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA – ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 06.372.763/0001-40 e Inscrição Estadual n° 13.291.686-0, com sede na Av das Flores, nº 334, Quadra 28 Lote 4, Bairro Jardim Cuiabá, na Cidade de Cuiabá-MT, CEP: 78. 043-172, Fone: (65) 3028-5500, e-mail: nutricentercba@gmail.com, neste ato representada pelo procurador **AYRTON PEREIRA DIAS**, portador do RG nº 24626708 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 059.535.091-70, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE LEITES, FÓRMULAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES EM ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 103/2019.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Saúde e Assistência Social.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unidade	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
367146	ALIMENTO PARA DIETA ENTERAL OU ORAL - FORMULA NUTRICIONALMENTE COMPLETA E ESPECIALIZADA PARA RECUPERACAO E/OU MANUTENCAO DO ESTADO NUTRICIONAL E DE UM ADEQUADO CONTROLE GLICEMICO,PARA DIABETES TIPO 1 E 2, DIABETES GESTACIONAL E INTOLERANCIA A GLICOSE,FIBRAS: 15,00G/LITRO,AMIDO DE TAPIOCA, OLEO DE GIRASSOL DE ALTO TEOR OLEICO, PROTEINA DO SORO DE LEITE, CASEINATO DE POTASSIO OBTIDO DO LEITE, OLEO DE CANOLA DE BAIXO TEOR DE ERUCICO, AMIDO DE BATATA, FIBRA DE ERVILHA, INULINA, CITRATO DE SODIO, LEC LATA COM 800 GRAMAS	UN - UNIDADE	ABBOTT-GLUCERNA PÓ-LATA 850G	90	100,00	9.000,00
370666	SUPLEMENTO RICO EM PROTEÍNA E EM NUTRIENTES ESPECÍFICOS QUE AJUDAM NO PROCESSO DE CICATRIZAÇÃO DE FERIDAS - TERAPIA NUTRICIONAL ORAL DESENHADA ESPECIFICAMENTE PARA AUXILIAR NA CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS POR PRESSÃO E OUTRAS SITUAÇÕES QUE EXIJAM ESTÍMULO DA CICATRIZAÇÃO. HIPERPROTEICO, ACRESCIDO DE ARGININA E COM ALTO TEOR DE MICRONUTRIENTES RELACIONADOS À CICATRIZAÇÃO (ZINCO, SELÊNIO, VITAMINAS C, A E E), ALÉM DA PRESENÇA DO EXCLUSIVO MIX DE CAROTENOIDES. NÃO CONTÉM GLÚTEN APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM PLÁSTICA DE 200ML VOLUME MÉDIO PARA 100% DO IDR PARA VITAMINAS E MINERAIS.	UN - UNIDADE	DANONE-CUBITAN-200 ML	150	20,00	3.000,00
370667	ALIMENTO PARA DIETA ENTERAL OU ORAL - FORMULA HIPERCALORICA SEM ADICAO DE ACUCARES - SUCRALOSE, HIPOSSODICA,PARA PACIENTE COM APORTE NUTRICIONAL AUMENTADO, DESNUTRICAO, PRE E POS OPERATORIO, ANOREXIA NERVOSA, NEOPLASIAS, CARDIOPATAS, DOENCAS NEUROLOGICAS E CAQUEIXA. ,UNICA FORMULA 1,5 KCAL COM 100 POR CENTO DE PROTEINA DO SORO DO LEITE,PERFIL LIPIDICO RICO EM W3, W6, W9 - MODULA SISTEMA IMUNE,FONTE DE CARBOIDRATO 100 POR CENTO MALTODEXTRINA - MELHOR DIGESTIBILIDADE,ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE, GLUTEN, E FRUTOSE - PROPORCIONA MAIOR TOLERANCIA,EM PO,ACONDICIONADO EM LATA 400 GR	UN - UNIDADE	ABBOTT-ENSURE PÓ NG-400G	110	43,00	4.730,00
370671	LEITE EM PO - FORMULA INFANTIL - INDICADA PARA LACTENTES NO 1 SEMESTRE DE VIDA,COMPOSICAO NUTRICIONAL DEVE ATENDER AS RECOMENDACOES DO CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS,..A BASE DE PROTEINA LACTEA ENRIQUECIDA COM FERRO,LATA COM 400 GRAMAS	UN - UNIDADE	NESTLE-NESTOGENO 1-LATA 400G	130	17,00	2.210,00
373234	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES À BASE DE SOJA, COM DHA E ARA. NÃO CONTÉM LEITE OU PRODUTOS LÁCTEOS. NÃO CONTÉM GLÚTEN LATA COM 800 GR.	UN - UNIDADE	NESTLE-NAN SOJA-LATA 800G	171	55,00	9.405,00
373235	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES DE IDADE. COM DHA E ARA. É UMA FÓRMULA ANTI REGURGITAÇÃO HIPOALERGÊNICA, QUE DEVE SER UTILIZADA SOB SUPERVISÃO DE UM PROFISSIONAL DE SAÚDE. INGREDIENTES: LEITE EM PÓ DESNATADO, LACTOSE, ÓLEOS VEGETAIS (ÓLEO DE PALMA, ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE COCO, ÓLEO DE GIRASSOL), MALTODEXTRINA, CARBONATO DE CÁLCIO, VITAMINA C, TAURINA, CLORETO DE COLINA, SULFATO FERROSO, SULFATO DE ZINCO, VITAMINA E, NIACINA, VITAMINA A, SULFATO DE COBRE, D-PANTOTENATO DE CÁLCIO, ÁCIDO FÓLICO, SULFATO DE MANGANÊS, VITAMINA B12, BETACAROTENO, D-BIOTINA, VITAMINA D, VITAMINA B1, VITAMINA B6, IODETO DE POTÁSSIO, VITAMINA K E ESPESSANTE GOMA JATAI,NAO CONTEM GLUTEN. 400G. VALIDADE DE NO MINIMO 12 MESES.	UN - UNIDADE	NESTLE-NAN ESPESSAR-LATA 400G	100	25,00	2.500,00

373236	FÓRMULA INFANTIL E DE SEGMENTO PARA LACTENTES, HIPERCALÓRICA (1 KCAL/ML), NUTRICIONALMENTE COMPLETA, COM MAIOR CONCENTRAÇÃO DE NUTRIENTES COMO PROTEÍNAS, VITAMINAS E MINERAIS QUE AS FÓRMULAS INFANTIS DE ROTINA, ALÉM DE SER SUPLEMENTADA COM LCPUFAS (ARA EDHA), PREBIÓTICOS (GOS/FOS) E NUCLEOTÍDEOS. SUA COMPOSIÇÃO COMPLETA PERMITE A OFERTA DE MAIOR QUANTIDADE DE NUTRIENTES EM MENOR VOLUME, LATA COM 400 GRAMAS	UN - UNIDADE	DANONE-INFATRINI LCP-LATA 400G	210	132,00	27.720,00
373237	ALIMENTO PARA DIETA ENTERAL OU ORAL - NUTRICIONALMENTE COMPLETA,FORMULA NUTRICIONAL DE BAIXO RESIDUO,COM LACTOALBUMINA, FORNECE NUTRIÇÃO COMPLETA E BALANCEADA PARA CRIANÇAS DA 1 E 10 ANOS DE IDADE. PODEM SER USADOS COMO SUPORTE TOTAL DE NUTRIÇÃO, OU COMO SUPLEMENTO NUTRICIONAL. CLINICAMENTE DESENVOLVIDO PARA PROMOVER A NUTRIÇÃO ADEQUADA E AJUDAR A CRIANÇAS QUE NÃO COMEM BEM A ATINGIR SEU POTENCIAL DE CRESCIMENTO. ELE COMPLEMENTA A INGESTÃO DE VITAMINAS E MINERAIS QUE SEU FILHO PRECISA DIARIAMENTE. INDICAÇÃO: CRIANÇAS COM DIFICULDADE ALIMENTAR. ACONDICIONADO EM LATA COM 400 GR	UN - UNIDADE	ABBOTT-PEDIASURE COMPLETE-LATA 400G	90	36,00	3.240,00
373238	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES DE IDADE. COM PREBIÓTICOS, DHA, ARA E NUCLEOTÍDEOS. É ESPECIALMENTE INDICADO PARA O TRATAMENTO DIETÉTICO DA OBSTIPAÇÃO LIGEIRA. UTILIZADO PARA SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DE LACTENTES COM OBSTIPAÇÃO LIGEIRA E ESTÁ ADEQUADO PARA A ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES, COMO FONTE ALIMENTAR ÚNICA, DESDE O NASCIMENTO ATÉ AOS 6 MESES DE IDADE, QUANDO NÃO AMAMENTADOS, LATA COM 400G. VALIDADE DE NO MINIMO 12 MESES	UN - UNIDADE	NESTLE-NAN 1 COMFOR-LATA 400G	150	33,00	4.950,00
373239	FORMULA INFANTIL SEM LACTOSE PARA LACTENTES E DE SEGUIMENTO PARA LACTENTES DESTINADA A NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE. COM DHA E ARA, NUCLEOTÍDEOS E PROTEÍNAS LÁCTEAS, ACONDICIONADO EM LATA DE 400 GR,EM EMBALAGEM APROPRIADA	UN - UNIDADE	NESTLE-NAN SL-LATA 400G	176	44,00	7.744,00
373240	ALIMENTO NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL NUTRICIONALMENTE COMPLETO, HIPERCALÓRICO (1,5 KCAL/ML) . FÓRMULA HIPERCALÓRICA, HIPERPROTEICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA. POSSUI PERFIL LIPÍDICO DE Ω CORDO COM A ADA E AHA, CORANTES E AROMAS NATURAIS E PRESENÇA DO EDULCORANTE SUCRALOSE. PODENDO SER USADO VIA ORAL OU ENTERAL. ISENTO DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TETRA PACK 1000 ML	UN - UNIDADE	NUTRIMED-NUTRI ENTRAL 1.5-TETRA 1.000 ML	490	27,00	13.230,00
373241	FORMULA INFANTIL COMPLETA, A BASE DE AMINOÁCIDOS LIVRES, USO ENTERAL OU ORAL, ASPCTO PÓ, PARA CRIANÇAS PORTADORAS DE ALERGIAS ALIMENTARES, ISENTA DE PROTEINA LACTEA, LACTOSE, SACAROSE, GALACTOSE, FRUTOSE E GLUTEN, LATA COM 400G.	UN - UNIDADE	DANONE-NEOCATE LCP-LATA 400G	170	200,00	34.000,00
373243	DIETA EM PÓ À BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, RICA EM ISOFLAVONAS. NUTRICIONALMENTE COMPLETA E NORMOCALÓRICA NA DILUIÇÃO PADRÃO. HIPOSSÓDICA, ISENTA DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN, PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL (ALIMENTAÇÃO POR SONDA - ALTERNATIVA PARA INGESTÃO DE ALIMENTOS QUANDO NÃO É POSSÍVEL SE ALIMENTAR VIA ORAL). BASTA ADICIONAR ÁGUA PARA O PREPARO. NUTRICIONALMENTE COMPLETA (CONTÉM TODAS AS VITAMINAS E MINERAIS) E COM QUANTIDADES ADEQUADAS DE CALORIAS, PROTEÍNAS, CARBOIDRATOS E LIPÍDIOS (GORDURAS) PARA UMA BOA NUTRIÇÃO.INDICAÇÕES: PACIENTES EM RISCO NUTRICIONAL OU APRESENTANDO DESNUTRIÇÃO LEVE, ANOREXIA, PACIENTES EM TNE POR TEMPO LIMITADO OU PACIENTES QUE NECESSITEM DE DIETA SUPLEMENTADA COM SOJA, LATA COM 800 GRAMAS	UN - UNIDADE	DANONE-NUTRISON SOYA-LATA 800G	210	61,50	12.915,00
Total Fornecedor						**R$ 134.644,00**

5 – DOS PRODUTOS

5.1 – O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (05) cinco dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da NAD (Nota de Autorização de Despesas) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações;

5.2 – O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.2.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.2.2 Não apresente avaria ou adulteração.

5.3 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 02 (dois) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.4 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.5 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.6 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.7 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade e padrões da ABNT, INMETRO, ou outros órgãos fiscalizadores e as prescrições contidas no art. 39, , da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor):

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.10 - Recebimento dos Produtos:

5.10.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.10.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.10.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.11 - Caberá à Licitante Vencedora:

5.11.1 Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.11.2 Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.11.3 Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.12 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

5.13 - Na entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

5.14 A licitante vencedora deverá cumprir as normas regulamentares para a venda, distribuição e recolhimento de vasilhames referentes aos itens.

5.15 E de inteira responsabilidade da Empresa vencedora o custos dos fretes de recolhimento de vasilhames.

5.16 Os produtos no ato da entrega deverão ter prazo de validade não inferior a dois terços (2/3) de validade estabelecido pelo fabricante.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Ocorrendo eventualmente falta dos produtos por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro o produto, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá.

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas nesta Ata;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco do Brasil Ag. Nº 4042-8 Conta corrente nº 59556-X, em nome de **NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA – ME**

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e X do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO/PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento **Dos Serviços/Produtos:**

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno e serão oriundas de Recursos Próprios, Federal ou Estadual:

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20090 – AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR NA REDE MUNIC DE ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLA– 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 07.002.12.306.0031.20087 – AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR NA REDE MUNIC DE ENSINO INFANTIL – CRECHE– 3390. 30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.122.0038.20098 – MANUTENÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 08.002.10.302.0013.20047 – **MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL** – 3390.30.000 – MATERIAL CONSUMO

CÓDIGO GERAL: 09.002.08.244.0005.2.0055 – MANUTENÇÃO DA CASA LAR – 3390.30.000 – MATERIAL DE CONSUMO

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16.1 – Foi designado através de portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria Municipal de Educação	Estefany Pereira Lima de Souza	7706/2019
Secretaria Municipal de Saúde	Edna Schwingel	2722/2013
Secretaria Municipal de Saúde/Hospital	*Kenya Morgiania Santos Silva*	6073/2017
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cynthia Passos Carvalho Ximenes	7451/2018

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 103/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 11 de dezembro de 2019.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS

NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA – ME

CNPJ nº. 06.372.763/0001-40

AYRTON PEREIRA DIAS

CPF sob o nº 059.535.091-70

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019

DECLARAÇÃO DE NÃO INTERPOSIÇÃO DA DE DIVULGAÇAO DO GABARITO OFICIAL.

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019,

através da ***Nomeação da Comissão Organizadora da Prefeitura Municipal de Matupá - MT,*** nomeada pelo Decreto nº 3059 DE 27 DE SETEMBRO DE 2019**.**

Declara para os devidos fins que se fizer necessário que não houve interposição de recursos contra o Ato da divulgação do **Gabarito Oficial** do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO .

Por ser verdade, assino e dou fé.

Matupá – MT 11 de dezembro de 2019.

Edna Schwingel

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado 001/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº. 3098 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Concurso Público, pelo Decreto nº 2928 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso no dia 03/04/2019;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos Efetivos;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados e classificados no Concurso Público, para os Cargos constantes nas relações do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, Matupá – MT, fone: (66) 3595-3100, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com os documentos reproduzidos por cópias autenticadas, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal de Matupá –

ANEXO I

1. Cédula de Identidade;

2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

4. Certidão de Casamento ou Nascimento;

5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;

6. Certidão de Nascimento e/ou CPF dos filhos;

7. Carteira de Trabalho (constando número e data de emissão);

8. Cartão do PIS/PASEP;

9. Título de Eleitor e certidão de regularidade eleitoral;

10. Certidão Negativa de 1º e 2º grau fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. 01 (uma) foto 3x4, atualizada;

13. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade Administrativa e Financeira;

14. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

15. Carteira de habilitação categoria “D” (caso cargo motorista);

16. Comprovante de Escolaridade, por meio de histórico, diploma e certificado, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

17. Declaração constando endereço residencial;

18. Declaração de Bens do candidato no ato da posse;

19. Declaração negativa de acúmulo de cargo público ou para cargos acumuláveis declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária;

20. Cópia do CPF e RG do cônjuge;

21. Cópia ou número de inscrição do CPF e RG de pai e mãe;

22. Comprovante de sanidade física e mental, expedido pelo médico, conforme Decreto nº 2481 de 07 de agosto de 2017.

23. Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, pela Medicina do Trabalho.

24. Todos os exames correrão às expensas do candidato;

25. Os exames admissionais a serem realizados e apresentados (original e cópia) no momento do exame médico admissional conforme Decreto nº 2481 de 07 de agosto de 2017.

ANEXO II

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ZONA RURAL							
INSCRIÇÃO	POSIÇÃO	NOME	PTG	MTM	CGE	PONTOS	RESULTADO
1149	4º	LUCAS CELESTE DE ALMEIDA	48	16	20	84	Classificado

Gabinete do Prefeito, aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal de Matupá –

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITIVO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 061/2019

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: ***Constitui objeto deste Contrato*****"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PONTE DE CONCRETO SOBRE RIO PEIXOTINHO I NA ESTRADA MUNICIPAL DIVISA NORTE DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT",** de acordo com o Termo de Referência que é parte integrante do Edital 057/2019 do respectivo **Tomada de Preço nº 011/2019.**

CONTRATADA: OBRA DE ARTE ENGENHARIA LTDA EPP

OBJETIVO: Fica alterada as Cláusula Quinta, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Quinta - Do Valor

Fica alterado o valor do contrato constante na cláusula 5, passando de R$ 74.133,45 (setenta e quatro mil, cento e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos) para R$ 92.666,45 (noventa e dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), ficando acrescentado o valor de R$ 18.533,00 (dezoito mil, quinhentos e trinta e três reais).

Assinatura: 18/11/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 0104/2019

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 09 de dezembro de 2019 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a "PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, MATERIAL ESPORTIVO, ARTESANATO E BRINQUEDOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MATUPÁ", aonde consagrou—se vencedores os Licitantes: RIBEIRO COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA - ME, inscrita no CNPJ: 09.237.458/0001-33, com valor total de R$ 335.310,89, LIVRO SUL MATERIAIS PEDAGOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ: 86.855.624/0001-06, com valor total de R$ 89.809,70, LUASI PAPEIS E LIVROS LTDA, inscrita no CNPJ: 08.371.036/0001-93, com valor total de R$ 116. 838,87 e MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRÔNICOS EIRELI, inscrita no CNPJ: 26.148.070/0001-85, com valor total de R$ 222. 386,27. Matupá – MT, 11 de dezembro de 2019. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 571/2019

PORTARIA Nº 571 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2019. ***CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.*** **O Prefeito da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,** ***RESOLVE*** **Artigo 1º - Conceder 30 (trinta) dias de FÉRIAS para o servidor ALEX DO PRADO SOARES, lotado na Secretária de Saúde, no cargo de** ***MOTORISTA, referente ao período aquisitivo de 05/10/2018 a 05/10/2019, a partir de 01/01/2020 conforme protocolo nº 4387/2019.***

Artigo 2º - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **ANA MARIA ALONSO RIBEIRO**, lotada na Secretária de Saúde, no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**, referente ao período aquisitivo de 16/10/2018 a 16/10/2019, a partir 13/01/2020, conforme protocolo nº 4388/2019.

Artigo 3º - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para o servidor **CARLOS LEANDRO DE OLIVEIRA CARVALHO,** lotado na Secretária de Saúde, no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE,** referente ao período aquisitivo de 03/07/2018 a 03/07/2019, a partir de 06/01/2020 conforme protocolo nº 4396/2019.

Artigo 4º - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **CHANTAL BURGUER BEATO POLARINI,** lotada na Secretária de Saúde, no cargo de **GERENTE DE SAÚDE- ATENÇÃO BASICA,** referente ao período aquisitivo de 01/08/2018 a 01/08/2019, sendo 20 (vinte) dias a partir de 30/12/2019, e 10 (dez) dias a partir de 02/02/2020, conforme protocolo nº 4370/2019.

Artigo 5º - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **CLARA AGUILA GONZALEZ PINHAL,** lotada na Secretária de Saúde , no cargo de **BIOQUIMICA,** referente ao período aquisitivo de 20/08/2016 a 20/08/2017, sendo 15 (quinze) dias a partir de 13/01/2020, e 15 (quinze) dias a partir de 06/04/2020, conforme protocolo nº 4433/2019.

Artigo 6º - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **CLEIDE ROSSIN,** lotada na Secretária de Saúde , no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** referente ao período aquisitivo de 03/05/2018 a 02/05/2019, a partir de 13/01/2020, conforme protocolo nº 4732/2019.

Artigo 7º - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para o servidor **CRISTIANO JOSE DE OLIVEIRA**, lotado na Secretária de Fazenda, no cargo de **AUXILIAR DE MANUTENÇÃO**, referente ao período aquisitivo de 24/06/2017 a 24/06/2018, a partir 20/01/2020, conforme protocolo nº 4576/2019.

Artigo 8º - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para o servidor **DANILO CEZAR OCHIUTO**, lotado no Gabinete do Prefeito, no cargo de **ADVOGADO**, referente ao período aquisitivo de 05/01/2015 a 05/01/2016, a partir 06/01/2020, conforme protocolo nº 4484/2019.

Artigo 9º - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **EDNALVA BATISTA MORAES,** lotada na Secretária de Saúde , no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE,** referente ao período aquisitivo de 03/02/2018 a 03/02/2019, a partir de 06/01/2020, conforme protocolo nº 4397/2019.

Artigo 10 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **ELIZABET MOREIRA VALENSUELA LIMA,** lotada na Secretária de Educação, Esporte, Lazer e Cultura , no cargo de **PROFESSORA,** referente ao período aquisitivo de 11/02/2016 a 11/02/2017, a partir de 06/01/2020, conforme protocolo nº 3168/2019.

Artigo 11 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **FRANCISCA FATIMA GOMES DE MATOS,** lotada na Secretária de Saúde , no cargo de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM,** referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 01/03/2019, a partir de 08/01/2020, conforme protocolo nº 4405/2019.

Artigo 12 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para o servidor **JOSOEL ANTONIO DA SILVA**, lotado na Secretária de Infraestrutura, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, referente ao período aquisitivo de 09/04/2015 a 09/04/2016, a partir 06/12/2019, conforme protocolo nº 4486/2019.

Artigo 13 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **LIDIANA NEVES DA SILVA,** lotada na Secretária de Saúde, no cargo de **ENFERMEIRA,** referente ao período aquisitivo de 03/01/2017 a 03/01/2018, sendo 20 (vinte) dias a partir de 20/01/2020, e 10 (dez) dias a partir de 06/07/2020, conforme protocolo nº 4409/2019.

Artigo 14 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **LUCIA DIAS DOS SANTOS,** lotada na Secretária de Educação, Esporte, Lazer e Cultura , no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** referente ao período aquisitivo de 26/07/2017 a 26/07/2018, a partir de 06/01/2020, conforme protocolo nº 3168/2019.

Artigo 15 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **MARCIA DA SILVA,** lotada na Secretária de Saúde , no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE,** referente ao período aquisitivo de 16/10/2017 a 16/10/2018, a partir de 06/01/2020, conforme protocolo nº 4641/2019.

Artigo 16 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para o servidor **MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA**, lotado na Secretária de Infraestrutura, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, referente ao período aquisitivo de 04/03/2016 a 04/03/2017, a partir 01/12/2019, conforme protocolo nº 4848/2019.

Artigo 17 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **MARIA ROSA BOAVENTURA,** lotada na Secretária de Saúde , no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE,** referente ao período aquisitivo de 16/10/2018 a 16/10/2019, a partir de 06/01/2020, conforme protocolo nº 4640/2019.

Artigo 18 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para o servidor **MAURO RODRIGUES DE JESUS**, lotado na Secretária de Infraestrutura, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, referente ao período aquisitivo de 07/10/2010 a 07/10/2011, a partir 09/12/2019, conforme protocolo nº 4975/2019.

Artigo 19 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **MAYSA MELO SILVA PINA,** lotada na Secretária de Saúde , no cargo de **FISIOTERAPEUTA,** referente ao período aquisitivo de 01/08/2018 a 01/08/2019, a partir de 13/01/2020, conforme protocolo nº 4421/2019.

Artigo 20 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **MORGANIA RODRIGUES OLIVEIRA,** lotada na Secretária de Desenvolvimento Social , no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 20/05/2018 a 20/05/2019, a partir de 06/01/2020, conforme protocolo nº 4503/2019.

Artigo 21 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para o servidor **NILSON VIEIRA SOARES**, lotado na Secretária de Infraestrutura, no cargo de **VIGIA**, referente ao período aquisitivo de 19/01/2012 a 19/01/2013, a partir 09/12/2019, conforme protocolo nº 4978/2019

Artigo 22 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **RITA JULIA DE SOUZA ZOCAL,** lotada na Secretária de Saúde , no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** referente ao período aquisitivo de 01/04/2017 a 01/04/2018, a partir de 02/01/2020, conforme protocolo nº 4427/2019.

Artigo 23 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para o servidor **RODRIGO SOUZA OLIVEIRA,** lotado na Secretária de Saúde, no cargo de **BIOQUIMICO,** referente ao período aquisitivo de 03/01/2017 a 03/01/2018, sendo 15 (quinze) dias a partir de 20/01/2020, e 15 (quinze) dias a partir de 01/12/2020, conforme protocolo nº 4422/2019.

Artigo 24 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para o servidor **VALDIR APARECIDO OLIVA**, lotado na Secretária de Infraestrutura, no cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS**, referente ao período aquisitivo de 16/02/2015 a 16/02/2016, a partir 01/12/2019, conforme protocolo nº 4851/2019.

Artigo 25 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **VANDA LUPERINI,** lotada na Secretária de Administração, no cargo de **TELEFONISTA** referente ao período aquisitivo de 01/12/2018 a 01/12/2019, sendo 15 (quinze) dias a partir de 06/01/2020, e 15 (quinze) dias a partir de 01/06/2020, conforme protocolo nº 4921/2019.

Artigo 26 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **VERA LUCIA PEREIRA MANDARINO,** lotada na Secretária de Saúde , no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 18/02/2016 a 18/02/2017, a partir de 26/12/2019, conforme protocolo nº 4426/2019.

Artigo 27 - Conceder 30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para o servidor **WANILDO ZANETE FERRARI**, lotado na Secretária de Infraestrutura, no cargo de **MOTORISTA**, referente ao período aquisitivo de 07/10/2018 a 07/10/2019, a partir 07/01/2020, conforme protocolo nº 4923/2019.

Artigo 28 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01/12/2019.

Artigo 29 - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 05 de dezembro de 2019. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**

Prefeito Municipal

ESP/vl

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
COORD. DE PLANEJAMENTO - DECRETO 3583/2019

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2019

DECRETO Nº 3583, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019 - LEI N.1509

Abre no orçamento vigente ***crédito adicional suplementar e especial*** *e da outras providências*

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na Importância de R$ 15.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

813	10.304.0031.2043.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A VIGILANCIA SANIT	15.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 3 46
	3	Recursos de Exercícios Anteriores	
	300 003	VISA	

Artigo 2o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional Especial na Importância de R$15.000,00, distribuídos as seguintes dotações:

02 05 03 FUNDO DE MAN. E DESENV.DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB

693	12.365.0008.2030.0000	MANUTENÇAO DA EDUCAÇAO INFANTIL - FUNDEB 40% CR	15.000,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 3 19
	3	Recursos de Exercícios Anteriores	
	200 003	FUNDEB 40%	

Artigo 3o.- O crédito aberto na forma do artigo 1º e 2º será coberto com recursos da Lei 4.320/64 Art. 43 § 1º, provenientes de:

Superávit Financeiro: **15.000,00**

Fontes de Recurso	
3 19	15.000,00

Anulação:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

762	10.304.0031.2043.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A VIGILANCIA SANITAR	-15.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 3 46
	3	Recursos de Exercícios Anteriores	
	300 003	VISA	

Artigo 4o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 09 de outubro de 2019

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 574/2019

PORTARIA Nº 574 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019. ***AUTORIZA O LANÇAMENTO E PAGAMENTO DE HORAS EXCEDENTES PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.*** **O Prefeito da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, Considerando o disposto na Lei 1.502 de 08 de fevereiro de 2019, regulamentada pelo decreto 3463/2019; Considerando ainda comunicação interna nº 256/2019/ SMEC, resolve baixar a seguinte, PORTARIA Artigo 1º - Fica autorizado o lançamento e pagamento de horas excedentes na folha competência 12/2019, para Professores da Rede Municipal, conforme quadro abaixo:**

Nome	Local Desempenho Horas Excedentes	Período	Total Horas
Adriano Pereira dos Santos	Escola Municipal "Zumbi dos Palmares".	09 e 23/11, 07 e 14/12.	20
Amanda de Jesus Marangoni	Escola Municipal "Inedi Fontes Castilho Queiroz".	01, 05 e 06/11, 04, 05, 06, 11, 12, 13, 18, 19 e 20/12.	40
Ana de Jesus Galhardo da Silva	Pré Escola "Comecinho de Vida"	18 a 22/11.	10
Andreia Alves Miranda	Centro Educacional "Vereador Edson Athier A. Tamandaré".	09, 22 e 23/11, 07 e 14/12.	23
Angela Maria Camargo	Centro de Educação Infantil "Francisco Cruz".	26/11.	04
Angelita Cristina Moura	Centro Educacional "Vereador Edson Athier A. Tamandaré".	09, 18, 19, 20 e 23/11, 07 e 14/12.	21
Anjulumar Rodrigues de Souza	Escola Municipal "Zumbi dos Palmares".	09 e 23/11, 07 e 14/12.	16
Anna Karolina Almeida Couto	Escola Municipal "Zumbi dos Palmares".	09 e 23/11, 07 e 14/12.	16
Cleuza Xavier da Silva	Centro Educacional "Vereador Edson Athier A. Tamandaré".	22/11 à 02/12.	18
Clotilde Clara da Silva	Escola Municipal "Zumbi dos Palmares".	09 e 23/11, 07 e 14/12.	20
Diely de Almeida Borges	Centro de Educação Infantil "Francisco Cruz".	11, 12, 13, 14, 22 e 25/11.	18
Elaine Viana de Castilho	Centro de Educação Infantil "Francisco Cruz".	12/11.	04
Eliane de Souza Rodrigues Camargo	Pré Escola "Pequeno Polegar".	16/10.	04
Eliene Santana dos Anjos Silva	Escola Municipal "Inedi Fontes Castilho Queiroz".	04, 05, 06, 07 e 22/11.	14
Elisane Pereira Calixto dos Reis	Centro Educacional "Vereador Edson Athier A. Tamandaré".	09 e 23/11, 07 e 14/12.	17
Elizabete Cristina Bachi de Queiroz	Centro Educacional "Vereador Edson Athier A. Tamandaré".	11, 12 e 13/11.	10
Fabiana Cassia Pereira	Centro Educacional "Vereador Edson Athier A. Tamandaré".	12, 13 e 14/11.	10
Gabriel Fazolo da SIlva	Centro Educacional "Vereador Edson Athier A. Tamandaré".	09 e 23/11, 07 e 14/12	12
Geise Sara Ribeiro Campos	Centro de Educação Infantil "Chapeuzinho Vermelho".	26 e 29/11, 12 e 13/12.	16
Girlene Ferreira da Silva	Escola Municipal "Inedi Fontes Castilho Queiroz"	09 e 23/11, 07 e 14/12.	16
Gracielly da Silva Dias	Centro de Educação Infantil "Chapeuzinho Vermelho".	28 e 29/11, 26/11 a 20/12.	40
Janaina Helena Pomar	Escola Municipal "Zumbi dos Palmares".	07, 08 e 11/11.	12
Jose Augusto Alves Rodrigo Pereira	Centro Educacional "Vereador Edson Athier A. Tamandaré".	25 e 26/11.	08
Jose Cardoso Lompias	Escola Municipal "Inedi Fontes Castilho Queiroz"	09 e 23/11, 02, 03, 04, 07, 09, 10, 11, 14, 16, 17 e 18/ 12.	46
Josiely de Jesus Moura	Centro de Educação Infantil "Chapeuzinho Vermelho".	26, 27 e 28/11.	06
Leticia de Jesus Santana	Centro Educacional "Vereador Edson Athier A. Tamandaré".	06, 14 e 18/11.	12
Leticia Pereira dos Santos	Escola Municipal "Zumbi dos Palmares".	09 e 23/11, 07 e 14/12.	20
Leticia Regina de Oliveira Martins	Escola Municipal "Inedi Fontes Castilho Queiroz"	03, 07, 10 e 17/12.	16
Lucimeire de Souza Costa	Escola Municipal "Zumbi dos Palmares".	16/10, 09, 13 e 23/11, 07 e 14/12.	28
Marcia Penariol de Camargo	Centro Educacional "Vereador Edson Athier A. Tamandaré".	06, 07 e 08/11.	10
Margarida Creuza da Silva	Pré Escola "Pequeno Polegar".	23/10.	04
Maria Eliane Pinheiro Cunha	Centro Educacional "Vereador Edson Athier A. Tamandaré".	01, 04 e 05/11.	12
Maria Luiza de Moura	Escola Municipal "Inedi Fontes Castilho Queiroz"	09, 19, 21 e 23/11, 07 e 14/ 12.	24
Marlene Miranda Leite Lima	Pre Escola "Nossa Senhora Aparecida".	18, 19 e 20/12.	10
Maxwel de Souza Rodrigues	Centro Educacional "Vereador Edson Athier A. Tamandaré".	09, 23, 25 e 26/11, 07 e 14/ 12.	22
Nilceia de Paulo Toledo	Escola Municipal "Zumbi dos Palmares".	09 e 23/11, 07 e 14/12.	20
Rosangela Aparecida Ivo Leite	Pré Escola "Pequeno Polegar".	03/10.	04
Roselma Batista Cardoso da Silva	Escola Municipal "Inedi Fontes Castilho Queiroz"	09 e 23/11, 07 e 14/12.	24
Rosiane Pereira de Jesus	Escola Municipal "Zumbi dos Palmares".	08, 09,15,17 e 29/10 e 05, 07, 09, 12, 13, 23, 25, 26 e 27/11, 07 e 14/12.	56
Sander Souza Rodrigues Cintra	Centro Educacional "Vereador Edson Athier A. Tamandaré".	09 e 23/11, 07 e 14/12.	24
Simone Alves dos Santos	Centro Educacional "Vereador Edson Athier A. Tamandaré".	09 e 23/11, 07 e 14/12.	17
Simone Ferreira Vittorazi	Centro Educacional "Vereador Edson Athier A. Tamandaré".	27, 28 e 29/11.	10
Stephania Susana Pratinha Delbone	Escola Municipal "Inedi Fontes Castilho Queiroz"	11, 12 e 13/11.	10
Thays Regina Lemes Alves	Escola Municipal "Zumbi dos Palmares".	04/11.	04

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 06 de dezembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ESP/jder

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. 576/2019

PORTARIA N. 576 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS ÇOLETIVAS PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **JURACI CERQUEIRA COLOMBO,** lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, no cargo de **PSICOLOGA,** referente ao período aquisitivo de 01/11/ 2018 a 31/10/2019 a partir de 06/01/2020, conforme CI.

Artigo 2º - Concede30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **SONIA APARECIDA FALCHI FERREIRA,** lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** referente ao período aquisitivo de 02/05/2018 a 02/05/2019, a partir de 06/01/2020 conforme CI.

Artigo 3º - Concede30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **ROBERTA TELLES RODRIGUES MICHALSKI,** lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, no cargo de **ORIENTADOR SOCIAL PARA CRIANÇAS ADOLECENTES E JOVENS,** referente ao período aquisitivo de 01/07/2019 a 01/07/2020 a partir de 06/01/2020, conforme CI.

Artigo 4º - Concede30 (trinta) dias de **FÉRIAS para a servidora JOANA APARECIDA DE JESUS, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, no cargo de MERENDEIRA, referente ao período aquisitivo de 01/01/2019 a 31/12/2019 a partir de 06/01/2020, conforme CI.**

Artigo 5º - Concede30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para o servidor **JOAO BOSCO,** lotado na Secretaria de Desenvolvimento Social, no cargo de **EDUCADOR SOCIAL PARA IDOSOS,** referente ao período aquisitivo de 16/08/2019 a 16/08/2020 a partir de 06/01/2020, conforme CI.

Artigo 6º - Concede30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para a servidora **JANDIRA DA SILVA,** lotada na Secretaria de Desenvolvimento Social, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** referente ao período aquisitivo de 01/04/2018 a 31/03/2019, a partir de 06/01/2020 conforme CI.

Artigo 7º - Concede30 (trinta) dias de **FÉRIAS** para o servidor **EDIMILSON CORREA RAMOS,** lotado na Secretaria de Desenvolvimento Social, no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** referente ao período aquisitivo de 11/01/2018 a 11/01/2019 a partir de 06/01/2020, conforme CI.

. **Artigo 8º -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 06 de dezembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ESP/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 577/2019

PORTARIA Nº 577 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

***CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.* O Prefeito da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, RESOLVE**

Artigo 1º - Conceder 10 (dez) dias de **LICENÇA PRÊMIO** para o servidor **ROBSON DE CASTILHO RIBEIRO,** lotado no Gabinete do Prefeito, no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 01/08/2013 a 01/08/2018, para gozo a partir de 17/02/2020, conforme protocolo nº 5023/2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário. *REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.* Gabinete do Prefeito de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 09 de dezembro de 2019. EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ESP/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 578/2019

PORTARIA Nº 578 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS REFERENTE AO PERIODO DE 2018/2019 DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder férias, referente ao período 2018/2019, dos Servidores lotados na Secretária de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, ocupante do cargo de **PROFESSOR,** que serão gozadas coletivamente a partir de 23/12/2019:

ADAILCE ANTONIA DE PAULA CALOSSA

ANA DE JESUS GALHARDO DA SILVA

CARLOS ALBERTO FERREIRA PERES

CLAUDIA MARA DE CAMPOS

CLEIDE MARIA DA SILVA BATISTA

CLEUSA MARIA BARBOSA CRIADO

CLEUZA XAVIER DA SILVA

DORIVAL GOMES DA SILVA

DULCINA FRANCIELI DE CAMPOS SILVA

ELEUSA LOPES DE OLIVEIRA CHARLES

ELISANGELA MARQUES FARIA

EVA ALVES DO NASCIMENTO SILVA

FABIANA CASSIA PEREIRA

GILVANIA DE LIMA AMARAL

IARA JAMARIQUELI DE LIMA

INES APARECIDA DE SOUZA GONÇALVES

JOSE CARDOSO LOMPIAS

JUDITE MIRIAN DE OLIVEIRA MARTINS

KATIA DE ARRUDA CASTRILLON

LUCIA HELENA MOURA NAZARIO

LUCIANA ALVES DA COSTA

LUCIANA PEREIRA CASTILHO DA SILVA

LUCIDALVA DA SILVA

LUCIO MOREIRA NUNES

MARCIANA VIEIRA DE MELO

MARI CAMPOS DA SILVA

MARIA ANTONIA DE PAULA

MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO

MARIA DE LURDES CESTARE

MARIA ELIANE PINHEIRO CUNHA

MARIA HELENA CERQUEIRA COSTA

MARIA ROSA CATARUCCI FRANCISCO

MARIFRANCIS GONZAGA SILVA

MIRIAN DA SILVA FARIA

RAQUEL DE CASTRO GREVE

ROSANA DE CASSIA BOTELHO DE CARVALHO

ROSANA DO CARMO DE FASCIO

ROSILENE MENANDES DA SILVA

SANDRA GUERREIRO SOARES FARIA

SANDRA MARIA SOARES

SIMONE GONSALINA SOARES

SUELY DO PRADO OLIVEIRA DIDONE

VERA LUCIA DE CARVALHO SILVA

VERONICA ANDREIA OLIVEIRA ANDRE DA SILVA

VERUSCA ORLANDO CRUZ

VILMA PEREIRA GONÇALVES

WILMA CAMARGO MOREIRA ALVES

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 09 de dezembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ESP/vl

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº. 035 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO EM PECÚNIA, DE 1/3 DO PERÍODO DE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A VEREADORA CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições, consoante as normas gerais da Lei Complementar nº 157/2016, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, expede a seguinte Portaria, RESOLVENDO:

ARTIGO 1º. – Conceder, a requerimento do Servidor LUIZ EMILIO TOLON, brasileiro, maior, Servidor Público Municipal lotado no Departamento da Secretaria da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste-MT, no Cargo de Assistente Legislativo, com base no § 2º do Artigo 62 da Lei Complementar nº 157/2016:

Conversão de 1/3 (um terço), ou seja 10 (dez) dias do período das férias referente ao período aquisitivo de Mai/2018 a Mai/2019, em Abono Pecuniário.

Os 20 (vinte) dias restantes referente ao período aquisitivo descrito acima, serão gozados posteriormente em momento oportuno.

ARTIGO 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EDIFÍCIO LEOCÍDIO PEREIRA BENEVIDES, EM 10(DEZ) DE DEZEMBRO DE 2019 (DOIS MIL E DEZENOVE).

CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 583/2019

PORTARIA Nº 583 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019. CONCEDE AFASTAMENTO PARA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS O Prefeito da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder 08 (oito) dias de AFASTAMENTO para o servidor VALTER PESTANA, lotado na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, exercendo o cargo de MOTORISTA, pelo motivo de falecimento de sua mãe a Srª Iraci da Silva Pestana, conforme requerimento protocolado nº 5043/2019 e certidão de óbito. Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07/12/2019. Artigo 3º - Revoga-se as disposições em contrário. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 10 de dezembro de 2019. EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ESP/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 579/2019

PORTARIA Nº 579 DE 09 DEZEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS 2018/2019 PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder férias coletivas, referente ao período de 2018/2019 as Servidoras, ocupantes do cargo de **MONITORA DE CRECHE**, lotadas na Secretária de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, abaixo relacionadas, a partir de 23/12/2019;

ANA PAULA MARTINS

ANDREIA ALVES DE SOUZA

ANDREIA ZIGART

ANDREIA DE ARAUJO JANUARIO BARLETA

APARECIDA ROSANA FIDELIS

CREUZA MOREIRA DOS SANTOS

CRISTIANA ANTUNES DE BARROS

DALVENICE BORGES MAIA

DAYANA CRISTINA VOLPATO

ELIANE APARECIDA ALFREDO

ELIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA

ELIZABETE SANTIAGO DE OLIVEIRA

EVA CARLA BARBOZA

FRANCISMARA BARROS DE LIMA

GIRLANE GOMES DE QUEIROZ

IRENE OLIVEIRA BAZAN

JURCELI MENDONCA DA SILVA

LUCIANA DOS SANTOS DE AQUINO

LUCIANA PEREIRA DA SILVA SANTOS

MARIA DO CARMO DA SILVA SOUSA

MARIA IVONETE OLIVEIRA SILVA

MARIQUELLY SIQUEIRA DE CASTRO

NEUSELI DA SILVA PEREIRA SORATTO

PATRICIA CORREIA CARNEIRO

ROSELENA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS

ROSENIR CARDOSO LOMPIAS

SUELI CHUE DOS SANTOS

TELMA ALVES BELTRAO

VANESSA SOARES LIRA DE AQUINO

VILMA APARECIDA DE OLIVEIRA

ZORAIDE ANGELITA MOREIRA

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 09 de dezembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ESP/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. 582/2019

PORTARIA N. 582 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, de acordo com o Artigo 156 e Parágrafo Único da Lei Complementar n°. 157/2016 e Lei nº. 911 de 14 de janeiro de 2009 e suas alterações posteriores resolvem baixar à seguinte,

PORTARIA

Artigo 1º - Concede, 120 (cento e vinte) dias de **LICENÇA MATERNIDADE** conforme o Artigo 156 e Parágrafo Único da Lei Complementar n°. 157/2016**,** para a servidora **ALCIONE DA SILVA**, lotada na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de **PROFESSORA,** conforme requerimento e atestado médico.

Artigo 2° - Concede 60 (sessenta) dias de **PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE** para a servidora **ALCIONE DA SILVA**, conforme Lei Municipal n°. 911/2009.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/12/2019.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho", em 09 de dezembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ESP/vl

LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGAO ELETRONICO. 32/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 32/2019. OBJETO: **AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**. Sendo vencedoras as empresas: SO LETRINHAS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS EIR o item 1, com o valor de R$ 25.788,00 (vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e oito reais); o item 2, com o valor de R$ 33.584,00 (trinta e três mil, quinhentos e oitenta e quatro reais); o item 3, com o valor de R$ 25.488,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e oito reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 84.860,00 (oitenta e quatro mil, oitocentos e sessenta reais). Não houve interposição de recurso, sendo **HOMOLOGADO** EM 11/12/2019. Ana Claudia de Souza- Pregoeira - Portaria 179/2018. M. D' Oeste, 12/12/2019.

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
PORTARIA

PORTARIA Nº. 036 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO EM PECÚNIA, DE 1/3 DO PERÍODO DE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A VEREADORA CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, Usando de suas legais atribuições, consoante as normas gerais da Lei Complementar nº 157/2016, Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, expede a seguinte Portaria, RESOLVENDO:

ARTIGO 1º. – Conceder, a requerimento do servidor JOLDEMAR AGUEIRO, brasileiro, maior, Servidor Público Municipal lotado no Departamento da Secretaria da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste-MT, no Cargo de Assistente Legislativo, com base no § 2º do Artigo 62 da Lei Complementar nº 157/2016:

Conversão de 1/3 (um terço), ou seja 10 (dez) dias do período das férias referente ao período aquisitivo de Nov/2018 a Nov/2019, em Abono Pecuniário.

Os 20 (vinte) dias restantes referente ao período aquisitivo descrito acima, serão gozados posteriormente em momento oportuno.

ARTIGO 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

GABINETE DA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EDIFÍCIO LEOCÍDIO PEREIRA BENEVIDES, EM 10(DEZ) DE DEZEMBRO DE 2019 (DOIS MIL E DEZENOVE).

CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 580/2019

PORTARIA Nº 580 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS REFERENTE AO PERIODO DE 2018/2019 DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder férias referente ao período de 2018/2019 dos Servidores lotados na Secretária de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, ocupantes do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, que serão gozadas coletivamente a partir de 23/12/2019:

ANGELINA RIBEIRO DA SILVA SOUZA

APARECIDA IVONE MAZOTTI

AURELIA DA SILVA GREVE

CATARINA CARVALHO DA SILVA

CICERA MARIA DE ANUNCIACAO DOS ANJOS

CLEUZA MACHADO BATISTA RODRIGUES

DORA EDNA DA SILVA

ELIANA OLIMPIO

ELISANGELA DE SOUZA SILVA

ELIZABETE SAVOINE FRANCISCO

EUNICE AMARAL MELO

GLAUCIA MARAIA REGONHE

JOSCI DOS SANTOS

JUCELENE ADARTE DA COSTA QUEIROZ

MADALENA BRITO DE CARVALHO

MARIA LUCIA CARDOSO BATISTA

MARIA NEIDE TEODOCIO

MARIA REGINA BASILE

MARLI SILVA DE SOUZA

RAQUEL BUENO PEGORARO MACHADO

RAQUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA

ROSELI NUNES PAIXAO

VERA LUCIA DE OLIVEIRA CARVALHO

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 09 de dezembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ESP/vl

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
RESCISÃO DO CONTRATO 189/2019

RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO nº 189/2019

Pelo presente termo de Rescisão Contratual, de um lado o município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, detentor do CNPJ n. 03.755. 477/0001-75 neste ato representado pela Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579.262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Srª**.** ***VALÉRIA RIOS PRADO,*** brasileira, casada, residente e domiciliada na Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portador do RG 1415652-0 SESP/MT e CPF 937.317.101-10, neste ato denominado contratado, resolvem de comum acordo, por iniciativa do contratado, rescindir a partir 31/12/2019 o contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Tempo Determinado nº 189/2019, do contratado ao cargo de ***PSICÓLOGA – CRAS/PAIF***, ficando assim resolvido e não percebendo ambas as partes quaisquer ônus ou direitos posteriores.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 05 de dezembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO ***VALÉRIA RIOS PRADO***

CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

_____

_____

ALCILENA C. QUEIROZ BOTELHO JONATHAN DOUGLAS ESPINDOLA RIBEIRO

RG: 375911 SSP/MT RG: 2171844-0 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 049.528.171-99

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. 581/2019

PORTARIA N. 581 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições,

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder férias referente ao período de 2018/2019 dos Servidores lotados na Secretária de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, ocupantes do cargo de **MERENDEIRA**, que serão gozadas coletivamente a partir de 23/12/2019:

APARECIDA ANDRÉ

CLEUZA PEREIRA DE SOUZA

DOMINGAS MARIA DE JESUS

LUCIA AMARAL LINS DA SILVA

MARIA JOSE LOPES

MARINETI NUNES DA CONCEICAO SANTOS

MIRIAN AVELINO DA CUNHA MOTA

ROSANGELA ROSA DA SILVA

ROSEMEIRE APARECIDA DE ALMEIDA OLIVEIRA

ROSIMEIRE SOARES DA SILVA

SILVIA SANDRA DOS REIS

SOLANGE DOS SANTOS

SUELI DE LIMA NERI DE SOUZA

SUELI DOS SANTOS

ZUMIRA ANTONIA DA SILVA POSSAVATZ

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, "Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho" em 09 de Dezembro de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

ESP/ vl

LICITAÇÃO
RESULTADO DO PR. 70/71/73/2019

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL n. 71/2019. O Município de Mirassol D'Oeste através de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Pregão acima. OBJETO: **SRP DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGENS, (COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVAS PARA M.Es E EPPs**). Sendo vencedoras as empresas: M. DALVA DE OLIVEIRA - ME o item 4, com o valor de R$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais). HOTEL DANUBIO AZUL LTDA ME o item 1, com o valor de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais); o item 2, com o valor de R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais); o item 3, com o valor de R$ 19.250,00 (dezenove mil, duzentos e

cinquenta reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 74.450,00 (setenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais). **Adjudicado em 09/12/19 e Homologado em 11/12/2019**. Euclides da Silva Paixão – Prefeito. Mara Aparecida Amarante – Pregoeira. M. D' Oeste, 12/12/2019.

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL n. 73/2019. O Município de Mirassol D'Oeste através de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Pregão acima. **OBJETO: SRP PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOSPARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, sendo vencedora a empresa: FUNERÁRIA CENTRAL LTDA - ME o lote 01, com o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). **Adjudicado em 05/12/2019 e Homologado em 11/12/19**. Euclides da Silva Paixão – Prefeito. Ana Claudia de Souza – Pregoeira. M. D' Oeste, 12/12/2019.

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL nº 70/2019. O Município de Mirassol D'Oeste através de seu Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Pregão acima. OBJETO: **SRP PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA (COM APLICAÇÃO DE PEÇAS ESPECIFICAS PARA O SERVIÇO)**, sendo vencedora a empresa: REGINALDO DA SILVA 59415576120 o lote 00000001, com 5 %; o lote 00000002, com 5 %; o lote 00000003, com 5 %; o lote 00000004, com 5 %; o lote 00000005, com 5 %; o lote 00000006, com 5 %; o lote 00000007, com 5 %; o lote 00000008, com 5 %; o lote 00000009, com 5 %; o lote 00000010, com 5 %; o lote 00000011, com 5 %; o lote 00000012, com 5 %; o lote 00000013, com 5 %; o lote 00000014, com 5 %; o lote 00000015, com 5 %; o lote 00000016, com 5 %; o lote 00000017, com 5 %; o lote 00000018, com 5 %; o lote 00000019, com 5 %; o lote 00000020, com 5 %; o lote 00000021, com 5 %; o lote 00000022, com 5 %; o lote 00000023, com 5 %; o lote 00000024, com 5 %; o lote 00000025, com 5 %; o lote 00000026, com 5 %; o lote 00000027, com 5 %; o lote 00000028, com 5 %; o lote 00000029, com 5 %; o lote 00000030, com 5 %; o lote 00000031, com 5 %; o lote 00000032, com 5 %; o lote 00000033, com 5 %; o lote 00000034, com 5 %; o lote 00000035, com 5 %; o lote 00000036, com 5 %; o lote 00000037, com 5 %; o lote 00000038, com 5 %; o lote 00000039, com 5 %; o lote 00000040, com 5 %; o lote 00000041, com 5 %; o lote 00000042, com 5 %; o lote 00000043, com 5 %; o lote 00000044, com 5 %; o lote 00000045, com 5 %; o lote 00000046, com 5 %; o lote 00000047, com 5 %; o lote 00000048, com 5 %; o lote 00000049, com 5 %; o lote 00000050, com 5 %; o lote 00000051, com 5 %; o lote 00000052, com 5 %; o lote 00000053, com 5 %; o lote 00000054, com 5 %; o lote 00000055, com 5 %. Homologado em 11/12/19. Euclides da Silva Paixão – Prefeito. Ana Claudia de Souza – Pregoeira. M. D' Oeste, 12/12/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2019.

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT e do outro lado a empresa **E. DE S. BRANDÃO (GRAFICA E EDITORA EXATA-ME),** inscrita no CNPJ n° 29.115.096/0001-15 e Inscrição Estadual n.º 137052669 – MT, estabelecida a Rua 325, n.º 325, Rod. Palmiro Paes de Barros, cidade de Cuiabá-MT, cep: 78.085-417, fone: 65-3044-6000, email: graficaexatacba@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr. Evandro Jose Rodrigues, inscrito no CPF n° 654.961.911-49, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES - MT**, **através da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, conforme termo de referência (anexo I)** do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

CÓD	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
120885	CONFECCAO BLOCO CARTAO DE IMUNIZACAO DE ARQUIVO TAMANHO A4	BLOCO	800	R$ 7,00	R$ 5. 600,00
120849	CONFECCAO BLOCO DE LAUDOS DE EXAMES DE ALTA COMPLEXIDADE TAMANHO A4 COM 100 FOLHAS	BLOCO	200	R$ 7,50	R$ 1. 500,00
32999	CONFECCAO BLOCO DE RECEITA CONTROLE ESPECIAL COM 50 FLS	UNIDADE	700	R$ 3,86	R$ 2. 702,00
120853	CONFECCAO BLOCO DE ROA TAMANHO A4 COM 100 FOLHAS	BLOCO	160	R$ 7,40	R$ 1. 184,00
120850	CONFECCAO BLOCO DE SISCOLO TAMNAHO A4 COM 100 FOLHAS	BLOCO	100	R$ 7,40	R$ 740,00
48270	CONFECCAO DE BLOCO GUIA DE RECOLHIMENTO DE TAXA PARA ALVARA SANITARIO TAMANHO 15X21	UN	150	R$ 3,98	R$ 597,00
47994	CONFECCAO DE BLOCO INFRACAO - VIGILANCIA SANITARIA TAMANHO A4	UN	150	R$ 7,00	R$ 1. 050,00
39175	CONFECCAO DE BLOCO AUTO DE INFRACAO EM PRETO E BRANCO A4 CARBONADO	UND	30	R$ 25,00	R$ 750,00
39173	CONFECCAO DE BLOCO DE NOTIFICACAO EM PRETO E BRANCO A4 CARBONADO c/ 50fls	UND	30	R$ 14,50	R$ 435,00
120887	CONFECCAO DE BLOCO REQUISICAO DE ABASTECIMENTO EM DUAS VIAS PRIMEIRA VIA AZUL E A SEGUNDA AMARELA TAMANHO 15X21 BLOCO DE 50X1	BLOCO	310	R$ 5,90	R$ 1. 829,00

123802	CONFECCAO DE BLOCOS ROA ODONTOLOGICO C/50FOLHAS	BLOCO	100	R$ 4,90	R$ 490,00
21275	CONFECCAO DE CARIMBO AUTO ENTITANTE 18X47MM	UNID	430	R$ 45,50	R$ 19. 565,00
22185	CONFECCAO DE CARTAO DE VISITA 5 X 9CM	UND	3.600	R$ 0,30	R$. 080,00
120893	CONFECCAO DE CARTEIRA DO DIABETICO E HIPERTENSO TAMANHO 21X12,5 EM SUFITE 180 GR	UN	600	R$ 1,00	R$ 600,00
41708	CONFECCAO DE CERTIFICADO COLORIDO EM PAPEL FOTOGRAFICO FRENTE E VERSO TAMANHO A4	UN	1.700	R$ 1,20	R$ 2. 040,00
120920	CONFECCAO DE CERTIFICADO EM PAPEL COUCHE, FOSCO, BRANCO, GRAMATURA 250G/M2, IMPRESSAO COLORIDA NA FRENTE E EM PRETO NO VERSO, FORMATO 21CM X 30CM, ACABAMENTO CORTE RETO	UN	1.800	R$ 1,15	R$ 2. 070,00
120923	CONFECCAO DE CONVITE 0,16 X 0,12 4X4, DOBRA E CORTE EM FACA ESPECIAL, COLORIDO	UN	1.800	R$ 1,45	R$ 2. 610,00
120921	CONFECCAO DE CONVITE 0,16X0,12CM, COLORIDO	UN	1.800	R$ 0,90	R$ 1. 620,00
125050	CONFECCAO DE CRACHA EM PAPEL COUCHE ARTE COLORIDA 9 X 6 CM		1.830	R$ 0,98	R$ 1. 793,40
120983	CONFECCAO DE ENVELOPE 240 X 280 TIMBRADO	UN	120	R$ 2,70	R$ 324,00

O valor global desta Ata de RP é de R$ 48.579,40 (quarenta e oito mil, quinhentos e setenta e nove reais com quarenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços,** serão entregues mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, em até 08 (oito) dias uteis, e entregue no setor requisitante até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do

Sec. Mun. de Educação.....116-05.001.12.361.0013.2063.339036000000

Sec. Mun. de Administração.....61-03.001.04.122.0004.2010.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....208-06.001.10.301.0030.2080.339039000000

Sec. Mun. de Assistência Social.....269-07.001.08.244.0025.2070.339039000000

Sec. Mun de Fiscalização Tributaria.....404-10.001.04.129.0017.2058.33.90.39.00.00.00
Secr. Mun. De Turismo e Cultura.....429-11.001.23.695.0015.2046.33.90.39.00.00.00
Sec. Mun. de Saúde.....228-06.002.10.301.0029.2081.339039000000
Sec. Mun. de Saúde.....256-06.002.10.305.0029.2084.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....291-07.002.08.244.0025.2076.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....283-07.002.08.244.0025.2069.339039000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 76/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019 a proposta da empresa **E. DE S. BRANDÃO (GRAFICA E EDITORA EXATA-ME** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 10 de dezembro de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

E. DE S. BRANDÃO

(GRAFICA E EDITORA EXATA-ME)

CNPJ n° 29.115.096/0001-15

Sr. Evandro Jose Rodrigues

CPF n° 654.961.911-49

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2019.

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Mu-

nicipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT e do outro lado a empresa **GRAFICA PRINT INDUSTRIA E EDITORA LTDA,** inscrita no CNPJ n° 73.783.649/0001-08, estabelecida a Av. João Eugenio Gonçalves Pinheiro, 350, Areão, Cuiabá, cep: 78.010-308, fone: 65-3617-7600, email: ira.lucas@graficaprint.com.br, neste ato representada pelo Sr. Dalmi Fernandes Defanti Junior, portador do CIRG n.º 765. 470 SSP/MT e CPF n.º 503.402.801-82, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES - MT**, **através da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, conforme termo de referência (anexo I)** do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

CÓD	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
26238	CONFECCAO BLOCO ATESTADO MEDICO C/ 50 FOLHAS	UND	150,00	R$ 3,60	R$ 540,00
125046	CONFECCAO BLOCO BALANCETE DE METODOS CONTRACEPTIVOS TAMANHO A4 100 FOLHAS.	BLOCO	600,00	R$ 7,41	R$ 4. 446,00
120854	CONFECCAO BLOCO DE CONTROLE DE PACIENTES EM CONSULTAS FORA DO MUNICIPIO TAMANHO A4 COM 100 FOLHAS	BLOCO	200,00	R$ 8,73	R$ 1. 746,00
120856	CONFECCAO CARTAO DE GESTANTE TAMANHO A4	UN	100,00	R$ 3,20	R$ 320,00
120915	CONFECCAO DE CARTILHA 21X15CM IMPRESSAO EM PAPEL COUCHE TEXTURA LISA, COLORIDA FRENTE E VERSO, GRAMATURA 80GR, ENCADERNACAO GRAMPEADA, 20 PAG.	UN	1. 800,00	R$ 2,49	R$ 4. 482,00
120926	CONFECCAO DE PANFLETO - IMPRESSAO COLORIDO EM PAPEL A5, 10 X 21CM, GRAMATURA 90GR, IMPRESSAO FRENTE	UN	5. 500,00	R$ 0,55	R$ 3. 025,00

O valor global desta Ata de RP é de R$ 14.559,00 (quatorze mil, quinhentos e cinquenta e nove reais)

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços,** serão entregues mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, em até 08 (oito) dias uteis, e entregue no setor requisitante até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do

Sec. Mun. de Educação.....116-05.001.12.361.0013.2063.339036000000

Sec. Mun. de Administração.....61-03.001.04.122.0004.2010.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....208-06.001.10.301.0030.2080.339039000000

Sec. Mun. de Assistência Social.....269-07.001.08.244.0025.2070.339039000000

Sec. Mun de Fiscalização Tributaria.....404-10.001.04.129.0017.2058.33.90.39.00.00.00
Secr. Mun. De Turismo e Cultura.....429-11.001.23.695.0015.2046.33.90.39.00.00.00
Sec. Mun. de Saúde.....228-06.002.10.301.0029.2081.339039000000
Sec. Mun. de Saúde.....256-06.002.10.305.0029.2084.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....291-07.002.08.244.0025.2076.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....283-07.002.08.244.0025.2069.339039000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo "PROMITENTE FORNECEDOR", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 76/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019 a proposta da empresa **GRAFICA PRINT INDUSTRIA E EDITORA LTDA** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 10 de dezembro de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

GRAFICA PRINT INDUSTRIA E EDITORA LTDA

CNPJ n° 73.783.649/0001-08

Sr. Dalmi Fernandes Defanti Junior

CPF n.º 503.402.801-82

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO DE LICITAÇAO DESERTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2019

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 179/2019, torna público aos interessados, que não houve apresentação de proposta para abertura da sessão publica, no dia 10/12/2019 as 09:30hs, no processo em epigrafe, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR HORA DE MAQUINA MOTONIVELADORA PARA *ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NOBRES - MT***, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital, sendo a licitação declarada **DESERTA.** Portanto, **REABRE – SE** o prazo para nova sessão, a saber, no dia 23/12/2019 as 08:00hs, sem alteração nas clausulas editalicias. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 e 13:00h ás 17:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/transparencia. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218.

Nobres, 11 de Dezembro de 2019.

NADIR DA SILVA

PREGOEIRA

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 78/2019

A Comissão de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 78/2019,cujo Objeto é a **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PRODUTOS DE PADARIA) PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES-MT,** sagrou - se vencedora a empresa P**ANIFICADORA E LANCHONETE CENTRAL EIRELI,** inscrita no CNPJ n° 06.160.903/0001-16, com valor global de R$ 134.619,94 (cento e trinta e quatro mil seiscentos e dezenove reais e noventa e quatro centavos).

Nobres/MT, 11 de Dezembro de 2019.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2019.

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT e do outro lado a empresa **HDS DOS SANTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 34.508.569/0001-84, estabelecida a Rua Trinta e seis, n.º 01, bairro Cohab São Gonçalo, cidade de Cuiabá/MT, cep: 78.090-836, fone: 65-9.9938-1822, email: skantek.skantec@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. Héric Damião Silva dos Santos, portador do CPF n.º 019.342.051-17, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES - MT**, **através da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, conforme termo de referência (anexo I)** do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

CÓD	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
120855	CONFECCAO CARTAO DA CRIANCA TAMANHO A4	UN	250	R$ 2,15	R$ 537,50
120845	CONFECCAO BLOCO DE RECEITUARIO CONTROLE ESPECIAL 15 X 21 CARBONADO EM DUAS VIAS (AMARELA E BRANCO) COM 100 FOLHAS	BLOCO	1.000	R$ 6,34	R$ 6.340,00

120844	CONFECCAO BLOCOS DE RECEITUARIO SIMPLES 15X21 C/50 FOLHAS	BLOCO	900	R$ 2,13	R$ 1.917,00
125048	CONFECCAO DE BANNERS FOTOGRAFICO COLORIDO M²		1.800	R$ 24,99	R$ 44.982,00
116885	CONFECCAO DE BLOCO DE NOTIFICACAO 21X14,5 CARBONADO EM DUAS VIAS.	UN	1.070	R$ 6,61	R$ 7.072,70
120927	CONFECCAO DE CRACHA EM PVC 54X87MM	UN	2.500	R$ 13,50	R$ 33.750,00
123803	CONFECCAO DE FICHA ONDOTOLOGICA - MODELO NOVO-BLOCOS C/50 FOLHAS		180	R$ 4,99	R$ 898,20
46244	CONFECCAO DE FOLDER, FLYER, PANFLETOS 14 X 20 - COLORIDO - EM PAPEL COUCHE		6.500	R$ 0,48	R$ 3.120,00
120897	CONFECCAO FICHA CADASTRO DAS GESTANTES - 100X1	UN	40	R$ 22,99	R$ 919,60
39698	CONFECCAO PLACA DE IDENTIFICACAO P/PORTA TAMANNHO 35X13 EM ACRILICO	UNIDADE	290	R$ 15,53	R$ 4.503,70
26722	CONTROLE DE VISITAS DOMICILIARES TAMANHO 15X21 - 100fls	UNIDADE	100	R$ 0,55	R$ 55,00

O valor global desta Ata de RP é de R$ 104.095,70 (cento e quatro mil, noventa e cinco reais com setenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços,** serão entregues mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, em até 08 (oito) dias uteis, e entregue no setor requisitante até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do

Sec. Mun. de Educação.....116-05.001.12.361.0013.2063.339036000000

Sec. Mun. de Administração.....61-03.001.04.122.0004.2010.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....208-06.001.10.301.0030.2080.339039000000

Sec. Mun. de Assistência Social.....269-07.001.08.244.0025.2070.339039000000

Sec. Mun de Fiscalização Tributaria.....404-10.001.04.129.0017.2058.33.90.39.00.00.00
Secr. Mun. De Turismo e Cultura.....429-11.001.23.695.0015.2046.33.90.39.00.00.00
Sec. Mun. de Saúde.....228-06.002.10.301.0029.2081.339039000000
Sec. Mun. de Saúde.....256-06.002.10.305.0029.2084.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....291-07.002.08.244.0025.2076.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....283-07.002.08.244.0025.2069.339039000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 76/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019 a proposta da empresa **HDS DOS SANTOS EIRELI** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 10 de dezembro de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

HDS DOS SANTOS EIRELI

CNPJ sob o n.º 34.508.569/0001-84

Sr. Héric Damião Silva dos Santos

CPF n.º 019.342.051-17

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2019.

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/

PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT e do outro lado a empresa **BRÍVIA COM. DE MÁQUINAS INDUS. EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.618.579/0001-77, estabelecida a Av. Fernando Correa da Costa, n.º 3010-B, bairro Shangri-lá, cidade de Cuiabá/MT, cep: 78.070-200, fone: 65-3359-2197, email: briviacomercio@outlook.com, neste ato representada pelo Sr. Aziz Dogan, portador do CPF n. º 106.582.201-44, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES - MT**, **através da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, conforme termo de referência (anexo I)** do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

CÓD	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
125043	CONFECCAO BLOCO DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL DO ESUS TAMANHO A4 PAGINAS 1-1 E 1-2 - 100 FOLHAS		1.000	R$ 6,98	R$ 6.980,00
120842	CONFECCAO BLOCO DE MAMOGRAFIA TAMANHO A4 COM 100 FOLHAS	BLOCO	250	R$ 7,60	R$ 1.900,00
38673	CONFECCAO BLOCO DE RECEITUARIO AZUL B COM 100 FOLHAS	UNIDADE	1.700	R$ 6,53	R$ 11.101,00
120861	CONFECCAO BLOCO DE VISITAS DOMICILIAR DO ESUS TAMANO A4 PAGINAS 1-1 E 1-2 COM 100 FOLHAS	BLOCO	600	R$ 6,99	R$ 4.194,00
125036	CONFECCAO DE ADESIVO COM LOGO DA PREFEITURA M²	m²	900	R$ 48,40	R$ 43.560,00
45885	CONFECCAO DE BLOCO DE VOUCHER UNICO DO MUNICIPIO DE NOBRES COM 5 VIAS CARBONADO		1.500	R$ 16,90	R$ 25.350,00
41665	CONFECCAO DE CARIMBO 3,5 X 1,5 (PEQUENO) AUTO TINTANTE	UNIDADE	270	R$ 32,90	R$ 8.883,00
41680	CONFECCAO DE CARIMBO 4,5 X 2,00 (MEDIO) AUTO TINTANTE	UNIDADE	270	R$ 57,00	R$ 15.390,00
21552	CONFECCAO DE CARIMBO AUTO TINTANTE 6 X 4 CM		30	R$ 87,00	R$ 2.610,00
47131	CONFECCAO DE CARIMBRO DE MADEIRA, REDONDO, PEQUENO, PARA NUMERACAO		140	R$ 17,90	R$ 2.506,00
47270	CONFECCAO DE ENVELOPE SACO TIMBRADO 836X242	UND	4.500	R$ 4,30	R$ 19.350,00
41685	CONFECCAO DE ENVELOPE TIMBRADO 23X33CM	UNIDADE	4.500	R$ 0,78	R$ 3.510,00
125052	CONFECCAO DE ETIQUETA ADESIVA P/CONVITE - PCT COM 50 FOLHAS CONTENDO 20 ETIQUETAS.		90	R$ 8,10	R$ 729,00
125051	CONFECCAO DE ETIQUETA ADESIVA P/CORRESPONDENCIA - PCT COM 50 FOLHAS CONTENDO 20 ETIQUETAS.		90	R$ 8,10	R$ 729,00
120895	CONFECCAO DE FICHA ACOMPANHAMENTO DE HIPERTENSO TAMANHO 15X21 - 50fls	BLOCO	600	R$ 2,10	R$ 1.260,00
120898	CONFECCAO DE FICHA CADASTRO DA FAMILIA - FICHA A - 50X1	UN	100	R$ 5,00	R$ 500,00
120884	CONFECCAO DE FICHA PERINATAL AMBULATORIO TAMANHO A4 - 100fls	UN	600	R$ 7,45	R$ 4.470,00
39197	CONFECÇAO DE FOLDER, FLYER, PANFLETOS - 0,20 X 0,28 - COLORIDO - EM PAPEL COUCHE		500	R$ 1,70	R$ 850,00
36596	CONFECCAO DE PANFLETOS 10 X 15 CM (C/ 1000 UNID)	PACOTE	3.700	R$ 105,00	R$ 388.500,00
125049	CONFECCAO DE PLACAS EM PVC - ARTE COLORIDA M²	m²	850	R$ 70,00	R$ 59.500,00

O valor global desta Ata de RP é de R$ 601.872,00 (seiscentos e um mil, oitocentos e setenta e dois reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços,** serão entregues mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, em até 08 (oito) dias uteis, e entregue no setor requisitante até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do

Sec. Mun. de Educação.....116-05.001.12.361.0013.2063.339036000000

Sec. Mun. de Administração.....61-03.001.04.122.0004.2010.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....208-06.001.10.301.0030.2080.339039000000

Sec. Mun. de Assistência Social.....269-07.001.08.244.0025.2070.339039000000

Sec. Mun de Fiscalização Tributaria.....404-10.001.04.129.0017.2058.33.90.39.00.00.00
Secr. Mun. De Turismo e Cultura.....429-11.001.23.695.0015.2046.33.90.39.00.00.00
Sec. Mun. de Saúde.....228-06.002.10.301.0029.2081.339039000000
Sec. Mun. de Saúde.....256-06.002.10.305.0029.2084.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....291-07.002.08.244.0025.2076.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....283-07.002.08.244.0025.2069.339039000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 76/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019 a proposta da empresa **BRÍVIA COM. DE MÁQUINAS INDUS. EIRELI - ME** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 10 de dezembro de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

BRÍVIA COM. DE MÁQUINAS INDUS. EIRELI – ME

CNPJ sob o n.º 11.618.579/0001-77

Sr. Aziz Dogan

CPF n.º 106.582.201-44

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2019.

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT e do outro lado a empresa **OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.858.637/0001-74, estabelecida a Rua Girassóis, n.º 550, bairro Jd. Cuiabá, cidade de Cuiabá/MT, cep: 78.043-132, fone: 65-3023-8700, email: frederick@outimpress.com.br, neste ato representada pelo Sr. Jony Marcelo Pereira de Camargo, portador do CIRG n.º 830104 SSP/MT e CPF n.º 571.444.191-53, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES - MT**, **através da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, conforme termo de referência (anexo I)** do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

CÓD	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
125044	CONFECCAO BLOCO DE ATENDIMENTO ODONTOLOGICO DO ESUS TAMANHO A4 PAGINAS 1-1 E 1-2 - COM 100 FOLHAS	BLOCO	1.000	R$ 6,98	R$ 6.980,00
120852	CONFECCAO BLOCO DE RELATORIO DA SITUACAO DE SAUDE E ACOMPANHAMENTO DAS FAMILIAS NA AREA / EQUIPE TAMANHO A4 COM 100 FOLHAS	BLOCO	100	R$ 13,99	R$ 1.399,00
125035	CONFECCAO DE ADESIVO - FAIXA M²	m²	900	R$ 34,00	R$ 30.600,00

O valor global desta Ata de RP é de R$ 38.979,00 (trinta e oito mil, novecentos e setenta e nove reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços,** serão entregues mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, em até 08 (oito) dias uteis, e entregue no setor requisitante até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do

Sec. Mun. de Educação.....116-05.001.12.361.0013.2063.339036000000

Sec. Mun. de Administração.....61-03.001.04.122.0004.2010.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....208-06.001.10.301.0030.2080.339039000000

Sec. Mun. de Assistência Social.....269-07.001.08.244.0025.2070.339039000000

Sec. Mun de Fiscalização Tributaria.....404-10.001.04.129.0017.2058.33.90.39.00.00.00
Secr. Mun. De Turismo e Cultura.....429-11.001.23.695.0015.2046.33.90.39.00.00.00
Sec. Mun. de Saúde.....228-06.002.10.301.0029.2081.339039000000
Sec. Mun. de Saúde.....256-06.002.10.305.0029.2084.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....291-07.002.08.244.0025.2076.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....283-07.002.08.244.0025.2069.339039000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 76/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019 a proposta da empresa **OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES EIRELI** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 10 de dezembro de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

OUTIMPRESS SOLUÇÕES INTELIGENTES EIRELI

CNPJ sob o n.º 04.858.637/0001-74

Sr. Jony Marcelo Pereira de Camargo

CPF n.º 571.444.191-53

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2019.

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT e do outro lado a empresa **ALTAIR DA SILVA SANTOS E CIA EIRELI (TECH PRINT)**, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.113.059/0001-96, e Inscrição Estadual n.º 13.165.778-5, estabelecida a Av. Afonso Pena, n.º 1.100, bairro Santa Helena, cidade de Cuiabá/MT, cep: 78.049-323, fone: 65-3621-1004, email: licitacoes@techprint.com.br, neste ato representada pelo Sr. Altair da Silva Santos, portador do CIRG n.º 395.469 SESP/RO e CPF n.º 390.573.132-00, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES - MT**, **através da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, conforme termo de referência (anexo I)** do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

CÓD	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
120841	CONFECCAO BLOCO DE CADASTRO INDIVIDUAL TAMANHO A4 COM 100 FOLHAS	BLOCO	400,00	R$ 7,68	R$ 3.072,00
125047	CONFECCAO DE ADESIVO FOTOGRAFICO APLICADOS EM PVC M²	M²	1.800,00	R$ 83,80	R$ 150.840,00

125037	CONFECCAO DE ADESIVO PARA VEICULO COM LOGO DA PREFEITURA M²	m²	900,00	R$ 66,50	R$ 59.850,00
41681	CONFECCAO DE CARIMBO 6,0 X 4,0 (GRANDE) AUTO TINTANTE	UNIDADE	270,00	R$ 87,00	R$ 23.490,00
125040	CONFECCAO DE CARTAZ PAPEL COUCHE M²	m²	1.900,00	R$ 9,98	R$ 18.962,00
125041	CONFECCAO DE CARTAZES, ARTE COLORIDA, MATERIAL DE BOA QUALIDADE M²	m²	2.700,00	R$ 12,90	R$ 34.830,00

O valor global desta Ata de RP é de R$ 291.044,00 (duzentos e noventa e um mil e quarenta e quatro reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços,** serão entregues mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, em até 08 (oito) dias uteis, e entregue no setor requisitante até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do

Sec. Mun. de Educação.....116-05.001.12.361.0013.2063.339036000000

Sec. Mun. de Administração.....61-03.001.04.122.0004.2010.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....208-06.001.10.301.0030.2080.339039000000

Sec. Mun. de Assistência Social.....269-07.001.08.244.0025.2070.339039000000

Sec. Mun de Fiscalização Tributaria.....404-10.001.04.129.0017.2058.33.90.39.00.00.00
Secr. Mun. De Turismo e Cultura.....429-11.001.23.695.0015.2046.33.90.39.00.00.00
Sec. Mun. de Saúde.....228-06.002.10.301.0029.2081.339039000000
Sec. Mun. de Saúde.....256-06.002.10.305.0029.2084.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....291-07.002.08.244.0025.2076.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....283-07.002.08.244.0025.2069.339039000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 76/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019 a proposta da empresa **ALTAIR DA SILVA SANTOS E CIA EIRELI** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 10 de dezembro de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

ALTAIR DA SILVA SANTOS E CIA EIRELI

CNPJ sob o n.º 00.113.059/0001-96

Sr. Altair da Silva Santos

CPF n.º 390.573.132-00

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/2019

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT e do outro lado a empresa **4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA-ME (GRAFICA LIBERAL)**, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.278.238/0001-25, e Inscrição Estadual n.º 13416449-0, estabelecida a Travessa Brasília, n.º 30, bairro Areão, cidade de Cuiabá/MT, cep: 78.010-265, fone: 65-3624-1715, email: atendimento@gliberal.com.br, neste ato representada pelo Sr. Ecir Rolim Bacani, portador do CIRG n.º 1995900-1 SSP/MT e CPF n.º 035.679.181-50, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES - MT**, **através da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, conforme termo de referência (anexo I)** do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

CÓD	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
125045	CONFECCAO BLOCO DE ATIVIDADE COLETIVA DO ESUS TAMANHO A4 PAGINAS 1-1 E 1-2 COM 100 FOLHAS.		800	R$ 6,98	R$ 5. 584,00
120847	CONFECCAO BLOCO DE MAPA DE ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS TAMANHO A4 COM 100 FOLHAS	UN	100	R$ 7,98	R$ 798,00
120851	CONFECCAO BLOCO DE RELATORIO DE PRODUCAO E DE MARCADORES PARA VARIACAO TAMNAHO A4 COM 100 FOLHAS	BLOCO	100	R$ 14,50	R$ 1. 450,00
120857	CONFECCAO CARTAO DA FAMILIA TAMANHO A4	UN	100	R$ 99,79	R$ 9. 979,00
125039	CONFECCAO DE BANNER EM LONA COLORIDO M²	m²	1.350	R$ 44,30	R$ 59. 805,00
41683	CONFECCAO DE CARTILHA COM 20 PAGINAS PRETO E BRANCO	UNIDADE	900	R$ 2,44	R$ 2. 196,00
47260	CONFECCAO DE CARTILHAS C/12 PG. COLORIDO	UN	900	R$ 2,50	R$ 2. 250,00

O valor global desta Ata de RP é de R$ 82.062,00 (oitenta e dois mil e sessenta e seis reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços,** serão entregues mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, em até 08 (oito) dias uteis, e entregue no setor requisitante até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do

Sec. Mun. de Educação.....116-05.001.12.361.0013.2063.339036000000

Sec. Mun. de Administração.....61-03.001.04.122.0004.2010.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....208-06.001.10.301.0030.2080.339039000000

Sec. Mun. de Assistência Social.....269-07.001.08.244.0025.2070.339039000000

Sec. Mun de Fiscalização Tributaria.....404-10.001.04.129.0017.2058.33.90.39.00.00.00
Secr. Mun. De Turismo e Cultura.....429-11.001.23.695.0015.2046.33.90.39.00.00.00
Sec. Mun. de Saúde.....228-06.002.10.301.0029.2081.339039000000
Sec. Mun. de Saúde.....256-06.002.10.305.0029.2084.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....291-07.002.08.244.0025.2076.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....283-07.002.08.244.0025.2069.339039000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 76/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019 a proposta da empresa **4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA-ME (GRAFICA LIBERAL),** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 10 de dezembro de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA-ME

(GRAFICA LIBERAL)

CNPJ sob o n.º 13.278.238/0001-25

Sr. Ecir Rolim Bacani

CPF n.º 035.679.181-50

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/2019.

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffman Riedi, s/ n.º, Bairro Jardim Paraná, cidade de Nobres– MT, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal **LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, Agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740.239 SSP/PR e CPF n.º 159.026.509-25, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT e do outro lado a empresa **ELIFRANCIS IND. E COM. GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (GRAFICA AGILIZA),** inscrita no **CNPJ n° 08.866.744/0001-03,** Inscrição Estadual n° 13339271-6, estabelecida na Rua Tenente Xavier de Matos, 425, bairro Poção, Cuiabá/MT, cep: 78.015-605, fone: 65-3364-5227, email: graficaagiliza@gmail.com, neste ato representada pelo Sr. Robson Arruda Leite, portador do RG n° 09960295 e inscrito no CPF n° 667.831.271-66, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decretos Municipais nº 03/2006 e 12/2010, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRAFICO PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOBRES - MT**, **através da Prefeitura Municipal de Nobres - MT, conforme termo de referência (anexo I)** do Edital de PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, para Registro de Preços.

1.2. Os produtos/serviços deverão ser entregues no município de Nobres - MT.

1.3. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por **ITEM** conforme segue:

CÓD	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
125042	CONFECCAO BLOCO CARTAO DE IMUNIZACAO DE ARQUIVO TAMANHO A4 100 FOLHAS	BLOCO	1.000	R$ 6,98	R$ 6.980,00
120858	CONFECCAO BLOCO DE PROCEDIMENTO DO ESUS TAMANO A4 PAGINAS 1-1 E 1-2 COM 100 FOLHAS	BLOCO	200	R$ 7,85	R$ 1.570,00
48309	CONFECCAO BLOCO DE REQUERIMENTO PARA ALVARA SANITARIO 1X100, EM DUAS VIAS COM 100 FOLHAS	UNIDADE	700	R$ 13,14	R$ 9.198,00
120901	CONFECCAO CADASTRO INDIVIDUAL E SUS. BLOCOS 100X1	BLOCO	300	R$ 7,00	R$ 2.100,00
22200	CONFECCAO DE BLOCO (REQUISICAO INTERNA) 15 X 21 - 50FLS	BLOCO	405	R$ 2,49	R$ 1.008,45
36577	CONFECCAO DE CAPA DE PROCESSO - TIMBRADO 23,5 X 12 CM	UNIDADE	3.900	R$ 0,70	R$ 2.730,00
22859	CONFECCAO DE CAPA PARA CARNE DO IPTU 21 X 9,5 CM	UND	20.000	R$ 0,12	R$ 2.400,00
120881	CONFECCAO DE CARTAO VACINA DE CRIANCA TAMANHO A4	UN	300	R$ 2,00	R$ 600,00
36573	CONFECCAO DE ENVELOPE 200 X 280 - TIMBRADO	UNIDADE	4.500	R$ 0,59	R$ 2.655,00
36585	CONFECCAO DE ENVELOPE 220 X 300 (A4) - TIMBRADO	UNIDADE	4.500	R$ 0,74	R$ 3.330,00
120900	CONFECCAO DE FICHA DE CADASTRO DOMICILIAR - E SUS . BLOCOS 100X1 TAMANHO A4	UN	200	R$ 8,00	R$ 1.600,00
21468	CONFECCAO DE FOLDER INFORMATIVO 22X30, PAPEL COUCHE 4X4 IMPRESSAO 03 DOBRADAS FRENTE E VERSO 170GR	UN	6.500	R$ 0,54	R$ 3.510,00
47262	CONFECCAO DE FOLDERS C/2 DOBRAS COLORIDO TAM A4	UNID	7.000	R$ 0,40	R$ 2.800,00
39185	CONFECCAO DE FOLDERS, COLORIDO, TAM A4 COM TRES OU QUATRO DOBRADURAS.		6.500	R$ 0,43	R$ 2.800,00
120924	CONFECCAO DE PANFLETOS 20X15CM,PAPEL COUCHE 4X4, IMPRESSAO FRONTAL	UN	7.000	R$ 0,50	R$ 3.500,00
13685	CONFECCAO DE PASTA ARQUIVO/PROCESSO	UNIDADE	4.900	R$ 0,59	R$ 2.891,00
120925	CONFECCAO DE PASTA DOCUMENTO COM BOLSA INTERNA- PASTA PERSONALIZADA PARA LEVAR DOCUMENTOS, COM LOGOMARCA E ENDERECO DA PREFEITURA NA CAPA 45X32CM, 4X0 CORES CROMA EM COUCHE LISO 300G. BOLSA: 16X32CM, SEM IMPRESSAO EM COUCHE LISO 230G.	UN	5.200	R$ 1,64	R$ 8.528,00
120896	CONFECCAO FICHA DE CONTROLE TAMANHO 15X21 - 100fls	UN	200	R$ 22,95	R$ 4.590,00

O valor global desta Ata de RP é de R$ 62.790,45 (sessenta e dois mil, setecentos e noventa reais com quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 1 ano.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Nobres, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos, conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de Nobres - MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. **O prazo de fornecimento dos produtos/serviços,** serão entregues mediante requisição emitida pela Prefeitura Municipal de Nobres/MT – Setor de Compras, em até 08 (oito) dias uteis, e entregue no setor requisitante até o esgotamento total dos produtos pelo período estipulado no item 2.1.

4.2. A aceitação dos produtos/serviços será feita pela Contratante mediante atesto nas Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes, quando comprovada a fiel e correta entrega dos produtos e/ou equipamentos, nos termos do art. 67. Da Lei n° 8.666/1993.

4.3 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.4. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5. Os produtos/serviços não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de Nobres:

5.1.1. Atestar devido recebimento no Verso da Nota Fiscal quanto os produtos estiverem sido verificados e conferidos, não excluindo-se a hipótese do item 4.5 da presente Ata.

5.1.2. Terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis para notificar a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

5.1.3. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.4. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.5. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.6. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas, frete de transporte e todo e quaisquer custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 As despesas decorrentes das contratações objeto desta Licitação, correrão à conta do

Sec. Mun. de Educação.....116-05.001.12.361.0013.2063.339036000000

Sec. Mun. de Administração.....61-03.001.04.122.0004.2010.339039000000

Sec. Mun. de Saúde.....208-06.001.10.301.0030.2080.339039000000

Sec. Mun. de Assistência Social.....269-07.001.08.244.0025.2070.339039000000

Sec. Mun de Fiscalização Tributaria.....404-10.001.04.129.0017.2058.33.90.39.00.00.00
Secr. Mun. De Turismo e Cultura.....429-11.001.23.695.0015.2046.33.90.39.00.00.00
Sec. Mun. de Saúde.....228-06.002.10.301.0029.2081.339039000000
Sec. Mun. de Saúde.....256-06.002.10.305.0029.2084.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....291-07.002.08.244.0025.2076.339039000000
Sec. Mun. de Assistência Social.....283-07.002.08.244.0025.2069.339039000000

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais/produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada objeto/item a ser fornecido tendo como base a desequilíbrio econômica financeira, se aceito pelo município.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

9.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

9.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

9.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de trinta dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente contrato pelo “PROMITENTE FORNECEDOR”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Órgão Oficial do Município, por uma (1) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de trinta dias, facultada á Administração a aplicação das penas previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº. 76/2019, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 76/2019 a proposta da empresa **ELIFRANCIS IND. E COM. GRAFICA E EDITORA LTDA - ME (GRAFICA AGILIZA),** classificada em PROMITENTE FORNECEDORA no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 12/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca Nobres/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Nobres / MT, 10 de dezembro de 2019.

_____

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

_____

ELIFRANCIS IND. E COM. GRAFICA

E EDITORA LTDA - ME (GRAFICA AGILIZA)

CNPJ n° 08.866.744/0001-03

Sr. Robson Arruda Leite

CPF n° 667.831.271-66

Testemunhas: Nome: C.P.F. n.º Assinatura:_____	Nome: C.P.F.n.º Assinatura:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

JURIDICO
LEI Nº 523/2019, 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA A CELEBRAR ACORDO COM ASSUNÇÃO DE OBRIGAÇÃO PARA CONVERSÃO DE DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA EM DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL (ADMINISTRATIVA), A ALTERAÇÃO NO PPA, NA LDO E NA LOA NOS LIMITES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jossimar José Fernandes, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica autorizado, nos termos do art. 149, inciso IV, alínea *c*, primeira parte, a celebração de acordo para conversão em desapropriação amigável, e o consequente pagamento de indenização para o(s) proprietário(s) do imóvel expropriado, e as correspondentes despesas processuais, honorários advocatícios, emolumentos dos serviços notariais e registrais, e trabalhos técnicos para georreferenciar e destacar a área expropriada, descrita no Decreto nº 174/2014, de 17 de fevereiro de 2014 e demais despesas correlatas ao cumprimento do acordo a ser estabelecido entre as partes no Processo nº 464-60.2014.811.0031, Cód. 32343-EJN, que flui perante a Escrivania da Única Vara Cível e Criminal da Comarca de Nortelândia – MT, pondo termo ao aludido feito judicial.

§ 1º A indenização de que trata o caput deste artigo poderá ser feita na forma parcelada, até o limite de 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, na forma e nos limites impostos nesta lei.

§ 2º A indenização levará em conta o valor venal do imóvel, pela Coordenação de Tributos e Fiscalização, o valor de mercado do bem expropriado, e outros fatores que possam influenciar na mensuração do valor, sempre levando em conta o interesse público e a vantajosidade para a administração, sem detrimento do critério de justa indenização.

§ 3º O valor da indenização cobrirá os custos com todas as despesas descritas no *caput* deste artigo, que poderá ser destacada e paga diretamente aos credores ou interessados, na forma do § 1º deste artigo, à conta da indenização devida à parte expropriada, que a tudo dará o seu aceite nos termos do respeito termo de compromisso de desapropriação amigável.

§ 4º Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação desta lei, fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Nortelândia – MT, autorizado a abrir crédito especial e/ou adicional suplementar na importância de R$ 100.000,00 (cem mil reais), na Lei Orçamentária do exercício de 2020, conforme Anexo I.

§ 5º Fica o Poder Executivo do Município de Nortelândia autorizado a alterar a LDO do exercício de 2020 e o PPA 2018-2021, se necessário, para inclusão das dotações orçamentárias necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do cumprimento desta lei.

§ 6º A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, nomeará Comissão Especial de Avaliação do Bem expropriado, que deverá expedir laudo de avaliação no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Sede do Município de Nortelândia - MT, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 11.12.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito do Município de Nortelândia - MT

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

BENEDITO HUDSON MONTEIRO E MAYER

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico,

Turismo, Agricultura e Meio Ambiente.

ANEXO I

Órgão:	07. SEC MUN DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
Unidade:	002. COORDENADORIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
Função:	20 AGRICULTURA		
Subfunção:	606 EXTENSÃO RURAL		
Programa:	029 PROMOÇÃO DA ECONOMIA		
Ação:	10073 AQUISIÇÃO DE ÁREAS RURAIS		
Categoria econômica:			
Grupo de Natureza:			
Modalidade de aplicação:			
COD.RED.	**Elemento de despesa:**	**Fonte de recurso/ Valor R$:**	
	339030 – MATERIAL DE CONSUMO 339036 – OUT SERV PESSOA FISICA 339039 – OUT SERV PESSOA JURIDICA 449061 – AQUISIÇÃO DE IMOVEIS (ÁREA RURAL)	100 – RECURSO PRÓPRIO 100 – RECURSO PRÓPRIO 100 – RECURSO PRÓPRIO 100 – RECURSO PRÓPRIO	10.000,00 10.000,00 50.000,00 30.000,00
CRÉDITO ( ) Suplementar (x) Especial TOTAL R$			**100.000,00**

O crédito será coberto através de:	**Com a seguinte Alteração Orçamentária:**	
( ) Superávit financeiro	( ) Remanejamento: de um órgão para outro.	De:
(X) Excesso de arrecadação		Para:
( ) Anulação de dotações	( ) Transposição: entre Programas de trabalho do mesmo órgão.	De:
( ) Operações de crédito		Para:
( ) Excesso de convênios	( ) Transferência: entre Categorias econômicas, do mesmo órgão e programa.	De:
( ) Créditos reabertos		Para:
	( ) Suplementação: já autorizado pela LOA. ( ) Nenhuma.	

Nas seguintes Dotações/ Dos seguintes recursos:	**R$**
TOTAL DA COBERTURA:	

Justificativa para os créditos adicionais:
( ) variações de preço de mercado dos bens/serviços a serem adquiridos
( ) incorreção no planejamento, programação e orçamentação das ações governamentais
( ) omissões orçamentárias
(X) fatos que não dependem da ação intencional do gestor
Obs: SE FAZ NECESSÁRIO PARA REGULARIZAÇÃO DA ÁREA ONDE ESTÁ INSTALADA O MINI LATICINIO

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL

Pelo Presente Termo de Compromisso de Desapropriação Amigável, e considerando os termos do Decreto de Utilidade Pública n. 174, de 17 de fevereiro de 2014 e do bojo dos autos do Processo nº 464-60.2014.811.0031, Código nº 32343, da Única Vara Cível e Criminal da Comarca Nortelândia – MT, de um lado, o **MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPNJ/MF sob o nº 03.425.170/0001-06, com sede à Av. Pref. João Macaúba, 1014, centro, Nortelândia - MT, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor Jossimar José Fernandes, brasileiro, casado, servidor público municipal, portador da Cédula de Identidade RG. nº 351.773/SSP/MT e CPF/MF nº 503.511.841-04, residente e domiciliado na Rua Antônio Olímpio de Oliveira, nº 454, Centro, nesta cidade e comarca de Nortelândia – MT, doravante denominado **EXPROPRIANTE**, e do outro lado, **DEIJANIRA FERNANDES DOS SANTOS**, brasileira, viúva, do lar, portadora do RG nº 063-084 – SSP/MT e inscrita no CPF nº 206.693.561-15, residente e domiciliada na Rua João Pessoa, s/n, Bairro Bandeirante, Nortelândia – MT e **DALVA FERNANDES DOS SANTOS MARQUES,**

brasileira, viúva, do lar, portadora do RG nº 010.332 – SSP/MT e do CPF nº 571.661.451-53, residente e domiciliada na Av. Marques de Tamandaré, s/n, Centro, Nortelândia, ora denominada **EXPROPRIADAS**, celebram o seguinte ajuste, que passa a ser regido pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

1.1 As **EXPROPRIADAS** são senhoras legítimas possuidoras e proprietárias do imóvel, assim descrito na Matrícula 460, do Registro de Imóveis de Nortelândia - MT:

"Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P1**, de coordenadas** N=8401309,0000m e E=523443,0000m**, situado nos limites entre a rodovia MT 240 e área de propriedade de Deijanira Fernandes dos Santos, com distância de 409,80m até o vértice** P2; o vértice P2 de coordenas N=8401053,0000m **e** E=533763,0000m **confronta com as margens da Rodovia MT 240 e com propriedade de Deijanira Fernandes dos Santos numa distância de 208,35m até o vértice** P3; o vértice P3 de coordenadas N=8400909,5005m **e** E=523611,9404m **confronta com área de propriedade de Deijanira Fernandes dos Santos numa distância de 400,00m até o vértice** P4; o vértice P4 de coordenadas N=8401162,3176m **e** E=523301,967m **confronta com área de propriedade de Deijanira Fernandes dos Santos numa distância de 203,48m até o vértice** P1, fechando o perímetro...

Cláusula Segunda

2.1 AS EXPROPRIADAS declaram que no lote acima mencionado não existe servidão ativa e passiva, nem outros ônus ou quaisquer restrições ao direito de propriedade.

Cláusula Terceira

3.1 O preço acordado pelas partes para o pagamento da indenização, referente ao imóvel expropriado, perfaz o valor de R$ _____ , sendo a indenização liquidada da maneira adiante descrita:

§ 1º À EXPROPRIADA Sra. Deijanira Fernandes Dos Santos será pago o valor de R$____, da seguinte forma:

a) 1ª parcela no valor de R$___, com vencimento em ....;

b) 2ª parcela no valor de R$___, com vencimento em ....;

c) 3ª parcela no valor de R$___, com vencimento em ....;

(...)

§ 2º Fica estipulado à incidência de multa de 10% do valor da parcela paga em atraso, com vencimento antecipado, mais correção monetária e juros aplicáveis à Fazenda Pública Municipal (IPCA-E + Poupança).

§ 3º À EXPROPRIADA Sra. Dalva Fernandes dos Santos Marques, por livre disposição e pleno acordo perante à condômina e genitora Deijanira Fernandes dos Santos, terá sua área de domínio sobre o imóvel do qual excluída e destacada, mediante procedimento de divisão de área, via da competente escritura pública, pelo que anui e dá plena quitação aos termos do presente acordo, declarando que não tem nada a receber do expropriante relativo ao presente termo amigável de desapropriação.

3.2 A Escritura Pública de desapropriação passada pelas EXPROPRIADAS ao EXPROPRIANTE, terá seus custos e emolumentos pagos exclusivamente por conta do Município expropriante.

3.3. Os pagamentos, de forma parcelada, e as obrigações decorrentes do presente acordo, serão feitos a partir da assinatura do presente instrumento e da competente escritura pública.

Cláusula Quarta

4.1 O presente contrato é firmado em caráter irretratável e irrevogável, não cabendo as partes direito de arrependimento, obrigando também seus herdeiros e sucessores, a qualquer título.

Cláusula Quinta

5.1 Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorrem deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustados, firmam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também assinam.

MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA – MT

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PREFEITO MUNICIPAL

BENEDITO HUDSON MONTEIRO E MAYER

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico,

Turismo, Agricultura e Meio Ambiente

DEIJANIRA FERNANDES DOS SANTOS

EXPROPRIADA

DALVA FERNANDES DOS SANTOS MARQUES

EXPROPRIADA - ANUENTE

TESTEMUNHAS:

1 - _____

RG/CPF:_____

ASSINATURA:_____

2 - _____

RG/CPF:_____

ASSINATURA:_____

JURIDICO
LEI Nº 524/2019, 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre autorização para o Poder Executivo Municipal, a fazer remanejamento, transposição e transferência de recursos na Lei Orçamentária vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, **Sr. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a fazer remanejamento, transposição ou transferência de recursos de uma categoria econômica para outra, de um órgão para outro, de uma função para outra, subfunção para outra e abrir crédito suplementar de 10% (dez por cento) por cento) no total da Lei Orçamentária vigente.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo, mediante abertura dos Créditos Suplementares e dos Remanejamentos, enviará ao Poder Legislativo cópia dos decretos de abertura dos referidos créditos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 11 de dezembro de 2019 – 66º de Emancipação Político-Administrativa. 11.12.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 631/2019, DATADA DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

Concede progressão por tempo de serviço e escolaridade (nível e classe) da servidora municipal da Prefeitura de Nortelândia, e dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder progressão por tempo de serviço e escolaridade (Nível e Classe) a servidora abaixo relacionada, com base no Relatório Final da Comissão Municipal, constituída pela Portaria nº 373/2018, de 17 de outubro de 2018.

Nº	SERVIDOR	CARGO	DE		PARA	
			CLASSE	NIVEL	CLASSE	NIVEL
01	Elaine Francisco das Neves	Agente de Vigilância Sanitária	B	2	C	3

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento os artigos 17 a 20 da Lei Complementar nº 024/2005, (Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipal) de 09.11.2005 (nove de novembro de dois mil e cinco), e art.121 da Lei n° 021/2005 de 11 de Outubro de 2005.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 11 dias do mês de dezembro de 2019, 66º da Emancipação Político-Administrativa. 11.12.2019.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE O. SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

1º TERMO ADITIVO DE VALOR 25% AO CONTRATO 008/2019

1º TERMO ADITIVO DE VALOR 25% AO CONTRATO 008/2019 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO PARA O HOSPITAL MUNICIPAL MARIA ARLINDO DA COSTA, DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO.ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA L FLAVIO ZANATTO DE OLIVEIRA - ME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00287/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Considerando a existência de interesse da Contratada de continuar com a execução contratual, bem como do Contratante;

Considerando o interesse público na continuidade contratual nos moldes previamente definidos **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00287/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019**;

Considerando que o referido contrato está fundamentada nos Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93, mediante termos aditivos e/ou havendo conveniência e interesse público;

Considerando o Processo Administrativo nº 004758/2019 de aditivação de valor 25% ao contrato nº 008/2019 que autorizou termo aditivo.

Assim, pelas razões elencadas, verifica-se que estão atendidos aos princípios da legalidade e da economicidade, em razão dos quais se procede o presente Termo Aditivo prazo e valor, conforme segue:

.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas constantes na justificativa no processo Administrativo nº 004758/2019 de aditivação de valor 25% ao contrato 008/2019 alterando o valor original do referido contrato, referente Contratação de Empresa para Aquisição de oxigênio medicinal, com fornecimento de cilindros em regime de comodato para o Hospital Municipal Maria Arlindo da Costa, do Município de Nossa Senhora do Livramento conforme o processo administrativo nº 000287/2019 e Dispensa de Licitação nº 006/2019, **EMPRESA A Empresa FLAVIO ZANATTO DE OLIVEIRA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **12.247.916/0001-20,** com sede a Rua Venezuela (Lot PRQ Nações), Quadra 06 Lote 12 S/N, Bairro Mapim, Município de Varzea Grande CEP: 78143-314, decide celebrar este termo aditivo valor 25%.

CLÁUSULA SEGUNDA – ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS A SEREM ADQUIRIDOS

2.1O preço, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições são as que seguem abaixo descrito:

NOME DA EMPRESA: FLAVIO ZANATTO DE OLIVEIRA – ME

CNPJ: nº 12.247.916/0001-20

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R$	VALOR TOTAL R$
1	Carga para cilindro de oxigênio medicinal, com capacidade de 10 m3, com fornecimento de cilindro em regime de comodato.	Carga	3	220,00	660,00
2	Carga para cilindro de oxigênio medicinal, com capacidade de 1 m3, com fornecimento de cilindro em regime de comodato.	Carga	6	85,00	510,00
R$ 1.170,00 (Um Mil Cento e Setenta Reais)					

CLÁUSULA TERCEIRA– DA DOTAÇÃO ORCAMENTARIA

Os créditos orçamentários para execução do presente termo aditivo serão oriundos das seguintes dotações do orçamento vigente 2019:

Secretaria	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Saúde	Próprio	2067	070040	3.3.90.30	100	R$ 1.170,00

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e Parecer Jurídico nº 404/2019.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 008/2019, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 05 de Dezembro de 2019.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa FLAVIO ZANATTO DE OLIVEIRA – ME

CNPJ sob o nº 12.247.916/0001-20,

Flavio Zanatto de Oliveira

RG: nº036.865 SSP/MS

CPF nº312.233.381-34

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 087/2019

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2019, o Contrato Temporário nº **087/2019**

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento** e **o Sr. ALEXANDRO ELIAS DO E. SANTO** **CAMPOS – MOTORISTA DO TRANSP. ESCOLAR,** ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves - Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 20 de Dezembro de 2019

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 089/2019

Fica rescindido a partir de 20 de Dezembro de 2019, o Contrato Temporário nº **089/2019**

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento** e **a Sra. RITA DE CASSIA**

SILVA LOPES ELIAS– PROFESSORA, ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves - Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 20 de Dezembro de 2019

6º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 004 2019 EMPRESA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO BALDINO

6º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 004 2019 EMPRESA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO BALDINO LTDA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, determina o apostilamento no contrato nº 004/2019 sendo o objeto presente contrato Contratação de Empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender o abastecimento de toda frota da Prefeitura Municipal em Todas as Secretarias Municipais em seus diversos programas, conforme Processo Administrativo 000325/2019 Inexigibilidade nº 001/2019;

O presente instrumento advém Inexigibilidade nº 001/2019 **Processo Administrativo: Nº.** 000325/2019 *OBJETO É "*Contratação de Empresa especializada para fornecimento de Combustível para atender o abastecimento de toda frota da Prefeitura Municipal em Todas as Secretarias Municipais em seus diversos programas.,e outro lado a **EMPRESA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO BALDINO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 26.582.684/0001-70, com sede a ROD BR 070 S/N KM 538, Bairro Zona Rural município de Nossa Senhora do Livramento-MT, CEP: 78.170-00, neste ato representando pelo Senhor José Carlos da Silva, portador do RG:048.952 SSP/MT e CPF: 172.661.731-91, residente e domiciliado na Av. São Sebastião n, 210 Apto 2001, Ed. Maison Renoir, Bairro Goiabeiras, município Cuiabá/MT CEP: 78045-400, **CONTRATADA.**

1.1 CLAUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE CLÁUSULA SEXTA –DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNDAMENTO: Com base n**o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004991/2019** e o parecer jurídico municipal nº 419/2019 e no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº 006/2019, cujo objetivo é**INCLUSÃO** do Disposto n**a Clausula SEXTA Dos Recursos Orçamentários**, prevista no instrumento contratual inicial, Secretaria Obras e Infraestrutura, Educação, Saúde e Assistência Social referente ao código reduzido conforme descrição abaixo.

Secretaria/ Unidade	Combustivel Gasolina	Valor unitário	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor R$
Obras	1.049,16	**4,399**	2074 – Mutenção Enc. Salairo	080034	33.90.30.00	100	R$ 4.615,25

Secretaria/ Unidade	Combustivel DIESEL	Valor unitário	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor R$
Educação	8.200	**3,633**	2266– Manutenção Transporte Escolar Convenio	050033	33.90.30.00	125	R$ 29.790,60

Secretaria/ Unidade	Combustivel DIESEL	Valor unitário	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor R$
Obras	1.650	**3,633**	2074 – Mutenção Enc. Salairo	080034	33.90.30.00	100	R$ 5.994,40

Secretaria/ Unidade	Combustivel DIESEL	Valor unitário	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor R$
Obras	9.800	**3,633**	2278 –Recup. E Manut.e Construção de Estradas Vicin.	080035	33.90.30.00	130	R$ 35.603,40

Secretaria/ Unidade	Combustivel DIESEL	Valor unitário	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor R$
Saúde	1.400	**3,633**	2305 – Manutenção Atenção Básica	070123	33.90.30.00	146	R$ 5.086,20

Secretaria/ Unidade	Combustivel DIESEL	Valor unitário	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor R$
Assistência Social	1.500	**2,599**	2022 – Manutenção da Secrt. Ação Social	060006	33.90.30.00	100	R$ 3.898,50

2. CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAUSULAS

2.1 As demais clausulas constantes no contrato 004/2019, permanecem inalterados. O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato acima mencionado.

Nossa Senhora do Livramento, 11 de Dezembro 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CAMARA MUNICIPAL
CONTRATO 009/2019

CONTRATO 009/2019

TERMO DE FILIAÇÃO E COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT E A UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO.

A CÃMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, Estado de Mato Grosso, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 33.683.798/0001-72, si-

tuada na Av. Comendador Luiz Meneguel nº 55-centro, na cidade de NOVA BANDEIRANTES/MT, neste ato representada por seu (sua) Presidente, Sr. (a), CESAR AUGUSTO PERIGO portador da Cédula de Identidade RG nº 900.1064-6 SSP/MT e inscrito (a) no CPF/MF sob o n.º 037.458. 769-89 e a UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito privado, na forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.003.757/0001 -98, com sede na Rua Joaquim Murtinho, nº 1. 713, esquina com a Rua Senador Metello, na cidade de Cuiabá-MT, representado por seu presidente, Sr. EDCLAY LOPES COELHO, portador da Cédula de Identidade RG n.º 714428 SSP/MT e CPF nº 901.043.661-68, de comum acordo, resolvem celebrar o presente Termo de Filiação, mediante cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a filiação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de NOVA BANDEIRANTES/MT, junto à União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso – UCMMAT ,e, por consequência, a adesão, na qualidade de associada, aos princípios e características institucionais da entidade de representação, conforme previsto em seu Estatuto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA UCMMAT

2.1. A União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso deverá:

I- Zelar pelo cumprimento das disposições contidas em seu estatuto e no presente termo de filiação;

II- Promover o intercâmbio de experiências legislativas, através de seminários, congressos, simpósios, propiciando a capacitação dos Agentes Públicos Municipais;

III- Promover a divulgação, difusão e publicação dos conhecimentos acumulados através dos meios que se fizerem necessários;

IV- Atuar em defesa dos interesses de seus membros como um todo e exercer a representatividade dos Vereadores e das Câmaras Municipais no Estado de Mato Grosso e no país;

V- Oferecer apoio logístico e suporte técnico, jurídico, administrativo e contábil, além de orientação legislativa ao Poder Legislativo do Município de NOVA BANDEIRANTES/MT

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT

3.1. A Câmara Municipal de Vereadores do Município NOVA BANDEIRANTES/MT deverá:

I- Efetuar, mensalmente, o pagamento da contribuição associativa.

II- Sugerir à UCMMAT, medidas de interesses do Poder Legislativo;

III- Disponibilizar, sempre que possível, dados para serem utilizados no desenvolvimento do intercâmbio de informações e da integração das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso;

IV- Cumprir as obrigações e compromissos contraídos com a UCMMAT;

V- Evitar fazer compromissos e fazer declarações públicas em nome da UCMMAT, sem que, para isso esteja autorizado por escrito pela Diretoria Executiva.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA

4.1. A Câmara Municipal do Município de NOVA BANDEIRANTES/MT

repassará mensalmente à UCMMAT a importância de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) sendo, em 4(quatro) parcelas de 800,00 (oitocentos reais) a título de contribuição associativa

I- O repasse da contribuição associativa deverá ser feito até o dia 05 (cinco) de cada mês, por meio de RECIBOS à contratada, através de depósitos/Transferências bancárias, dados: Banco do Brasil, Agência 3325-1, Conta Corrente 10.647-X – nominal a UCMMAT – União das Câmaras Municipal do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSLULA QUINTA – DA FONTE DE RECURSO

5.1. As despesas decorrentes da assinatura deste Termo de Filiação serão custeadas com recursos próprios da Câmara Municipal de Vereadores do Município de NOVA BANDEIRANTES/MT previstos no Orçamento Anual, na seguinte rubrica orçamentária: 3.3.90.41.00.00 – Contribuições.

5.2. Em caso de prorrogação da vigência da filiação, os recursos financeiros referentes ao exercício ulterior correrão por conta de dotação orçamentária prevista no Orçamento Anual do ano subsequente.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E DEMAIS ALTERAÇÕES

6.1. O prazo de vigência do presente instrumento de filiação é até 31/12/ 2019;

I- O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante manifestação expressa de ambas as partes, desde que haja interesse público e conveniência econômico-financeira por parte da Câmara Municipal de Vereadores do Município de NOVA BANDEIRANTES/MT.

6.2. O presente instrumento poderá ser alterado em comum acordo entre as partes, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, nos casos previstos na Lei 8.666/93, no que couber.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. O presente termo de filiação poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que a parte interessada comunique a outra parte sua intenção por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

I- A rescisão não importará em qualquer indenização para a União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso –UCMMAT, todavia, caso a rescisão seja requerida pela associada, esta deverá pagar uma multa no percentual de 5% do valor das contribuições associativas remanescentes, salvo se a UCMMAT tiver dado causa à rescisão, ocasião em que nenhuma multa será devida.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

8.1. Os casos omissos neste Instrumento, detectados durante sua execução, serão resolvidos pelas partes, através de Termos Aditivos.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de NOVA MONTE VERDE/MT, com recusa expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas oriundas do presente Termo de Filiação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÃO FINAL

E, assim, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas infra-assinadas, para que surtam seus efeitos legais.

NOVA BANDEIRANTES/MT /MT, 16 de setembro de 2019

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT

CESAR AUGUSTO PERIGO

PRESIDENTE

UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

EDCLAY LOPES COELHO

PRESIDENTE

TESTEMUNHAS:

Joaquim Schmoeller

CPF: 409.691.779-68

Andréia Cristina da Silva Della Rosa

CPF: 916.214.701-30

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 031/2019

PORTARIA Nº 031/2019

Ementa: Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Celebrado com a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1 º - Designar Servidor Joaquim Schmoller , para acompanhar e fiscalizar a execuçãodo objeto constante no Contrato Nº 009/2019, firmado com a empresa **UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO , CNPJ: 33.003.757/0001 -98,** no qual a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes - MT, é a Contratante, e que, será substituída em suas ausências e em seus impedimentos, pela Servidora Andréia Cristina da Silva Della Rosa.

Art. 2 º - Determinar que o fiscal ora designada, ou na ausência desta, o fiscal substituto, deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submetendo aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento para pagamento.

Art. 3 º - Dê-se ciência aos servidores designados e publique-se.

Nova Bandeirantes-MT, 16 de setembro de 2019

César Augusto Perigo

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 034/2019

PORTARIA Nº 034/2019

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS ADQUIRIDAS A SERVIDOR, DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO.

César Augusto Perigo, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE *:*

ARTIGO 1º - Fica concedido férias de 30 (dias), conforme Lei nº 111/97, artigo 105 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, ao Sr. Joaquim Schmoeller, lotado nesta Câmara Municipal.

Parágrafo 1º – As férias mencionadas no Caput do Art.1º compreende o período aquisitivo de 01/01/2018 à 31/12/2018.

Parágrafo 2º – As férias mencionadas no parágrafo anterior serão adquiridas a partir do dia 01/12/2019 a 30/12/2019.

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor a partir do dia 01 de dezembro de 2019.

ARTIGO 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre - se Publique - se Cumpra - se

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

EM 28 DE NOVEMBRO DE 2019

César Augusto Perigo

Presidente

Av. Comendador Luiz Meneghel, 55 Centro- CEP: 78 565-000 - Nova Bandeirantes - MT

Fone/Fax: (66) 3572-1182

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 031/2019

PORTARIA Nº 031/2019

Ementa: Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Celebrado com a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1 º - Designar Servidor Joaquim Schmoller , para acompanhar e fiscalizar a execuçãodo objeto constante no Contrato Nº 009/2019, firmado com a empresa **UCMMAT – UNIÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO , CNPJ: 33.003.757/0001 -98,** no qual a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes - MT, é a Contratante, e que, será substituída em suas ausências e em seus impedimentos, pela Servidora Andréia Cristina da Silva Della Rosa.

Art. 2 º - Determinar que o fiscal ora designada, ou na ausência desta, o fiscal substituto, deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submetendo aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor à autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento para pagamento.

Art. 3 º - Dê-se ciência aos servidores designados e publique-se.

Nova Bandeirantes-MT, 16 de setembro de 2019

César Augusto Perigo

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 072/2019

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 072/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**TITANIUM ENGENHARIA EIRELI**

CNPJ:20.103.907/0001-93

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de vigência do Contrato Original por mais 45 (quarenta e cinco) dias**,** vigorando a partir de 08 de dezembro de 2019 a 22 de janeiro de 2020.

ASSINATURA**: 06 de dezembro de 2019**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO CONTRATO N°.123/2019

EXTRATO DO CONTRATO N°.123/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **VICENTE LUIS FIGUEIREDO DE SOUZA ME**

CNPJ: 21.980.553/0001-28

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Cobertura Fotográfica dos eventos e comemoração ao 40º Aniversário do município de Nova Brasilândia, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Administração

VALOR: **R$ 7.000,00** (sete mil reais).

ASSINATURA: 05 de dezembrode 2019.

VIGENCIA: **05 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 083/2019

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 083/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**ROBSON GOMES DE MATOS - ME**

CNPJ:26.721.888/0001-45

OBJETO: **O Valor** total do aditivo do contrato original com acréscimo de aproximadamente 25% será de **2.852,50 (dois mil oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).**

ASSINATURA**: 03 de dezembro de 2019**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 082/2019

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 082/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**NÚBIA CAMPOS MASCARENHAS - ME**

CNPJ:11.819.880/0001-49

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 63 (sessenta e três) dias**,** vigorando a partir de 10 de dezembro de 2019 a 11 de fevereiro de 2020.

ASSINATURA**: 09 de dezembro de 2019**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 083/2019

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 083/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**ROBSON GOMES DE MATOS - ME**

CNPJ:26.721.888/0001-45

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 63 (sessenta e três) dias**,** vigorando a partir de 10 de dezembro de 2019 a 11 de fevereiro de 2020

ASSINATURA**: 09 de dezembro de 2019**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 080/2019

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 080/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**J.E. DE SIQUEIRA JUNIOR & CIA LTDA - ME**

CNPJ: **10.416.308/0001-76**

OBJETO: **Prorrogação do prazo** de duração do Contrato Original por mais 63 (sessenta e três) dias**,** vigorando a partir de 10 de dezembro de 2019 a 11 de fevereiro de 2020.

ASSINATURA**: 09 de dezembro de 2019**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 080/2019

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 080/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**J.E. DE SIQUEIRA JUNIOR & CIA LTDA - ME**

CNPJ: **10.416.308/0001-76**

OBJETO: **O Valor** total do aditivo do contrato original com acréscimo de 7,55% será de **R$ 3.095,29 (três mil noventa e cinco reais e vinte e nove centavos**)

ASSINATURA**: 03 de dezembro de 2019**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 082/2019

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO N°. 082/2019

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**NÚBIA CAMPOS MASCARENHAS - ME**

CNPJ:11.819.880/0001-49

OBJETO: **O Valor** total do aditivo do contrato original com acréscimo de aproximadamente 25% será de **R$1.247,00 (hum mil duzentos e quarenta e sete reais).**

ASSINATURA**: 03 de dezembro de 2019**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

Objeto	Realização de Show Artístico Cultural, com a Banda San Genios, nos dias 18 e 19 de dezembro de 2019, na Praça Pública Municipal, acompanhando o 13º Festival da Canção do Município de Nova Guarita – MT
Favorecido	IRINEU TONIETO SCALABRIN EPP - CNPJ/MF n.º 01. 897.230/0001-68
Prazo de vigência	13/12/2019 a 23/12/2019
Valor global	R$ 109.900,00 (cento e nove mil, novecentos reais)
Fundamento Legal	Artigo 25, inciso III da Lei Federal n.º 8.666/93
Justificativa	Realização do 13º Festival da Canção do Município de Nova Guarita – MT.

Ratificamos a Inexigibilidade de Licitação nº 002/2019 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico.

Nova Guarita – MT, 11 de dezembro de 2019.

José Lair Zamoner

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI COMPLEMENTAR Nº. 142/2019

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE CARGOS JUNTO A LEI COMPLEMENTAR Nº. 022/2005, DE 15/12/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Ficam criados no Quadro de Cargos Permanentes da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – Lei Complementar nº. 022/2005, de 15 de Dezembro de 2005, os cargos que passam a integrar o Anexo II da referida Lei, conforme abaixo relacionados, a serem providos através de concurso público.

§1º – Área de Saúde: Analista de Sistemas de Saúde, Ensino Superior na Área de Informática, 01 (uma) vaga e vencimento de R$ 2.696,06 (dois mil seiscentos e noventa e seis reais e seis centavos), para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

Art. 2º. Passam a fazer parte integrante do Anexo III, da Lei Complementar nº. 022/2005, de 15 de Dezembro de 2005, as atribuições referentes aos cargos abaixo relacionados:

Cargo: Analista de Sistemas de Saúde.

Habilitação: Ensino Superior na Área de Informática.

Atribuições: : Executar, sob orientação eventual, trabalhos relacionados com as atividades de análise de sistemas de informação, nos campos de desenvolvimento e de manutenção de aplicativos, de documentação e de apoio a usuários de serviços de informática; dos diversos programas que a administração municipal é signatária no âmbito federal e estadual, na área de saúde relativos aos SUS, com escopo de alimentar, gerir, preencher, acompanhar e supervisionar os diversos programas relativos a atenção básica cuidando para a correta alimentação dos mesmos; executar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas e programas de processamento de dados dentro dos padrões de qualidade e de prazos estabelecidos; atuar de acordo com a metodologia e com os procedimentos de análise de desenvolvimento estabelecidos no local de trabalho; conhecer a linguagem PL/SQL e as ferramentas de planejamento e de desenvolvimento; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior, dar o suporte necessário a Secretaria de Saúde acerca de programas e hardwares para o andamento dos trabalhos da pasta.

Art.3º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta do orçamento próprio do município.

Art.4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na dará de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 11 de Dezembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI Nº. 866/2019

Autoriza no âmbito da administração municipal abertura de Concurso Público de Provas e Títulos, Processo Seletivo e Processo de Seleção Pública.

UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar Concurso Público de Provas e Títulos, Processo Seletivo e Processo de Seleção Pública, nos termos da legislação em vigor, para preenchimento de vagas de cadastro de reserva, conforme Anexo Único, em vista a necessidade e disponibilidade administrativa, com validade de até 02 (dois) anos, prorrogável, uma vez, por igual período.

Art. 2º. O Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos no Poder Legislativo será realizada em conjunto com o Poder Executivo, conforme cargos em anexo.

Art. 3º As despesas decorrente da execução desta Lei correrão à conta de dotações específicas.

Art. 4° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 11 de Dezembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO LEI Nº. 866/2019

Nomenclatura	C/H	Vagas	Vencimento (R$)	Requisitos Especiais
Analista de Informática	40	CR	2.696,06	Curso Superior na área de informática
Analista de Sistemas de Saúde	40	CR	2.696,06	Curso Superior na área de informática.
Analista de Convênios e Prestação de Contas	40	CR	2.527,54	Curso superior concluído nas áreas de Administração ou Ciências Contábeis
Assistente Social	30	CR	4.967,19	Curso Superior em Serviço Social e Registro no Conselho.
Auxiliar Administrativo	40	CR	1.071,58	Ensino Fundamental Completo.
Auxiliar de Consultório Dentário	40	CR	1.446,58	Ensino Fundamental Completo e registro no CRO como ACD
Agente de Almoxarife	40	CR	1.071,58	Ensino Médio Completo.
Agente Administrativo	40	CR	1.328,12	Ensino Médio Completo.
Agente de Serviços Braçais	40	CR	1.071,58	Ensino Fundamental completo.
Agente de Serviços Gerais	40	CR	1.071,58	Ensino Fundamental completo.
Agente de Serviços Gerais – E.M. 15 de Setembro	40	CR	1.071,58	Ensino Fundamental completo.
Agente de Fiscalização	40	CR	1.328,12	Ensino Médio Completo
Agente de Vigilância Sanitária	40	CR	1.071,58	Ensino Fundamental Completo
Assistente Contábil	40	CR	2.527,54	Curso Superior / Ciências Contábeis
Educador Físico	40	CR	1.819,33	Curso Superior em Educação Física e Registro no Conselho Competente
Eletricista	40	CR	1.855,39	Ensino Médio Completo
Enfermeiro	40	CR	4.967,19	Curso Superior em Enfermagem e Registro no Conselho Competente
Medico	40	CR	17.682,89	Curso Superior em medicina e Registro no Conselho Competente
Mecânico	40	CR	2.482,74	Ensino Fundamental Completo, Experiência Comprovada.
Monitor de Aluno	40	CR	1.071,58	Ensino Médio Completo.
Monitor de Creche “Centro de Educação Infantil”	40	CR	1.071,58	Ensino Médio Completo.
Motorista Nível II	40	CR	1.662,14	Ensino médio, CNH D ou E.
Motorista de Comboio de Lubrificação	40	CR	1.910,29	Ensino médio, CNH D ou E + CURSO MOPP
Odontólogo	40	CR	6.134,61	Curso Superior em Odontologia e Registro no Conselho Competente

Pedreiro	40	CR	1.855,40	Ensino Fundamental Completo.
Professor de Educação Infantil – Centro de Educação Infantil	27	CR	2.303,15	Ensino Superior Completo de Pedagogia – Licenciatura Plena com Habilitação em Educação Infantil.
Professor de Educação Física – Centro de Educação Infantil	27	CR	2.303,15	Ensino Superior / Licenciatura Plena em Educação Física.
Professor de Pedagogia – Anos Iniciais – EM Getúlio Vargas	27	CR	2.303,15	Ensino Superior / Licenciatura Plena em Pedagogia.
Professor de Geografia – EM Getúlio Vargas	27	CR	2.303,15	Ensino Superior / Licenciatura Plena em Geografia.
Professor de História – EM Getúlio Vargas	27	CR	2.303,15	Ensino Superior / Licenciatura Plena em História.
Professor de Letras – EM 15 de Setembro	27	CR	2.303,15	Ensino Superior / Licenciatura Plena em Letras.
Professor de Matemática – EM 15 de Setembro	27	CR	2.303,15	Ensino Superior / Licenciatura Plena em Matemática.
Professor de Pedagogia – Anos Iniciais – EM 15 de Setembro	27	CR	2.303,15	Ensino Superior / Licenciatura Plena em Pedagogia.
Professor de Pedagogia – Anos Iniciais – EM Vale do Guaporé	27	CR	2.303,15	Ensino Superior / Licenciatura Plena em Pedagogia.
Recepcionista	40	CR	1.071,58	Ensino Médio.
Operador de Motoniveladora	40	CR	2.482,74	Ensino Médio Completo
Operador de Pá Carregadeira	40	CR	2.482,74	Ensino Médio Completo
Operador de Escavadeira Hidráulica	40	CR	2.482,74	Ensino Médio Completo
Operador de Retro Escavadeira	40	CR	2.482,74	Ensino Médio Completo
Técnico em Enfermagem	40	CR	1.621,45	Ensino Médio + Curso Técnico em Enfermagem + Registro no Conselho de Classe
Técnico em Laboratório	40	CR	1.621,45	Ensino Médio + Técnico em Análises Clínicas e Registro no Conselho de Classe
Técnico em Radiologia	40	CR	2.648,03	Ensino Médio + Curso técnico em radiologia + registro no conselho de classe
Técnico em Química	40	CR	2.648,03	Ensino Médio + Curso Técnico em Química + Registro no Conselho de Classe
Técnico em Vigilância Sanitária	40	CR	1.621,45	Ensino Médio + Curso Técnico em Vigilância Sanitária + Registro no Conselho de Classe
Tratorista	40	CR	1.583,12	Ensino Médio, CNH C, D ou E.
Vigia	40	CR	1.071,58	Ensino Fundamental.

Processo Seletivo Simplificado

Nomenclatura	C/H	Vagas	Vencimento (R$)	Requisitos Especiais
Agente de Serviços Gerais	40	CR	1.071,58	Ensino Fundamental Completo.
Enfermeiro	40	CR	4.727,50	Curso Superior em Enfermagem e Registro no Conselho Competente
Facilitador de Oficinas (Teatro, Dança e Canto)	40	CR	1.019,88	Ensino Médio Completo, com Habilidades em Dança, Teatro e Canto.
Monitor de Creche “Centro de Educação Infantil”	40	CR	1.071,58	Ensino Médio Completo.
Instrutor de Música – Equipe Volante	40	CR	2.140,97	Ensino Médio Completo, com Habilidades Em Instrumentos de Corda, Sopro, Percussão e Teclas.
Mecânico	40	CR	2.482,74	Ensino Fundamental Completo, Experiência Comprovada.
Médico	40	CR	17.682,89	Curso Superior em Medicina e Registro no Conselho Competente
Monitor de Aluno - E.M 15 de Setembro	40	CR	1.071,58	Ensino Médio Completo.
Motorista Nível II Rio Novo – Zona Rural	40	CR	1.662,14	Ensino médio, CNH D ou E.
Motorista Nível II Gleba Santa Paula – Zona Rural	40	CR	1.662,14	Ensino médio, CNH D ou E.
Professor de Educação Infantil – Centro de Educação Infantil	20	CR	1.705,94	Ensino Superior Completo – Licenciatura Plena com Habilitação em Educação Infantil.
Professor Substituto	20	CR	1.705,94	1ª Opção – Licenciatura Plena; 2ª Opção – Curso de Magistério; 3ª Opção - Cursando (8º-5º Fase ou Semestre); 4ª Opção – Ensino Médio (em Caso de Excepcionalidade*).
Professor de Ensino Fundamental I – Sede	20	CR	1.705,94	Ensino Superior Completo – Licenciatura Plena.
Professor de Ensino Fundamental Nível I/E.M 15 de Setembro	20	CR	1.705,94	1ª Opção – Licenciatura Plena; 2ª Opção – Curso de Magistério; 3ª Opção - Cursando (8º-5º Fase ou Semestre); 4ª Opção – Ensino Médio (em Caso de Excepcionalidade*).
Professor de Ensino Fundamental Nível I//EJA/E.M 1º grau 15 de Setembro “Extensão Vista Alegre”	20	CR	1.705,94	1ª Opção – Licenciatura Plena; 2ª Opção – Curso de Magistério; 3ª Opção - Cursando (8º-5º Fase ou Semestre); 4ª Opção – Ensino Médio (em Caso de Excepcionalidade*).
Professor de Ensino Fundamental Nível I/E.M Vale do Guaporé	20	CR	1.705,94	1ª Opção – Licenciatura Plena; 2ª Opção – Curso de Magistério; 3ª Opção - Cursando (8º-5º Fase ou Semestre); 4ª Opção – Ensino Médio (em Caso de Excepcionalidade*).
Professor de Ensino Fundamental Nível I/E.M Vale do Guaporé “Extensão Ângelo Tripoloni”	20	CR	1.705,94	1ª Opção – Licenciatura Plena; 2ª Opção – Curso de Magistério; 3ª Opção - Cursando (8º-5º Fase ou Semestre); 4ª Opção – Ensino Médio (em Caso de Excepcionalidade*).
Professor de Ensino Fundamental Nível I/E.M Vale do Guaporé “Extensão Barra Mansa”	20	CR	1.705,94	1ª Opção – Licenciatura Plena; 2ª Opção – Curso de Magistério; 3ª Opção - Cursando (8º-5º Fase ou Semestre); 4ª Opção – Ensino Médio (em Caso de Excepcionalidade*).
Professor de Ensino Fundamental Nível I/E.M Indígena Terrantesu - Bacurizal	20	CR	1.705,94	1ª Opção – Licenciatura Plena; 2ª Opção – Curso de Magistério; 3ª Opção - Cursando (8º-5º Fase ou Semestre); 4ª Opção – Ensino Médio (em Caso de Excepcionalidade*).
Professor de Ensino Fundamental Nível I/E.M Indígena Wentalusu	20	CR	1.705,94	1ª Opção – Licenciatura Plena; 2ª Opção – Curso de Magistério; 3ª Opção - Cursando (8º-5º Fase ou Semestre); 4ª Opção – Ensino Médio (em Caso de Excepcionalidade*).
Psicólogo – Equipe Volante	20	CR	3.311,45	Curso Superior em Psicologia e Registro no Conselho.
Técnico Administrativo – Equipe Volante	40	CR	1.071,58	Ensino Médio Completo.
Vigia	40	CR	1.071,58	Ensino Fundamental.

Processo Seleção Publica

Nomenclatura	C/H	Vagas	Vencimento (R$)	Requisitos Especiais

Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 01 zona rural - Fortaleza, Rio Novo e Nova Estrela	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF I, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 02 zona urbana – Bairro Centro	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF I, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 03 zona rural – Santa Amélia e Barra Mansa	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF I, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 04 zona urbana – Bairro Centro	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF I, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 05 zona rural – Ouro Verde, Fazendinha e São Francisco	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF I, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 06 zona urbana – Bairro Sol Nascente	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF I, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 07 zona rural – Bacurizal	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF I, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 01 zona rural – Gleba São Judas e Paloma	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF II, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 02 zona rural – Gleba Paloma, Fazenda Amaral e Garimpo Abelha	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF II, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 03 zona rural – Assentamento Santa Elina e Assentamento São Vicente	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF II, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 04 zona rural – Gleba Sararé II e Garimpo Nova Coopropol	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF II, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 05 zona rural – Gleba Sararé II e Nova Conquista	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF II, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 06 zona urbana – Bairro Centro e Sol Nascente	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF II, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 07 zona urbana – Bairro Centro	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF II, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 01 zona urbana – Bairro São José	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF III, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 02 zona urbana – Bairro São José e COHAB	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF III, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 03 zona urbana – BR 174 Bairro São José	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF III, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 04 zona rural – Gleba São Vicente, PA - Santa Elina e Estrada da Mineração São Vicente	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF III, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 05 zona rural - BR 174, Gleba dos Goianos e PA - São José e Gleba Velha	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF III, desde a data da publicação deste edital.
Agente Comunitário de Saúde- Micro Área 06 zona rural – Santa Paula, Palmeira e Serra Dourada	40	CR	1.337,74	Ensino Médio concluído, residir na área de atuação do PSF III, desde a data da publicação deste edital.

Concurso Público Câmara Municipal

Nomenclatura	C/H	Vagas	Vencimento (R$)	Requisitos Especiais
Agente de Serviços Gerais	40	01	1.040,41	Ensino Fundamental incompleto.
Procurador Legislativo	20	01	1.972,52	Curso Superior em Direito, com no mínimo 02 (dois) anos de registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI Nº 864/2019, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre o serviço voluntário no Município de Nova Lacerda/ MT, e dá outras Providências".

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou à instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo Único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente, mediante Nota Fiscal, realizar no desempenho das suas atividades.

Parágrafo Único. Serão ressarcidas despesas com taxa de inscrição em cursos, transporte, alimentações, hospedagem, expressamente autorizadas pelo Prefeito ou autoridade competente a que estiver vinculada o trabalhador voluntário.

Art. 4º As despesas decorrente da execução desta Lei correrão à conta de dotações específicas.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 29 de Novembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI Nº 865/2019, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ISENTAR DO PAGAMENTO DE SERVIÇO DE GRADEAÇÃO DE SOLO PARA PLANTIO DE CULTURAS, EXECUTADO POR TRATOR DA PREFEITURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das

atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a realizar com Trator e Grade da Prefeitura, gradeação de solo para Plantio de Culturas (lavoura) di-

versas, em atendimento aos pequenos agricultores, proprietários ou possuidores de áreas de terra no Município.

Parágrafo Único – Cada pequeno Agricultor será beneficiado com a gratuidade da gradeação do solo de área de até 2,00 ha (dois hectares).

Art. 2º. Ficará a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, o agendamento e escala do trabalho constante do artigo acima.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta do orçamento próprio do município.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 29 de Novembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI N°. 861/2019, DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER LEILÃO PARA ALIENAR VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS, SUCATAS E BENS INSERVÍVEIS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal **aprovou** e eu **sanciono** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover Leilão Público para alienar bens considerados economicamente inviáveis para consertos e manutenção e improdutivos para uso permanente no serviço público, além das sucatas, veículos e maquinários inservíveis para atendimento das ações programáticas da municipalidade.

Art. 2º. Os bens a serem leiloados serão aqueles constantes do Anexo I desta Lei e que serão avaliados e especificados por Comissão Especial para Realização de Leilão Público, criada para tal finalidade.

Art. 3º. Para substituir os bens considerados antieconômicos para os cofres públicos e improdutivos na execução das ações municipais, o Poder Executivo providenciará licitações públicas para adquirir os bens considerados necessários para os serviços essenciais.

Art. 4º. Fica autorizada a contratação de Leiloeiro Oficial para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 5º. Para as despesas decorrentes da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a transferir e/ou suplementar dotações orçamentárias, bem como a abrir crédito especial.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Lacerda/MT, 30 de Setembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

MENSAGEM

Nova Lacerda/MT, em 30 de Agosto de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Estamos encaminhando à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, o Projeto de Lei que ***autoriza o Poder Executivo a promover Leilão para alienar veículos, maquinários e sucatas de propriedade da Prefeitura Municipal e da outras providências***.

A Comissão instituída para organização e acompanhamento de Leilão de bens móveis inservíveis e sucatas da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda/MT promoveu criterioso e pormenorizado levantamento dos veículos leves e maquinários existentes na Prefeitura Municipal e que se encontram a serviço das suas Unidades Administrativas, na execução das suas ações e programas, recomendando sua alienação, devido aos elevados custos de recuperação e a inviabilidade econômica de sua operação, inclusive com um alto índice de improdutividade.

Seria inviável manter tais veículos em operação, pois não se justifica comprometer os recursos financeiros com a recuperação de veículos usados e antieconômicos, sendo recomendável a alienação e substituição dos mesmos por outros novos.

Nos casos da recuperação de veículos, a municipalidade poderá promover o aproveitamento somente daqueles que estejam em bom estado de conservação, com vida útil que justifica tais investimentos e que os gastos com a reforma dos mesmos sejam compatíveis e que permita o atendimento das necessidades operacionais das Secretarias Municipais.

Assim, esperamos contar com o costumeiro apoio dos Senhores Vereadores na aprovação do presente Projeto de Lei em regime de **urgência/ urgentíssima.**

Atenciosamente,

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

EXMO. Senhor

CLAUDINEY DA SILVA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE

NOVA LACERDA – MT.

ANEXO 1

RELAÇÃO DE VEÍCULOS, MAQUINÁRIOS E SUCATAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA – MT, A SEREM ALIENADOS ATRAVÉS DE LEILÃO PÚBLICO:

1. FIAT/DOBLO RONTAN AMB, FLEX, Ano 2008/2009, Placa NJL 5549 (SAÚDE);

2. ÔNIBUS, MB OF 1620, 42p, Diesel, Ano/Modelo 1996, Placa LBG 8145 (Educação);

3. ÔNIBUS MB OF 371, 47p, Ano/Modelo 1993, Placa KTM 8755 (Educação);

4. ÔNIBUS MB OF 1114, 50p, Ano/Modelo 1990, Placa JJD 9803 (Educação);

5. MOTONIVELADORA Marca KOMATSU, Modelo GD555-03, Série B15227, Motor nr: 36095715, Ano 2009, (OBRAS);

6. PÁ CARREGADEIRA CATERPILLAR, Modelo 930T II, Série 17B2290, Motor 9BC04242, Ano 1990 (Obras);

SUCATA

LOTE 01

7. Sucata de móveis e aparelhos eletrodomésticos, conforme placas dos bens (cadeiras diretor, cadeiras fixas, cadeiras fixas secretária, cadeiras giratórias, aparelhos de ar condicionado, lavadora de alta pressão, centrífuga, amalgamador, lavadora semi automática 10kg, lavadora 10kg, bomba de veneno elétrica, arquivos de aço, ventiladores de teto, divãs de madeira, aparelho de tns, aparelho de diatermia, macas hospitalar, aparelho infra vermelho, caixas neurológicas, aparelho de diatermia por ondas, mesas, escadas com 2 degraus, bebedouros, mesa de 1,20m, mesa de 1,50m, fogão, armários, aparelho turbodimetro, ventilador de mesa, aparelho de cloro, bomba dosadora, compressor de ar, bombas dosadoras, bebedouro inox pressão, mesa em mdf agregada, suportes de TV, cadeiras pretas de laboratório de informática, armário de 6 portas, mesas de aluno

em madeira, cadeiras em estofado fixa, carteiras de aluno com braço, cadeiras de aluno com armação de ferro, encosto e assento

madeira, caixas de som voxStorm, carteiras universitárias, moto bomba, caixa ativa vsa, liquidificador industrial e cadeira para cortar cabelo);

SUCATA

LOTE 02

Sucata de mobiliários e Eletrodomésticos (impressoras brother, central pabx, nobreaks, micros computadores completo, notebook hp, cpus, impressoras hp, impressoras, impressora multifuncional, hp laser 1005, monitores, central modulare, multifuncional j3680, impressora de cheque elgin, central modulares pabx, roteador, impressora a jato de tinta, impressora laserjet 1102, aparelho data show, dvd player e micro computador completo com impressora 1102).

Nova Lacerda, 30 de Setembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI Nº 860/2019, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências".

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, *FAÇO SABER,* que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Para atender às necessidades orçamentárias do Poder Executivo, ficam abertos créditos adicionais e especiais ao orçamento programa do Município no valor de **R$ 900.000,00 (Novecentos mil reais)**, nas seguintes dotações:

06 – SECRETARIA DE SAÚDE

03 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1026.2.101 – Manutenção e Encargos com PSFs

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R$ 300.000,00

3.1.91.00.00 – Aplicações Diretas R$ 40.000,00

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas R$ 100.000,00

06 – SECRETARIA DE SAÚDE

03 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.1027.2.104 – Manutenção e Encargos das Ações de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas R$ 180.000,00

06 – SECRETARIA DE SAÚDE

03 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1026.2.100 – Manutenção e Encargos Saúde Bucal

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R$ 70.000,00

3.1.91.00.00 – Aplicações Diretas R$ 10.000,00

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas R$ 10.000,00

06 – SECRETARIA DE SAÚDE

03 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1026.2.129 – Manutenção e Encargos ACS – Agente Comunitario de Saúde

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R$ 120.000,00

3.1.91.00.00 – Aplicações Diretas R$ 20.000,00

06 – SECRETARIA DE SAÚDE

03 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1026.2.128 – Manutenção e Encargos NASF – Nucleo de Apoio Saúde da Familia

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R$ 45.000,00

3.1.91.00.00 – Aplicações Diretas R$ 5.000,00

SURERÁVIT FINANCEIRO - Fonte de Recurso: 0.3.0046.000000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Valor R$ 900.000,00

Art. 2º - Os recursos orçamentários, no valor de R$ 900.000,00 (Novecentos mil reais), para dar cobertura aos créditos adicionais e especiais abertos no artigo anterior, serão oriundos do **superávit financeiro em fonte específica, apurados no balanço patrimonial do exercício anterior**, conforme abaixo:

SURERÁVIT FINANCEIRO - Fonte de Recurso: 0.1.0014.000000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Valor R$ 900.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 16 de Setembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO) SEMA/MT

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA - MT, CNPJ 01.614.519/0001–22, torna público que requereu à **Sema/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO** para extração de uma jazida de cascalho na Fazenda Lua Nova I, zona rural do município de NOVA LACERDA/MT.

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI Nº 863/2019, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera a Lei nº 363/2006, que "Dispõe sobre a Criação de Serviço de Transporte de Taxi no Município de Nova Lacerda/ MT, e dá outras Providências".

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alterados os "Captus" dos artigos 2º, 3º, 5º e 6º e revogado o parágrafo único do art. 5º, da Lei nº 363/2006, de 28 de Novembro de 2006, que passa a ter a seguinte redação:

***"Art. 2º.** O número de automóvel de aluguel, Taxi, neste Município, terá como limite máximo para cada grupo de 1500 (um mil e quinhentos) habitantes, **Um Veículo de Taxi,** conforme o censo oficial"*

*"**Art. 3°** - Somente serão licenciados os veículos que tiverem no máximo sete anos de fabricação e que sejam de cor branca padrão e que tenham uma faixa lateral com 15 centímetros de largura com as cores oficiais do município."*

***"Art. 5°** - Terá direito à concessão de táxi, o candidato que atender aos requisitos desta Lei, e ser devidamente habilitado na categoria (C), ter comprovante de conclusão do Curso de Condutor de Passageiros do motorista do veículo táxi.*

***Parágrafo Único** – **Revogado**".*

*"**Art. 6°** - Nas novas concessões de táxi, deverá ser recolhido a Secretaria de Finanças, Departamento de Tributação do Município o valor de (01) um salário mínimo vigente no município."*

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 29 de Novembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI N.º 862/2019, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos dos Artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares no percentual de 15% (quinze por cento) da Receita Estimada para o exercício de 2019 para o orçamento de cada órgão, utilizando como fonte de recurso:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

§ 1º – Excluem deste limite, os créditos suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

§ 2º - Este limite será acumulado ao limite autorizado na Lei nº 837/2018.

I– Não poderá ser utilizado valor do limite autorizado na Lei nº 837/2018 e na presente Lei em um mesmo crédito suplementar.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda/MT, em 17 de Outubro de 2019. UILSON JOSÉ DA SILVA Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI COMPLEMENTAR Nº. 141/2019

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE CARGOS JUNTO A LEI COMPLEMENTAR Nº. 022/2005, DE 15/12/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Ficam criados no Quadro de Cargos Permanentes da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – Lei Complementar nº. 022/2005, de 15 de Dezembro de 2005, os cargos que passam a integrar o Anexo II da referida Lei, conforme abaixo relacionados, a serem providos através de concurso público.

§1º – Assistente Contábil, Curso Superior em Contabilidade, 01 (uma) vaga e vencimento de R$ 2.527,54 (dois mil quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e quatro centavos), para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

Art. 2º. Passam a fazer parte integrante do Anexo III, da Lei Complementar nº. 022/2005, de 15 de Dezembro de 2005, as atribuições referentes aos cargos abaixo relacionados:

Cargo: Assistente em Contabilidade.

Habilitação: Curso Superior em Contabilidade.

Atribuições: Elaborar Balancetes Mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com respectivos demonstrativos; Elaborar registros de operações contábeis (empenho, liquidação, Ordem de Pagamento, Despesas Extra Orçamentária, anulação de empenhos, liquidação e ordem de pagamento e lançamento da receita orçamentária); Acompanhamento da execução Orçamentária (Abertura de Créditos Adicionais); Arquivar documentos contábeis;

Art.3º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta do orçamento próprio do município.

Art.4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na dará de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 11 de Dezembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI COMPLEMENTAR Nº. 143/2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGOS JUNTO A LEI COMPLEMENTAR Nº. 022/2005, DE 15/12/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado no Quadro de Cargos Permanentes da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – Lei Complementar nº. 022/2005, de 15 de Dezembro de 2005, os cargos que passam a integrar o Anexo II da referida Lei, conforme abaixo relacionados, a serem providos através de concurso público.

§1º Analista de Convênios e Prestação de Contas, Nível Superior com formação em Administração ou Ciências Contábeis e Registro no Conselho de Classe Competente, 02 (duas) vagas e vencimento de R$ 2.648,03 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e três centavos), para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

Art. 2º. Fica alterado e passam a fazer parte integrante do Anexo III, da Lei Complementar nº. 022/2005, de 15 de Dezembro de 2005, as atribuições referentes aos cargos abaixo relacionados:

Cargo: Analista de Convênios e Prestação de Contas.

Habilitação: Nível Superior com formação em Administração ou Ciências Contábeis e Registro no Conselho de Classe.

Atribuições: Planejar, coordenar e executar todas as atividades relacionadas à prestação de contas via sistema APLIC – Auditoria Pública Informatizada de Contas junto ao TCE/MT, assim como GEO-OBRAS; realizar a prestação de contas, referente à geração de tabelas, informações e documentos a serem enviados ao TCE/MT, através de geração de banco de dados dos diversos sistemas informatizados implantados na administração pública municipal; analisar e supervisionar as informações geradas pela unidade gestora para envio da prestação de contas ao TCE/MT; enviar tabelas, documentos e informações via sistema APLIC; realizar backup das informações enviadas e guardar protocolos e arquivos enviados; fazer lançamentos e controles em sistema informatizado, com objetivo de gerar informações a serem enviadas via sistema Aplic; prestar informações observando os prazos previstos nas normas do TCE/MT; cuidar pela legitimidade e legalidade das informações e arquivos enviados para prestação de contas; observar rigorosamente os prazos de envio determinados pelo TCE/MT; cuidar do envio tempestivos das prestações de contas através do

envio dar cargas mensais, carga de orçamento, carga inicial, cargas especiais e cargas tempestivas relativas a concursos, licitações e outros envios relacionados ao Sistema APLIC, ou outro Sistema que vier a substituir, a partir das decisões/determinações emanadas do TCE/MT; gerar, diariamente, banco de dados de das licitações (arquivos tempestivos); gerar mensalmente o relatório de empenho da folha de pagamento, no sistema da Folha; relacionar mensalmente os empenhos, por órgão e unidade no campo movimento/folha de pagamento; gerar banco de dados das informações tempestivas referentes aos editais e contratos emitidos; sistematizar, conforme os padrões determinados pelo TCE - MT, todas as informações recebidas/geradas das Unidades Executoras, zelando para o cumprimento do cronograma de envio dos arquivos periódicos e tempestivos; informar por escrito ao gestor, conforme as inconsistências verificadas nos bancos de dados recebidos/importados; cobrar oficialmente os atrasos verificados no recebimento das informações, sob aviso ao Controle Interno Municipal; manter em separado, arquivo de toda correspondência enviada e recebida deste setor com os demais órgãos; enviar ao TCE - MT os arquivos Periódicos e: organizar todos os convênios, ajuste ou cooperação em que o Município figure como parte; efetuar as prestações de contas relativas a convênios nas esferas Federal, Estadual e Municipal, obedecendo rigorosamente os prazos determinados.

Art.3º. Revogam-se todas as disposições previstas na Lei Complementar n° 057/2011, de 07 de fevereiro de 2011.

Art.4º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta do orçamento próprio do município.

Art.5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na dará de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 11 de Dezembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI COMPLEMENTAR Nº. 144/2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGOS JUNTO A LEI COMPLEMENTAR Nº. 022/2005, DE 15/12/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado no Quadro de Cargos Permanentes da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – Lei Complementar nº. 022/2005, de 15 de Dezembro de 2005, os cargos que passam a integrar o Anexo II da referida Lei, conforme abaixo relacionados, a serem providos através de concurso público.

§1º Técnico em Química, Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Química e Registro no Conselho de Classe, 01 (uma) vaga e vencimento de R$ 2.648,03 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e três centavos), para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

Art. 2º. Fica alterado e passam a fazer parte integrante do Anexo III, da Lei Complementar nº. 022/2005, de 15 de Dezembro de 2005, as atribuições referentes aos cargos abaixo relacionados:

Cargo: Técnico em Química.

Habilitação: Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Química e Registro no Conselho de Classe.

Atribuições: Ensaio e pesquisa em geral visando efetuar controle de qualidade de produtos para o uso humano. Controle e vigilância com a realização de exames para aferir a qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade conforme a legislação vigente sobre o tema nas esferas Federal, Estadual e Municipal; Aferição de controle da qualidade da agua para consumo humano do município de Nova Lacerda-MT ou outras localidades/municípios que este seja signatário mediante convênio; Realizar análise química e físico-química, químico-biológica, bromatológica, toxicológica e legal. padronização e controle de qualidade da água distribuída para consumo humano; Produção e, se necessário, responsabilizando-se pelo tratamento prévio e/ou complementar de produto destinado ao consumo humano; Prover a operação e manutenção de equipamentos e instalações, assim como a execução de trabalhos técnicos necessários a análise da qualidade de produto destinados ao consumo humano. Controlar a qualidade e preservação dl: produtos de origem animal. vegetal ou mineral destinados ao consumo humano: Realizar quaisquer outros serviços, dentro da esfera de sua competência técnico científica, visando atender a necessidade e o interesse público do município de acordo dom as competências atribuídas ao cargo de técnico em química pelo Conselho Federal de Química, inclusive na realização de exames/procedimento de qualidade da água para o município de Nova Lacerda-MT ou outras localidades/municípios que este seja signatário mediante convênio. Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade:

Art.3º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta do orçamento próprio do município.

Art.4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na dará de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 11 de Dezembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI COMPLEMENTAR Nº. 145/2019

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE CARGOS JUNTO A LEI COMPLEMENTAR Nº. 022/2005, DE 15/12/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Ficam criados no Quadro de Cargos Permanentes da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – Lei Complementar nº. 022/2005, de 15 de Dezembro de 2005, os cargos que passam a integrar o Anexo II da referida Lei, conforme abaixo relacionados, a serem providos através de concurso público.

§1º – Área de Saúde: Técnico em Laboratório, Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Análises Clínicas e Registro no Conselho de Classe, 01 (uma) vaga e vencimento de R$ 1.621,45 (um mil e seiscentos e vinte e um reais e quarenta e cinco centavos), para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

Art. 2º. Passam a fazer parte integrante do Anexo III, da Lei Complementar nº. 022/2005, de 15 de Dezembro de 2005, as atribuições referentes aos cargos abaixo relacionados:

Cargo: Técnico em Laboratório.

Habilitação: Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Análises Clínicas e Registro no Conselho de Classe.

Atribuições: Executar trabalhos técnico de laboratório relacionados com a área de atuação, realizando ou orientando coleta, análise e registros de material e substâncias através de métodos específicos; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; preparar reagentes, peças e outros materiais utilizados em experimentos; proceder à montagem de experimentos reunido equipamentos e material de consumo em geral para serem utilizados em aulas experimentais e ensaios de pesquisa; fazer coleta

de amostras e dados em laboratórios ou em atividades de campo relativas a uma pesquisa; proceder à análise de materiais em geral utilizando métodos físicos, químicos, físico- químicos e bioquímicos para se identificar qualitativo e quantitativamente os componentes desse material, utilizando metodologia prescrita; proceder à limpeza e conservação de instalações, equipamentos e materiais dos laboratórios; proceder ao controle de estoque dos materiais de consumo dos laboratórios; responsabilizar-se por pequenos depósitos e/ou almoxarifados dos setores que estejam alocados; gerenciar o laboratório conjuntamente com o responsável pelo mesmo; utilizar recursos de informática; executar o Sistema de controle rotineiro da qualidade da água distribuída nos termos da PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017, ou outra norma que a substituir, para o município de Nova Lacerda ou outro município, se este controle estiver instituído em convenio do qual a municipalidade seja signatário. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Art.3º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta do orçamento próprio do município.

Art.4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na dará de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 11 de Dezembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI COMPLEMENTAR Nº. 146/2019

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE CARGOS JUNTO A LEI COMPLEMENTAR Nº. 022/2005, DE 15/12/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Ficam criados no Quadro de Cargos Permanentes da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – Lei Complementar nº. 022/2005, de 15 de Dezembro de 2005, os cargos que passam a integrar o Anexo II da referida Lei, conforme abaixo relacionados, a serem providos através de concurso público.

§1º – Área de Educação: Agente de Serviços Gerais – E.M. 15 de Setembro, nível Fundamental Completo, 01 (uma) vaga e vencimento de R$ 1. 071,58 (um mil e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos), para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

I – Motorista Nível II – Zona Rural, nível ensino médio, CNH D ou E, 03 (três) vagas e vencimento de R$ 1.662,14 (um mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quatorze centavos), para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

Art. 2º. Passam a fazer parte integrante do Anexo III, da Lei Complementar nº. 022/2005, de 15 de Dezembro de 2005, as atribuições referentes aos cargos abaixo relacionados:

Cargo: Agente de Serviços Gerais – E. M. 15 DE SETEMBRO.

Habilitação: Ensino Fundamental Completo.

Atribuições: Limpeza e conservação das dependências dos Órgãos Públicos Municipais, utilizando materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene; executar serviços internos e externos de limpeza e conservação de prédios públicos, pátios, jardins, manter limpos os equipamentos e utensílios, caixa d'água, mobiliário, instalações diversas, cortinados; conservar e responsabilizar-se pela guarda e manutenção das ferramentas e instrumentos de trabalho; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato; executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

Cargo: Motorista Nível II – Zona Rural.

Habilitação: Ensino Médio;

CNH D ou E.

Atribuições: Conduzir o veículo respeitando rigorosamente a Legislação de Trânsito;

conduzir e zelar pela conservação de veículos automotores em geral; conduzir veículos automotores, destinado ao transporte de passageiros e cargas de grande porte, até categoria caminhão e carreta; recolher veículo à garagem ou local destinados quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente; manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo que lhe fora entregue; encarregar-se do transporte e entrega da carga que for confiada, tendo cuidado especial para que não haja excesso que prejudique o veículo; promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação quando indicada; verificar o grau de densidade e nível da água da bateria, bem como a calibração de pneus; executar tarefas afins e de

interesse da municipalidade; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar outras tarefas que lhe serão determinadas pelo superior hierárquico.

Art.3º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta do orçamento próprio do município.

Art.4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na dará de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 11 de Dezembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI COMPLEMENTAR Nº. 147/2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE NÍVEL DE ESCOLARIDADE, CONSTANTES DO ANEXO II, DO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, CONSTANTES NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 022/2005, DE 15/12/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterada a escolaridade dos cargos de provimento efetivo de **Recepcionista** e **Motorista de Comboio de Lubrificação**, nível fundamental completo, para **nível médio completo**, permanecendo a mesma quantidade de vagas, carga horária e vencimento do cargo de origem.

§ 1º. Da mesma forma, fica alterada a escolaridade dos cargos de provimento efetivo de **Agente de Serviços Braçais**; **Agente de Serviços Gerais**; **Mecânico** e **Vigia,** de Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto para **Nível Fundamental Completo**.

Art. 2º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta do orçamento próprio do município.

Art.3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na dará de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 29 de Novembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI COMPLEMENTAR Nº. 148/2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE NOMENCLATURA DE CARGO E ESCOLARIDADE CONSTANTES NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 036/2009, DE 23/01/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterada a nomenclatura e escolaridade do cargo de provimento efetivo de Eletricista de Energia Elétrica, nível alfabetizado (Lei Complementar nº. 036/2009, de 23 de Janeiro de 2009), para **Eletricista, nível médio completo**, permanecendo a mesma quantidade de vagas, carga horária e vencimento do cargo de origem.

Art. 2º. Passam a fazer parte integrante do Anexo III, da Lei Complementar nº. 022/2005, de 15 de Dezembro de 2005, as atribuições referentes ao cargo abaixo:

Cargo: Eletricista.

Habilitação: Ensino Médio Completo.

Atribuições: Implementação e manutenção de instalações elétricas; instalar, dar manutenção e reparos de fiação elétrica em equipamentos elétricos e/ou eletrônicos; testar a segurança de serviços elétricos; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho e executar outras tarefas que lhe serão determinadas pelo superior hierárquico.

Art.3º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta do orçamento próprio do município.

Art.4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na dará de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 11 de Dezembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI COMPLEMENTAR Nº. 149/2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGOS JUNTO A LEI COMPLEMENTAR Nº. 022/2005, DE 15/12/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, UILSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado no Quadro de Cargos Permanentes da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda – Lei Complementar nº. 022/2005, de 15 de Dezembro de 2005, os cargos que passam a integrar o Anexo II da referida Lei, conforme abaixo relacionados, a serem providos através de concurso público.

§1º. Técnico em Radiologia, Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Radiologia e Registro no Conselho de Classe Competente, 01 (uma) vaga e vencimento de R$ 2.648,03 (dois mil e seiscentos e quarenta e oito reais e três centavos), para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

§2º. O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados, e a utilização de equipamentos de segurança.

§3º. Deve ser observada a Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985, que regula o exercício da profissão de Técnico em radiologia e dá outras providências, assim como o Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986 , que regulamenta a Lei nº 7.394/85.

Art. 2º. Fica alterado e passa a fazer parte integrante do Anexo III, da Lei Complementar nº. 022/2005, de 15 de Dezembro de 2005, as atribuições referentes ao cargo abaixo relacionado:

Cargo: Técnico em Radiologia.

Habilitação: Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Radiologia e Registro no Conselho de Classe Competente.

Atribuições:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Preparar materiais e equipamentos para exames e radioterapia; operar aparelhos médicos e odontológicos para produzir imagens e gráficos funcionais como recurso auxiliar ao diagnóstico e terapia, preparar pacientes e realizam exames e radioterapia; prestar atendimento aos pacientes fora da sala de exame, realizando as atividades segundo boas práticas, normas e procedimento de biossegurança e código de conduta; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO

Organizar equipamento, sala de exame e material; averiguar condições técnicas de equipamentos e acessórios; calibrar o aparelho no seu padrão; averiguar a disponibilidade de material para exame; montar carrinho de medicamentos de emergência; organizar câmara escura e clara; planejar o atendimento; adaptar agenda para atendimento de pacientes prioritários; ordenar a sequência de exames; receber pedido de exames e ou prontuário do paciente; cumprir procedimentos administrativos; auxiliar no planejamento de tratamento radioterápico; preparar o paciente para exame e ou radioterapia; verificar condições físicas e preparo do paciente; providenciar preparos adicionais do paciente; retirar próteses móveis e adornos do paciente; higienizar o paciente; efetuar sustentação de mamas; realizar exames e ou radioterapia; solicitar presença de outros profissionais envolvidos no exame; ajustar o aparelho conforme o paciente e tipo de exame; adequar a posição do paciente ao exame; imobilizar o paciente; administrar contraste e medicamentos sob supervisão médica; acompanhar reações do paciente ao contraste e medicamentos; processar filme na câmara escura; avaliar a qualidade do exame; submeter o exame à apreciação médica; complementar exame; limitar o campo a ser irradiado com placas de chumbo; tirar fotografias e slides intra e extra bucais e do corpo; confeccionar moldagens e modelos ortodônticos; fazer traçado cefalométrico manual ou computadorizado; atendimento fora da sala de exame; deslocar equipamento, eliminar interferência de outros aparelhos; determinar a remoção de pessoas não envolvidas no exame; isolar área de trabalho para exame; finalizar exame; remover o equipamento do paciente ou vice-versa; limpar o paciente após o exame; manter o paciente sob observação após o exame; imprimir resultado de exames, a partir do arquivo eletrônico; entregar protocolo ao paciente ou responsável; entregar exame ao médico, paciente ou responsável; dispensar o paciente; trabalhar com biossegurança; providenciar limpeza e assepsia da sala e equipamentos; paramentar-se; usar EPI (luvas, óculos, máscara, avental, protetor de gônadas e tireóide); oferecer recursos de proteção a outros profissionais presentes e acompanhantes; usar dosímetro (medição da radiação recebida); minimizar o tempo de exposição à radiação; substituir medicamentos e materiais com validade vencida; acondicionar materiais radioativos para transporte ou descarte; acondicionar materiais perfurocortantes para descarte; submeter-se a exames periódicos; comunicar-se: instruir o paciente sobre preparação para o exame; obter informações do paciente; orientar o paciente, o acompanhante e auxiliares sobre os procedimentos durante o exame; descrever as condições e reações do paciente durante o exame; registrar exames realizados; identificar exame; orientar o paciente sobre cuidados após o exame; discutir o caso com equipe de trabalho; requerer manutenção dos equipamentos; solicitar reposição de material; operar equipamentos computadorizados e analógicos; manipular materiais radioativos; utilizar recur-

sos de informática; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Art.3º. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão à conta do orçamento próprio do município.

Art.4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 11 de Dezembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURÍDICA
LEI COMPLEMENTAR Nº. 150/2019.

ESTABELECE PISO SALARIAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE

COMBATE ÀS ENDEMIAS.

O Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA**, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

L E I:

Art. 1º – O piso salarial profissional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias do Município de Nova Lacerda é fixado no valor de R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) mensais, nos termos da Lei Federal 13.708, de 14 de agosto de 2018, a partir de 01 de janeiro de 2020.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda/MT, em 11 de dezembro de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 857/2019

LEI MUNICIPAL Nº 857/2019

Data: 11 de dezembro de 2019

EMENTA: DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO USUÁRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e a Lei Federal n.º 13.460 de 26 de junho de 2017, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei;

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública.

§ 1º A aplicação desta Lei não afasta a necessidade de cumprimento do disposto:

I - em normas regulamentadoras específicas, quando se tratar de serviço ou atividade sujeitos a regulação ou supervisão; e

II - na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quando caracterizada relação de consumo.

§ 2º Aplica-se subsidiariamente o disposto nesta Lei aos serviços públicos prestados por particular.

Art. 2º Para os fins desta Lei consideram-se:

I - usuário - pessoa física ou jurídica que se beneficia ou utiliza, efetiva ou potencialmente, de serviço público;

II - serviço público - atividade administrativa ou de prestação direta ou indireta de bens ou serviços à população, exercida por órgão ou entidade da administração pública;

III - administração pública - órgão ou entidade integrante da administração pública do Municípios e sua Procuradoria;

IV - agente público - quem exerce cargo, emprego ou função pública ainda que transitoriamente ou sem remuneração; e

V - manifestações - reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos de usuários que tenham como objeto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços.

Art. 3º Com periodicidade mínima anual, cada esfera de Governo que realiza serviços direto ao público, publicará quadro geral dos serviços públicos prestados, que especificará os órgãos ou entidades responsáveis por sua realização e a autoridade administrativa a quem estão subordinados ou vinculados.

Art. 4º Os serviços públicos e o atendimento do usuário serão realizados de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS BÁSICOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 5º O usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar as seguintes diretrizes:

I - urbanidade, respeito, acessibilidade e cortesia no atendimento aos usuários;

II - presunção de boa-fé do usuário;

III - atendimento por ordem de chegada, ressalvados casos de urgência e aqueles em que houver possibilidade de agendamento, asseguradas as prioridades legais às pessoas com deficiência, aos idosos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo;

IV - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de exigências, obrigações, restrições e sanções não previstas na legislação;

V - igualdade no tratamento aos usuários, vedado qualquer tipo de discriminação;

VI - cumprimento de prazos e normas procedimentais;

VII - definição, publicidade e observância de horários e normas compatíveis com o bom atendimento ao usuário;

VIII - adoção de medidas visando a proteção à saúde e a segurança dos usuários;

IX - autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, vedada a exigência de reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida de autenticidade;

X - manutenção de instalações salubres, seguras, sinalizadas, acessíveis e adequadas ao serviço e ao atendimento;

XI - eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;

XII - observância dos códigos de ética ou de conduta aplicáveis às várias categorias de agentes públicos;

XIII - aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento ao usuário e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações;

XIV - utilização de linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e

XV - vedação da exigência de nova prova sobre fato já comprovado em documentação válida apresentada.

Art. 6º São direitos básicos do usuário:

I - participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;

II - obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação;

III - acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

IV - proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

V - atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; e

VI - obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:

a) horário de funcionamento das unidades administrativas;

b) serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;

c) acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;

d) situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado; e

e) valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.

Art. 7º Os órgãos e entidades abrangidos por esta Lei divulgarão Carta de Serviços ao Usuário expedido pela autoridade superior do órgão.

§ 1º A Carta de Serviços ao Usuário tem por objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo órgão ou entidade, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

§ 2º A Carta de Serviços ao Usuário deverá trazer informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados, apresentando, no mínimo, informações relacionadas a:

I - serviços oferecidos;

II - requisitos, documentos, formas e informações necessárias para acessar o serviço;

III - principais etapas para processamento do serviço;

IV - previsão do prazo máximo para a prestação do serviço;

V - forma de prestação do serviço; e

VI - locais e formas para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço.

§ 3º Além das informações descritas no § 2º, a Carta de Serviços ao Usuário deverá detalhar os compromissos e padrões de qualidade do atendimento relativos, no mínimo, aos seguintes aspectos:

I - prioridades de atendimento;

II - previsão de tempo de espera para atendimento;

III - mecanismos de comunicação com os usuários;

IV - procedimentos para receber e responder as manifestações dos usuários; e

V - mecanismos de consulta, por parte dos usuários, acerca do andamento do serviço solicitado e de eventual manifestação.

§ 4º A Carta de Serviços ao Usuário será objeto de atualização periódica e de permanente divulgação mediante publicação em sítio eletrônico do órgão ou entidade na internet ou por meio de disponibilização em mural no local da prestação dos serviços;

§ 5º Regulamento específico disporá sobre a operacionalização da Carta de Serviços ao Usuário.

Art. 8º São deveres do usuário:

I - utilizar adequadamente os serviços, procedendo com urbanidade e boa-fé;

II - prestar as informações pertinentes ao serviço prestado quando solicitadas;

III - colaborar para a adequada prestação do serviço; e

IV - preservar as condições dos bens públicos por meio dos quais lhe são prestados os serviços de que trata esta Lei.

CAPÍTULO III

DAS MANIFESTAÇÕES DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 9º Para garantir seus direitos, o usuário poderá apresentar manifestações perante a administração pública acerca da prestação de serviços públicos.

Art. 10. A manifestação será dirigida à ouvidoria do órgão ou entidade responsável e deverá conter a identificação do requerente.

§ 1º A identificação do requerente não conterá exigências que inviabilizem sua manifestação.

§ 2º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da apresentação de manifestações perante a ouvidoria.

§ 3º A manifestação poderá ser feita por meio eletrônico, ou correspondência convencional, ou verbalmente, hipótese em que deverá ser reduzida a termo.

§ 5º No caso de manifestação por meio eletrônico, prevista no § 3º, respeitada a legislação específica de sigilo e proteção de dados, poderá a administração pública ou sua ouvidoria requerer meio de certificação da identidade do usuário.

§ 6º Os órgãos e entidades públicos abrangidos por esta Lei deverão colocar à disposição do usuário formulários simplificados e de fácil compreensão para a apresentação do requerimento previsto no **caput**, facultada ao usuário sua utilização.

§ 7º A identificação do requerente é informação pessoal protegida com restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 11. Em nenhuma hipótese, será recusado o recebimento de manifestações formuladas nos termos desta Lei, sob pena de responsabilidade do agente público.

Art. 12. Os procedimentos administrativos relativos à análise das manifestações observarão os princípios da eficiência e da celeridade, visando a sua efetiva resolução.

Parágrafo único. A efetiva resolução das manifestações dos usuários compreende:

I - recepção da manifestação no canal de atendimento adequado;

II - emissão de comprovante de recebimento da manifestação;

III - análise e obtenção de informações, quando necessário;

IV - decisão administrativa final; e

V - ciência ao usuário.

CAPÍTULO IV

DAS OUVIDORIAS

Art. 13. As ouvidorias terão como atribuições precípuas, sem prejuízo de outras estabelecidas em regulamento específico:

I - promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;

II - acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade;

III - propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços;

IV - auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos nesta Lei;

V - propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações desta Lei;

VI - receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão das manifestações de usuário perante órgão ou entidade a que se vincula; e

VII - promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

Art. 14. Com vistas à realização de seus objetivos, a ouvidoria deverá:

I - receber, analisar e responder, por meio de mecanismos proativos e reativos, as manifestações encaminhadas por usuários de serviços públicos; e

II - elaborar, anualmente, relatório de gestão sobre sua responsabilidade, que deverá consolidar as informações mencionadas no inciso I, e, com base nelas, apontar falhas e sugerir melhorias na prestação de serviços públicos.

Art. 15. O relatório de gestão de que trata o inciso II do **caput** do art. 14 deverá indicar, ao menos:

I - o número de manifestações recebidas no ano anterior;

II - os motivos das manifestações;

III - a análise dos pontos recorrentes; e

IV - as providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas.

Parágrafo único. O relatório de gestão será:

I - encaminhado à autoridade máxima do órgão; e

II - disponibilizado integralmente na internet.

Art. 16. A ouvidoria encaminhará a decisão administrativa final ao usuário, observado o prazo de trinta dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.

Parágrafo único. Observado o prazo previsto no **caput**, a ouvidoria poderá solicitar informações e esclarecimentos diretamente a agentes públicos do órgão ou entidade a que se vincula, e as solicitações devem ser respondidas no prazo de vinte dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.

CAPÍTULO V

DOS CONSELHOS DE USUÁRIOS

Art. 17. Sem prejuízo de outras formas previstas na legislação, a participação dos usuários no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços públicos será feita por meio de conselhos de usuários.

Parágrafo único. Os conselhos de usuários é órgão consultivos dotados das seguintes atribuições:

I - acompanhar a prestação dos serviços;

II - participar na avaliação dos serviços;

III - propor melhorias na prestação dos serviços;

IV - contribuir na definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário; e

V - acompanhar e avaliar a atuação do ouvidor.

Art. 18. A composição do conselho deve observar os critérios de representatividade e pluralidade das partes interessadas, com vista ao equilíbrio em sua representação devendo conter no mínimo 03 (três) membros entre eles, representante do poder executivo, legislativo e associação civil organizada;

Parágrafo único. A escolha dos representantes será feita em processo aberto ao público e diferenciado por tipo de usuário a ser representado.

Art. 19. O conselho de usuários poderá ser consultado quanto à indicação do ouvidor.

Art. 20. A participação do usuário no conselho será considerada serviço relevante e sem remuneração.

Art. 21. Regulamento específico disporá sobre a organização e funcionamento dos conselhos de usuários.

CAPÍTULO VI

DA AVALIAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 22. Os órgãos e entidades públicos abrangidos por esta Lei deverão avaliar os serviços prestados, nos seguintes aspectos:

I - satisfação do usuário com o serviço prestado;

II - qualidade do atendimento prestado ao usuário;

III - cumprimento dos compromissos e prazos definidos para a prestação dos serviços;

IV - quantidade de manifestações de usuários; e

V - medidas adotadas pela administração pública para melhoria e aperfeiçoamento da prestação do serviço.

§ 1º A avaliação será realizada por pesquisa de satisfação feita, no mínimo, a cada um ano, ou por qualquer outro meio que garanta significância estatística aos resultados.

§ 2º O resultado da avaliação deverá ser integralmente publicado no sítio do órgão ou entidade, incluindo o **ranking** das entidades com maior incidência de reclamação dos usuários na periodicidade a que se refere o § 1º, e servirá de subsídio para reorientar e ajustar os serviços prestados, em especial quanto ao cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento divulgados na Carta de Serviços ao Usuário.

Art. 23. Regulamento específico disporá sobre a avaliação da efetividade e dos níveis de satisfação dos usuários.

Art. 24. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para o fiel cumprimento da presente lei;

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

Nova Marilândia/MT, aos 11 (onze) dias de dezembro de 2019 (dois mil e dezenove).

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA – MT

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e afixado no mural da unidade gestora

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 858/2019

LEI MUNICIPAL Nº 858/2019

Data: 11 de Dezembro de 2019

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2020.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, as diretrizes orçamentárias do Município para 2020, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração para 2020;

II - a estrutura, organização e diretrizes para a execução e alterações dos orçamentos do Município para 2020;

III - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária do Município;

Parágrafo único. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes documentos:

I – Projeção da Receita e da Despesa para 2016/2018;

II - Anexo de Metas e Prioridades para 2020;

III - Anexo de Riscos Fiscais;

IV – Anexo de Metas Fiscais;

V – Relatório dos Projetos em Andamento.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Art. 2º Em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2020 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

Parágrafo único. Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E

ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2020

Seção I

Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 3º O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 4º Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (subprojetos ou sub-atividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 5º A Lei Orçamentária discriminará em Unidades Orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV – aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e

IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 6º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5o, inciso II, da Constituição; e

V - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

VI – demonstrativo da renúncia da receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§1º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 7º Para efeito do disposto neste capítulo o Poder Legislativo do Município encaminhará ao Poder Executivo, até 30 de Novembro de 2018, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 8º. A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, 1% da Receita Corrente Líquida prevista para o Município e:

I – se destinará a atender a passivos contingentes e eventos fiscais imprevistos;

II – ficará sob a coordenação do órgão responsável pela sua destinação; e

III – será controlada através de registros contábeis no sistema orçamentário.

§ 1º. Não será considerada, para os efeitos do percentual de que trata o **caput**, a reserva à conta de receitas vinculadas e diretamente arrecadadas dos fundos e das entidades da administração indireta, cuja utilização fica autorizada até o limite previsto na Lei Orçamentária.

§ 2º. A reserva de contingência, como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais para eventos fiscais imprevistos que não estejam contemplados no anexo de riscos fiscais, somente poderá ser utilizada com valores que ultrapassem, concomitantemente:

I - à previsão do Anexo de riscos fiscais; e

II – o déficit financeiro apurado em balanço de recursos livres do exercício anterior.

§ 3º. A reserva de contingência prevista poderá ser utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

Art. 9º. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3o, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 10. O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2020, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8o da Lei Complementar no 101 de 2000.

§ 1º. Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2020.

§ 2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao Poder Legislativo

Art. 11. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2020, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de até 7% (sete pontos percentuais) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferidas em 2019, nos termos do art. 29-A da Constituição da República.

§ 1º. Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§ 2º. Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 12. Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal,inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República, efetivamente arrecadada no exercício de 2019, ou, sendo esse valor superior ao orçamento do Legislativo, o limite de seus créditos orçamentários.

§ 1º. Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

§ 2º. Considera-se receita tributária e de transferências para fins de cálculo do orçamento do Poder Legislativo, desde que efetivamente arrecadadas:

a) os impostos;

b) as taxas;

c) a contribuição de melhoria;

d) a dívida ativa de impostos, taxas e contribuições de melhoria;

e) o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF;

f) a Cota-parte do Imposto Territorial Rural - ITR;

g) a Cota-parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;

h) o valor bruto arrecadado da Transferência da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;

i) o valor bruto arrecadado da Transferência da LC nº 87/96 (Icms-Exportação);

j) do valor bruto arrecadado do Fundo de Participação dos Municípios;

l) o valor bruto arrecadado da Cota-parte do IPI/Exportação;

m) o valor arrecadado da Cota-parte da CIDE;

Art. 13. O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Art. 14. A Câmara Municipal enviará até o dia 15 de cada mês, a demonstração da execução orçamentária e contábil do mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do Município.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 15. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 16. Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 17. A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante à sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art. 18. Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;

II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º. O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados inferiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Da Transferência de Recursos para as Entidades da Administração

Indireta

Art. 19. – O Orçamento Próprio da Administração Indireta compreende as receitas próprias e as receitas de transferências do Município e suas aplicações.

Art. 20. O Município poderá efetuar transferências financeiras intragovernamentais, autorizadas em lei específica conforme preconiza a Constituição da República, Art. 167, VIII:

I – a fundos e fundações, inclusive as instituídas e mantidas pela administração pública,

II – a empresas públicas e sociedades de economia mista, cuja maioria do capital pertence ao Município, para suprir déficits financeiros.

Seção VII

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 21. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2016, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 22. Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

V - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

VI - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão, ainda da regular aplicação dos recursos, mediante determinação em lei complementar que disciplinara as formas de critérios de prestação de contas dos recursos repassados, devendo ocorrer a devolução dos valores no caso de desvio de

finalidade;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 23. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 24. A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos de disporá em lei municipal especifica.

III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e

jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) formalização de contrato;

c) aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) acompanhamento da execução;

e) prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VIII

Dos Créditos Adicionais

Art. 25. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária anual.

Art. 26. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais as exposições de motivos que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de

Caráter Continuado

Art. 27. A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar nº 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 28 - As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a legislação municipal em vigor.

Art. 29 - O Poder Executivo, por intermédio do órgão central de controle de pessoal civil da Administração Direta e Indireta, publicará anualmente a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior.

§ 1º O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.

§ 2º Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de Planos de Carreiras dos Servidores Municipais, serão incorporados à tabela referida neste artigo.

Art. 30 - Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como limites para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais a folha de pagamento, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 31 - Ficam autorizados as concessões de quaisquer vantagens, os aumentos de remuneração e as alterações de estrutura de carreiras, observado o disposto no art. 169, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 32 - No exercício de 2020, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

Existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o artigo desta lei;
Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
Forem observados os limites previstos no artigo 21 desta lei, ressalvado o disposto no artigo 22, inciso IV, parte final, da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. A criação de cargos, empregos e funções, bem como admissões ou contratações de pessoal somente poderão ocorrer depois de atendido o disposto neste artigo e no artigo 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal.

Art. 33 – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar Concurso Público desde que seja observado o disposto no artigo 28 desta Lei.

Art. 34 - No exercício de 2020, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no artigo 28 desta lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no ***caput*** deste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Art. 35 - A proposta orçamentária assegurará recursos para a qualificação de pessoal e visará ao aprimoramento e ao treinamento dos servidores municipais, que ficarão agregados a programa de cada órgão.

Art. 36 - O disposto no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 101 de 2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se consideram substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do ***caput***, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I –	Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;
II –	Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente;
III –	Não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

DO MUNICÍPIO

Art. 37. Na política de administração tributária do Município ficam definidas as seguintes diretrizes para 2020, devendo, até o final do exercício, legislação específica dispor sobre:

I – a revisão na alíquota da contribuição social cobrada dos servidores para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social;

II – revisão no Código Tributário do Município, especialmente sobre:

a) Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU:

1. ser progressivo em razão do valor do imóvel; e

2. ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

b) a alteração na alíquota e na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

c) a alteração na alíquota e na base de cálculo sobre o Serviço de Captação, tratamento e adução de água.

Art. 38. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União, Estados ou Municípios, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art. 40. Os orçamentos da Administração Direta, da Administração Indireta, da Fundação e dos Fundos Municipais deverão destinar recursos aos pagamentos dos serviços da dívida municipal e ao cumprimento do que dispõe o artigo 100 e parágrafos da Constituição Federal.

Art. 41. – Os recursos liberados pelo Poder Executivo, para viagem serão a título de diárias em nome do servidor, com posterior prestação de contas ou relatório de viagem.

Art. 42 – Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser apontadas emendas, desde que:

I –	Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II –	Não alterem dotações referentes a despesas de custeio e serviços da dívida;
III –	Não utilizem recursos provenientes de convênios e operações de créditos vinculados.

Art. 43 – Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção do Prefeito Municipal em tempo hábil, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, na forma proposta do Orçamento remetido à Câmara Municipal.

Art. 44 – Se verificado que ao final do bimestre o não cumprimento das metas de equilíbrio financeiro, que visa obtenção de resultado primário conforme determinação da Lei Complementar 101, o Poder Executivo e Legislativo, efetivar-se-ão a limitação de empenho e movimentação financeira de forma proporcional ao montante dos recursos alocados com base nos seguintes critérios:

I –	Limitação de empenhos relativos a investimentos a serem executados com recursos próprios do orçamento;
II –	Limitação de empenhos de despesas relativas a viagens e diárias;
III –	Limitação de empenhos de despesas gráficas;
IV –	Limitação de empenhos de despesas relativas a veiculação institucionais pela mídia, excetuando-se as decorrentes da disponibilização de informações de interesse da coletividade previstas na Lei Complementar 101/00;
V –	Limitação de despesas com combustíveis e derivados, exceto para a frota que atende os serviços de saúde e educação.

Parágrafo Único – Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais prevista nas emendas constitucionais n.º 14 e 29, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de Dezembro de 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e afixado no mural da unidade gestor

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 859/2019

LEI MUNICIPAL Nº 859/2019

Data: 11 de Dezembro de 2019

EMENTA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA – MT, SR. **JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA** NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa do município para o exercício financeiro de 2020, compreendendo:

I – O orçamento fiscal referente aos Poderes do município, seus fundos especiais, órgãos e entidades da administração direta e indireta.

II – O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da Administração Direta e Indireta.

III – O Orçamento de Investimentos do Município abrangendo todas as entidades da Administração Direta e Indireta.

Art 2° - O Orçamento Fiscal do Município de Nova Marilândia – MT, para o exercício financeiro de 2020, descriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima à **Receita Bruta em R$ 25.180.600,00** (Vinte e cinco milhões cento e oitenta mil e seiscentos reais), **Dedução da Receita para formação do FUNDEB em R$ 2.950.600,00** (Dois milhões novecentos e cinquenta mil e seiscentos reais) e a **Receita Líquida em R$ 22.230.000,00** (Vinte e dois milhões duzentos e trinta mil reais) para a Administração direta e indireta, descriminada pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta Lei, com o seguinte desdobramento:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Receitas Correntes	**R$**	**19.972.845,04**
Receita Tributaria	R$	1.540.287,87
Receita de Contribuições	R$	529.514,78
Receita Patrimonial	R$	74.210,80
Receita de Serviços	R$	280.624,95
Transferências Correntes	R$	20.451. 705,42
Outras Receitas Correntes	R$	47.131,22
(-) Dedução da Receita Corrente p/ Formação FUNDEB	R$	(2.950. 600,00)
Receitas de Capital	**R$**	**1.639.054,96**
Alienação de Bens	R$	12.000,00
Transferência de Capital	R$	1.627.054,96

Receita Intra-Orçamentária	**R$**	**618.100,00**
Receitas Intra-orçamentárias	R$	618.100,00
Total Geral	**R$**	**22.230.000,00**

Art. 4º - A despesa município é fixada na forma dos anexos a esta Lei em **R$ 22.230.000,00** (Vinte e dois milhões duzentos e trinta mil reais), para a Administração Direta e Indireta, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, integrantes desta Lei, e a Fundação em seu respectivo orçamento aprovado por decreto executivo, que apresentam o seguinte desdobramento:

I – POR CATEGORIA ECONÔMICA:

DESPESAS CONSOLIDADAS		
Despesas Correntes	R$	18.677.698,37
Despesas de Capital	R$	2.758.201,63
Reserva do R.P.P.S	R$	571.600,00
Reserva de Contingência	R$	222.500,00
Total Geral	**R$**	**22.230.000,00**

II – POR ÓRGAÕS DO GOVERNO:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Câmara Municipal	R$	1.140.000,00
Secretaria Municipal de Governo	R$	887.632000
Procuradoria Publica Municipal	R$	232.000,00
Controladoria Municipal	R$	119.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Saneamento	R$	1.096.531,22
Secretaria Municipal de Administração	R$	963.000,00
Secretaria Municipal de Administração-PREVINOM-RPPS	R$	1.061.700,00
Secretaria Municipal de Fazenda	R$	1.250.000,00
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura	R$	3.775.726,82
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	R$	800.000,00
Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego Cidadania e Ação Social	R$	1.548.815,66
Secretaria Municipal de Saúde	R$	3.942.523,46
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Turismo	R$	5.190.570,84
Reserva de Contingência	R$	222.500,00
Total Geral	**R$**	**22.230.000,00**

III – POR FUNÇÕES

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
01 - Legislativa	R$	1.140.000,00
04 - Administração	R$	4.837.932,00
06 – Segurança Pública	R$	41.000,00
08 - Assistência Social	R$	1.390.015,66
09 - Previdência Social	R$	1.061.700,00
10 - Saúde	R$	3.942.523,46
11 - Trabalho	R$	225.000,00
12 - Educação	R$	4.529.570,84
13 - Cultura	R$	505.000,00
14 – Direitos de Cidadania	R$	50.000,00
15 - Urbanismo	R$	950.122,09
16 - Habitação	R$	50.000,00
17 - Saneamento	R$	288.000,00
18 – Gestão Ambiental	R$	78.700,00
20 - Agricultura	R$	736.300,00
25 - Energia	R$	179.973,87
26 - Transporte	R$	1.845.662,08
27 – Desporto e Lazer	R$	155.000,00
99 – Reserva de Contingência	R$	222.500,00
Total Geral	**R$**	**22.230.000,00**

IV – POR SUB-FUNÇÕES

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
031 - Ação Legislativa	R$	1.140.000,00
122 - Administração Geral	R$	4.143.432,00
123 - Administração Financeira	R$	1.136.000,00
124 - Controle Interno	R$	119.000,00
181 - Policiamento	R$	41.000,00
241 - Assistência ao Idoso	R$	667.775,86
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	385.500,00
244 - Assistência Especial	R$	337.539,80
272 - Previdência do Regime Estatutário	R$	1.061.700,00
301 - Atenção Básica	R$	3.294.023,46
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R$	235.000,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	R$	219.000,00
304 - Vigilância Sanitária	R$	128.000,00
305 - Vigilância Epidemiológica	R$	66.500,00
306 - Alimentação e Nutrição	R$	224.985,60
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	R$	225.000,00
361 - Ensino Fundamental	R$	3.150.195,21
365 - Educação Infantil	R$	1.101.390,03
366 - Educação de Jovens e Adultos	R$	26.000,00
367 – Educação Especial	R$	27.000,00
391 – Patrimônio, Histórico, Artistico e Arqueológico	R$	35.000,00
392 - Difusão Cultural	R$	363.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbano	R$	823.090,87
452 - Serviços Urbanos	R$	177.031,22
482 - Habitação Urbana	R$	50.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano	R$	288.000,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	R$	78.700,00
542 – Controle Ambiental	R$	40.000,00
602 - Promoção da Produção Animal	R$	43.000,00
606 - Extensão Rural	R$	67.000,00
608 – Promoção da Produção Agropecuária	R$	25.000,00
752 - Energia Elétrica	R$	179.973,87
782 - Transporte Rodoviário	R$	1.845.662,08
812 - Desporto Comunitário	R$	155.500,00
813 – Lazer	R$	107.500,00
999 - Reserva de Contingência	R$	222.500,00
Total Geral	**R$**	**22.230.000,00**

V – POR PROGRAMAS:

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
0001 – Gestão da Câmara Municipal	R$	1.140.000,00
0002 – Gestão da Procuradoria	R$	232.000,00
0003 – Gestão de Governo	R$	863.132,00
0004 – Inova Administração	R$	197.000,00
0005 – Gestão do Planejamento e Saneamento	R$	1.862.531,22
0006 – Gestão Ouvidoria	R$	24.500,00
0007 – Gestão de Fazenda	R$	1.250.000,00
0008 – Vida Rural	R$	800.000,00
0009 – Nova Marilândia em Desenvolvimento	R$	3.775.726,82
0010 – Previnom - RPPS	R$	1.061.700,00
0011 – Aprender com Qualidade	R$	4.529.570,84
0012 – Viver e Valorizar a Cultura	R$	505.500,00
0013 – Vida Ativa	R$	155.500,00
0014 – Saúde que Queremos	R$	3.942.523,46
0015 – Cidadania e Integração das Políticas Sociais	R$	1.548.815,66
0016 – Gestão Controle Interno	R$	119.000,00
9999 - Reserva de Contingência	R$	222.500,00
Total Geral	**R$**	**22.230.000,00**

Art. 5º - O Orçamento da Seguridade Social do Município abrangendo todas as entidades da administração direta é de **R$ 6.356.239,12** (Seis milhões trezentos e cinquenta e seis mil duzentos e trinta e nove reais e doze centavos).

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Saúde	R$	3.942.523,46
Assistência Social	R$	1.352.015,66
Previdência - RPPS	R$	1.061.700,00
Total Geral	**R$**	**6.356.239,12**

Art. 6º - O Orçamento de Investimentos do Município abrangendo todas as entidades da administração direta é de **R$ 2.708.261,63** (Dois milhões setecentos e oito mil duzentos e sessenta e um reais e sessenta e três centavos).

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Investimentos	R$	2.708.201,63
Total Geral	**R$**	**2.708.201,63**

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município abrangendo todas as entidades da administração direta é de **R$ 13.165.559,25** (Treze milhões cento e sessenta e cinco mil quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Fiscal	R$	13.165.559,25
Total Geral	**R$**	**13.165.559,25**

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento), no curso da execução orçamentária, bem como o remanejamento e transposição de recursos de uma categoria econômica para outra e de um órgão para outro, conforme necessidades orçamentárias e disponibilidade de recursos, como determinado pelo art. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964 e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal, do total da despesa fixado no art. 4º desta Lei.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Marilândia – MT, 11 de Dezembro de 2019.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e afixado no mural da unidade gestor

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LEI Nº 1025/2019. ALTERA LEI Nº 983 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lei nº 1025/2019.

Data: 11 de dezembro de 2019.

Sumula: Altera Lei nº 983 de 12 de Dezembro de 2018 - Lei Orçamentária Anual – LOA 2019 e dá outras providências.

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá – MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º - Respeitando as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica alterado o artigo 4º da Lei nº 983 de 12 de dezembro de 2018, acrescendo mais 5% (cinco por cento) no limite da abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 11 de dezembro de 2019.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 266/2019

"*DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EFETIVO DE APOIO ADM EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR SRA. JANE TEREZINHA PEDROSO"*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – EXONERAR a pedido de Cargo Comissionado o Sra***.JANE TEREZINHA PEDROSO*** portador do RG Nº. 1582204-4 SJ/MT inscrita no CPF sob o n.º 006.076.111-38, do cargo de APOIO ADM EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLARdo Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 09 de Dezembro de 2019, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 11 de Dezembro de 2019.

JOAO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LEI Nº 1024/2019. ALTERA LEI Nº 929 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017 – PLANO PLURIANUAL 2018/2021 E LEI Nº 1.007 DE 12 DE JULHO DE 2019 – LDO 2020, VISANDO A ADEQUAÇÃO À LOA DO EXERCÍCIO DE 2020.

Lei nº 1024/2019.

Data: 11 de dezembro de 2019.

Sumula: Altera Lei nº 929 de 13 de Dezembro de 2017 – Plano Plurianual 2018/2021 e Lei nº 1.007 de 12 de Julho de 2019 – LDO 2020, visando a adequação à LOA do exercício de 2020.

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá – MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º - Ficam incluídas na Lei nº 929 de 13 de dezembro de 2017 – Plano Plurianual 2018/2021 e na Lei nº 1.007 de 12 de julho de 2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020, as ações e metas previstas para o exercício de 2020, conforme anexo I desta Lei.

Art. 2º - Ficam alteradas as Leis nº 929 de 13 de dezembro de 2017 – Plano Plurianual 2018/2021 e Lei nº 1.007 de 12 de julho de 2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020, referentes as ações e metas previstas para os exercícios de 2020, conforme anexo II desta Lei.

Art. 3º - Ficam excluídas da Lei nº 929 de 13 de dezembro de 2017 – Plano Plurianual 2018/2021 e na Lei nº 1.007 de 12 de julho de 2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020, as ações e metas previstas para o exercício de 2020, conforme anexo III desta Lei.

Art. 4º - As metas físicas e financeiras das ações alteradas passam a vigorar no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentarias referente ao exercício de 2020 com os valores constantes do anexo II desta Lei.

Art. 5° - Ficam mantidos os demais Programas, projetos e Atividades, artigos e anexos constantes das Leis Municipais nº 929/2017 e 1.007/2019.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 11 de dezembro de 2019.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 37.464.831/0001-24
Gestão 2017-2020

ANEXO III DA LEI Nº 1024/2019

R$ 1,00

Programa: 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
1.118 - AQUISIÇÃO DE VEICULO DA CÂMARA	P	UND			UND	
01 - 031 - AÇÃO LEGISLATIVA		2018 0	2019 0	2020 0	2021 0	TOTAL 0
01 - 001 - CAMARA MUNICIPAL		0,00	-	-	-	0,00
Programa: 0027- APOIO A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
1.105 - CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO	P	UND			UND	
20 - 602 - PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL		2018 0	2019 0	2020	2021 0	TOTAL
08 - 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		0,00	-	-		0,00
Programa: 0034- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
2.106 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA A3P	A	UND			UND	
18 - 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		2018 0	2019 0	2020	2021 0	TOTAL
12 - 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		0,00	-	-	-	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 37.464.831/0001-24
Gestão 2017-2020

ANEXO II DA LEI Nº 1024/2019

R$ 1,00

Programa: 0001 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
1.001 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E MOBILIÁRIO	P	UND			UND	
01 - 031 - AÇÃO LEGISLATIVA		2018 0	2019 0	2020 5	2021 0	TOTAL 5
01 - 001 - CAMARA MUNICIPAL		0,00	-	20.000,00	-	20.000,00

Programa: 0001- GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
2.005 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CÂMARA MUNICIPAL	A	UND			UND	
01 - 031 - AÇÃO LEGISLATIVA		2018 0	2019 0	2020 12	2021 0	TOTAL 12
01 - 001 - CÂMARA MUNICIPAL		0,00	-	515.000,00	-	515.000,00

Programa: 0035- SENEAMENTO BÁSICO						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
1.114 - CONSTRUÇÃO DE PARQUE ECOLÓGICO	P	UND			UND	
18 - 541 - PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		2018 0	2019 0	2020 1	2021 0	TOTAL 1
12 - 002 - DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO		0,00	-	30.000,00	-	30.000,00

Programa: 0023- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
2.082 - MANUTENÇÃO CONVENIO CONS.SAUDE VALE TELES PIRES	A	UND			UND	
10 - 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		2018 0	2019 0	2020 1	2021 0	TOTAL 1
07 - 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	-	250.000,00	-	250.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 37.464.831/0001-24
Gestão 2017-2020

ANEXO I DA LEI Nº 1024/2019

R$ 1,00

Programa: 0003 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
2.077 - APOIO A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	A	UND			UND	
04 - 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		2018 0	2019 0	2020 1	2021 0	TOTAL 1
03 - 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	-	20.000,00	-	20.000,00
Programa: 0001- GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
2.117 - SUBVENSÃO SOCIAL A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	A	UND			UND	
01 - 031 - AÇÃO LEGISLATIVA		2018 0	2019 0	2020 1	2021 0	TOTAL 1
01 - 001 - CÂMARA MUNICIAP		0,00	-	10.000,00	-	10.000,00
Programa: 0029- PROTEÇÃO SOCIAL						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
1.126 - CONSTRUÇÃO DE UMA CAPELA MORTUARIA MUNICIPAL	P	UND			UND	
08 - 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		2018 0	2019 0	2020 1	2021 0	TOTAL 1
09 - 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	-	80.000,00	-	80.000,00

Programa: 0022- ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
2.118 - MANUTENÇÃO CONV. CONS.SAUDE VALE TELES PIRES SERV.ADM.	A	UND			UND	
10 - 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		2018 0	2019 0	2020 1	2021 0	TOTAL 1
07 - 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	-	50.000,00	-	50.000,00

DECRETO N° 037/2019 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019 - "ALTERA O DECRETO N°. 022/2018 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2018"

DECRETO N° 037/2019 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

Súmula: "Altera o Decreto n°. 022/2018 de 12 de novembro de 2018, e dá outras providências".

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 47, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o que dispõe o art. 15, §3º e art. 118 da Lei Federal nº 8. 666 de 21 de junho de 1993;

Considerando o disposto pelo art. 11 da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002;

Considerando, os termo do Decreto nº. 840, de 10 de fevereiro de 2017, do Estado de Mato Grosso

Considerando a necessidade de se proceder à atualização das regras e procedimentos adotados para a utilização do Sistema de Registro de Preços;

Considerando a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos e que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para o Município;

DECRETA:

O Art. 1º. O Decreto n°. 022/2018 de 12 de novembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser

utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões caronas à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem".

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 11 de dezembro de 2019.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

LEI N°. 1026 DE 11 DE DEZEMBRO 2019. TERMO DE COOPERAÇÃO TECNICA PARA SOLUÇÕES DE CONFLITOS

LEI N°. 1026 DE 11 DE DEZEMBRO 2019.

SUMULA: AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT A CELEBRAR TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS PARA ATUAÇÃO NO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

João Braga Neto, Prefeito de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Art. 47, VI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica autorizado o Município de Nova Maringá/MT a celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos para atuação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de São José do Rio Claro/MT, o qual tem como objetivo atender os termos da Resolução nº. 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que trata da Política Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesse no âmbito do Poder Judiciário.

Parágrafo único. Objetiva-se disponibilizar aos cidadãos que procurarem o Centro de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de São José do Rio Claro/MT, o atendimento adequado, bem como as orientações e informações necessárias ao exercício de seus direitos, como instrumento de cidadania.

Art. 2°. Ficará a cargo do o Município de Nova Maringá/MT, disponibilizar, às suas expensas, um Servidor para atendimento e orientação, nas dependências do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de São José do Rio Claro, em horário a ser definido pelo Juiz Coordenador do CEJUSC.

Parágrafo primeiro. O custo para a execução do presente Termo de Cooperação, ficará no valor de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) acrescidos de despesas com transporte.

Parágrafo segundo. As despesas com a execução desta lei correrão por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Nova Maringá/MT, em 11 de dezembro de 2019.

Registre-se e publique-se.

João Braga Neto

Prefeito do Município

LEI Nº 1027 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019. SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT

LEI Nº 1027 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

'' DISPÕE SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT, EM CONFORMIDADE COM LEI Nº 8.742/93- LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS-2004, E NORMAS OPERACIONAIS BÁSICAS DO SUAS(NOB SUAS/2012) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

João Braga Neto, Prefeito do município de Nova Maringá-MT, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Capitulo I

DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º- Esta lei, regulamenta a Política de Assistência Social, no âmbito do Município de Nova Maringá, em conformidade com o Sistema Único de Assistência Social(SUAS), na forma de sua competência.

Parágrafo Único: A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de inciativa pública e da sociedade, a fim de garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º - A Política de Assistência Social do Município de Nova Maringá-MT, definida na Lei Municipal /2019, tem por objetivos:

I- a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes ; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;4

II – a vigilância sócio assistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, ameaças, de vitimizações e danos;

III- a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões sócio assistenciais; IV- participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;

V- Primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

VI Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços , programas e projetos.

Parágrafo Único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais, promovendo a universalização dos direitos sociais.

Capitulo II

DOS PRINCIPIOS E DAS DIRETRIZES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

SEÇÃO I

DOS PRINCIPIOS

Art. 3º - A política Pública de Assistência Social de Nova Maringá rege-se pelos seguintes princípios:

I- Universalidade: todos têm direito à proteção sócio assistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição; II- Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; III- Integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais; IV- Intersetorialidade: integração e articulação da rede sócio assistencial com as demais politicas públicas ; V- Equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco social; VI- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos sócio assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

SEÇÃO II

DAS DIRETRIZES

Art. 4º- A organização da Assistência Social tem como base as seguintes diretrizes:

I – descentralização político- administrativa e comando único das ações no Município;

II- Primazia da responsabilidade do Município na condução da política de assistência social; III- Cofinanciamento partilhado dos entes federados; IV- Matricialidade sócio- familiar; V- Territorialização VI- Fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; VII- Participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Capitulo III

DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- SUAS

SEÇÃO I

DA GESTÃO

Art. 5º A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 07 de setembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

Parágrafo único. O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 6º O Município de Nova Maringá- MT, atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos, benefícios sócio assistenciais em seu âmbito.

Art. 7º O órgão gestor da política de assistência social no Município de Nova Maringá-MT é a Secretaria Municipal de Assistência Social.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 8º A assistência social através do SUAS, organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I- Proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; II- Proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art. 9º A proteção social básica compõe-se principalmente dos seguintes serviços sócio assistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Sócio Assistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família –PAIF;

II- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV; III- Serviço de Proteção Social Básica no Domicilio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

Paragrafo Único. O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS.

Art. 9º A proteção social especial de média complexidade será responsável por executar os seguintes serviços:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos – PAEFI;

II Serviço Especializado de Abordagem Social;

III Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio Educativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade- PSC;

IV Serviço Proteção Especial para pessoas com deficiência, idosa e suas famílias;

V Serviço Especializado para pessoas em situação de rua.

Art. 10º A proteção social especial de alta complexidade será responsável por executar os seguintes serviços:

I Serviço de Acolhimento Institucional;

II Serviço de Acolhimento em república;

III Serviço de Acolhimento em família acolhedora;

IV Serviço de Proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Parágrafo Único: O PAEFI deve ser ofertado exclusivamente no CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Art. 11 O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é unidade de referência territorializada, que tem por objetivo a atuação com famílias, seus membros e indivíduos, residentes no município de Nova Maringá, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, e provendo a inclusão das famílias nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade por meio das seguintes ações:

I- Promover o acompanhamento socioasssitencial de famílias em um determinado território; II- Contribuir com o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando o seu protagonismo; III- Atuar de forma preventiva e educativa, evitando que as famílias integrantes do

público-alvo tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

Art. 12 – O município de Nova Maringá possui um Centro de Referência de Assistência Social- CRAS-, que contará com uma equipe de referência, conforme previsto na NOB/RH/SUAS e na Resoluções n. 269, de 13 de dezembro de 2006, nº 17, de 20 de junho 2011; e nº 09 de 25 de abril de 2014 do CNAS, obedecendo ao critério de atendimento de até 2.500 famílias referenciadas (Pequeno Porte I), e será composta pelos seguintes profissionais de referência:

I – 01(um) Coordenador de nível superior;

II – 02 profissionais de nível superior- 01 assistente social e 01 psicólogo;

III 02 profissionais de nível médio.

Art. 13- As unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS integram a estrutura administrativa do município de Nova Maringá-MT, quais sejam:

I CRAS;

II CREAS;

Parágrafo Único. As instalações das unidades estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo, escuta e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, asseguradas a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

Art. 14. Os serviços de proteção social especial de média complexidade serão executados pro equipe de referência alocada no órgão gestor municipal, quando o município justificar não ter demanda o suficiente para instituir espaço físico de CREAS ou então atender por meio de CREAS regional.

Parágrafo Único. O diagnóstico sócio territorial e os dados de Vigilância Sócio assistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art.15- São seguranças afiançadas pelo SUAS:

I- Acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações e a ação profissional conter: a) Condições de recepção; b) Escuta profissional qualificada; c) Informação; d) Referência; e) Concessão de benefícios; f) Aquisições materiais e sociais; g) Abordagem em territórios de incidência de situações de risco; h) Oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e família sob curta, média e longa permanência. II- Renda :operada por meio de concessão de benefícios continuados , nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que

III apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

IV Convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

a) A construção , restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, Inter geracional , familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários; b) O exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

V – desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

a) O desenvolvimento de capacidades de habilidades para o exercício da participação social e cidadania; b) A conquista de melhores grau de liberdade, respeito à dignidade humana,protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão e a sociedade.

VI – apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em caráter transitório, denominado de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

SEÇÃO III

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 16 compete ao Município de Nova Maringá-MT, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:

I- Destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art.22 , da Lei Federal nº 8.742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelos conselho municipais de assistência social , e conforme a Lei Municipal de Benefícios Eventuais do Município, Lei nº 653 de 08/12/2011 que dispõe: sobre programas e projetos de assistência social e benefícios eventuais. II- Efetuar pagamento de auxilio-natalidade e auxílio-funeral; III- Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo parceria com organizações da sociedade civil; IV- Atender às ações sócio assistenciais de caráter de emergência; V- Prestar os serviços sócio assistenciais de que trata o art.23, da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Sócioassistenciais; VI- Implantar:

a) Vigilância Sócio assistencial no âmbito municipal, visando o planejamento e a oferta qualificada de serviços, programas e projetos sócio assistenciais;

b) Sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede sócio assistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social.

VII- Regulamentar: a) E coordenar a formulação e a implementação da Politica Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social ; b) Os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social; VIII- Cofinanciar: a) O aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local. IX- Realizar: a) O monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito; b) A gestão local do benefício de Prestação Continuada-BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aso serviços, programas e projetos da rede sócio assistencial; c) Em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social, as conferências de assistência social.

X – gerir:

a) De forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência; b) O Fundo Municipal de Assistência Social; c) No âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do & 1º do art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004;

XI – organizar:

a) A oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico sócio territorial ; b) E monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas; c) E coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.

XII- elaborar:

a) A proposta orçamentária da assistência social no Município, assegurando recursos do tesouro municipal E submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social , anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social- FMAS;E b) cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado pela CIB; c) Executar o Pacto de

Aprimoramento do SUAS, implementando em âmbito municipal; d) Executar a política de Recursos Humanos, de acordo com a NOB/RH- SUAS; e) Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo e estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços; f) E expedir os atos normativos necessa´rios à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

XII- aprimorar os equipamentos e serviços sócio assistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XIV- alimentar e manter atualizado:

a) O Censo SUAS; b) O Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993; c) Conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social- Rede- SUAS;

XV- garantir:

a) A infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo conselho municipal de assistência social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições; b) Que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS; c) integralidade da proteção sócio assistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS; d) A capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social; e) O comando único das ações do SUAS pelo órgão gestor da política de assistência social, conforme preconiza a LOAS;

XVI - zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos Estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XVII acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;

XVIII normatizar em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas projetos e benefícios de assistência social ofertados pela s entidades vinculadas ao SUAS, conforme & 3º do art. 6º da Lei federal nº 8. 742 , de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal;XIX

XIX encaminhar para apreciação do conselho municipal de assistência social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

XX dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;

XXI criar ouvidoria do SUAS, preferencialmente com profissionais do quadro efetivo;

SEÇÃO IV

DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art .17 O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município de Nova Maringá-MT.

&1º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se-á a cada 4(quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

I – diagnóstico sócio territorial;

II objetivos gerais e específicos;

III diretrizes e prioridades

IV ações estratégicas para sua implementação;

V metas estabelecidas;

VI resultados e impactos esperados

VII recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII mecanismos e fontes de financiamento; indicadores de monitoramento e avaliação; e tempo de execução;

& 2º O Plano Municipal de Assistência Social além do estabelecido no parágrafo anterior deverá observar :

I as deliberações das conferências de assistência social;

II metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAs;

III ações articuladas e inter setoriais.

CAPITULO III

DAS INSTANCIA DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÕES DO SUAS

SEÇÃO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Art. 18 Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS do Município de Nova Maringá-MT, criado em 16 de fevereiro de 1996, Lei nº 113/96,órgão superior de deliberação colegiada de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social cujo membros, nomeados pelo Prefeito tem mandato de 2(dois) anos, permitida única recondução por igual período.

& 1º O CMAS contará com uma secretária executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

& 2º O CMAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 2(dois)anos.

&3º O CMAS é composto por 10 membros e seus respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios seguintes:

I - 05 representantes governamentais;

II 05 representantes da sociedade civil, dentre representantes de usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social.

Art. 19 – O CMAS reunirá ordinariamente uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, com pautas e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o regimento interno.

Art. 20 – A participação dos conselheiros no CMAS é de interesse público e relevante valor social e não remunerado.

Art. 21 O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social –CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social.

Art. 22 Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social :

I elaborar, aprovar e publicar seu regimento;

II convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;

III aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências municipais;

IV aprovar o Plano Municipal de Assistência Social , apresentado pelo Órgão Gestor da assistência social;

V acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;

VII acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família;

VIII apreciar e aprovar informações da Secretaria Municipal de Assistência Social inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informações referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;

IX zelar pela efetivação do SUAS no município;

X acompanhar , avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos , bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas e projetos e benefícios sócio assistenciais;

XI participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados à s ações da assistência social, bem como dos recursos próprios quanto aos oriundos do Estado e da União, alocados no FMAS;

XII Orientar e fiscalizar o FMAS;

XIII Divulgar no Diário Oficial do Município, u em outro meio de comunicação, todas suas decisões na forma de resoluções, bem como deliberações acerca de execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos ;

XV receber, apurar e dar o devido prosseguimento as denuncias;

XVI realizar as inscrições das entidades e organizações de assistência social ;

XVII fiscalizar as entidades inscritas no CMAS;

XVIII registrar em ata suas reuniões;

Art. 23- O CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade transparência das suas atividades.

SEÇÃO II

DAS CONFERÊNCIAS MUNCIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 24 – As Conferências Municipais de Assistência Social são instâncias periódicas de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes

para o aprimoramento do SUAS, como a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 25- As Conferências municipais devem observar as seguintes diretrizes:

I – divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

II – garantia da diversidade dos sujeitos participantes;

III estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e da sociedade civil, sendo estes os conselheiros membros que tem acento no CMAS;

Art. 26 – A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente , a cada dois anos, conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos conselhos.

Art. 27- É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos sócio assistenciais o estimulo à participação a ao protagonismo dos usuários nos conselhos e conferências de assistência social.

SEÇÃO III

DA REPRESENTAÇÃO DO MUNICIPIO NAS INSTANCIAS DE NEGOCIAÇÃO E PACTUAÇÃO DO SUAS

Art.28 – O Munícipio é representado nas Comissões Intergestores Bipartite – CIB e Tripartite - CIT , instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social –COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social- CONGEMAS.

$ 1º O CONGEMAS E COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social.

CAPITULO IV

DOS BENEFICIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSITENCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA

SEÇÃO I

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 29- Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Paragrafo Único- Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar das demais políticas públicas setoriais.

Art. 30 – O s benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:

I – não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartida;

II – desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários;

III garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;

IV garantia de igualdade de condições no acesso às informações dos benefícios eventuais;

V integração da oferta com os serviços sócio assistenciais.

SEÇÃO II

DA PRESTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 31 Os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte,vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias.

Art. 32- O benefício prestado em virtude de nascimento deverá ser concedido:

I- À genitora que comprove residir no município; II- À família do nascituro, caso a mãe esteja impossibilitada de requerer o beneficio ou tenha falecido; III- À genitora ou família que esteja em trânsito no município e seja potencial usuária da assistência social; IV- À genitora atendida ou acolhida em unidade de referência do SUAS.

Parágrafo único. O benefício eventual por situação de nascimento poderá ser concedido nas formas de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme a necessidade do requerente e disponibilidade da administração pública.

Art. 33 – O benefício prestado em virtude de morte deverá ser concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por membro da família e tem por objetivo atender as

necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros.

Parágrafo único. O benefício eventual por morte poderá ser concedido conforme a necessidade do requerente e o que indicar o parecer social com a família.

Art. 34- O benefício prestado em virtude de vulnerabilidade temporária será destinado à família ou ao indivíduo visando minimizar situações de riscos, perdas e danos, decorrentes de contingências sociais, e deve integrar a oferta dos serviços sócio assistenciais, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária.

Art. 35 – A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento e riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I- Riscos: ameaça de sérios padecimentos; II- Perdas: privação de bens e de segurança material; III- Danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos , perdas e danos podem decorrer de:

I- Ausência de documentação; II- Necessidade de mobilidade intraurbana para garantia de acesso aos serviços e benefícios sócio assistenciais; III- Necessidade de passagem para outra unidade da Federação, com vistas a garantir a convivência familiar e comunitária; IV- Ocorrência de violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa à integridade física do individuo; V- Processo de reintegração familiar e comunitária de pessoas idosa, com deficiência ou em situação de rua; crianças, adolescentes, mulheres em situação de violência e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva; VI- Ausência ou limitação de autonomia, de capacidade, de condições ou meios próprios da família para prover as necessidades alimentares de seus membros.

Art. 36- Os benefícios eventuais prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem-se provisão suplementar e provisória da assistência social para garantir meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal.

Art. 37- As situações de calamidade pública e desastre caracterizam-se por eventos anormais, decorrentes de baixa ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, secas, desabamentos, incêndios, epidemias, os quais causem sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter provisório e suplementar, sendo seu valor fixado de acordo com o grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos afetados.

SEÇÃO III

DOS RECURSO ORÇAMENTÁRIOS PARA OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 38- As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providos por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As despesas com benefícios eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município- LOA.

SEÇÃO IV

DOS SERVIÇOS

Art. 39- Serviços sócio assistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 8.742, de 1993 , e na Tipificação Nacional dos Serviços Sócio assistenciais.

SEÇÃO V

DOS PROGRAMAS E PROJETOS

Art. 40 – Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

Parágrafo único.|Os programas de que trata este artigo serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social ,obedecidos os objetivos e princípios que regem a Lei Federal nº 8.742, de 1993, com prioridade para a inserção profissional e social.

Art. 41 Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente e a sua organização social

SEÇÃO VI

DA RELAÇÃO COM AS ENTIDADES DE ASSITÊNCIA SOCIAL

Art. 42- São entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 43 – As entidades de assistência social e os serviços e programas, projetos e benefícios sócio assistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social , observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 44 – Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais:

I- Executar ações de caráter continuado, permanente e planejado; II- Assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários; III- Garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais; IV- Garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais.

Art. 45 – As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição demonstrarão:

I- Ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída; II- Aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III- Elaborar plano de ação anual; IV- Ter expresso em seu relatório de atividades: a) Finalidades estatutárias; b) Objetivos c) Origem dos recursos d) Infraestrutura e) Identificação de cada serviço, programa, projeto e benefícios sócio assistenciais executados.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:

I- Análise documental; II- Visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo; III- Elaboração do parecer da comissão; IV- Pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária; V- Publicação da decisão plenária; VI- Emissão do comprovante; VII- Notificação à entidade ou organização de assistência social por ofício.

CAPITULO V

DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSSITÊNCIA SOCIAL

SEÇÃO I

DO FUNDO MUNDO MUNICIPAL DE ASSSITÊNCIA SOCIAL

Art. 46 – O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é prevista e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual , devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais.

Art. 47- Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviçlos, programas , projetos e benefícios sócio assistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Art. 48- Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social -FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços programas ,projetos e benefícios sócio assistenciais.

Art. 49- Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social –FMAS:

I- Recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social ; II- Dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício; III- Doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e Não Governamentais; IV- Receitas de aplicações financeiras de recursos; V- As parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor; VI- Produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras VII- Doações em espécie feitas diretamente ao Fundo VIII- Outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

& 1º A dotação orçamentária prevista para o órgão gestor executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

& 2º Os recursos que compõe o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social- FMAS.

&3º As contas recebedoras dos recursos do financiamento federal das ações sócio assistenciais serão abertas pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

& 4º O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçememto da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 50 – Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social serão aplicados em:

I- Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ; II- Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimentos das ações sócio assistenciais; III- Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social IV- Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão,, planejamento, administração e controle das ações da Assistência Social; V- Pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal Nº 8.742, de 1993 VI- Pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Cidadania e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS

Art. 51- O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observados o disposto nesta Lei.

Art. 52- Os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente , de forma analítica.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53 – É condição para os repasses de recursos do governo Federal e Estadual, que o Município mantenha a efetiva instituição e funcionamento:

I – O Conselho Municipal de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;

II – O Fundo Municipal de Assistência Social , com orientação e controle dos respectivos conselhos de Assistência Social;

III O Plano Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. É, também, condição para transferência de recursos do FNAS ao Município, a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social.

Art. 54 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Maringá, em 11 de dezembro de 2019.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 36/2019 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019 - "DISPÕE SOBRE O RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE NOVA MARINGA

DECRETO Nº 36/2019 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

Súmula: á/MT, "Dispõe sobre o recesso nas repartições públicas municipais de Nova Maringa e dá outras providencias".

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as festividades de final de ano;

CONSIDERANDO a necessidade de redução nos gastos da Administração Pública Municipal e de equilibrar as finanças públicas, de forma a manter os investimentos previstos até o fim do ano de 2019.

DECRETA:

ART.1º - Fica decretado recesso nas repartições públicas municipais de Nova Maringá/MT entre os dias 23 de dezembro de 2019 a 03 de janeiro de 2020, incluindo-se os órgãos da administração pública direta e indireta.

ART.2º - Ficam assegurados a população os serviços e atividades consideradas de natureza essencial, ou que por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos, em especial os relativos aSaúde, atendimento da Secretaria de Assistência Social, coleta de lixo, vigilância, abastecimento de água, os serviços emergenciais da Secretaria de Obras e o Departamento de Licitações e Contratos.

Parágrafo único.Durante o período de recesso os serviços essenciais manterão seus expedientes normais de atendimento, com número de servidores suficientes, cabendo ao Secretário titular da pasta estabelecer os critérios para continuidade dos serviços públicos.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá – MT em 10 de dezembro de 2019.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 267/2019

"*DISPÕE SOBRE NOMEAR EM CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DE PROGRAMA DE SAUDE DE FAMILIA A SRA. JULIANA BANDEIRA.*"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR de Cargo Comissionado o Sr.***JULIANA BANDEIRA*** portador do RG Nº. 2135962-8 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 042. 259.761-90, do cargo de COORDENADOR DE PROGRAMA DE SAUDE DE FAMILIA, do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 10 de Dezembro de 2019, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 11 de Dezembro de 2019.

JOAO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Monte Verde -MT, Sr. Anderson Rodrigues dos Santos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Pregoeira e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº.: 246/2019

b) Licitação Nº.: 002/2019

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data da Homologação: 11/12/2019

e) Data da Adjudicação: 11/12/2019

f) Objeto da Licitação: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2019 ORIUNDAS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2019, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES ESTADO DE MATO GROSSO

g) Empresa Vencedora:

POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMÁTICA EIRELI – ME, CNPJ 17.874.189/0001-44, no valor de **R$: 7.470,00 (sete mil quatrocentos e setenta reais).**

Nova Monte Verde-MT, 11 de dezembro de 2.019

Maria Estela Noetzold

CPL

Anderson Rodrigues dos Santos

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO N° 246/2019 – PREGÃO PRESENCIAL 002/2019

A Pregoeira da Câmara Municipal de Nova Monte Verde - MT, Senhora Maria Estela Noetzold, nomeada pela Portaria n° 042/2019, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com o artigo 43, inciso VI da lei nº 8.666/93, **ADJUDICA** o processo licitatório nº 246/2019 na Modalidade Pregão Presencial nº 002/2019, após a análise documental efetuada pela Pregoeira e pelos membros da equipe de apoio, a respectiva Empresa:

POTENCIA COMERCIO PRODUTOS INFORMÁTICA EIRELI – ME, CNPJ 17.874.189/0001-44, no valor de **R$: 7.470,00 (sete mil quatrocentos e setenta reais).**

Nova Monte Verde-MT, 11 de dezembro de 2019.

MARIA ESTELA NOETZOLD

Pregoeira

CAMARA MUNICIPAL
CERTIDÃO NEGATIVA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

CERTIFICAMOS que, o prazo para **INTERPOSIÇÃO DE QUAISQUER RECURSOS,** conforme o que estabelece a Lei Federal 8.666/93 e Lei Federal n° 10.520/2002 referente ao Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 002/2019, decorreu sem interposição de recurso.

Nova Monte Verde-MT, 11 de dezembro de 2019

MARIA ESTELA NOETZOLD

Pregoeiro

FRANCISCO ANTONIO SEVALLO

Membro

EVA MOREIRA DE SOUZA

Membro

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 53/2018/ DEPTO/ADM/ COMPRAS

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº. 53/2018/ DEPTO/ADM/COMPRAS

O MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 37.465. 556/0001-63, neste ato representado pela Prefeita Municipal Srª.**BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n. 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira nº 88, centro, nesta cidade de Nova Monte Verde/MT, *doravante denominado de* ***CONTRATANTE,*** *e* a empresa **ARAUJO RAMIRES CONSTRUTORA EIRELI - EPP, inscrita no CPNJ nº. 28. 229.256/0001-94,** com sede na Rua Barão de Melgaço, nº. 2350, Bairro Centro Sul, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso; neste ato representada pelo Sr. Ivo dos Santos Araújo, Administrador, brasileiro, maior e capaz, portador do RG 1102127-6 SSP/MT e CPF 166.633.730-72, residente e domiciliado à Rua Guadalajara nº 44, na cidade de Cuiabá- MT, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem entre si efetuar o **Segundo Termo Aditivo do Contrato nº. 53/2018/DEPTO/ADM/COMPRAS** nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 no que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Objetiva o presente, Aditar o Contrato Administrativo firmado em 12 de Julho de 2018, cujo objeto trata da ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA FORMA DE EXECUÇÃO GLOBAL PARA REFORMA DA ETA Á FIM DE IMPLANTAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT, CONFORME PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS EM ANEXO****, para fins de Prorrogação do* ***Prazo de vigência*** *estabelecido na Cláusula Décima Terceira.*

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO FICA PRORROGADO ATÉ O DIA 10 DE ABRIL DE 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Principal naquilo que não contrarie o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e contratadas, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nova Monte Verde-MT, 10 de Dezembro de 2019.

MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES** **PREFEITA MUNICIPAL**	**ARAUJO RAMIRES CONSTRUTORA EIRELI - EPP** **CNPJ: 28.229.256/0001-94** **CONTRATADA**

Testemunhas:

ALESSANDRA MARTA DO NASCIMENTO CPF: 984.401.601-00 RG: 1438360-8 SSP/MT	POLIANA ALVES DEON CPF: 022.956.211-60 RG: 1889865-3 SSP/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 1998/2019 NOVA NAZARÉ, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

"Estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI para 2020 do Município de Nova Nazaré/MT, dos procedimentos metodológicos, cronológicos e outras providências."

O Senhor **JOÃO TEODORO FILHO**, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente; e

Considerando o disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, artigos 75 a 80 da Lei nº 4.320/1964 e artigos 7º a 10 da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso);

Considerando a Resolução Normativa nº. 033//2012 e 026/2014 do TCE/MT, em seu artigo 1º e **§ 2o**, o qual determina que o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI da UCI deverá ser encaminhado a este Tribunal a partir da carga mensal de janeiro de 2014;

Considerando que as atividades de competência da Unidade de Controle Interno do Município terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles;

Considerando que o Sistema Integrado de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Nova Nazaré utiliza como técnicas de trabalho, para a consecução de suas finalidades, a auditoria;

Considerando a Lei Municipal nº 241, de 08 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno, estabelece, entre outras, a responsabilidade da Unidade de Controle Interno em assessorar a administração quanto a legalidade dos atos da administração, emitindo relatórios e pareceres e manifestar-se acerca da regularidade e legalidade de processos afetos ao respectivo sistema administrativo, em que a Prefeitura Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, e da Câmara Municipal, seja parte;

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado o **Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI** do Município de Nova Nazaré/MT para o ano de **2020** que consiste na análise e verificação quanto aos procedimentos a serem seguidos conforme regulamentados em Instruções Normativas da Unidade de Controle Interno – UCI, já implementadas aos sistemas administrativos da Administração, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, publicidade, impessoalidade, eficiência e eficácia.

Art. 2º. Designar que o Controlador Interno deste município, auxiliado pelos agentes de controle interno e/ou servidores requisitados de outros órgãos, executem as auditorias internas, através de projetos de auditoria, e caso necessário, poderá ser contratado auditor externo para a realização dos trabalhos, em observância ao plano anual de auditoria interna.

Art. 3º. Estabelecer os objetivos, áreas auditadas, metodologia utilizada e período da execução, na forma abaixo:

§ 1º. Os objetivos serão de:

a) Averiguar o cumprimento quanto aos resultados das recomendações nas auditorias realizadas em exercícios anteriores;

b) Verificar a efetividade do cumprimento aos procedimentos estabelecidos nas Instruções Normativas para os Sistemas Administrativos a serem auditados;

c) Recomendar correções necessárias de acordo com as verificações realizadas.

§ 2º. Os Sistemas Administrativos auditados serão:

a) Sistema de Controle Interno - SISTEMA SCI;

b) Sistema de Planej. e Orçamento - SISTEMA SPL;

c) Sistema de Compras, Licitações e Contratos - SISTEMA SCL;

d) Sistema de Transportes - SISTEMA STR;

e) Sistema de Administração de RH - SISTEMA SRH;

f) Sistema de Controle Patrimonial - SISTEMA SPA;

g) Sistema de Previdência Própria - SISTEMA SPP;

h) Sistema de Contabilidade - SISTEMA SCO;

i) Sistema de Convênios e Consórcios - Sistema SCV;

j) Sistema de Projetos e Obras Públicas - SISTEMA SPL;

k) Sistema de Educação - SISTEMA SEC;

l) Sistema de Saúde - SISTEMA SSP;

m) Sistema de Tributos - SISTEMA STB;

n) Sistema Financeiro - SISTEMA SFI;

o) Sistema do Bem-Estar Social - SISTEMA SBE;

p) Sistema de Comunicação Social - SISTEMA SCS;

q) Sistema Jurídico - SISTEMA SJU;

r) Sistema de Serviços Gerais - SISTEMA SSG;

s) Sistema de Tecnologia da Informação - SISTEMA STI.

§ 3º. O Tipo de Auditoria realizada será Operacional, seguido os métodos tradicionais, métodos por amostragem e demais que a UCI julgar necessária para averiguar cada caso.

§ 4º. Com base nos relatórios e pareceres de auditorias realizadas em exercícios anteriores, esse Plano visará examinar e analisar os procedimentos de controles adotados em:

a) Processos licitatórios;

b) Compras efetuadas;

c) Cumprimento das metas orçamentárias e financeiras para o exercício em curso;

d) Elaboração dos contratos, termos aditivos e rescisão contratual;

e) Convênios celebrados pela Administração;

f) Gerenciamento do uso de frotas de veículos e seus equipamentos, assim como: o controle de estoque de combustível, peças, pneus, acessórios dos veículos e equipamento; os procedimentos de manutenções preventivas e corretivas da frota de veículos e equipamentos e os procedimentos adotados quanto à locação de veículos, equipamentos e maquinários;

g) Folha de pagamento; cumprimento ao limite legal com despesa de pessoal; contratação e documentação apresentada pelo contratado;

h) Acompanhamento da execução e controle de Obras Públicas;

i) Gerenciamento e controle do transporte escolar;

j) Gerenciamento e controle da merenda escolar;

l) Gerenciamento e controle da distribuição de medicamento e material médico-clínico, bem como ao transporte de paciente sob cuidados médicos;

m) Verificação dos registros contábeis – Balancete mensal e outros.

§ 5º. As auditorias serão realizadas *in loco* nas unidades executoras e departamentos responsáveis pelos Sistemas Administrativos a serem auditados, por meio físico e meio eletrônico digital.

Art. 4º. O período de Execução deste PAAI será elaborado em conformidade ao cronograma estabelecido no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único. O Cronograma de Atividade poderá sofrer alterações por conveniência da Administração ou por necessidade da Unidade de Controle Interno quando da sua execução.

Art. 5º. A Unidade Central de Controle Interno poderá, a qualquer tempo, requisitar informações às unidades executoras, independente dos prazos previstos no Anexo Único.

Art. 6º. A recusa de informações ou o embaraço dos trabalhos da UCI deverá ser comunicada oficialmente ao Gestor e citada nos relatórios produzidos, podendo ainda o servidor causador do embaraço ou recusa ser responsabilizado na forma da lei.

Art. 7º. No que se refere às Responsabilidades, a Unidade auditada deverá prestar apoio por ocasião das auditorias, em especial no que tange à disposição de todos os documentos e papéis necessários para a execução dos trabalhos, bem como proceder com as recomendações feitas pela unidade de controle interno no prazo de 15(quinze) dias, a contar com a data do recebimento.

Art. 9º. A Unidade de Controle Interno poderá participar de reuniões dos conselhos municipais e das dos secretários.

Art. 10º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Nazaré/MT, em 11 de dezembro de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO - cronograma de Atividades – PAAI 2020

Nº	UNIDADE AUDITADA	MÊS REFERÊNCIA - 2020												ATIVDADES À SEREM DESENVOLVIDAS
	SISTEMA	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	

1	**Sistema de Controle Interno - SCI**		X	X	X								a) Revisão das Instruções Normativas relativas ao setor e outras atividades de Controle e Acompanhamento preventivo em todo Departamento; b) Retorno para verificação ou aplicação das Recomendações ou adequação as IN; c) Realização de fiscalização e auditorias necessárias para avaliar as atividades de controle interno; d) Promoção de orientação operacional do Sistema de Controle; e) Elaboração de fluxo e refluxo de informações para o aproveitamento de todo o Sistema de Controle; f) Verificação e avaliação de adoção de medidas para assegurar o cumprimento dos limites e procedimentos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/00; g) Avaliação da execução dos planos de governo, o cumprimento das metas e dos objetivos estabelecidos e a qualidade do gerenciamento; h) Acompanhamento de prática de atos e a ocorrência de fatos da responsabilidade de agentes públicos, com vistas a assegurar sua legalidade e regularidade ou a responsabilidade dos agentes; i) Atestar a consistência dos dados contidos nos relatórios de gestão; e Propor a instauração de sindicância ou de inquérito, quando recomendável face à natureza da irregularidade apurada; j) Elaboração de Parecer do 1º e 2º Semestre da Administração Direta e Indireta do município (Câmara de Vereadores, Prev-Nazaré e Prefeitura Municipal), atendendo as exigências da Resolução Normativa do Tribunal de Contas RN nº 033/2012 e 026/2014; k) Realização de fiscalização e auditorias necessárias para avaliar as atividades de controle interno, com o fim de assegurar-lhe eficácia e eficiência, oferecendo subsídios à Administração Municipal. l) Fazer acompanhamento do Plano de Ação do Programa Aprimora, conforme Resoluções Normativas nº 28/2017, 15/2017, 16/2018, 08/2016, 16/2018,19/2018 e 34/2016
2	**Sistema de Compras, Licitações e Contratos - SCL**				X		X						x
3	**Sistema de Transportes – STR**						X						x
4	**Sistema de Projetos e Obras Públicas – SPO**			X	X	X							
5	**Sistema de Tributos – STB**				X	X	X						
6	**Sistema de Tecnologia da Informação – STI**					X	X						x
7	**Sistema de Planej. e Orçamento – SPL**				X	X	X	X					
8	**Sistema de Administração de RH – SRH**	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
9	**Sistema de Controle Patrimonial - SPA**						X						X
10	**Sistema de Previdência Própria – SPP**					X	X	X	X				X
11	**Sistema de Contabilidade – SCO**		X				X	X	X	X			
12	**Sistema de Convênios e Consórcios - SCV**						X	X	X				
13	**Sistema de Educação – SEC**				X	X	X						
14	**Sistema de Saúde – SSP**						X	X	X	X			X
15	**Sistema Financeiro – SFI**						X						X
16	**Sistema do Bem Estar Social – SBE**								X	X	X		X
17	**Sistema de Comunicação Social – SCS**									X	X		X
18	**Sistema Jurídico – SJU**									X	X	X	X
19	**Sistema de Serviços Gerais - SSG**										X	X	X
20	**Sistema de Tecnologia da Informação – STI**										X	X	X
21	**Câmara**						X						X
22	**Acompanhamento do Plano de Ação Programa Aprimora TCE dos controles internos administrativos voltados as Contratações Públicas.**						X						X
23	**Acompanhamento do Plano de Ação Programa Aprimora TCE dos controles internos administrativos voltados a Gestão e Frotas.**						X						X
24	**Acompanhamento do Plano de Ação Programa Aprimora TCE dos controles internos administrativos voltados a Gestão e Financeira.**						X						X
25	**Acompanhamento do Plano de Ação Programa Aprimora TCE dos controles internos administrativos voltado a Nível de Entidade.**						X						X
26	**Acompanhamento do Plano de Ação Programa Aprimora TCE dos controles internos administrativos voltados a Logísticas de medicamentos.**						X						X
27	**Acompanhamento do Plano de Ação Programa Aprimora TCE dos controles internos administrativos voltados a Nível de Entidade.**						X						X
28	**Acompanhamento do Plano de Ação Programa Aprimora TCE dos controles internos administrativos voltados a Alimentação Escolar.**						X						X
29	**Auditoria de reavaliação de controles internos das atividades em Gestão Financeira– Projeto Aprimora do TCE.**							X	X				
30	**Auditoria de reavaliação de controles internos das atividades em Nível de Entidade– Projeto Aprimora do TCE.**									X	X		

PREFEITURA MUNICIPAL
APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS Nº. 007/2019.

CONTRATO Nº: 116/2018

VIGÊNCIA: 09/03/2020

PREGÃO PRESENCIAL nº. 034/2018

PROCESSO Nº. 064/2018

Através do presente termo de apostila para reajuste de preços, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87 e a empresa **BIAVATTI & CIA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.289.419/0002-37, estabelecida na Av. Júlio Campos, esquina com rua 01, bairro centro na cidade de Agua Boa CEP: 78635-000, neste ato representada por **Sr. Roberto Batista dos Santos**, portador do CPF nº 897.822.161-00 e RG nº 131.51.576 SSP/MT, resolvem firmar o presente termo de apostila nos termos abaixo descritos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Em virtude de autorização da PETROBRAS, fica **acrescido** em **R$ 0,072** para o fornecimento de **óleo diesel S-10 e R$ 0,13** para o fornecimento de **gasolina aditivada.**

Parágrafo Único: Com o acrescimo acima, será alterado o valor unitário de preços constantes no contrato acima referenciado, ficando os novos preços, que serão praticados a partir do dia 10/12/2019 e nos valores abaixo descritos:

Item	Unid.	Descrição	Marca	Valor Anterior (R$)	Valor reajuste (R$)	Valor c/ acrescimo (R$)
01	Litro	Gasolina aditivada	Shell	4,82	**0,13**	4,95
02	Litro	Óleo Diesel S-10	Shell	4,278	**0,072**	4,35

CLÁUSULA SEGUNDA - As despesas com execução da presente Apostila de Reajuste de Preços correrá por conta da dotações orçamentárias para o exercício 2019 e anos seguintes.

CLÁUSULA TERCEIRA - A presente Apostila de redução de Preços ampara-se no § 8º, do Art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - As demais cláusulas e condições ajustadas na Ata de Registro de Preços **nº 027/2018 e termos de apostila, bem como o contrato nº 116/2018 e o 1º termo aditivo** desde que compatíveis, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato.

Fica eleito o Foro da Comarca de Agua Boa – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo o qual será assinado na presença de 02 testemunhas.

Nova Nazaré – MT, 09 de Dezembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ-MT

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

BIAVATTI & CIA LTDA

Roberto Batista dos Santos

EDER PEREIRA DA SILVA LUCIENE LEITE DA SILVA

Fiscal do contrato Fiscal do contrato

SEBASTIÃO DIONISIO SIQUEIRA DONIZETE ALVES DE OLIVEIRA

Fiscal do contrato Fiscal do contrato

JULIANA FERREIRA DE RESENDE ALVES

Fiscal do contrato

Testemunhas:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

PREFEITURA
DECRETO Nº 1958/2019 - RECADASTRAMENTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

DECRETO Nº. 1958/2019

DATA: 15 de agosto de 2019.

SÚMULA: *Dispõe sobre o recadastramento dos servidores públicos municipais de Nova Nazaré-MT, aposentados e pensionistas e da outras providencias.*

JOAO TEODORO FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais exaradas na legislação constitucional, infraconstitucional federal, e orgânica municipal vigente aplicável à espécie

D

E

C

R

E

T

A

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos dados cadastrais e funcionais dos Servidores Públicos do Município de Nova Nazaré/MT a fim de possibilitar o completo e correto lançamento de informações sobre a Folha de Pagamento no Sistema E-Social, Atualizar a base de pessoal do Sistema APLIC do Tribunal de Contas do Estado de MT, bem como facilitar o planejamento para a adoção de medidas de redução de despesas com pessoal, sem comprometer o funcionamento de serviços públicos.

CONSIDERANDO a necessidade de zelar pelo interesse público, no sentido de traçar políticas de valorização e capacitação dos servidores públicos.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Recadastramento e todos os Servidores Públicos Municipais em atividades, ocupantes de cargos de provimento efetivo ativo, inativo, pensionista ou afastados por qualquer motivo no âmbito da Administração e Direta e Indireta no Município de Nova Nazaré-MT.

Art. 2º – A Secretaria Municipal de Administração e o Departamento de Recursos Humanos ficarão encarregados pela coleta de documentos e in-

formações, bem como o lançamento e atualização de dados no sistema da folha de pagamento e/ou E-social.

Art. 3º - O Recadastramento dos Servidores Públicos Municipais de Nova Nazaré-MT de que trata o artigo 1º possui caráter obrigatório e será realizado na forma estabelecida neste Decreto.

Art. 4º - Os servidores em atividades deverão se recadastrar em **até 90 (noventa) dias**, a partir da publicação desde Decreto, com a finalidade de promover a atualização de seus dados cadastrais pessoais e de qualificação profissional, independentemente da função ou cargo que ocupa.

Art. 5º – O recadastramento de que trata este Decreto será coordenado por meio da Secretaria Municipal de Administração e o Departamento de Recursos Humanos e será realizado na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Nazaré-MT.

Art. 6º - O Recadastramento dos Servidores Públicos Municipais de Nova Nazaré-MT, será presencial mediante o comparecimento pessoal e a apresentação dos documentos originais e cópias:

a) Para servidores Ativos:

I - Documento de identidade reconhecido legalmente em território nacional, com fotografia;

II - Título de eleitor e comprovante de votação da última eleição;

III - Cadastro nacional de pessoa física (CPF);

IV - Certificado de reservista ou dispensa de incorporação, se do sexo masculino;

V - Comprovante de residência atualizado;

VI - Comprovante de registro em órgão de classe, quando se tratar de profissão regulamentada;

VII - Certidão de casamento, quando for o caso;

VIII - Certidão de nascimento dos filhos, quando houver menor de 14 anos;

IX - Documento de identidade reconhecido legalmente em território nacional, com fotografia, ou certidão de nascimento dos dependentes legais, se houver, e documento que comprove legalmente a condição de dependência para manutenção e abatimento no IRRF.

X - Cartão de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos, se for o caso;

XI - Apresentar 01 (uma) foto 3x4 recente;

XII – Comprovante do PIS e Pasep e Carteira de Trabalho .

XIII - Preencher e assinar a Declaração de Bens, conforme modelo anexo I deste decreto.

XIV - Preencher e assinar a Declaração de Não Acumulação de Cargos, conforme modelo anexo II deste decreto.

b) Para os Aposentados e Pensionistas:

I – Cédula de Identidade (RG);

II – CPF;

III – Comprovante de Endereço atualizado;

IV – Certidão de Casamento;

VI – Certidão de Nascimento de filhos menores de 18 anos ou inválidos de qualquer idade que viva sob sua dependência, quando houver;

VII - Apresentar 01 (uma) foto 3x4 recente;

Art. 7º - O servidor público municipal ativo, aposentados e pensionistas que, sem justificativa, deixar de se recadastrar no prazo estabelecido, **terá suspenso o pagamento dos seus vencimentos a partir de Janeiro de 2020**, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo Único – O pagamento a que se refere o *caput* deste artigo será restabelecido quando da regularização do recadastramento pelo servidor municipal no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 8º - O servidor público municipal ativo, aposentados e pensionistas responderá civil, penal e administrativamente pelas informações falsas ou incorretas, que prestar no ato do recadastramento.

Art. 9º - O servidor público municipal ativo, aposentados e pensionistas que cumprem sentença de reclusão deverão realizar o recadastramento, por intermédio de responsável ou declarante, que apresentará além dos documentos citados no artigo 6º, o seguinte documento:

I – Declaração de permanência da respectiva Unidade Prisional emitida no ano do recadastramento devidamente assinada e com carimbo de identificação do órgão emissor.

Art. 10 – Se algum servidor Ativo, Aposentado ou Pensionista que estiver impossibilitado de comparecer ao posto de recadastramento no período previsto no cronograma, seja por motivo de doença grave, internação ou impossibilidade de locomoção, deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Administração ou Departamento de Recursos Humanos pelo telefone **(66) 3467-1019** e solicitar visita domiciliar. O agendamento poderá ser solicitado por familiares na Av. Jorge Amado nº 901, Setor Sul, Nova Nazaré-MT no Setor de Recursos Humanos.

Parágrafo único – Casos os aposentados e pensionistas estejam residindo fora do Município, deverão entrar em contato pelo telefone **(66) 3467-1019**, para verificar os procedimentos a serem adotados.

Art. 11 – As visitas técnicas serão realizadas por profissionais qualificados com documento de identificação contendo foto.

Art. 12 – Caberá a Equipe Técnica de Recadastramento validar, comprovar e emitir o protocolo de entrega do recadastramento somente se:

I - Todas as informações e documentos apresentados estiverem de acordo com as exigências deste Decreto;

II – Todas as alterações nas informações constantes do formulário estiverem devidamente comprovadas;

III – Todos os documentos obrigatórios forem entregues.

Art. 13 – Compete aos profissionais pelo Recadastramento:

I – Zelar pelo cumprimento das normas estipuladas neste decreto, especificamente no que se refere ao ato de recadastramento;

II – Verificar a documentação apresentada e sua regularidade;

III – Exigir a comprovação documental, quando constatada divergência entre o informado e o que consta no cadastro;

IV – Utilizar Sistema informatizado apropriado para proceder às atualizações dos dados informados;

Art. 14 – Cabe a Secretaria Municipal de Administração e o Departamento de Recursos Humanos convocar os servidores municipais para participarem do processo de recadastramento através dos secretários municipais e/ou diretores de departamentos a que estiverem vinculados.

Art. 15 - A Secretaria Municipal de Administração e o Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 30 (trinta) dias contados do término do recadastramento, apresentará relatório final ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, constando os servidores públicos em efetivo exercício e os servidores em abandono de emprego.

Parágrafo único - As conclusões alcançadas pela Secretaria Municipal de Administração e o Departamento de Recursos Humanos após o processamento dos dados colhidos ao longo do recadastramento, servirão de base para a tomada de providências cabíveis, inclusive para fins de preservação e restituição ao Erário, bem como para apuração de responsabilidades observados os procedimentos legais.

Art. 16 – As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 17 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ, Estado de Mato Grosso, aos 15 de Agosto de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

Publicado na Sede da Prefeitura

Municipal em 15 de Agosto de 2019.

Kenia Cristina Campos de Azevedo Iuen

Secretaria Municipal de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu_____,

abaixo assinado(a), brasileiro(a) estado civil _____ portador(a) do RG nº _____, _____, inscrito(a) no CPF sob o nº_____, DECLARO para o fim específico de ingresso no serviço publico do Estado de Mato Grosso, que os bens patrimoniais gravados em

meu nome e de meus dependentes são os seguintes:

1) Imóveis Urbanos (identificação/valor atual)

2) Imóveis Rurais (identificação / valor atual)

3) Veiculo e Maquinas (identificação/valor atual)

4) Outros (Ex: Poupança, Proprietário de Empresa ou Sócio Adm. (identificação/Razão Social e CNPJ/valor atual)

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilidade civil, penal e administrativa, gerando as consequências prevista na legislação vigente.

Nova Nazaré-MT, _____ de _____ de _____

_____

DECLARANTE

ANEXO II

DECLARAÇÃO NAO ACÚMULO DE CARGOS PÚBLICOS

Eu _____,

Infra-assinado, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, em cumprimento ao que determina os artigos 16, parágrafo 5º da Lei Complementar nº 04, de 15 de outubro de 1990 e 37, incisos XVI e XVII da Constituição da Republica/88, DECLARO para todos os efeitos legais e sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, nos termos da legislação vigente, que NÃO ocupo ou recebo proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública na Administração Pública Direta, Indireta, na suas subsidiárias, bem como em qualquer sociedade controlada pelo Poder Público, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Nova Nazaré-MT, _____ de _____ de _____.

_____

DECLARANTE

PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DOS CONTRATOS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2019.

CONTRATO N°: 094/2019

BENEFICIARIO: GRAZIELLY FERNANDES MORAIS 70793823196

OBJETO: fornecimento de refeições prontas (serf-service), peso livre para atender as necessidades das Secretarias Municipal de Saúde, Admistração, Obras e Serviços Urbanos , Educação e Viação e Transportes.

VALOR R$: 16.500,00

VIGÊNCIA: 21 / 11 /2019 à 21/05/2020

CONTRATO N°: 095/2019

BENEFICIARIO:CONSTRULARES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA-ME.

OBJETO: *fornecimento de diversos materiais de consumo para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social na manutenção da horta comunitária*.

VALOR R$: 45.965,75

VIGÊNCIA: 25/11/ 2019 à 25/11/2020

CONTRATO N°: 096/2019

BENEFICIARIO: RARIO CAMILO DE OLIVEIRA & CIA LTDA-ME

OBJETO: fornecimento emergencial de emergencial de alimentação escolar aos alunos da rede pública de ensino do Município de Nova Nazaré, para o encerramento do ano letivo 2019.

VALOR R$: 69.124,30.

VIGÊNCIA: 26 / 11 /2019 à 26/05/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2019

REFERENTE AO CONTRATO 047/2019

DISPENSA N° 006/2019/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 181/2019 PMNO

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 03.238.920/0001-30, localizado av. mato grosso nº175-centro, neste ato representado Prefeito Municipal Jose Elpidio de Moraes Cavalcante, brasileiro, engenheiro agrônomo, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. º 250859 - SSP/AL, e CPF sob o n. º 099.414.364-87

CONTRATADA: empresa **CAIXA ECONOMICA FEDERAL,** inscrita sob o CNPJ: 00.873.794/0001-06, com sede localizada na QUADRA 4, BLOCO A LOTE ¾, PRESI/GECOL 21 ANDA/ ASA SUL/ BRASILIA/ DF CEP: 70092-900, com AGENCIA cito NA AVENIDA MATO GROSSO SNº/ CENTRO/ NOVA OLIMPIA/MT, cujo seu CNPJ se institui sob o nº **00.360.305/410-04**, neste ato representada pelo Senhor MARCELO SÉ BALÃO, portador do RG 28852583/SESP-MT e o CPF: 098.162.208-20.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS, QUAIS SEJAM: FOLHA DE PAGAMENTO, EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO, APLICAÇÕES DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DE CAIXA, BEM COMO CENTRALIZAÇÃO E PROCESSAMENTO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DE CONTAS CORRENTES DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA/MT**

DOTAÇÃO ORCAMENTARIA:

04- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.040.0.1.04.123.0006.2031.3.3.90.39.00.00.0100000000

VALOR: O VALOR PERCENTUAL DE 1,03%(um por cento e três décimos) SOBRE O VALOR MENSAL DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA MT, QUE FOR DEPOSITADO NA AGENCIA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, DE NOVA OLIMPIA MT.

VIGENCIA: 11/12/2019 até 11/12/2024.

NOVA OLÍMPIA/MT, 11 de dezembro de 2019.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

RETIFICA-SE O EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 181/2019/PMNO

PUBLICADOS NOS SEGUINTES JORNAIS:

JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2019

ONDE SE LE: CNPJ: 00.873.794/0001-06

LEIA-SE: CNPJ: 00.360.305/0001-04

Nova Olímpia, 11 de dezembro de 2019.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÍMÓVEL LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 080/2019

DATA: 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÍMÓVEL LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E:

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 3.365/1941 e demais legislações vigentes, considerando as seguintes razões de UTILIDADE PÚBLICA:

CONSIDERANDO que o Município de Nova Ubiratã pretende implantar loteamento residencial, a fim de desenvolver no imóvel projeto de habitação de interesse social;

CONSIDERANDO que, com a implantação do projeto, o Município irá proporcionar à população de baixa renda o acesso à habitação, através da construção de casas populares;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Ubiratã não possui outros imóveis com capacidade para abrigar a implantação supramencionada, que ofereça as condições e acesso aos equipamentos comunitários já existentes nesta localidade;

CONSIDERANDO que o imóvel escolhido encontra - se em local estratégico dentro da área urbana municipal, com fácil acesso aos demais pontos importantes do Município.

DECRETA:

Art. 1° - É declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, a se efetivar mediante acordo administrativo ou ação judicial, fração ideal de 12,7400 ha, do imóvel localizado no perímetro urbano de Nova Ubiratã-MT, correspondente a matrícula nº 3.213, registrada no Cartório de 1º Ofício da Comarca de Nova Ubiratã/MT, de propriedade de Evandro Rosa Gomes, ante as razões acima expendidas, o qual está assim caracterizado através do memorial descritivo: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **P-01**, de coordenadas **N 8.559.878,930** m. e **E 688.669,214** m., situado no limite do imóvel de propriedade do **Sr. Olavo weber** com a **Rua dos Jequitibas**, deste segue com azimute de 167°41'54" e distância de 90,00 m., confrontando neste trecho com a **Rua dos Jequitibas,** até o vértice **P-02,** de coordenadas **N 8.559.791,000 m.** e **E 688.688,390** m.; deste, segue com azimute de 167°41'54" e distância de 410,00 m., confrontando neste trecho com a **Rua do Jequitibas,** até o vértice **P-03,** situado no limite da Rua dos Jequitibas com a Rua das Amoreiras, de coordenadas **N 8.559,390,411** m. e **E 688.775,744** m.; deste segue com azimute de 258°11'54" e de distancia de 87,98m, até o vértice **P-04,** de coordenadas **N 8.559.372,420** m. e **E 688.689,624** m.; situado no limite da **Rua das Amoreiras** com a propriedade do **Sr. Evandro Gomes,** deste, segue confrontando com a propriedade do **Sr. Evandro Rosa Gomes** com azimute de 314°08'13" e distância de 603,53 m., até o vértice **P-05,** de coordenadas **N 8.559.792,700** m. e **E 688.256,490** m.; situado no limite da propriedade do **Sr. Evandro Rosa Gomes** com a propriedade do **Sr. Olavo weber** deste, segue confrontando com a propriedade do **Sr. Olavo weber** com azimute de 78°11'56" e distância de 421,64 m., até o vértice **P-01,** de coordenadas **N 8.559.878,930** m e **E 688.669,214** m.; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central-57.WGr/EGr,** tendo o Datum SIRGAS200. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Parágrafo único. O imóvel não possui edificações ou outras benfeitorias.

Art. 2° - O imóvel desapropriado servirá à Administração Pública, para implantação de loteamento residencial e construção de casas populares, a fim de desenvolver projetos de habitação de interesse social, em conformidade com as razões descritas neste Decreto.

Art. 3° - As despesas decorrentes da aplicação das disposições contidas neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente.

Art. 4° - Fica a Procuradoria Geral do Município autorizado a firmar acordo administrativo com o proprietário do imóvel para fins de indenização, ou, impetrar ação judicial, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto.

Art. 5° - presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, 10 de dezembro de 2019.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de 10/12/2019.
MAURO ODINEI SOLIANI
Secretário Municipal de Administração
Decreto n° 001/2013

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n.º 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 043/2019

CONTRATO Nº 043/2019

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT e a empresa PLAXMETAL S/A INDÚSTRIA DE CADEIRAS CORPORATIVAS, inscrita no CNPJ n.º 91.404.251/0001-97. Objeto deste instrumento a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2.019 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2.019 – REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE JI PARANÁ / RO, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (MOBILIÁRIO ESCOLAR), COM O OBJETIVO DE ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT. Com o valor global de R$ 124.800,00 (Cento e vinte e quatro mil e oitocentos reais).

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 044/2019

CONTRATO Nº 044/2019

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT e a empresa PLAXMETAL S/A INDÚSTRIA DE CADEIRAS CORPORATIVAS, inscrita no CNPJ n.º 91.404.251/0001-97. Objeto deste instrumento a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2.019 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2.018 – REALIZADO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (MOBILIÁRIO ESCOLAR), COM O OBJETIVO DE ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT. **Com o valor global de** R$ 97.039,40 (Noventa e sete mil, trinta e nova reais e quarenta centavos).

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 076/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 076/2019

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa **REAVEL VEICULOS EIRELI.** Inscrita no CNPJ nº 30.260.538/0001-04. O presente instrumento é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VANS ESCOLARES, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONATRAN, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 (QUINZE) PESSOAS, SENDO UMA ADAPTADA E DUAS CONVENCIONAIS, COR BRANCA DE ACORDO COM NORMAS DE SEGURANÇA E INSTALADA RESPEITANDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONFORME DESCRITO NO EDITAL.** A presente Ata de Registro de preço terá a validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 075/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 075/2019

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa **GLOBALCENTER MERCANTIL EIRELI.** Inscrita no CNPJ nº 02.330.299/0001-78. O presente instrumento é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VANS ESCOLARES, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CONATRAN, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 (QUINZE) PESSOAS, SENDO UMA ADAPTADA E DUAS CONVENCIONAIS, COR BRANCA DE ACORDO COM NORMAS DE SEGURANÇA E INSTALADA RESPEITANDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE, CONFORME DESCRITO NO EDITAL.** A presente Ata de Registro de preço terá a validade de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2.019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2.019

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu Pregoeiro, vem a público divulgar o RESULTADO da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 053/2.019, Processo Administrativo nº 082/2.019, o qual teve como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E REFORMA EM PONTES DE MADEIRA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E RESPECTIVOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E FARDAMENTOS, INCLUINDO TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS, NO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT. Empresa vencedora adjudicatária: JOSÉ RICARDO LUCAS & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 31.360.710/0001-56, com o valor global inicial de R$ 836.340,00 (oitocentos e trinta e seis mil e trezentos e quarenta reais).

Nova Xavantina – MT, 11 de dezembro de 2.019.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.615, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

DECRETO N.º 3.615, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova o desmembramento de área urbana, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

- Considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79;

- Considerando o disposto na ***Certidão 101/2019***, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil Edbert Moreira Júnior; **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o **desmembramento de 03 (três) áreas,** correspondentes a uma área de terras, situada na zona urbana de Nova Xavantina – MT, com superfície de 6,800ha (seis hectares e oitocentos metros quadrados), que se encontra Matriculada sob n.º 8.352 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de **Paulo César Januário de Araújo**, brasileiro, portadora do CI/RG n.º 347.940-MAER, inscrito no CPF sob o n.º 735.734.187-91, casado com Liamar Inês Menegat de Araújo, residentes e domiciliados em Goiânia - GO, que passam a ser assim descritos e caracterizados:

I – Área desmembrada - 01 (uma) área de terras, **chácara urbana, denominada Lote "A"**, com área de **4,5002ha,** setor Xavantina, nesta cidade, de propriedade de **Lindenilson Cordeiro Borges**, portador do CI/RG n.º 1436795-5-SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 952.453.321-91, com os seguintes limites e confrontações: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **M-01**, situado no limite de chácara urbana e do perímetro urbano, deste, segue confrontando com o perímetro urbano no azimute de 123º07' e distância de 38,76 metros até o vértice M-02, situado no limite do perímetro urbano e com o limite do corredor público; deste, segue pelo corredor público no azimute de 154º24' e distância de 219,83 metros até o vértice M-03, situado no limite do corredor público e na Rua Antonio Pedro Portugal; deste segue pela Rua Antonio Pedro Portugal com os seguintes

azimutes e distâncias: 228º23' e 130,10 metros até o vértice M-04, 236º54' e 59,17 metros até o vértice M-05, situado no limite da Rua Antonio Pedro Portugal com o limite da área remanescente, lote B, de Paulo César Januário de Araújo; deste, segue confrontando com área remanescente, lote B, de Paulo César Januário de Araújo com os seguintes azimutes e distâncias: 321º21' e 55'68 metros até o vértice M-18, 308º20' e 59,66 metros até o vértice M-17, situado no limite da área remanescente, lote B, de Paulo César Januário de Araújo com área desmembrada, lote C, de Carlos Roberto de Oliveira; deste, segue confrontando com a área desmembrada, lote C, de Carlos Roberto de Oliveira com azimute de 35º06' e distância de 51,09 metros até o vértice M-14, situado no limite da área desmembrada, lote C, de Carlos Roberto de Oliveira e da Chácara de Paula, de Élcio Antonio Maciel de Paula, matrícula 14.500; deste, segue confrontando com a Chácara de Paula, de Élcio Antonio Maciel de Paula, matrícula 14.500 com azimute de 4º58' e distância de 55,74 metros até o vértice M-15, situado no limite da Chácara de Paula, de Élcio Antonio Maciel de Paula, matrícula 14.500 e da Chácara Urbana; deste, segue confrontando com a Chácara Urbana com azimute de 0º34' e distância de 140,63 metros até o vértice M-16, situado no limite da Chácara Urbana com o perímetro urbano; deste segue confrontando com o perímetro urbano com azimute de 73º00' e distância de 68,39 metros até o vértice M-01 ponto inicial da descrição deste perímetro. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção SGL;

II – Área remanescente - 01 (uma) área de terras, **chácara urbana, denominada Lote "B"**, com área de **0,9531ha,** setor Xavantina, nesta cidade, de propriedade de **Paulo César Januário de Araújo**, já qualificado no caput, com os seguintes limites e confrontações: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-17, situado no limite da área desmembrada, lote C, de Carlos Roberto de Oliveira e da área desmembrada, lote A, de Lindenilson Cordeiro Borges; deste, segue confrontando com a área desmembrada, lote A, de Lindenilson Cordeiro Borges com os seguinte azimutes e distâncias: 128º20' e 59,66 metros até o vértice M-18, 141º21' e 55,68 metros até o vértice M-05, situado no limite da área desmembrada, lote A, de Lindenilson Cordeiro Borges e com a Rua Antonio Pedro Portugal; deste, segue pela Rua Antonio Pedro Portugal com azimutes de 236º41' e distância de 87,93 metros até o vértice M-06, situado no limite da Rua Antonio Pedro Portugal e da Rua Mário Vianna; deste, segue confrontando com a Rua Mário Vianna com os seguintes azimutes e distâncias: 302º36' e 36,16 metros até o vértice M-07, 301º07' e 44,66 metros até o vértice M-08, situado no limite da Rua Mário Vianna com a área desmembrada, lote C, de Carlos Roberto de Oliveira; deste, segue confrontando com a área desmembrada, lote C, de Carlos Roberto de Oliveira no azimute de 35º06' e distância de 105,39 metros até o vértice M-17 ponto inicial da descrição deste perímetro.Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção SGL;

III – Área desmembrada - 01 (uma) área de terras, **chácara urbana, denominada Lote "C"**, com área de **1,3467ha,** setor Xavantina, nesta cidade, de propriedade de **Carlos Roberto de Oliveira**, portador do CI/RG n.º 0523742-4-SEJSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 362.578.501-34, com os seguintes limites e confrontações: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-13, situado no limite da Chácara de Paula, de Élcio Antonio Maciel de Paula, matrícula 14.500; deste, segue confrontando com a Chácara de Paula, de Élcio Antonio Maciel de Paula, matrícula 14.500 no azimute de 96º15' e distância de 142,97 metros até o vértice M-14, situado no limite da Chácara de Paula, de Élcio Antonio Maciel de Paula, matrícula 14. 500 com o limite da área desmembrada, lote A, de Lindenilson Cordeiro Borges; deste, segue confrontando com a área desmembrada, lote A, de Lindenilson Cordeiro Borges no azimute de 215º06' e distância de 51,09 metros até o vértice M-17, situado no limite da área desmembrada, lote A, de Lindenilson Cordeiro Borges com o limite da área remanescente, lote B, de Paulo César Januário de Araújo; deste, segue confrontando com a área remanescente, lote B, de Paulo César Januário de Araújo no azimute de 215º06' e distância de 105,39 metros até o vértice M-08, situado no limite da área remanescente, lote B, de Paulo César Januário de Araújo com a Rua Mario Vianna; deste, segue confrontando com a Rua Mário Vianna com os seguintes azimutes e distâncias: 301º09' e 24,54 metros até o vértice M-09, 295º47' e 47,48 metros até o vértice M-10, situado no limite da Rua Mário Vianna com a chácara Carlão, de Luzia Alves de Souza, matrícula 11.281; deste, segue confrontando com a Chácara Carlão, de Luzia Alves de Souza, matrícula 11.281, no azimute de 5º55' e distância de 62,21 metros até o vértice M-11, situado no limite da Chácara Carlão, de Luzia Alves de Souza, matrícula 11.281 e do lote urbano; deste, segue confrontando com o lote urbano com azimute de 5º06' e distância de 20,18 metros até o vértice M-12, situado no limite do lote urbano e da Chácara de Paula, de Élcio Antonio Maciel de Paula, matrícula 14.500; deste, segue confrontando com a Chácara de Paula, de Élcio Antonio Maciel de Paula, matrícula 14.500 com azimute de 6º54' e distância de 28,08 metros até o vértice M-13 ponto inicial da descrição deste perímetro. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção SGL.

Parágrafo único. Integra o presente Decreto, memoriais, mapas e ART 2655827, da lavra de Sebastião Teixeira da Silva – RNP 1209352737.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desmembramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Deverá a Gerência de Tributação e Arrecadação adotar as medidas necessárias para anotação do desmembramento, inclusive, quanto a atualização cadastral.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos n.ºs 3.323/2018 e 3.368/2019.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 5 de dezembro de 2019

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2.019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2.019

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu Pregoeiro Oficial, vem a público divulgar o RESULTADO da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 054/2.019, Processo Administrativo nº 086/2.019, o qual teve como objeto REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE HOTELARIA (HOSPEDAGEM). **Certame fracassado pelo fato da sessão sido deserta.**

Nova Xavantina – MT, 06 de dezembro de 2.019.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.168, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

LEI MUNICIPAL N.º 2.168, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.901/2015 e alterações posteriores que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Revoga o inciso IV do art. 9º da Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015 e acrescenta o seguinte inciso VIII:

.....

.....

"Art. 9º .....

.....

IV - Divisão Técnica de Sistemas do SUS - REVOGADO

VIII - Assessor de Tecnologia da Informação de Sistemas de Saúde"

.....

.....

Art. 2º O art. 64-C acrescido através da Lei Municipal n.º 2.034, de 1 de dezembro de 2017 à Lei Municipal 1.901, de 23 de dezembro de 2015 passam a vigorar com a seguinte redação:

Subsecção XVI Da Assessoria de Tecnologia da Informação de Sistemas de Saúde

"Art. 64-C. Incumbe a **Assessoria de Tecnologia da Informação de Sistemas de Saúde,** órgão de assessoramento a execução das seguintes atividades:

I - Quando os sistemas assim o permitir, manter atualizada a lista de usuários ativos dos sistemas, cadastrando novos usuários, inativando e/ou excluindo usuários inativos, para garantir a segurança das informações dos sistemas de informação;

II - Quando o sistema não permitir edição direta dessa lista de usuários, solicitar junto à esfera regional, estadual ou federal a atualização dessa lista;

III - Organizar e/ou realizar capacitações para os usuários dos sistemas com o apoio da Divisão de Educação em Saúde e fornecedores de sistemas privados para a saúde, sempre que necessário;

IV - Acompanhar a produtividade informada nos diversos Sistemas SUS utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, orientando e corrigindo juntamente com os profissionais responsáveis pelo lançamento das informações, possíveis discrepâncias entre a produtividade efetiva e as informações lançadas nos sistemas;

V – Manter a segurança de todos os sistemas de saúde executados localmente, gerando backups frequentemente garantindo assim a integridade das informações desses sistemas;

VI - Verificar possíveis glosas dos sistemas de saúde na geração dos arquivos a serem transmitidos para o Ministério da Saúde, corrigindo-as sempre que possível;

VII - Orientar os profissionais da saúde no lançamento de sua produtividade nos sistemas para evitar qualquer tipo de glosa da produção;

VIII - Processar a produção gerada pelos diversos sistemas de saúde verificando possíveis glosas e corrigindo-as sempre que possível;

IX - Acompanhar e/ou transmitir os dados gerados pelos sistemas locais para o Ministério da Saúde através dos transmissores por este definido;

X – Manter atualizado o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, informando alterações cadastrais nos estabelecimentos de saúde do município, bem como manter atualizada a lista de profissionais ativos nesses estabelecimentos, sempre observando as normas estabelecidas pela legislação vigente do Ministério da Saúde;

XI – Acompanhar a produção ambulatorial dos diversos estabelecimentos de saúde do município, seu lançamento no sistema informatizado e recepcionar essa produção nos sistemas BPA, SIA, fazer as devidas correções para evitar glosa da produção e transmitir as informações para o Ministério da Saúde;

XII – Acompanhar a produção do CAPS, seu lançamento no sistema informatizado, recepcioná-lo no sistema RAAS, corrigir possíveis erros evitando a glosa de produção e transmitir para o Ministério da Saúde;

XIII – Acompanhar o lançamento da produção das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município, recepcionar a produção no sistema e-SUS AB, verificar possíveis inconsistências, corrigindo-as e enviando a produção para o Ministério da Saúde.

XIV – Acompanhar o lançamento da produção das internações hospitalares, recepcionar a produção nos sistemas SISAIH e SIHD2, corrigir a produção e transmitir para o Ministério da Saúde;

XV – Cadastrar, liberar o acesso, inativar usuários de diversos sistemas do Ministério da Saúde através do Sistema de Cadastro e Permissão de Acesso (SCPA);

XVI – Acompanhar os indicadores de saúde do município através do sistema e-GESTOR, cadastrar e liberar o acesso dos coordenadores dos programas de saúde, como PSE, Coordenação de Atenção Básica, Administração de Vitamina A, e-SUS, e demais sistemas que forem acrescentados a plataforma.

XVII – Orientar os operadores quanto à utilização do sistema SIPNI-WEB, manter atualizada a lista de operadores do sistema, acompanhar a movimentação de imunobiológicos, administração de vacinas, realização de campanhas de vacinação e demais funcionalidades oferecidas pelo sistema;

XVIII – Orientar os operadores quanto a utilização do sistema SISCAN (Sistema de Informação do Câncer), mantendo atualizada a lista de operadores do sistema, fazer acompanhamento dos relatórios gerenciais do sistema;

XIX – Orientar operadores quanto à utilização do sistema CADSUS WEB (Cadastro Nacional de Usuários do Sistema Nacional de Saúde), mantendo a lista de operadores atualizada, corrigir eventuais problemas cadastrais de usuários, inclusive com o auxílio direto do Ministério da Saúde.

XX – Dar suporte ao sistema laboratorial, acompanhar o lançamento da produção e orientar operadores para o correto uso do sistema, evitando glosa da produção laboratorial.

XXI – Orientar operadores quanto a utilização do sistema da Plataforma Nacional de Tele diagnóstico (eletrocardiograma), manter a lista de unidades que realizam os exames e os operadores do sistema atualizada;

XXII – Orientar os agentes comunitários de saúde e agentes de combate à endemias quanto a correta utilização do sistema utilizado no *tablet* para o cadastro do território das UBS e dos usuários do SUS, acompanhar o cadastramento territorial e individual dos usuários do SUS, monitorar o lançamento das visitas no sistema;

XXIII – Elaborar em conjunto com o(a) Secretário(a) de Saúde e Coordenadores das Unidades de Saúde a Programação Pactuada Integrada, alimentar o sistema SISPPI e enviar os dados para o Escritório Regional para pactuação de procedimentos regulados para outros municípios;

XXIV – Elaborar a Ficha de Programação Orçamentária mensal, com a previsão dos procedimentos que serão realizados pelos estabelecimentos de saúde do município durante o mês, observando a produção realizada para evitar glosa de produção a ser enviada para o Ministério da Saúde, alimentar o sistema da FPO e fazer a importação dos dados no sistema SIA (Sistema de Informações Ambulatoriais);

XXV - Executar outros serviços afins.”

.....

.....

Art. 3º Revoga a alínea “d” do inciso IV (Da Divisão Técnica de Sistema do SUS) do Anexo I da Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015:

.....

.....

IV – Secretaria Municipal de Saúde					
Símbolo	**Cargo**	**Requisitos**	**Qtidade de Vaga**	**Gratificação servidor Efetivo**	**Salário**
.....					
d) GF	Da Divisão Técnica de Sistema do SUS	Ser servidor efetivo e ter curso superior, ter noções avançadas em informática.	01	R$ 520,00	R$ 1. 690,00

.....

.....

Art. 4º A Lei Municipal 1.901, de 23 de dezembro de 2015 passam a vigorar acrescida do seguinte Anexo IX:

.....

.....

ANEXO IX

I – Assessoria					
a) Secretaria Municipal de Saúde					
Símbolo	**Cargo**	**Requisitos**	**Qtidade de vaga**	**Gratificação servidor Efetivo**	**Salário**
1) GF	**Assessor de Tecnologia da Informação de Sistemas de Saúde**	Ser servidor efetivo, curso superior na área de tecnologia da informação, ou na área de ciências da computação e/ou sistema para Web.	01	R$ 537,84	R$ 5. 460,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 11, de dezembro de 2019.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.169, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

LEI MUNICIPAL N.º 2.169, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal adquirir bens móveis e doá-los a terceiros e dá outras providências.

O ***Prefeito do Município de Nova Xavantina***, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Nova Xavantina aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado adquirir 01 (um) aparelhos de ar condicionado de 30.000 BTU’s, no valor de R$ 3. 690,00 (três mil seiscentos e noventa reais) e proceder à doação à Polícia Militar de Nova Xavantina – MT.

§ 1º A Unidade da Polícia Militar de Nova Xavantina – MT, deverá adotar todas as medidas legais e necessárias, com a finalidade de proceder com a incorporação do bem móvel de que trata o *caput* deste artigo, ao patrimônio do Governo do Estado de Mato Grosso.

§ 2º O bem móvel de que trata esta lei, deverá ser utilizado única e exclusivamente na Unidade da Polícia Militar de Nova Xavantina (MT), não podendo, em hipótese alguma ser dada destinação diversa, sob pena de reversão do patrimônio ao município de Nova Xavantina – MT.

Art. 2º Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 11 de dezembro de 2019.

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.170 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

LEI MUNICIPAL N.º 2.170 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de desconto sobre o cálculo final do IPTU, ITU e chácaras para o exercício de 2020 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder desconto sobre o cálculo final do ***IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano***, ***ITU – Imposto Territorial Urbano*** e ***chácaras*** do exercício de 2020, conforme discriminado abaixo:

I – desconto de 35% (trinta e cinco por cento) para pagamento até o dia 15/4/2020;

II – desconto de 20% (vinte por cento) para pagamento até o dia 11/5/2020.

Art. 2º Para pagamento parcelado sem descontos, o contribuinte poderá fazer a opção na seguinte forma:

I – 10/09/2020;

II – 09/10/2020;

III – 10/11/2020;

IV – 10/12/2020.

Art. 3º O contribuinte que optar por pagamento parcelado, o valor da parcela não poderá ser inferior a 01 (uma) UPF-NX (Unidade Padrão Fiscal Nova Xavantina);

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de **2020.**

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 11 de dezembro de 2019.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.171, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

LEI MUNICIPAL N.º 2.171, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio no valor de R$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais), com a **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Xavantina – APAE**, inscrita no CNPJ n.º 86.865.110/0001-31.

§ 1º O valor global do convênio de que trata o *caput* deste artigo, será dividido em 12 (doze) parcelas e sucessivas no valor de R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).

§ 2º O Convênio especificado nesta Lei, terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º Havendo desequilíbrio nas receitas do município, de modo a minimizar a arrecadação, poderá o Executivo Municipal, de acordo com conveniência administrativa e financeira, rescindir o convênio de que trata a presente lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias previstas no Orçamento Anual do município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de dezembro de 2019

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.172, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

LEI MUNICIPAL N.º 2.172, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza o Poder Executivo Municipal firmar convênio e dá outras providências.

O ***Prefeito do Município de Nova Xavantina***, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio no valor de R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) com a **Associação do Centro Missionário Coração de Jesus** de Nova Xavantina – MT, inscrita no CNPJ n.º 08.785.773/0001-32.

Parágrafo único. O Convênio de que trata o *caput* deste artigo, terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º Havendo desequilíbrio nas receitas do município, de modo a minimizar a arrecadação, poderá o Executivo Municipal, de acordo com conveniência administrativa e financeira, rescindir o convênio de que trata a presente lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias previstas no Orçamento Anual do município.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 11 de dezembro de 2019

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL N.º 2.173, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

LEI MUNICPAL N.º 2.173, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

"Altera dispositivos constantes na Lei n.º 921/2.001, que dispõe sobre o sistema tributário do Município de Nova Xavantina-MT."

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Art. 37 da Lei Municipal n° 921 de 10 de dezembro de 2001 - Código Tributário do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

.....
.....

.....
.....

Art. 37 - São isentos do imposto, sob a condição de que cumpram as exigências da Legislação Tributária do Município, o prédio ou terreno:

I - cedido, em sua totalidade, para uso da União, dos Estados, dos Municípios ou de suas autarquias;

II - pertencente a sociedade ou instituições sem fins lucrativos, que se destinam a congregar classes patronais ou trabalhadoras, educacionais e religiosas com o fito de realizar a união dos associados, sua representação e defesa, e elevação do seu nível cultural ou físico, espiritual e assistência médico-hospitalar ou a recreação social;

III - o imóvel pertencente e utilizado para uso próprio, de cegos, inválidos, idosos, viúvas e aposentados, que possuam (01) um único imóvel com área construída não superior a 150 m2 (cento e cinqüenta metros quadrados), cujo rendimento financeiro não ultrapasse 24 (vinte e quatro) salários mínimos anuais e seja sua única fonte de renda.

III – o imóvel pertencente e utilizado para uso próprio, de cegos, inválidos e aposentados, que possuam (01) um único imóvel, cujo rendimento financeiro não ultrapasse 24 (vinte e quatro) salários mínimos anuais e seja sua única fonte de renda.(Redação dada pela Lei Municipal n.º 1.397, de 08. 10.2009)

III – O imóvel pertencente e utilizado para uso próprio, de cegos, deficientes/inválidos, idoso(a)s, viúvo(a)s e aposentados, que possuam 01 um único imóvel, cujos rendimentos financeiros fixos não ultrapasse 26 (vinte e seis) salários mínimos anuais e seja sua única fonte de renda, podendo ser acrescido mais 01 (um) salário mínimo de rendas eventuais ao ano, sendo suficiente para comprovar a concessão da isenção de que trata este inciso a declaração de imposto de renda do ano anterior, ou informe de rendimento do exercício anterior, que terão validade de 2 (dois) anos.

IV - os imóveis tombados, isoladamente, pelos órgãos competentes, podendo ser suspenso o benefício sempre que, comprovadamente, for caracterizado no imóvel dano por ação ou omissão, devendo ser os prédios recuperados e conservados por seus proprietários ou possuidores.

V - os Templos de qualquer culto; não só aqueles destinados ao exercício do culto como a quaisquer outros destinados à complementação das atividades da entidade religiosa que sejam de sua propriedade;

VI - os imóveis cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso das entidades imunes pela Constituição Federal, quando em regime de Comodato devidamente registrado no Cartório competente, dentro da vigência do mesmo, e mediante verificação "in loco" pela Administração Pública Municipal;

.....

.....

.....

.....

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina - MT, 11 de dezembro de 2019.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.617, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

DECRETO N.º 3.617, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova o desdobramento de área de terras e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislação que trata da matéria;

- considerando o disposto na **Certidão 100/2019 – favorável ao desmembramento**, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil - Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9;

- considerando o disposto no Parecer Jurídico n.º 007/2019, que *in verbis* "...*em uma análise preliminarmente jurídica esta Procuradoria posiciona pela viabilidade do pedido de desmembramento da matrícula nº 15210...*" **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o **desdobramento da área de terras, situada no perímetro urbano desta cidade, com área de 7,00ha (sete hectares), denominada "Recanto Beira Rio",** devidamente Matriculada sob n.º 15.210 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de ***Gleber Araújo de Oliveira***, portadora do CI/RG n.º 1295701-1-SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 003.568.211-61, casado com Tatiane Zilmer de Oliveira, residentes e domiciliados nesta cidade, que passam a ser assim descritos e caracterizados:

I – desdobramento 1: 01 (um) área de terras, com área de 0,5067ha, denominada de **lote 01 – Chácara Recanto Beira Rio – CNS 06.502-9**, nesta cidade, de **Gleber Araújo de Oliveira** e **Tatiane Zillmer de Oliveira**, já qualificados no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a estrada municipal NX-100-9, medindo 11,01 metros, lado direito com o lote 02, medindo 234,06 metros, lado esquerdo com a estrada municipal NX-100-9 e Matrícula 16.757, medindo 244,05 metros e fundo com o Rio das Mortes, medindo 33,70 metros;

II – desdobramento 2: 01 (um) área de terras, com área de 0,4854ha, denominada de **lote 02 – Chácara Recanto Beira Rio – CNS 06.502-9**, nesta cidade, de **Gleber Araújo de Oliveira** e **Tatiane Zillmer de Oliveira**, já qualificados no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a estrada municipal NX-100-9, medindo 16,69 metros, lado direito com o lote 03, medindo 223,72 metros, lado esquerdo com o lote 01, medindo 234,06 metros e fundo com o Rio das Mortes, medindo 28,49 metros;

III – desdobramento 3: 01 (um) área de terras, com área de 0,4608ha, denominada de **lote 03 – Chácara Recanto Beira Rio – CNS 06.502-9**, nesta cidade, de **Gleber Araújo de Oliveira** e **Tatiane Zillmer de Oliveira**, já qualificados no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a estrada municipal NX-100-9, medindo 15,79 metros, lado direito com o lote 04, medindo 213,62 metros, lado esquerdo com o lote 02, medindo 223,72 metros e fundo com o Rio das Mortes, medindo 28,58 metros;

IV – desdobramento 4: 01 (um) área de terras, com área de 0,4622ha, denominada de **lote 04 – Chácara Recanto Beira Rio – CNS 06.502-9**, nesta cidade, de **Gleber Araújo de Oliveira** e **Tatiane Zillmer de Oliveira**, já qualificados no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a estrada municipal NX-100-9, medindo 18,84 metros, lado direito com o lote 05, medindo 202,27 metros, lado esquerdo com o lote 03, medindo 213,62 metros e fundo com o Rio das Mortes, medindo 28,12 metros;

V – desdobramento 5: 01 (um) área de terras, com área de 0,4650ha, denominada de **lote 05 – Chácara Recanto Beira Rio – CNS 06.502-9**, nesta cidade, de **Gleber Araújo de Oliveira** e **Tatiane Zillmer de Oliveira**, já qualificados no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a estrada municipal NX-100-9, medindo 21,36 metros, lado direito com o lote 06, medindo 191,19 metros, lado esquerdo com o lote 04, medindo 202,27 metros e fundo com o Rio das Mortes, medindo 28,06 metros;

VI – desdobramento 6: 01 (um) área de terras, com área de 0,4653ha, denominada de **lote 06 – Chácara Recanto Beira Rio – CNS 06.502-9**, nesta cidade, de **Gleber Araújo de Oliveira** e **Tatiane Zillmer de Oliveira**, já qualificados no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a estrada municipal NX-100-9, medindo 23,27 metros, lado direito com o lote 07, medindo 179,73 metros, lado esquerdo com o

lote 05, medindo 191,19 metros e fundo com o Rio das Mortes, medindo 28,96 metros;

VII – desdobramento 7: 01 (um) área de terras, com área de 0,4622ha, denominada de **lote 07 – Chácara Recanto Beira Rio – CNS 06.502-9**, nesta cidade, de **Gleber Araújo de Oliveira** e **Tatiane Zillmer de Oliveira**, já qualificados no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a estrada municipal NX-100-9, medindo 26,23 metros, lado direito com o lote 08, medindo 168,26 metros, lado esquerdo com o lote 06, medindo 179,73 metros e fundo com o Rio das Mortes, medindo 28,83 metros;

VIII – desdobramento 8: 01 (um) área de terras, com área de 0,4597ha, denominada de **lote 08 – Chácara Recanto Beira Rio – CNS 06.502-9**, nesta cidade, de **Gleber Araújo de Oliveira** e **Tatiane Zillmer de Oliveira**, já qualificados no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a estrada municipal NX-100-9, medindo 29,73 metros, lado direito com o lote 09, medindo 156,63 metros, lado esquerdo com o lote 07, medindo 168,26 metros e fundo com o Rio das Mortes, medindo 28,83 metros;

IX – desdobramento 9: 01 (um) área de terras, com área de 0,4462ha, denominada de **lote 09 – Chácara Recanto Beira Rio – CNS 06.502-9**, nesta cidade, de **Gleber Araújo de Oliveira** e **Tatiane Zillmer de Oliveira**, já qualificados no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a estrada municipal NX-100-9, medindo 37,34 metros, lado direito com o lote 10, medindo 147,95 metros, lado esquerdo com o lote 08, medindo 156,63 metros e fundo com o Rio das Mortes, medindo 23,37 metros;

X – desdobramento 10: 01 (um) área de terras, com área de 0,4935ha, denominada de **lote 10 – Chácara Recanto Beira Rio – CNS 06.502-9**, nesta cidade, de **Gleber Araújo de Oliveira** e **Tatiane Zillmer de Oliveira**, já qualificados no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a estrada municipal NX-100-9, medindo 44,44 metros, lado direito com Chácara nº 19, Matrícula 18.653, medindo 139,42 metros, lado esquerdo com o lote 09, medindo 147,95 metros e fundo com o Rio das Mortes, medindo 28,86 metros;

XI – desdobramento 11: 01 (um) área de terras, com área de 1,5165ha, denominada de **lote 11 – Chácara Recanto Beira Rio – CNS 06.502-9**, nesta cidade, de **Gleber Araújo de Oliveira** e **Tatiane Zillmer de Oliveira**, já qualificados no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a estrada municipal NX-100-9, medindo 78,32 metros, lado direito com Chácara de Carla Silva de Oliveira Cândido – Matrículas nºs 15.178, 15.180, 15.182, medindo 343,56 metros, lado esquerdo com Estrada Municipal NX-100-9, medindo 132,06 metros e fundo com Estrada NX-100-9, medindo 262,24 metros;

XII – desdobramento 12: 01 (um) área de terras, com área de 0,7765ha, doada ao **Município de Nova Xavantina – MT / Estrada Municipal NX-100-9 (Estrada Municipal NX-100-9),** nesta cidade, com os seguintes limites e confrontações: frente para a estrada municipal NX-100-9, medindo 18,00 metros, lado direito com o lote 11, medindo 394,30 metros, lado esquerdo com Matrículas 15.887, 16.756, 16.757, lote 1, lote 2, lote 3, lote 4, lote 5, lote 6, lote 7, lote 8, lote 9, lote 10, medindo 445,21 metros e fundo com limite da Matrícula 15.210, medindo 55,72 metros.

§ 1º Integra o presente Decreto, memoriais descritivos, mapas, ART 3045252 da lavra de Winícyus Antônio dos Santos Teixeira – RNP 1015337953.

§ 2º Nos termos da Certidão 100/2019, da lavra do Engenheiro Civil - Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9, o parcelador da área de que trata o *caput* deste artigo, "*deverá titular o trecho da estrada NX 100-9, com área de 7.765,00m², largura mínima de 18,00 metros, em nome do Município de Nova Xavantina*".

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o(s) desdobramento(s), sob pena de caducidade, ser levado(s) a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Deverá a Gerência de Tributação e Arrecadação adotar as medidas necessárias para anotação do desdobramento, inclusive, quanto a índice cadastral.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 9 de dezembro de 2019

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.619, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

DECRETO N.º 3.619, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova o remembramento/unificação de áreas e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.973, de 29 de dezembro de 2016, que *Dispõe sobre o parcelamento do solo, e dá outras providências*;

- considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79;

- considerando o disposto na **Certidão 103/2019 – favorável ao remembramento**, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil - Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9; **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento/unificação de 2 (dois) lotes de terras, situados no perímetro urbano desta cidade de Nova Xavantina – MT, assim discriminados: 1 (um) lote terras, locado sob o n.º 1 (um) da quadra 3 (três) com área de 279,00m², matriculado sob o n.º 11.591 e 1 (um) lote de terras, locado sob o n.º 1-C (um "C") da quadra 3 (três), com área de 189,00m², matriculado sob o n.º 7.251; todos respectivamente no setor Nova Brasília, nesta cidade, devidamente registrados no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de **Marcos Antônio Fernandes**, portador do CI/RG n.º 557.989-9-SESP/MT (2ª via), inscrito no CPF sob o n.º 462.502.636-91, casado com **Marcia Muller Fernandes**, residentes e domiciliados nesta cidade, que passam a ser assim descrito e caracterizado: **Lote 1 (um) da quadra 3 (três), com área de 468,00m², no setor Nova Brasília, nesta cidade**, com os seguintes limites e confrontações: frente com a Avenida Paraná, medindo 16,00 metros, lado direito com a Travessa Guará, medindo 32,00 metros, lado esquerdo com o lote 1-A, medindo 31,00 metros e fundos com os lotes 1-B e 1-D, medindo 14,00 metros, tudo em conformidade com RRT Simples 8994138, memoriais descritivos e mapas da lavra de Wilton de Sousa Mendes – Registro Nacional A0547-9, que integram o presente Decreto.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o remembramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Para a efetivação do remembramento de que trata este Decreto, deverá o proprietário do imóvel requerer junto a Divisão de Tributação e Arrecadação a adoção das medidas necessárias para anotação junto ao Cadastro Municipal, inclusive, proceder ao recolhimento do ITBI nos casos devidos, sob pena revogação deste ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 10 de dezembro de 2019.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.616, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

DECRETO N.º 3.616, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova o desdobramento de área de terras e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislação que trata da matéria;

- considerando o disposto na **Certidão 098/2019 – favorável ao desmembramento**, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil - Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9; **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o **desdobramento de parte de um lote de terras, situado no perímetro urbano desta cidade, com área de 580,00m², locado sob o n.º 26 (vinte e seis), da quadra 1 (um),** devidamente Matriculado sob n.º 2.234 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de ***Maria Rosa de Souza e outros***, portadora do CI/RG n.º 356.033-SSP/GO, inscrita no CPF sob o n.º 327.547.361-15, nesta cidade, que passam a ser assim descritos e caracterizados:

I – desdobramento 1: 01 (um) lote urbano, com área de 141,25m², denominado de **lote 26-A (vinte e seis "A") da quadra 1 (um)**, nesta cidade, de **Maria Rosa de Souza**, já qualificada no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Av. Rio Grande do Sul, medindo 10,00 metros, lado direito para o lote 26, medindo 14,25 metros, lado esquerdo para o lote 28, medindo 14,00 metros e fundos para o lote 22 (futuro 22-A), medindo 10,00 metros.

II – desdobramento 2: 01 (um) lote urbano, com área de 255,00m², denominado de **lote 26 (vinte e seis) da quadra 1 (um)**, nesta cidade, de propriedade de **Maria Rosa de Souza**, já qualificada no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para Rua Colorado, medindo 15,00 metros, lado direito para o lote 24, medindo 30,00 metros, lado esquerdo para o a Avenida Rio Grande do Sul, medindo 30,00 metros e fundos para o lote 26-A, medindo 14,25 metros.

§ 1º O lote 26-A (vinte e seis "A") da quadra 1 (um) que trata o inciso I do *caput* deste artigo, será remembrado ao lote 22 (futuro 22-A) da quadra 1 (um).

§ 2º Integra o presente Decreto, memoriais descritivos, mapas, ART 3218811 da lavra de Jeziel de Araújo Oliveira – RNP 1007747480.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desdobramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Deverá a Gerência de Tributação e Arrecadação adotar as medidas necessárias para anotação do desdobramento, inclusive, quanto a índice cadastral.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 6 de dezembro de 2019

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 042/2019

CONTRATO Nº 042/2019

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MT e a empresa **BLINDAGEM SECURITY MONITORAMENTO EIRELI**, inscrita no CNPJ n.º 18.634.072/0001-56. Objeto deste instrumento a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO (ALARME MONITORADO E CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO – CFTV) E VISITA/VISTORIA IMEDIATA AOS CHAMADOS DE DISPARO/DETECÇÃO DE ALARMES, COMPREENDENDO MONITORAMENTO DE IMAGENS E DE ALARMES, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO PARA ATENDER A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. Com o valor global de R$ 394.700,00 (Trezentos e noventa e quatro mil, setecentos reais).

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2019

<table>
<tr><td>Contratante</td><td colspan="5">Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT</td></tr>
<tr><td>Contratada</td><td colspan="5">ROSALINA DE LIMA DIAS – EPP., CNPJ: 37.488.608/0001-17, Endereço Comercial: Av. Ayrton Senna Bairro centro cidade de Novo Mundo CEP 78.528-00, representante legal: ROSALINA DE LIMA DIAS, CPF nº 537.431.561-72 e RG: 871695 SSP/MT.</td></tr>
<tr><td>Objeto CONTRATO</td><td colspan="5">Fornecimento de Combustível</td></tr>
<tr><td>Objeto do ADITIVO</td><td colspan="5">REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
O objetivo do presente 7º TERMO ADITIVO é MAJORAÇÃO AO VALOR DO ITEM 32114 E 32115 DO CONTRATO 029/2019, em razão do aumento do valor de comercialização do produto no mercado, o que gerou aumento nos custos junto aos fornecedores, portanto, se faz necessário o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, para que se restabeleça as condições iniciais pactuadas entre as partes. Valores atualizados demonstrados na tabela abaixo:
<table>
<tr><th>Código Item</th><th>Unid.</th><th>Descrição do Objeto</th><th>Marca</th><th>Valor Unitário R$</th><th>Valor Atualizado R$</th></tr>
<tr><td>32114</td><td>Litro</td><td>Óleo combustível - Diesel, S-10</td><td>Shell</td><td>4,09</td><td>4,12</td></tr>
<tr><td>32115</td><td>Litro</td><td>Combustível - Óleo diesel, classificação comum, utilização automotivo, de acordo com a legislação vigente da ANP.</td><td>Shell</td><td>4,06</td><td>4,08</td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>Origem</td><td colspan="5">Contrato n.º 029/2019</td></tr>
</table>

Novo Mundo/MT, 10 de dezembro 2019.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 365/2019. DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

"***Dispõe sobre exoneração de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **EXONERAR,** a Senhora **DANIELA BAUMGRATZ**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1858854-9 SSP/MT e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 026.332.071-54, do cargo de **COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS**, de provimento em comissão, símbolo DAS II, lotado na Secretaria de Administração, e criado através da Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 11 de dezembro de 2019.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 366/2019. DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

"***Dispõe sobre Exoneração de Secretário Municipal, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **EXONERAR** o Senhor **CLODOALDO DAUFENBACH,** portador da Cédula de Identidade RG nº 1474764-2 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF sob nº. 965.917.149-87 do cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, criado através da Lei Complementar nº 010/2007 e da função de Secretário de Meio Ambiente e Turismo - SEMATUR.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 044/2019 e a portaria nº 118/2019.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 11 de dezembro de 2019.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 367/2019. DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

"***Dispõe sobre nomeação de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR,** a Senhora **SAMANTHA LUIZA DE FREITAS**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1882464-1 SSP/MT e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 018.575.481-32, para o cargo de **COORDENADORA DE RECURSOS HUMANOS**, de provimento em comissão, símbolo DAS II, lotado na Secretaria de Administração, e criado através da Lei Complementar nº 059/2017.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 11 de dezembro de 2019.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 368/2019. DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

"***Dispõe sobre Nomeação de Secretário Municipal, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º **NOMEAR** a Senhora **DANIELA BAUMGRATZ,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 1858854-9 SSP/MT, devidamente inscrita no CPF sob nº. 026.332.071-54 para o cargo de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, criado através da Lei Complementar nº 010/2007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 11 de dezembro de 2019.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2019

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**ROSALINA DE LIMA DIAS – EPP., CNPJ: 37.488.608/0001-17**, Endereço Comercial: Av. Ayrton Senna Bairro centro cidade de Novo Mundo CEP 78.528-00, representante legal: ROSALINA DE LIMA DIAS, CPF nº 537.431.561-72 e RG: 871695 SSP/MT.
Objeto CONTRATO	**Fornecimento de Combustível**
Objeto do ADITIVO	***ADITIVO DE PRAZO E VALOR*** O presente TERMO ADITIVO tem como objetivo o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) no valor global do presente contrato para continuidade dos serviços de AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, conforme Termo de Referência, ARP 009/2019, anexo ao Edital e a pro-

posta de preços que integram o presente instrumento, independentemente de sua transcrição. Valores atualizados demonstrados na tabela abaixo:
Fica desde já acordado entre as partes que o presente termo aditivo terá seu prazo de vigência de 25/12//2019 a 31/12/2019, podendo ser prorrogado caso necessário for.

Codigo Item	*Qtde.*	*+25%*	*Unid.*	*Descrição do Objeto*	*Marca*	*Valor Unt. R$*	*Valor Total R$*	*+ 25%*	*Total*
32113	50.000	12.500	Litros	Combustível - Gasolina, classificação comum, utilização automotivo, de acordo com a legislação vigente da ANP.	Shell	4,46	223.000,00	55.750,00	278.750,00
32114	30.000	7.500	Litros	Óleo combustível - Diesel, S-10	Shell	3,89	116.700,00	29.175,00	145.785,00
32115	200.000	50.000	Litros	Combustível - Óleo diesel, classificação comum, utilização automotivo, de acordo com a legislação vigente da ANP.	Shell	3,85	770.000,00	192.500,00	962.500,00
Total									**R$1.387.035,00**

Origem Contrato n.º 029/2019

Novo Mundo/MT, 11 de dezembro 2019.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2019 PROCESSO Nº 058/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2019

Processo Nº 058/2019

Pregão Eletrônico nº 02/2019

Validade: 12(doze) meses.

No dia 11 de Dezembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT , Estado de MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.199.966/0001-50 com sede à Avenida 29 de Setembro nº 244, Centro, Novo Santo Antônio - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, , neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. Identidade nº 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-9, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 02/2019, Processo Licitatório nº. 058/2019** que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o (a) **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.** Em conformidade com as especificações constantes no Edital abbaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93. **1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

NOME: COMPATIVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI						
CNPJ: 28.372.398/0001-06			**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 13695055-8 **MUNICIPAL:**			
ENDEREÇO: RUA ACÁCIA **Nº:** 18 **BAIRRO:** PETROPOLIS						
CEP: 78.144-500		**CIDADE/UF:** VARZEA GRANDE - MT				
TELEFONES: (65) 3695-1826 (65)98436-3461		**E-MAIL:** compativelcomercio@gmail.com				
REPRESENTANTE LEGAL: CRISTIANO FELIPE DA CRUZ ARAGÃO VASCONCELOS						
RG: 13025074 – SESP-MT		**CPF:** 974.967.151-15				
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS.						
Item	Cód.	Descrição dos Produtos	Qde	Pr.Unit.	Pr. Total	Marca
8/199	39010868	APAGADOR - PARA QUADRO BRANCO, DE PLASTICO, MEDINDO 60X150X45 MM, COM BASE DE FELTRO	110	R$ 4,49	R$ 493,90	JAPAN
28/199	39015349	CANETA ESFEROGRAFICA TRILUX AZUL 032/AZ CX 50 UN - CORPO EM RESINA TERMOPLASTICA, REDONDA, PONTA EM LATAO, ESFERA DE TUNGSTENIO, COM ESPESSURA DE 1,0MM, NA COR AZUL	3	R$ 74,99	R$ 224,97	FABER
32/199	39010886	CANETA HIDROCOR COM 12 UNIDADES EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	10	R$ 5,99	R$ 59,90	BRW
53/199	39013366	COLA - COLA PARA ARTESANATO ADESIVO INSTANTANEO MULTIUSO BAIXA VISCOSIDADE DE NO MINIMO 20 GRAMAS	150	R$ 4,10	R$ 615,00	BRW
64/199	39010901	COLA ESPECIFICAÇÃO LIQUIDA NA COR BRANCA ATÓXICA COM BICO DOSADOR DE ENCAIXE EMBALAGEM EM TUBO DE 1000 GRAMAS CONTENDO CERTIFICAÇÃO DE SEGURANÇA DE ARTIGO ESCOLAR JUNTO AO INMETRO, ABNT DATA DE VALIDADE VISIVEL QUIMICO RESPONSÁVEL N.º, DE REGISTRO DO CRQ NO ROTULO	5	R$ 13,99	R$ 69,95	BRW

103/199	9010961	GRAMPEADOR - COMERCIAL GRANDE,, METAL, GRAMPO 26/6	40	R$ 22,74	R$ 909,60	JOCAR
104/199	39010922	GRAMPEADOR - TIPO ESCOLAR, PARA GRAMPO 26/6, CAPACIDADE PARA 20 FOLHAS.	58	R$ 6,43	R$ 372,94	JOCAR

105/199	39010923	GRAMPEADOR METÁLICO CAPACIDADE MÍNIMA PARA GRAMPEAR DE 20 A 40 FOLHAS DE PAPEL 75G² TAMANHO DA BASE 18CM, ALTURA DE 6,5CM UTILIZA GRAMPO 26/6 E 24/6 ALCANCE DE 100MM BOTÃO DE ACIONAMENTO DO TRILHO DEPOSITO COM FACE DE SEGURANÇA APOIO EMBORRACHADO CORPO EM AÇO ESCOVADO	15	R$ 20,15	R$ 302,25	JOCAR
109/199	39010925	GRAMPO GALVANIZADO PARA GRAMPEADOR DE MESA TAMANHO 26/6 CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE CAIXA COM 5.000 UNIDADES	13	R$ 3,24	R$ 42,12	BRW
111/199	3010822	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - EM ACO GALVANIZADO,26/6 CAIXA COM 5.000 UNIDADES	55	R$ 2,98	R$ 163,90	BRW
112/199	39010926	GRAMPO TRILHO DE METAL, COMPLETO (MACHO E FEMEA) MEDINDO NO MÍNIMO 80MM DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM EM CAIXA COM 50 UNIDADES COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	10	R$ 22,90	R$ 229,00	JOCAR
114/199	39012884	HIDROCOR - CANETINHA EM RESINA PLASTICA E CORANTES,MEDINDO (17 X 1 X 14)CM (A X L X P), PONTA GROSSA,CONTENDO 12 CANETAS CADA CAIXA, PESANDO 75G, EM CORES VARIADAS.	95	R$ 19,89	R$ 1.889,55	BRW
119/199	3010023	LAPIS DE COR - EM MADEIRA,FORMATO REDONDO,PEQUENO,COLORIDO COM 12 CORES,EM CONFORMIDADE COM A NORMA EN 71/6	495	R$ 1,63	R$ 806,85	LEONORA
120/199	3010024	LAPIS GRAFITE - EM MADEIRA, FORMATO REDONDO, N.2, MEDINDO 170,00MM CAIXA COM50 UNIDADES	21	R$ 18,99	R$ 398,79	LEONORA
124/199	39010932	LIVRO ATA PAUTADO COM CAPA PRETA COM MARGEM COM DIMENSÕES 320X220MM NUMERADO TIPOGRAFICAMENTE COM 100 FOLHAS	5	R$ 10,16	R$ 50,80	SD
126/199	3010121	MAQUINA DE CALCULAR - (CALCULADORA) A BATERIA E ENERGIA SOLAR,DE MESA,COM VISOR E SEM BOBINA,CONTENDO 12 DIGITOS, TECLA GT,COM 04 OPERACOES BASICA, RAIZ QUADRADA, INVERSOR DE SINAIS, SELETOR DECIMAL, MARCADOR DE PONTOS A CADA 3 DIGITOS,MEMORIA INDEPENDENTE,COM GARANTIA	49	R$ 18,47	R$ 905,03	BRW
127/199	3010829	MASSA DE MODELAR - TIPO MASSA PRONTA,CORES VARIADAS,MARCHE CAIXA COM (06 UNIDADES)	330	R$ 2,08	R$ 686,40	LEONORA
135/199	39015096	PAPEL - FORMATO A4, MEDINDO (210 X 297)MM, NA COR COLORIDO, COM SIMPLES 20 KG	150	R$ 6,98	R$ 1.047,00	CHAMEX
148/199	39010937	PAPEL CONTACT INCOLOR TRANSPARENTE, ADESIVO PLÁSTICO LARGURA 45CM ROLO COM 25M EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	160	R$ 99,99	R$ 15.998,40	LEONORA
150/199	3010174	PAPEL LAMINADO, MEDINDO 47 X 60, NA COR CORES DIVERSAS	750	R$ 4,79	R$ 3.592,50	VMP
165/199	39010948	PERCEVEJO EM METAL LATONADO NA COR DOURADA CAIXA COM 100 UNIDADES, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	5	R$ 2,56	R$ 12,80	BRW
168/199	3010414	PINCEIS PARA PINTURA - EM CRINA DE ANIMAL NO FORMATO CHATO, N.02, EM MADEIRA	210	R$ 1,96	R$ 411,60	BRW
169/199	3010475	PINCEIS PARA PINTURA - EM CRINA DE ANIMAL, NUMERO 04, EM MADEIRA	230	R$ 2,02	R$ 464,60	BRW
170/199	3010451	PINCEIS PARA PINTURA - EM CRINA DE ANIMAL, NUMERO 06, EM MADEIRA	230	R$ 2,08	R$ 478,40	BRW
171/199	3010160	PINCEIS PARA PINTURA - EM CRINA DE ANIMAL, NUMERO 08, EM MADEIRA	210	R$ 3,34	R$ 701,40	BRW
172/199	3010159	PINCEIS PARA PINTURA - EM CRINA DE ANIMAL, NUMERO 10, EM MADEIRA	210	R$ 2,49	R$ 522,90	BRW

173/199	3010713	PINCEIS PARA PINTURA - EM CRINA DE ANIMAL, NUMERO 12, EM MADEIRA	230	R$ 3,99	R$ 917,70	BRW
183/199	39010121	RECADO AUTO ADESIVO - EM PAPEL SULFITE,, MEDINDO (76X102)MM, BLOCO COM 100 FOLHAS, EMBALADO EM FILM E DE POLIPROPILENO, NA COR VERDE	15	R$ 4,95	R$ 74,25	BRW
188/199	14010714	TESOURA - USO PROFISSIONAL,EM ACO INOXIDAVEL,COM 21,00CM,CABO PLASTICO,NA COR PRETA,PONTA AFIADA	20	R$ 4,67	R$ 93,40	BRW
191/199	39010969	TESOURA MULTIUSO DE AÇO INOXIDÁVEL PONTA ARREDONDADA CABO EM POLIPROPILENO ATOXICO TAMANHO 21CM	15	R$ 4,48	R$ 67,20	BRW
197/199	3010040	TINTA PARA PINCEL ATOMICO - NA COR (AZUL, VERMELHO, VERDE E PRETA) NO ESTOJO, A BASE DE AGUA 40 ML	140	R$ 4,50	R$ 630,00	JAPAN

Quantidades de Itens Vencedores.....:	**31,00**
Valor Total.....:	**R$ 33.233,10**

02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sm ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições

estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio , sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 02/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos

preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

8.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

10.1.2 A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

10.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

Parágrafo Primeiro: os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

Parágrafo Segundo: Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Terceiro: Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

12. - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo Sr. **GERALDO FLORIANO DE FREITAS FILHO**, (cargo efetivo), neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela CONTRATANTE a seu exclusivo juízo.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS 13.1- As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 02/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.1.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 02/2019, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 06 de Dezembro de 2019, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

12.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.3.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio-MT, 11 Dezembro de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO

Prefeito Municipal

_____

COMPATIVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI

FORNECEDOR

Responsável

CRISTIANO FELIPE DA CRUZ ARAGÃO VASCONCELOS

CPF: 974.967.151-15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2019 PROCESSO Nº 058/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2019

Processo Nº 058/2019

Pregão Eletrônico nº 02/2019

Validade: 12(doze) meses.

No dia 11 de Dezembro do ano de 2019, compareceram de um lado a (o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, Estado de MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.199.966/0001-50 com sede à Avenida 29 de Setembro nº 244, Centro, Novo Santo Antônio - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. Identidade nº 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-9, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 02/2019, Processo Licitatório nº. 058/2019** que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o (a) **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.** Em conformidade com as especificações constantes no Edital abbaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93. **1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

NOME: LUASI PAPÉIS E LIVROS EIRELI						
CNPJ: 08.371.036.0001-93			**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 13.327.534-5 **MUNICIPAL:** 92868			
ENDEREÇO: RUA BARÃO DE MELGAÇO **Nº:** 2333 **BAIRRO:** CENTRO SUL						
CEP: 78020-800		**CIDADE/UF:** CUIABA - MT				
TELEFONES: (65) 3023-9060 (65)99997-0740			**E-MAIL:** luasipapeis@terra.com.br			
REPRESENTANTE LEGAL: LUÍS AFONSO DA SILVA						
RG: 08569274 – SSP/MT			**CPF:** 537.721.131-68			
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS.						
Item	Cód.	Descrição dos Produtos	Qde	Pr.Unit.	Pr. Total	Marca

141/199	3010558	PAPEL ALCALINO FORMATO A4, DIMENSÕES 210X297MM GRAMATURA 75G² COR BRANCO RESMA COM 500 FOLHAS CADA, EMBALADAS EM MATERIAL PLASTIFICADO, IMPERMEAVEL E RESISTENTE A UMIDADE ACONDICIONADAS EM CAIXA CONTENDO 10 RESMAS	75	R$ 169,90	R$ 12.742,50	ONE
153/199	39011030	PAPEL SULFITE - MEDINDO TAM A4 210 X 297MM RESMA C/500FOLHAS, NA COR BRANCA (CAIXA COM 10 RESMAS)	375	R$ 169,90	R$ 63.712,50	ONE

Quantidades de Itens Vencedores.....:	**2,00**
Valor Total.....:	**R$ 76.455,00**

02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio , sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto às condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.**

Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 02/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08. DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

8.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09. DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

10.1.2 A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea "b";

10.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir

com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

Parágrafo Primeiro: os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

Parágrafo Segundo: Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Terceiro: Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

12. - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo Sr. **GERALDO FLORIANO DE FREITAS FILHO**, (cargo efetivo), neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela CONTRATANTE a seu exclusivo juízo.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS 13.1- As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 02/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.1.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 02/2019, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 06 de Dezembro de 2019, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

12.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.3.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio-MT, 11 Dezembro de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO

Prefeito Municipal

_____

LUASI PAPEIS E LIVROS EIRELI

FORNECEDOR

Responsável

LUÍS AFONSO DA SILVA

CPF: 537.721.131-68

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2019

PROCESSO Nº 058/2019

TIPO: Menor Preço por item

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio – MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico 002/2019, cuja abertura ocorreu às 10h00min do dia **21 de Novembro de 2019**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida 29 de setembro, n°.244, Centro, Novo Santo Antônio, Cujo objeto é o **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT".**

Sagrando vencedoras empresas abaixo descritas:

EMPRESA	CNPJ	QUANT ITENS	VALOR TOTAL
APPOLARI INFORMATICA LTDA	09.057.206/0001-22	05	R$ 4.075,94
COMPATIVEL COMERCIO MATERIAIS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI	28.372.398/0001-06	31	R$ 33.233,10
LUASI PAPEIS E LIVROS LTDA-ME	08.371.036.0001-93	02	R$ 76.455,00
WALERIA DOS S CORDEIRO EIRELI	30.985.777/0001-13	68	R$ 88.671,44
MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI	26.148.070/0001-85	72	R$ 92.164,91

VALOR TOTAL R$ 294.600,39 (DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL E SEISCENTOS REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS)

A Ata Integral de Registro de Preços da empresa acima citada se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, sito a Rua 29 de Setembro nº 244, Centro Novo Santo Antônio-MT.

NOVO SANTO ANTONIO-MT, **11 de Dezembro de 2019.**

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2019 PROCESSO Nº 058/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2019

Processo Nº 058/2019

Pregão Eletrônico nº 02/2019

Validade: 12(doze) meses.

No dia 11 de Dezembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT , Estado de MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.199.966/0001-50 com sede à Avenida 29 de Setembro nº 244, Centro, Novo Santo Antônio - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. Identidade nº 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-9, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 02/2019, Processo Licitatório nº. 058/2019** que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o (a) **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.** Em conformidade com as especificações constantes no Edital abbaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93. **1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

NOME: WALERIA DOS S CORDEIRO EIRELI						
CNPJ: 30985777000113			**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 13.736/330-3 **MUNICIPAL:**			
ENDEREÇO: AV. MIGUEL SUTIL **Nº:** 11925 **BAIRRO:** CIDADE ALTA						
CEP: 78.030-485			**CIDADE/UF:** CUIABÁ- MT			
TELEFONES: (65) 2129-0605			**E-MAIL:** LICITACENTROOESTE@GMAIL.COM			
REPRESENTANTE LEGAL: WALERIA DOS SANTOS CORDEIRO						
RG: 22018581 – SSP/MT			**CPF:** 042.105.791-22			
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS.						
Item	Cód.	Descrição dos Produtos	Qde	Pr.Unit.	Pr. Total	Marca
4/199	39010866	ALFINETE NIQUELADO ESPECIFICAÇÕES: EMBALAGEM COM 50 UNIDADES, DIVERSAS CORES, COM CABEÇA DE POLIESTIRENO DE NO MINIMO 05MM DE DIAMETRO E CORPO EM AÇO NIQUELADO COMPRIMENTO MINIMO 18MM EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	87	R$ 2,00	R$ 174,00	LYKE
6/199	3010806	ALMOFADA PARA CARIMBO - DE FELTRO, COM ENTINTAMENTO, AZUL, NO TAMANHO 11,5 X 9 CM	40	R$ 2,29	R$ 91,60	JAPAN
7/199	3010703	ALMOFADA PARA CARIMBO - DE FELTRO, COM ENTINTAMENTO, PRETA, NO TAMANHO 11,5 X 9 CM	40	R$ 2,35	R$ 94,00	JAPAN
9/199	39010870	APONTADOR DE LAPIS - DE PLASTICO, SIMPLES, COM DEPOSITO, APONTADOR COM DEPOSITO TRANSPARENTE, QUADRADO. CAIXA COM 24 UNIDADES.	182	R$ 6,00	R$ 1.092,00	JOCAR
10/199	39010871	ARQUIVO MORTO POLIONDAS NAS DIMENSÕES 350X245X130 EM POLIPROPILENO CORRUGADO CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE FABRICAÇÃO NACIONAL UNIDADE	570	R$ 2,86	R$ 1.630,20	ALAPLAST
16/199	39010877	BLOCO AUTO ADESIVO PARA RECADO MEDINDO 34,9X47,6MM EMBALAGEM COM 04 BLOCOS DE 100 FOLHAS CADA POSSUIR CERTIFICAÇÃO SFI	10	R$ 5,00	R$ 50,00	LYKE
17/199	39010127	BLOCO AUTO ADESIVO PARA RECADO MEDINDO 34,9X47,6MM EMBALAGEM COM 04 BLOCOS DE 100 FOLHAS CADA POSSUIR CERTIFICAÇÃO SFI (PACOTE COM 100)	90	R$ 2,80	R$ 252,00	LYKE
19/199	39010131	BORRACHA RETANGULAR - DE LATEX, LAPIS E GRAFITE, 40G, BRANCA (CAIXA COM 40 UNIDADES)	30	R$ 8,00	R$ 240,00	RED BOR
20/199	3010418	CADERNO - TIPO ESPIRAL,DE ARAME GALVANIZADO,MEDINDO 200,00X275,00MM,NO FORMATO UNIVERSITARIO,COM 10 MATERIAS,CAPA EM PAPEL PARANÁ REVESTIDO DE PA-	70	R$ 7,28	R$ 509,60	CREDEAL

		PEL COUCHE 90GR, PLASTIFICADO COM IMPRESSAO EM POLICROMIA,COM 600G/ M2,FOLHA PAUTADA,COM 200 FOLHAS,DE 56G/M2				
21/199	3010439	CADERNO BROCHURA - CADERNO CAPA DURA, COSTURADO, CAPA SIMPLES, PESANDO 90G/M2, COM 96 FLS, FORMATO: 140MM X 200MM. PACOTE COM 10 UNIDADES.	405	R$ 2,50	R$ 1.012,50	CREDEAL
22/199	3010167	CADERNO BROCHURA - CADERNO CAPA DURA, COSTURADO, CAPA SIMPLES, PESANDO 90G/M2, COM 96 FLS, FORMATO: 194MM X 275MM. PACOTE COM 10 UNIDADES.	420	R$ 3,50	R$ 1.470,00	CREDEAL
24/199	39010882	CALCULADORA DE MESA ELETRÔNICA DE 12 DÍGITOS VISOR LCD COM 12 DÍGITOS POR-CENTAGEM INVERSÃO DE SINAIS, MEMORIA CORREÇÃO DIGITO A DIGITO CORREÇÃO TOTAL DUPLO ZERO DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO ALIMENTAÇÃO CÉLULA SOLAR E BA-TERIA TAMANHO 12,5X10X1,5CM PESO 130G	10	R$ 14,50	R$ 145,00	MAXPRINT
25/199	39012883	CANETA ESFEROGRAFICA - CORPO EM RESINA TERMOPLASTICA TRANSPARENTE, HEXA-GONAL, PONTA EM COBRE, ESFERA DE TUNGSTENIO, COM ESPESSURA DE 1,0MM, NA COR AZUL, TAMPA VENTILADA (CAIXA COM 50 UNIDADES)	24	R$ 22,00	R$ 528,00	COMPACTOR
26/199	39010883	CANETA ESFEROGRAFICA - CORPO EM RESINA TERMOPLASTICA TRANSPARENTE, HEXA-GONAL, PONTA EM COBRE, ESFERA DE TUNGSTENIO, COM ESPESSURA DE 1,0MM, NA COR PRETA, TAMPA VENTILADA CAIXA CONTENDO 100 UNIDADES	23	R$ 34,00	R$ 782,00	COMPACTOR
27/199	39012882	CANETA ESFEROGRAFICA - CORPO EM RESINA TERMOPLASTICA TRANSPARENTE, HEXA-GONAL, PONTA EM COBRE, ESFERA DE TUNGSTENIO, COM ESPESSURA DE 1,0MM, NA COR VERMELHA, TAMPA VENTILADA (CAIXA COM 50 UNIDADES)	15	R$ 22,00	R$ 330,00	CPMPACTOR
41/199	39010894	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM PVC FORMATO A4 NAS DIMENSÕES 210X297MM UNIDA-DE. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO COR PRETA	20	R$ 0,31	R$ 6,20	ALAPLAST

43/199	39016182	CARTOLINA - CARTOLINA, MEDINDO 50 X 66 CM, CORES VARIADAS	1055	R$ 0,43	R$ 453,65	JANDAIA
45/199	3010954	CLIPE - ACO, PARALELO, GALVANIZADO, 3.	88	R$ 3,40	R$ 299,20	XR
46/199	3010955	CLIPE - ACO, PARALELO, GALVANIZADO, 4/0	88	R$ 1,45	R$ 127,60	XR
47/199	3010939	CLIPE - ACO, PARALELO, GALVANIZADO, 8/0	69	R$ 3,50	R$ 241,50	XR
48/199	3010953	CLIPE - ACO, PARALELO, GALVANIZADO, N. 2 CAIXA COM 500GR	108	R$ 6,25	R$ 675,00	XR
50/199	39010895	CLIPS PARA PAPEL EM AÇO N. 2/0 FABRICADO COM ARAME DE AÇO ANTIFERRUGEM CX. C/ 100 UNIDADES EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	15	R$ 1,45	R$ 21,75	XR
51/199	39010897	CLIPS PARA PAPEL EM AÇO N. 4/0 FABRICADO COM ARAME DE AÇO ANTIFERRUGEM CX. C/ 50 UNIDADES EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	15	R$ 1,15	R$ 17,25	XR
52/199	39010898	CLIPS PARA PAPEL EM AÇO N. 8/0 FABRICADO COM ARAME DE AÇO ANTIFERRUGEM CX. C/ 25 UNIDADES EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	30	R$ 1,40	R$ 42,00	XR
54/199	3010436	COLA - EM FRASCO, CAPACIDADE PARA 01 LITRO, NA COR BRANCA	60	R$ 7,29	R$ 437,40	FRAMA
55/199	3010124	COLA - LIQUIDA, BRANCA ESCOLAR, BICO ECONOMICO ATOXICA, NORMAL, FRASCO COM 90 GRAMAS (12 X 1)	210	R$ 12,60	R$ 2.646,00	FRAMA
56/199	3010865	COLA - LIQUIDA, COLORIDA COM GLITTER, EM CORES VARIADAS, PESANDO 23G, SECAGEM RAPIDA CAIXA COM 6 UNIDADES	290	R$ 7,00	R$ 2.030,00	ZASTRAS
57/199	39010904	COLA - LIQUIDA, PARA BORRACHA E.V.A, NA COR BRANCA, ACONDICIONADA EM EMBALA-GEM APROPRIADA COM 50 GRAMAS	360	R$ 2,00	R$ 720,00	ZASTRAS
58/199	9010752	COLA - LIQUIDA, TRANSPARENTE, PARA ISOPOR, EM FRASCO COM 80G	290	R$ 3,50	R$ 1.015,00	ZASTRAS
59/199	3010238	COLA ADESIVA INSTANTÂNEA, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 3G, I	10	R$ 9,00	R$ 90,00	TEKBOND
60/199	3010012	COLA COLORIDA COM GLITER , PARA TRABALHOS MANUAIS,EM CAIXA COM 06 TUBOS CON-TENDO 23GR CADA,CORES DIVERSAS	205	R$ 5,40	R$ 1.107,00	ZASTRAZ
70/199	3011002	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE ÁGUA SECAGEM RAPIDA	20	R$ 1,35	R$ 27,00	FRAMA
77/199	3010957	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL KRAFT, OFICIO, SEM IMPRESSAO, PARDO. (PACOTE COM 100 UNIDADES)	250	R$ 26,00	R$ 6.500,00	IPECOL
78/199	3010185	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL KRAFT, TIPO MEMORANDO, SEM IMPRESSAO, COM ABA, BRANCO 80G 240X340	250	R$ 0,26	R$ 65,00	IPECOL
79/199	3010873	ENVELOPE DE PAPELARIA - EM PAPEL KRAFT, TIPO OFICIO, SEM IMPRESSAO, COM ABA, NA COR AMARELA, PSCOTE COM 100 UNIDADES)	175	R$ 26,00	R$ 4.550,00	IPECOL
80/199	39010180	ENVELOPE PARA CORRESPONDENCIA EM PAPEL BRANCO FORMATO 114X229MM UNIDADE EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	50	R$ 0,10	R$ 5,00	IPECOL
84/199	39010182	ENVELOPE SACO KRAFT 240X340MM	100	R$ 0,40	R$ 40,00	IPECOL
88/199	39010913	ESTILETE EM AÇO BICROMATIZADO COM QUEBRADOR TERMOPLÁSTICO NA COR AMARELA GRANDE EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	10	R$ 2,30	R$ 23,00	JOCAR
89/199	39010914	ESTILETE EM AÇO BICROMATIZADO COM QUEBRADOR TERMOPLÁSTICO NA COR AMARELA MÉDIO EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	10	R$ 1,70	R$ 17,00	JOCAR

90/199	39010915	EXTRATOR DE GRAMPO CORPO DE AÇO CROMADO ARTICULÁVEL MEDINDO APROXIMA-DAMENTE 16CM EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICAN-TE	18	R$ 1,130	R$ 20,34	CARBRINK
91/199	9058014	FITA ADESIVA - EM POLIPROPILENO, MEDINDO 45,00MM X 50,00M, NA COR TRANSPAREN-TE.	165	R$ 9,99	R$ 1.648,35	KORETECH
92/199	3010188	FITA ADESIVA - POLIPROPILENO, MEDINDO 12MMX30M, NA COR INCOLOR, DUREX	270	R$ 0,70	R$ 189,00	ADERE
93/199	39010905	FITA ADESIVA DUREX INVISÍVEL DIMENSÕES 12X40M EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	3	R$ 2,75	R$ 8,25	ADERE
95/199	3010877	FITA ADESIVA NA COR TRANSPARENTE FABRICADA EM CELULOSE ADESIVO EM RESINA DE BORRACHA NATURAL ROLO COM DIMENSÕES MINIMA 45X45M EMBALAGEM COM MA-TERIAL UNIDADE SEPARADA COM MATERIAL ANTI ADESIVO CONTENDO A MARCA DO FA-BRICANTE PCT. 05 UNIDADES FABRICAÇÃO NACIONAL	25	R$ 16,00	R$ 400,00	KORETECH
97/199	39010147	FITA DUPLA FACE MEDINDO 19X30M EM ACETATO,ADESIVO SINTETICO EM EMBALAGEM CONTENDO A MARCA DO FABRICANTE FABRICAÇÃO NACIONAL	30	R$ 9,00	R$ 270,00	KORETECH
108/199	39010150	GRAMPO 106/6 GRAMPO EM AÇO GALVANIZADO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM PARA GRAMPEAR MADEIRA CAIXA COM 5.000 UNIDADES	15	R$ 13,99	R$ 209,85	BRW
110/199	39015422	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - DE ARAME DE ACO COBREADO, MEDINDO 26/6.	20	R$ 3,60	R$ 72,00	XR

113/199	39010924	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO INJETADO EM POLIETILENO COM CAPACIDADE PARA ARMAZENAR 600 FLS. (REF. SULFITE 75G²) POSSUI UM COMPRIMENTO TOTAL DE 30CM PESO 0.15 KG DIMENSÕES 300X9X112MM GRAMATURA 3G ESPESSURA 2,7 PACOTE COM 50 UNIDADES	10	R$ 10,45	R$ 104,50	HELLOMAX
122/199	3010132	LIVRO ATA - MEDINDO 220,00X330,00MM,CAPA DURA COSTURADA,NA COR PRETA,CONTENDO 100 FOLHAS NUMERADAS,COM PAUTA	55	R$ 7,80	R$ 429,00	TAMOIO
123/199	3010025	LIVRO ATA - MODELO OFICIAL N. 140, COM PAPELAO PRENSADO (CAPA DURA), CONTENDO 50 FLS., MEDINDO (220X310)MM, COM PAUTA/SEM PAUTA	55	R$ 7,00	R$ 385,00	SÃO DOMINGOS
125/199	3010985	LIVRO PROTOCOLO - MEDINDO 157,00X215,00MM,CAPA DURA,CONTENDO 100 FOLHAS,DE PAPEL OFF-SET,56G/M2,AZUL	30	R$ 10,00	R$ 300,00	SÃO DOMINGOS
128/199	39010934	MOLHADOR DE DEDO 12G PARA MANUSEIO DE PAPEIS E PAPEL MOEDA LIGEIRAMENTE PERFUMADO COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE	5	R$ 1,80	R$ 9,00	CARBRINK
138/199	39013350	PAPEL - SEDA 50 X70CM 20G/M2,NA COR ROSA PACOTE COM 100 FOLHAS.	150	R$ 15,00	R$ 2.250,00	REALCE
139/199	39016187	PAPEL - SEDA,50 X70 MM,20G/M2,NA CORES VARIADAS, PACOTE COM 100 FOLHAS.	160	R$ 15,00	R$ 2.400,00	REALCE
140/199	39013351	PAPEL - SEDA,50 X70CM ,20G/M2,NA COR VERMELHA PACOTE COM 100 FOLHAS	150	R$ 15,00	R$ 2.250,00	REALCE
146/199	3010301	PAPEL CELOFANE FINO E TRANSPARENTE CORES VARIADAS DIMENSÕES: 69 X89 CM EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE ROLO COM 50 UNIDADES	680	R$ 59,00	R$ 40.120,00	REALCE
155/199	39010159	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM PLASTICO,MEDINDO 245,00X335,00MM,LOMBADA DE 32,00MM,NA COR TRANSPARENTE	510	R$ 2,00	R$ 1.020,00	ALAPLAST
157/199	3010911	PASTA - PASTA TRANSPARENTE,PESANDO 0,20G,MEDINDO (37 X 28)CM,PARA UTILIZACAO DE DOCUMENTOS (PACOTE COM 10 UNIDADES)	115	R$ 13,20	R$ 1.518,00	ALAPLAST
158/199	3010320	PASTA ARQUIVO AZ EM PAPELÃO PRENSADO LOMBO LARGO TAMANHO OFICIO COM VARIAÇÃO +/- 10% PROTETOR METALICO NAS BORDAS DA PARTE INFERIOR FECHO METALICO COM ALAVANCA DE ACIONAMENTO PARA ABERTURA AUXILIADO POR MOLA FIXADO POR 4 REBITES PRENDEDOR EM MATERIAL PLASTICO DE BOA RESISTENCIA ORIFICIO DE MANUSEIO REVESTIDO DE MATERIAL PLASTICO E JANELA PARA IDENTIFICAÇÃO NO DORSO	100	R$ 6,95	R$ 695,00	FRAMA
161/199	39010160	PASTA COM ABAS ELASTICA POLIONDAS COM DIMENSÕES DE 335X245X30MM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	40	R$ 3,05	R$ 122,00	ALAPLAST
163/199	3010389	PEN DRIVE DE 4 GB COM CONECTIVIDADE USB 2.0 OU SUPERIOR, CAP	22	R$ 15,00	R$ 330,00	MAXPRINT
164/199	3010390	PEN DRIVE DE 8 GB COM CONECTIVIDADE USB 2.0 OU SUPERIOR.	70	R$ 22,50	R$ 1.575,00	MAXPRINT
181/199	39015406	PORTA OBJETOS - DE EM ACRILICO, PARA LAPIS,CLIPS,PAPEL-BILHETE, NA COR PRETO	10	R$ 8,00	R$ 80,00	CARBRINK
182/199	39010880	RECADO AUTO ADESIVO - EM PAPEL SULFITE,, MEDINDO (76X102)MM, BLOCO COM 100 FOLHAS, EMBALADO EM FILM E DE POLIPROPILENO, NA COR AMARELA	70	R$ 3,30	R$ 231,00	LYKE
184/199	3010036	REGUA - DE PLASTICO, MEDINDO 30CM,COM ESCALA MILIMETRICA,EM BAIXO RELEVO, NA COR TRANSPARENTE	580	R$ 0,65	R$ 377,00	LYKE
190/199	3010371	TESOURA ESCOLAR - TESOURA, USO ESCOLAR,EM ACO INOXIDAVEL,COM 12,50 CM,CABO PLASTICO,PONTA ARREDONDADA,COM REBITE, DE PRECISAO (CAIXA COM 50 UNIDADES)	43	R$ 44,90	R$ 1.930,70	JAPAN
194/199	3010142	TINTA PARA CARIMBO - NA COR PRETA OU AZUL PARA CARIMBO AUTOENTINTADO, SEM OLEO, FRASCO COM 40ML,A BASE DE AGUA	75	R$ 2,00	R$ 150,00	JAPAN
195/199	3010895	TINTA PARA CARIMBO SEM OLEO TUBO COM 42ML VARIAS CORES COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE	5	R$ 4,00	R$ 20,00	JAPAN

Quantidades de Itens Vencedores.....:	**68,00**
Valor Total.....:	**R$ 88.671,44**

02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio , sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação

das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 02/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”. **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08 DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

8.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da

Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09 DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

10.1.2 A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

10.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

Parágrafo Primeiro: os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

Parágrafo Segundo: Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Terceiro: Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

12. - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo Sr. **GERALDO FLORIANO DE FREITAS FILHO**, (cargo efetivo), neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela CONTRATANTE a seu exclusivo juízo.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS 13.1- As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 02/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do

Edital sobre as das propostas. **12.1.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 02/2019, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 06 de Dezembro de 2019, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

12.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.3.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio-MT, 11 Dezembro de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO

Prefeito Municipal

_____

WALERIA DOS S CORDEIRO EIRELI

Responsável

WALERIA DOS SANTOS CORDEIRO

CPF: 042.105.791-22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2019 PROCESSO Nº 058/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2019

Processo Nº 058/2019

Pregão Eletrônico nº 02/2019

Validade: 12(doze) meses.

No dia 11 de Dezembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT , Estado de MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.199.966/0001-50 com sede à Avenida 29 de Setembro nº 244, Centro, Novo Santo Antônio - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. Identidade nº 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-9, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 02/2019, Processo Licitatório nº. 058/2019** que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o (a) **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.** Em conformidade com as especificações constantes no Edital abbaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93. **1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

NOME: APPOLARI INFORMATICA LTDA						
CNPJ: 09057206000122			**INSCRIÇÃO ESTADUAL: MUNICIPAL:** 2843			
ENDEREÇO: RUA 28 DE OUTUBRO **Nº:** 2745 **BAIRRO:** CENTRO						
CEP: 78280-000			**CIDADE/UF:** MIRASSOL- MT			
TELEFONES: (65) 3241-5244			**E-MAIL:** appolari1@hotmail.com			
REPRESENTANTE LEGAL: JOSÉ LUIZ APPOLARI						
RG: 52994 – SSP/MT			**CPF:** 078.828.758-30			
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS.						
Item	Cód.	Descrição dos Produtos	Qde	Pr.Unit.	Pr. Total	Marca
69/199	9011104	COMPASSO - PROFISSIONAL, MADEIRA, DESENHO GEOMETRICO EM LOUSA, MADEIRA COM PONTA PORTA GIZ, COM DIAMETRO 50 CM	10	R$ 48,98	R$ 489,80	SOUZA
85/199	14020002	ESCALIMETRO - EM PLASTICO,DE FORMATO TRIANGULAR,MEDINDO 30CM,ESCALA - 1:100 - 1:200 - 1:250 - 1:300 - 1:400 - 1:500 DIM (MM) 320 X 25.	10	R$ 38,99	R$ 389,90	CIS
96/199	9010528	FITA DECORATIVA - EM CETIM,70MM DE LARGURA,CORES VARIADAS,EM EMBALAGEM APROPRIADA 10 METROS	120	R$ 21,97	R$ 2.636,40	ELO7
106/199	39015369	GRAMPEADOR PARA MADEIRA 106/6	4	R$ 89,98	R$ 359,92	WORKER
167/199	39010164	PERFURADOR PARA 30/35 FOLHAS COMPACTO BOTÃO DE BLOQUEIO QUE TRAVA A ALAVANCA NA POSIÇÃO PARA BAIXO (AUTOMATICO) GUIA PARA CENTRALIZAÇÃO DO PAPEL	4	R$ 49,98	R$ 199,92	GENEMMES

		UTRALEGIVEL PARA VARIOS TAMANHO DE PAPEL MECANISMO 100% DE METAL SISTEMA DE FIXAÇÃO DA PERFURAÇÃO USANDO OS ANEIS DA PASTA DE ENCADERNAÇÃO SISTEMA ANTIEMPERRAMENTO PINTURA AUTOMOTIVA BRILHANTE SISTEMA DE BLOQUEIO DE FOLHAS SISTEMA DE LIMPEZA FACIL DE RESIDUOS SISTEM DE ABERTURA FRONTAL DURO 5,5MM DISTANCIA INTERFUROS PADRÃO DE 8CM 5 ANOS DE GARANTIA					

Quantidades de Itens Vencedores.....:	**5,00**
Valor Total.....:	**R$ 4.075,94**

02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os medicamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio , sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga, nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.**

Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 02/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08 DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

8.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09 DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4. E**m qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

10.1.2 A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea "b";

10.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir

com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

Parágrafo Primeiro: os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

Parágrafo Segundo: Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Terceiro: Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

12. - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo Sr. **GERALDO FLORIANO DE FREITAS FILHO**, (cargo efetivo), neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela CONTRATANTE a seu exclusivo juízo.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS 13.1- As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 02/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.1.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 02/2019, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 06 de Dezembro de 2019, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

12.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.3.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio-MT, 11 Dezembro de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO

Prefeito Municipal

_____

APPOLARI INFORMATICA LTDA

Responsável

JOSÉ LUIZ APPOLARI

CPF: 078.828.758-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2019 PROCESSO Nº 058/2019 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2019

Processo Nº 058/2019

Pregão Eletrônico nº 02/2019

Validade: 12(doze) meses.

No dia 11 de Dezembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT , Estado de MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.199.966/0001-50 com sede à Avenida 29 de Setembro nº 244, Centro, Novo Santo Antônio - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**,

brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. Identidade nº 738.751/SSP-MT e do CPF nº 604.590.181-9, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 02/2019, Processo Licitatório nº. 058/2019** que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o (a) **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO-MT.** Em conformidade com as especificações constantes no Edital abbaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

01. DO OBJETO E PREÇOS 1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93. **1.2.** Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

NOME: MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI							
CNPJ: 26148070000185		**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 13.648.990-7 **MUNICIPAL:** 90851					
ENDEREÇO: RUA COMANDANTE COSTA **Nº:** 14 **BAIRRO:** CENTRO SUL							
CEP: 78.125-499		**CIDADE/UF:** VARZEA GRANDE - MT					
TELEFONES: (65) 3054-4010		**E-MAIL:** mosaicodistribuidora@hotmail.com					
REPRESENTANTE LEGAL: DAVI ANTONIO NETO							
RG: 5375680 – SSP/GO		**CPF:** 551.557.315-34					
DESCRIÇÃO, QUANTIDADE E PREÇOS REGISTRADOS.							
Item	Cód.	Descrição dos Produtos		Qde	Pr.Unit.	Pr. Total	Marca
1/199	39015379	AGENDA - EXECUTIVA,EM ESPIRAL,MEDINDO 225,00X150,00MM,CAPA EM PAPELAO,COM 200 FOLHAS,COM 900G/M2, CAIXA COM 12 UNIDADES		2	R$ 24,0	R$ 48,00	WINCY
2/199	39010173	AGENDA EXECUTIVA/COMERCIAL - PERMANENTE DIARIA, PORTUGUES, MEDINDO 14X20CM, CAPA PESANDO 697 G/M2, REVESTIDA DE PAPELAO COM PLASTICO, FOLHA PESANDO PAPEL OFF-SET 63 G/M2, CORES DIVERSAS, FITA MARCADORA, COSTURA REFORCADA.		10	R$ 26,50	R$ 265,00	FORONI
3/199	3010169	AGENDA EXECUTIVA/COMERCIAL - SEMANAL ANUAL, MEDINDO MED.22X28CM, CAPA PESANDO 697 G/M2, REVESTIDA DE PAPELAO, FOLHA PESANDO PAPEL OFF-SET 120 GM2, NA COR PRETA/AZUL/MARRON, ETC.		27	R$ 28,96	R$ 781,92	FORONI
5/199	39010867	ALMOFADA P/ CARIMBO DE FELTRO ENTINTAMENTO AZUL EM ESTOJO PLÁSTICO COM TAMPA DE METAL MEDINDO 590MMX940MM EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE		10	R$ 3,15	R$ 31,50	JAPAN
11/199	39016183	BALAO PLASTICO - EM LATEX, NA COR VERDE, NO FORMATO PERA, QUANDO CHEIO EM SUA CAPACIDADE DE 100%, POSSUE APROXIMADAMENTE 17,8CM DE DIAMENTRO E 55,9 CM DE CIRCUNFERENCIA. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.		520	R$ 4,30	R$ 2. 236,00	IDEATEX
12/199	39013333	BALAO PLASTICO - EM LATEX, TAMANHO 9 , DECORADO COM ESRELAS CORES DIVERAS COM 50 UNIDADES		150	R$ 19,45	R$ 2. 917,50	FESTBALL
13/199	39013332	BALAO PLASTICO - EM LATEX, TAMANHO 9, DECORADO COM BOLINHAS CORES DIVERSAS PACOTE COM 25 UNIDADE.		150	R$ 11,20	R$ 1. 680,00	FESTBALL
14/199	39013335	BALAO PLASTICO - EM LATEX, TAMANHO 9, DECORADO COM CORAÇÕES CORES DIVERSAS, PACOTE COM 50 UNID.		150	R$ 19,47	R$ 2. 920,50	FESTBALL
15/199	39013336	BALAO PLASTICO - EM LATEX, TAMANHO 9, DECORADO COM NOTAS MUSICAIS, PACOTE COM 25 UNID.		150	R$ 11,80	R$ 1. 770,00	FESTBALL
18/199	39010128	BOLA DE ISOPOR DIAMETRO 25MM EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE		20	R$ 2,57	R$ 51,40	STYROFORM
23/199	3010849	CADERNO DE CALIGRAFIA - GRAMPEADO, MEDINDO (140 X 200) MM, COM CAPA COLORIDA, PESANDO 90G/M2, COM 40 FOLHAS, PESANDO 56G/M2. (PACOTE COM 05 UNIDADES)		60	R$ 9,70	R$ 582,00	FORONI
29/199	39015348	CANETA ESFEROGRÁFICA COM ESPESSURA 1.0MM,TRILUX 035MM, FINE, NA COR PRETA. CORPO EM RESINA TERMOPLASTICA, REDONDA, PONTA EM LATAO, ESFERA DE TUNGSTENIO.		5	R$ 26,14	R$ 130,70	COMPACTOR
30/199	39010884	CANETA ESFEROGRÁFICA COR PRETA TUBO TRANSPARENTE INCOLOR SEXTAVADO EXTERNO COM VEDAÇÃO NA PARTE SUPERIOR DE PRESSÃO EM PLÁSTICO NA COR DA CARGA COM SUSPIRO CARA EM TUBO FLEXÍVEL TRANSPARENTE INCOLOR NÃO ROSQUEAVEL PONTA MEDIA DE LATÃO E ESFERA DE TUNGSTÊNIO TAMPA CÔNICA COM A EXTREMIDADE VAZADA TIPO PRENDEDOR, ACONDICIONADO EM CX. COM 100 UNIDADES FABRICAÇÃO NACIONAL		3	R$ 52,29	R$ 156,87	COMPACTOR
31/199	39010885	CANETA ESFEROGRÁFICA COR VERMELHA TUBO TRANSPARENTE INCOLOR SEXTAVADO EXTERNO COM VEDAÇÃO NA PARTE SUPERIOR DE PRESSÃO EM PLÁSTICO NA COR DA CARGA COM SUSPIRO CARA EM TUBO FLEXÍVEL TRANSPARENTE INCOLOR NÃO ROSQUEAVEL PONTA MEDIA DE LATÃO E ESFERA DE TUNGSTÊNIO TAMPA CÔNICA COM A EXTREMIDADE VAZADA TIPO PRENDEDOR, ACONDICIONADO EM CX. COM 100 UNIDADES FABRICAÇÃO NACIONAL		2	R$ 26,00	R$ 52,00	COMPACTOR
33/199	9050014	CANETA HIDROGRAFICA OFFICE PEN, FINE 2.0 - EM PLASTICO, PONTA EM NYLON, TINTA AZUL CAIXA COM 12 UNIDADES.		35	R$ 16,17	R$ 565,95	JOCAR
34/199	39010892	CANETA HIDROGRÁFICA PARA DESENHO E ESCRITA CORPO PLÁSTICO PONTA DE NYLON TAMANHO PROFISSIONAL EMBALAGEM CAIXA COM 12 UNIDADES CORES VARIADAS		10	R$ 3,84	R$ 38,40	LEO E LEO
35/199	39010133	CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO RIGIDO E OPACO,PONTA DE POLIESTER 3 A 5MM,NA COR VERDE FLUORESCENTE CAIXA COM 12 UNIDADES		50	R$ 10,00	R$ 500,00	LYKE
36/199	9010749	CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO RIGIDO OPACO,PONTA DE POLIÉSTER 3 A 5MM,NA COR AMARELA FLUORESCENTE CAIXA COM 12 UNIDADES		30	R$ 10,00	R$ 300,00	LYKE
37/199	3010227	CANETA MARCA TEXTO - EM PLASTICO RIGIDO OPACO,PONTA DE POLIÉSTER 3 A 5MM,NA COR LARANJA FLUORESCENTE CAIXA COM 12 UNIDADES		16	R$ 10,00	R$ 160,00	LYKE
38/199	39010889	CANETA MARCA TEXTO COM PONTA INDEFORMÁVEL TINTA FLUORESCENTE A BASE D`AGUA GRAVADO NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE COR ABOBORA CAIXA COM 12 UNIDADES FABRICAÇÃO NACIONAL		10	R$ 10,00	R$ 100,00	LYKE

39/199	39010887	CANETA MARCA TEXTO COM PONTA INDEFORMÁVEL TINTA FLUORESCENTE A BASE D`AGUA GRAVADO NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE COR AMARELA CAIXA COM 12 UNIDADES	10	R$ 10,00	R$ 100,00	LYKE
40/199	39010888	CANETA MARCA TEXTO COM PONTA INDEFORMÁVEL TINTA FLUORESCENTE A BASE D`AGUA GRAVADO NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE COR VERDE CAIXA COM 12 UNIDADES	10	R$ 10,00	R$ 100,00	LYKE
42/199	39010177	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM PVC FORMATO A4 NAS DIMENSÕES 210X297MM UNIDADE. EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO CORES VARIADAS	20	R$ 0,34	R$ 6,80	LASSANE
44/199	3010123	CLIPE - ACO, PARALELO, GALVANIZADO, 1/0 CAIXA COM 500GR	68	R$ 6,99	R$ 475,32	NEW

49/199	39010899	CLIPS PARA PAPEL EM AÇO N. 1/0 FABRICADO COM ARAME DE AÇO ANTIFERRUGEM CX. C/ 100 UNIDADES EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	10	R$ 2,04	R$ 20,40	NEW
61/199	3010444	COLA DE SILICONE - EM SILICONE,DEVENDO SER APLICADA QUENTE ATRAVES DE PISTOLA APROPRIADA,PARA COLAR MATERIAIS EM PVC, PLASTICO, MADEIRA E ALUMINIO,DEVENDO SER FORNECIDO EM BASTAO FINO EM EMBALAGEM CONTENDO 1 KG	90	R$ 27,00	R$ 2.430,00	RENDICOLA
62/199	39011017	COLA DE SILICONE - EM SILICONE,DEVENDO SER APLICADO QUENTE,PARA COLAR MATERIAIS EM PVC E PLASTICO,DEVENDO SER FORNECIDO EM BASTAO GROSSO EMBALAGEM CONTENDO 1 KG	120	R$ 27,00	R$ 3.240,00	RENDICOLA
63/199	39010198	COLA DIMENSIONAL OU RELEVO VARIAS CORES ACONDICIONADA EM EMBALAGEM CONTENDO 35 ML	5	R$ 18,94	R$ 94,70	ACRILEX
65/199	39010902	COLA ESPECIFICAÇÃO LIQUIDA NA COR BRANCA ATÓXICA COM BICO DOSADOR DE ENCAIXE EMBALAGEM EM TUBO DE 90 GRAMAS CONTENDO CERTIFICAÇÃO DE SEGURANÇA DE ARTIGO ESCOLAR JUNTO AO INMETRO, ABNT DATA DE VALIDADE VISÍVEL QUÍMICO RESPONSÁVEL N.º, DE REGISTRO DO CRQ NO ROTULO	20	R$ 1,71	R$ 34,20	ZAS TRAS
66/199	39010186	COLA QUENTE (BASTÃO) SILICONE FINA PACOTE COM 1KG APROXIMADAMENTE 73 UNIDADES	25	R$ 27,00	R$ 675,00	RENDICOLA
67/199	39010185	COLA QUENTE (BASTÃO) SILICONE GROSSA PACOTE COM 1KG APROXIMADAMENTE 34 UNIDADES	26	R$ 27,00	R$ 702,00	RENDICOLA
68/199	3010317	COMPASSO - ESCOLAR, EM METAL, COM GRAFITE E PARA NANQUIM, COM 02 HASTES, COM DIAMETRO MEDINDO 18 CM, COM TIRA LINHA	215	R$ 7,58	R$ 1.629,70	LYKE
71/199	9010797	ELASTICO - DE ELASTICO CHATO,N. 18 MEDINDO 11,00MM DE LARGURA,NA COR BRANCA	15	R$ 17,75	R$ 266,25	S
72/199	39010179	ELASTICO DE BORRACHA N. 18 EMBALAGEM CONTENDO 25G COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES	5	R$ 11,51	R$ 57,55	RED BOR
81/199	39010144	ENVELOPE PARA CORRESPONDENCIA EM PAPEL BRANCO FORMATO 162X229MM UNIDADE EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	50	R$ 0,28	R$ 14,00	SCRIT
83/199	39010909	ENVELOPE PARA CORRESPONDÊNCIA EM NA COR BRANO FORMATO 11,40,X22,90 MM UNIDADE EMBALAGEM.	50	R$ 0,32	R$ 16,00	SCRITY
86/199	39011329	ESQUADRO - EM PLASTICO,60 GRAUS,COM GRADUACAO,MEDINDO 21,00CM,NA COR TRANSPARENTE	100	R$ 9,90	R$ 990,00	WALEU
87/199	3010452	ESTILETE - EM ACO INOX,TIPO FACA	185	R$ 1,81	R$ 334,85	LYKE
94/199	39010200	FITA ADESIVA NA COR MARROM FABRICADA EM CELULOSE ADESIVO EM RESINA DE BORRACHA NATURAL ROLO COM DIMENSÕES MINIMA 45X45M EMBALAGEM COM MATERIAL UNIDADE SEPARADA COM MATERIAL ANTI	20	R$ 4,26	R$ 85,20	ADELBRAS
98/199	39010202	FITAS IMPRESSAS P/ ISOLAMENTO DE AREA 7,6CMX200M ZEBRADA AMARELA/PRETA	30	R$ 20,94	R$ 628,20	ADELBRAS
102/199	3011018	FOLHA EM EVA - NA COR (DIVERSAS),CONFECCIONADA EM E.V.A. (ESPUMA VINILICA ACETINADA) COM GLITTER, MEDINDO (600 X 400)CM	750	R$ 4,14	R$ 3.105,00	VMP

02. 03. 04. 05. 06. 07. 08. 09. 10.

118/199	3010018	LAPIS DE CERA - PARA TRABALHOS PEDAGOGICOS, GIZAO, 110X10 MM, VARIAS CORES, CAIXA COM 12 CORES	295	R$ 2,86	R$ 843,70	PIRATININGA
121/199	39011383	LAPIS GRAFITE - EM MADEIRA, FORMATO SEXTAVADO,F, MEDINDO 170,00MM, NA COR VERDE	55	R$ 9,50	R$ 522,50	EBRAS
130/199	3010727	PALITO - DE MADEIRA, PARA CHURRASCO, FORMATO REDONDO COM 20 CM (CAIXA COM 100 UNIDADES)	125	R$ 15,53	R$ 1.941,25	NATURAL
131/199	3010926	PALITO - DE PICOLE EM MADEIRA, PARA CONFECCAO DE PICOLE, TAMANHO 12 CM COM FORMATO CHATO (CAIXA COM 100 UNIDADES)	125	R$ 2,99	R$ 373,75	THEOTO
132/199	39016184	PAPEL CARTAO, MEDINDO 50,00 X 70,00CM,NA CORES VARIADAS. (EMBALAGEM COM 10 UNIDADES)	90	R$ 22,40	R$ 2.016,00	VMP
136/199	39010941	PAPEL - MANTEIGA,MEDINDO 300,00MMX7,50M,NA COR BRANCA,EM ROLO	500	R$ 63,00	R$ 31.500,00	WIDA
137/199	39010878	PAPEL - PAPEL KRAFT,MEDINDO 60CMX200M,NA COR NATURAL ACONDICIONADO EM BOBINA	11,	R$ 88,73	R$ 976,03	SAFRA
142/199	3010900	PAPEL ALMACO PAUTADO - MEDINDO 296 X 210 MM, CADERNO COM 10 FOLHAS,COM PAUTA E MARGEM	300	R$ 1,25	R$ 375,00	3B
145/199	39010155	PAPEL CARTAO SIMPLES- PESANDO 240G/M2,NO FORMATO A4,UMIDADE DE 7 A 11%,EM CORES VARIADAS,EMBALADO DE FORMA ADEQUADA.	375	R$ 1,30	R$ 487,50	VMP
149/199	39010938	PAPEL CREPOM CORES VARIADAS EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	900	R$ 0,65	R$ 585,00	VMP
151/199	39015097	PAPEL PARA PRESENTE - EM PAPEL COUCHE, ROLO COM 40CMX200M, EM ESTAMPAS.	15	R$ 41,87	R$ 628,05	VMP
152/199	39015428	PAPEL PARA REVELACAO - TIPO PAPEL FOTOGRAFICO, BRANCO 180G,NO FORMATO A4 (210X297)MM	30	R$ 29,91	R$ 897,30	MASTERPRINT
154/199	3010183	PAPEL VERGE DE PAPELARIA - FORMATO A 4,PESANDO 120G,CORES VARIADAS (CAIXA COM 50 FOLHAS)	55	R$ 15,60	R$ 858,00	OFFPAPER
156/199	39010946	PASTA - COM ABA E ELASTICO,EM POLIPROPILENO,245,00X180,00MM,NA COR AZUL	450	R$ 1,48	R$ 666,00	ALAPAST
159/199	39010943	PASTA CATALOGO - CARTAO REVESTIDO DE PLASTICO, COM 100, ESPESSURA DE 0.10, 2 EXTENSORES, NO TAMANHO OFICIO, NA COR PRETA	100	R$ 11,50	R$ 1.150,00	ACP
162/199	3010341	PASTA SUSPENSA - POLIPROPILENO, TIPO PENDULAR EM FORMA GRAMPO, TRILHO, NO TAMANHO OFICIO, VISOR EM VISOR DE ACETATO TRANSPARENTE, C/ETIQUETA, NA COR FUME/CINZA	120	R$ 2,89	R$ 346,80	ALAPAST

166/199	39010949	PERFURADOR DE PAPEL 2 FUROS EM METAL FERRO FUNDIDO PERFURA ATE 70 FOLHAS PERFURADOR DE POUCO ESFORÇO, ALÇA MACIA E GIRATÓRIA SISTEMA DE AJUSTE DAS FOLHAS AJUSTÁVEIS RETRATO OU PAISAGEM, DEPOSITO PARA PEÇAS DE REPOSIÇÃO ACOMPANHA LIVRETO DE INSTRUÇÕES DE USO, DEPOSITO PARA PAPEL GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO ESTAMPADO NA CAIXA	4	R$ 85,00	R$ 340,00	LYKE
174/199	39010953	PINCEL ATOMICO - PONTA DE FELTRO NA COR AZUL COM, RECARREGAVEL (CAIXA COM 12 UNIDADES)	59	R$ 21,35	R$ 1.259,65	LYKE
175/199	39010954	PINCEL ATÔMICO PONTA DE FELTRO EM BAQUELITE TINTA A BASE DE ÁLCOOL COR PRETA CX. C/ 12 UNIDADES EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE FABRICAÇÃO NACIONAL	11	R$ 21,77	R$ 239,47	LYKE

176/199	39016186	PINCEL P/ QUADRO BRANCO - CORES VARIADAS, BOARD MASTER, DO TIPO RECARREGAVEL CAIXA COM 12 UNIDADES	30	R$ 55,48	R$ 1.664,40	JOCAR
177/199	39010957	PINCEL P/ QUADRO BRANCO - NA COR AZUL, BOARD MASTER, DO TIPO RECARREGAVEL CAIXA COM 12 UNIDADES	15	R$ 63,23	R$ 948,45	JOCAR
178/199	39010960	PISTOLA - FINA DE PLASTICO, COM GATILHO PARA ACIONAMENTO CONTINUO DA COLA,PARA APLICACAO DE COLA QUENTE, POTENCIA DE 40W, BIVOLT	156	R$ 10,00	R$ 1.560,00	CLASSE
179/199	3010356	PISTOLA - GROSSA -DE PLASTICO, COM GATILHO E PONTA COM ISOLANTE TERMICO,PARA APLICACAO DE COLA QUENTE,POTENCIA DE 40W, BIVOLT	105	R$ 12,90	R$ 1.354,50	CLASSE
180/199	39010961	PISTOLA P/ COLA QUENTE BIVOLT TAMANHO GRANDE RECARREGÁVEL COM BASTÃO GROSSO BIVOLT 127V/220V AMPERAGEM APROXIMADA DE 50/60MZ COM ISOLAMENTO TÉRMICO NO BICO COM 2 BASTÕES DE COLA EMBALAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE	15	R$ 24,93	R$ 373,95	CLASSE
186/199	3010468	REGUA EM PLASTICO COM ESPESSURA MINIMA DE 3MM E 35MM DE LARGURA GRADUADA EM 50CM	50	R$ 9,94	R$ 497,00	WALEU
187/199	3010002	SOLVENTE - LIMPADOR DE QUADRO BRANCO,VOLUME 60ML,REMOVEDOR INSTANTANEO DE MARCAS E MANCHAS DEIXADAS POR MARCADORES DE QUADRO BRANCO	130	R$ 23,93	R$ 3.110,90	RADEX
189/199	39011957	TESOURA ESCOLAR - DE EM ACO INOXIDAVEL, MEDINDO 21CM, CABO DE PLASTICO, NA COR PRETA, PARA PICOTAR, COM FORMATO 02 DEDOS, LAMINA DE ACO, SEM PONTA, GARANTIA CONTRA DEFEITO DE FABRICACAO POR GARANTIA POR TEMPO INDETERMINADO	80	R$ 23,00	R$ 1.840,00	CLASSE
192/199	39010970	TINTA - GUACHE,A BASE DE AGUA,6 CORES 15 ML CAIXA COM 06 UNIDADES	520	R$ 3,20	R$ 1.664,00	PIRATININGA
196/199	39010972	TINTA PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO - A BASE DE ALCOOL, EM VARIAS CORES (AZUL, VERMELHA E PRETA), EMBALAGEM APROPRIADA. 250 ML	40	R$ 70,00	R$ 2.800,00	RADEX
198/199	39010964	TINTA PARA REABASTECER PINCEL MARCADOR ATÔMICO COM NO MÍNIMO 37ML NA COR AZUL TINTA PERMANENTE A BASE DE ÁLCOOL	5	R$ 5,28	R$ 26,40	RADEX
199/199	39010965	TINTA PARA REABASTECER PINCEL MARCADOR ATÔMICO COM NO MÍNIMO 37ML NA COR PRETA TINTA PERMANENTE A BASE DE ÁLCOOL	5	R$ 5,28	R$ 26,40	RADEX

Quantidades de Itens Vencedores.....:	**72,00**
Valor Total.....:	**R$ 92.164,91**

02. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 **(doze) meses,** a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes. Com base no Art. 4º § 2º do Decreto 3.931/01, Normativa AGU Nº 19/2009, amparados no Art. 57 § 4º da Lei 8.666/93. **2.2.** A Detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à Detentora o direito a qualquer recurso ou indenização. **2.3.** À Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a **Detentora**, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até **60 (sessenta) dias,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata. **03. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA 3.1.** Os medicamentos/materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues (sem ônus de entrega), parceladamente, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal solicitante, nos horários: 8h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, que será recebido pelo servidor Responsável, e pelo Fiscal responsável pelo Contrato**,** em sua totalidade conforme autorização emitida pela Secretaria solicitante. **3.2.** A empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá atender as solicitações das Secretarias Municipais, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos e confirmação por e-mail ou contato telefônico. **3.3.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por servidores designado por cada secretaria; **3.4.** A empresa detentora deverá entregar os produtos, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços**; 3.5.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas. **3.6.** A entrega do objeto desta Ata de Registro de Preços dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme atesto de recebimento da **Secretaria Municipal solicitante**, do Município Novo Santo Antonio , sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos constantes da cláusula primeira. **3.7.** A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria que vier a ser recusada, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação. Prazo de troca: 03 (três) dias úteis. **3.8.** Independentemente da aceitação, o adjudicatório garantirá a qualidade de cada item, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou irregularidade. Por divergências não adequadas serão aplicadas às sanções previstas neste instrumento e legislação vigente. **3.9.** Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital. **3.10.** Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor. **3.11.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, as despesas e custos de transporte e entrega dos produtos durante o período de execução do contrato. **3.12.** Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer à Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da entrega dos produtos contratados. **04. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA 4.1.** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá estar com a documentação obrigatória válida; **4.2.** Se não comprovarem a situação regular da licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis; **4.3.** A adjudicatária se obriga,

nos termos deste Edital, a: **a)** A empresa se obrigará em um prazo máximo de 10 (dez) dias, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado. **b)** A licitante vencedora, detentora do registro de preços, fica obrigada a aceitar acréscimos de até 25% do valor contratado nos preços da Ata de Registro de Preços. **c)** Assinar a ata da sessão pública de pregão e os relatórios com os preços ofertados nas etapas de lances verbais que substituirão a apresentação de nova proposta adequada ao preço ofertado. Se a empresa não se fizer representar até o final da sessão deverá então apresentar a nova proposta adequada ao preço ofertado nas etapas de lances verbais, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados da notificação realizada na sessão pública do pregão. **d)** Será responsável pelo fornecimento dos produtos dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor à Prefeitura. **e)** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto deste Edital, bem como a respeito da qualidade dos produtos, casos em que a CONTRATADA deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade destes. **f)** Manter todas as condições estabelecidas neste Edital quanto as condições de habilitação e qualificação, durante toda a execução do contrato. **g)** Fornecer os produtos, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas. **h)** Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, segundo as exigências legais, normas do fabricante e especificações técnicas. **i)** Comunicar, imediatamente, a Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio-MT, qualquer irregularidade constatada durante o fornecimento dos produtos. **05. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO 5.1.** Firmar Contrato e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos. **5.2.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; **5.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências. **5.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor. **5.5.** Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital. **5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **5.7.** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado. **5.8.** Coordenar e fiscalizar as entregas pertinentes às aquisições referentes ao contrato vigente, pela empresa CONTRATADA. **5.9.** Garantir a Detentora do Registro de Preços, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa; **5.10.** Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados; **06. DA CONTRATAÇÃO 6.1.** Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico nº 02/2019, o MUNICÍPIO e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados. **6.2.** O Registro de Preços efetuado não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições. **6.3.** A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta do Poder Executivo, mediante a assinatura de contrato. **07. DO PAGAMENTO À CONTRATADA 7.1.** A empresa licitante deverá apresentar juntamente com as mercadorias as notas fiscais correspondentes ao fornecimento dos produtos, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizada pela Secretaria Solicitante. **7.2.** O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal no prazo de até o décimo (10º) dia do mês subsequente a entrega dos materiais, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas. **7.3.** As taxas referentes ao Envio de TED e/ou DOC serão efetivamente descontadas do valor a ser pago a favorecida; **7.4.** Nas Notas Fiscais apresentadas para pagamento os materiais relacionados deverão vir com nome e especificações, sob pena de devolução da mesma e o não pagamento. **7.5.** As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **7.6.** Toda operação de venda de mercadorias terá que ser efetuada, obrigatoriamente, mediante a emissão de **NOTA FISCAL ELETRÔNICA**; **7.6.1.** Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado nos item 7.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; **7.7.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **7.8.** O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring". **7.9. A nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões negativas da RECEITA FEDERAL e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal). 08 DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS 8.1.** Durante o período de vigência da ata, **os preços não serão reajustados**, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico- financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie,

considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

8.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da Detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela Detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. **8.3.** Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a Detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. **8.3.1.** Caso a Detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente. **8.4.** Caberá à Administração, à cada prestação de serviço, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores. **09 DA RECISÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 9.1.** A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas. **9.2.** A rescisão pela **Administração** poderá ocorrer quando: **9.2.1.** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da ata; **9.2.2.** A Detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa; **9.2.3.** A Detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; **9.2.4.**

Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; **9.2.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a Detentora não aceitar a redução; **9.2.6.** Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; **9.2.7.** Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação. **9.3.** A comunicação da rescisão, nos casos previstos no subitem 9.2, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por **02 (duas) vezes consecutivas,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação. **9.4.** A rescisão pela **Detentora** poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata. **9.4.1.** A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de **30 (trinta) dias,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido. **9.4.2.** A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada. **9.5.** A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata. **9.6.** Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93. **10. DAS PENALIDADES 10.1.** De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

10.1.2 A multa prevista no item 10.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2, alínea “b”;

10.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: **a)** advertência por escrito; **b)** aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; **c)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; **10.3.** Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica. **10.3.1.** Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhido será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica; **10.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

11. DAS ALTERAÇÕES DA ATA

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecido ao disposto no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

Parágrafo Primeiro: os preços registrados poderão ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO-MT, órgão gerenciador desta ATA, promover as negociações junto aos fornecedores registrados.

Parágrafo Segundo: Quando os preços registrados, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO deverá:

I. Convocar o fornecedor registrado para negociação de redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido; e III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores que não tiveram seus preços registrados, visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Terceiro: Quando o valor de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante comunicação e comprovação formal, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador da Ata poderá:

I. Liberar o fornecedor registrado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital do Pregão Eletrônico, confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II. Para o disposto no subitem anterior, a comunicação deverá ser feita antes do pedido de fornecimento dos materiais; III. Convocar, pela ordem de classificação do Pregão Eletrônico, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO revogará a Ata de Registro de Preços sempre que não houver êxito nas negociações, na forma da legislação vigente.

12. - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo Sr. **GERALDO FLORIANO DE FREITAS FILHO**, (cargo efetivo), neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela CONTRATANTE a seu exclusivo juízo.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS 13.1- As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Eletrônico nº. 02/2019 e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas. **12.1.** O presente registro decorre de adjudicação às PROMITENTES CONTRATADAS dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo I, do Pregão Eletrônico

nº 02/2019, conforme decisão do Pregoeira do MUNICÍPIO, lavrada em Ata datada em 06 de Dezembro de 2019, e homologação feita pelo senhor Prefeito Municipal.

12.2. Caberá à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente. **12.3.** Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Novo Santo Antonio-MT, 11 Dezembro de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO

Prefeito Municipal

_____

MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS EIRELI

Responsável

DAVI ANTONIO NETO

CPF: 551.557.315-34

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
RESULTADO DA LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 094/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados a homologação da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 094/2019**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Mecânicos,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais secretarias de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Empresa Vencedora:

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL (R$)
C. G. DE LIMA - ME	08.954.944/0001-00	R$ 247.650,25
LUCIANO NOGUEIRA PEREIRA - ME	21.144.270/0001-46	R$ 305.480,00

Em 11 de dezembro de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

LICITAÇÃO
JULGAMENTO RECURSO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto por **LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELLI**, pleiteando, inicialmente, o recebimento do recurso no efeito devolutivo e suspensivo, e no mérito a revisão do ato administrativo que classificou a Empresa **VOLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA**, sob o argumento de ter havido inobservância do Edital, determinando-se o retorno a fase de lances, para então, obter a melhor proposta administrativa.

É o relatório.

Passo a decidir.

Prima face, imperioso relembrar que no processo administrativo, a regra é que o recursos não têm efeito suspensivo. De fato, o Art. 61 da Lei nº. 9.784/99 estabelece que, "salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo". Assim, por se tratar de uma exceção, o efeito suspensivo automático ao recurso administrativo deve estar previsto em norma. E como não há norma que regulamente a matéria em sentido contrário no Município de Paranatinga/MT, não há falar-se em exceção.

Quanto ao mérito, não procede o argumento de que não houve fase de lances no procedimento em questão.

Isso, porque, abertos os envelopes com as respectivas propostas apresentadas pelos participantes, todos se mantiveram inertes no que concerne à alteração destas, quando questionados pelo Pregoeiro.

Diante disso, coube-lhe tão somente dar continuidade ao certame.

Tanto é verdade que na Ata da Sessão de Abertura e Julgamento das propostas, nada foi dito pela Recorrente com relação ao fato, tornando precluso qualquer alegação a esse respeito.

Nesse sentido, aliás, posiciona-se a jurisprudência especializada.

Observe-se:

"DENÚNCIA. SECRETARIA DE ESTADO. PREGÃO PRESENCIAL. REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA PARA COMPLEMENTAR INFORMAÇÃO. DILIGÊNCIA COM PRAZO EXÍGUO. AUSÊNCIA DE ASSINATURA DOS LICITANTES EM ATA. REGISTRO DAS OCORRÊNCIAS DA SESSÃO EM ATA. DECADÊNCIA DO PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO EM INTERPOR RECURSO. VEDAÇÃO DE ENVIO DOS DOCUMENTOS PELOS CORREIOS. REGULARIDADE. EXIGÊNCIA DE ÍNDICES CONTÁBEIS SEM JUSTIFICATIVA. RECOMENDAÇÕES. 1. A realização de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos envelopes, tem fundamento no § 3º do art. 43 da Lei n. 8.666/93, devendo ser concedido prazo razoável e proporcional ao licitante, com vistas a não prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 3º, caput, da mesma lei. 2. Nas atas das sessões, deve-se registrar todas as ocorrências, incluindo a justificativa para as diligências realizadas, em respeito aos princípios da legalidade e motivação dos atos da Administração. 3. No pregão presencial, após a declaração do vencedor, durante a sessão, os licitantes presentes deverão manifestar-se, imediata e motivadamente, quanto à interposição de recurso, se assim desejarem fazer. Caso contrário, preclusa estará a possibilidade, haja vista que o prazo é decadencial, nos termos dos incisos XVIII e XX, do art. 4º, da Lei n. 10.520/02. 4. O pregão se destaca das demais modalidades de licitação pela possibilidade de, por meio da fase de lances, se obter a proposta mais vantajosa para a Administração. No caso de pregão presencial, se o licitante não está presente na sessão onde está sendo realizado o procedimento, permitir o encaminhamento de propostas e documentos de habilitação via postal desvirtuaria toda a essência e a teleologia do pregão presencial, beneficiando empresas ausentes, em detrimento dos demais, que mandaram seus representantes, em clara afronta ao princípio da isonomia. 5. A Administração deve apresentar justificativa técnica no processo administrativo para os índices contábeis exigidos para a comprovação de qualificação econômico-financeira na fase de habilitação". (TCE-MG - DEN: 862748, Relator: CONS. WANDERLEY ÁVILA, Data de Julgamento: 13/07/2017, Data de Publicação: 07/03/2018) (gn)

Outrossim, na data de reabertura o certame, a Empresa LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELLI manifestou sua discordância com resultado do processo sob o argumento de que o mesmo deveria retornar a fase de lances, e não por não ter havido fase de lances, o que torna latente a ocorrência dessa fase no momento oportuno.

Desta feita, não se pode admitir que, após o transcurso normal do certame, valha-se a Recorrente de meios escusos para almejar a revisão de processo legitimamente concluído.

Ante ao exposto, recebo o presente recurso tão somente no efeito devolutivo e no mérito, **nego-lhe** provimento, mantendo-se incólume a sua conclusão.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Paranatinga/MT, 10 de Dezembro de 2019.

DANIEL SCHILO

Procurador Jurídico

Portaria 447/2017

OAB/MT 9954/MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 131/2019

Contrato nº. 131/2019 – **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Paranatinga; **CONTRATADA:** empresa **SER – SERVIÇO DE ENDOSCOPIA DE RONDONÓPOLIS LTDA - EPP**, **CNPJ: 15.182.709/0001-22**. Objeto: Constitui o objeto da presente Licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na **Prestação de Serviços de Consultas Médicas, Cirurgias e exames, conforme Plano de Ação para Aplicação dos Recursos da Proposta nº 36000214128201800, Portaria GM/MS nº 2604 de 22/08/2018**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Valor**: R$: 21.114,00 (vinte e um mil e cento e quatorze reais).** Vigência: **10/12/2019 A 10/12/2020**. Departamento de Licitações e Contratos, em 11 de dezembro de 2019.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 092/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 092/2019**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de 01 Mini Carregadeira, com cabine fechada, ar condicionado, garantia 12 meses, adquiridos com recursos do Convênio nº 842811/2017 - SUDECO,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.Empresas Vencedoras.

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL
DEFANTE E CAPELOSSA SILVA LTDA	33.086.529/0001-29	R$ 145.000,00

Em 11 de dezembro de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

LICITAÇÃO
RESULTADO DA LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 093/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do pregoeiro nomeado pela portaria nº 009 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados a homologação da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 093/2019**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Recargas de Oxigênio Medicinal**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Empresa Vencedora:

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL (R$)
GL OXIGENIO EIRELI	12.520.836/0001-04	R$ 312.400,00

Em 11 de dezembro de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 132/2019

Contrato nº. 132/2019 – **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Paranatinga; **CONTRATADA:** empresa **CLÍNICA RADIOLÓGICA DR BERTINETTI LTDA**, **CNPJ: 32.970.345/0001-64**. Objeto: Constitui o objeto da presente Licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na **Prestação de Serviços de Consultas Médicas, Cirurgias e exames, conforme Plano de Ação para Aplicação dos Recursos da Proposta nº 36000214128201800, Portaria GM/MS nº 2604 de 22/08/2018**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Valor: **R$: 29.014,81 (vinte e nove mil e quatorze reais e oitenta e um centavos).** Vigência: **10/12/2019 A 10/12/2020**. Departamento de Licitações e Contratos, em 11 de dezembro de 2019.

LICITAÇÃO
CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 002/2019

O **Prefeito Municipal** de Paranatinga – MT, Senhor **Josimar Marques Barbosa**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93 e justificativas que consta nos autos, torna público para conhecimento dos interessados o **CANCELAMENTO** do Processo Licitatório de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2019**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 147/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2018, Processo nº 206/2018, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Prestadora de Serviços de Mão de Obra de Apoio às Atividades Operacionais Subsidiárias, visando atender às necessidades das Secretarias deste Município, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos, Prefeitura Gestora da ATA Município de Rondonópolis-MT, a pedido das secretarias Municipais do Município de Paranatinga-MT. Conforme oficio e parecer jurídico. O procedimento posterior tem base na data do oficio e parecer jurídico do dia 21/11/2019. Em 10 de dezembro de 2019.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA 377.2019 - COMISSÃO ESPECIAL

PORTARIA N° 377 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a instalação de Comissão Especial para apurar ocorrências de realização de despesas sem os devidos procedimentos administrativos, e dá outras providências;

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que toda despesa pública precede de realização de licitação, salvo nos casos em que há exceção ao dever de licitar, para que, ao final, seja cumprido o rito com a consequente liquidação e o respectivo pagamento;

CONSIDERANDO o teor do Art. 59, parágrafo único da Lei n°. 8.666/93, que contempla, no âmbito dos contratos administrativos, o princípio da vedação do enriquecimento sem causa, e o dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos regularmente comprovados;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado pela Construtora e Incorporadora GDN, CNPJ 06286.279/0001-06 requerendo o reconhecimento de prestação de serviços realizados.

RESOLVE:

Artigo 1º - Institui a Comissão Especial para apurar ocorrências de realização de despesas sem os devidos procedimentos administrativos, composta pelos seguintes servidores:

Presidente: **RAFAEL DA SILVA FERREIRA** – inscrito no CPF/MF sob o n° 040.266.721-

Secretário: **DANIEL SCHILO** – inscrito no CPF/MF sob o n° 004.682. 690-45

Membro: **JEAN CARLOS DE ÁVILA E SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.309.981-81.

Artigo 2º - Esta comissão terá prazo de até 30 dias para conclusão dos trabalhos, com emissão de parecer conclusivo sobre a existência da despesa, efetiva prestação de serviços, valor da prestação dos serviços, e a identificação do credor que se acha nesta situação.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, deixando sem efeito a portaria anterior de nº 375/2019.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paranatinga-MT, 11 de dezembro de 2019

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 130/2019

Contrato nº. 130/2019 – **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Paranatinga; **CONTRATADA: SOCIEDADE HOSPITALAR SÃO JOÃO BATISTA**, **CNPJ: 03.128.118/0001-98**. Objeto: Constitui o objeto da presente Licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na **Prestação de Serviços de Consultas Médicas, Cirurgias Eletivas e exames, conforme Plano de Ação para Aplicação dos Recursos da Proposta nº 36000.2141282/01-800, Portaria GM/MS nº 2604 de 22/08/2018**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Valor: **R$: 112. 660,00 (cento e doze mil e seiscentos e sessenta reais).** Vigência: **10/ 12/2019 A 10/12/2020**. Departamento de Licitações e Contratos, em 11 de dezembro de 2019.

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 368/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo:O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de **Pregão Presencial nº 080/2019**, a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas no Artigo 24, Inciso II da Lei 8. 666/93.

Objeto: Constitui o objeto da presente Licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na **Prestação de Serviços de Consultas Médicas, Cirurgias Eletivas e exames, conforme Plano de Ação para Aplicação dos Recursos da Proposta nº 36000.2141282/01-800, Portaria GM/MS nº 2604 de 22/08/2018**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Contratado: SOCIEDADE HOSPITALAR SÃO JOÃO BATISTA, **CNPJ: 03.128.118/0001-98.**

Valor do Contrato: R$: 112.660,00 (cento e doze mil e seiscentos e sessenta reais).

Vigência DO CONTRATO: 10/12/2019 A 10/12/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Luciane Maria Thomas,** Matrícula nº 1923, lotado e representando a Secretaria Municipal de Saúde, Fiscal do Contrato nº **130/2019 – Portaria 368/SLC/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Servidora **Fabiana Cristina de Oliveira Packoski, Matrícula nº. 3923**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 10 de dezembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Luciane Maria Thomas e Fabiana Cristina de Oliveira Packoski, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Luciane Maria Thomas

Fiscal de Contrato

Fabiana Cristina de Oliveira Packoski

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 124/2019

Contrato nº. 124/2019 – **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Paranatinga; **CONTRATADA:** empresa **R. A. PEREIRA ENGENHARIA – ME**, **CNPJ: 33.828.365/0001-68**. Objeto: A Contratação de Empresa Especializada para **Construção da Cozinha, Refeitório e Abrigo de Resíduos Sólidos no Centro de Saúde Irmã Teodora**, com recursos oriundos do contrato de repasse nº 1028513-67/2015/MSAUDE e Recursos Próprios, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital. Valor: **R$: 444.638,91 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e trinta e oito reais e noventa e um centavos).** Vigência: **02/12/2019 A 02/12/2020**. Departamento de Licitações e Contratos, em 11 de dezembro de 2019.

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 369/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo:O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de **Pregão Presencial nº 052/2019**, a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas no Artigo 24, Inciso II da Lei 8. 666/93.

Objeto: Constitui o objeto da presente Licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na **Prestação de Serviços de Consultas Médicas, Cirurgias e exames, conforme Plano de Ação para Aplicação dos Recursos da Proposta nº 36000214128201800, Portaria GM/MS nº 2604 de 22/08/2018**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Contratado: SER – SERVIÇO DE ENDOSCOPIA DE RONDONÓPOLIS LTDA - EPP, CNPJ: 15.182.709/0001-22.

Valor do Contrato: R$: 21.114,00 (vinte e um mil e cento e quatorze reais).

Vigência DO CONTRATO: 10/12/2019 A 10/12/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Luciane Maria Thomas,** Matrícula nº 1923, lotado e representando a Secretaria Municipal de Saúde, Fiscal do Contrato nº **131/2019 – Portaria 369/SLC/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Servidora **Fabiana Cristina de Oliveira Packoski, Matrícula nº. 3923**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 10 de dezembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Luciane Maria Thomas e Fabiana Cristina de Oliveira Packoski, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Luciane Maria Thomas

Fiscal de Contrato

Fabiana Cristina de Oliveira Packoski

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
PORTARIA N.º 370/SLC/2019

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo:O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo de **Pregão Presencial nº 052/2019**, a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas no Artigo 24, Inciso II da Lei 8. 666/93.

Objeto: Constitui o objeto da presente Licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na **Prestação de Serviços de Consultas Médicas, Cirurgias e exames, conforme Plano de Ação para Aplicação dos Recursos da Proposta nº 36000214128201800, Portaria GM/MS nº 2604 de 22/08/2018**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga – MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.

Contratado: CLÍNICA RADIOLÓGICA DR BERTINETTI LTDA, **CNPJ: 32.970.345/0001-64.**

Valor do Contrato: R$: 29.014,81 (vinte e nove mil e quatorze reais e oitenta e um centavos).

Vigência DO CONTRATO: 10/12/2019 A 10/12/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a servidora **Luciane Maria Thomas,** Matrícula nº 1923, lotado e representando a Secretaria Municipal de Saúde, Fiscal do Contrato nº **132/2019 – Portaria 370/SLC/2019,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 006/2011** de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Servidora **Fabiana Cristina de Oliveira Packoski, Matrícula nº. 3923**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 10 de dezembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Luciane Maria Thomas e Fabiana Cristina de Oliveira Packoski, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Luciane Maria Thomas

Fiscal de Contrato

Fabiana Cristina de Oliveira Packoski

Suplente de Fiscal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

AVISO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 052/2019

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através da chefe do departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, conforme Notificação Recomendatória nº 025/2019 da Controladoria Geral do Município de Pedra Preta – MT – CGM, **SUSPENDE** o Processo de Licitação – **Pregão Presencial SRP nº 052/2019**, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA DA GESTÃO BÁSICA DE SAÚDE DE PEDRA PRETA - MT, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO A ESTE EDITAL**. O Município comunicará aos interessados quanto a eventuais retificações ao edital, e nova data de abertura da sessão pública. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br, junto a Comissão Permanente de Licitação.

Pedra Preta – MT, 11 de Dezembro de 2019.

_____

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação

PORTARIA Nº 612/2019 - NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS

DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO DO ENGENHEIRO EFETIVO NA QUALIDADE DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS**, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, **PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1º - NOMEAR o senhor **VITOR CÉSAR SILVA ITACARAMBI**, matrícula: 5486 RG: 1869425-0 SESP/MT, CPF: 037.113.991-00, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, Departamento de Engenharia, na qualidade de **FISCAL DE OBRAS/SERVIÇOS,** do período de início de execução do Contrato até o seu término, inerente à fiscalização do Contrato 008/2019, Dispensa – Art. 24, I, Recursos Próprios, firmado com a Empresa Charles Moraes de Lima, inscrita no CNPJ 32.667.252/0001-65, que tem como objeto: Construção de uma garagem em estrutura metálica, com cobertura de telhas termoacústicas (sem emenda no cumprimento), com pilares de aço fixados em sapatas com 50cm³ (cinquenta centímetros cúbicos), com brocas de no mínimo 1,5m (um metro e meio) no terreno da Câmara Municipal de Pedra Preta – MT, para estacionamento do veículo oficial, bem como dos veículos dos vereadores e servidores.

2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 012/2019 - PAD Nº 011/2019

DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre julgamento do Processo Administrativo n°. 011/2019 instaurado através da Portaria n°. 497/2019 de 09 de Setembro de e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO **a Portaria n°. 497/2019, que instituiu Comissão para atuarem na averiguação da dívida consolidada com a empresa LOPES E DISSEGNA LTDA ME,** em relação ao pagamento pelos serviços funerários prestados;

CONSIDERANDO a conclusão dos trabalhos pela comissão nomeada, a qual exarou relatório final subscrito pelo Presidente, e respectivos membros, encaminhando-o para decisão;

CONSIDERANDO que referida comissão, após regular instrução processual, concluiu que os serviços foram prestados e um remanescente a pagar pelos serviços funerários prestados pela Empresa **LOPES E DISSEGNA LTDA ME** no valor R$ 26.900 (Vinte e seis mil e novecentos).

CONSIDERANDO a vedação ao enriquecimento sem causa da Administração Pública, atuando como óbice ao não pagamento por mercadorias efetivamente recebidas pelo município;

DECIDO:

1º - HOMOLOGAR os trabalhos e o relatório final da Comissão de Processo Administrativo n°. 011/2019, dando por encerrado os trabalhos.

2º - AUTORIZAR o pagamento da quantia R$ 26.900 (Vinte e seis mil e novecentos) à empresa LOPES E DISSEGNA LTDA, em decorrência do efetivo recebimento dos serviços prestados conforme atestado nas notas de empenho acostadas nos autos;

3º - Por fim, deixo de aplicar quaisquer outras penalidades em relação aos fatos apurados pela referida comissão, sem prejuízo da instauração de novo processo, acaso haja o surgimento de fatos supervenientes.

4° - Determino ciência aos interessados.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS ONZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2019.

***JUVENAL PEREIRA BRITO* Prefeito**

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

AVISO EDITAL COMPLEMENTAR 001 2019 AO PREGÃO PRESENCIAL 062/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal nº 505 de 08 de Abril de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizado retificação no Edital de Licitação Pregão Presencial nº **062/2019**, cujo objeto é **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, DO PROGRAMA DE DIABETE MELITTUS E DA UDR RUTH CARDOSO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".** O Edital Complementar 001/2019 está disponível através do site **http://www.peixotodeazevedo.mt.gov.br** ou pessoalmente no endereço e telefone anteriormente citado. Fica mantida a data da sessão pública para às **08:00 horas do dia 16 de Dezembro de 2019**.

Peixoto de Azevedo 11 de Dezembro de 2019.

Emerson Nunes Freitas

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2019

CONTRATO N.º 018/2019

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Contratado: CATARINO PEDROSO DE BARROS - CPF: 172.592.151-00

Objeto: **SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA ZONA URBANA PARA FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO DA CRECHE FABIANO CAPOROSSI DO PRADO.**

Dotação: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -

Valor Global: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Período: 12 meses

Poconé, 06 de dezembro de 2019

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2019

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 033/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: CECI JOTAS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAL EIRELI-ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MOTOBOMBA E MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO DE OFERTA DE ÁGUA EM PONTAL DO ARAGUAIA

DATA DA ASSINATURA: 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ **22.222,50** (VINTE E DOIS MIL DUZENTOS E VINTE E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

ELIZA DE ALVARENGA NAVES

PREGOEIRA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2019

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 16/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 8.666/93

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **VOLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFICIOS LTDA**

OBJETO:O objeto do presente termo é a formação de Registro de Preço, para futura contratação de empresa para a prestação de serviço de administração e gerenciamento informatizado para fornecimento de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos com o fornecimento de peças e acessórios multimarcas, através de redes de estabelecimentos credenciados pela contratada, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão dos veículos da frota oficial do município.

VALOR: R$ 400.040,00 (Quatrocentos mil e quarenta reais)

DATA DA ASSINATURA: 10/12/2019

VIGENCIA:10/12/2020

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019

Processo Licitatório nº 016/2019, Inexigibilidade n.º 002/2019.

A Presidente da Comissão de Licitação, em cumprimento da ratificação procedida pelo Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de INEXIGIBILIDADE a seguir: OBJETO: Contratação de show artístico do Musico Nando Moreno, para apresentação na Abertura da Festa de Família no Município de Ponte Branca – MT.

Favorecido: **THALYTA PEPPES NASCIMENTO PRODUÇÕES E PROMOÇÕES ARTISTICAS**, CNPJ: 18.231.201/0001-65, Valor Global de R$ 25.000,00 (Vinte Cinco Mil Reais). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, Inciso II da Lei nº 8.666/93 e Suas Alterações.

Ponte Branca - MT, 11 de Dezembro de 2019.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2019

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2019

Contratante: Município de Ponte Branca - MT

Promitente Fornecedor: E. B. MOURA & CIA LTDA ME

Objeto: Acréscimo no preço por litro de Gasolina Comum

Valor Registrado Gasolina Comum: R$ 4,94 por litro.

Valor Registrado após reajuste: R$ 5,06 por litro.

Valor Registrado Etanol: R$ 3,19 por litro.

Valor Registrado após reajuste: R$ 3,29 por litro.

Justificativa e Fundamento Legal: A redução promovida por este Termo Aditivo se deve em virtude da redução de preços pela PETROBRÁS e consequentemente pelas Distribuidoras, que os previstos na Ata de Registros de Preços inicial. O presente aditivo encontra embasamento legal no Art. 65, §8º da Lei 8.666/93 e ainda de Acordo com a Ata de Registro de Preços originária

Vigência da Ata: 08/08/2019 A 08/08/2020

Data de assinatura do 2º Termo Aditivo: 11 de Dezembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTINUAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CONTINUAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 51/2019 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeado pela portaria nº. 05/2019 convoca os licitantes para continuidade do certame abaixo descrito: OBJETO REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de 02 VEICULOS - **Veículo 1.6 16V Automática (CVTX – tronic) de 06 velocidades, Motor 4 tempos bicombustível (Flex) Potencia 118 CV (gasolina) e 120 CV (etanol) Ano/Modelo 2019/2020 COR: Branca 4 Portas, Capacidade para 5 passageiros, Porta Malas Cap de 475 litros(mínimo).** A sessão terá continuidade no dia **16/12/2019 as 9h00min**, local: Rua Tocantins nº 1.173, Setor Três Irmãos,– Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT.

Porto Alegre do Norte, 11 de Dezembro de 2019.

Monica Pereira da Silva

Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 042/2019. TORNA-SE PÚBLICO A LEI 893/2019 – " LOA

EDITAL Nº 042/2019.

PORTO ALEGRE DO NORTE, 05 DE DEZEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOEM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte TORNA-SE PÚBLICO A LEI 893/2019 –" LOA - Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Porto Alegre do Norte – MT, para o Exercício Financeiro de 2020 e dá outras providências".

A LEI 893/2019, ficará a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

C U M P R A – S E

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N°. 04/2019

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT Comunica aos interessados que prorrogara a data de abertura da licitação na modalidade de Tomada de Preço nº04/2019 – do tipo menor preço -Global, OBJETO: CONSTRUÇÃO DA FEIRA COBERTA NA AV. JK NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, CONFORME PROJETO BÁSICO E RECURSO ORIUNDO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 864334/2018/SUDECO/CAIXA.Data de Abertura/Recebimento das Propostas/credenciamento/julgamento: prorrogada para dia 24/01/2020 as 9h00min, local: Rua Tocantins nº 1.173, Setor Três Irmãos,– Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT. O Edital completo e projeto básico estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Presidente da CPL

Maria Adriane Teixeira da Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 2.019, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

LEI N.º 2.019/2019 Poxoréu – MT, 09 de dezembro de 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir o bem imóvel que menciona, para fins específicos de saneamento básico.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3.º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

L E I:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado adquirir um imóvel urbano, localizado no Distrito Sede de Poxoréu/MT, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Poxoréu/MT através da Matrícula n.º 1.244, assim descrito:

MATRÍCULA N.º 1.244 – Folha 109 – Ficha 01 – Livro n.º 02 – C.R.I. Poxoréu/MT

"Um imóvel urbano constante de uma casa modelo residencial e respectivo terreno, contendo (04) cômodos e instalação sanitária, situada à Rua Pará, n.º 66, esquina com a praça Dr. João Ponce de Arruda, nesta Cidade e comarca de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, medindo 5 (cinco) metros de frente com igual largura na linha dos fundos, por lados prolongando-se a Barragem Dr. José Fragelli, antigo Rio Areia".

Art. 2.º A referida área destina-se à construção de uma microestação de tratamento de esgoto, a fim de evitar o lançamento direto no meio ambiente de rejeitos domiciliares produzidos próximo ao local de aquisição.

Art. 3.º O valor a ser pago pelo imóvel descrito no artigo 1.º desta Lei é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), consoante avaliação do Setor de Planejamento desta Prefeitura Municipal, a ser pago em parcela única.

Art. 4.º O custeio das aquisições previstas nesta Lei será devidamente incluso no orçamento vigente, por intermédio de leis específicas.

Art. 5.º O valor será pago diretamente ao proprietário do imóvel, constante na Matrícula Imobiliária ou a procurador com poderes suficientes a dar recibo e quitação, outorgados por instrumento público.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 09/12/2019 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 064/2019

REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2019

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se público aos interessados que **no PREGÃO PRESENCIAL 064/2019, REGISTRO DE PREÇOS 060/2019**, tendo como objeto**AQUISIÇÃO FUTURA DE PNEUS, PROTETORES E CÂMARAS DE AR,** cuja a abertura ocorreu as 07:30HS, do dia 10/12/2019, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas.

Sagrou-se vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:

1 – PNEUS BARBOSA LTDA-ME, inscrita no CNPJ n° 14.481.695/0001-85, com valor Total de **R$ 1.020.809,00** (um milhão, vinte mil e oitocentos e nove reais).

2 – D. P. DE SOUZA COMÉRCIO DE PNEUS E BORRACHAS-EPP, inscrita no CNPJ n° 21.711.134/0001-90, com valor Total de **R$ 884.184,00** (oitocentos e oitenta e quatro mil cento e oitenta e quatro reais).

3 – ANDRESSA APARECIDA REBESCHINI RODRIGUES, inscrita no CNPJ n° 35.044.962/0001-27, com valor Total de **R$ 630,00** (seiscentos e trinta reais).

4 – MARIA CRISTINA PERAZZA TAMBORRINO IMP. E EXP. - EPP , inscrita no CNPJ n° 01.312.680/0003-03, com valor Total de **R$ 5.227,00** (cinco mil duzentos e vinte e sete reais).

5 – EL ELYON PNEUS EIRELI-ME, inscrita no CNPJ n° 29.259.420/0001-79, com valor Total de **R$ 118.900,00** (cento e dezoito mil e novecentos reais).

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 11 de dezembro de 2019.

MARCUS JUAN NASCIMENTO ROCHA

SECRETÁRIO CPL

PORTARIA Nº 001/2019

RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO N.º 02 DO EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2019

RETIFICAÇÃO n.º 02 DO EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2019

A **Prefeitura Municipal de POXORÉU**, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.858, de 11 de abril de 2.017, especialmente o disposto no art. 2.º, inciso III, por meio do **CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXOREU – ESCOLA DE GOVERNO**,**RESOLVE RETIFICAR PARA ALTERAR O HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES QUE PASSA-SE A SER:**

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 – As inscrições para provas serão na Secretaria Municipal de Educação, esportes e lazer no período de 23 de dezembro de 2019 a 03 de janeiro de 2020, no horário das 08:00 às 11:00, localizada na Avenida Brasil, s/nº, centro.

Poxoréu, 11 de dezembro de 2019.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 2.020, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

LEI N.º 2.020/2019 Poxoréu/MT, 09 de dezembro de 2019.

Dispõe sobre inclusão, na LDO 2019 e PPA 2018/2021, do Projeto mencionado nesta Lei e dá outras providências.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3.º, incisos IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

L E I:

Art. 1.º Ficam incluídas na LDO 2019 e PPA 2018/2021, as seguintes atividades:

Órgão: 12 - Departamento de Água e Esgoto de Poxoréu o

Unidade: 001 - Departamento de Água e Esgoto de Poxoréu

Projeto: 1027 - Aquisição de Imóveis

Elemento da despesa: 4.4.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis

Valor: R$ 20.000,00

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, em Poxoréu – MT.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal de Poxoréu/MT

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 09/12/2019 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

ASSESSORIA JURÍDICA
LEI MUNICIPAL N.º 2.021, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019.

LEI N.º 2.021/2019 Poxoréu – MT, 09 de dezembro de 2019.

Dispõe sobre autorização ao Executivo Municipal para abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e dá outras providências.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu/MT, no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 57, § 3.º, inciso IV, combinado com o art. 70, IV, V e VI da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Poxoréu aprovou e ele sanciona a seguinte:

L E I:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir, no corrente exercício, crédito adicional especial no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 2.º O crédito citado no artigo anterior será aberto na seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 12 – Departamento de Água e Esgoto de Poxoréu

Unidade: 001 - Departamento de Água e Esgoto de Poxoréu

Projeto: 1027 - Aquisição de Imóveis

Elemento da despesa: 4.4.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis

Valor: R$ 20.000,00

Art. 3.º Para cobertura do crédito citado no art. 2.º, serão utilizados os recursos do cancelamento das dotações abaixo:

Órgão: 12 - Departamento de Água e Esgoto de Poxoréu

Unidade: 001 - Departamento de Água e Esgoto de Poxoréu

Função: 12 - Educação

Projeto/Atividade: 2065 - Manutenção e encargos com o DAE

Elemento da despesa: 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo

Valor: R$ 20.000,00

Art. 4.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu – MT.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 09/12/2019 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
DECRETO N°. 1850/2019 DISPÕE SOBRE RECESSO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO N°. 1850/2019

DATA: 11 DE DEZEMBRO 2019

"DISPÕE SOBRE RECESSO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na lei orgânica do município.

CONSIDERANDO as festividades Natalinas e Confraternizações Universais.

CONSIDERANDO a grande necessidade de contenção de gastos, em virtude das dificuldades financeiras deste município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado o recesso nas repartições Públicas Municipais da Administração direta e indireta a partir do dia 16 de dezembro de 2019 até 31 de janeiro de 2020, excetuando-se os serviços que por sua natureza não permitam paralisação, os considerados serviços emergenciais e essenciais.

Paragrafo Único – Os Servidores que não fazem parte dos considerados serviços emergenciais, deverão ficar à disposição, pois havendo a necessidade não hesitaremos em convocá-los.

Paragrafo Segundo – Os Chefes de Setores deverão cumprir o calendário de exigência dos mesmos.

Paragrafo Terceiro – O recesso não é extensivo aos Secretários Municipais, podendo ser convocados a qualquer momento para retornar ao trabalho.

Art. 2º - O atendimento será diferenciado nos setores e unidades abaixo relacionados:

I - As ESFs e Posto de Saúde (Estratégia Saúde da Família) atenderão da seguinte forma:

a) **ESF II** – (Setor Alvorada) suspenderá o atendimento entre os dias 23 de dezembro de 2019 a 27 de dezembro de 2019 voltando o atendimento normal a partir do dia 30 de dezembro de 2019.

b) **ESF I** (Setor Tangará) suspenderá o atendimento entre os dias 30 de dezembro de 2019, voltando o atendimento normal a partir do dia 06 de janeiro de 2020.

c) Durante o recesso das unidades Básicas de Saúde ESF I e ESF II o atendimento será realizado por sua totalidade na Unidade que estiver aberta, tendo em vista que a mesma atenderá toda a demanda apresentada, independente da Micro-área a qual o paciente pertence. Esse processo acontecerá apenas nos períodos mencionados na alínea anterior, onde após seu encerramento o paciente voltará a procurar a unidade a que pertence.

d) **POSTO DE NOVO PARAÍSO** – Recesso de 23 de dezembro de 2019 a 05 de janeiro de 2020, ficando de plantão para qualquer emergência.

II – **A Farmácia e Regulação** estarão atendendo normalmente no período de recesso, mas com horário diferenciado qual abrange das 09:00hs as 11:00hs.

III – A **Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental, Centro de Reabilitação,** e **Academia da Saúde**, estarão de recesso entre os dias 23 de dezembro de 2019 a 05 de janeiro de 2020.

IV – **O Hospital Municipal Cristo Rei** e o **Laboratório Municipal**, não sofrerá nenhuma interrupção.

V – **A Secretaria Municipal de Trânsito**, **Unidade do SEFAZ** e o **Setor de Arrecadação e Tributação** terão recesso do dia 24 de dezembro de 2019 a 05 de janeiro de 2020, retornando suas atividades normais no dia 06 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 138/2019 SUSPENDE ELEIÇÕES PARA COORDENADORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT

PORTARIA Nº 138/2019

DATA: 10 DE DEZEMBRO DE 2019

"SUSPENDE ELEIÇÕES PARA COORDENADORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO julgamento recente do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)** da ADI 282-1, que declarou inconstitucional o Art. 237, IV da Constituição do Estado de Mato Grosso.

CONSIDERANDO o disposto na Lei de Gestão Democrática n° 5956/2015, sobre a escolha de Diretores e Coordenadores de unidades de ensino municipal.

CONSIDERANDO o Ofício Circular n.º 328/2019 da Promotoria de Justiça Cível Tutela Coletiva da Educação- 8PJC, datado de 08 de novembro de 2019, dando ciência e orientando os Municípios sobre as eleições para cargo de Diretores e Coordenadores de escolas.

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam suspensas as eleições para o Cargo de Coordenadores das Escolas Municipais de Ribeirão Cascalheira ficando, a partir de agora,

sob responsabilidade da Prefeita Municipal nomear e dar posse a todos os Coordenadores de Escolas Municipais

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO CONTRATO 37/2019

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 037/2019

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a empresa ADSERV EMPREENDIMENTOS EIRELI-EPP inscrita no C.N.P.J n.º 28.166.871/0001-07.

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

CLAUSULA PRIMEIRA- ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇOES DE PAGAMENTO

Em decorrência deste Termo Aditivo, o contrato terá um acréscimo no valor R$ 153.134,36(cento e cinquenta e três mil cento e trinta e quatro reais) passando ao valor global para R$ 459.794,04(quatrocentos e cinquenta e nove mil e setecentos e noventa e quatro reais e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA CLAUSULA QUARTA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

Em decorrência deste Termo aditivo, o prazo de execução do presente contrato será prorrogado por mais 02(dois) meses, a partir do dia 01 de janeiro de 2020, passando a expirar em 01 de março de 2020.

ASSINATURA*: 11/12/2019*

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a empresa ADSERV EMPREENDIMENTOS EIRELI-EPP

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

REPUBLICAÇÃO V TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 082/2016

QUINTO TERMO ADITIVO ao contrato de Prestação de Serviços de Contratação de Empresa de Engenharia e Construção Para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal contrato nº 082/2016, que entre si celebram o Município de Ribeirãozinho – MT e Matrix Construções Ltda ME, para os fins que especifica.

Pelo presente aditivo contratual, o Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895.161-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.987.065/0001-99, estabelecida à Rua XV de Novembro Nº 09, Casa Fácil, Ribeirãozinho-MT representada neste ato por Adilson Cambaúva da Silva, brasileiro, portador do RG nº. 22514718-X e do CPF nº. 841.591.111-49, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº. 082/2016, nos termos do Processo Licitatório nº 025/2016, Tomada de Preço nº. 003/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo para vigência e execução de Serviços do Contrato originário nº 082/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica alterado o prazo de execução para Contratação de empresa especializada na área de construção civil, para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia no município de Ribeirãozinho – MT, de acordo com o Termo de Convenio nº 1099/2016 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, sendo acrescido de mais 90 (noventa) dias. O prazo de vigência e execução do referido contrato começa a contar a partir do dia 02 de outubro de 2017, vencendo no dia 02 de janeiro 2018.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas

6.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de Garças, Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento contratual.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ribeirãozinho - MT, 25 de setembro de 2017.

Ronivon Parreira das NevesMATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME

Prefeito Municipal CNPJ: 11.987.065/0001-99

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

---------- ----------

Maria Auxiliadora Cardoso Souza Marcos Vinicius C. Lopes

CPF: 834.559.571-53 CPF: 038.355.951-05

_____

Assessoria Jurídica

REPUBLICAÇÃO IX TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 082/2016

NONO TERMO ADITIVO ao contrato de Prestação de Serviços de Contratação de Empresa de Engenharia e Construção Para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal contrato nº 082/2016, que entre si celebram o Município de Ribeirãozinho – MT e Matrix Construções Ltda ME, para os fins que especifica.

Pelo presente aditivo contratual, o Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895.161-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.987.065/0001-99, estabelecida à Rua XV de Novembro Nº 09, Casa Fácil, Ribeirãozinho-MT representada neste ato por Adilson Cambaúva da Silva, brasileiro, portador do RG nº. 22514718-X e do CPF nº. 841.591.111-49, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº. 082/2016, nos termos do Processo Licitatório nº 025/2016, Tomada de Preço nº. 003/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo para vigência e execução de Serviços do Contrato originário nº 082/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica alterado o prazo de execução para Contratação de empresa especializada na área de construção civil, para Reforma e Ampliação do Hos-

pital Municipal Nossa Senhora da Abadia no município de Ribeirãozinho – MT, de acordo com o Termo de Convenio nº 1099/2016 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, sendo acrescido de mais 90 (noventa) dias. O prazo de vigência e execução do referido contrato começa a contar a partir do dia 02 de outubro de 2018, vencendo no dia 02 de janeiro 2019.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas

6.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de Garças, Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento contratual.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ribeirãozinho - MT, 26 de setembro de 2018.

Ronivon Parreira das NevesMATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME

Prefeito Municipal CNPJ: 11.987.065/0001-99

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

---------- ----------

Maria Auxiliadora Cardoso Souza Marcos Vinicius C. Lopes

CPF: 834.559.571-53 CPF: 038.355.951-05

_____

Assessoria Jurídica

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº020/2019

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 460/07 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇOPOR ITEM, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA ENTREGA PARCELADA DE COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES**, destinados ao abastecimento direto na bomba de combustível da proponente (contratada) e manutenção da frota municipal, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência. **As propostas** e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Rua Antônio João, 156, no dia 23/12/2019 às 09h00minsendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3415 1207/1129.

Ribeirãozinho - MT, 11 de dezembro de 2019.

Maria Auxiliadora Cardoso Souza

Pregoeira

REPUBLICAÇÃO XIII TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 082/2016

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO ao contrato de Prestação de Serviços de Contratação de Empresa de Engenharia e Construção Para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal contrato nº 082/2016, que entre si celebram o Município de Ribeirãozinho – MT e Matrix Construções Ltda ME, para os fins que especifica.

Pelo presente aditivo contratual, o Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15. 943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895. 161-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.987.065/0001-99, estabelecida à Rua XV de Novembro Nº 09, Casa Fácil, Ribeirãozinho-MT representada neste ato por Adilson Cambaúva da Silva, brasileiro, portador do RG nº. 22514718-X e do CPF nº. 841.591.111-49, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº. 082/2016, nos termos do Processo Licitatório nº 025/2016, Tomada de Preço nº. 003/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo para vigência e execução de Serviços do Contrato originário nº 082/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica alterado o prazo de execução para Contratação de empresa especializada na área de construção civil, para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia no município de Ribeirãozinho – MT, de acordo com o Termo de Convenio nº 1099/2016 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, sendo acrescido de mais 90 (noventa) dias. O prazo de vigência e execução do referido contrato começa a contar a partir do dia 02 de outubro de 2019, vencendo no dia 02 de janeiro 2020.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas

6.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de Garças, Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento contratual.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ribeirãozinho - MT, 26 de setembro de 2019.

Ronivon Parreira das NevesMATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME

Prefeito Municipal CNPJ: 11.987.065/0001-99

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

---------- ----------

Maria Auxiliadora Cardoso Souza Marcos Vinicius C. Lopes

CPF: 834.559.571-53 CPF: 038.355.951-05

_____

Assessoria Jurídica

REPUBLICAÇÃO XII TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 082/2016

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO ao contrato de Prestação de Serviços de Contratação de Empresa de Engenharia e Construção Para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal contrato nº 082/2016, que entre si celebram o Município de Ribeirãozinho – MT e Matrix Construções Ltda ME, para os fins que especifica.

Pelo presente aditivo contratual, o Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15. 943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Se-

nhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895. 161-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.987.065/0001-99, estabelecida à Rua XV de Novembro Nº 09, Casa Fácil, Ribeirãozinho-MT representada neste ato por Adilson Cambaúva da Silva, brasileiro, portador do RG nº. 22514718-X e do CPF nº. 841.591.111-49, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº. 082/2016, nos termos do Processo Licitatório nº 025/2016, Tomada de Preço nº. 003/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo para vigência e execução de Serviços do Contrato originário nº 082/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica alterado o prazo de execução para Contratação de empresa especializada na área de construção civil, para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia no município de Ribeirãozinho – MT, de acordo com o Termo de Convenio nº 1099/2016 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, sendo acrescido de mais 90 (noventa) dias. O prazo de vigência e execução do referido contrato começa a contar a partir do dia 02 de julho de 2019, vencendo no dia 02 de outubro 2019.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas

6.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de Garças, Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento contratual.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ribeirãozinho - MT, 26 de junho de 2019.

Ronivon Parreira das NevesMATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME

Prefeito Municipal CNPJ: 11.987.065/0001-99

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

---------- ----------

Maria Auxiliadora Cardoso Souza Marcos Vinicius C. Lopes

CPF: 834.559.571-53 CPF: 038.355.951-05

_____

Assessoria Jurídica

REPUBLICAÇÃO XI TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 082/2016

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao contrato de Prestação de Serviços de Contratação de Empresa de Engenharia e Construção Para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal contrato nº 082/2016, que entre si celebram o Município de Ribeirãozinho – MT e Matrix Construções Ltda ME, para os fins que especifica.

Pelo presente aditivo contratual, o Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15. 943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895. 161-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.987.065/0001-99, estabelecida à Rua XV de Novembro Nº 09, Casa Fácil, Ribeirãozinho-MT representada neste ato por Adilson Cambaúva da Silva, brasileiro, portador do RG nº. 22514718-X e do CPF nº. 841.591.111-49, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº. 082/2016, nos termos do Processo Licitatório nº 025/2016, Tomada de Preço nº. 003/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo para vigência e execução de Serviços do Contrato originário nº 082/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica alterado o prazo de execução para Contratação de empresa especializada na área de construção civil, para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia no município de Ribeirãozinho – MT, de acordo com o Termo de Convenio nº 1099/2016 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, sendo acrescido de mais 90 (noventa) dias. O prazo de vigência e execução do referido contrato começa a contar a partir do dia 02 de abril de 2019, vencendo no dia 02 de julho 2019.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas

6.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de Garças, Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento contratual.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ribeirãozinho - MT, 26 de março de 2019.

Ronivon Parreira das NevesMATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME

Prefeito Municipal CNPJ: 11.987.065/0001-99

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

---------- ----------

Maria Auxiliadora Cardoso Souza Marcos Vinicius C. Lopes

CPF: 834.559.571-53 CPF: 038.355.951-05

_____

Assessoria Jurídica

PUBLICAÇÃO X TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 082/2016

DÉCIMO TERMO ADITIVO ao contrato de Prestação de Serviços de Contratação de Empresa de Engenharia e Construção Para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal contrato nº 082/2016, que entre si celebram o Município de Ribeirãozinho – MT e Matrix Construções Ltda ME, para os fins que especifica.

Pelo presente aditivo contratual, o Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15. 943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895. 161-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e MATRIX CONS-

TRUÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.987.065/0001-99, estabelecida à Rua XV de Novembro Nº 09, Casa Fácil, Ribeirãozinho-MT representada neste ato por Adilson Cambaúva da Silva, brasileiro, portador do RG nº. 22514718-X e do CPF nº. 841.591.111-49, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº. 082/2016, nos termos do Processo Licitatório nº 025/2016, Tomada de Preço nº. 003/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo para vigência e execução de Serviços do Contrato originário nº 082/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica alterado o prazo de execução para Contratação de empresa especializada na área de construção civil, para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia no município de Ribeirãozinho – MT, de acordo com o Termo de Convenio nº 1099/2016 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, sendo acrescido de mais 90 (noventa) dias. O prazo de vigência e execução do referido contrato começa a contar a partir do dia 02 de janeiro de 2019, vencendo no dia 02 de abril 2019.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas

6.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de Garças, Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento contratual.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ribeirãozinho - MT, 26 de dezembro de 2018.

Ronivon Parreira das NevesMATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME

Prefeito Municipal CNPJ: 11.987.065/0001-99

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

---------- ----------

Maria Auxiliadora Cardoso Souza Marcos Vinicius C. Lopes

CPF: 834.559.571-53 CPF: 038.355.951-05

_____

Assessoria Jurídica

REPUBLICAÇÃO VIII TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 082/2016

OITAVO TERMO ADITIVO ao contrato de Prestação de Serviços de Contratação de Empresa de Engenharia e Construção Para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal contrato nº 082/2016, que entre si celebram o Município de Ribeirãozinho – MT e Matrix Construções Ltda ME, para os fins que especifica.

Pelo presente aditivo contratual, o Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15. 943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895. 161-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.987.065/0001-99, estabelecida à Rua XV de Novembro Nº 09, Casa Fácil, Ribeirãozinho-MT representada neste ato por Adilson Cambaúva da Silva, brasileiro, portador do RG nº. 22514718-X e do CPF nº. 841.591.111-49, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº. 082/2016, nos termos do Processo Licitatório nº 025/2016, Tomada de Preço nº. 003/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo para vigência e execução de Serviços do Contrato originário nº 082/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica alterado o prazo de execução para Contratação de empresa especializada na área de construção civil, para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia no município de Ribeirãozinho – MT, de acordo com o Termo de Convenio nº 1099/2016 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, sendo acrescido de mais 90 (noventa) dias. O prazo de vigência e execução do referido contrato começa a contar a partir do dia 02 de julho de 2018, vencendo no dia 02 de outubro 2018.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas

6.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de Garças, Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento contratual.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ribeirãozinho - MT, 26 de junho de 2018.

Ronivon Parreira das NevesMATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME

Prefeito Municipal CNPJ: 11.987.065/0001-99

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

---------- ----------

Maria Auxiliadora Cardoso Souza Marcos Vinicius C. Lopes

CPF: 834.559.571-53 CPF: 038.355.951-05

_____

Assessoria Jurídica

REPUBLICAÇÃO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 082/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao contrato de Prestação de Serviços de Contratação de Empresa de Engenharia e Construção Para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal contrato nº 082/2016, que entre si celebram o Município de Ribeirãozinho – MT e Matrix Construções Ltda ME, para os fins que especifica.

Pelo presente aditivo contratual, o Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895.161-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.987. 065/0001-99, estabelecida à Rua XV de Novembro Nº 09, Casa Fácil, Ribeirãozinho-MT representada neste ato por Adilson Cambaúva da Silva, brasileiro, portador do RG nº. 22514718-X e do CPF nº. 841.591.111-49,

doravante denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº. 082/2016, nos termos do Processo Licitatório nº 025/2016, Tomada de Preço nº. 003/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo para vigência e execução de Serviços do Contrato originário nº 082/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica alterado o prazo de execução para Contratação de empresa especializada na área de construção civil, para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia no município de Ribeirãozinho – MT, de acordo com o Termo de Convenio nº 1099/2016 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, sendo acrescido de mais 90 (noventa) dias. O prazo de vigência e execução do referido contrato começa a contar a partir do dia 02 de janeiro de 2017, vencendo no dia 02 de abril 2017.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas

6.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de Garças, Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento contratual.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ribeirãozinho - MT, 02 de janeiro de 2017.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME

Prefeito Municipal CNPJ: 11.987.065/0001-99

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

---------- ----------

Maria Auxiliadora Cardoso Souza Marcos Vinicius C. Lopes

CPF: 834.559.571-53 CPF: 038.355.951-05

_____

Assessoria Jurídica

REPUBLICAÇÃO VII TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 082/2016

SÉTIMO TERMO ADITIVO ao contrato de Prestação de Serviços de Contratação de Empresa de Engenharia e Construção Para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal contrato nº 082/2016, que entre si celebram o Município de Ribeirãozinho – MT e Matrix Construções Ltda ME, para os fins que especifica.

Pelo presente aditivo contratual, o Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15. 943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895. 161-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.987.065/0001-99, estabelecida à Rua XV de Novembro Nº 09, Casa Fácil, Ribeirãozinho-MT representada neste ato por Adilson Cambaúva da Silva, brasileiro, portador do RG nº. 22514718-X e do CPF nº. 841.591.111-49, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº. 082/2016, nos termos do Processo Licitatório nº 025/2016, Tomada de Preço nº. 003/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo para vigência e execução de Serviços do Contrato originário nº 082/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica alterado o prazo de execução para Contratação de empresa especializada na área de construção civil, para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia no município de Ribeirãozinho – MT, de acordo com o Termo de Convenio nº 1099/2016 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, sendo acrescido de mais 90 (noventa) dias. O prazo de vigência e execução do referido contrato começa a contar a partir do dia 02 de abril de 2018, vencendo no dia 02 de julho 2018.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas

6.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de Garças, Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento contratual.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ribeirãozinho - MT, 26 de março de 2018.

Ronivon Parreira das NevesMATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME

Prefeito Municipal CNPJ: 11.987.065/0001-99

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

---------- ----------

Maria Auxiliadora Cardoso Souza Marcos Vinicius C. Lopes

CPF: 834.559.571-53 CPF: 038.355.951-05

_____

Assessoria Jurídica

REPUBLICAÇÃO VI TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 082/2016

SEXTO TERMO ADITIVO ao contrato de Prestação de Serviços de Contratação de Empresa de Engenharia e Construção Para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal contrato nº 082/2016, que entre si celebram o Município de Ribeirãozinho – MT e Matrix Construções Ltda ME, para os fins que especifica.

Pelo presente aditivo contratual, o Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15. 943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895. 161-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.987.065/0001-99, estabelecida à Rua XV de Novembro Nº 09, Casa Fácil, Ribeirãozinho-MT representada neste ato por Adilson Cambaúva da Silva, brasileiro, portador do RG nº. 22514718-X e do CPF nº. 841.591.111-49, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº. 082/2016, nos termos do Processo Licitatório nº 025/2016, Tomada de Preço nº. 003/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo para vigência e execução de Serviços do Contrato originário nº 082/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica alterado o prazo de execução para Contratação de empresa especializada na área de construção civil, para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia no município de Ribeirãozinho – MT, de acordo com o Termo de Convenio nº 1099/2016 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, sendo acrescido de mais 90 (noventa) dias. O prazo de vigência e execução do referido contrato começa a contar a partir do dia 02 de janeiro de 2018, vencendo no dia 02 de abril 2018.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas

6.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de Garças, Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento contratual.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ribeirãozinho - MT, 26 de dezembro de 2017.

Ronivon Parreira das NevesMATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME

Prefeito Municipal CNPJ: 11.987.065/0001-99

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

---------- ----------

Maria Auxiliadora Cardoso Souza Marcos Vinicius C. Lopes

CPF: 834.559.571-53 CPF: 038.355.951-05

_____

Assessoria Jurídica

REPUBLICAÇÃO III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 082/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO ao contrato de Prestação de Serviços de Contratação de Empresa de Engenharia e Construção Para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal contrato nº 082/2016, que entre si celebram o Município de Ribeirãozinho – MT e Matrix Construções Ltda ME, para os fins que especifica.

Pelo presente aditivo contratual, o Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895.161-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.987.065/0001-99, estabelecida à Rua XV de Novembro Nº 09, Casa Fácil, Ribeirãozinho-MT representada neste ato por Adilson Cambaúva da Silva, brasileiro, portador do RG nº. 22514718-X e do CPF nº. 841.591.111-49, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº. 082/2016, nos termos do Processo Licitatório nº 025/2016, Tomada de Preço nº. 003/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo para vigência e execução de Serviços do Contrato originário nº 082/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica alterado o prazo de execução para Contratação de empresa especializada na área de construção civil, para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia no município de Ribeirãozinho – MT, de acordo com o Termo de Convenio nº 1099/2016 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, sendo acrescido de mais 90 (noventa) dias. O prazo de vigência e execução do referido contrato começa a contar a partir do dia 02 de abril de 2017, vencendo no dia 02 de julho 2017.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas

6.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de Garças, Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento contratual.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ribeirãozinho - MT, 23 de março de 2017.

Ronivon Parreira das NevesMATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME

Prefeito Municipal CNPJ: 11.987.065/0001-99

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

---------- ----------

Maria Auxiliadora Cardoso Souza Marcos Vinicius C. Lopes

CPF: 834.559.571-53 CPF: 038.355.951-05

_____

Assessoria Jurídica

IV TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 082/2016

QUARTO TERMO ADITIVO ao contrato de Prestação de Serviços de Contratação de Empresa de Engenharia e Construção Para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal contrato nº 082/2016, que entre si celebram o Município de Ribeirãozinho – MT e Matrix Construções Ltda ME, para os fins que especifica.

Pelo presente aditivo contratual, o Município de Ribeirãozinho - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa á Rua Antônio João, 156, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 15.943.434/0001-00, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Ronivon Parreira das Neves, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Colônia Couto Magalhães, nesta cidade de Ribeirãozinho - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 1133902-0 SJ/MT e CPF sob n.º 931.895.161-20, doravante denominado de CONTRATANTE, e MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.987.065/0001-99, estabelecida à Rua XV de Novembro Nº 09, Casa Fácil, Ribeirãozinho-MT representada neste ato por Adilson Cambaúva da Silva, brasileiro, portador do RG nº. 22514718-X e do CPF nº. 841.591.111-49, doravante denominada de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº. 082/2016, nos termos do Processo Licitatório nº 025/2016, Tomada de Preço nº. 003/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo para vigência e execução de Serviços do Contrato originário nº 082/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

2.1 – Fica alterado o prazo de execução para Contratação de empresa especializada na área de construção civil, para Reforma e Ampliação do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia no município de Ribeirãozinho – MT, de acordo com o Termo de Convenio nº 1099/2016 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, sendo acrescido de mais 90 (noventa) dias. O prazo de vigência e execução do referido contrato começa a contar a partir do dia 02 de julho de 2017, vencendo no dia 02 de outubro 2017.

CLAUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas

6.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Barra de Garças, Estado de Mato Grosso, para dirimir dúvidas acaso surgidas em decorrência da execução do presente instrumento contratual.

E por estarem justos e contratados, as partes passam assinar o presente instrumento por si e/ou seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma rubricados para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ribeirãozinho - MT, 25 de junho de 2017.

Ronivon Parreira das Neves MATRIX CONSTRUÇÕES LTDA ME

Prefeito Municipal CNPJ: 11.987.065/0001-99

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

---------- ----------

Maria Auxiliadora Cardoso Souza Marcos Vinicius C. Lopes

CPF: 834.559.571-53 CPF: 038.355.951-05

_____

Assessoria Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0123/2019-SEMUSA, DE 20/09/2019. MODALIDADE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2019 - SRP.

OBJETO: *Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos da farmácia básica, uso hospitalar e material penso de uso hospitalar e medicamentos*

de auto custo do componente especializado, para atender as necessidades dos pacientes que são atendidos na UBS do município de Rondolândia-MT.

ASSUNTO: homologação. Adjudicação. Fundamento*: inciso V e VI do art. 7º,* **do Decreto** *Municipal* nº 1.670, de 1 de Outubro de 2019, subsidiariamente, neste caso, o Decreto Federal nº n.º 3.555, de 2000 e Cláusula 16 do Edital PE nº 042/2019.

1 - RELATÓRIO

Decisão do Prefeito Municipal sobre a legalidade e licitude do certame, tudo com fundamento nos inciso VI do artigo 7º do Decreto Municipal nº 1. 670, de 1 de outubro de 2019, art. 4º da Lei nº 10.520 de 2002 e Decreto Federal n.º 3.555, de 2000 c/c com inciso XXX do art. 70, da Lei Orgânica do Município e normas do Edital de Pregão Eletrônico nº 042/2019-SRP.

O Certame Pregão foi realizado pelo Sistema de Registro de Preços com fundamento no Decreto Municipal nº 1.067 de 27 de março de 2015 alterado pelo Decreto Municipal nº 1.149, de 13 de janeiro de 2016 que regula do SRP, na modalidade eletrônica com fulcro no Decreto Municipal nº 1. 670 de 1 de Outubro de 2019, subsidiariamente com o Decreto Federal n. 3.555 de 2000.

Modalidade adotada, pregão eletrônico, nos termos definidos Decreto Municipal nº 1.670 de 1 de Outubro de 2019 e na Lei nº 10.520 de 2002. Registrado no Sistema compras/Betha como Pregão Eletrônico nº 039/2019 - SRP tendo como objeto *Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos de auto custo do componente especializado, para atender as necessidades dos pacientes que são atendidos na UBS do município de Rondolândia-MT.*

Nos termos do Decreto Municipal nº 1.670 de 2019, instruído, constam as peças essenciais da fase preparatória (interna), tais como: solicitação do titular da Secretaria Municipal de Saúde, acompanhada do termo de referência com a sua aprovação; justificativa da secretaria requisitante; edital contendo os critérios de aceitação das propostas, exigências de habilitação, sanções aplicáveis, prazos e condições de contratação, dentre outros; Coleta ampla dos preços praticados no mercado (atas de registros de preços de outros órgãos e poderes públicos, sitio eletrônico do TCE/MT, termos de referências de outros municípios, relatório de cotação do banco de preços), em sintonia com o informado no Acordão n.º 868/2013-Planario TCU; parâmetro de preços por media estimativa; Justificativa de opção pela modalidade pregão eletrônico; justificativa da exclusividade para ME's, EPP's e equiparados; justificativa da dispensa da indicação da reserva Orçamentária, autorização do ordenador de despesas e etc., tudo, também em consonância com o Decreto Municipal n.º 1.067 de 2015 alterado pelo Decreto nº 1.149 de 2016 (SRP), fls. 02-1.511.

Igualmente, o valor estimado global (art. 24, inc. III, Decreto n. 1.670-19), considerando a cesta de preços informado para todos os itens e prazo da licitação, restou fixado em R$ 838.587,61 (oitocentos e trinta e oito mil quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta e um centavos), fls.1.312-1.493 .

Ainda, instruindo a fase preparatória (interna) do certame (art. 24, inc. IX, Decreto n. 1.670-19), juntado em atendimento ao art. 38 parágrafo único da Lei n.º 8666 de 1993, parecer jurídico nº 43/PGM/GAB/2019 do órgão de assessoria jurídica (fls. 1.639-1.652), contendo a aprovado do edital de Pregão Eletrônico n.º 042/2019 - Sistema de Registro de Preços, que se encontra encartado de fls.1.550-1.627 com seus anexos, sendo, o termo de referência consolidado juntado de fls. 1.581-1.607 e a minuta da Ata de Registro de Preços de fls. 1.628-1.636, integrantes. (art. 24, inc. VII e VIII, Decreto n. 1.670-19).

Na data de 12/11/2019 deu-se início a fase externa do certame com a publicação do extrato do edital de chamamento público (fl. 1.681), inicialmente afixado nos murais de avisa do Paço e Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no §1º. A, do art. 89 da Lei Orgânica do Munícipio e, publicados no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, Ed.3.356, Ano XIV, de 13/11/2019, p. 236; Diário Oficial do Estado, Ed. nº 27.631, de 13/11/2019, p. 87; DOU Ed. 220 de 13/11/2019, pg 233, Jornal do Estado do Mato Grosso – Esportes de 13/11/2019, pg 14, meio eletrônico no portal eletrônico do Município no endereço www.rondolandia.mt.gov.br, banner transparência: *fly/betha* endereço https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-007/con_licitações.faces, e portal de serviços do TCE/MT, (fls. 3.737).

A data designada para o recebimento e julgamento das propostas foi o dia 28/11/2019, portanto, igualmente, vê-se por cumprido o disposto no inciso V, do art. 4º, da Lei n.º 10.520 de 2002 e inciso III do art. 11 do Decreto nº 3.555 de 2000 e §3º art. 12 do Decreto Municipal nº 1.670 de 2019, uma vez que, tratando-se da modalidade pregão, o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação dos avisos, não foi inferior a 8 (oito) dias úteis.

A abertura da sessão pública destinada ao credenciamento, recebimento e julgamento das propostas ocorreu dia 28/11/2019, as 9h00min (horário de Brasília), conforme previsto no instrumento convocatório.

Credenciados/habilitados: **ATECNOMED ASSISTENCIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – CNPJ: 13.977.860/0001-21, COVAN COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DO NORTE LTDA.**

–CNPJ: 02.475.985/0001-37, DMC DISTRIBUIDORAS, COMERCIO D MEDICAMENTOS EIRELI – CNPJ: 16.970.999/0001-31, EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ: 14.905.502/0001-76, **FENIX COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA –CNPJ: 33.398.831/0001-12**, **G.M.VALENCIA PRODUTOS HOSPITALARES-ME – CNPJ: 23.420.875/0001-48**, **JNI MEDICAMENTOS E HOSPITALARES EIRELI – CNPJ: 30.153.492/0001-16**, **LIGIA MARIA CARNEIRO ME – CNPJ: 29.228.930/0001-89, LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ:26.419.311/0001-83**, **MEDICAL COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA – CNPJ: 30.511.964/0001-65, ORTOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI – CNPJ: 33.673.687/0001-85, SANTO REMÉDIO COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR EIRELI – CNPJ: 28.643.008/0001-95, TERRA SUL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. – CNPJ: 32.364.822/0001-48**, conforme documentos encartados de fls. 1.691-1.839 e 2.155-3.159 e Ata de fls. 3.160-3.419 (art. 24, inc. X, Decreto n. 1.670-19). Resultado da proposta final, fls. 3.677-3680.

Em consonância como inciso XI, do art. 24 do Decreto n. 1.670-19, constam: licitantes participantes, propostas apresentadas, lances ofertados na ordem de classificação, aceitabilidade da proposta de preço, habilitação, resultado final, adequação das propostas, respectivas análises e decisões, adjudicação, comprovantes das publicações. (fls. 3.726-3.734). Retificação da descrição do item (fls. 3.402). Atas pregoeira, fls. 3.160-3.419.

Validação das CND's, fls. 3.464-3.676. Adjudicação, temos de fls. 3.691-3.704. Relação dos participantes e respectivos vencedores, por itens, fls. 3.706-3.722.

Este é o relatório.

2 - DECISÃO:

O pronunciamento do Prefeito Municipal acerca da regularidade formal ou não do certame, as práticas da Pregoeira e sua equipe de apoio, condutas dos licitantes e demais atos, tratando-se da modalidade pregão eletrônico, estatui o art. 7º, inciso V e VI do Decreto Municipal nº 1.670, de 2019, que dispõe sobre o rregulamento do pregão eletrônico:

Art. 7º À autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas na legislação de regência, cabe:

(...)

VI - homologar o resultado da licitação;

2.1 – DA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME

A licitação Pregão Eletrônico nº 042/2019-SRP apresenta condições favoráveis para a homologação, uma vez que ressai do acervo dos documentos encartados e as rotinas e procedimentos que a pregoeira, sua equipe de apoio e demais envolvidos com o certame, evidenciam o cumprimento com os princípios aplicáveis a licitação, a vinculação ao edital e aos ditames da Legislação de Regência, especialmente aos da legalidade em todos os seus termos, inclusive edital.

Por essa razões, com esteio nas peças encartadas aos autos do processo administrativo e com fundamento no art. 7º, inciso VI do Decreto Municipal 1.670 de 2019 e com subsidio, neste caso, do Decreto Federal n.º 3.555, de 2000 c/c com inciso XXX do art. 70, da Lei Orgânica do Município, confirmo e valido o termo de adjudicação encartado de fls. 3.691-3.704 e HOMOLOGO os valores do certame Pregão Eletrônico nº 042/2019-SRP, em favor dos licitantes correspondente aos **itens:**

08, 78, 79, 80, 115, 125, 303, 306, 311, 317, 348 e 349a empresa: **Exclusiva Distribuidora de Medicamentos LTDA, CNPJ: 14.905.502/0001-76,** com a proposta final perfazendo um valor **R$ 17.650,90** (Dezessete mil e seiscentos e cinquenta reais e noventa centavos), dos itens: 100, 128, 134, 138 e 334 a empresa: **DMC Distribuidora, Comércio de Medicamentos Eireli, CNPJ: 16.970.999/0001-31,** com a proposta final perfazendo um valor de **R$ 54.324,50** (Cinquenta e quatro mil e trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), dos itens: 146, 168, 169, 170, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 185, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 201, 202, 203, 204, 212, 220, 226, 227, 231 e 301 a empresa: **Covan Comercio Varejista e Atacadista do Norte LTDA, CNPJ: 02.475.985/0001-37,** com a proposta final perfazendo um valor **R$ 15.773,25** (Quinze mil e setecentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos), dos itens: 140, 141, 142, 143, 184, 269, 270 e 310 a empresa: **Atecnomed Assistência e Comercio de Produtos Hospitalares Eireli, CNPJ: 13.977.860/0001-21,** com a proposta final perfazendo um valor de **R$ 7.412,70** (Sete mil e quatrocentos e doze reais e setenta centavos), dos itens: 11, 25, 39, 106, 171, 172, 229, 230, 246, 260 e 287 a empresa: **G.M. Valencia Produtos Hospitalares -ME, CNPJ: 23.420.875/0001-48,** com a proposta final perfazendo um valor de **R$ 6.370,64** (Seis mil e trezentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos), dos itens: 135, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 182, 222, 223, 224, 225, 232, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 256, 259, 262, 263 e 274 a empresa: **Medical Comércio de Cosméticos LTDA, CNPJ: 30.511.964/0001-65,** com a proposta final perfazendo um valor de **R$ 65.185,65** (Sessenta e cinco mil e cento e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), dos itens: 01, 10, 12, 18, 22, 31, 43, 44, 45, 48, 52, 54, 55, 61, 64, 65, 71, 72, 91, 93, 94, 97, 98, 109, 110, 268, 282 e 343 a empresa: **Santo Remédio Comércio de Produtos Medico - Hospitalar Eireli , CNPJ: 28.643.008/0001-95,** com a proposta final perfazendo um valor de **R$ 56.183,20** (Cinquenta e seis mil e cento e oitenta e três reais e vinte centavos), dos itens: 03, 13, 26, 27, 34, 42, 51, 56, 69, 74, 77, 84, 104, 113, 118, 123, 126, 131, 132 e 336 a empresa: **Lumann Distribuidora de Medicamentos LTDA, CNPJ: 26.419.311/0001-83,** com a proposta final perfazendo um valor de **R$ 27.972,00** (Vinte e sete mil e novecentos e setenta e dois reais), dos itens: 05, 06, 09, 15, 28, 30, 35, 37, 40, 50, 53, 57, 59, 60, 67, 70, 73, 76, 81 ,82 ,83 ,86 ,87, 117, 122, 124, 127, 129, 243, 265, 267, 272 ,273, 275, 276, 278, 279, 283, 286 ,288, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 302, 304, 305, 308, 309, 312, 313, 314, 315, 316, 318, 319, 320, 324, 326, 328, 329, 330, 333, 340, 352 e 360 a empresa: **JNI Medicamentos e Hospitalares Eireli, CNPJ: 30.153.492/0001-16,** com a proposta final perfazendo um valor de **R$ 105.329,52** (Cento e cinco mil e trezentos e vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos), dos itens: 02, 04, 17, 19, 20, 21, 24, 29, 32, 33, 36, 38, 41, 46, 47, 49, 63, 66, 75, 88, 95, 101, 102, 107, 111, 112, 331, 335, 338, 345, 346, 350, 353, 358 e 359 a empresa: **Ligia Maria Carneiro -ME, CNPJ: 29.228.930/0001-89,** com a proposta final perfazendo um valor de **R$ 46.247,92** (Quarenta e seis mil e duzentos e quarenta e sete reais e noventa e dois centavos), dos itens: 23, 99, 137, 144, 145, 165, 173, 174, 188, 195, 198, 199, 200, 205, 206, 207, 208, 209, 233, 234, 235, 236, 257, 261, 280 e 325 a empresa: **Ortomed Comercio de Produtos Médicos Hospitalares Eireli, CNPJ: 33.673.687/0001-85,** com a proposta final perfazendo um valor de **R$ 11.555,73** (Onze mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e setenta e três centavos), dos itens: 58, 89, 92, 164, 248, 252, 253, 254, 255, 258, 271, 292, 307, 322 e 323 a empresa: **Terra Sul Comércio de Medicamentos LTDA, CNPJ: 32.364.822/0001-48,** com a proposta final perfazendo um valor de **R$ 24.187,50** (Vinte e quatro mil e cento e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e dos itens: 136, 154, 155, 156, 250, 251 e 264 a empresa: **Fênix Comércio de Produtos Hospitalares LTDA, CNPJ: 33.398,831/0001-12,** com a proposta final perfazendo um valor de **R$ 10.362,60** (Dez mil e trezentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos), totalizando o valor global da licitação de **R$ 448.556,11** (Quatrocentos e quarenta e oito mil e quinhentos e cinquenta e seis reais e onze centavos).

Não obtivemos sucesso em homologar os Itens: 07, 14, 16, 68, 85, 90, 96, 114, 119, 120, 121, 186, 187, 189, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 228, 237, 247, 266, 281, 284, 285, 301, 332, 337 e 343, tornando os itens "fracassado" do certame, ou seja, Itens não adjudicados/homologados.

Informe a Secretaria solicitante.

Publique para que surta seus efeitos.

Rondolândia – MT, 11 de dezembro de 2019.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.693/GAB/PMR, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

PODER EXECUTIVO

Dá nova redação aos incisos II e III do artigo 12, do Decreto n. 1.670, de 16 de Setembro de 2019, dando outras providências.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 70, inciso IV da Lei Orgânica, e tendo em vista a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e

Considerando a Lei Municipal n. 95, de 30 de Março de 2006;

D E C R E T A:

Art. 1º. Os incisos II e III do artigo 12, do Decreto n. 1.670, de 16 de Setembro de 2019 passam vigorar com a seguinte redação:

***Art. 12** (...)*

(...)

II - para bens e serviços de valores estimados acima de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):

a) Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso;

b) Diário Oficial do Estado de Mato Grosso;

b) meio eletrônico, na internet.

III - para bens e serviços de valores estimados acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):

a) Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso;

b) Diário Oficial do Estado de Mato Grosso;

c) meio eletrônico, na internet.

d) Jornal de grande circulação na região e/ou no Estado.

Art. 2º Fica autorizada a consolidação do Decreto nº 1.670 de 16 de setembro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da publicação, aplicando-se, inclusive, aos procedimentos em andamento.

Rondolândia-MT, 11 de dezembro de 2019.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 042/2019

O Município de Rosário Oeste/MT, Estado de Mato Grosso, neste ato representado por seu Pregoeiro, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO N. 042/2019, CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 23 de dezembro de 2019, Às 09:00 horas (horário local), na sede da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada à Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, com a finalidade do REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E COMBUSTÍVEL PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. As informações poderão ser retiradas com ao Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Rosário Oeste/MT, situada na Avenida Otávio Costa, s/n, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste/MT, por intermédio do Pregoeiro, de segunda a sexta das 08:00 às 14:00 horas, ou no telefone (65) 3356-1209 e pelo e-mail: licitacaorosario@hotmail.com e no site: www.rosariooeste.mt.gov.br.

Rosário Oeste/MT, 11 de dezembro de 2019.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

PREGOEIRO OFICIAL

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1.568 - 2019

LEI Nº. 1.568/2019

de 10 de Dezembro de 2019

Autor: Poder Executivo

"Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo financeiro em parcela única aos Agente(s) de Combate a Endemias (ACE), e dá outras providencias"

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, Prefeito Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo financeiro no valor de R$ 1.404,00 (um mil, quatrocentos e quatro reais) em parcela única para cada um dos 13 (treze) Agentes de Combate a Endemias em atividade no Município de Rosário Oeste.

Parágrafo único- O incentivo que trata o caput deste artigo está vinculado ao rateio do valor de R$ 18.252,00 (dezoito mil, duzentos e cinqüenta e dois reais) repassados pelo SUS para custeio das atividades desenvolvidas pelos Agentes de Combate a Endemias em atividade na Prefeitura Municipal de Rosário Oeste entre os anos de 2016 à 2018.

Art. 2º - O pagamento do incentivo a que se refere esta lei fica vinculado a transferência de recursos previstos para custeio da atividade de Agentes de Combate a Endemias da prefeitura de Rosário Oeste entre os anos de 2016 à 2018 não sendo permitida a aplicação de recursos próprios ou oriundos de dotação diversa para tal fim.

Art. 3º- Os valores do incentivos pago com base nesta Lei, não se incorporarão à remuneração dos Servidores contemplados, e nem poderá ser utilizado como base de cálculo de quaisquer parcelas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 10 de Dezembro de 2.019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1.569 - 2019

LEI Nº 1.569/2019,

de 10 de Dezembro de 2.019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional no orçamento vigente da lei municipal nº 1.533/2018, e dá outras providências".

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO, Prefeito Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Sem prejuízo do percentual autorizado pelo Artigo 6º da Lei Municipal 1.533/2018 – Lei Orçamentária Anual de 2019, ficam os poderes Executivo e Legislativo Municipal, autorizados a procederem abertura de Credito Adicional Suplementar, nos termos dos incisos I a IV, parágrafo 1º, do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, até o limite de 15%.

Artigo 2º - Esta Lei Entrara em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrarias.

Gabinete do Prefeito, Rosário Oeste - MT, 10 de Dezembro de 2019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

prefeito municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1.567 - 2019

LEI 1.567/2019

de 10 de Dezembro de 2.019

"Autoriza o Poder Municipal a associar-se e pagar anuidade, à titulo de contribuição associativa com a Associação de Turismo da Região Circuito das Águas (ATURCIRA)".

Faço saber que a Câmara Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso aprovou e eu ***JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO***, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a se associar e pagar anuidade para fins de contribuição associativa, à **Associação de Turismo da Região Circuito das Águas (ATURCIRA).**

Art. 2º. O valor da contribuição associativa de que trata o artigo 1º será de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) podendo ser dividido em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas ou pagos em cota única, mediante consenso entre as partes.

§ 1º. O valor da presente contribuição poderá ser atualizado mediante índices oficiais, visando a simples correção monetária e de defasagem do valor arbitrado, mediante consenso entre as partes, através de Decreto Municipal.

§ 2º. A forma de pagamento devera ser realizada mediante credito bancário em conta bancaria de titularidade da Associação de Turismo da Região Circuito das Águas (ATURCIRA).

Art. 3º. Poderá o Município, firmar convenio com a **Associação de Turismo da Região Circuito das Águas (ATURCIRA),** inclusive com contrapartida financeira, além da contribuição associativa anual de que tratam os artigos 1º e 2º desta Lei, custear valores para a realização de projetos e eventos, assim como em ações especificas desenvolvidas pela **Associação de Turismo da Região Circuito das Águas (ATURCIRA).**

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações do orçamento municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 10 de Dezembro de 2.019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 180 - 2019

PORTARIA N° 180/2019

de 10 de Dezembro de 2.019

"Dispõe sobre nova composição do Conselho Alimentação Escolar - CAE no âmbito do município de Rosário Oeste – MT, e da outras providencias."

O PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei

RESOLVE:

Artigo 1º - A composição do Conselho de Alimentação Escolar – CAE de Rosário Oeste – MT, passará a vigorar da seguinte forma:

Representantes de Pais de Alunos da Educação Básica Pública

Titular: Zilda Augusto Braga

Suplente: Kellen Regina Jesus de Barros Rios

Titular: Dasya Lilian de Aguiar

Suplente: Simone Ferreira Santana

Representantes dos Profissionais da Educação Básica

Titular: Dirce Regina Correa da Luz

Suplente: Silvana Claudia de Araujo

Titular: Ozéias Pessoa Santos

Suplente: Ediane Guimara da Silva

Representantes da Sociedade Civil Organizada

Titular: Antonia Bezerra Ribeiro

Suplente: Heloiza Jacob Braga

Titular: Juscinéia Souza Linhares

Suplente: Thuane Ferreira Nunes

Representantes do Poder Executivo

Titular: Maxmar Cesar de Souza

Suplente:Cleonice Marçal

Artigo 2° - Ficam eleitos respectivamente para o cargo de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Alimentação Escolar –CAE, Ozéias Pessoa Santos Dirce Regina Correa da Luz.

Artigo 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação e/ou fixação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Rosário Oeste – MT, 10 de Dezembro de 2019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DA EMPRESA BTX

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE:	**Prefeitura Municipal de Rosário Oeste – MT**
NOTIFICADA:	**BTX ENGENHARIA - EPP C.N.P.J sob o n. 26.117.657/0001-27**
ENDEREÇO:	**ROD MT 251 S/N, CHAPADA DOS GUIMARAES, Distrito Água Fria, Cep. Nº 78.195-000**
CONTRATO:	**Contrato n° 002/2018- Concorrência nº 001/2018**
OBJETO:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA EM VIAS DA SEDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, CONSTITUÍDO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PROFUNDA DE ÁGUAS PLUVIAIS NOS TRECHOS DA RUA BELA VISTA E DA RUA CEL. ARTHUR BORGES; PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NOS TRECHOS DA RUA CÂNDIDO MARIANO E RUA IW9; E DRENAGEM PROFUNDA NO TRECHO DA AV. HUMBERTO CASTELO BRANCO, PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT.**

Ilmo.Senhor (a),

Ao tempo em que lhe cumprimento, sirvo do presente para notificá-lo nos termos que abaixo segue:

CONSIDERANDO, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, mora-**

lidade, publicidade e eficiência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (*artigo, 37, caput, da CF/88);*

CONSIDERANDO, que os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado**.** (*artigo 54, caput, da lei nº 8666/93*);

CONSIDERANDO, a paralisação injustificada das obras descritas no Contrato Administrativo nº 002/2018;

CONSIDERANDO que segundo previsão contratual as penas para o caso descrito podem variar desde a advertência da empresa CONTRATADA por conta de paralisação injustificada até a declaração de inidoneidade e/ou proibição de contratação com o Poder Público.

CONSIDERANDO a possibilidade de vir a sofrer prejuízos e, inclusive ter que responder por omissões juntos aos órgãos competentes;

CONSIDERANDO o dever/poder desta municipalidade para exigir o cumprimento das cláusulas contratuais;

CONSIDERANDO, que o Município de Rosário Oeste/MT, presa pela observância do princípio da eficiência que tem partes com as normas de 'boa administração', indicando que a Administração Pública, em todos os seus setores, deve concretizar atividade administrativa predisposta à extração do maior número possível de efeitos positivos ao administrado. Deve sopesar relação de custo-

benefício, buscar a otimização de recursos, em suma, tem por obrigação dotar da maior eficácia possível todas as ações do Estado". (*Curso de direito constitucional*, São Paulo: Saraiva, 1998, p. 235).

CONSIDERANDO, que essa empresa já foi NOTIFICADA varias vezes, em especial no dia 10/10/2018, 16/07/2019 e 25/10/2019, bem como a reunião do dia 23/07/2019 na qual ficou consignada em ata que a empresa fez uma previsão de conclusão das obras para mês de agosto de 2019.

Venho por meio desta **NOTIFICAR** a empresa BTX ENGENHARIA - EPP C.N.P.J sob o n. 26.117.657/0001-27, em virtude da paralisação na prestação dos serviços previstos no contrato administrativo 002/2018 sem justa causa, e sem nenhum comunicado formal ao órgão contratante, como forma oportunizamos a ultimo prazo para regularização das pendências hora apontadas, que reinicie os serviços descritos no contrato 002/2018 no prazo de 10 (Dez) dias úteis, sob pena de rescisão contratual unilateral aplicação das penalidades legais previstas contratualmente.

Rosário Oeste/MT, 11 de Dezembro de 2019.

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal de Rosário Oeste/MT

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI 1.570 - 2019

LEI Nº. 1.570/2019

de 10 de Dezembro de 2019

*"Dispõe sobre instituição de concurso denominado **"Magia do Natal"**, no município de Rosário Oeste - MT, e dá outras providências."*

A Câmara Municipal de Rosário Oeste - MT, Estado de Mato Grosso APROVOU e eu, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, Prefeito Municipal, **SANCIONO** e **PROMULGO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no Município de Rosário Oeste – MT, o concurso denominado **"MAGIA DO NATAL"**, que tem por finalidade tornar nossa cidade mais atrativa, iluminada e acolhedora nas festividades natalinas.

Art. 2º. O concurso de que trata esta Lei, será realizado pelo Município de Rosário Oeste - MT, e dele poderão participar pessoas Físicas e Jurídicas da sede do município, que serão divididas em duas categorias: a) Pessoas Físicas; e b) Pessoas Jurídicas.

.

Art. 3º. O concurso se iniciará na data da promulgação/sanção desta lei, e terá seu julgamento realizado na data de **28.12.2019**. Serão avaliadas as residências e os comércios que estiverem ornamentados/enfeitados para as festividades de Natal.

Art. 4º. No julgamento da decoração, a Comissão analisará os seguintes quesitos:

I – Criatividade e Originalidade;

II – Harmonia e Estética de Conjunto;

III – Iluminação;

IV – Utilização de elementos da cultura e tradição local;

Parágrafo Único. A Comissão Julgadora será composta por 05 (cinco) representantes assim dispostos:

a) Diretor(a) do Departamento de Cultura Municipal que a Presidirá;

b) 01 (um) representante indicado pela ACERO;

c) 01 (um) representante indicado pela CDL;

d) 01 (um) representante da Fundação de Cultura e Turismo de Rosário Oeste - FUNCULTUR;

e) 01 (um) representante da Secretaria de Governo Municipal;

Art. 5º. Cada residência e ou comércio será avaliado com notas de "0" (zero) a "10" (dez).

Art. 6º. Para efeito de julgamento, somente será analisada a decoração externa das residências e nos comércios as fachadas em conjunto com as vitrines.

Art. 7º. A visita da Comissão Julgadora será no período noturno sem aviso prévio, em períodos e datas definidos pela própria comissão instituída.

Art. 8º. A Comissão julgadora entregará os envelopes com as avaliações para o Presidente da Comissão Organizadora na data prevista, devidamente lacrado, os quais só serão abertos perante a Comissão Organizadora e Prefeito Municipal.

Art. 9º. Os membros da Comissão Julgadora têm autoridade e autonomia sobre a análise da decoração de natal e suas decisões serão definitivas e irrevogáveis, não cabendo qualquer recurso.

Art. 10º. O resultado será divulgado no dia **28.12.2019** através de veículos oficiais de imprensa municipal e demais veículos de comunicação local.

Art. 11º. A premiação será dividida por categoria, conforme previsão legal contida no artigo 2º, e se dará da forma que segue abaixo:

A – Pessoas Físicas:

1º Lugar – 100% de isenção no IPTU do ano de 2020 e demais taxas que acompanham o carnê de IPTU e Troféu;

2º Lugar - 70% de isenção no IPTU do ano de 2020 e demais taxas que acompanham o carnê de IPTU e Troféu;

3º Lugar – 50% de isenção no IPTU do ano de 2020 e demais taxas que acompanham o carnê de IPTU e Troféu;

B – Pessoas Jurídicas:

1º Lugar – 100% de isenção no IPTU do ano de 2020 e demais taxas que acompanham o carnê de IPTU e Troféu;

2º Lugar – 70% de isenção no IPTU do ano de 2020 e demais taxas que acompanham o carnê de IPTU e Troféu;

3º Lugar – 50% de isenção no IPTU do ano de 2020 e demais taxas que acompanham o carnê de IPTU e Troféu;

Parágrafo Único: Só poderão receber os prêmios às residências e os comércios que estiverem em dia com a Fazenda Municipal no ano da isenção.

Art. 12º. Só poderão participar do Concurso, os imóveis situados no perímetro urbano do Município

Art. 13º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 14º. A isenção dos impostos municipais atingidos por esta Lei será compensada pela contrapartida de geração de tributos que serão arrecadados através da movimentação comercial e do atrativo turístico que o **"Magia do Natal"**, irá proporcionar, sem contar que este incentivo poderá proporcionar também a regularização de impostos atrasados junto a Fazenda Municipal.

Art. 15º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 10 de Dezembro de 2.019.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 556/2019

Lei Municipal nº 556/2019

Dispõe sobre a autorização de abertura de Crédito Adicional Especial, na Lei Municipal nº 537/2018, LOA 2019 e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu**, Senhor Marcos de Sá Fernandes da Silva, **faz saber** que a Câmara Municipal **aprovou** e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município de Santa Cruz do Xingu, para o exercício financeiro de 2019, no valor de ***R$* 259.000,00 *(duzentos e cinqüenta e nove mil reais)***, destinado a reforçar as seguintes dotações Orçamentárias:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 002 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0016 - Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2229 - Superávit Financeiro Exercícios Anteriores - Emenda Parlamentar - Custeio 25500020101222015455255392 - R$ 259. 000,00

Elemento de Despesa: 31.90.11.00.00 - Vencimento e Vantagens Fixa R$ 100.000,00

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.01.00.000 – Receitas de Impostos e Transferências R$ 100.000,00

Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00 - Material de Consumo R$ 100. 000,00

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.01.00.000 – Receitas Impostos e Transferências R$ 100.000,00

Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 59.000,00

Fonte de destinação de Recursos : 0.3.01.00.000 – Receitas Impostos e Transferências R$ 59.000,00

Art. 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior se fará através do Superávit Financeiro apurado **por fonte de destinação de recursos** do exercício de 2018, conforme artigo 43, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demonstrativo abaixo:

Recursos de exercícios anteriores		
Fonte de Recursos	**Discriminação**	**Valor**
314	Recursos de Transferência de Sistema Único de Saúde	R$ 259. 000,00
Total		R$ 259. 000,00

Art. 3º - Fica autorizada a inclusão do presente crédito especial nas demais peças de planejamento – PPA do período de 2018 a 2021 e LDO 2019.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Santa Cruz do Xingu-MT, em 10 de dezembro de 2019.

Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 554/2019

Lei Municipal nº 554/2019

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar um terreno ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Cruz do Xingu e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, República Federativa do Brasil, em cumprimento às atribuições que a Lei lhe confere, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a Prefeitura Municipal à doar um terreno de propriedade do Município ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santa Cruz do Xingu (SISPUSAX) inscrito no cnpj nº 21.758.447/0001-02.

I – Um terreno urbano denominado lote 05 da quadra 39A, com área de 800 m², confrontando: ao Norte, em 20,00 metros, com a Rua Marcelino Simão da Silva; ao Sul, em 20,00 metros, com o lote 07 da quadra 39A; ao Leste, em 40,00 metros, com o lote 006 da quadra 39A; a Oeste, em 20,00 metros, com o lote 03 e 20,00 metros com o lote 04 da quadra 39A, de propriedade do município de Santa Cruz do Xingu.

Art. 2º - O imóvel objeto da DOAÇÃO, destina-se única e exclusivamente à utilização do Sindicato dos Servidores Públicos de Santa Cruz do Xingu.

Art. 3º - A doação será concretizada através da assinatura do termo de doação que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e revoga as disposições em contrário.

Santa Cruz do Xingu/MT, em 10 de Dezembro de 2019.

Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 555/2019

Lei Municipal nº 555/2019

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Santa Cruz do Xingu –MT, para o exercício de 2020, e dá outras providências.

Marcos de Sá Fernandes da Silva, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu - MT, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Santa Cruz do Xingu – MT para o exercício de 2020, discriminados pelos anexos integrantes desta lei, estima à receita Bruta em R$ **29.875.951,20** (Vinte e nove milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), deduzidos a receita para formação do FUNDEB no valor de R$ **2.935.537,50** (Dois milhões, novecentos trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), totalizando uma

Receita Liquida de **R$ 26.940.413,70** (Vinte e seis milhões, novecentos e quarenta mil, quatrocentos e treze reais e setenta centavos).

Parágrafo Único - A Administração Direta totaliza R$ **26.836.227,45** (Vinte e seis milhões, oitocentos e trinta e seis mil, duzentos e vinte e sete reais e quarenta e cinco centavos) e para Reserva de Contingência R$ **104.186,25** (Centro e quatro mil, cento e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos) totalizando uma despesa total orçada no valor de **R$ 26.940.413,70** (Vinte e seis milhões, novecentos e quarenta mil, quatrocentos e treze reais e setenta centavos).

Art. 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos rendas e outras fontes, de receita corrente e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei com o seguinte desdobramento.

01 RECEITAS CORRENTES	***23.365.065,45***
Receitas Tributarias	1.629.180,00
Receitas de Contribuição	80.000,00
Receitas Patrimoniais	105.000,00
Receitas de Serviços	10.500,00
Transferência Corrente	24.451.497,05
Dedução de receitas	**(2.935.537,50)**
Outras Receitas Correntes	24.425,90
02 RECEITAS DE CAPITAL	***3.575.348,25***
Transferência de Capital	3.554.248,25
Alienação de Bens	21.000,00
Total	**26.940.413,70**

Art. 3º- A Despesa da Administração Direta será realizada segundo a discriminação dos quadros de Função de Governo, Programa de Trabalho e Natureza de Despesa, integrantes desta Lei.

POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01-Legislativa	1.125.900,00
04-Administração	4.491.937,73
08-Assistência Social	1.154.695,00
10-Saúde	6.058.591,52
12-Educação	8.306.104,09
13-Cultura	331.276,67
15-Urbanismo	422.000,00
16-Habitação	52.500,00
17-Saneamento	292.339,49
18-Gestão Ambiental	429.574,95
20-Agricultura	628.328,95
23-Comercio e Serviços	216.600,00
26-Transporte	2.640.313,55
27-Desporto e Lazer	597.865,50
28 – Encargos Especiais	88.200,00
99-Reserva de Contingência	104.186,25
TOTAL	**26.940.413,70**

POR SUB-FUNÇÕES

1 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA	Valor
031 - Ação Legislativa	1.125.900,00
122 - Administração Geral	4.092.214,30
123 - Administração Financeira	830.681,25
243 – Assistência a Criança e ao Adolescente	161.385,00
244 - Assistência Comunitária	993.310,00
301 - Atenção Básica	2426.201,46
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.328.800,06
303 – Suporte Profilático e Terapêutico	6.250,00
304 - Vigilância sanitária	185.890,00
305 - Vigilância epidemiológica	111.450,00
306 – Alimentação e Nutrição	300.407,67
361 Ensino Fundamental	6.384.480,51
365 - Educação Infantil	1.621.215,91
392 - Difusão Cultural	331.276,67
451 - Infraestrutura Urbana	422.000,00
482 - Habitação Urbana	52.500,00
512 - Saneamento Básico Urbano	292.339,49
541 – Preservação e Conservação Ambiental	429.574,95
601 - Promoção e Produção Vegetal	31.500,00
602 – Defesa Sanitária Vegetal	27.300,00
606 – Extensão Rural	127.050,00
695 – Turismo	216.600,00
752 - Energia Elétrica	11.521,13
782 - Transporte Rodoviário	2.640.313,55
813 – Laser	597.865,50
841 – Refinanciamento da Divida Interna	88.200,00
999 - Reserva da Contingência	104.186,25
Total Geral	**26.940.413,70**

POR ÓRGÃO DO GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO

01 CAMARA MUNICIPAL	1.125.900,00
02 GABINETE DO PREFEITO	1.276.207,51
03 SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO	2.385.048,97
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	5.798.317,52
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL	1.154.695,00
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	8.306.104,09
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	628.328,95
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	1.023.067,50
09 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	3.199.981,68
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	646.174,95
13 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRAS URBANAS	207.171,36
14 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	929.142,17
15 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE CISAX	260.274,00
TOTAL	**26.940.413,70**

PROGRAMAS

0001	Processo Legislativo	1.125.900,00
0002	Gestão Publica	1.276.207,51
0003	Gestão Administrativa	2.385.048,97
0004	Gestão Financeira	830.681,25
0004	Gestão Financeira	88.200,00
0005	Infra-Estrutura Urbana	474.500,00
0006	Infra-Estrutura Rural	2.640.313,55
0007	Difusão Cultural	331.276,67
0008	Esporte e Lazer	597.865,50
0009	Educa Mais Ensino Fundamental	1.988.398,95
0010	Primeira Escola I Educação Infantil	451.911,97
0011	Primeira Escola II Fundeb Infantil	759.803,94
0012	Valorização e Qualificação Fundeb Fundamental	1.643.296,06
0013	Educação Integrada	300.407,67
0015	Parcerias Educacionais	3.162.285,50
0016	Atenção Básica	2.127.752,10
0017	Gestão do SUS	10.500,00
0018	Investimento em Saúde	299.079,36
0019	Abastecimento Agua	292.339,49
0021	Inclusão Social	1.154.695,00
0022	Desenvolvimento Agrícola e Pecuária	628.328,95
0023	Desenvolvimento do Turismo	216.600,00
0024	Preservação e Conservação Ambiental	429.574,95
0025	Assistência Farmacêutica	6.250,00
0026	Media Alta Complexidade	3.317.670,06
0027	Vigilância em Saúde	297.340,00
0999	Reserva de Contingência	104.186,25
TOTAL		**26.940.413,70**

Art. 4º - A Despesa fixada observará a programação constante dos quadros que integram esta lei, apresentando o seguinte desdobramento.

DA DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA

Despesas Correntes R$ 23.060.876,40

Despesas de Capital R$ 3.775.348,05

Reserva de Contingência R$ 104.186,25

Total.....R$ **29.940.413,70**

Art. 5º - O Orçamento de Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da administração direta, seus órgãos e fundos, estima a Receita e Fixa a Despesa em R$ **10.756.621,36** (Dez milhões, setecentos e cinquenta seis mil, seiscentos e vinte um reais e trinta e seis centavos).

08	Assistência Social	1.154.695,00
10	Saúde	6.058.591,52
Total		**7.213.286,52**

Art. 6º - **Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de que trata esta lei:**

I - Abrir créditos adicional suplementares até o limite de 20% (vinte) por cento do total da Despesa fixada no art. 1º, observado o disposto no parágrafo 1º incisos I, II, III e IV, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1.964.

II – Conforme art. 6º da portaria interministerial nº 163/2001, art. 7º da LDO 2020 e resolução de consulta nº 15/2010 do TCE-MT. "A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação."

III – As alterações orçamentárias entre fontes de destinações de despesas da mesma dotação não afetarão o limite do inciso I deste artigo.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Cruz do Xingu, 10 de Dezembro de 2019.

Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019

OBJETO: ***CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENVIO DE CARGAS DE APLIC, ATENDENDO A PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO MT, DO TIPO MENOR PREÇO.***

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 002/2019, tipo menor preço item, cuja abertura se deu em 11/12/2019, sagrou-se vencedora a empresa **RENATO BUSCIOLI GRUNOV – 029171.691-17- MEI,** inscrita no CNPJ nº. 17.193.662/0001-28, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ENVIO DE APLIC (CARGAS MENSAIS, TEMPESTIVAS E ORÇAMENTÁRIAS), ATENDENDO A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO MT"	Mês	12	R$ 1.300,00	R$ 15.600,00
VALOR TOTAL:					R$ 15.600,00

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 11 de Dezembro de 2019.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

FABIO LOHMANN

DIRETOR EXECUTIVO

DEPARTAMENTO DE TI
EDITAL N° 003 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019

	PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019					
EDITAL N° 003						
	Em cumprimento às determinações do Senhor EGON HOEPERS – Prefeito do Município de Santa Rita do Trivelato – Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº 0171/2019, resolve:					
	TORNAR PÚBLICO					
	O RESULTADO FINAL do Processo Seletivo Simplificado para provimento de vagas, que vierem a vagar no quadro de servidores do Município de Santa Rita do Trivelato, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019.					
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA						
	NOME	DATA NASC.	NPO	NPD	MF	CLAS
1	REGIANE FRANCIELI BONINI	16/12/1987	6	6	6	CLAS
2	JACQUELINE GONÇALVES ROSA	NÃO COMPARECERAM				
3	ACZIBE MATHEUS DE ARRUDA DIAS FERREIRA					
4	VERIDIANA APARECIDA GARMUS MENEGOTTO					
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MATEMATICA						
	NOME	DATA NASC.	NPO	NPD	MF	CLAS
1	WESLEY NOGUEIRA SANTOS	04/04/2001	7	7,5	7,25	CLAS
2	EDIONATAS KLIPEL DUARTE	NÃO COMPARECERAM				
3	EVANILDA KUGER					
4	ISAAC WILLIK ALVES DA CONCEIÇÃO					

PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM ARTES						
	NOME	DATA NASC.	NPO	NPD	MF	CLAS
1	ORLEI DOS SANTOS	02/07/1976	3	7,4	7,25	CLAS
2	GISELLY SAMARA DE CARVALHO	NÃO COMPARECERAM				
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA - ZONA RURAL						
	NOME	DATA NASC.	NPO	NPD	MF	CLAS
1	BEATRIZ BEKER DA CRUZ	27/03/1973	3	7,5	5,25	CLAS
2	GENECI ZAHARKO	17/12/1991	6	4	5	CLAS
3	MAISA DA SILVA DOS SANTOS	NÃO COMPARECERAM				
4	MARTA COSTA VIANA					
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA						
	NOME	DATA NASC.	NPO	NPD	MF	CLAS
1	PATRÍCIA DE OLIVEIRA BITENCOURT	09/12/1985	8	9,3	8,65	CLAS
2	ELISANDRA GAUSCKI HENN	08/07/1991	6	8,4	7,2	CLAS
3	NELI TEREZINHA DE OLIVEIRA BITENCOURT	09/05/1964	5	8,5	6,75	CLAS
4	CLAUDIA LOURENÇO DE SIQUERIRA	09/04/1992	4	8,8	6,4	CLAS
5	SANDRA CRISTINA LEMES PEREIRA	26/04/1990	4	7,3	5,65	CLAS
6	MAGALI DE CAMPOS FERREIRA	20/08/1972	4	7,2	5,6	CLAS
7	IVANETE DA SILVA LIMA	17/10/1987	5	5,8	5,4	CLAS
8	ALLISON LUIZ DA SILVA	18/05/1988	4	6,8	5,4	CLAS
9	MYRIAN APARECIDA MARTINS	27/07/1980	4	5,6	4,8	REP
10	ROSANGELA PITHAN DE OLIVEIRA	02/03/1976	4	5,5	4,75	REP
11	DEOSDETI DA GUIA FILHO	NÃO COMPARECERAM				
12	MARIA APARECIDA DOS SANTOS PIRES					
13	MAYKON DHONNES DE OLIVEIRA CARDOSO					
14	REGINA DUARTE					
15	RODRIGO DE FRANÇA SANTANA					
16	SILVANA PIRES					
PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM MUSICA						
	NOME	DATA NASC.	NPO	NPD	MF	CLAS
1	FERNANDO MACEDO ROCHA	27/03/1973	1	3	2	REP
TECNICO EM DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL						
	NOME	DATA NASC.	NPO	CLAS		
1	ELIZANGELA RODRIGUES DA SILVA	22/07/1989	6	CLAS		
2	GREICIELE OLIVEIRA SILVA	29/08/1984	4	REP		
3	ALEX ALVES OLIVEIRA	NÃO COMPARECERAM				
4	ELIZETHE DE OLIVEIRA SILVA					
5	FRANCISLENE DE FRANÇA ALMEIDA					
6	GISELLY SAMARA DE CARVALHO					
7	JOSEFRAN DA SILVA VIANA DOS SANTOS					
8	LETICIA LARENE PRAXEDES VIANA					
9	PAOLA FERNANDA DOS SANTOS					
	NPP- NOTA PROVA PRÁTICA	Santa Rita do Trivelato/MT, 11 de Dezembro de 2019.				
	NPO - NOTA PROVA OBJETIVA					
	NPD - PROVA DISSERTATIVA					
	MF - MEDIA FINAL					
	REP - REPROVADO					
	CLAS - CLASSIFICADO	_____				
		CAMILA TAQUES FERREIRA				
		Presidente da Comissão Organizadora				
		_____				
			EGON HOEPERS			
			Prefeito Municipal			

PORTARIA Nº 0478/2019 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 090/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora Patrícia Regina da Silva, inscrito no CPF nº 021.073.221-04, para fiscalização do Contrato nº 090/2019 cujo objeto é: aquisição de materiais para decoração natalina, para a secretaria muniicipal de desenvolvimento econômico e meio ambiente do município de Santa Rita do Trivelato – Processo de Dispensa de Licitação n° 053/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 10 DE DEZEMBRO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

DECRETO MUNICIPAL Nº 081/2019 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

SÚMULA: NOMEIA A PRESIDÊNCIA PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 10.051 de 09 de Janeiro de 2014, que destina aos municípios do Estado parte dos recursos arrecadados para o Fundo de Transportes e Habitação – FETHAB;

CONSIDERANDO o interesse público, em nome da transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal previsto no § 1º do art. 15 da Lei Estadual nº 7.263 de 27 de Março de 2000 só pode ser criado por decreto do Prefeito Municipal e não poderá ter ingerência na Administração Municipal ante a autonomia dos Municípios assegurado no art. 18 da Constituição Federal.

D E C R E T A:

Art.1º. Fica nomeada a presidência para atuarem junto ao **Conselho do FETHAB** no prazo de 02 anos:

PRESIDENTE -

Leomário Taborda – CPF nº 570.481.931-15

VICE-PRESIDENTE

Gilmar Antonio Zanutto – CPF nº 350.183.059-91

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, afixe-se

Na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 479/2019 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019 (TOMADA DE PREÇOS 007/2019)

PORTARIA Nº 479/2019 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 091/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Marco Antonio Soares de Lima, inscrito no CPF nº 014.924.641-20, para Fiscalização do Contrato nº 091/2019, cujo objeto é: ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA MÃO DE OBRA DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E EXECUÇAO DE MEIO FIO E SAJETAS NAS VIAS URBANAS A SEREM PAVIMENTADAS NA COMUNIDADE PACOVAL DISTRITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT***, conforme Processo de Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019**.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

COMPRAS E LICITACAO
AVISO DE RESULTADO-DISPENSA DE LICITAÇÃO 047/2019

AVISO DE RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA 002/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 047/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDER O PNAE (PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL).

Tornaram-se vencedores:

Contratado: ELIDIANA HENRIQUE FONTOURA – CPF: 001.496.051-61 – RG: 1443658-2 SSP/MT.

Valor global: R$ **19.159,76** (dezenove mil cento e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos).

Contratado: JOSE CICERO ANGELO DA SILVA – CPF: 644.962.794-87 – RG: 2429378-4 SSP/MT.

Valor global: R$ **19.108,98** (dezenove mil cento e oito reais e noventa e oito centavos).

Contratado: JOENI ASSISPEREIRA – CPF: 550.632.761-72 – RG: 1682767-8-8 SSP/MT.

Valor global: R$ **19.879,40** (dezenove mil oitocentos e setenta e nove reais e quarenta centavos).

Contratado: MAGALI DE CAMPOS FERREIRA – CPF: 170.937.588-43 – RG: 23.639.757-6 SSP/SP.

Valor global: R$ **19.446,37** (dezenove mil quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e sete centavos).

Contratado: VALDINICE DA SILVA DE ALMEIDA – CPF: 019.172.901-95 – RG: 1640195-6 SSP/MT.

Valor global: R$ **19.446,37** (dezenove mil quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e sete centavos).

Contratado: COOPERATIVA DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL DE TAPURAH-COAIT – CNPJ: 02.950.701/0001-17 – INSCRIÇÃO ESTADUAL: 13.224.995-2

Valor global: R$ **179.100,00** (cento e setenta e nove mil e cem reais).

Santa Rita do Trivelato – MT, 11 de Dezembro de 2019.

JENIFER CRISTINA DOS SANTOS VARGAS LOHMANN

Presidente da C.P.L. Portaria nº. 0374/2019

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2019

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA UNIDADES DA SAUDE E DEMAIS SECRETARIAS,** CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊN-

CIA EM ANEXO**, torna público que no dia 07 de Janeiro de 2020, estará recebendo propostas, para abertura às 09h00min, do Pregão Presencial**, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato/MT, 12 de dezembro de 2019.

MARIA CILENE PEREIRA

PREGOEIRA OFICIAL

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 041/2019 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019.

SÚMULA: "CONCEDE FÉRIAS INDENIZADAS SERVIDORA **ADRIANA DE ABREU PREUSS** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O senhor**WANDERSON PEREIRA DIAS**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Casa.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder "Férias Indenizadas" a servidora **ADRIANA DE ABREU PREUSS** portadora do RG: nº 8.681.873-6 SSP/PR, emitida em 19/03/1999, inscrita no CPF nº 000.735.841-50, cargo de Assessor Jurídico, para o mês de **Janeiro/2020,** sendo gozados a partir 15/01/2020 á 14/02/2020, sendo 20 dias, e Indenizados 10 dias, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga as demais disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, 06 de dezembro de 2019.

WANDERSON PEREIRA DIAS

Presidente

Registre-se, Publique-se e afixe-se.

Na data supra de 06.12.2019.

DEPARTAMENTO DE TI
EDITAL N° 003 PROCESSO SELETIVO PUBLICO Nº 001/2019

	PROCESSO SELETIVO PUBLICO Nº 001/2019			
EDITAL N° 003				
	Em cumprimento às determinações do Senhor EGON HOEPERS – Prefeito do Município de Santa Rita do Trivelato – Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº 0171/2019, resolve:			
	TORNAR PÚBLICO			
	O RESULTADO FINAL do Processo Seletivo Simplificado para provimento de vagas, que vierem a vagar no quadro de servidores do Município de Santa Rita do Trivelato, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital do Processo Seletivo Publico nº 001/2019.			
AGENTE DE COMBATE ÁS ENDEMIAS				
	NOME	DATA NASC.	NPO	CLAS
1	CAROLINE ALENGAR DE LIMA	10/04/1996	6	AP
2	CRISTIANO MIRANDA	10/06/1982	5	CLAS
3	CAMILA DE ASSUNÇÃO SILVA	13/10/1989	5	CLAS
4	FRANCIONNY PEREIRA DOS SANTOS	27/02/1992	5	CLAS
5	LORENI RODRIGUES RAMOS	02/05/1996	5	CLAS
6	ALYSON FREITAS DOS SANTOS	09/12/1996	4	REP
7	BENEDITA NEVES LEMES	08/08/1970	4	REP
8	REGIANE BATTISTI WEIPPERT	21/12/1983	4	REP
9	ROSENILDA QUINTEIRO BELARMINO DOS SANTOS	28/05/1978	4	REP
10	ERISNEIA SOUZA ALVES	21/07/1990	3	REP
11	EVANICE APARECIDA DA SILVA	07/06/1989	3	REP
12	FRANCIANE DA SILVA TRINDADE	29/04/1979	3	REP
13	SORAIA GOMES PEREIRA DA SILVA	13/05/1993	3	REP
14	MARIA AUDILENE DA SILVA VALÕES	03/06/1976	2	REP
15	ANA CRISTINA LOHMANN	04/09/1996	NÃO COMPARECEU	
16	ANGELICA BENHEDITA DE OLIVEIRA	18/03/1990		
17	CRISTINA VIANA SODRÉ	16/12/1975		
18	ELISANGELA ARRUDA DE SOUZA	03/04/1976		
19	ELZA XAVIER DE LIMA	19/02/1962		
20	FRANCISCA RARIELMA DA SILVA	16/10/1986		
21	JOANICE DA SILVA DE SOUSA	19/11/1980		
22	KATIA MARA DE ARRUDA	11/10/1993		
23	KEMILY KAMILY SANTOS	04/11/2001		
24	LEANDRO ROGER RIBEIRO DA ROCHA	16/12/1984		
25	LUZIA APARECIDA PINTA VERISIMO	04/05/1980		
AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE				
	NOME	DATA NASC.	NPO	CLAS
1	ROSANGELA DOS SANTOS MATOS	13/07/1991	7	AP
2	ANA MARIA CARDOSO ALVES	27/12/1992	6	CLAS
3	IVANILDA JUSTINO DA SILVA	08/10/1982	5	CLAS
4	JOCILENE DA SILVA SANTANA	06/05/1995	5	CLAS
5	DEBORAH CRISTINA SIQUEIRA SANTOS	16/11/1997	5	CLAS
6	EVA EUDEMATALITA OLIVEIRA BISPO	26/06/1994	4	REP
7	VALERIA DE LIMA RODRIGUES	09/03/1999	4	REP
8	NILCE CLAUDIA DO CARMO	18/01/1985	2	REP
9	DEVINO ANTONIO FRANÇA SANTANA	03/09/1997	NÃO COMPARECEU	
10	ELIZETHE DE OLIVEIRA SILVA	05/02/2000		
11	FABIANA DE SOUZA SALES	16/09/2001		
12	GABRIELLA OLEINIK	08/04/1998		

13	GIAN CARLO AUGUSTO PEREIRA DE CAMPOS	23/08/1998
14	GISELLY SAMARA DE CARVALHO	02/09/1981
15	JOSIANE ALMEIDA DA SILVA	09/09/1978
16	LETICIA LARENE PRAXEDES VIANA	28/01/1998
17	LUZIA CEZARIA DE FRANÇA OLIVEIRA	20/09/1983
18	SUSIELEN AUGUSTA PEREIRA DE CAMPOS	11/04/2000
19	TEREZA CEZARIA DE FRANÇA	14/08/1979

NPP- NOTA PROVA PRÁTICA
NPO - NOTA PROVA OBJETIVA
NPD - PROVA DISSERTATIVA
MF - MEDIA FINAL
REP - REPROVADO
CLAS - CLASSIFICADO

Santa Rita do Trivelato/MT, 11 de Dezembro de 2019.

CAMILA TAQUES FERREIRA
Presidente da Comissão Organizadora

EGON HOEPERS
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 134/2019

EMENTA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NÍVEL E CLASSE DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Fica concedido elevação de Nível e Classe, ao seguinte servidor:

MATRICULA	NOME	CARGO	NÍVEL	CLASSE
271	MOISES DE OLIVEIRA CHAVES	VIGIA	05	C
923	ANDERSON CLAYTON TAVARES	MOTORISTA CNH C,D e E	02	B
27	LUZILENE ALVES BARBOSA	PROFESSORA	09	C

Art. 2º A Elevação de Nível do servidor de que trata esta portaria observa o que lhes são assegurados pela Lei Complementar nº. 011 de 12 de Dezembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 29 DE OUTUBRO DE 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 120/2019

EMENTA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea “b” e inciso II, alíneas “a” e “b” da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

R E S O L V E

Art. 1º - **JAREDE ALMEIDA DOS SANTOS** CARGO DE VIGIA, para atuar como fiscal do contrato nº 038/2019, tendo como objeto: **AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, FILTROS, FLUIDOS E GRAXOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO-MT.**

Art. 2º - O servidor ora designado por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficará o fiscal obrigado a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos, a 24 de Julho de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 22 DE AGOSTO DE 2019.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF: 567.930.141-53 – RG: 865415 SSP/MT.

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇAO - TOMADA DE PREÇOS 011/2019

PROCESSO LICITATÓRIO DE TOMADA DE PREÇO

ATA recebimento, abertura e julgamento da Habilitaçãoapresentada aO EDITAL Nº. **011/2019**

TOMADA DE PREÇO Nº **011/2019**

Às 08:00 horas do dia 11 de dezembro de 2019, na sala de Licitações, junto à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT, Estado de Mato Grosso, localizada à Av. Goiás, 367, Jardim Santa Inês, reuniram-se a Comissão Permanente de licitação da Prefeitura Municipal de Santo Antônio

do Leste, constituída dos seguintes servidores: ERIKS MATOS DA SILVA – presidente; Vilmar de Souza e Cilsa Aparecida de Sousa Crecencio - Membros, nomeados pela Portaria n° 456/2019 de 03 de outubro de 2019**,** também participou do certame o Sr. Joao Paulo Camargo – Engenheiro Civil designado para acompanhar as licitações relacionadas a obras desta prefeitura municipal, nomeado pela portaria 328/2019 de 08 de julho de 2019, especialmente incumbidos de proceder ao recebimento e a abertura do envelope n. 01, contendo a habilitação apresentada ao Edital nº. 011/2019, da Modalidade Tomada de Preços nº 011/2019, bem como, proceder a análise e o julgamento das mesmas, com o objetivo de **"contratação de empresa especializada na execução de obras de melhoria, modernização e implantação do sistema de iluminação pública com luminárias Led, conforme planilhas orçamentarias, cronograma físico financeiro e projetos em anexo".** Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente e os membros da comissão constataram a presença de 05 (cinco) empresas.

Empresa: M. R. CONSTRUTORA LTDA-ME, CNPJ: 10.485.271/0001-38, representada pelo sua proprietária Sra. Iraci Padilha dos Santos, RG nº 001.739.081 SEJUSP/MS e CPF nº 697.692.579-15.

Empresa: SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA-EPP, CNPJ: 07.103.838/0001-50, representada pelo seu procurador Sr. Leandro Souza Costa, RG nº 000.770.230 SSP/RO e CPF nº 772.642.232-72.

Empresa: WN CONSTRUTORA LTDA-ME, CNPJ: 19.699.306/0001-06, representada pelo seu procurador Sr. Valdemar de Oliveira Pereira, RG nº 0026590-0 SSP/MT e CPF nº 081.035.691-00.

Empresa: ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 15.984.883/0001-99, representada pelo seu procurador Sr. Wagner de Jesus Ribeiro, RG nº 1862786 SESP/GO e CPF nº 556.877.841-87

Empresa: ELETRO TARTARI LTDA, CNPJ: 15.062.235/0001-85, representada pelo seu procurador Sr. Silmar Antônio da Silva de Oliveira, RG nº 1181703-8 SESP/MT e CPF nº 916.963.131-04

Iniciou-se o credenciamento, e foi avisado aos representantes das empresas que estava sendo gravado a sessão e se fosse do interesse das empresas poderiam solicitar a gravação formalmente posteriormente. Logo após foi solicitado os envelopes dos Documentos de Habilitação das empresas. Verificou-se que os mesmos estavam devidamente lacrados, sendo que foram posteriormente rubricados. Passou-se para a fase de abertura dos documentos de habilitação, após a abertura dos envelopes foram rubricados pelos presentes e em seguida ouve a análise dos documentos de habilitação.

Após analisar os documentos da empresa **ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 15.984.883/0001-99,** foi indagado pela empresa **ELETRO TARTARI LTDA, CNPJ: 15.062.235/0001-85,** que a mesma estava impedida de contratar com a administração pública, e solicitou consulta ao portal do Ceis (Cadastro de Empresas Inidôneas), o qual foi verificado pelo presidente da comissão, e o mesmo verificou que a empresa está impedida de contratar com o Município de Cascavel/PR pelo período de 06 (seis) meses, solicitando a inabilitação da mesma.

O presidente da comissão informou ao representantes das empresas que a suspensão produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade sancionador, e produz efeitos apenas no âmbito interno do ente federativo que a aplicar, considerando então a empresa habilitada. O documento que cita a suspensão será acrescentado ao processo.

O representante da empresa disse que iria apresentar recurso quanto a decisão, e o presidente da comissão declara aberto após a assinatura da ata de julgamento o prazo para apresentação da mesma de acordo com o artigo 109 da lei 8.666/93, e que após recebido o recurso formalmente, o mesmo será publicado no portal transparência do município, abrindo desde imediato o prazo para apresentação das contrarrazões caso a empresa apontada tenha o interesse de se manifestar.

Após analisar os documentos das demais empresas, foi verificado pela comissão que apresentaram todos os documentos exigidos no edital.

O presidente da comissão perguntou aos representantes das demais empresas se tinham interesse em interpor recuso, e os mesmo disseram que não iriam interpor recurso.

Nada mais havendo a tratar o presidente declarou encerrada a reunião para recebimento, abertura e julgamento do Edital nº. 011/2019 da Tomada de Preço nº 011/2019, e eu, Eriks Matos da Silva, Presidente da Comissão, lavrei a presente Ata a qual, após lida e aprovada, será assinada pelos representantes das empresas, bem como os membros da comissão de licitação, sendo as 14:15 hrs.

ERIKS MATOS DA SILVA

PRESIDENTE

VILMAR DE SOUZA

MEMBRO

CILSA APARECIDA DE SOUSA CRECENCIO

MEMBRO

JOAO PAULO CAMARGO

Engenheiro Civil

M. R. CONSTRUTORA LTDA-ME

CNPJ: 10.485.271/0001-38

SEC ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA-EPP

CNPJ: 07.103.838/0001-50

WN CONSTRUTORA LTDA-ME

CNPJ: 19.699.306/0001-06

ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP

CNPJ: 15.984.883/0001-99

ELETRO TARTARI LTDA

CNPJ: 15.062.235/0001-85

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
DECRETO Nº 42/2019, DE 09/12/2019 - NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO CURADOR E CONSELHO FISCAL DO IPASFA

DECRETO Nº 42, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do CONSELHO CURADOR e CONSELHO FISCAL do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São Félix do Araguaia (IPASFA), e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 1º inciso VI, da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;

Considerando o disposto nos artigos 65 a 69 da Lei Municipal nº 468, de 1º de junho de 2004;

Considerando a realização de eleições no dia 9 de dezembro de 2019, nos termos dos artigos supracitados;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados como membros do **Conselho Curador**, para mandato de 02 (dois) anos, conforme designação ou eleição:

I – representantes do Poder Executivo:

a) Eslaine Rodrigues Aguiar; e

b) Eleni Milhomem Cirqueira Menezes – Suplente.

II – representantes do Poder Legislativo:

a) Antônio Augusto Miranda Sousa; e

b) Daniela Caetano de Brito - Suplente.

III – representantes dos Servidores Municipais:

a) Danilo Schembek Souza – Presidente;

b) Jason Martins Santos;

c) João Elias de Freitas Neto;

d) Junio de Souza Alves;

e) Lucilene Torres de Melo; e

f) Paulo Roberto Gomes Luz

Art. 2º Ficam nomeados como membros do **Conselho Fiscal**, para mandato de 02 (dois) anos, conforme designação ou eleição:

I – membros titulares:

a) João Neto Pinto Vieira - Presidente;

b) Gilmar Barreira de Almeida; e

c) Max Joaquim Pereira de Almeida Hellebrandt.

II – membros suplentes:

a) Ireny Abadia Rodrigues; e

b) Kátia Bento Luz.

Art. 3º Os servidores acima nomeados serão regidos pela Lei Municipal nº 468, de 1º de junho de 2004 e seus respectivos Regimentos Internos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal, em São Félix do Araguaia (MT), 9 de dezembro de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 34/2017– PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

QUINTO Termo Aditivo ao Contrato que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** e a empresa ***GABRIELLE DE SOUZA COSTA.***

As partes de comum acordo resolvem alterar o contrato primitivo, conforme as condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA -Fica aditado o Contrato de compra nº 34/2017 – Pregão Presencial nº 05/2017 no que concerne a Cláusula Oitava alterando a vigência que passa a ser por mais 12(doze) meses até o dia 30 de Dezembro de 2020, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entres as partes, obedecendo à legislação específica (art. 57,II c/c §4 da Lei 8666/93).

CLÁUSULA SEGUNDA -As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem de comum acordo as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma em uma (01) lauda, para que produza os efeitos legais.

São José do Povo, 11 de Dezembro de 2019.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI N° 787/2019 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

"Institui o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo - SIMASE, nas modalidades de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, destinado a Adolescentes em conflito com a Lei no Município de São José do Povo (MT) e dá outras providências".

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito de São José do Povo (MT), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Art. 1º - Esta Lei institui o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (SIMASE) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

Art. 2º - O SIMASE compreende o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas no Município de São José do Povo, de acordo com a Lei n° 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE, integrado a todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.

Art. 3º - O SIMASE será organizado sob a responsabilidade da Secretaria de Assistência Social de São José do Povo (MT), a quem caberá estabelecer normas, acompanhamento e fiscalização;

§ 1º o Centro de Referência em Assistência Social CRAS será o órgão responsável pela execução do Programa de Atendimento Socioeducativo em meio aberto;

§ 2º Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente competem às funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como outras definidas na legislação municipal.

Art. 4º - Compete à Secretaria de Assistência Social:

I - formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo Estado de São José do Povo;

II - criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;

III - editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo;

Art. 5º - O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de que trata o inciso II, do artigo anterior deverá incluir um diagnóstico da situação do SINASE, as diretrizes, os objetivos, as metas, as prioridades e as formas de financiamento e gestão das ações de atendimento para os 10 (dez) anos seguintes, em sintonia com os princípios elencados no ECA.

Art. 6º - O Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo tem por objetivos:

I - atender ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, nos moldes estabelecidos no Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Lei nº 12.594/2012-SINASE), no Plano Estadual de Medidas Socioeducativas, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);

II - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando sua reparação, dentro das competências do Município;

III - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento do seu Plano Individual de Atendimento PIA.

IV - criar condições para inserção, reinserção e permanência do adolescente no sistema de ensino;

V - contribuir para o acesso a direitos e prover atenção sócio assistencial.

Art.7º - O SIMASE consistirá em:

I - atender aos adolescentes deste Município que tenham cometido delitos de pequeno potencial ofensivo, encaminhados pela Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Rondonópolis (MT);

II - promover atividades que envolvam aprendizado relativo à cidadania, informática, esportes, recreação, artes e cultura;

III - capacitar os adolescentes participantes do programa para o ingresso no mercado de trabalho;

IV - implementar parcerias com entes públicos e com a iniciativa privada para a concessão de estágios e trabalho para os adolescentes atendidos pelo programa.

Art.8º - O SIMASE será cofinanciado com recursos dos Governos Federal, Estadual e Municipal;

Art.9º- O programa Municipal de Atendimento Socioeducativo deve ser contemplado no PPA, LDO e Orçamento Municipal, garantindo os recursos Municipais próprios necessários para o desenvolvimento do SIMASE.

Art.10 - A execução das Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade reger-se-ão pelos seguintes princípios, nos termos do art. 35 da Lei nº 12.594/2012:

I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;

II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de auto composição de conflitos;

III - proporcionalidade;

IV - brevidade da Medida em resposta ao ato cometido;

V - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;

VI - mínima intervenção, para realização dos objetivos da medida;

VII- não discriminação do adolescente;

VIII- fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

Art.11 - O cumprimento das Medidas Socioeducativas, em regime de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviço à Comunidade, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.

Parágrafo único. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei n° 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal.

Art.12 - O PIA será elaborado sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social, coordenação e equipe técnica multidisciplinar do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS, por meio do respectivo programa de atendimento, com a participação efetiva do adolescente e de sua família, e deverá conter, no mínimo:

I - os resultados da avaliação interdisciplinar;

II - os objetivos declarados pelo adolescente;

III - a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional;

IV - atividades de integração e apoio à família;

V - formas de participação da família para efetivo cumprimento do plano individual; e

VI - as medidas específicas de atenção à sua saúde.

Art. 13 - Para o cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida.

Art.14 - Para a elaboração do PIA, a direção do respectivo programa de atendimento, pessoalmente ou por meio de membro da equipe técnica, terá acesso aos autos do procedimento de apuração do ato infracional e aos dos procedimentos de apuração de outros atos infracionais atribuídos ao mesmo adolescente.

Art.15 - É de responsabilidade do órgão gestor instituir a avaliação e monitoramento do Sistema Socioeducativo, podendo criar grupos de avaliação e aprimoramento das condições de atendimento, sem caráter fiscalizatório, a fim de verificar a adequação dos programas e propor melhorias.

Art. 16 - A Avaliação e o Monitoramento do Sistema Socioeducativo devem considerar indicadores de diferentes naturezas, contemplando aspectos quantitativos e qualitativos nos seguintes grupos:

I. Indicadores de maus tratos;

II. Indicadores de tipos de ato infracional e de reincidência;

III. Indicadores de oferta e acesso: número de vagas por programa no Município;

IV. Número de adolescentes por entidade e/ou programa de atendimento Socioeducativo; número médio de adolescentes por entidade e/ou programa de atendimento Socioeducativo;

Art.17 - Elaborar anualmente o relatório sobre as atividades e resultados do Sistema Socioeducativo Municipal.

Art.18 - Fica aprovado o Plano de Atendimento Socioeducativo constante do anexo único.

Art.19 - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias constantes do Orçamento Geral do Município, suplementadas se necessário.

Art.20 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 11 de Dezembro de 2019;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____/__/____.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
LEI N° 786/2019 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÔE SOBRE, DENOMINAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO ASSENTAMENTO PADRE JOSIMO DESTE MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º. Denominar-se-á de ELIETE MARIA SILVA SANTOS no Posto de Saúde do Assentamento Padre Josimo de São José do Povo-MT, localizada na Associação do mesmo Assentamento, neste Município.

ARTIGO 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 11 de Dezembro de 2019;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2019

PREGÃO PRESENCIAL 06/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2019, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO E SO ONIBUS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI. As partes de comum acordo resolvem alterar o contrato primitivo, conforme as condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS – Fica aditado no que se concede a Clausula Oitava, alterando a vigência do contrato por mais 12(doze) mes que passa a ser até o dia 31 de Dezembro de 2020.

151 02 060 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 361 8030 2181 – EXECUTAR AUXILIO FINANC. TRANSP. ESCOLAR – ESTADUAL

3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

609 02 140 – SECRETARIA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

08 244 9260 2071 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECR. DE PROM. SOCIAL

3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

CLAUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem de comum acordo as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma em uma (01) lauda, para que produza os efeitos legais.

São José do Povo – MT; 11 de Dezembro de 2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

I TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 108/2018 – INEXIBILIDADE 04/2018

Segundo Termo Aditivo ao Contrato que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO** e a empresa **SEGER SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SPE LTDA-EPP.**

As partes de comum acordo resolvem alterar o contrato primitivo, conforme as condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA -Fica aditado o Contrato de nº 108/2018 no que concerne a Cláusula Oitava prorrogando a vigência por mais 12 (doze) meses, que passa a ser até o dia 24 de Dezembro de 2020, através de termo aditivo em conformidade com legislação específica (art. 57 inciso II Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA SEGUNDA -As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem de comum acordo as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma em uma (01) lauda, para que produza os efeitos legais.

São José do Povo, 11 de Dezembro de 2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

VII TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 40/2017

PREGÃO 13/2017

SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2017 – CELEBRADO EM 31 DE MARÇO DE 2017**, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO E A EMPRESA KA – ASSESSORIA, CONSULTORIA E COMTABILIDADE A ENTIDADES PUBLICAS S/S LTDA-ME.** As partes de comum acordo resolvem alterar o contrato primitivo, conforme as condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS – Fica aditado no que se concede a Clausula Oitava, alterando a vigência do contrato por mais 12(doze) meses que passa a ser até o dia 31 de Dezembro de 2020.

CLAUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem de comum acordo as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma em uma (01) lauda, para que produza os efeitos legais.

São José do Povo – MT; 11 de Dezembro de 2019.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO DISPENSA Nº. 27/2019

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **52/2019**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: ANDREA C. OLIVEIRA BASSO - EPP , CNPJ nº 03.291.519/0002-45, no valor TOTAL DOS ITENS de R$ 6.430,00 (Seis Mil, e Quatrocentos e Trinta Reais.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 10 de Dezembro de 2019.

_____
ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO DISPENSA Nº. 26/2019

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **52/2019**, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: GILVAN LIMA RIBEIRO , CNPJ nº 35.449.274/0001-47, no valor GLOBAL de R$ 4.600,00 (Nove Mil, e Duzentos Reais.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 10 de Dezembro de 2019.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/2018

INEGIBILIDADE 01/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/2018, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO E ENERGISA – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA MATO GROSSO S/A. As partes

de comum acordo resolvem alterar o contrato primitivo, conforme as condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS – Fica aditado no que se concede a Clausula Quinta, alterando a vigência do contrato por mais 12(doze) mes que passa a ser até o dia 31 de Dezembro de 2020.

637 03 110 – SECRETARIA DE SAUDE

10 122 9150 2122 – MANTER AS AÇÕES ADM. DA SEC. MUN. DE SAUDE

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

88 02 050 – SERETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

04 122 7070 2017 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

50 02 030 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

04 122 5020 2010 – MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

109 02 050 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

17 512 9310 2045 – CONSERVAR A REDE DE AGUA

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSIA JURIDICA

586 05 150 – FUNDO MUNICIPAL DO SALARIO EDUCAÇÃO

12 361 8030 2155 – EXECUTAR O PROGRAMA SAL. EDUCAÇÃO – FEDERAL

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

139 02 060 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12 361 8010 2027 – MANTER O ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SRVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

CLAUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem de comum acordo as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma em uma (01) lauda, para que produza os efeitos legais.

São José do Povo – MT; 11 de Dezembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO DE ATA E REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2019

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo Licitatório nº 029/2019 – Processo Administrativo nº 3538/2019

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento dos interessados, que aderiu através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 3538/2019** Ata de Registro de Preço **140/2019** referente ao Pregão PRESENCIAL **nº 126/2019**, realizada pela **Prefeitura Municipal de Confresa - MT**. Essa adesão visa à contratação de locação de caminhões, maquinários e equipamentos, pela Secretaria Municipal de OBRAS E INFRAESTRUTURA **São José do Xingu – MT.**

DETENTORA DA ATA: SEMEC – SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ – 15..062.243/0001-21, estabelecida na **AV. INDUSTRIAL, Nº 257, CEP** – **78.652.000** do Município de **CONFRESA – MT.**

Total R$ 140.100,00 (cento e quarenta mil e cem reais).

São José do Xingu – MT, 11 de dezembro de 2019.

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro Municipal

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÃO
TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de São José do Xingu/MT.

RESOLVE: REVOGAR em todos os seus termos, por interesse da administração, para fins de adequação do edital para melhor atender o serviço público , o Processo Licitatório tombado sob. nº. 030/2019, e conseguintemente a licitação por pregão presencial com número nº 029/2019, cujo objeto é a: O PRESENTE PREGÃO PRESENCIAL TEM POR OBJETO **A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU/MT, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA**.

São José do Xingu/MT, em 11 de dezembro de 2019.

Vanderley Soares da Silva Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIAS PERÍODO 01 A 10 DE DEZEMBRO DE 2019

PORTARIA Nº 323 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - EXONERAR do cargo de ODONTÓLOGO por motivo de Aposentadoria por Idade o servidor PAULO CESAR SILVEIRA, nomeado através da PORTARIA – GP Nº 103 DE 28 DE MARÇO DE 1996.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE DEZEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 324 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias ao servidor DEGMARCOS MACEDO DE OLIVEIRA, no período de 02/11 a 31/12/2019, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 02 DE DEZEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL

PORTARIA Nº 325 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a **instauração de sindicância** para apurar possíveis desvio de bens públicos.

Artigo 2º - CONSTITUIR **Comissão de Sindicância** integrada pelos servidores MEIRIVANIA ALVES DE SOUZA, servidora pública municipal devidamente concursada para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, portadora do RG n. 1759928-8-SSP/MT e do CPF n. 021.477.861-44, JOSÉ CHARUPÁ GOMES, servidor público municipal devidamente concursado para o cargo de PROFESSOR II - PEDAGOGIA, portador do RG nº 736212-SSP/MT e do CPF nº 452.523.511-04 e VALMIR IZIDORIO PEREIRA, servidor público municipal devidamente concursado para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, portador do RG nº 739834 – SSP/MT e do CPF nº 488.652.141-04, para, sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao disposto no item precedente.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 04 DE DEZEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 326 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a **instauração de Processo Administrativo Disciplinar** para apurar as irregularidades no pagamento de multas de transito e devidas responsabilidades.

Artigo 2º - CONSTITUIR **Comissão de Processo Administrativo Disciplinar** integrada pelos servidores REGINALDO DE SOUZA FERNANDES, servidor público municipal devidamente concursado para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, portador do RG n. 1494843-5-SSP/MT e do CPF nº 005.875.481-42, ELISABETE APARECIDA NOGUEIRA DOS SANTOS, servidora pública municipal devidamente concursada para o cargo de ATENDENTE DE ENFERMAGEM, portadora do RG nº 2123190-2-SSP/MT e do CPF nº 106.826.568-01 e MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA, servidora pública municipal devidamente concursada para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, portador do RG nº 1140844-8 – SSP/MT e do CPF nº 824.268.121-2, para, sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao disposto no item precedente.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 04 DE DEZEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 327 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE NIVEL/CLASSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER elevação de nível/classe de acordo com Artigos 39 e 40 da Lei Municipal 755/98, referente ao mês de novembro de 2019, dos servidores relacionados EDNA APARECIDA BIANCHINI e MARIA DE FATIMA OLIEIRA BOTASSIN.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 06 DE DEZEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PORTARIA Nº 328 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO E MERECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER promoção por tempo de serviço e ou merecimento, conforme Parágrafo Único do Artigo 25 e Parágrafo I do Artigo 40 da Lei complementar 004/2003 para o mês de dezembro de 2019, conforme ANEXO I.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 06 DE DEZEMBRO DE 2019

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

O Senhor **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais, e especificadamente nos termos do Artigo 25, Inciso III da Lei Federal nº. 8. 666, de 21/06/1993, atualizada pelas Leis n. º 8.883/94 e 9.548/98, "**RATIFICA O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2019**", a favor da Empresa: **OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ: 17.468.557/0001-54**. Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE DIREITOS DE USO DE SOFTWARES INTEGRADOS PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS, ESTATÍSTICAS, PEDAGÓGICAS, INTERAÇÃO COM O INEP/MEC, DIÁRIO ELETRÔNICO, COM SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA DE DESENVOLVIMENTO COM TECNOLOGIA ON/OFF LINE.** Valor Global estimado **R$ 206.400,00** (Duzentos e Seis Mil e Quatrocentos Reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO N.º 016/2019

PROCESSO Nº 019/2019.

CONVITE Nº 003/2019.

CONTRATO Nº 016/2019

OBJETO DO TERMO DE RESCISÃO: FICA RESCINDIDO AMIGAVELMENTE O CONTRATO N.º 016/2019, NADA MAIS TENDO A RECLAMAR UMA DA OUTRA, A QUALQUER TÍTULO E EM QUALQUER ÉPOCA, RELATIVAMENTE ÀS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NO AJUSTE ORA RESCINDIDO DE FORMA AMIGAVEL**.**

FAVORECIDO: ACPI INFORMATICA LTDA**.**

CNPJ: 05.208.075/0001-86

DATA DE ASSINATURA: 11/12/2019.

FUNDAMENTO LEGAL: Cláusula Oitava do Contrato n.º 016/2019 e no art. 78, inciso XVII e art. 79, inciso II, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Serra Nova Dourada - MT, em 12 de Dezembro de 2019.

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE SERRA NOVA DOURADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 680/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS" de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 06/01/2020, com término em 04/02/2020, referente ao período aquisitivo de 25/11/2017 à 24/11/2018,* a senhora ***LUCIANA ALANIS CLEMENTE DE LAET*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 1145, no cargo de ***Técnico de Nível Superior III – Auditor Público Interno***, lotada na Controladoria Geral desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 689/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 06/01/2020*, com término em 04/02/2020, *referente ao período aquisitivo de 19/12/2017 a 18/12/2018,* a senhora ***CLEUDETE GRASSI MARCINIAK*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 911, no cargo de **Técnico da Saúde II – Técnico em Enfermagem**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 679/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO FINAL", pelo período de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 20/01/2020 com término em 18/02/2020, do período aquisitivo de 16/04/2012 a 15/04/2017, sem prejuízo de sua remuneração* ao Senhor ***DONIZETE LAMERA*,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1362, admitido em 16/04/2012, no cargo de **Apoio Administrativo Educacional Vigilância**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura, de acordo com o Art. 55, da Lei Municipal nº. 1080/2017 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 678/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder **"*LICENÇA PRÊMIO PARCELADA" pelo período de 30 (trinta) dias, iniciando-se em 06/01/2020 e término em 04/02/2020****,** *referente ao período aquisitivo de 18/06/2012 à 17/06/2017, sem prejuízo de sua remuneração* do Senhor ***FLAVIO APARECIDO DIAS*****,** servidor efetivo, admitido em 18/06/2012, com matricula no RH nº. 1403, no cargo de **Especialista da Saúde I – Educador Físico**, **lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura**, *de acordo com* Art. 42 c/c Art. 43, §1º, da Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Art. 2º. - Do período aquisitivo acima citado, remanescem mais 60 (sessenta) dias de direito a Licença Premio a serem gozadas posteriormente.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 690/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO FINAL", pelo período de 30 (trinta) dias, iniciando-se em 10/12/2019 com término em 08/01/2020, do período aquisitivo de* *28/06/2011 à 27/06/2016****, sem prejuízo de sua remuneração*** à Senhora ***MAGALY ANGELA BAESSO TREUHERZ*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 243, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento desta Prefeitura, de acordo com o Art. 36 c/c Art. 37, §1º, da Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 10/12/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 691/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO, pelo período de 90 (noventa) dias, iniciando-se em 04/12/2019 com término em 02/03/2020**,** *do período aquisitivo de 20/04/2012 à 19/04/2017, sem prejuízo de sua remuneração* o Senhor ***LORIAN DEVES*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1372, admitido em 20/04/2012, no cargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com o Art. 36 c/c Art. 37, §1º, da Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 692/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – REVOGAR A PORTARIA Nº 150/2019, que **designou** o senhor ***JOSE ANTONIO RODRIGUES*****,** como responsável pelas atividades de coordenação e funcionamento da Casa de Passagem Institucional, pela alimentação e transporte das Crianças acolhidas na Casa do Menor; bem como revogar a concessão da Função Gratificada, em virtude de que o servidor não irá mais exercer as funções, conforme descrito no Memorando 73-2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 677/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 06/01/2020, com término em 04/02/2020**,** *referente ao período aquisitivo de 05/06/2018 à 04/06/2019,* ao senhor ***WANDERLEY MOURA DO NASCIMENTO*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 759, no cargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 687/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ***"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 06/01/2020, com término em 04/02/2020****, referente ao período aquisitivo de 08/05/2018 a 07/05/2019,* ao senhor ***MARCELO DA SILVA NASCIMENTO*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 105, no cargo de **Agente da Administração Pública II - Motorista**, **lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 675/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 06/01/2020*, com término em 04/02/2020*, *referente ao período aquisitivo de 22/10/2018 a 21/10/2019, à* Senhora **MARCIANA MAXIMO COWASKI**, servidora efetiva, admitida em 22/10/2018, nocargo de **Especialista da Saúde II - Psicólogo,** com matricula no RH nº. 1842, **lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura,** de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999 e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 674/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO PARCELADA", pelo período de 30 (trinta) dias, iniciando-se em 06/01/2020 com término em 04/02/2020**, do período aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração* o Senhor **JOSE APARECIDO NORATO**, servidor efetivo, admitido em 10/03/2009, nocargo de **Agente de Manutenção – Trabalhador Braçal,** com matricula no RH nº. 1198, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com o Art. 36 c/c Art. 37, §1º, da Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Art. 2º. - Do período aquisitivo acima citado, remanescem mais 30 (trinta) dias de direito a Licença Premio a serem gozadas posteriormente.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 673/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 06/01/2020*, com término em 04/02/2020*, *referente ao período aquisitivo de 02/06/2018 a 01/06/2019,* ao Senhor **ANTONIO CARLOS CANDIDO**, servidor efetivo, admitido em 02/06/2006, nocargo de **Agente da Administração Publica – Mestre de Obras,** com matricula no RH nº. 742, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999 e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 686/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ***"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 06/01/2020, com término em 04/02/2020****, referente ao período aquisitivo*

de 02/06/2018 a 01/06/2019, a senhora ***RITA PEREIRA DA SILVA CANDIDO*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 737, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 672/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 06/01*2020, com término em 04/02/2020*, referente ao período aquisitivo de 08/06/2018 à 07/06/2019, a**o senhor ***ROBERTO VAGNER PINHEIRO*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 786, no cargo de **Técnico de Nível Médio II – Técnico Agrícola**, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 671/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 06/01*2020, com término em 04/02/2020*, referente ao período aquisitivo de 13/11/2018 a 12/11/2019,** ao senhor ***JOAO PAULO MARTINS DA COSTA*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1499, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 685/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*LICENÇA PRÊMIO", pelo período de 90 (noventa) dias, iniciando-se em 20/01/2020 com término em 18/04/2020**, do período aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração** o Senhor ***ORLANDO BONTEMPO*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 231, no cargo de **Agente da Administração Pública III – Tratorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura**, de acordo com o Art. 36 c/c Art. 37, §1º, da Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 676/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 06/01/2020*, com término em 04/02/2020*, referente ao período aquisitivo de 22/10/2018 a 21/10/2019,** à Senhora **TALYTTA MAGALHAES MELGAREJO ROSAS**, servidora efetiva, admitida em 22/10/2018, nocargo de **Especialista da Saúde II – Fisioterapeuta,** com matricula no RH nº. 1846, lotada na Secretaria Municipal de Saúde **desta Prefeitura,** de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999 e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 666/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **ALINE TREUHERZ**, servidora efetiva, admitida em 12/12/2006, nocargo de **Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem,** com matricula no RH nº. 910, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe C – Nível 12, para perceber na Classe C – Nível 13, correspondente ao valor de R$: 3.171,37 (Três Mil, Cento e Setenta e Um Reais e Trinta e Sete Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 665/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **SILVANA APARECIDA AUGUSTO**, servidora efetiva, admitida em 01/12/2006, nocargo de **Técnico da Saúde I – Agente Administrativo da Saúde,** com matricula no RH nº. 909, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe E – Nível 12, para perceber na Classe E – Nível 13, correspondente ao valor de R$: 2.312,46 (Dois Mil, Trezentos e Doze Reais e Quarenta e Seis Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 682/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 06/01*/2020, com término em 04/02/2020*, *referente ao período aquisitivo de 11/10/2018 a 10/10/2019, à* senhora ***JEIZIANE MENDONÇA DA SILVA*,** servidora efetiva, admitida em 11/10/2018, com matricula no RH nº. 1833, no cargo de **Técnico de Nível Superior I – Psicólogo**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 681/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 06/01*/2020, com término em 04/02/2020*, *referente ao período aquisitivo de 08/08/2018 à 07/08/2019,* a senhora ***LEIA CASSIA GALETTI FERREIRA*,** servidora com matricula no RH nº. 1140, no cargo de **Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem**, **lotada na Secretaria Municipal de Saúde desta Prefeitura**, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 670/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER "*FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 06/01*/2020 com término em 04/02/2020*, *referente ao período aquisitivo de 07/08/2018 A 06/08/2019,* ao senhor ***JOSE DONIZETE RIBEIRO RODRIGUES*,** servidor com matricula no RH nº. 886, no cargo de **Agente de Manutenção – Trabalhador de Serviços Gerais,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 669/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"LICENÇA PRÊMIO PARCELADA", pelo período de 30 (trinta) dias, iniciando-se em 06/01/2020 com término em 04/02/2020**, do período aquisitivo de 28/06/2011 à 27/06/2016, sem prejuízo de sua remuneração* ao Senhor ***EXPEDITO PEREIRA DE ALENCAR*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 232, no cargo de **Agente da Administração Pública III – Auxiliar de Saneamento**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura**,** de acordo com o Art. 36 c/c Art. 37, §1º, da Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda com a Constituição Federal.

Art. 2º. - Do período aquisitivo acima citado, remanescem mais 60 (sessenta) dias de direito a Licença Premio a serem gozadas posteriormente.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 693/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Conceder ***LICENÇA MATRIMONIAL*** *pelo período de* ***20 (vinte) dias consecutivos****, durante o período de 12/12/2019 a 31/12/2019, ao* Senhor ***THANYS ALESSANDRO DE OLIVEIRA*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1379, no cargo de **Técnico da Fiscalização e Arrecadação – Fiscal Tributário**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento desta Prefeitura, em conformidade *com a Certidão de Casamento, lavrada em 07/12/2019* e de acordo com Lei Municipal nº. 218/99, Art. 94 - III e, de acordo com a Constituição Federal.

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;

Registre-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 668/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **GIVANILDA MESSIAS DA SILVA**, servidora efetiva, admitida em 02/06/2008, nocargo de **Agente de Manutenção – Trabalhadora de Serviços Gerais**, com matricula no RH nº. 1124, licenciada no período de 14/07/2011 a 17/01/2012, **lotada na Secretaria Municipal de** Finanças desta Prefeitura da **Classe C – Nível 10 para perceber na Classe C – Nível 11, correspondente ao valor de R$: 1.572,37 (Um Quinhentos, Quinhentos e Setenta e Dois Reais e Trinta e Sete Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 683/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 08/01/*2020, com término em 06/02/2020*, referente ao período aquisitivo de 08/01/2019 à 07/01/2020,* à senhora ***GENEZI CORDOBA DE OLIVEIRA*****,** servidora comissionada, com matricula no RH nº. 1788, no cargo de **Coordenadora de Habitação Popular**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 12 de Dezembro de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 663/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **MAYKON DOUGLAS SOUZA ANGELI**, servidor efetivo, admitido em 19/12/2013, nocargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo,** com matricula no RH nº. 1503, lotado na Secretaria Municipal de Finanças desta Prefeitura Municipal, da **Classe A – Nível 05 para perceber na Classe A – Nível 06, correspondente ao valor de R$: 1.519,65 (Um Mil, Quinhentos e Dezenove Reais e Sessenta e Cinco Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

DECISÃO: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD Nº. 004/2019

MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT. Gabinete do Prefeito. DECISÃO: Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº. 004/2019 – INTIMAÇÃO: Servidor(a) Diego Marcelo dos Santos. Advogado: Dr. Carlos Henrique da C. dos Santos, OAB/MT 26.512. DISPOSITIVO: Por todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o presente Processo Administrativo Disciplinar instaurado contra o servidor DIEGO MARCELO DOS SANTOS, para absolvê-lo da imputação que lhe pesa, tipificado 126, VI, e condená-lo nas penas do artigo 112, incisos XV e XVII, todos da Lei Municipal nº. 218/1999 (Estatuto dos Servidores). Desta forma, APLICO ao servidor a PENA DE SUSPENSÃO PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) DIAS por ter o mesmo faltado aos deveres funcionais. O que faço por entender ser medida justa, proporcional, e que melhor se coaduna com a preservação dos interesses da própria coletividade, nos termos dos argumentos acima descritos. Por ser conveniente ao serviço público, CONVERTO a pena de suspensão em multa, na proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor do dia de remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço. Destaco que o valor da multa deverá ser descontado em parcelas mensais direto na folha de pagamento do servidor, não podendo a décima parte de sua remuneração ou provento. E, assim o faço com espeque nos artigos 160, 161, 124 e 50, todos da Lei Municipal nº. 218/99 (Estatuto dos Servidores Públicos de Tabaporã). Determino o retorno imediato do servidor às funções do cargo, bem como sua intimação pessoal e a publicação desta decisão via Jornal Oficial do Município. Registre a penalidade na ficha funcional do servidor. Publique-se. Registre-se e Cumpra-se. À Secretaria de Administração para as providências e anotações necessárias. Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã/MT, aos dez dias do mês de dezembro de 2019. SIRINEU MOLETA. Prefeito Municipal.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 684/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 20/01/2020*, com término em 18/02/2020*, *referente ao período aquisitivo de 12/01/2018 a 11/01/2019,* ao Senhor **ANGELO BONTEMPO NETO**, servidor efetivo, admitido em 30/06/2008, nocargo de **Agente da Administração Pública II – Motorista,** com matricula no RH nº. 1132, licenciado no período de 11/01/2013 a 11/01/2015, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura**,** de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999 e ainda com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 667/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** da Senhora **CLEUDETE GRASSI MARCINIAK**, servidora efetiva, admitida em 19/12/2006, nocargo de **Técnico da Saúde I – Técnico em Enfermagem,** com matricula no RH nº. 911, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, da **Classe C – Nível 12, para perceber na Classe C – Nível 13, correspondente ao valor de R$: 3.171,37 (Três Mil, Cento e Setenta e Um Reais e Trinta e Sete Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 842/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 664/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **ELEVAR O TEMPO DE SERVIÇO** do Senhor **NEWTON TOLEDO BRESSAN JUNIOR**, servidor efetivo, admitido em 03/12/2012, nocargo de **Técnico de Nível Superior III – Engenheiro Civil,** com matricula no RH nº. 1428, **lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos desta Prefeitura Municipal**, da **Classe B – Nível 06 para perceber na Classe B – Nível 07, correspondente ao valor de R$: 5. 133,50 (Cinco Mil, Cento e Trinta e Três Reais e Cinquenta Centavos),** *de acordo com a Lei Municipal nº. 840/2011 e suas alterações, e ainda, em conformidade com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 688/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL COM ELEVAÇÃO DE CLASSE da Senhora **ROZANA CANDIA DE BRITO,** servidora efetiva, admitida em 29/02/2008,com matricula no RH nº. 1075, nocargo de **Técnica de Desenvolvimento Infantil**, **lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura** Municipal, da **Classe A – Nível 04,** para perceber na categoria da **Classe B – Nível 04, correspondente ao valor de R$: 2.605,31 (Dois Mil, Seiscentos e Cinco Reais e Trinta e Um Centavos),** por ter *concluído* o Ensino Superior de Licenciatura em Pedagogia, *nos termos do Art. 9º, §1º, inciso II, c/ c com o Art. 45, da Lei Municipal nº. 1.080/2017 e ainda, de acordo com a Constituição Federal.*

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 12 de Dezembro de 2019.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2019

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2019. A Presidente da CPL, nomeada pela Portaria nº 753/2019 de 26.07.2019, torna público que, por determinação do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, consoante o Decreto nº 019 de 23.01.2017, com base no Parecer Jurídico nº 554/2019 e Relatório da CPL nº 011/2019, RATIFICA o Procedimento Administrativo nº 250/2019. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA,** desta municipalidade,com fulcro no Art. 24, Inciso IV da Lei 8.666/93**-** através da empresa **AUTO POSTO FAVETTI LTDA**, devidamente inscrito no **CNPJ N° 05.666.280/0001-95,** no valor de **R$ 365.025,95** (Trezentos e sessenta e cinco mil, vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos). Tangará da Serra-MT, 11 de Dezembro de 2019. Janine Cristina Gruber Nogueira - Presidente da CPL.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2019

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2019. A Presidente da CPL, nomeada pela Portaria nº 753/2019 de 26.07.2019, torna público que, por determinação do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, consoante o Decreto nº 019 de 23.01.2017, com base no Parecer Jurídico nº 251/2019 e Relatório da CPL nº 012/2019, RATIFICA o Procedimento Administrativo nº 555/2019. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA,** desta municipalidade,com fulcro no Art. 24, Inciso IV da Lei 8.666/93**-** através da empresa **COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS SHOPPING LTDA**, devidamente inscrito no **CNPJ N° 03.449.173/0001-80,** no valor de **R$ 21.245,00** (Vinte e um mil, duzentos e quarenta e cinco reais). Tangará da Serra-MT, 11 de Dezembro de 2019. Janine Cristina Gruber Nogueira - Presidente da CPL.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2019

AVISO DE ABERTURA- PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2019, que fará realizar no dia **27 DE DEZEMBRO DE 2019, às 08:00** horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço Por Item. Objeto: **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO TOCO NO CHASSI E UM ROLO COMPACTADOR PNEUMÁTICO, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA,** deste município**,**conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante do Edital. As despesas decorrentes da presente licitação serão custeadas com Recursos do Convênio Plataforma Brasil nº 882626/2019, com a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **13 de Dezembro de 2019**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 11 de Dezembro de 2019. Maria Alves de Souza - Chefe Departamento de Licitação.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2019

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2019, **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra, conforme especificações constantes dos Anexos II e III, deste Edital.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 753 de 26.07.2019, torna público o resultado e homologação do certame acima referido, o qual poderá ser acessado na íntegra, através do link: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Resultado-de-Licitacao/. Tangará da Serra-MT, 11 de Dezembro de 2019. Jociane Cristina de Lima – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LICENÇA PREVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO JUNTO À SEMA

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte, CNPJ nº **01.978.212/0001-00,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI) para construção de um Portal e Conjunto de Sanitários no Parque Vale do Esperança, localizado no município de Terra Nova do Norte/MT.

CONTRATOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 114/2019

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 114/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

***CONTRATADO:*INSTALADORA VIANNA LTDA-ME**

OBJETO : O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR, PRORROGAR POR 90(NOVENDA) DIAS, O PRAZO DO CONTRATO NÚMERO 114/2019, DATADO DE 30 DE ABRIL DE 2019, PASSANDO A TER SEU TERMO DE ENCERRAMENTO EM 30 DE NOVEMBRO DE 2020 E 90(NOVENNTA) DIAS DO SEU PRAZO DE EXECULÇÃO.

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº95 /2019

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 95 /2019

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

EDITAL DE PREGÃO: 95/2019

PROCESSO: 126/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SHOWS PIROTÉCNICOS. TIPO: MENOR PREÇO

DATA: 23/12/2019

HORÁRIO: 07:30 HORAS

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. **O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT**, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7H00 ÀS 13H00). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 82/2019

SÚMULA: "Estabelece que o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) poderá ser pago à vista com descontos variáveis".

VALTER KUHN, *Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1º O valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) poderá ser pago à vista, com descontos variáveis, observado o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Para o exercício de 2020, no pagamento à vista, em cota única, será concedido um desconto de 10% (dez por cento).

Art. 2º A partir do exercício de 2020, o contribuinte fará jus a descontos variáveis, de até 15% (quinze por cento), para o pagamento à vista, quando tiver optado nos anos anteriores pelo pagamento em cota única, observado o seguinte:

I. o desconto normal de 10% (dez por cento), previsto no artigo 1º desta Lei será acrescido, anualmente, de 2% (dois por cento), em relação ao exercício imediatamente anterior, no qual o contribuinte optou pelo pagamento à vista, e assim, sucessivamente, até atingir o limite de 15% (quinze por cento); e

II. ocorrendo a inadimplência no pagamento à vista, o contribuinte perderá o direito ao desconto diferenciado, retornando no exercício seguinte aos descontos normais estabelecidos no artigo 1º desta Lei.

III. O Município poderá conceder bônus de adimplência sobre o IPTU à contribuinte pessoa física ou jurídica que, em relação a cada matrícula ou inscrição, estiver em situação de adimplência à data do lançamento e cujo pagamento se der até a data de vencimento.

§ 1º A regulamentação quanto à forma e datas para pagamento serão fixadas pelo Poder Executivo em regulamento próprio.

§ 2º O contribuinte que não quiser optar pelo pagamento em cota única com descontos variáveis na forma prevista nesta Lei, continuará utilizando a forma de pagamento parcelada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor em 90 (noventa) dias, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte/MT, 10/12/2019.

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECLARAÇÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Declaro para os devidos fins que o projeto da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte para construção de um Portal e Conjunto de Sanitários no Parque Vale do Esperança, está em conformidade com as normas desta Prefeitura no que se refere ao uso e ocupação do solo, não havendo restrições à execução do mesmo.

Terra Nova do Norte, 11 de dezembro de 2019.

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

PREVITER
PORTARIA N.º 090/2019

***"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA* a servidora Sra. Marli Salete Moresco."**

A Diretora Executiva do PREVITER - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n.º 1.386/2018 de 15 de maio de 2018, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. ***Marli Salete Moresco*** portadora do RG n.º 0709999-1 SSP/MT e do CPF n. º 604.471.681-34 residente e domiciliada no município de Terra Nova do Norte/MT, servidora efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculada sob o nº 2773, com vencimentos integrais, **a partir de 26.10.2019 e término em 26.11.2019**, conforme processo administrativo do PREVITER, n.º **2019.05. 0053.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a **26.10.2019**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Terra Nova do Norte - MT, 29 de Novembro de 2019.

_____

Marcilene Guariente

Diretora Executiva

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 256/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 256/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: J L REIS EIRELI

OBJETO : SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS NOTURNOS PARA ATENDIMENTO NO	**4**	**R$ 1. 200,00**	**R$ 4. 800,00**

HOSPITAL MUNICIPAL EM FINS DE SEMANA E FERIADOS 12 HORAS .			
SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS DIURNO PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL EM FINS DE SEMANA E FERIADOS 12 HORAS .	**3**	**R$ 1. 200,00**	**R$ 3. 600,00**

VALOR: R$ 8.400,00

VIGÊNCIA: 10/12/2019 ATÉ 10/02/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 464

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 255/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 255/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: TIAGO SACHET - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COFFEE-BREAKS E LANCHES DURANTE PALESTRAS, CURSOS, CONFERENCIAS, TREINAMENTOS, OFICINAS.

VALOR: R$ 4.344,40

VIGÊNCIA: 10/12/2019 Á 10/03/2020

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 257.2019

EXTRATO DO CONTRATO: 257.2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: MEIRIELEN DE FATIMA ZUCHI DE OLIVEIRA

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE PLANTOES MEDICOS NOTURNOS PARA ATENDIMENTO EM DIAS UTEIS E FINS DE SEMANA DE 12 HORAS CADA;PLANTOES MEDICOS NOTURNO, PARA ATENDIMENTO EM FINS DE SEMANA.

VALOR: R$4.800,00

VIGÊNCIA: 10/12/2019 Á 10/02/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 464

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 258/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 258/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: LUANA DAGUETTI DE BRITOS -ME

OBJETO :

SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS NOTURNOS PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL EM DIAS UTEIS 12 HORAS.	**10**	**R$ 1. 200,00**	**R$ 12. 000,00**
SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS NOTURNO PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL EM FINS DE SEMANA E FERIADOS 12 HORAS.	**7**	**R$ 1. 200,00**	**R$ 8. 400,00**
SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS DIURNOS PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL EM FINS DE SEMANA E FERIADOS DE 12 HORAS CADA	**7**	**R$ 1. 200,00**	**R$ 8. 400,00**
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE ORTOPEDIA SENDO 2 DIAS POR SEMANA DURANTE 2(DUAS)HORAS	**1**	**R$ 10. 000,00**	**R$ 10. 000,00**

VALOR: R$ 38.800,00

VIGÊNCIA: 10/12/2019 ATÉ 10/02/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 464

FUNDAMENTO

CONTRATOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT
CHAMADA PUBLICA Nº. 008/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

CHAMADA PUBLICA Nº. 008/2019

O Município de Terra Nova do Norte - MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar CHAMADA PUBLICA Nº 08/2019, tendo como objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural, com realização prevista para o dia 20 de DEZEMBRO de 2019, às 08.00 horas (horário de Mato Grosso). O edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no Departamento de Licitação no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT, sito Avenida Cloves Felício Vettorato, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 11 de dezembro de 2019.

EIIZANGELA DE O. A. SANTOS

PREGOEIRA

CHAMADA PUBLICA Nº. 02/2017
CHAMADA PUBLICA Nº 01/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL.

PREVITER
PORTARIA N.º 091/2019

***"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA* a servidora Sra. Regina de Fatima e Silva."**

A Diretora Executiva do PREVITER - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n.º 1.386/2018 de 15 de maio de 2018, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. ***Regina de Fatima e Silva*** portadora do RG n.º 931.004 SSP/MT e do CPF n.º 604. 545.801-00 residente e domiciliada no município de Terra Nova do Norte/ MT, servidora efetiva no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculada sob o nº 2778, com vencimentos integrais, **a partir de 20.11.2019 e término em 28.02. 2020**, conforme processo administrativo do PREVITER, n.º **2019.05.0054.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a **20.11.2019**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Terra Nova do Norte - MT, 29 de Novembro de 2019.

_____

Marcilene Guariente

Diretora Executiva

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECLARAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O Departamento de Agua declara para o fim especifico que o Portal e Conjunto de Sanitários no Parque Municipal Natural Vale do Esperança será atendido pelos serviços de abastecimento de agua.

Por ser a expressão da verdade, firmo o presente para que surta seus efeitos legais

Terra Nova do Norte, 11 de dezembro de 2019.

Valmir Bastos Machado

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

PREVITER
PORTARIA N.º 092/2019

***"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA* a servidora Sra. Jacqueline Cristiane Baza."**

A Diretora Executiva do PREVITER - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n.º 1.386/2018 de 15 de maio de 2018, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. ***Jacqueline Cristiane Baza*** portadora do RG n.º 2223988-0 SSP/MT e do CPF n. º 756.663.409-72 residente e domiciliada no município de Terra Nova do Norte/MT, servidora efetiva no cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o nº 2414, com vencimentos integrais, **a partir de 09.11.2019 e término em 01.12.2019**, conforme processo administrativo do PREVITER, n.º **2019.05.0062.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a **09.11.2019**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Terra Nova do Norte - MT, 29 de Novembro de 2019.

_____

Marcilene Guariente

Diretora Executiva

PREVITER
PORTARIA N.º 094/2019

***"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA* ao servidor Sr. Francisco Chagas Nogueira."**

A Diretora Executiva do PREVITER - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n.º 1.386/2018 de 15 de maio de 2018, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor Sr. ***Francisco Chagas Nogueira*** portador do RG n.º 0440574-9 SSP/MT e do CPF n. º 352.641.791-15 residente e domiciliado no município de Terra Nova do Norte/MT, servidor efetivo no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculado sob o nº 2763, com vencimentos integrais, **a partir de 14.09.2019 e término em 30.03.2020**, conforme processo administrativo do PREVITER, n.º **2019.05.0063.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a **14.09.2019**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Terra Nova do Norte - MT, 04 de Dezembro de 2019.

_____

Marcilene Guariente

Diretora Executiva

PREVITER
PORTARIA Nº 093/2019

"Dispõe sobre a concessão do beneficio Salário Maternidade a servidora Sra. **Eliane Bier**."

A Diretora Executiva do PREVITER – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26 da Lei Municipal nº 1.386/2018 de 15 de maio de 2018, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º - Conceder o beneficio de SALARIO MATERNIDADE, a servidora Sra. **Eliane Bier**, portadora do RG nº 1384148-3 SSP/MT, inscrita no CPF nº 939.915.091-72, matricula funcional nº 3309, efetiva no cargo de Auxiliar de Nutrição Limpeza e Manutenção, lotada na Secretaria Municipal de Educaçao com vencimentos integrais, a partir de **06.11.2019** e termino em **04.03.2020,** conforme processo administrativo do PREVITER, nº **2019.08.0061**.

Art. 2º - A remuneração da parcela inerente ao termino do beneficio da servidora supracitada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total da remuneração.

Art. 3 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a **06.11.2019**, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Terra Nova do Norte – MT, 29 de Novembro de 2019.

_____

Marcilene Guariente

Diretora Executiva

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 259/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 259/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: CLAUDEMIR MENDES BARRANCO & CIA – LTDA – ME

OBJETO: SERVICOS DE PLANTOES MEDICOS NOTURNOS PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL EM DIAS UTEIS DE 12 HORAS CADA.

VALOR: R$ 10.800,00

VIGÊNCIA: 10/12/2019 ATÉ 10/02/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 464

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 260.2019

EXTRATO DO CONTRATO: 260.2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: **DR ALEX CUNHA ALONSO S/S LTDA**

OBJETO**: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA.**

VALOR: **13.500,00**

VIGÊNCIA: 10/12/2019 Á 10/02/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: **464**

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 261/2019

EXTRATO DO CONTRATO: 261/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: CLAUDEMIR MENDES BARRACO & CIA – LTDA – ME

OBJETO: CONTRATAÇÃODEPESSOA JURÍDICA P/ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, PROFISSINAL DE CLINICA GERAL P/ ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT, COMPREENDENDO ATENDIMENTO AMBULATORIAL E EMERGÊNCIAL. TOTALIZANDO 12 HORAS DIÁRIAS, COM ATENDIMENTO DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, EXCETO FERIADOS

02UND_ SERVIÇOSDEPEQUENAS CIRURGIAS, COM ATENDIMENTO DE 15 PACIENTES POR DIA DE SERVIÇOS PRESTADOS.

VALOR: R$ 36.723,33

VIGÊNCIA: 10/12/2019 ATÉ 10/02/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 464

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

LEI Nº 731, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Autor: Vereador João Batista Borelli.

Altera a denominação do Setor Industrial para “BAIRRO ANICIO ROMÃO”, constante na súmula e no *caput* e inciso V do art. 1º, da Lei nº 577, de 06 de outubro de 2015, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

“Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

Art. 1º - Por força da presente Lei, fica alterada a súmula, bem como o caput do art. 1º, bem ainda a alínea “k” do inciso III e o inciso V e sua alínea “a”, do art. 1º, da **Lei nº 577 de 06 de outubro de 2015**, que oficializa a denominação de ruas, avenidas, travessas e outras vias de circulação do Bairro denominado Loteamento Jardim Bedin, bem como dos Bairros denominados Centro, São Luiz e Imperatriz, e do Setor Industrial, localizados no perímetro urbano da Cidade de União do Sul – MT, passando ter a seguinte redação:

“Súmula”:

“Oficializa a denominação de ruas, avenidas, travessas e outras vias de circulação do Bairro denominado Loteamento Jardim Bedin, bem como dos Bairros denominados Centro, São Luiz, Imperatriz e Anicio Romão, localizados no perímetro urbano da Cidade de União do Sul – MT.”

“Art. 1º - Por força desta lei, fica oficializada a denominação das ruas, avenidas, travessas e outras vias de circulação do Loteamento Jardim Bedin, bem como dos Bairros denominados Centro, São Luiz, Imperatriz e Anicio Romão, localizados no perímetro urbano da Cidade de União do Sul – MT, de conformidade com o Mapa da Cidade que integra esta lei, independentemente de transcrição.”

“III - .....”

“k – Rua Lagoa Vermelha”

“V – BAIRRO ANICIO ROMÃO”

“a) – Rua Xanxerê ”

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a reeditar a Lei nº 577, de 06 de outubro de 2015, com a alteração procedida pela presente lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 11 de dezembro de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 734, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

“Faço Saber que a CÂMARA DE VEREADORES Aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

Art. 1º - Esta lei **estima a receita e fixa a despesa** do Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, para o exercício financeiro de 2020, em igual valor de R$ 21.300.000,00 (vinte e um milhões e trezentos mil reais), estando incluso no orçamento o valor a ser deduzido da receita para formação do FUNDEB no valor de R$ 2.513.000,00 (Dois milhões, quinhentos e treze mil reais), assim distribuídos:

Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e Investimentos	23.835.280,00
(-) Dedução para Receita FUNDEB	-2.513.000,00
(-) Dedução Outras Receitas	-22.280,00
Total	**21.300.000,00**

Art. 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, nos termos da legislação vigente e das especificações constantes do “Anexo 2”, observando o seguinte desdobramento sintético:

RECEITAS CORRENTES	**18.845.000,00**
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	1.323.750,00
(-) Deduções Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-22.280,00
Contribuições	0,00
Receita Patrimonial	87.000,00
Receita de Serviços	2.000,00
Transferências Correntes	19.849. 430,00
(-) Deduções Transferências Correntes	-2.531.000,00
Outras Receitas Correntes	118.100,00
RECEITAS DE CAPITAL	**2.455.000,00**

0.2.1. Operações de Crédito	
0.2.2. Alienações de Bens	55.000,00
0.2.4. Transferências de Capital	2.400.000,00
TOTAL	**21.300.000,00**

Art. 3º - A despesa será realizada de acordo com a discriminação constante dos quadros "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", que integram a presente lei, e apresentam os seguintes desdobramentos sintéticos:

1. POR FUNÇÕES DO GOVERNO	**R$**
Legislativa	873.000,00
Judiciária	20.000,00
Administração	2.871.800,00
Assistência Social	889.000,00
Saúde	5.130.000,00
Educação	5.587.000,00
Cultura	603.700,00
Urbanismo	902.000,00
Habitação	1.000,00
Saneamento	22.500,00
Gestão Ambiental	4.000,00
Agricultura	531.000,00
Energia	60.000,00
Transporte	3.061.000,00
Desporto e Lazer	506.000,00
Encargos Especiais	223.000,00
Reserva de Contingência	15.000,00
TOTAL	**21.300.000,00**

2. POR PROGRAMAS		
0001	Gestão e Planejamento das Unidades Administrativas	3.758.800,00
0002	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	17.000,00
0003	Modernização Tributária e Equilíbrio Fiscal	6.000,00
0004	Valorização do Profissional da Educação	59.000,00
0005	Fortalecimento da Educação Infantil	1.379.000,00
0006	Educação Básica de Qualidade	3.798.000,00
0007	Gestão de Excelência	351.000,00
0008	Mais Cultura	603.700,00
0009	Gestão da Saúde com Qualidade	562.100,00
0010	Gerir com Qualidade a Atenção Básica	2.399.000,00
0011	Ampliação e Qualidade na Média e Alta Complexidade	1.669.800,00
0012	Ampliação e Qualidade na Assistência Farmacêutica	237.500,00
0013	Ampliação e Qualidade na Vigilância Sanitária	100.100,00
0014	Proteção Social Básica/Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF)	163.500,00
0015	Proteção Social Básica/Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	158.500,00
0016	Gestão e Manutenção da Política de Assistência Social	331.000,00
0017	Proteção Social Básica/Índice de Gestão Descentralizada IGD-Bolsa Família	35.000,00
0018	Benefícios Eventuais e Habitação	33.500,00
0019	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conselho Tutelar	168.500,00
0020	Desenvolvimento da Infraestrutura Urbana e Rural	3.058.500,00
0021	Programas de Paisagismo e Urbanização	103.000,00
0022	Assistência e Fomento a Agricultura Familiar	86.000,00
0023	Meio Ambiente Sustentável	64.000,00
0024	Esporte Lazer	506.000,00
0025	Gestão da Política do Gabinete do Prefeito	602.000,00
0026	Ampliação e Qualidade na Vigilância Epidemiológica e Ambiental	161.500,00
0027	Reserva de Contingencia	15.000,00
0028	Apoio nas Ações do Processo Legislativo	828.000,00
0029	Modernização da Estrutura Administrativa	45.000,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS POR PROGRAMAS:		**21.300.000,00**

3 . POR CATEGORIA ECONÔMICA	**R$**
Despesas Correntes	18.855.900,00
Despesas de Capital	2.429.100,00
Reserva de Contingência	15.000,00
TOTAL DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA:	**21.300.000,00**

4. POR ÓRGÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	**R$**
01 - CÂMARA MUNICIPAL	
01 – Câmara Municipal	873.000,00
02 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	
01 – Gabinete do Secretário	160.500,00
03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
01 – Gabinete do Secretário	1.296.500,00
04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	
01 – Gabinete do Secretário	1.049.700,00
02 – Divisão de Tributação e Fiscalização	6.100,00
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
01 – Departamento de Apoio Educacional	2.175.200,00
02 – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB	3.411.800,00
03 – Departamento de Cultura	603.700,00
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
01 – Gabinete do Secretário	562.100,00
02 – Fundo Municipal de Saúde	4.567.900,00
07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA	
01 – Gabinete do Secretário	348.000,00
02 – Fundo Municipal de Assistência Social	375.500,00
03 – Fundo Municipal Assistência à Criança e Adolescente	166.500,00
08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO, URBANISMO E SANEAMENTO	
01 – Divisão de Urbanismo	962.500,00
02 – Divisão de Transporte	3.061.000,00
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
01 – Gabinete do Secretário	557.000,00
10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
01 – Gabinete do Secretário	506.000,00
11 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	
01 – Reserva de Contingência	15.000,00
12 – GABINETE DO PREFEITO	
01 – Gabinete do Prefeito	602.000,00
TOTAL DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE:	**21.300.000,00**

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir créditos suplementares à conta de quaisquer dos recursos discriminados nos incisos do parágrafo 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando os recursos de uma categoria de programação para outra, até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada, em conformidade com o Inciso V, do Artigo 11, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020 (Lei nº 720 de 05 de setembro de 2019), perfazendo o valor de R$ 6.390.000,00 (Seis milhões, trezentos e noventa mil reais), e, realizar as operações a que se refere o Art. 167 da Constituição Federal;

II - Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de anulação parcial ou total da dotação consignada sob a denominação de Re-

serva de Contingência, orçada em R$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme prevê o inciso III, do Art. 5º da Lei Complementar 101/2000, de 04 de Maio de 2000.

III - Realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito, inclusive aquelas que necessitam de fundo de aval, nas espécies, limites e condições estabelecidas em Resolução do Senado Federal, e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único - A autorização de que trata o inciso I deste artigo não onerará o limite previsto nos seguintes casos:

I - Quando destinado a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à Pessoal e Encargos Sociais;

II - Quando se tratar da abertura de créditos adicionais à conta de excesso efetivo de arrecadação, inclusive no caso de convênios;

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor em 01 de Janeiro de 2020.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, em 11 de dezembro de 2019.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 733, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE ANEXO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 (LEI Nº 720 DE 05 DE SETEMBRO DE 2019), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

“Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

Art. 1º - Fica aprovada a alteração do **Anexo I** – **Anexo de Metas e Prioridades** para o Exercício de 2020,aprovado pela Lei nº 720, de 05 de Setembro de 2019, que dispõe sobre a **Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020.**

Art. 2º - Passa a fazer parte integrante como anexo único desta Lei o **Anexo I – Anexo de Metas Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020**.

Art. 3º - Permanecem inalterados os demais artigos e anexos que compõem a Lei nº 720, de 05 de setembro de 2019.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2020.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, em 11 de dezembro de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ - Prefeito Municipal

LEI Nº 732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 662 DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

“Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

Art. 1º - Fica aprovada a Revisão do Plano Plurianual – PPA 2018-2021 do Município de União do Sul, para o período 2020, conforme autoriza a Lei nº 662, de 04 de dezembro de 2017.

Art. 2º - A Revisão do Plano Plurianual 2018-2021, especialmente em relação ao período de 2020, compreende a realização dos ajustes necessários à flexibilização governamental, bem como consiste na atualização e inclusão de ações e metas para o exercício seguinte, criadas através de leis específicas e inclusas através deste projeto.

§ 1º - As adequações efetuadas alteram as metas financeiras globais da Administração Direta, tomando por base o montante arrecadado nos últimos exercícios e a arrecadação até o período de agosto/2019, passando o valor total para o exercício de 2020 a ser de R$ 21.300.000,00 (vinte e um milhões e trezentos mil reais).

§ 2º - Fica autorizada a exclusão de ações previstas para 2020, junção de outras, com objetivos parecidos; bem como a alteração dos Indicadores Físico/Financeiro que envolvam Produtos, Unidades de Medida e Meta Física de algumas ações, objetivando os maiores detalhamentos dos mesmos.

Art. 3º - Passa a fazer parte como Anexo único desta Lei o **Demonstrativo dos Programas Finalísticos e de Apoio Administrativo**, que demonstra as ações, metas, projetos e atividades que passam a vigorar em 2020, permanecendo inalterado o ano remanescente de 2021.

Art. 4º - Os Projetos de Leis de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual serão elaborados, a cada ano, de forma compatível com a Lei do Plano Plurianual e suas revisões.

Art. 5º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual, autorizadas por esta Lei, dar-se-á por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa as modificações consequentes.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, em 11 de dezembro de 2019.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 51/2019

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de Preço 51/2019, com objetivo “FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PAPELARIA DO MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT”. Teve como “VENCEDOR”, a empresa R DOS SANTOS MACHADO-ME, inscrito no CNPJ: 12.813.297/0001-93, vencedor dos itens 2, 3, 6, 8, 9, 10, 14, 15, 19, 20, 22, 29, 34, 35, 38, 39, 40, 44, 51 e 55 no valor de Global de R$ 10.564,92. Vale de São Domingos – MT, 11 de Dezembro de 2019. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

LEI N°577/2019 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2020 e dá outras providências.

GERALDO MARTINS DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a toda população, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1° - O Orçamento geral do Município de Vale de São Domingos – MT, abrangendo a administração direta, seus fundos e órgãos, para o Exercício Financeiro de 2020, discriminado pelos anexos integrantes desta lei, estima a Receita bruta em R$ 16.626,218,89 (Dezesseis Milhões Seiscentos e Vinte e Seis Mil Duzentos e Dezoito Reais e Oitenta e Nove Centavos), assim distribuídos por esfera Fiscal R$11.146.845,43 (Onze Milhões Cento e Quarenta Mil Oitocentos e Quarenta e cinco Reais e Quarenta e Três centavos) e Seguridade Social R$ 5.479.373,46 (Cinco milhões Quatrocentos e Setenta e Nove Mil Trezentos e Setenta e Três Reais e Quarenta e Três Centavos)conforme discriminação a seguir.

Art. 2° - A Receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, Rendas e Outras Receitas Correntes e de Capital, de acordo com a legislação vigente e com o seguinte desdobramento:

Consolidado	16.626.218,89
RECEITAS R$	15.873.418,89
Receitas correntes R$	752.800,00
Receita corrente Intra-Orçamentaria R$	16.626.218,89
Total Geral: R$	

Art. 3° - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros Programa de Trabalho e Natureza da Despesa, integrante desta Lei, e as autarquias e fundações em seus respectivos orçamentos aprovados por decreto executivo que apresentam os seguintes desdobramentos:

POR FUNÇÃO DO GOVERNO

01-Legislativa	R$	800.000,00
04-Administração	R$	2.287.160,00
08–Assistência Social	R$	945.604,03
09-Previdência Social	R$	1.253.900,00
10-Saúde	R$	3.279.869,46
11-Trabolho	R$	170.000,00
12-Educação	R$	3.864.581,05
13-Cultura	R$	25.000,00
15-Urbanismo	R$	1.744.971,07
17-Saneamento	R$	369.133,31
18- Gestão Ambiental	R$	124.000,00
20-Agricultura	R$	70.000,00
27-Desporto e Lazer	R$	132.000,00
28-Encargos Especiais	R$	300.000,00
99-Reserva de Contingência	R$	250.000,00
TOTAL GERAL	**R$**	16.626.218,89

POR SUBFUNÇÕES

031-Ação Legislativa	R$	800.000,00
122-Administração Geral	R$	3.838.360,00
124- Controle Interno	R$	95.000,00
241-Assistência ao Idoso	R$	130.980,00
243-Assistência à Criança e ao Adolescente	R$	113.500,00
244-Assistência Comunitária	R$	701.124,00
272-Previdência do Regime Estatutário	R$	488.200,00
301-Atenção Básica	R$	1.891.262,66
302-Assitência Hospitalar e Ambulatorial	R$	757.549,36
303-Suporte Profilático e Terapêutico	R$	142.330,16
304-Vigilância Sanitária	R$	121.000,00
305- Vigilância Epidemiológica	R$	131.027,28
331-Proteçao e Beneficio ao Trabalho	R$	170.000,00
361-Ensino Fundamental	R$	3.538.822,90
365 – Educação Infantil	R$	325.758,15
392-Difusão Cultural	R$	25.000,00
451-Infra-Estrutura Urbana	R$	1.729.971,07
482- Habitação Urbana	R$	15.000,00
512-Saneamento Básico Urbano	R$	369.133,31
541-Preservação e conservação ambiental	R$	124.000,00
606-Extenção Rural	R$	70.000,00
812- Desporto Comunitário	R$	132.000,00
841-Refinanciamento da Divida interna	R$	300.000,00
997 – Reserva legal RPPS	R$	370.700,00
999-Reserva de Contingência	R$	250.000,00
TOTAL GERAL	**R$**	**16.626.218,89**

POR PROGRAMA

001-Processo Legislativo	R$	800.000,00
010-Gestao da saúde com Qualidade	R$	236.700,00
018-Promoção e Extensão Rural	R$	70.000,00
020-Gerir c/ Qualidade a Atenção Básica	R$	1.648.291,73
028-Previdencia Social	R$	1.253.900,00
030-Ampl. E Qualid. Media e Alta Complexidade	R$	757.549,36
040- Ampl. E Qualid.na Assistência Farmacêutica	R$	142.330,16
042-Ensino Fundamental	R$	3.864.581,05
044-Incentivo ao esporte amador e Lazer	R$	132.000,00
050-Ampliaçao e Qualidade na Vig Sanitária	R$	121.000,00
060- Ampliação e Qualidade na Vig Epedemiologica	R$	131.027,28
075- Atenção Basica	R$	242.970,93
076-Saneamento Básico	R$	1.473.104,38
081-Assistência	R$	55.200,00
082-Gest.de prog. Proj. Serv. Benef. Da Proteção	R$	244.904,00
90-Assist. Social Geral	R$	645.500,00
99-Reserva de Contingência	R$	250.000,00
101-Administracao e Gerenciamento	R$	3.767.160,00
104-Fomento a Difusão Cultural	R$	25.000,00
105-Urbanismo	R$	765.000,00
TOTAL DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**R$**	**16.626.218,89**

POR CATEGORIA ECONÔMICA

Despesas Correntes	R$	15.041.862,36
Despesas de Capital	R$	963.656,53
Reserva de Contingência do RPPS	R$	370.700,00
Reserva de Contingência	**R$**	250.000,00
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO	**R$**	**16.626.218,89**

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Câmara Municipal	**R$**	800.000,00
Gabinete do Prefeito	**R$**	984.500,00
Secretaria Municipal de Administração	**R$**	2.946.760,00
Secretaria Municipal de Fazendas	**R$**	933.300,00
Secretaria Municipal de Promoção Social	**R$**	945.604,00
Fundo municipal de Saúde	**R$**	3.279.869,46
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	**R$**	3.889.581,05
Secretaria Mun. Desenvolvimento Sustentável.	R$	200.000,00
Secretaria Municipal de Infra Estrutura	R$	2.390.604,38
Secretaria Municipal de Esporte	R$	132.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	R$	124.000,00

Total **16.626.218,89**

Art. 4° - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados, nos termos da Constituição Federal e da legislação federal em vigor, a:

I - Abrir créditos adicionais e suplementares, até o limite de 10% (Dez por cento) da despesa orçada utilizando como fonte de recursos a anulação parcial ou total de dotações, assim como excesso de arrecadação ou superávit financeiro, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/64.

II – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previstos na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta lei.

III – Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerada a tendência do exercício.

IV – Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1° de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos, MT, Aos 11 dias do mês de Dezembro de 2019

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SIMPLIFICADO PERÍODO DE REFERÊNCIA: 5º BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.157.374,90	16.157.374,90	2.897.575,27	17,93	14.818.818,19	91,72	1.338.556,71
RECEITAS CORRENTES	16.157.374,90	16.157.374,90	2.586.227,17	16,01	14.507.470,09	89,79	1.649.904,81
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	611.360,80	611.360,80	68.993,83	11,29	432.377,44	70,72	178.983,36
Impostos	588.360,80	588.360,80	67.813,83	11,53	425.974,57	72,40	162.386,23
Taxas	23.000,00	23.000,00	1.180,00	5,13	6.402,87	27,84	16.597,13
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	25.000,00	25.000,00	3.660,46	14,64	15.745,59	62,98	9.254,41
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	25.000,00	25.000,00	3.660,46	14,64	15.745,59	62,98	9.254,41
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	3.751,12		30.500,92		-30.500,92
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	3.751,12	0,00	30.500,92	0,00	-30.500,92
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	848,00		67.866,00		-67.866,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	35.500,00	0,00	-35.500,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	848,00	0,00	32.366,00	0,00	-32.366,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.516.014,10	15.516.014,10	2.508.973,76	16,17	13.960.734,73	89,98	1.555.279,37
Transferências da União e de suas Entidades	9.493.568,98	9.493.568,98	1.300.105,15	13,69	7.791.333,48	82,07	1.702.235,50
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.422.445,12	4.422.445,12	899.541,31	20,34	4.669.983,28	105,60	-247.538,16
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.600.000,00	1.600.000,00	309.327,30	19,33	1.499.417,97	93,71	100.582,03
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	245,41	4,91	4.754,59
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	245,41	0,00	-245,41
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	311.348,10		311.348,10		-311.348,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	311.348,10		311.348,10		-311.348,10
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	191.348,10	0,00	191.348,10	0,00	-191.348,10
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00	0,00	-120.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	25.000,00	25.000,00	1.142,69	4,57	3.894,59	15,58	21.105,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.182.374,90	16.182.374,90	2.898.717,96	17,91	14.822.712,78	91,60	1.359.662,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.182.374,90	16.182.374,90	2.898.717,96	17,91	14.822.712,78	91,60	1.359.662,12
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.182.374,90	16.182.374,90	2.898.717,96	17,91	14.822.712,78	91,60	1.359.662,12
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.010.710,72			1.010.710,72		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		1.010.710,72			1.010.710,72		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 5º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.070.647,80	15.269.290,52	1.912.699,54	14.742.010,79	527.279,73	2.405.305,18	14.038.842,51	1.230.448,01	12.802.523,57	0,00
DESPESAS CORRENTES	11.883.034,13	13.116.455,09	1.768.336,53	12.640.402,29	476.052,80	2.180.195,85	12.006.993,46	1.109.461,63	10.817.134,61	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.009.031,80	5.805.711,88	1.143.451,95	5.588.683,77	217.028,11	1.148.857,51	5.524.183,67	281.528,21	5.302.958,42	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.874.002,33	7.310.743,21	624.884,58	7.051.718,52	259.024,69	1.031.338,34	6.482.809,79	827.933,42	5.514.176,19	
DESPESAS DE CAPITAL	987.613,67	2.152.834,43	144.363,01	2.101.608,50	51.225,93	225.109,33	2.031.849,05	120.985,38	1.985.388,96	0,00
INVESTIMENTOS	687.613,67	1.701.148,50	144.363,01	1.649.923,57	51.224,93	150.578,30	1.641.633,81	59.514,69	1.595.173,72	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	451.685,93	0,00	451.684,93	1,00	74.531,03	390.215,24	61.470,69	390.215,24	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	1,00			1,00			1,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	748.844,84	546.875,66	88.708,31	448.766,86	98.108,80	88.708,31	448.766,86	98.108,80	405.148,54	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.819.492,64	15.816.166,18	2.001.407,85	15.190.777,65	625.388,53	2.494.013,49	14.487.609,37	1.328.556,81	13.207.672,11	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.819.492,64	15.816.166,18	2.001.407,85	15.190.777,65	625.388,53	2.494.013,49	14.487.609,37	1.328.556,81	13.207.672,11	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			335.103,41		1.615.040,67	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.819.492,64	15.816.166,18	2.001.407,85	15.190.777,65		2.494.013,49	14.822.712,78		14.822.712,78	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	25.000,00	25.000,00	1.142,69	4,57	3.894,59	15,58	21.105,41
RECEITAS CORRENTES	25.000,00	25.000,00	1.142,69	4,57	3.894,59	15,58	21.105,41
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria							0,00
CONTRIBUIÇÕES	25.000,00	25.000,00	1.142,69	4,57	3.894,59	15,58	21.105,41
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	25.000,00	25.000,00	1.142,69	4,57	3.894,59	15,58	21.105,41
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 5º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	748.844,84	546.875,66	88.708,31	448.766,86	98.108,80	88.708,31	448.766,86	98.108,80	405.148,54	0,00
DESPESAS CORRENTES	748.844,84	546.875,66	88.708,31	448.766,86	98.108,80	88.708,31	448.766,86	98.108,80	405.148,54	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	748.844,84	546.875,66	88.708,31	448.766,86	98.108,80	88.708,31	448.766,86	98.108,80	405.148,54	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.070.647,80	15.269.290,52	1.912.699,54	14.742.010,79	97,05	527.279,73	2.405.305,18	14.038.842,51	96,90	1.230.448,01	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	2.706.410,00	3.290.750,28	324.140,33	3.254.148,64	21,42	36.601,64	525.847,09	2.975.407,80	20,54	315.342,48	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	2.628.410,00	3.225.580,28	309.140,33	3.188.981,97	20,99	36.598,31	510.847,09	2.910.241,13	20,09	315.339,15	
Administração Financeira											
Controle Interno	78.000,00	65.170,00	15.000,00	65.166,67	0,43	3,33	15.000,00	65.166,67	0,45	3,33	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	892.886,03	899.950,05	106.610,81	881.438,70	5,80	18.511,35	132.686,78	835.824,87	5,77	64.125,18	0,00
Assistência ao Idoso	130.980,00	131.042,59	12.021,66	130.498,72	0,86	543,87	17.098,11	123.890,58	0,86	7.152,01	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	113.500,00	97.719,24	16.524,34	84.975,84	0,56	12.743,40	16.524,34	84.730,84	0,58	12.988,40	
Assistência Comunitária	648.406,03	671.188,22	78.064,81	665.964,14	4,38	5.224,08	99.064,33	627.203,45	4,33	43.984,77	
FU08 - Administração Geral											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	3.028.969,06	3.989.442,80	564.920,95	3.867.438,54	25,46	122.004,26	605.084,37	3.781.103,08	26,10	208.339,72	0,00
Atenção Básica	1.757.199,80	2.260.182,89	374.089,42	2.165.781,77	14,26	94.401,12	394.121,52	2.120.978,61	14,64	139.204,28	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	730.600,00	1.022.712,78	130.266,62	1.004.321,13	6,61	18.391,65	137.481,95	975.139,63	6,73	47.573,15	
Suporte Profilático e Terapêutico	191.169,26	137.027,85	13.089,02	133.928,13	0,88	3.099,72	13.089,02	133.928,13	0,92	3.099,72	
Vigilância Sanitária	38.000,00	109.338,27	11.766,70	104.705,11	0,69	4.633,16	18.356,88	98.759,37	0,68	10.578,90	
Vigilância Epidemiológica	70.000,00	141.190,79	10.734,04	140.321,67	0,92	869,12	14.088,55	136.113,74	0,94	5.077,05	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	242.000,00	318.990,22	24.975,15	318.380,73	2,10	609,49	27.946,45	316.183,60	2,18	2.806,62	
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	170.000,00	149.906,47	-93,53	149.905,47	0,99	1,00	23.307,43	138.647,56	0,96	11.258,91	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	170.000,00	149.906,47	-93,53	149.905,47	0,99	1,00	23.307,43	138.647,56	0,96	11.258,91	
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	3.525.411,64	3.302.948,06	536.500,54	3.055.974,71	20,12	246.973,35	556.604,29	2.947.335,51	20,34	355.612,55	0,00
Ensino Fundamental	3.241.069,64	3.069.873,55	509.016,95	2.901.716,63	19,10	168.156,92	529.120,70	2.793.077,43	19,28	276.796,12	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	284.342,00	233.074,51	27.483,59	154.258,08	1,02	78.816,43	27.483,59	154.258,08	1,06	78.816,43	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	30.000,00	115.931,44	0,00	96.147,59	0,63	19.783,85	0,00	92.142,76	0,64	23.788,68	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	30.000,00	115.931,44	0,00	96.147,59	0,63	19.783,85	0,00	92.142,76	0,64	23.788,68	
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	1.588.971,07	2.245.951,27	180.847,37	2.197.472,39	14,47	48.478,88	277.607,88	2.106.261,04	14,54	139.690,23	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.573.971,07	2.245.949,27	180.847,37	2.197.472,39	14,47	48.476,88	277.607,88	2.106.261,04	14,54	139.688,23	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções	15.000,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											

Documento gerado em 05/12/2019 18:42:57

Página 8 de 15

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	326.500,00	472.501,11	75.782,62	457.217,73	3,01	15.283,38	81.650,86	447.390,61	3,09	25.110,50	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	326.500,00	472.501,11	75.782,62	457.217,73	3,01	15.283,38	81.650,86	447.390,61	3,09	25.110,50	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	121.000,00	55.625,26	7.749,82	45.244,56	0,30	10.380,70	7.749,82	45.244,56	0,31	10.380,70	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	121.000,00	55.625,26	7.749,82	45.244,56	0,30	10.380,70	7.749,82	45.244,56	0,31	10.380,70	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	68.000,00	140.752,81	105.563,90	136.897,08	0,90	3.855,73	108.563,90	132.397,08	0,91	8.355,73	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural	68.000,00	140.752,81	105.563,90	136.897,08	0,90	3.855,73	108.563,90	132.397,08	0,91	8.355,73	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	112.500,00	153.844,04	10.676,73	148.440,45	0,98	5.403,59	11.671,73	146.872,40	1,01	6.971,64	0,00
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	112.500,00	153.844,04	10.676,73	148.440,45	0,98	5.403,59	11.671,73	146.872,40	1,01	6.971,64	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	300.000,00	451.685,93	0,00	451.684,93	2,97	1,00	74.531,03	390.215,24	2,69	61.470,69	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	300.000,00	451.685,93	0,00	451.684,93	2,97	1,00	74.531,03	390.215,24	2,69	61.470,69	
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções					0,00				0,00		
Reserva de Contingência	200.000,00	1,00				1,00				1,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	748.844,84	546.875,66	88.708,31	448.766,86	2,95	98.108,80	88.708,31	448.766,86	3,10	98.108,80	
TOTAL (III) = (I + II)	13.819.492,64	15.816.166,18	2.001.407,85	15.190.777,65	100,00	625.388,53	2.494.013,49	14.487.609,37	100,00	1.328.556,81	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	748.844,84	546.875,66	88.708,31	448.766,86	2,95	98.108,80	88.708,31	448.766,86	3,10	98.108,80	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Legislativa											
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	137.000,00	56.062,10	8.135,27	49.093,34	0,32	6.968,76	8.135,27	49.093,34	0,34	6.968,76	0,00
Planejamento e Orçamento											
FU04 - Administração Geral	125.000,00	42.248,83	5.900,27	35.281,07	0,23	6.967,76	5.900,27	35.281,07	0,24	6.967,76	
Administração Financeira											
Controle Interno	12.000,00	13.813,27	2.235,00	13.812,27	0,09	1,00	2.235,00	13.812,27	0,10	1,00	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social	37.000,00	24.793,72	5.356,85	24.345,29	0,16	448,43	5.356,85	24.345,29	0,17	448,43	0,00
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária	37.000,00	24.793,72	5.356,85	24.345,29	0,16	448,43	5.356,85	24.345,29	0,17	448,43	
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	274.344,84	171.007,51	31.818,72	147.743,05	0,97	23.264,46	31.818,72	147.743,05	1,02	23.264,46	0,00
Atenção Básica	161.219,84	127.096,93	24.017,00	111.221,21	0,73	15.875,72	24.017,00	111.221,21	0,77	15.875,72	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	73.200,00	25.721,71	4.341,49	20.668,77	0,14	5.052,94	4.341,49	20.668,77	0,14	5.052,94	
Suporte Profilático e Terapêutico	15.000,00	6.135,67	1.115,58	6.135,67	0,04	0,00	1.115,58	6.135,67	0,04	0,00	
Vigilância Sanitária	2.000,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	
Vigilância Epidemiológica	7.200,00	7.050,20	1.303,75	5.851,20	0,04	1.199,00	1.303,75	5.851,20	0,04	1.199,00	
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral	15.725,00	5.001,00	1.040,90	3.866,20	0,03	1.134,80	1.040,90	3.866,20	0,03	1.134,80	
FU10 - Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	214.000,00	248.625,44	35.151,05	185.176,95	1,22	63.448,49	35.151,05	185.176,95	1,28	63.448,49	0,00
Ensino Fundamental	199.000,00	233.444,87	33.165,46	171.930,09	1,13	61.514,78	33.165,46	171.930,09	1,19	61.514,78	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	15.000,00	15.180,57	1.985,59	13.246,86	0,09	1.933,71	1.985,59	13.246,86	0,09	1.933,71	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	61.000,00	32.590,47	7.005,35	32.038,12	0,21	552,35	7.005,35	32.038,12	0,22	552,35	0,00
Infra-Estrutura Urbana	61.000,00	32.590,47	7.005,35	32.038,12	0,21	552,35	7.005,35	32.038,12	0,22	552,35	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	18.000,00	11.200,60	943,67	8.418,29	0,06	2.782,31	943,67	8.418,29	0,06	2.782,31	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	18.000,00	11.200,60	943,67	8.418,29	0,06	2.782,31	943,67	8.418,29	0,06	2.782,31	
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	3.000,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Desenvolvimento Científico											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	2.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural	2.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	2.500,00	2.592,82	297,40	1.951,82	0,01	641,00	297,40	1.951,82	0,01	641,00	0,00
Desporto de Rendimento											

Documento gerado em 05/12/2019 18:42:57

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2019
Período de referência: 5º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto Comunitário	2.500,00	2.592,82	297,40	1.951,82	0,01	641,00	297,40	1.951,82	0,01	641,00	
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											
Reserva de Contingência											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2019
	Período de referência: 5º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	31/10/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 54/2019

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar as seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520, MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 54/2019; Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de serviços confecção de material gráfico do município de Vale de São Domingos - MT. DATA DE ABERTURA: 30/12/2019 AS 08:00 HORAS O Edital completo poderá ser obtido junto a Comissão Permanente de Licitação, das 07:00 às 13:00 horas no Departamento de Licitações, maiores informações pelos telefones (65) 3268 1058/1140. Ou no Site www.valedesaodomingos.mt.gov.br.. Vale de São Domingos – MT, 11 de Dezembro de 2019. Edinaldo Ferreira de Santana Presidente Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 1.232/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Dezembro/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
130101	CARLINO AUTA DA SILVA	Efetivo	**2018/2019**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
6911	CARLOS ROBERTO DA SILVA	Efetivo	**2018/2019**	02.12.19 a 31.12.19 (30 dias)
101132	CELSON FERREIRA MENDES	Efetivo	**2018/2019**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
8240	CLAUDIA MARA MENDES	Efetivo	**2018/2019**	23.12.19 a 24.12.19 (02 dias)
92102	CLAUDIANE HELOISE FERREIRA DE OLIVEIRA	Efetivo	**2016/2017**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
9723	DANIEL LEITE DA SILVA	Efetivo	**2016/2017**	02.12.19 a 31.12.19 (30 dias)
95841	DANUZA DA SILVA SANTOS	Efetivo	**2017/2018**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
84367	DENIMAR NISTAL SANCHES	Efetivo	**2016/2017**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Dezembro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 1241/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**JOSÉ AUGUSTO SOMBRA VERÍSSIMO**
MATRICULA	23570
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	481906/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	02.12.2019 à 29.02.2020

SERVIDOR	**JOSÉ CARLOS DE ARRUDA**
MATRÍCULA	23635
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	620382/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**15.07.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	28.12.2019 à 26.03.2020

SERVIDOR	**JOSÉ ROBERTO DELGADO FILHO**
MATRICULA	100592
CARGO	Guarda Municipal
PROCESSO N°	589432/2019
LICENÇA PRÊMIO	60 (sessenta) dias
QÜINQÜÊNIO	**02.04.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	01.12.2019 à 31.01.2020

SERVIDOR	**JÚLIO CESAR CARNEIRO DIAS**
MATRICULA	25517
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	415337/2016
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.06.2009/2014**
PERÍODO DE GOZO	03.12.2019 à 01.03.2020

SERVIDOR	**LEONICE MARTINS DA CRUZ**
MATRICULA	27345
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	482108/2017
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.12.2019 à 30.12.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Dezembro de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 22/2019 - MENOR PREÇO POR ITEM

Processo n. 629793/2019. Objeto: Contratação de empresa, para operacionalização de programas de estágio no âmbito do poder executivo do Município de Várzea Grande para atender a demanda das diversas secretarias em benefício de estudantes, regularmente matriculados e efetivamente frequentando curso de nível superior, em instituições de ensino conveniadas com a entidade contratada, visando proporcionar a complementação do ensino e da aprendizagem dos estudantes, constituindo-se em instrumento de integração em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, nos termos da lei n° 11.788/2008. A realização da sessão púbica está prevista para o dia **27 de dezembro de 2019,** às 14hs30min. (horário Local). O Edital **encontra se** à disposição dos interessados no site http://www.varzeagrande.mt.gov.br/arquivos/100/170... e na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitações, nos dias úteis das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, sito a Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT. Várzea Grande-MT, 10 de dezembro de 2019. **Pablo Gustavo Moraes Pereira -** Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.237/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Dezembro/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
13847	ELISIO NUNES DA COSTA FILHO	Efetivo	**2017/2018**	02.12.19 a 31.12.19 (30 dias)
92082	ELOYR DE SOUZA SILVEIRA	Efetivo	**2018/2019**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
14713	ENEZITO FRANCISCO DA SILVA	Efetivo	**2017/2018**	02.12.19 a 31.12.19 (30 dias)
14756	ENORI JUNGES	Efetivo	**2018/2019**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
130220	ETIENNY DA SILVA ARRUDA	Efetivo	**2018/2019**	23.12.19 a 06.01.20 (15 dias)
92090	EVANIL ROSA RONDON PEREIRA	Efetivo	**2016/2017**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
130108	FABIANA BENEDITA DE SOUZA RIBEIRO	Efetivo	**2018/2019**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
95773	FABIO LEAL DA COSTA	Efetivo	**2016/2017**	03.12.19 a 22.12.19 (20 dias)
95773	FABIO LEAL DA COSTA	Efetivo	**2017/2018**	23.12.19 a 11.01.20 (20 dias)

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Dezembro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 1.240/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 12 (doze) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2018/2019**, a vigorar a partir de **23.12.2019 a 03.01.2020**, ao servidor **EDUARDO CESAR RIBEIRO**, matrícula n° 130468, exercendo o cargo em Comissão de Coordenador – DNS 04 , lotado na Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Dezembro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 17/SEGEFAZ/2019

Fixa o valor da UPF-VG – Unidade Padrão Fiscal do Município de Várzea Grande-MT – Exercício 2020, e divulga os coeficientes de atualização monetária aplicáveis aos créditos tributários municipais vencidos e não adimplidos.

A SECRETÁRIA INTERINA DE GESTÃO FAZENDÁRIA do Município de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o valor da UPF/VG – Unidade Padrão Fiscal do Município de Várzea Grande-MT fixado para o Exercício - 2019, pela Portaria 25/SEGEFAZ/2018, de 10 de dezembro 2018, corresponde a quantia deR$ 29,32 (vinte e nove reais e trinta e dois centavos);

CONSIDERANDO o cálculo do índice inflacionário IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, acumulado no período de Dezembro de 2018 a Novembro de 2019, efetuado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi de 3,27% (três vírgula vinte e sete por cento),

RESOLVE:

Art. 1º O cálculo da atualização monetária dos créditos tributários municipais vencidos e não adimplidos, inclusive os inscritos em dívida ativa, serão efetuados de acordo com os coeficientes da tabela única em anexo.

Art. 2º O valor da Unidade Padrão Fiscal do Município de Várzea Grande – UPF/VG para o exercício de 2020, nos casos em que se aplica, será de R$ 30,28 (trinta reais e vinte e oito centavos).

Art. 3º Esta Portaria tem seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 09 de Dezembro de 2019.

Lucinéia dos Santos Ribeiro

Secretária Interina de Gestão Fazendária

ANEXO ÚNICO

TABELA DE COEFICIENTE DE ATUALIZAÇÃO DOS DÉBITOS FISCAIS

ANO	MÊS	ÍNDICE	ANO	MÊS	ÍNDICE	ANO	MÊS	ÍNDICE
2012	JAN	1,5465	2013	JAN	1,4579	2014	JAN	1,3802
	FEV	1,5465		FEV	1,4579		FEV	1,3802
	MAR	1,5465		MAR	1,4579		MAR	1,3802
	ABR	1,5465		ABR	1,4579		ABR	1,3802
	MAI	1,5465		MAI	1,4579		MAI	1,3802
	JUN	1,5465		JUN	1,4579		JUN	1,3802
	JUL	1,5465		JUL	1,4579		JUL	1,3802
	AGO	1,5465		AGO	1,4579		AGO	1,3802
	SET	1,5465		SET	1,4579		SET	1,3802
	OUT	1,5465		OUT	1,4579		OUT	1,3802
	NOV	1,5465		NOV	1,4579		NOV	1,3802
	DEZ	1,5465		DEZ	1,4579		DEZ	1,3802
	MÊS	ÍNDICE	ANO	MÊS	ÍNDICE	ANO	MÊS	ÍNDICE
2015	JAN	1,2977	2016	JAN	1,1796	2017	JAN	1,1046
	FEV	1,2977		FEV	1,1796		FEV	1,1046
	MAR	1,2977		MAR	1,1796		MAR	1,1046
	ABR	1,2977		ABR	1,1796		ABR	1,1046
	MAI	1,2977		MAI	1,1796		MAI	1,1046
	JUN	1,2977		JUN	1,1796		JUN	1,1046
	JUL	1,2977		JUL	1,1796		JUL	1,1046
	AGO	1,2977		AGO	1,1796		AGO	1,1046
	SET	1,2977		SET	1,1796		SET	1,1046
	OUT	1,2977		OUT	1,1796		OUT	1,1046
	NOV	1,2977		NOV	1,1796		NOV	1,1046
	DEZ	1,2977		DEZ	1,1796		DEZ	1,1046
ANO	MÊS	ÍNDICE	ANO	MÊS	ÍNDICE	ANO	MÊS	ÍNDICE
2018	JAN	1,0745	2019	JAN	1,0327	2020	JAN	1,0000
	FEV	1,0745		FEV	1,0327		FEV	1,0000
	MAR	1,0745		MAR	1,0327		MAR	1,0000
	ABR	1,0745		ABR	1,0327		ABR	1,0000
	MAI	1,0745		MAI	1,0327		MAI	1,0000
	JUN	1,0745		JUN	1,0327		JUN	1,0000
	JUL	1,0745		JUL	1,0327		JUL	1,0000
	AGO	1,0745		AGO	1,0327		AGO	1,0000
	SET	1,0745		SET	1,0327		SET	1,0000
	OUT	1,0745		OUT	1,0327		OUT	1,0000
	NOV	1,0745		NOV	1,0327		NOV	1,0000
	DEZ	1,0745		DEZ	1,0327		DEZ	1,0000

1 – Para calcular o débito corrigido, multiplicar o valor do débito pelo coeficiente correspondente ao mês/ano do seu vencimento. Para calcular o valor da correção monetária, multiplique o valor do débito pelo coeficiente diminuído de 1,000.

UPF/VG 2012	UPF/VG 2013	UPF/VG 2014	UPF/VG 2015	UPF/VG 2016	UPF/VG 2017	UPF/VG	UPF/VG	UPF/VG 2020

						2018	2019	
R$ 19,58	R$ 20,77	R$ 21,94	R$ 23,33	R$ 25,67	R$ 27,41	R$ 28,18	R$ 29,32	R$ 30,28

PORTARIA Nº 1.236/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Dezembro/2019**,** de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
10685	DILMA ALCANTARA BRAZ DA SILVA	Efetivo	**2018/2019**	26.12.19 a 24.01.20 (30 dias)
10721	DILMA RIZALDE	Efetivo	**2017/2018**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
11258	DORIVAL LUZIA	Efetivo	**2017/2018**	24.12.19 a 22.01.20 (30 dias)
84382	EDSON PACCE	Efetivo	**2018/2019**	02.12.19 a 31.12.19 (30 dias)
87259	ELAINE CRISTINA FORTES ZYS DE MELLO	Efetivo	**2016/2017**	16.12.19 a 30.12.19 (15 dias)
95840	ELIADA CARMINA DOS REIS GONÇALVES	Efetivo	**2016/2017**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
13164	ELIANA OLIVEIRA PEREIRA	Efetivo	**2018/2019**	16.12.19 a 14.01.20 (30 dias)
101069	ELIETE NEVES MARTINS	Efetivo	**2018/2019**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
92088	ELISETE BENTA DE MORAES	Efetivo	**2016/2017**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Dezembro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 1243/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**LEONORA DOS ANJOS**
MATRICULA	27474
CARGO	Técnico de Enfermagem
PROCESSO N°	146434/2012
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.04.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	02.12.2019 à 29.02.2020

SERVIDOR	**MARCELO MAYER LIRA**
MATRÍCULA	86660
CARGO	Operador de Sistema
PROCESSO N°	426654/2018
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**20.09.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	04.12.2019 à 02.01.2020

SERVIDOR	**MARIA LUIZA PEREIRA DA SILVA**
MATRICULA	33256
CARGO	Agente Administrativo
PROCESSO N°	582131/2019
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**24.01.2014/2019**
PERÍODO DE GOZO	02.12.2019 à 29.02.2020

SERVIDOR	**NEIDE ILDA SAMPAIO**
MATRICULA	84978
CARGO	Enfermeiro
PROCESSO N°	288397/2015
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**12.08.2008/2013**
PERÍODO DE GOZO	01.12.2019 à 30.12.2019

SERVIDOR	**PAULO CESAR PASSOS DA SILVA**
MATRICULA	82155
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	468191/2017
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	08.12.2019 à 06.01.2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Dezembro de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 1.238/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Dezembro/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
87237	FABIO LIMA DE ALMEIDA	Efetivo	**2016/2017**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
130164	FERNANDES PROENÇA DE ARRUDA	Efetivo	**2018/2019**	02.12.19 a 31.12.19 (30 dias)
16487	FERNANDO FERNANDES	Efetivo	**2015/2016**	02.12.19 a 31.12.19 (30 dias)
95743	FLAVIA JESUS HENRIQUE	Efetivo	**2018/2019**	04.12.19 a 02.01.20 (30 dias)
130118	FLAVIANE ARANTES RIBEIRO RAMOS	Efetivo	**2018/2019**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
16654	FLAVIO WEYMANN SERVIO RONDON	Efetivo	**2017/2018**	16.12.19 a 04.01.20 (20 dias)
124834	FRANCISCA LUZIA DE PINHO	Comissão	**2016/2017**	16.12.19 a 20.12.19 (05 dias)

17366	GEOVANE RENFRO DA SILVA	Efetivo	**2017/2018**	26.12.19 a 03.01.20 (09 dias)
108883	GERVÁSIO ANGELO DA CUNHA	Comissão	**2016/2017**	02.12.19 a 31.12.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Dezembro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS N. 18/2019

Processo nº 621004/2019. Objeto: seleção e contratação de empresa de engenharia para execução de obra de Instalação Elétrica Predial de Baixa Tensão e a Construção de Posto de Transformação de 112,5kVA e Rede de Derivação em Média Tensão 15KV nas unidades escolares EMEB “Profª Angela Jardim Botelho” localizado na Rua Y, S/N, Bairro: COHAB Alberto Canelas e EMEB “Ednilson Francisco Kolling”, localizado na Loteamento Chapéu do Sol, Bairro:Chapéu do Sol, para Alimentação das Instalações Elétricas com Segurança e Confiabilidade das unidades escolares, no Município de Várzea Grande/Mato Grosso, dividido em 02 (dois) lotes de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos, se dará no dia **19 de dezembro de 2019, às 08h30min (hora local)**, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, situado na Av. Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT. A Comissão de Licitação informa que foram decorridos os prazos recursais, e os julgados encontram-se disponibilizado no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 11 de dezembro de 2019. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

PORTARIA Nº 1.239/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Dezembro/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
17715	GILMAIRON BENEDITO DE AMORIM	Efetivo	**2015/2016**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
17852	GILSON MARCIO DA COSTA	Efetivo	**2017/2018**	03.12.19 a 01.01.20 (30 dias)
130064	IGOR YSSÃO MOREIRA YAMAMURA	Efetivo	**2018/2019**	16.12.19 a 09.01.20 (25 dias)
19990	IRONDINA JOSE DE ARAUJO CORADINI	Efetivo	**2012/2013**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
20119	ISAMAR KAROLYNNE PEREIRA DE MACEDO	Efetivo	**2018/2019**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
130144	JACKSON LEONCIO	Efetivo	**2018/2019**	02.12.19 a 31.12.19 (30 dias)
21178	JANAYNA CRISTHINA FORTES LEMOS	Efetivo	**2018/2019**	02.12.19 a 31.12.19 (30 dias)
130100	JEFERSON PABLO DALPIAZ	Efetivo	**2018/2019**	01.12.19 a 30.12.19 (30 dias)
130010	JOYCE THAYS PEREIRA DOS SANTOS	Efetivo	**2018/2019**	02.12.19 a 31.12.19 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de Dezembro de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 08/2019

Processo nº 599754/2019. Objeto: Seleção e contratação de empresa de engenharia para execução de obra de construção de escola com 10 (dez) salas de aula, constituída de uma área de aproximadamente 2.137,25m², com capacidade para atender até 300 alunos em dois turnos (matutino e vespertino), denominada Escola Municipal de Educação Básica Alino Ferreira Magalhães, Localizada na Av. Verdão, esq. com Rua B, Bairro Alto da Boa Vista – Cristo Rei, no município de Várzea Grande/MT, conforme descrito nos anexos deste projeto básico e documentos constantes nos autos do processo. Se dará no dia **18 de dezembro de 2019, às 08h30min (hora local)**, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, situado na Av. Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT. **A Comissão de Licitação informa que foram decorridos os prazos recursais, e os julgados encontram-se disponibilizado no** site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 11 de dezembro de 2019. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

DECRETO Nº 69 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2.019.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD-VG.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seus artigos 69, inciso VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica **aprovado e homologado**o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD-VG.

Art. 2º O Regimento Interno faz parte, como anexo único, deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 10 de dezembro de 2.019.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL

DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPD-VG

CAPÍTULO I

NATUREZA

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD-VG, instituído pela Lei Municipal n.º 4.389/2.018, com sede e foro no Município de Várzea Grande – MT, órgão de caráter permanente, consultivo, deliberativo, fiscalizador e articulador das políticas voltadas a assegurar os direitos das pessoas com deficiência, de composição paritária entre representantes governamentais e representantes das sociedades civis, e, responsável pela Política Municipal da Pessoa com Deficiência, ficando o seu funcionamento regulado por este regimento interno.

CAPÍTULO II

COMPOSIÇÃO E MANDATO

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Várzea Grande – CMDPD-VG, será composto conforme determina aLei Municipal n.º 4.389/2.018.

Parágrafo único: Consideram-se instituições, aquelas legalmente constituídas e em pleno exercício de suas funções estatutárias e preferencialmente, aquelas de defesa dos direitos da Pessoa com Deficiência.

CAPÍTULO III

REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DE REGISTRO NO CMDPD-VG

Seção I

Inscrição

Art. 3º Deverão realizar a inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Várzea Grande – CMDPD-VG, as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, que promovam ações no campo da política de atendimento à pessoa com deficiência, por meio da prestação de serviços direcionadas à pessoa com deficiência nas áreas de: assistência social, saúde, educação, esporte, para desporto, lazer, cultura e defesa e promoção de direitos, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão a Pessoa com deficiência.

§ 1º Somente será concedido o registro no CMDPD-VG, às entidades civis, sem fins lucrativos, que satisfizerem as seguintes exigências, sem prejuízo das demais constantes em lei específica.

§ 2º As organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos que atuam no atendimento em defesa de direitos da pessoa com deficiência no município de Várzea Grande, mesmo não tendo sede neste município, poderão promover a inscrição no CMDPD – VG, se já tiver atuado, desenvolvido projetos e tiver registro em conselhos de outros municípios será concedida a autorização de funcionamento e a partir de 21(vinte e um) de maio do ano de 2021 será concedido registro a entidade que possuir comprovadamente 02(dois) anos de prestação de serviços contínuos à coletividade;

§ 3ºAs instituições deverão ter personalidade jurídica, contar com os estatutos registrados em Cartório de Títulos e Documentos, publicado em Diário Oficial do Estado ou Município, devendo constar à proibição a qualquer título de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos e/ou estatutos sociais, aos seus diretores, conselheiros, instituidores, benfeitores, dirigentes e associados, ou equivalentes, bem como a previsão, em caso de extinção, da destinação de seu patrimônio à entidade congênere e em sua falta ao Poder Público.

§ 4ºAs instituições não deverão distribuir a seus dirigentes e associados, de forma direta ou indireta, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

§ 5ºAs instituições deverãoaplicar suas receitas e rendas apuradas em suas demonstrações contábeis integralmente no território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

§ 6ºAs instituições deverão as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas.

Seção II

Documentação

Art. 4º Para inscrição, as entidades deverão apresentar os seguintes documentos:

I – Requerimento de inscrição a Presidência do CMDPD – VG, preenchido integralmente e assinado pelo representante legal da entidade (conforme modelo fornecido pelo referido conselho);

II – Cópia do Estatuto atualizado e registrado em cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

III– CNPJ da entidade, devidamente atualizado;

IV – Comprovação de instalações físicas em condições adequadas de habitação, higiene, salubridade e segurança, mediante a apresentação de: Cópia do Alvará de Funcionamento e da Licença Sanitária;

V – Cópia da ata de eleição dos membros da atual diretoria, registrada em cartório de registro de Pessoas Jurídicas;

VI – Cópia dos documentos pessoais (RG e CPF) do Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro da entidade solicitante;

VII – Na hipótese de entidade com sede em outro município, deverá a entidade possuir uma unidade executora em Várzea Grande; e

VIII – Plano de trabalho para o exercício em curso, que deverá ser compatível com os princípios do Estatuto da Pessoa com Deficiência, evidenciando:

a) Finalidades estatutárias.

b) Objetivos.

c) Origem dos recursos.

d) Infraestrutura.

e) Identificação de cada programa, projeto ou serviço a ser executado informado, respectivamente:

1) O público beneficiado;

2) Capacidade de atendimento;

3) Recursos financeiros utilizados;

4) Recursos humanos envolvidos;

5) Abrangência territorial; e

6) Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano; elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

Art. 5º Em se tratando de Fundação, a requerente deverá apresentar, além do previsto no texto normativo anteriores, os seguintes documentos:

I – cópia da escritura de sua instituição, devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica ou ato normativo de sua criação; e

II – comprovante de aprovação dos estatutos, bem como de suas respectivas alterações, se houver, pelo Ministério;

Art. 6º As entidades governamentais ficam dispensadas da apresentação dos documentos descritos nos incisos II, IV, e V do art. 4º e ainda daqueles constantes no art. 5º.

Art. 7º Para instruir o pedido de inscrição, poderá ser solicitado pelo CMDPD – VG, além dos documentos relacionados nesta seção, outros que se fizerem necessários, de forma justificada.

Seção III

Pedido de renovação da inscrição

Art. 8º O prazo de vigência da inscrição será de até 02(dois) anos, devendo a organização da sociedade civil providenciar a renovação no prazo mínimo de 60(sessenta) dias antes do término da vigência;

I - Os pedidos protocolados intempestivamente serão indeferidos pelo pleno do CMDPD – VG, caso não haja tempo hábil para análise até a data de vencimento do certificado; e

II - Para instruir o pedido de renovação de inscrição, além dos documentos elencados na Seção II, deste Regimento, deverão ser apresentados:

a)Relatório de atividades do ano anterior, assinados pelo representante legal da entidade.

b)Cópia do certificado anterior.

Art. 9º As alterações de endereço, estatutárias, de diretorias deverão ser informados ao CMDPD-VG tão logo ocorram e a qualquer tempo, por meio

de protocolo de ofício e cópia dos respectivos documentos no referido Conselho.

Seção IV

Processamento Da Inscrição

Art. 10.A solicitação de inscrição e/ou renovação deverá ser protocolada junto ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD-VG.

Art. 11. Somente será protocolada a solicitação que atenda a documentação exigida pelo CMDPD-VG;

Art. 12. Após o pedido ser protocolado o mesmo será encaminhado para a Comissão de Atos Normativos do CMDPD, para os Conselheiros tomarem ciência dos processos em tramitação, os quais poderão, para subsidiar o parecer, solicitar aos órgãos pertinentes outros pareceres e manifestações.

Art. 13.O Conselho terá o prazo de 60(sessenta) dias para análise do pedido e procederá uma visita para análise do projeto e da viabilidade quanto ao requerido ou pedido de vistas ao processo o prazo será de 90(noventa) dias.

Art. 14. Dado o parecer, o projeto deverá ser encaminhado para a inclusão na pauta da reunião subsequente ordinária do referido Conselho.

Seção V

Cancelamento e indeferimento da inscrição

Art. 15. O CMDPD-VG poderá cancelar ou indeferir a qualquer tempo, a inscrição da entidade, na hipótese de:

I – infringir qualquer disposição desta resolução ou legislação vigente;

II – apresentar irregularidade na sua gestão administrativa;

III – interromper a prestação de serviços por prazo superior; e

IV – Não cumprir os requisitos elencados neste regimento.

Art. 16. Em caso de deferimento do pedido de inscrição da organização este constará em Ata e publicar-se-á a decisão por meio de Resolução no Diário Oficial do Município.

Art. 17. As Entidades da Sociedade Civil sem fins lucrativos que oferecerem atendimento a Pessoa com Deficiência deverão estar cadastradas no CMDPD com a finalidade de:

I – Participar do processo eleitoral do CMDPD como candidata e como eleitor; e

II – Concorrer aos recursos do FAD – Fundo Municipal de Apoio ao Deficiente.

CAPÍTULO IV

COMPETÊNCIAS

Art. 18.As competência do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD-VGestão previstas naLei Municipal n.º 4.389/2.018.

CAPÍTULO V

ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 19. São órgãos do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD - VG:

I – Pleno;

II – Diretoria;

III – Comissões temáticas;

IV – Conferências;

V – Fórum;

VI – Secretaria executiva/administrativa; e

VII – Regimento Interno.

CAPÍTULO VI

PLENO

Art. 20.O Pleno é o órgão deliberativo do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência- CMDPD-VG, constituindo-se pela reunião ordinária ou extraordinária dos seus membros.

Art. 21. O CMDPD - VG realizará uma Reunião Plenária Ordinária mensal, todas as 2ª (segundas) quintas-feiras de cada mês, conforme calendário, ou extraordinariamente, mediante convocação da diretoria ou por maioria simples de seus membros.

Art. 22. Cabe ao Pleno:

I - deliberar sobre os assuntos de sua competência e os encaminhados a apreciação e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD – VG;

II - examinar e aprovar soluções referentes aos problemas submetidos ao mesmo, conforme competência definidas neste Regimento ou por solicitação expressa de qualquer Conselheiro;

III - aprovar a criação, composição e dissolução das Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho necessários ao funcionamento do Conselho, das respectivas competências, procedimentos e prazo de duração;

IV - deliberar sobre matérias encaminhadas pelas Comissões e divergências que poderão surgir em matérias que envolvam mais de uma Comissão;

V - eleger a diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD – VG; e

VI - apreciar e deliberar sobre todos os assuntos e matérias de competência do CMDPD – VG.

§ 1ºA matéria em pauta não deliberada permanece nas pautas das reuniões subsequentes até a sua deliberação.

§ 2º As assembleias serão presididas pelo Presidente do CMDPD-VG, que, em sua falta ou impedimento será substituído pelo Vice-Presidente, e em falta ou impedimento deste indicará a pessoa que irá substituí-lo.

§ 3º As deliberações serão tomadas por maioria simples.

§ 4º A votação será aberta, e cada membro titular terá direito a um voto.

§ 5º Os votos divergentes poderão ser expressos na ata da reunião, a pedido do membro que o proferiu.

Art. 23. Os trabalhos doPleno obedecerão:

I - verificação de *quórum* para a instalação dos trabalhos;

II - leitura, apreciação e votação da ata da Reunião Plenária anterior;

III - momento das Comissões e da diretoria (avisos, comunicações, registros de fatos, apresentação de proposições, correspondência e outros documentos de interesse do Conselho);

IV - leitura e discussão da pauta;

V - relatos de processos e votações;

VI - agenda livre para, a critério do Plenário, serem debatidos ou levados ao conhecimento de todos, assuntos de interesse geral;

VII - Encaminhamentos; e

VIII – Encerramento.

Art. 24. A deliberação das matérias sujeitas à votação obedecerá a seguinte ordem:

I - O presidente dará a palavra ao relator que apresentará seu parecer por escrito;

II - Durante a exposição da matéria pelo relator, não serão permitidas apartes e interrupções, e ao final da fala do relator a matéria será colocada em discussão, sendo assegurado o tempo de 02 (dois) minutos para cada membro do Conselho inscrito para usar a palavra;

III - O presidente poderá conceder prorrogação do prazo fixado no inciso anterior, por solicitação do debatedor; e

IV -votação.

Parágrafo único: Considerado urgente, o presidente pode submeter à discussão e votação matéria relevante, sem designar o relator.

Art. 25. A pauta organizada pela diretoria juntamente com a Secretária Executiva, será comunicada previamente a todos os conselheiros.

Parágrafo único: Em caso de urgência ou relevância, o Plenário do CMDPD - VG, por voto da maioria simples, poderá alterar a pauta.

Art. 26. Os temas para inclusão na pauta das reuniões deverão ser encaminhados pelos Conselheiros, inclusive os de interesse de qualquer cidadão ou segmento, no prazo mínimo de 10(dez) dias anteriores à reunião, salvo urgência do assunto.

Art. 27. A cada reunião será lavrada uma ata com a exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações a qual deverá ser assinada por todos os membros presentes e arquivada na Secretaria Executiva do CMDPD – VG.

Art. 28. As deliberações do Plenário poderão ser subsidiadas pelas Comissões Temáticas, que funcionarão como instância de natureza técnica.

Art. 29. O conselheiro que não se julgar suficientemente esclarecido poderá pedir vista da matéria pelo prazo de no máximo, 30 (trinta) dias, mesmo que mais de um membro do Conselho a solicite, podendo, a juízo do Plenário, ser reduzido o prazo para 24 (vinte e quatro) horas, contadas do ato de encerramento da reunião.

Art. 30. É facultado aos Conselheiros solicitar o reexame, por parte doPlenário, de qualquer resolução normativa exarada na reunião anterior, justificando possível ilegalidade, incorreção ou inadequação técnica ou de outra natureza.

Art. 31. As matérias submetidas à votação pelo Pleno, enquadrar-se-ão:

I - **RESOLUÇÃO**: quando se tratar de aprovação ou decisão final do Pleno acerca de matéria de competência do Conselho;

II -**PORTARIA**: ato próprio do Presidente do Conselho, de acordo com as suas competências legais;

III - **DELIBERAÇÃO**:ato executivo acerca da discussão da matéria e aprovação de diligência, providência ou decisão provisória; e

IV - **MOÇÃO**: ato executivo utilizado para aplaudir ou repudiar, situação omissiva ou comissiva que interessa ao Pleno do Conselho e, quando se tratar de Conferência.

§ 1º As Resoluções, Portarias, Deliberações e Moções serão publicadas no Diário Oficial e no *site* da Prefeitura Municipal de Várzea Grande.

§ 2º As Resoluções, Deliberações e Moções serão decididas por maioria simples, mediante voto aberto.

§ 3º Tem direito a voto o Conselheiro, e, na sua ausência, o seu suplente, vedado o voto por procuração.

CAPÍTULO VII

DIRETORIA

Art. 32. A diretoria, eleita pela maioria absoluta dos votos do Plenopara mandato de 03 (três) anos, permitida 01(uma) recondução, é composta pelos seguintes cargos:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - 1º Secretário (a); e

IV - 2º Secretário (a).

Parágrafo único: Fica assegurada a representação do governo e da sociedade civil na presidência e na vice-presidência do CMDPD-VG, de forma alternada,respeitando a alternância das representações de cada mandato, além da paridade.

Art. 33. A apresentação de chapas para a composição da diretoria é procedimento não obrigatório, podendo ocorrer outra forma de escolha a critério do plenário.

Parágrafo único: Havendo formação de chapas, as mesmas deverão ser entregues ao presidente ou sucessor, no caso de reeleição, até 24 (vinte e quatro) horas antes da instalação do plenário que realizará o processo eleitoral.

Art. 34. Ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência compete:

I - representar judicial e extrajudicialmente o Conselho;

II - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias;

III - coordenar o uso da palavra nas reuniões;

IV - submeter a pauta à aprovação do Pleno do Conselho, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os sempre que necessário;

V - submeter a apreciação da Plenária o relatório anual do CMDPD – VG;

VI - assinar as deliberações do Conselho e as atas relativas ao seu cumprimento;

VII - proferir voto de desempate nas votações Plenárias;

VIII - formalizar, após aprovação do CMDPD - VG, os afastamentos e licenças aos seus membros, declarando vacância do cargo;

IX - assinar as normas do Conselho;

X - instalar as comissões constituídas pelo CMDPD – VG;

XI - cumprir e fazer cumprir as decisões do CMDPD – VG;

XII - delegar competências desde que previamente submetidas à aprovação da Assembleia;

XIII - distribuir as matérias ás comissões especiais e permanentes;

XIV - nomear os membros das comissões especiais ou permanentes e eventuais relatores substitutos;

XV - assinar a correspondência oficial do Conselho;

XVI - submeter à apreciação dopleno a programação orçamentária e a execução físico-financeira do Conselho;

XVII - submeter ao pleno os convites para representar o CMDPD – VG em eventos municipais, estaduais, nacionais e internacionais e apresentar formalmente o nome do conselheiro escolhido;

XVIII - divulgar assuntos deliberados dentro do Conselho;

XIX - propiciar as articulações necessárias para o cumprimento das atividades do Conselho; e

XX - Encaminhar aos órgãos públicos das administrações direta e indireta, estudos, pareceres ou decisões do Conselho objetivando assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência.

Art. 35. Ao vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com deficiência compete:

I - substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências;

II - auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;

III - exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Pleno; e

IV - assumir a presidência em caso de vacância do cargo, e convocar eleição para o cargo de Vice-presidente.

Art. 36. As funções dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência não serão remuneradas, sendo seu desempenho considerado como serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas

pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou participação em diligências.

Art. 37. Aos conselheiros incumbe:

I - comparecer nas plenárias, justificando as faltas quando ocorrerem;

II - assinar no livro próprio sua presença na reunião a que comparecer;

III - solicitar a diretoria do CMDPD-VG a inclusão na agenda dos trabalhos, de assunto que deseja discutir;

IV - propor convocação de Plenárias Extraordinárias;

V - relatar e discutir os processos que lhe forem atribuídos e neles proferir seu voto, emitindo parecer com fundamentações, dentro de no máximo 15 (quinze) dias;

VI - solicitar, justificadamente, prorrogação do prazo regimental para relatar processos;

VII - assinar os atos e pareceres dos processos em que for relator;

VIII - declarar-se impedido de proceder relatoria e participar de Comissões, justificando a razão do impedimento;

IX - apresentar em nome da comissão, voto, parecer, proposta ou recomendação por ele defendida;

X - proferir declaração de voto, quando assim desejar;

XI - pedir vistas ao processo de discussão, apresentando parecer e desenvolvendo-os no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou requerer adiantamento de votação;

XII - solicitar ao Presidente, quando julgar necessário, a presença em sessão do postulante ou de titular de qualquer órgão informante, para as entrevistas que se fizerem indispensáveis;

XIII - propor emenda ou reforma no Regimento Interno do CMDPD - VG;

XIV - votar e ser votado para cargos de Conselho;

XV - requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;

XVI - fornecer a Secretária Executiva do Conselho todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem nas respectivas áreas de sua competência, sempre que o julgar importante para as deliberações do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;

XVII - requerer votação de matéria em regime de urgência;

XVIII - apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos de interesses das pessoas com deficiência;

XIX - deliberar sobre propostas, pareceres e recomendações emitidas pelas comissões ou conselheiros;

XX - propor a criação de Comissões, indicar nomes para as mesmas e delas participar; e

XXII - Elaboração do Plano de Ação anual.

CAPÍTULO VIII

SUBSTITUIÇÕES

Art. 38. Em caso de vacância do Conselheiro Titular, o Conselheiro Suplente assumirá para completar o mandato do substituído.

Art. 39. O Conselheiro Titular que vier a se ausentar ou faltar, por motivo de impedimento ou de força maior, deverá comunicar o fato a seu suplente, bem como a Secretaria Executiva e ao Presidente do CMDPD – VG.

Art. 40. Os representantes das Entidades Governamentais e Não Governamentais Titulares e Suplentes, podem ser substituídos a qualquer tempo, mediante nova indicação do órgão representado e nomeação pela (o) Prefeita (o) Municipal.

Art. 41. Serão substituídos os conselheiros que:

I - no exercício das suas funções, faltar à 03 (três) reuniões consecutivas ou à 05 (cinco) alternadas, salvo justificação escrita e aprovada pelo Pleno, e, havendo continuidade das faltas, a Instituição não governamental deverá ser substituída;

II - apresentar renúncia ao pleno do Conselho;

III - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

IV - desvincular-se do órgão de origem da sua representação;

V - for condenado por sentença irrecorrível em razão do cometimento de ilícitos penais ou administrativos.

Parágrafo único: Na perda do mandato, a Entidade Governamental e a Instituição não governamental não poderão indicar outra Instituição para substituí-los.

Art. 42. A substituição, involuntária quando necessária, dar-se-á pôr deliberação da maioria dos membros presentes à sessão do Conselho em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do CMDPD, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, após ter assegurada ampla defesa.

Art. 43. Perderá o mandato a organização não-governamental eleita no Fórum Municipal quando incorrer numa das seguintes condições:

I – atuação de acentuada gravidade administrativa que a torne incompatível com a finalidade do Conselho;

II – extinção de sua base territorial de atuação no município;

III– imposição de penalidade administrativa reconhecidamente grave, a consenso da maioria absoluta dos membros do Conselho;

IV– desvio ou má utilização dos recursos financeiros recebidos de órgãos e entidades governamentais ou não governamentais;

V– desvio de sua finalidade principal, pela não prestação dos serviços propostos na área da pessoa com deficiência;

VI– renúncia; e

VII– apresentar incompatibilidade com o exercício de representação da respectiva área (deficiência física, deficiência auditiva, deficiência mental, deficiência visual).

Parágrafo único: A perda do mandato da entidade dar-se-á por deliberação da maioria absoluta dos membros do Conselho, em procedimento iniciado por provocação de qualquer dos seus integrantes, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurado o direito de ampla defesa;

Art. 44. A deliberação sobre aplicação de qualquer penalidade será precedida de parecer, emitido por comissão especial, formada por 04 (quatro) conselheiros titulares ou suplentes, escolhidos paritariamente entre seus membros.

Art. 45. Para emissão do parecer, a comissão especial poderá instaurar processo administrativo disciplinar, garantida ampla defesa, ouvindo o indiciado e testemunhas e juntando documentos, requisitando certidões às repartições públicas e tomando outras providências que se fizerem necessárias.

CAPÍTULO IX

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Art. 46. À Secretária Executiva do CMDPD incumbe:

I - manter cadastro atualizado das Entidades e Organizações de Assistência Social do Município;

II -promover e praticar atos de gestão administrativa necessários ao funcionamento do CMDPD;

III - preparar e coordenar eventos promovidos pelo CMDPD - VG, relacionados a atualização e capacitação de recursos humanos envolvidos na prestação dos serviços de Assistência Social;

IV – cumprir as resoluções emanadas do CMDPD - VG;

V – fornecer aos conselheiros os meios necessários para o exercício de suas funções;

VI - fornecer elementos técnicos-políticos para a inclusão das necessidades das Pessoas com Deficiência no Plano Municipal de Assistência Social e da proposta orçamentária;

VII - sugerir o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e controle da execução da política de Assistência Social, voltada para a Pessoa com Deficiência;

VIII – comunicar aos conselheiros, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, a reunião do CMDPD - VG;

IX – dar ciência aos conselheiros dos trabalhos das comissões, quando fornecido relatório pelo presidente da comissão;

X – preparar a pauta da reunião do CMDPD – VG, junto ao presidente os Secretários da Diretoria;

XI – organizar informações, notas e relatórios, assessorando o presidente na administração do CMDPD;

XII – executar outras atividades que lhes sejam atribuídas pelo presidente do CMDPD, dentro de suas finalidades.

XIII - executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pela diretoria; e

XIV - viabilizar a articulação técnica e o apoio administrativo às Comissões do CMDPD.

§ 1º A função de Secretário (a) Executivo (a) do CMDPD não poderá ser exercida por conselheiro.

§ 2º A função de Secretário (a) Executivo (a) deve ser exercida por um servidor efetivo.

CAPÍTULO X

COMISSÕES

Art. 47.O CMDPD - VG constituirá Comissões por decisão do Pleno, cujas competências são:

I - fornecer subsídios para a formulação e acompanhamento da política da pessoa com deficiência no Município;

II - subsidiar o Conselho em ação deliberativa na política da pessoa com deficiência e em atos normativos;

III - elaborar pareceres sobre assuntos que lhe foram submetidos e auxiliar relatório designados pelo Plenário; e

IV - redigir relatórios e avaliar atividades da Comissão.

Art. 48. As Comissões serão dirigidas por coordenador, cujas competências são:

I - coordenar a reunião da Comissão;

II - assinar as atas das reuniões, proposta, pareceres e recomendações elaboradas pela Comissão encaminhadas ao secretário do Conselho; e

III - solicitar à Secretaria Executiva do Conselho o apoio necessário ao funcionamento da respectiva Comissão.

Art. 49. A área de abrangência, estrutura organizacional e o funcionamento de cada Comissão serão estabelecidos por resolução aprovada no Pleno.

Art. 50. O CMDPD - VG poderá convidar entidades, autoridades, cientistas e técnicos para colaborarem em estudos e/ou participarem de Comissões instituídas no âmbito do próprio Conselho.

Art. 51. Consideram-se colaboradores do CMDPD - VG, entre outros:

I - as instituições de ensino, pesquisa e cultura;

II - as organizações Não governamentais;

III- especialistas e profissionais da administração pública e privada; e

IV - prestadores e usuários da Assistência Social.

Art. 52. As Comissões poderão ser convocadas para assessoramento nas reuniões do Pleno, da diretoria, e a se pronunciarem quando solicitadas pelo Presidente do Conselho.

Art. 53. As Comissões do CMDPD - VG, no que for pertinente, interagirão com Comissões de outros Conselhos, visando uniformizar e definir áreas de competência comum ou específica, para formulação de políticas ou normatização de ações de atendimento.

Art. 54. As matérias a serem apreciadas pelo Plenário deverão, quando possível, serem instruídas pela Secretaria Executiva e possuir apreciação da Comissão do CMDPD - VG.

§ 1º A apreciação deverá conter:

I - histórico do fato;

II - objetivo pretendido;

III - interfaces com outras políticas;

IV - legislação pertinente;

V - análise e seus elementos; e

VI -conclusão.

§ 2º A Comissão poderá ouvir o Fórum das ONGs nas matérias que lhes forem pertinentes.

§ 3º Excepcionalmente, a diretoria poderá apreciar matéria em caráter de urgência, a seu critério:

Art. 55. A votação será aberta e cada membro titular terá direito a um voto, e em caso de empate o Presidente definirá a votação

Art. 56. As Comissões do CMDPD - VG deverão proporcionar ao Órgão Executor da Política de Assistência Social do Município, elementos necessários à formulação do Plano de Assistência Social, de competência desta.

Parágrafo único: Com esta finalidade, as Comissões e o CMDPD - VG poderão organizar eventos e articulações interinstitucionais, visando obter conhecimento de experiências e orientações teóricas para subsidiar seus indicativos e linhas de ação a serem propostos.

Art. 57. As Comissões, na definição dos mecanismos de controle e avaliação, levarão em conta os instrumentos disponíveis pelo município, podendo sugerir a implantação de outros, dentro de um plano previamente discutido e acordado com a Secretaria Municipal de Assistência Social responsável pela política da pessoa com deficiência.

Art. 58. O CMDPD - VG, visando subsidiar a proposta orçamentária da Assistência Social, incluso as previstas pelos diversos setores das políticas públicas, poderá proporcionar estudos e articulações interinstitucionais.

Art. 59. As despesas das ações efetuadas pelo CMDPD - VG deverão ser previamente apreciadas pelo órgão executor da Assistência Social do Município antes de submetidas à apreciação do Pleno.

Art. 60. A diretoria poderá requerer apoio administrativo às Entidades que compõem o CMDPD - VG, visando à operacionalização de suas atividades.

Art. 61. Os processos que impliquem em liberação de recursos deverão possuir análise técnico-financeira por parte do órgão executor da política municipal de Assistência Social, antes de submetida à apreciação do Plenário.

Art. 62. Os casos omissos ou divergências na interpretação deste regimento serão dirimidos na forma da Lei, e na omissão desta pela Plenária do CMDPD – VG;

Art. 63. O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação e poderá ser alterado por proposta de 1/3 (um terço) dos membros do CMDPD - VG, mediante a aprovação de no mínimo 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos membros e *referendum*, por decreto do Prefeito Municipal.

Art. 64. A Secretaria Municipal de Assistência Social arcará com as diárias e passagens dos conselheiros quando forem convocados e aprovador pela (o) Prefeita (o) Municipal.

Art. 65. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições regimentais anteriores.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 10 de dezembro de 2.019.

ANA CAROLINA SOARES DE SOUZA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos

da Pessoa com Deficiência – CMDPD-VG

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N. 22/2019

Processo n. 633825/2019. Objeto: Seleção e contratação de empresa de engenharia para execução da obra de reconstrução da parte danificada da estrutura da escola com (07) sete salas de aula, constituída de uma área de aproximadamente 800,00m², com capacidade para atender até 400 alunos do Ensino Fundamental em dois turnos (matutino e vespertino), denominada Escola Municipal de Educação Básica Professora Maria Barbosa Martins, localizada na Avenida Gil João da Silva, s/nº, Distrito Bonsucesso, tal contratação faz-se necessário haja vista o sinistro ocorrido em 13/10/2017 face ao temporal no Município de Várzea Grande/MT, conforme descrito nos anexos deste projeto básico e documentos constantes nos autos do processo**.** Com realização prevista para o dia 17 de dezembro de 2019, às 08h30min (horário local), foi prorrogada para dia **06 de janeiro de 2020, às 08h30min** (horário local). Tal prorrogação faz-se necessária, tendo em vista a necessidade de retificação da planilha orçamentária, projeto básico e edital. O Edital completo está à disposição dos interessados na Superintendência de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande sito a Avenida Castelo Branco n. 2.500, Água Limpa, CEP 78.125-700, em dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, a ser disponibilizado através de mídia digital ou outro dispositivo que permita a gravação de arquivos ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 11 de dezembro de 2019. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA Nº 1242/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 640528/2019,

RESOLVE:

Conceder á servidora **MARILENE GOMES DE ARRUDA,** matrícula 85002, exercendo o cargo de Técnico de Nível Superior do SUS – Perfil Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **02/01/2020 a 02/01/2022.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 11 de dezembro de 2019.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N. 399/2019

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Orgânica do Município, e

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor efetivo **CLENILDO FRANCISCO DE SOUZA,** portador do RG: 1099049-6 SSP/MT e CPF: 580.534.761-04, motorista de veículo pesado, lotado na Secretaria Municipal de "Saúde", Licença-Prêmio, por **03 (três) meses consecutivos**, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da Lei Municipal 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, o servidor beneficiário deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o **Artigo 1º** corresponde ao período aquisitivo de **25/03/2013 a 24/03/2018,** tendo inicio **05/12/2019** e término em **04/03/2019**.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos ao dia 05 de dezembro de 2019, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 – RETIFICAÇÃO 1

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, aos interessados que fará as seguintes retificações, conforme abaixo discriminado:

I – Retificar os vencimentos dos cargos abaixo, conforme segue:

Nomenclatura	C/H	Venc. (R$)	Vagas - Zona Urbana	Vagas - Zona Rural	Requisitos Mínimos
Dentista	40	6.876,80	01 + CR	00	Curso superior em Odontologia e registro no conselho.
Dentista – Santa Clara	40	6.876,80	00	01 + CR	Curso superior em Odontologia e registro no conselho.
Educador Físico – Secretaria de Esportes	30	2.377,00	01 + CR	00	Curso superior em Educação Física bacharelado e registro no conselho.
Merendeira - Educação	40	1.035,78	CR	CR	Ensino fundamental concluído.
Motorista de Veículo Pesado - Educação	40	1.294,43	00	CR	Ensino fundamental concluído e CNH, no mínimo, categoria "D".
Professor – Nível Médio****	****	11,08 hora/aula	00	01 + CR	Magistério ou Nível Médio Não Profissionalizante.

Professor de Nível Superior – Ciências Biológicas****	****	17,61 hora/ aula	00	CR	Licenciatura plena em Ciências Biológicas.
Professor de Nível Superior – Educação Física****	****	17,61 hora/ aula	00	CR	Licenciatura plena em Educação Física.
Professor de Nível Superior – Geografia	****	17,61 hora/ aula	00	CR	Licenciatura plena em Geografia.
Professor de Nível Superior – Letras****	****	17,61 hora/ aula	CR	CR	Licenciatura plena em Letras com habilitação em Língua Portuguesa/Inglesa.
Professor de Nível Superior – Matemática****	****	17,61 hora/ aula	00	CR	Licenciatura plena em Matemática.
Professor de Nível Superior - Pedagogia****	****	17,61 hora/ aula	08 + CR	04 + CR	Licenciatura plena em Pedagogia.

II – Acrescentar junta ao Anexo I o programa de provas de "conhecimentos específicos" para o cargo de Enfermeiro, conforme abaixo:

Enfermagem Geral: Técnicas Básicas - SSVV, higienização, administração de medicamentos, preparação para exames, coleta de material para exames, cálculo de medicação. Ética Profissional/Legislação: Comportamento Social e de Trabalho. Enfermagem em Saúde Pública: Programas de Saúde (mulher, criança, idoso), Doenças Sexualmente Transmissíveis, Noções de epidemiologia, vacinação, doenças de notificação compulsória, patologias atendidas em saúde pública. Enfermagem Hospitalar: Terminologias, centro cirúrgico, recuperação pós-anestésica e central de material, esterilização e desinfecção, infecção hospitalar e CCIH. Socorros e Urgência: PCR, choque, hemorragias, ferimentos, afogamento, sufocamento, acidentes com animais peçonhentos, fraturas e luxações, queimaduras, desmaio, crise convulsiva e histérica, corpos estranhos, acidentes decorrentes da ação do calor e do frio, politraumatismo. Pediatria: Crescimento e desenvolvimento, amamentação, berçário e alojamento conjunto, alimentação, patologias mais comuns, assistência de enfermagem à criança hospitalizada. Atualidades em Enfermagem; Funcionamento e Manuseio de Equipamentos e Materiais das Ambulâncias, Linguagem de Radiocomunicação, Conhecimento da Portaria MS 2048, Atendimento ao Politraumatizado, Reconhecimento de Sinais de Traumas (Trauma Raquimedular, Trauma de Tórax, Trauma Abdominal, Trauma de Extremidades, Trauma de Face), Queimaduras, Choque Elétrico, Crise Convulsiva, Intoxicações Exógenas, Acidentes com Produtos Perigosos, Acidentes com Múltiplas Vitimas, Reconhecimento de Sinais de Doenças Respiratórias/Circulatórias e Metabólicas, Noções de Anatomia, Fisiologia, Exame Físico, Urgências Psiquiátricas, Urgências Obstétricas, Técnicas Básicas, desinfecção, Limpeza de Materiais e Aparelhos das Ambulâncias. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Ética e legislação profissional. Lei Orgânica Municipal. Informática básica: noções de Hardware e Software. MSWord 2010. MS-Excel 2010. Correio Eletrônico. Internet. Lei Orgânica Municipal.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 29 de novembro de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

LEI Nº. 1.441, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

"INSTITUI O DIA DO FUTEBOL AMADOR NO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Faço saber que o vereador **FLÁVIO FERREIRA DE SOUZA** propôs, a Câmara Municipal aprovou e eu Wagner Vicente da Silveira, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica instituído e incluído no Calendário Oficial do município o "**Dia do Futebol Amador**", que deverá ser celebrado no mesmo dia das comemorações do aniversário da emancipação política do nosso município**.**

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Esporte poderá promover nesta data o **Torneio Municipal de Futebol Amador**, com as principais equipes amadoras do município, em conformidade com o regulamento do município,

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1.440, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

Autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênio para Execução do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano.

O Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com Laboratório de Água de Referência Regional para Execução do serviço de análise da qualidade de Água para Consumo Humano, através do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIÁGUA).

Art. 2º Fica autorizado conforme Projeto de Funcionamento do Laboratório aprovado pelo CIR – Comissão Intergestores Regional Sudoeste Matogrossense, o repasse das verbas constante na Tabela de Distribuição de Exames de Análise de Qualidade de Água, de acordo com os valores previstos para o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso, o qual, deverá ser parte integrante do termo de convênio.

§1º Em caso de epidemias, fica autorizado o acréscimo no valor total do repasse das amostrar excedentes realizadas fora da pactuação do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIÁGUA).

§2º Os valores pactuados poderão ser reajustados conforme definição da Comissão Intergestores Regional Sudoeste Matogrossense – CIR.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do termo de convênio correrão a conta das dotações próprias do Orçamento Anual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, aos 11 de dezembro de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 400/2019

"SUSPENDE LICENÇA-PRÊMIO CONCEDIDA A SERVIDOR E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, **Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;**

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender, de 11 de dezembro de 2019 a 20 de dezembro de 2019, por motivo de força maior, a licença prêmio concedida através da Portaria n. 354/2019, de 07 de outubro de 2019 ao servidor efetivo no cargo de agente administrativo **CLAYSON KENIDY FERREIRA DE SOUZA**.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 054/2019

EXTRATO DO CONTRATO N° 054/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 072/2019

TOMADA DE PREÇO 004/2019

DO OBJETO: Prestação de serviços de consultoria especializada de gestão pública nas áreas de planejamento orçamentário, contabilidade, tesouraria, Gestão de Pessoas, Licitação e Contratos e orientação nos casos de apontamentos do Tribunal de Contas do Estado, com acompanhamento no despacho de processos administrativos, na emissão de pareceres técnicos e orientação no cumprimento das normas legais e na formalidade correta dos procedimentos administrativos.

DO VALOR E DO PAGAMENTO: O valor global fixado para o presente contrato é de R$ 66.000,00(sessenta mil reais), que serão pagos em parcelas mensais de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

DATA: Vila Rica/MT, 26 de Novembro de 2019.

ASSINANTES:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA – Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante.

POLICON TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA (33.929.416/0001-48) – Contratada

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 014/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA 014/2019

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no art. 2, da Lei Municipal 1.524/2018 inciso II e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA**,** pessoa de natureza jurídica, inscrita no CNPJ sob n° 02.593.711/0001-42 , especializada em fornecimento de kits de livros de literatura que visam complementar o acervo literário em prol do projeto de leitura com intuito de atender as necessidades e garantir melhores condições de aprendizagem lúdica aos alunos da educação infantil do Município.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Comissão Permanente de Licitações - C.P.L, e Parecer Jurídico do Assessor do Município Sr. Pierre Fabricio Gouveia de Oliveira, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Vila Rica / MT, 11 de Dezembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

GESTÃO 2017-2020

C.P.F.: 421.481.893-87

R.G.: 1614784 SSP/GO

Contratante

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO CC 003/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2019

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2019

A Prefeitura Municipal de Vila Rica, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela portaria nº 242/2019, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado da **Concorrência Pública nº 003/2019** em epígrafe que teve como objeto a **CONCESSÃO de uso de espaço público (Quiosques Municipais) com a seguinte localização:** "**Praça Osmundo Rodrigues**", onde não houve nenhuma empresa interessada em participar do certame, ficando o mesmo declarado como **DESERTO**.

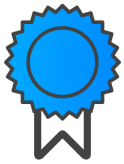
Vila Rica – MT, 11 de Dezembro de 2019.

SERGIANE PEREIRA NASCIMENTO

Membro da C.P.L

Portaria nº 242/2019

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Dec 11 22:58:45 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)